

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA FRANCESAS

DIRCEU MAGRI

*Aspectos da presença de
Voltaire nas crônicas
machadianas*

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA FRANCESAS

*Aspectos da presença de Voltaire nas
crônicas machadianas*

DIRCEU MAGRI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Língua e Literatura Francesas do Departamento
de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para obtenção de título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos

Este trabalho contou, ao longo de dois anos, com bolsa concedida pela CAPES.
São Paulo
2009

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos, meu estimado orientador, responsável por meu interesse em pesquisar as relações literárias entre Brasil e França, pela confiança e apoio indispensáveis para a realização deste trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Maria Cecília de Moraes Pinto e Prof^a. Dr^a. Regina Maria Salgado Campos, membros da Banca de Qualificação de Mestrado, pelas valiosas sugestões e orientações.

A Edite dos Santos Nascimento Mendez Pi, do Departamento de Letras Modernas da Universidade de São Paulo, pela simpatia e competência.

Aos meus pais e irmãs pela generosidade de sempre.

Ao Francisco, pelos muitos livros e pelo dedicado incentivo.

Aos professores do curso de Língua e Literatura Francesa da Universidade de São Paulo, pelo interesse e solidariedade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio à pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem como tema principal o estudo da presença de Voltaire nas crônicas machadianas através do intertexto como aporte teórico.

Na obra jornalística de Machado de Assis verificou-se que era grande a recorrência a Voltaire, merecendo, portanto, um estudo mais aprofundado.

Foram feitas análises críticas de 23 crônicas, nas quais se verificou que, em algumas delas, os elementos intertextuais - a citação, a referência ou alusão, acomodam-se ao novo texto, em benefício da ironia que o cronista procurava imprimir à situação. Em outras, no entanto, atuam completando, alterando ou ainda modificando inteiramente o novo texto, em processo que, se por um lado demonstra a extensão das leituras do cronista, por outro, redireciona o leitor, descortinando-lhe um novo horizonte intelectual e cultural ao tomar conhecimento da obra citada ou referenciada, ou, para aquele leitor com ela familiarizado, reescrevendo-a.

Palavras-chave:

Voltaire, Machado de Assis, crônicas machadianas, intertextualidade, Brasil-França.

ABSTRACT

The main topic of this paper is the study of Voltaire's influence in Machado de Assis' chronicles by means of intertextuality as the theoretical framework.

This influence can also be seen in Machado's journalistic work, and we believe that deserved to be dealt with in more detail.

Twenty three chronicles were analyzed and it was noticed that in some of them, intertextual elements like quotations, references or allusions molded the new text favoring the irony the writer meant to imply. In others, however, these elements alter or even entirely modify the new text in a process that shows, on the one hand, the extension of Machado's reading, and on the other, the way he leads the reader to a new intellectual and cultural horizon the very moment he gets in touch with the works mentioned or referred to. For the reader who was already familiar with Voltaire's work, there was the possibility of a new understanding of it.

Key words:

Voltaire, Machado de Assis, chronicles by Machado de Assis, intertextuality, Brazil-France.

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo I A crônica brasileira – gênero em constante mutação

Capítulo II Aspectos da irradiação de Voltaire

Capítulo III Análise crítica - 1ª parte: 9 crônicas

Capítulo IV Análise crítica - 2ª parte: 6 crônicas (*Candide*)

Capítulo V Análise crítica - 3ª parte: 8 crônicas

Conclusão

Bibliografia

Anexo

ÍNDICE

Introdução		9
Capítulo I	A crônica brasileira – gênero em constante mutação	16
Capítulo II	Aspectos da irradiação de Voltaire	27
	1. Aspectos da irradiação de Voltaire na Europa	27
	2. Parada em Portugal	31
	3. Aspectos da presença de Voltaire no Brasil	39
Capítulo III	Análise crítica	65
	1. Análise crítica - 1ª parte	65
	1.1. 8.5.1860	65
	1.2. 25.11.1861	78
	1.3. 1.12.1861	89
	1.4. 10.10.1864	97
	1.5. 7.3.1865	108
	1.6. 28.7.1872	122
	1.7. 2.3.1873	134
	1.8. 18.8.1878	152
	1.9. 21.10.1894	166
Capítulo IV	Análise crítica - 2ª parte (<i>Candide</i>)	177
	1.1. <i>Candide</i>	178
	1.2. Pangloss, uma obsessão machadiana	179
	1.3. 1.11.1886	184
	1.4. 6.11.1892	190
	1.5. 28.2.1897	196
	1.6. 26.2.1893	201
	1.7. 9.6.1895	206
	1.8. 31.5.1896	211

Capítulo V	Análise crítica - 3ª parte	219
1.1.	A língua de Voltaire	219
1.2.	13.12.1896	223
1.3.	O conto de Voltaire	229
1.4.	31.3.1895	232
1.5.	17.12.1896	235
1.6.	O espírito de Voltaire	241
1.7.	15.11.1876	243
1.8.	3.4.1885	248
1.9.	12.6.1896	253
1.10.	O riso de Voltaire	259
1.11.	30.10.1892	264
1.12.	5.1.1888 – Joaquim Serra	268
Conclusão		272
Bibliografia		276
Anexo		284

Introdução

As ligações históricas Brasil-França e a onipresença da cultura francesa até quase meados do século XX, sobretudo sua influência na literatura brasileira ao longo do século XIX, tornaram-se imperiosa fonte de estudos sob as mais diversas abordagens. Por outro lado, na segunda metade do XIX, houve a franca expansão do jornal como meio de difusão cultural. Com isso, as produções jornalísticas e literárias se emaranharam a tal ponto que o texto jornalístico, via de regra, mostrava-se abarrotado de imagens literárias.

À época, na Europa, a efervescência de novas ideias era enorme e a França se nos apresentava como o modelo a seguir. A presença da cultura francesa era assídua, uma vez que publicações como o *Le Monde*¹, o *Fígaro Chroniqueur* e a *Revue des deux mondes* eram facilmente encontradas na cidade do Rio de Janeiro. Copiosa também era a importação de produtos franceses, com destaque para a moda, espetáculos teatrais e livros. Nesse universo o idioma se populariza e, nos jornais, as inserções em francês tornam-se prática comum. Machado, ao longo de sua produção jornalística manteve estreita convivência com esses influxos e deles se aproveitou em benefício de sua expressão pessoal. Inúmeros foram os escritores daquele país que transitaram por seus romances, contos e crônicas. Dentre tantos, neste trabalho propõe-se buscar a trajetória, nas crônicas, de um de seus autores-fonte de obsessão – Voltaire.

Celebrado como um vértice da literatura nacional, Machado de Assis foi desde muito cedo considerado o maior dos escritores brasileiros não só por seu estilo claro, límpido, essencial, mas também por sua habilidade em problematizar o real imediato, isto é, não se ater ao superficial, ao factual, à esfera onde gestos, emoções e sensações resultam de momentos e experiências puramente restritos às impressões visuais, momentâneas, fugazes, externas. Machado fez melhor; ocupou-se do espaço interno onde essas emoções se originam, flutuam; redirecionou-o, mergulhou em mundos interiores, desconhecidos, e foi buscar no âmago do ser as dúvidas e angústias da alma. Assim, num Brasil tenso do século XIX, enquanto

¹ Em crônica de 10.7.1864 Machado comenta trechos do *Le Monde*, na semana anterior (3.7.1864), já comentara reportagem do *Siècle*.

alguns de seus confrades cantavam a cor local e se embriagavam do uso de adjetivos tão exuberantes quanto a natureza que descreviam, desenvolveu o romance psicológico.

Em país sequioso por transformações e progresso, cuja futura capital² era nada mais que um burgo de universo urbano bastante incipiente e tímida vida social, a chegada da família real revoluciona modos e costumes da então cidade colonial do Rio de Janeiro. Embora já começasse a sofrer profundas transformações – em grande parte devido às mudanças em ocorrência na economia agrária, a cidade ainda mantinha um ar de vilarejo, de “grande aldeia”,³ logo perdido na convivência com os hábitos próprios da Corte para, a partir de então, mergulhar em vertiginoso desenvolvimento.

Com a Independência, a cidade do Rio de Janeiro, que assegurou a condição de capital do Império principalmente devido ao crescimento de sua população, assiste à multiplicação de jornais e tipografias, à prosperidade das escolas e ao impulso do comércio, dados que contribuem “para fazer do Rio de Janeiro o maior centro urbano do país, e da opinião carioca uma das forças vivas da Nação”.⁴ Com isso se faz importante a busca acentuada pelas impressões do meio, do olhar do outro e da aprovação social, movimento de constante mobilidade que, frequentemente deslocado para o âmbito do privado, aloca-se no indivíduo e se interioriza.

Não inclinado às descrições, Machado toma o mesmo rumo e parte em busca do recôndito, do solitário, do indizível, e de posse do espelho provoca o reflexo do

² Não se pode deixar de considerar, contudo, o tamanho da nossa *sociedade fluminense*, o que parece não era levado em conta pelos estrangeiros que por aqui passavam, visto estranharem a relativa modorra social da capital. Anos antes do retorno de D. João VI a Portugal, T. Von Leithold em seu *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, comenta: “A vida que aqui se leva é muito monótona; poucas são as distrações e quase não há reuniões sociais.” e acrescenta: “Jantares, bailes, reuniões em casas particulares são coisas que não se conhecem, posto que não falem pessoas, pode-se bem dizê-lo, em brilhantes condições pecuniárias.” (Citado em: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 67).

³ AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura brasileira*. 4ª. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Coleção Biblioteca Brasileira, 1963, p. 145. Trata aqui o autor principalmente da decadência da aristocracia rural em face da nova política da metrópole que, “deixando a lavoura colonial um tanto de lado, colocava sob o seu melhor favor as cidades e os homens de comércio e até a gente miúda, contribuíram com efeito para o desenvolvimento das cidades que já começavam a exercer sobre as populações do campo um grande poder de atração”.

⁴ Idem, p. 146.

olhar interior, imprimindo em sua narrativa viés marcadamente psicológico que, dado o tamanho de nossa sociedade fluminense, impossível fica não equipará-lo a Stendhal, autor em cuja obra o homem é apresentado como eterno, já que “o diálogo que travamos com ele se passa nas esferas essenciais dos problemas humanos”.⁵ Daí afirmar um Machado que, como Stendhal, “faz do romance uma ‘crônica’, no sentido elevado da palavra, quer dizer, o quadro de uma época”⁶, movimento da escrita machadiana que ultrapassa o preservar o circunstancial para, a partir dele, atingir a essência das atribuições humanas, demonstrando a eternidade desse homem na sua ligação com o meio, de onde a verdade dos sentimentos e sensações provém “das condições temporais que lhe dão relevo” - a exemplo de Stendhal, e que, portanto, o configuram como tal, ou seja, é capaz de guardar sua essência, embora esta sofra as pressões do meio, daí a comparação. Neste “rumo que as estruturas sociais imprimem às paixões” torna-se lugar comum na obra machadiana personagens que perscrutam o olhar escondido ou dissimulado sob as pálpebras à luz do meio em que se agitam.

Nesses termos faz-se necessário recordar o fazer literário anterior de Machado, que, aliás, nunca abandonará – *as crônicas*, gênero anteriormente incluso em espaço deliberadamente desinteressado da seriedade da manchete do dia e reservado ao entretenimento, então denominado *folhetim*⁷, onde desenvolveu e acurou seu estilo. Por ser um gênero de caráter ágil, tom leve, irônico, modesto, espontâneo e próximo da linguagem coloquial, ela oferece a Machado um campo proveitoso onde pode dedicar-se ao manejo literário. Ali, aliado ao seu refinamento estético, desenvolve uma multiplicidade de formas, chegando a aproximar-se do conto e da paródia.

⁵ CANDIDO, Antonio. Uma dimensão entre outras. Em seu *Observador Literário*. 3ª. Edição revista e ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 70.

⁶ Idem.

⁷ MEYER, Marlyse. *Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a crônica*. In *A Crônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 93. Aqui, segundo a autora, é no *vero* folhetim (p. 110), “nicho aberto a tudo, [que] vai também se aninhar o espaço da criação e da experimentação”, e aí escrever “constitui para os jovens brasileiros candidatos a escritores do primeiro terço do século XIX um verdadeiro laboratório, no sentido em que hoje se diz dos atores de teatro que ‘fazem laboratório’ (p. 127)”.

A crônica, citada por autores⁸ como um gênero de segunda grandeza – afirmativa que não implica, contudo, na sua inferiorização em relação ao conto ou ao romance, é onde nosso autor se expôs a este experimentar, a este aperfeiçoar, e é aí também que o romancista exercita de maneira fecunda o mecanismo da *intertextualidade*, privilegiando a cultura francesa, fonte de suas inumeráveis leituras.

Tal mecanismo, a intertextualidade, embora carregado de diferentes sentidos e utilizado à exaustão até se tornar uma ideia ambígua do discurso literário, apresenta a vantagem de reagrupar manifestações de textos literários e verificar suas ligações e dependências recíprocas, de maneira a sinalizar a presença de um texto em outro texto.⁹ Metaforicamente definido por diálogo, trama, tecido, biblioteca, etc., essa manifestação, ao mesmo tempo em que concorre para a tessitura de um novo texto, marcando assim, a construção de sua própria originalidade, se inscreve na genealogia de entrelaçamentos e filiações que ao longo da história permitiu a literatura nutrir-se de si mesma, de sua história.

Enxertos que se mostram no texto referência, citação, alusão, pastiche, paródia, são práticas intertextuais comumente inscritas no repertório da prática literária, cujos traços se agrupam em torno da ideia de memória, a lembrança nostálgica referenciada que leva a literatura a sua própria retomada e com isso se articula, na transposição, com um novo sistema significante, o que resulta em sistema operatório que denuncia a co-presença entre dois ou mais textos.

Há muito se persegue a estreita relação de estruturas literárias que se elaboram e se reorganizam sempre uma em função da outra, de maneira a conceber não mais a palavra com um sentido fixo, mas como parte de “um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo de diversas escrituras: do escritor, do destinatário (ou da personagem), do contexto cultural atual e anterior”.¹⁰

⁸ CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In *A Crônica – O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 13. – Embora Antonio Candido faça menção a “gênero menor”, o autor apenas assim o define como um contraponto para destacar as características positivas da crônica – seu caráter transitório e efêmero, despretenso, que possibilita ao leitor “de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto”, p. 14

⁹ SAMOYAUULT, Tiphaine. *L'intertextualité – Mémoires de la littérature*. Paris: Armand Colin, 2005 (Littérature 128), p. 5-8.

¹⁰ KRISTEVA, Julia. *Introdução à semântica*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. – (Debates; - 84), p. 66.

Conforme lembra Kristeva¹¹, o universo discursivo de um livro constitui-se, sempre, por um discurso a se fundir no outro e a procurar pelo outro, visto que o escritor ao escrever seu texto estabelece diálogo de modo a produzir um eixo horizontal (sujeito-destinatário) – porque aí “*o destinatário está incluído enquanto propriamente discurso*”, e um eixo vertical (texto-contexto), num retorno a Bakhtin que a esses eixos denomina *diálogo* e *ambivalência* na teorização de seu *romance polifônico*.

Se o inovador romance polifônico explicitado por Bakhtin permite que o discurso narrativo se constitua através de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e plenivalentes (isto é, plenas de valor e em relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo), nas crônicas (machadianas) – em transposição livre da teoria bakhtiniana, a tarefa de construir uma escrita polifônica se materializa através da presença das ferramentas intertextuais já citadas: a citação, a alusão, a referência, etc..., o que permite ao cronista uma larga ampliação do seu discurso, no sentido em que nele agrega ideia já concebida em outro texto, portanto, parte de outro discurso, que justaposto a sua (ideia) imprime uma nova atitude ao seu argumento, singularizando-o. Tanto no romance polifônico quanto nas crônicas se pode afirmar que o caráter *dialógico* se mantém: no romance, com a presença das múltiplas vozes, nas crônicas, pelo jogo intertextual sempre que o cronista recorre a uma fonte qualquer para se referenciar e ou completar o sentido daquilo que pretende dizer. Não raro a simples menção do nome de um outro autor dispensa a redação de dezenas de linhas e coloca o leitor na mesma sintonia que o cronista, capcioso a ponto de apreender detalhes não ditos.

E são dessas *relações dialógicas*, da interação e da comunicação, manifestações próprias da alma humana, as quais “descaracterizam o texto como depositário de uma palavra única, dominante”¹², que se tem o texto adaptado à definição de que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de

¹¹ Idem, p. 68.

¹² PASSOS, Gilberto P. *As sugestões do Conselheiro – A França em Machado de Assis – Esaú e Jacó e Memorial de Aires*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1996, p. 13.

intersubjetividade, instala-se a de 'intertextualidade', e a linguagem poética lê-se pelo menos como dupla"¹³, na tão recorrida definição de Julia Kristeva.

Enfim, essa relação é a que melhor permite a compreensão do jogo proposto pelo cronista, desde o porquê da fonte escolhida às modificações de sentido em operação na crônica. Daí o mecanismo da intertextualidade como veículo capaz de responder pelo *objetivo* - a busca de Voltaire.

A partir da poética do empréstimo, este estudo tem por objetivo identificar, comparar e explicar como funciona internamente a presença de Voltaire nas crônicas machadianas concorrendo para a combatividade do autor. Na vasta quantidade de estudos já dedicados a Machado de Assis, há visadas, personagens e autores citados pelo cronista que já foram motivo de reflexão à exaustão, salvo sua presença (de Voltaire) nas crônicas.¹⁴ Portanto, nesse universo, deslindar a presença de *Candide* e seu ilustre Criador, é o que se propõe este estudo.

O objetivo acima pode ser alcançado não só através da identificação e descrição das fontes - referências, citações e alusões, mas, sobretudo, pela interpretação de como foram utilizados pelo autor no intertexto, enfim, interpretar o acréscimo de sentido pretendido pelo cronista ao fazer uso de tais mecanismos intertextuais. Desse modo, o trabalho deverá ser desenvolvido com um aporte teórico calcado sempre nas imbricações geradas pela intertextualidade.

O *corpus* a ser investigado centra-se exclusivamente na crônica machadiana, onde é possível notar a forte presença de fontes literárias explícitas - a saber; referência: aquelas cujos contornos o próprio texto indica; alusão: menção a uma obra ou componente narrativo dela; citação: retomada de um fragmento de outra obra. Verificou-se, ainda, jornais e publicações da época, no esforço de recuperar o

¹³ KRISTEVA, Julia. Op. cit., p. 12. Veja página 68.

¹⁴ Os volteios de Voltaire pela obra machadiana que, em geral se resumiam a meras menções, pequenos parágrafos e alguns artigos - quando sabemos que Machado mantinha um diálogo constante com o autor, ganhou novo fôlego com estudos como *A Poética do Legado e Cintilações Francesas*, obras que revisam a presença francesa no romance machadiano e na *Revista da Sociedade Philomatica*. A saber: PASSOS, Gilberto P. *A poética do legado: presença francesa em Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Annablume, 1996 e *Cintilações Francesas: Revista da Sociedade Filomática, José de Alencar e Machado de Assis*. São Paulo: Nankin, 2006.

contexto próximo à publicação da crônica, ou ainda, fatos ou personagens nela referidos.

Contudo, há que se considerar que para o público de hoje a distância temporal torna-se um complicador, não só pelas dificuldades em conhecer as condições de produção, circulação e recepção das obras vistas como relevantes à época de Machado, como também pelo apagamento do horizonte político e social que constituía o universo cotidiano de sua época. Por essa razão, a profusão de notas de rodapé, cujo intuito é tão somente o de recuperar obras, fatos, personagens, vultos históricos e ou curiosidades mencionadas nas crônicas, para que de certa maneira se produza uma atualização da leitura. Porém, nomes de autores e obras consideradas de conhecimento amplo, a exemplo de Romeu e Julieta, Jacó, Labão, Boccacio, Otelo, Tartufo, Petrarca, Musset, Mérimée, Flaubert e outros tantos, não foram notificados.

O desafio, porém, é buscar a apropriação que ora aparece alterada, ora truncada, já que o autor não se sujeita ao texto fonte e sim faz com que esse texto se dobre perante a sua obra, mostrando ser Machado um dos mais brilhantes antropófagos - evidentemente não no contexto indianista de Oswald de Andrade. Consequentemente, sem se sujeitar aos grandes autores, Machado retrabalha obras já testadas anteriormente fazendo que sirvam para o interesse de cada crônica. É neste contexto que vamos ter o constante diálogo com Voltaire, autor que se tornou conhecido por suas sátiras implacáveis e ideias nada ortodoxas, as quais na época importunavam a políticos e eclesiásticos. Tal repertório de Voltaire mostra-se em Machado como uma ferramenta eficaz do autor na construção de sua fina ironia.

I. A crônica brasileira - gênero em constante mutação

Dentre inúmeras leituras possíveis, pode-se dizer que o sentimento de modernidade está em parte calcado na ideia de transformação, consequência direta da dinâmica da informação e do mundo atual como um todo. As mudanças radicais experimentadas pela sociedade contemporânea só fizeram acentuar em seu seio a enormidade de conflitos, os quais, desde a antiguidade, sempre foram parte de seus constitutivos. A amplitude de interesses não só reinventou símbolos pré-existentes, como a indumentária, como também fez com que inúmeros outros se proliferassem, tais quais famílias, empresas e marcas que ao longo dos séculos XIX e XX tornaram-se emblemas de sucesso. Outros tantos ainda, como o cinema, acabaram por representá-la senão em sua totalidade, mas pelo menos em parte daquilo que é ou aparenta ser.

Assim, nesse contexto podemos conferir ao jornal um caráter de objeto simbólico, representativo de uma sociedade em um determinado momento histórico e social, entendendo-se, porém, a tradução desse símbolo como o conjunto de muito das informações e relatos dos acontecimentos de um período. Ao menos, a partir dessas informações, torna-se possível fazer um recorte da época, reconstituir um grupo social. O jornal com primazia tornou-se importante elemento da vida social desde o seu desenvolvimento no início do século XIX, e assim, ainda hoje, figura como um dos símbolos indicativos da vida moderna ao responder pelos diferentes interesses que compõem o amálgama social. A crônica aí inserida - e também por seu vínculo estreito com a história, consequência direta de suas modificações, segue caminho paralelo iluminando aqui e ali, momentos circunstanciais do todo.

A voraz competitividade dos meios de divulgação demanda obrigatoriamente agilidade nunca antes vista, comportamento que visa, sobretudo a multiplicação do público leitor. Assim, a exemplo do jornal que se elabora e se altera a cada momento, quer se tratando do aspecto formal, temático, conceitual ou receptivo, a crônica empreende trajetória semelhante. Como resultado, o que se tem hoje é um jornal composto de vários outros jornais; a crônica, aí presente desde o seu aparecimento, embora modificada, mantém-se firme em responder ao seu princípio

básico de continuar a registrar o circunstancial, porém, agora travestida de novas facetas que lhe imprimem um caráter de especificidade; portanto, não é ousado afirmar um certo esfacelamento¹⁵ dentro do próprio gênero, com o abandono do geral, da visão ampla, com o cronista falando de tudo um pouco à medida que muda de parágrafo e, indo em direção ao específico, para a pequena pedra que completa o mosaico. Se antes o cronista era só cronista, hoje, ele é cronista político, cronista econômico, cronista esportivo, etc., assim como, a crônica deixou de ser só crônica para ser crônica de entretenimento, crônica esportiva, crônica da vida social, etc. Diferentes crônicas, diferentes cronistas, públicos diferentes, que unidos, desenham o cotidiano global.

Não que esse reducionismo, essa diminuição do foco tenha simplificado a crônica no que se refere principalmente ao seu conteúdo; esse certamente em pouco se modificou, vistas as infinitas possibilidades do cronista em resgatar toda a complexidade do circunstancial, ainda que os breves instantes captados sejam sempre esportivos, ou políticos, etc. A partir dessa reflexão sobre seu estado atual é possível estabelecer uma ponte com o passado e resgatar algo do já percorrido por este gênero desde que aqui aportou, se aclimatou e parece que, embora em constante mutação, tornou-se gênero endêmico ao retratar o cotidiano brasileiro.

Uma das razões atribuída às sucessivas transformações do gênero é o seu vínculo com a história e o seu percurso sempre paralelo às conquistas e ao desenvolvimento da nação, dado importante que em termos chegou mesmo a alterar a primeira delas, passando de crônica à certidão de nascimento do Brasil, no século XVI.¹⁶ Em princípio, limitou-se a textos quase que exclusivamente documentais, tornando-se fonte de inúmeros registros da memória nacional, ofício regular que manterá até o início do século XIX, com um acontecimento radical e inovador: a difusão mais acentuada do jornal.

Mesmo décadas após sua ocorrência o jornal continuaria suscitando admiração, tanto é que João do Rio, em 1915, aventura-se na ideia de que nada mais acontecera após o descobrimento da América e da expansão do jornal - essas

¹⁵ Entenda-se esfacelamento como multiplicação, sem qualquer conotação negativa.

¹⁶ SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 2005, p. 5-6.

duas grandes utopias iluministas; além de considerá-lo como instituição de efeito salutar para a democracia.¹⁷ Machado, embora discreto, não consegue conter os arroubos próprios da juventude e vaticina: “Sou filho deste século, em cujas veias ferve o licor da esperança. Minhas tendências, minhas aspirações, são as aspirações e as tendências da mocidade; e a mocidade é fogo, a confiança, o futuro, o progresso”. Ora, isso Machado o afirma pouco depois de anunciar que iria “traçar algumas idéias sobre uma especialidade, um sintoma do adiantamento moral da humanidade”, sintoma que logo após identifica como sendo o jornal. Nesta crônica-artigo em que discute se ele absorverá e devorará o livro, afirma:

“(…) Mas restabeçamos a questão. A humanidade perdia a arquitetura, mas ganhava a imprensa; perdia o edifício, mas ganhava o livro. O livro era progresso; preenchia as condições do pensamento humano? Decerto; mas faltava ainda alguma coisa; não era ainda uma tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como êle o centro de um sistema planetário. A forma que correspondia a estas necessidades, a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade, é propriedade do espírito moderno: é o jornal.

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções.

O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando tôdas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social.”¹⁸

Machado, no cotejo entre os dois condutores de conhecimento, se distancia dos limites impostos pelo livro e parte em direção ao universal, conferindo ao jornal característica de elemento planetário e revolucionário capaz de alavancar o progresso e trazer a modernidade. Embora em princípio o autor trate do embate livro-jornal, é explícito seu aproveitamento como arma política e de disseminação de ideias de cunho marcadamente democrático em oposição ao “direito da autoridade

¹⁷ ANTELO, Raúl. João do Rio - Salomé. In *A Crônica – O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 153.

¹⁸ ASSIS, Machado de. O Jornal e o livro. (*Correio Mercantil*), Rio de Janeiro, 10 e 12/1/1859. In: *Miscelânea. Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1973, p. 943-945.

bastarda consubstanciada nas individualidades dinásticas”. Interessante notar aqui o desvio conotativo em operação produzido pelo autor ao associar o alcance e o movimento do novo veículo de imprensa ao sol, só que agora não mais como astro central, de extrema grandeza, associado ao poder, às dinastias e reis – veja-se Luís XIV – o Rei Sol, mas modificado e difuso, capaz de alimentar as convicções e disseminar o frescor de novas ideias, assim como o trem, sinônimo de novos e modernos tempos, que em sua versão urbana, o bonde¹⁹, irá permear por suas crônicas como um fio condutor representativo das transformações da antiga capital.

O desenvolvimento do jornal altera completamente as interligações comunicativas de então, o que faz a crônica abandonar sua característica documental e informativa, perder o semblante sisudo e árido dos textos padronizados e ou jurídicos e, de uma certa forma, se *enternecer*. Com o universo de recepção repentinamente ampliado, a imprensa diversifica seus objetivos, o que resultará na abertura do espaço para a reflexão, o comentário e a ficção. A escrita antes acentuadamente impessoal adquire nova nuance, se abranda, parte para a literariedade, se multiplica. Interrompida em sua aquietação de quase três séculos, quando se ocupou do documental, a crônica, após mudança abrupta, entra em período de transição, e abarca o geral; apresenta de tudo um pouco: informações, pequenos artigos, poemas em prosa, breves ensaios literários, etc., procedimento que a leva a arranhar as fronteiras de gênero outro que não o seu, o conto; é então chamada inadvertidamente de *folhetim*, já que aí está inserida, no que antes, na França, já fora chamado de *feuilleton*.

¹⁹ O primeiro bonde do Rio de Janeiro circula, puxado a burro, em 30 de janeiro de 1859, ligando o Largo do Rocio (atual Praça de Tiradentes) e um local perto da atual Usina, na Tijuca, num trajeto de 7 km de comprimento. Mas tarde, em setembro de 1862, esta linha tem a tração animal substituída por bondes a vapor, o que leva a companhia exploradora do serviço à falência e a sua extinção em 28 de novembro de 1865. Três anos depois, em 8 de outubro de 1868, inaugura-se o primeiro trecho da linha de bondes da *The Botanical Garden Rail Road Company* ligando a esquina das ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias, no Centro, ao Largo do Machado, no Catete; e, em 19 de janeiro de 1870, a recém-criada companhia *Rio de Janeiro Street Railway* reabre a linha da Tijuca. Logo, no início de outubro de 1892, aparecem os bondes elétricos. Está criado, na cidade do Rio de Janeiro, um sistema de transportes públicos sobre trilhos que permanecerá, com muitas alterações, naturalmente, até nossos dias, com o histórico bonde de Santa Teresa. Para saber mais sobre a cronologia dos bondes na cidade do Rio de Janeiro, consultar *O Bonde na Paisagem Carioca* (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 12 de junho de 1984, catálogo da Exposição Fotográfica com o mesmo nome.)

Esse olhar desdenhoso e enviesado para baixo, esse chamar a crônica de gênero de segunda grandeza, de coisa pequena, rasteira, pé-de-chinelo²⁰, que se ocupa do comezinho²¹, do fútil²², do detalhe, do instante que certamente se evapora na voragem do tempo, desconfio seja culpa dela mesma, ou melhor, de seus antepassados, já que em sua origem, o *feuilleton*, fora assim chamado, mais pela sua localização geográfica no jornal, que por seu conteúdo. Na parte inferior da página, no rodapé, naquele espaço vazio que quase nunca recebia o primeiro olhar, diminuído pela empáfia da manchete superior da primeira página, nasceu a crônica; talvez por isto tenha tido desde sempre esse jeito meio informal, meio anárquico, heterogêneo, volúvel, fugidio, lúdico - parecido com uma *conversa fiada*²³ e sem a rigidez cerimoniosa e habitual do documental; afinal, era preciso atrair e despertar a curiosidade do leitor. Assim, desde os idos começos do século XIX, em sua origem, o *feuilleton*, abriu espaço para tudo: críticas teatrais, artigos de ciência e literatura, os chamados *fait-divers* relatando crimes e histórias imaginárias e fantásticas de monstros; ali, oferecem-se receitas de cozinha e de beleza, contam-se piadas e anedotas, propõem-se charadas, enfim, é um espaço aberto que promove a oportunidade do exercício de várias formas e modalidades de escrita.

Ora, o nascimento do *feuilleton* coincide com a democratização da imprensa, justamente o momento em que Émile de Girardin e Armand Dutacq (1836) modificam e alteram toda a disposição visual da imprensa da época, iniciando aquilo que se chamaria de *quotidien à bon marché*. Com preços relativamente caros para a época, resultado de baixas tiragens e custo elevado, o jornal passa ao largo do grande público; Girardin, ao reduzir o preço de venda não só objetiva a conquista de um público maior, como também espera que o jornal, disseminado entre o povo, seja veículo emissor de alfabetização e educação. Para que tal empreitada se torne viável, faz-se necessário atrair grande número de anunciantes, uma vez que os já

²⁰ MEYER, Marlyse. Op. cit., p. 11. Diz a autora: “Envergonhados, quem sabe, de um escrito que não se enquadra propriamente num gênero, que é quase uma fala, coisa de casa, useira e vezeira, literatura de pé-de-chinelo” (p. 128).

²¹ Idem. Aqui a autora retoma o já consagrado folhetim de José de Alencar em *Ao correr da pena*. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1960, vol. 4, p. 648. Diz o autor: “Fazerem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir o fato o mais comezinho!”

²² ASSIS, Machado de. *Crônicas*. Rio de Janeiro, Editora Jackson, 1951, vol. 20, p. 34. Diz o autor em se tratando do folhetim, que este tipo de texto é “a fusão admirável do útil e do fútil”.

²³ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 12. Diz o autor: “... a crônica pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do ziguezague de uma aparente conversa fiada” (p. 20).

existentes mal cobrem os custos de produção; e é para garantir àqueles um grande número de leitores que se decide publicar romances completos, à conta gotas, no *rez-de-chaussé*, o que certamente em muito contribuiria para a fidelização dos leitores. É daí *la naissance de la presse à 40 francs*²⁴, mas tarde vilipendiada por Sainte-Beuve na expressão *littérature industrielle*.²⁵

Em 1º de julho de 1836, Girardin et Dutacq fundam o *Le Siècle*. Logo depois, nos passos deste, surge o *La Presse*. De 15 de julho a 11 de setembro do mesmo ano é publicado no *Le Siècle*, *La Comtesse de Salisbury* de Alexandre Dumas; logo depois, no *La Presse*, de 23 de outubro a 30 de novembro, aos leitores será oferecido *La Vieille Fille* de Balzac. Na feitura deste *dessert* tão apreciado e largamente consumido pelos leitores, nestes e noutros jornais, não foram poucas as contribuições; dentre elas convém destacar as de Alexandre Dumas Pai, Eugène Sue, Balzac, Paul Féval, Soulié, Montepin, Souvestre, Ponson du Terrail, Berthet, etc.

Assim sendo, convém lembrar aqui a velha *ponte* existente entre França-Brasil, desde que aqui aportou em longa visita à região de Santa Catarina (1504) o “Capitão” francês Binot Paulmier de Gonneville, dando início ao intercâmbio que irá culminar no auge da influência francesa na segunda metade do século XIX, quando propicia certos modelos de vida social e referências intelectuais. Da filosofia à moda, da culinária à literatura, quase tudo tem um símile francês na sociedade brasileira de então, uma corte afrancesada acantonada na imensidão dos trópicos. Tão intenso era o trânsito de ideias que dois dos mais importantes autores daquele século, justamente Machado de Assis e José de Alencar, francófilos, não se abstêm em seus comentários:

²⁴ NETTEMENT, M. Alfred. *Études critiques sur le feuilleton-roman*. Paris: Librairie du Perrodil, Éditeur, 1845, p. 2 – (Introduction – De l’origine et de l’étendue du désordre littéraire) Diz o autor : “Alors il nous aurait suffi de raconter la naissance de la presse à 40 francs, à l’existence de laquelle l’existence du feuilleton-roman est intimement liée, comme il est facile de l’apercevoir quand on étudie de près la constitution du journalisme.”

²⁵ MEYER, Marlyse. Op. cit., p. 11. Veja página 98.

“Nós macaqueamos dos franceses tudo quanto êles têm de mau, de ridículo e de grotesco, nós que gastamos todo o nosso dinheiro brasileiro para transformarmo-nos em bonecos e bonecas parisienses...”²⁶

“Tratemos das três formas essenciais: - o romance, o drama e a poesia.

Ninguém que for imparcial afirmará a existência das duas primeiras entre nós; pelo menos, a existência animada, a existência que vive, a existência que se desenvolve fecunda e progressiva. Raros, bem raros, se têm dado ao estudo de uma forma tão importante como o romance; apesar mesmo da conveniência perniciosa com os romances franceses, que discute, aplaude e endeusa a nossa mocidade, tão pouco escrupulosa de ferir as susceptibilidades nacionais. (...) E todavia assim é. Não somos severos: os fatos falam bem alto. O nosso teatro é um mito, uma quimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos à altura da França, a capital da civilização moderna; não! Basta que nos modelemos por aquela renascente literatura que floresce em Portugal, inda ontem estremecendo ao impulso das erupções revolucionárias.

Para que estas traduções enervando a nossa cena dramática? Para que esta inundação de peças francesas, sem o mérito da localidade e cheias de equívocos, sensaborões às vezes, e galicismos, a fazer recuar o mais denodado francelho?”²⁷

No entanto, Machado anos mais tarde, constata:

“Vivemos de, por e para Paris”.²⁸

Em seu artigo *Galofilia e galofobia na cultura brasileira*²⁹, L. Perrone-Moisés destaca esse movimento de atração-rejeição que perdurou até o século seguinte; ora são as crônicas de João do Rio que assinalam o ridículo de uma cidade que imita os aspectos mais superficiais da sociedade francesa, ora é Lima Barreto a zombar da tropical Paris cenográfica em seus romances satíricos e, mais tarde será Mário de Andrade a qualificar a sua São Paulo natal de “galicismo a berrar nos

²⁶ ALENCAR, José de. Ao correr da pena – crônica de 29.10.1854. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, Vol. 4, 1960, p. 665.

²⁷ ASSIS, Machado de. O passado, o presente e o futuro da literatura. (*A Marmota*), Rio de Janeiro, 9 e 23/4/1858. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1973, p. 788.

²⁸ ASSIS, Machado de. *Crônicas*. História de quinze dias, 15.11.1877. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, vol. 24, p. 293.

²⁹ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Galofilia e galofobia na cultura brasileira*. Revista Gragoatá. Niterói, N° 11, p. 41-59, 2°. Semestre 2001.

desertos da América”³⁰ e daí enviar “um sorriso irônico à cidade de Paris”, num humor capcioso que remonta àquele de Machado em sua crônica de 7.3.1889:

“Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português...”³¹

Contrário ou a favor, o fato é que a presença francesa se intensificara após a Missão Francesa de 1816 e, como um avassalador agente cultural se instalou nas atividades da vida social em sua quase totalidade³², preponderantemente no campo literário, onde produz efeitos que alterariam drasticamente seu percurso ulterior, diga-se de passagem, percurso ainda mal iniciado. Se “A Missão, introduzindo o Neoclassicismo nas artes plásticas, afastava o país dos seus aspectos coloniais tão enraizados.”³³, logo depois, pós independência, na busca da construção de uma literatura nacional, é nos franceses que a jovem nação se mira, repudiando Portugal, a pátria política, agora a metrópole sinônimo de exploração; a França então aparece como a pátria cultural, símile de uma cultura que aqui vai florescer a partir do século XIX, durante mais de cem anos, até começar a perder hegemonia em alguns aspectos para a cultura norte-americana; ou seja, foi então, o caminho escolhido – não imposto - a seguir.

Convém, entretanto, afirmar que, embora expressiva, a escolha pela cultura francesa em nenhum momento foi unilateral, até porque, por evidentes razões históricas, a partir do século XIX, quando dessa escolha, os ingleses por aqui já estavam presentes a contribuir não só com seus muitos manufaturados, mas também com Byron, Poe, Walter Scott, Shakespeare, Locke, etc., que junto de italianos e espanhóis, formariam um *melting pot* cultural – universo exemplarmente desenhado pela crônica machadiana, até encontrar aquilo que pudéssemos chamar de nosso; se não genuinamente nosso, mas ao menos recebido e digerido à nossa maneira.

³⁰ ANDRADE, Mário de. *Paulicéia Desvairada*. São Paulo: Casa Mayença, 1922. Edição fac-símile integrante de 1922 *Caixa Modernista 2002*, p. 43. Poema: *Inspiração*. Aí, diz Mário: “São Paulo! comoção da minha vida! / Galicismo a berrar nos desertos da América!”

³¹ ASSIS, Machado de. (*Bons Dias!*, *Gazeta de Notícias*) Rio de Janeiro, 7.3.1889. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1973, p. 517.

³² PASSOS, Gilberto P. *O Napoleão de Botafogo – presença francesa em Quincas Borba de Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 2000 (Coleção Parcours), p. 24.

³³ Idem, p. 25.

Assim sendo, nada mais natural que o jornal se espelhasse em seus cânones franceses, e o *feuilleton*, aqui, torna-se *folhetim*. Em princípio, nome genérico a designar partes de sucessivos capítulos de um romance publicadas em jornal, também será a denominação do espaço geográfico, da parte inferior da página do jornal destinada ao frívolo, ao entretenimento, aos comentários cotidianos. E é aí que a crônica cria raízes, vizinha do folhetim. Importante ressaltar aqui a estreita ligação das produções jornalística e literária, ambas, dependentes uma da outra. Como não se pode deixar de notar, o folhetinista se alterna e, ora é romancista, ora é cronista; exemplo disto? José de Alencar no *Diário do Rio de Janeiro*: ora é o folhetinista romancista de *O Guarani*, ora o cronista de *Folhas Soltas*.³⁴

Malgrado a relação íntima entre a produção jornalística e literária, fruto principalmente do relacionamento ocorrido no espaço do folhetim, cujo resultado faz da primeira uma escrita imbuída e perpassada de termos, formas e modalidades literárias, a separação se tornará inevitável. Com a impressão e divulgação de livros no país, o texto literário, isto é, o romance (e o romancista) liberta-se da até então inelutável dependência do jornal. Embora ainda por muito tempo continuasse a publicação de romances capitulados nos jornais, esses não mais exerciam a atração e importância de antes, quando eram responsáveis pela fidelização de um público leitor. O mercado editorial se desenvolve e o romance ganha status e forma diferente, vira volume.

Partindo o romance, sobra espaço e o jornal se reorganiza: a crônica entra em evidência e se desloca do rodapé da página, embora por natureza ou vício continue a tratar da coisa pequena, rasteira, do instante fugaz, que só ela, a crônica, de maneira singela, brincalhona e bem humorada, conseguirá perpetuar no tempo. O momento já é outro e a crônica como ser mutante, vai mais uma vez corresponder à dupla metáfora do cronista às vezes colibri, às vezes beija-flor, a ziguezaguear de um assunto a outro, para produzir matéria que seja um misto de comentário, informação³⁵ e ficção.

³⁴ ARRIGUCCI JR, Davi. *Enigma e Comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 56-57.

³⁵ Bom que se explique: Antonio Candido em seu já notório artigo, *A vida ao rés-do-chão* cf. supra p. 12, afirma: “Ao longo do percurso, foi largando [o folhetim] cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a

Este ziguezaguear do cronista talvez seja o movimento responsável pela então produção de uma crônica acentuatadamente ficcional, com densidade que resvala fronteira de outros gêneros - ora beira o conto, por exemplo. No entanto, com a migração definitiva de grande parte desses ora cronistas, ora romancistas para o romance, o que temos como resultado é uma crônica de aspecto mais jornalístico, pendendo para a observação, o comentário; muito embora muitas vezes esse não seja mais que um mero disfarce para a crítica que aí está presente, às vezes truncada, à espera da descoberta pelo leitor.

Não obstante sua popularização, a crônica não mais traz a presença maciça de grandes autores³⁶ a exemplo dos tempos em que esses viam no jornal o principal veículo de divulgação da poesia e da literatura que produziam, idos em que ora, eram romancistas, ora eram cronistas. A crônica se ressentiu disto e recebe os articulistas e os comentaristas, que chegam com a vulgarização do gênero. Ora, essa ausência de grandes autores não foi por via de regra total; houve exceções. Machado de Assis foi uma delas. Desde seus primeiros ensaios em prosa para a *Marmota Fluminense* em 1856³⁷, passando pelas primeiras crônicas no *Diário do Rio de Janeiro* em 1861, até 1900, manterá constante produção jornalística. (Excluindo-se aqui o período compreendido entre 1878 e 1883, no qual não há registro de qualquer escrito para jornal).³⁸

outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir.” Aqui, embora Candido se refira ao folhetim, o faz tratando-se da crônica, já que descreve a transformação daquele em crônica, com esta se originando naquele; ou melhor, como se o folhetim sofresse mutação, alterando-se em busca de um aperfeiçoamento genético até tornar-se crônica. Com relação ao informar, e já que a crônica se caracteriza por ser a tal *conversa fiada*, é evidente que o cronista tem no leitor ideal um interlocutor que, ou já tomou conhecimento da conversa ou, se vai fazê-lo agora, é como ele, narrador, já está à vontade para colocar o seu ponto de vista e suas impressões, descaracterizando o fato em si enquanto notícia, tornando-o difuso pelas impressões e subjetividade do cronista. O narrador toma o leitor por aquele que precisa de alguém que converse com ele, que comente.

³⁶ Entenda-se por *grandes autores*, aqueles literatos cujos nomes indubitavelmente figuram entre os comumente citados pela crítica e pelos manuais como participantes na construção e na consolidação da ainda incipiente *Literatura Brasileira*. É graças à presença de autores como Francisco Otaviano (1851), Manoel Antônio de Almeida (1852), José de Alencar (1854), Machado de Assis (1855), Coelho Neto (1885), Olavo Bilac (1888), etc., que a crônica ganha destaque [Em parênteses provável data dos primeiros registros em jornal dos autores citados].

³⁷ MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971, p. 640-661.

³⁸ LUCA, Heloisa H. Paiva de. *A Poética de um gênero – Molière nas crônicas machadianas*. 2004. 315 f. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: USP, 2004, p. 17. Entretanto, Lúcia Miguel Pereira (1998, p. 211) afirma: “A não ser de setembro de 1878 a outubro de 1879, quando esteve doente, nunca, dos dezesseis aos cinquenta e oito

Machado de Assis nesse hibridismo do jornalismo com a literatura se escora, como qualquer cronista, no acontecido, no detalhe, no fato; no entanto, apresenta-os de maneira a escapar de qualquer classificação, uma vez que imprime à sua escrita um caráter marcadamente ambíguo, fazendo-a moderna, atual, visto sua habilidade em perscrutar o fato de diferentes perspectivas, sob diferentes olhares, até ganhar a cumplicidade do leitor, no exato momento em que a dúvida neste se instala, resultado de uma escrita que diz o que diz nas entrelinhas. Com isto, Machado torna-se um esteio do gênero no século XIX, produzindo uma crônica que desqualifica a transparência do circunstancial, do detalhe, do simples fato enquanto verdade, já que a este se sobrepõe o literário.

anos, de 1855 a 1897, dos versos da *Marmota* à “Semana” da *Gazeta de Notícias*, deixou de colaborar regularmente para vários lugares ao mesmo tempo.”

II. Aspectos da irradiação de Voltaire

1. Aspectos da irradiação de Voltaire na Europa³⁹

Ao esquadrihar a abrangência geográfica atingida pelo alcance das ideias de Voltaire, impossível fica não associá-lo à universalidade e ao cosmopolitismo da língua francesa, sistema representativo de uma cultura que atinge alto grau de desenvolvimento nos séculos XVII e XVIII quando o mundo ocidental, à exceção da Inglaterra, sucumbe sob a *miragem gálica*⁴⁰ a ponto de a galomania pleitear extremo como a universalidade⁴¹ da língua francesa.

Se o cenário no qual se movia a nação era esse, diferente não era aquele que se configurava junto a Voltaire, uma de suas mais influentes personagens. Poeta, filósofo, escritor, historiador, enfim, prosador; Voltaire desde muito cedo deu mostras da principal característica de seu talento – a universalidade, traço que não escapou à aguda observação de Lamartine que afirmava ser “Voltaire surtout, correspondant de l’univers” ao destacar a ascendência que este exercia no mundo das letras, além de sua atuação como personalidade de ação na tradução da sociedade francesa, concluindo: “Dire que Voltaire fut la France de son époque, c’est dire assez qu’il fut complètement original, non en vers, mais en prose.”⁴².

Enfant prodige, aos 10 anos, em 1704, escreve a primeira⁴³ de uma série de milhares de cartas, que compiladas, além de constituírem prova cabal de seu trânsito enquanto homem universal e de ação, é verdadeiro monumento epistolar. Sua *correspondência* se estende por um período de 74 anos, de 1704 a 1778, contabilizando perto de 21.000 cartas. Ela foi publicada na coleção *Pléiade*, em treze

³⁹ Os dados biográficos deste capítulo, quando não citados e referenciados isoladamente, foram extraídos da obra de Pierre Lepape, *Voltaire le conquérant*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

⁴⁰ Veja Uma cultura além fronteiras, in: PASSOS, Gilberto P. Op. cit., p. 23. Veja página 24.

⁴¹ POMEAU, René. *L’Europe des Lumières*. Paris: Stock, 1966, p. 69, citado por PASSOS, Idem, p. 18: “Em 1784, Rivarol, escrevendo sobre o tema da ‘Universalidade da língua francesa’, proposto pela Academia de Berlim, se baseou na ideia de unidade europeia para sugerir que se adotasse o francês como língua universal, humana, pois dava conta da ordem ‘natural’ do pensamento.”

⁴² LAMARTINE, M. de Alphonse. *Cours familier de littérature – Revue Mensuelle II*. Paris : Typographie de Firmin Didot frères, 1856, p. 163.

⁴³ VOLTAIRE. *Correspondance I (décembre 1704 – décembre 1738) – Bibliothèque de la Pléiade*. Paris: Éditions Gallimard, 1977, p. 3 (Carta de 29 de dezembro de 1704 a Françoise Baillif du Pont – sobrinha do avô paterno de Voltaire).

volumes, contendo unicamente as cartas de Voltaire, e não aquelas de seus correspondentes. É nessa intensa comunicação escrita que se tem clara ideia da amplitude de sua obra, além de rica fonte de informação e verdadeiro testemunho do século das *Luzes*: pessoas, fatos, acontecimentos e obras literárias, presentes em sua correspondência, mostram não só o conjunto de situações que concorreu para forjar a identidade do autor, mas também como através de sua vasta e longa influência na França, conseguiu distender suas ideias, e, por que não, a língua francesa, para muito além das fronteiras gálicas.

É ainda pela correspondência, esse tentáculo tão precocemente manipulado, que Voltaire ainda adolescente protagoniza um de seus primeiros escândalos na sociedade francesa. Apresentado à vida mundana por seu padrinho, o abade Châteauneuf, um *libertin* freqüentador da corte e do mundo das cortesãs, Voltaire não demora a demonstrar seu talento nessa sociedade letrada e licenciosa e ali logo produz seus primeiros versos. Seu pai os considera *indécences d'esprit* e, alarmado, volta-se ao abade que, para pacificar a família, envia Voltaire à Holanda, aos cuidados de seu irmão, o marquês de Châteauneuf, embaixador da França em Haia, recomendando-o como uma esperança da diplomacia.

Ora, em Haia havia certa madame Dunoyer, senhora de letras, intrigas e aventuras que tinha várias filhas em tenra idade e de estonteante beleza. Voltaire se perde de amor pela mais adulta delas e anexa versos ilustrativos deste idílio à correspondência que trocava com a jovem. Dunoyer, a mãe, apreende e publica as cartas, transformando a virginal paixão em escândalo interessado. Voltaire volta à França e diante da recusa do pai em recebê-lo, passa a viver com um dos amigos da família, M. de Caumartin, nos arredores de Fontainebleau, onde concebe, na solidão, o plano de seu poema épico, *La Henriade*.

Algumas sátiras contra o regente, o Duc d'Orléans, que segundo alguns, lhe foram injustamente atribuídas, e Voltaire conhece a Bastilha. Lá escreve os primeiros cantos do poema que seria considerado, na época, uma obra do gênio épico da França; o qual, no entanto, de epopeia nada tinha além do título e da forma. Sai da Bastilha pelas mãos do próprio duque, que o tem como um de seus poetas favoritos.

Em 1715 acaba na França o fastidioso e longo reinado de Luís XIV, cuja vida social era pautada pela onipresença sombria de Madame de Maintenon; e a corte se rejuvenesce. O novo rei não tem mais que seis anos e o regente, Phillipe d'Orléans, se apresenta como reformador e *libertin*. As liberdades individuais se afloram, a ortodoxia forçada e a piedade por conveniência são substituídas pelo ateísmo e pela *libertinage*, esse culto do livre pensar que independe das leis da religião. Voltaire, ora admirado por seus afagos poéticos, ora reprimido por sua insolência, era o poeta dessa juventude.

De seu gênio intrépido de então, o passaporte que lhe abriria as portas do teatro: *Oedipe*, sua primeira tragédia. De seu tenaz desejo de vingança contra o nobre de Rohan – que o afrontara: algumas bastonadas, o exílio na Inglaterra e a descoberta de Locke, Bacon, Pope, Shakespeare, Newton, etc. De volta à França, *Zaïre*, *Mérope*, *L'Orphelin de la Chine*, *Tancredi*, enfim, produção tão fértil quanto a agilidade com que expande sua rede de amigos, correspondentes e informantes, agora, não mais circunscritos ao território francês. A dimensão das amizades também já não é mais a mesma. Os invernos, passa na pequena corte de *Stanislas*, na Polônia. Os príncipes da Alemanha disputam a honra de sua correspondência. Cartas são trocadas com Catarina da Rússia e Frederico II o considera o *Virgílio do século*.

O deslocamento físico de Voltaire pela França e países vizinhos nada representa se comparado à rede de correspondência que passava primeiro por Cirey e depois pelas *Délices*, em Ferney, propriedade na fronteira franco-suíça, considerada por Voltaire um porto seguro, à distância da sombra do poder, naquilo que esse representa de mais autoritário, a supressão da liberdade, da qual não poderia privar-se. Embora tenha viajado pela Europa entre 1734 e 1749, é na solidão das *Délices* que escreve *Candide*, sua maior obra de ficção, e muitas outras obras históricas e filosóficas, entre as quais o *Dictionnaire Philosophique*.

As aproximações de Voltaire com o poder são intermitentes: se aos cinquenta anos é considerado pela corte francesa um opositor perigoso, logo depois irá habitá-la, para, quando já *gentilhomme ordinaire de la Chambre du roi*, se exilar em Cirey, e

mais tarde atuar no cenário nacional e internacional como eloquente formador de opinião. Nas *Délices*, continua impedido de ir a Paris, o que pede a repetição, embora adaptada, do adágio: se Voltaire não vai a Paris, Paris vai a Voltaire.

Há verdadeira peregrinação até Ferney. Jovens escritores aí se alojam e particularmente entre os anos de 1770 e 1775, a romaria empreendida até a personagem Voltaire passa a fazer parte do périplo a cumprir por toda pessoa que se pretende a qualquer atividade intelectual e literária. Em seu *Voltaire, le conquérant*, Lepape⁴⁴ comenta que “on se rend à Ferney comme un catholique va à Rome: à la fois pour saluer la grandeur du passé et pour donner un nouvel élan à la fois”, além do que, observa a transformação das *Délices* em autêntico centro de redação jornalística:

« Voltaire doit faire en sorte de donner à son séjour à Ferney une telle publicité qu'il peut rivaliser avec la scène culturelle parisienne.

Il y jette sa fortune, qui est grande, et son talent qui est immense. Il doue Ferney d'un véritable journal qui se recopie et se commente dans toute l'Europe, sa correspondance. »⁴⁵

Portanto, desse trajeto parcialmente biográfico, se pode afirmar que tal qual a irradiação da língua e cultura francesas, o deslocamento de Voltaire pela Europa não se faz exclusivamente devido à sua produção literária e intelectual e à força de suas ideias, mas igualmente importante foi sua postura moderna e inovadora no que concerne a encarnar em si todo o movimento da imprensa, procurando, através de sua correspondência, provar que tão somente à liberdade de expressão se pode atribuir a erradicação do fanatismo e da ignorância.

Entretanto, se na França Voltaire se mantém à tona não só em razão de sua produção literária e intelectual, mas também porque protagoniza polêmicas e intrigas e delas extrai profundas reflexões – as quais deslocadas para sua correspondência se espalham por toda Europa, sua recepção fora das fronteiras francesas é redimensionada e sofre alterações. O que há na maioria das vezes é um Voltaire já

⁴⁴ LEPAPE, Pierre. *Voltaire le conquérant*. Paris : Éditions du Seuil, septembre 1994, p. 384.

⁴⁵ Idem, p. 383.

aclimatado e adaptado aos contextos locais porque distante de sua origem, portanto, pede-se buscar como se dá sua chegada aos diferentes países do continente. Por razões óbvias e, devido à natureza e objetivo da pesquisa, aqui se busca rastros da presença de Voltaire em Portugal.

2. Parada em Portugal

Pura especulação, mas bem que se poderia aventar uma daquelas certeiras ironias de Voltaire à censura portuguesa quando nos deparamos com o capítulo VI de *Candide*. No capítulo em referência, Pangloss e Candide, sobreviventes à ira divina, que lhes havia reservado não menos que a tempestade, o naufrágio e a catástrofe do Terremoto de Lisboa, são submetidos à ignorância humana e ao fanatismo. Aqui vale retomar a narrativa:

« Après le tremblement de terre qui avait détruit les trois quarts de Lisbonne, les sages du pays n'avaient pas trouvé un moyen plus efficace pour prévenir une ruine totale que de donner au peuple un bel auto-da-fé ; il était décidé par l'université de Coïmbre que le spectacle de quelques personnes brûlées à petit feu, en grande cérémonie, est un secret infallible pour empêcher la terre de trembler. »⁴⁶

Uma crítica bem ao estilo voltairiano, da qual se pode fazer uso para ilustrar o fosso e o descompasso que separava Portugal dos demais países da Europa, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das artes e das ciências, e, por lógica, ao progresso das idéias iluministas⁴⁷ em todos os domínios da vida social portuguesa, já que no contexto histórico do século XVIII, são esses dois campos que melhor figuram como modelos representativos de como as *Luzes* da Razão podiam contribuir para o desenvolvimento humano.

⁴⁶ Aqui não se trata de pura ficção. Voltaire denuncia uma das práticas da Inquisição – o auto-da-fé, cerimônia na qual os heréticos ou acusados de heresia, deviam se redimir para ganhar o perdão nos céus; a redenção, via de regra, era obtida pelo suplício na fogueira. A crítica voltairiana dá-se devido a fato realmente ocorrido em 20 de junho de 1756, em Lisboa. Em um capítulo de ironia mordaz, Voltaire, em seu *Précis du siècle de Louis XV*, denuncia: “Les Portugais crurent obtenir la clémence de Dieu en faisant brûler des Juifs et d’autres hommes dans ce qu’ils appellent un auto-da-fé, acte de foi, que les autres nations considèrent comme un acte de barbarie.”

⁴⁷ CABRAL DE MONCADA, L. *Um ‘iluminista’ português do sec. XVIII: Luiz António Verney*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva & Cia. – Editôra, 1941. p 7. Moncada observa que as *Luzes*, em Portugal “abrange[m] em alguns dos seus aspectos filosóficos, políticos e culturais mais dominantes quâsi só os dois reinados de D. José e D. Maria I”.

Ora, o século XVIII é para muitos o século de Voltaire, da irreligiosidade, do *écrasez l'infâme* - bordão que o iluminista usa ao se referir à superstição e para afrontar a autoridade e a interferência da igreja nas decisões humanas. Voltaire talvez não ironizasse a religiosa decisão lavrada pela Universidade de Coimbra, que se deveria supor, fosse um bastião de idéias iluministas, se não soubesse que à época em que Candide desembarca em Portugal e é submetido à chicotadas, “só de conventos e mosteiros, havia no reino, pelos fins do século, excluídas as colônias, para cima de quatrocentos”.⁴⁸

A *teoria da recepção* como mecanismo operatório e forte braço da literatura comparada reúne conceitos que destacam “a atividade daquele que recebe muito mais do que a atividade potencial do objeto recebido, de modo que a relação obra-leitor passa a constituir um caráter fundamental do fato literário”⁴⁹, destarte, aí termos o porquê do Voltaire adverso àquele da origem. De um lado, a exposição contínua do leitor ao um meio social fortemente marcado pela religiosidade; do outro, um Voltaire que lhe é oferecido já filtrado pelos instrumentos religiosos de censura; à crítica ácida e irônica do pensador ao real imediato, se preferia a sátira e a ironia já volatizada dos contos filosóficos e do teatro, onde a crítica se reveste de uma outra estética ao se inserir no mundo das artes, portanto, indireta, não contundente e, no caso, amenizada pelo nostálgico e pelo exótico de narrativas nas quais estória e personagens emergem de países distantes, às voltas do fantástico e do trágico, que remetem o leitor a um imaginário também distante, de fantasia⁵⁰.

Na impossibilidade de silenciar o autor, valia o máximo para cerceá-lo: na seleção, a proibição pelo *Index*⁵¹ de parte de suas obras; em Portugal, no entanto, o que era autorizado se amputava parcialmente, quer para se ajustar à moral religiosa, quer pela sofrível tradução a que era submetido. Voltaire não era muito do agrado dos religiosos, os quais, compreensivelmente, avalizavam quase que somente a

⁴⁸ Idem, p. 93

⁴⁹ NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000 (Acadêmica; 16), p. 170.

⁵⁰ Tanto é que contos como *Evrard ou o benefício inesperado*, *Os cegos juízes das cores* e *O branco e o preto*, quando de sua publicação em Portugal, em 1834, vieram grafados como “anecdotas galantes traduzidas de Mr. Voltaire”.

⁵¹ Index librorum prohibitorum.

publicação de alguns de seus contos e suas obras teatrais⁵². O Voltaire do *Dictionnaire Philosophique*, pensador e crítico da religião, da tirania e do fanatismo é oficialmente rejeitado, porém, não integralmente, visto o contrabando de livros já seja prática corrente.

No percurso França-Brasil, a obra voltairiana faz parada em Portugal, que em meados do século XVIII já apresenta forte influência francesa, sobretudo no teatro, com destaque para Molière e Voltaire. Esse desvio adquire especial importância, principalmente em se considerando que o leitor da colônia por longo tempo sofreu dupla censura: a patrocinada pelo *Index* ou qualquer outro instrumento censório da igreja que se fazia disponível⁵³, e a censura política a que a colônia era submetida, com o intenso controle do comércio de livros e a proibição de tipografias na colônia.⁵⁴

Desconsiderando o contrabando já existente, Portugal, não diferente do comércio, mantinha também o monopólio da cultura. Muito embora contos e parte do teatro de Voltaire fossem liberados pela censura, essa, em sua rigidez não ignorava a ascendência de Voltaire como grande autor político pós-revolução, cuja obra traz uma análise profana dos sentimentos e escapa ao esquema individual cristão, meio jansenista, meio rousseauísta. Entretanto, um dos primeiros registros de tradução de Voltaire em Portugal dá-se em 1739 com a publicação, não de teatro, mas de história, a *Historia de Carlos XII, rei da Suecia escripta por Mr. de Voltaire e emendada segundo os reparos históricos e críticos de Mr. de La Motraye*. Primeira e segunda parte., pela Off. da Congregação do Oratório, 2t., 8º, tradução de Francisco Xavier Freire de Andrade, pseudônimo do Pe. Manuel Monteiro.⁵⁵ Esta obra

⁵² MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e tecnologia do estado de São Paulo, 1979, p. 17.

⁵³ Em 1768 é instituída a *Real Mesa Censória* por ordem do Marquês de Pombal, que unificava o sistema censório antes dividido entre o *Santo Ofício*, o *Ordinário* e o *Desembargo do Paço*. Em 1787, é constituída a Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros como parte da reforma da censura realizada por D. Maria I. A partir de 1821, o *Ordinário* e o *Desembargo do Paço* passam a ser responsáveis pela censura aos escritos. Não obstante a alteração das denominações, não houve qualquer mudança significativa na natureza dos documentos submetidos à apreciação.

⁵⁴ Até 1822 o comércio livreiro era submetido aos diversos órgãos de censura; o envio de livros de Lisboa ao Rio de Janeiro só era possível após solicitação de autorização aprovada.

⁵⁵ GONÇALVES RODRIGUES, A. A. *A Tradução em Portugal. Volume Primeiro (1495-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, MCMXCII (1992).

mereceria ainda reedições em 1772 e 1808, sendo esta última considerada a 2ª edição, também com tradução de Freire de Andrade.

Diante da absoluta inexistência de suas obras filosóficas em Portugal - ao menos oficialmente, do Voltaire poeta, historiador, contista e dramaturgo, se pode dizer que era figura comum. Dele, o leitor português e depois, o brasileiro, lerá, traduzidos para o português, dezenas de contos, poemas e tragédias – estas, a esmagadora maioria.

Para identificar quais eram estas obras optei pelo longo trabalho de investigação realizado por A. A. Gonçalves Rodrigues em *A Tradução em Portugal*, que se distingue pela seriedade e rigor metodológico. Para tanto, listei em ordem cronológica o que de Voltaire se traduziu e se publicou em Portugal entre os anos de 1772 a 1870, obras aqui acrescidas dos títulos originais.

Vale lembrar que a imprecisão e a insuficiência das informações recolhidas são um dado importante que se deve levar em conta em trabalhos desta natureza; artigos e títulos não assinados pelo tradutor, designações diferentes para o mesmo título, ausência de número de edição, deterioração de documentos e outras particularidades, são observações reiteradas tanto pelo professor Gonçalves Rodrigues quanto por estudiosos como Rubens Borba de Moraes e Jorge de Souza Araujo.

Convém observar ainda que estas informações remetem às traduções autorizadas, portanto oficiais, não se levando em conta o trânsito de livros, oficial ou não, via Paris-Lisboa, em versão original. Curioso observar ainda, a ausência de tradução de qualquer obra de Voltaire por mais de duas décadas, de 1739 a 1761. Ainda assim, acredito em tal inquirição como parâmetro capaz de sinalizar a irradiação de Voltaire em Portugal, dada a desafiadora empreitada que se põe o garimpo de informações, as quais, em meio a dezenas de entraves, contam com o tempo, ágil e perseverante na eliminação dos rastros.

- 1761

4º Capítulo da *Historia do Império da Russia* pelo Pe. Francisco Bernardo de Lima - [*Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand*]

- **1772**
Historia de Carlos XII, rei da Suecia escripta por Mr. de Voltaire e emendada segundo os reparos históricos e críticos de Mr. de La Motraye - [Histoire de Charles XII, roi de Suède]
- **1773**
Alzira ou Os americanos - [Alzire, ou les américains, tragédie]
- **1781**
Os scythas - [Les Scythes, tragédie en cinq actes]
- **1782**
História do Império da Russia no tempo de Pedro o Grande - [Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand]
- **1784**
História do Império da Russia no tempo de Pedro o Grande - [Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand]
- **1783**
O órfão da China - [L'Orphelin de la Chine, tragédie en cinq actes]
Morte de César, ou do mundo a maior crueldade - [La mort de César, tragédie en trois actes]
Zaíra - [Zaïre, tragédie en cinq actes]
- **1784**
O discreto e o jactancioso - [L'Indiscret, comédie en un acte]
- **1785**
Alzira ou Os Americanos - [Alzire ou les américains, tragédie]
Mafoma (em outra edição do mesmo ano foi publicada com o título de *O fanatismo de Mafoma*) - [Le fanatisme ou Mahomet le profète, tragédie en cinq actes]
Mahomet - [Le fanatisme ou Mahomet le profète, tragédie en cinq actes]
Sezostris no Egypto - [Sésostris]
- **1786**
Merope - [Mérope, tragédie en cinq actes]
- **1787**
Os persianos refugiados entre povos desconhecidos - [Les Scythes, tragédie en cinq actes]
- **1788**
Alzira ou Os Americanos - [Alzire ou les américains, tragédie]
- **1789**
Henriada - [La Henriade]
- **1790**
Marianne - [Mariamne, tragédie en cinq actes]
Orestes - [Oreste, tragédie en cinq actes]
Sofonisba - [Sophonisbe, tragédie en cinq actes]
- **1791**
As vinganças de Hermine Rainha do Epiro - [...]
Polícena - [Mérope] - (De fato, uma cópia feita pelo português José Joaquim Sabino da tragédia de Voltaire)
- **1792**
Sezostris no Egypto - [Sésostris]
- **1793**
Semiramis - [Sémiramis, tragédie en cinq actes]
- **1799**
Henriada - [La Henriade]
- **1805**
Bruto - [Brutus, tragédie en cinq actes]
- **1806**
Zaíra - [Zaïre, tragédie en cinq actes]
Calcutta - [...]
As leis de Minos - [Les lois de Minos, tragédie en cinq actes]

- **1807**
Zadig ou o destino, história oriental - [Zadig ou la destinée, Histoire orientale]
Cepluza e o amor - [...]
Henrique IV - [...]
- **1808**
Historia de Carlos XII, rei da Suecia escripta por Mr. de Voltaire e emendada segundo os reparos históricos e críticos de Mr. de La Motraye - [Histoire de Charles XII, roi de Suède]
- **1809**
Alzira ou Os Americanos - [Alzire ou les américains, tragédie]
- **1811**
Assim vai o mundo - [Le monde comme il va, vision de Babouc]
- **1812**
Henriada - [La Henriade]
- **1819**
Zadig ou o destino, história oriental - [Zadig ou la destinée, Histoire orientale]
O fanatismo - [Le fanatisme ou Mahomet le profète, tragédie en cinq actes]
- **1820**
Zaíra - [Zaïre, tragédie en cinq actes]
Historia de Jenny Lille - [Histoire de Jenni, ou l'athée et Le sage, par M. Sherloc; traduit par M. de la Caille]
- **1821**
Morte de César, ou do mundo a maior crueldade - [La mort de César, tragédie en trois actes]
Bruto - [Brutus, tragédie en cinq actes]
História das viagens de Scarmentado escripta por ele mesmo - [Histoire des voyages de Scarmentado, écrite par lui-même]
- **1822**
Calás ou o fanatismo, história abreviada extrahida das obras de M. de... - [...]
Jeannot e Colin - [Jeannot et Colin]
História dos Quaker - [...]
Eryphile - [Ériphile, tragédie en cinq actes]
- **1824**
O arrependimento ou a confissão pública - [...]
- **1826**
Mahomet - [Le fanatisme ou Mahomet le profète, tragédie en cinq actes]
Merope - [Mérope, tragédie en cinq actes]
Bruto - [Brutus, tragédie en cinq actes]
Tancredo - [Tancrede, tragédie en cinq actes]
- **1827**
Bruto - [Brutus, tragédie en cinq actes]
- **1829**
Sofonisba - [Sophonisbe, tragédie en cinq actes]
- **1834**
Bruto - [Brutus, tragédie en cinq actes]
Evrado ou o benefício inesperado - [...]
O branco e o preto - [Le blanc et le noir]
Os cegos juizes das cores - [Les aveugles juges des couleurs]
O ingênuo - [L'Ingénu, histoire véritable, tirée des manuscrits du P. Quesnel]
- **1835**
Cartas Indianas, ou correspondencia entre Amabed, Adaté, e o Grão Brama Shastasid, ou a traição dos inquisidores descoberta - [Les lettres d'Amabed]

História de Jenni, ou o Atheu e o sábio - [Histoire de Jenni, ou l'athée et Le sage, par M. Sherloc; traduit par M. de la Caille]

A princesa da Babilônia a correr o mundo em procura do seu amante, ou a Ave de vinte e oito mil annos d'existencia - [La princesse de Babylone]

Aventura, poema allegorico em quatro cantos - [...]

Candido - [Candide, ou l'optimisme. Traduit de l'allemand de M. Le docteur Ralph avec les additions qu'on a trouvées dans la poche du Docteur, lorsqu'il mourut à Mindin, l'An de Grâce 1759]

Micromegas - [Micromégas, histoire philosophique]

Combate de Turena e d'Aumale (Episódio trad. da Henriade) - [La Henriade]

Epistola de M. de Voltaire à duqueza du Maine - [Épître à S.A.S. Mme la duchesse du Maine, dédicace d'Oreste]

Epistola de M. de Voltaire ao Presidente Henault, de Duneville em novembro de 1748 - [Épître à M. le président Henault de Duneville]

- **1836**

Candido - [Candide, ou l'optimisme. Traduit de l'allemand de M. Le docteur Ralph avec les additions qu'on a trouvées dans la poche du Docteur, lorsqu'il mourut à Mindin, l'An de Grâce 1759]

Viagem da Rasão - [...]

Como vai o mundo - [Le monde comme il va, vision de Babouc]

O branco e o preto - [Le blanc et le noir]

Memnon e a sabedoria humana - [Memnon, ou la sagesse humaine]

Nicolao e João - [...]

História das viagens de Scarmentado dictada por ele mesmo - [Histoire des voyages de Scarmentado, écrite par lui même]

- **1839**

Zadig ou o destino. Historia oriental - [Zadig ou la destinée, Histoire orientale]

Monólogo de Alzire, Acto 3º - [Alzire ou les américains, tragédie]

- **1841**

Memnon, ou a sabedoria humana - [Memnon, ou la sagesse humaine]

Merope - [Mérope, tragédie en cinq actes]

- **1850**

A princeza da Babylonia - [La princesse de Babylone]

As viagens d'Escarmentado - [Histoire des voyages de Scarmentado, écrite par lui même]

Como vai o mundo - [Le monde comme il va, vision de Babouc]

- **1853**

O sacrificio aos espiritos infernaes (Episodio extrahido da Henriada, canto V) - [La Henriade]

O combate de Ailly com o filho na batalha de Ivri (Henriada, canto VIII) - [La Henriade]

O templo do amor (Henriada, canto IX) - [La Henriade]

A fome assolando Paris (Henriada, canto X) - [La Henriade]

- **1855**

Jeannot e Colin - [Jeannot et Colin]

- **1856**

Cartas indianas ou a correspondência entre Amabed, Adaté e o Grão-Brama Shastasid - [Les lettres d'Amabed]

Zadig, ou o destino. História Oriental - [Zadig ou la destinée orientale]

- **1860**

Roma e Pariz, paralelo histórico por Arouet de... - [...]

- **1866**

Candido ou o optimismo - [Candide, ou l'optimisme. Traduit de l'allemand de M. Le docteur Ralph avec les additions qu'on a trouvées dans la poche du Docteur, lorsqu'il mourut à Mindin, l'An de Grâce 1759].

Nota: As obras sem o título original, muito provavelmente são trechos extraídos de obras de Voltaire cujos títulos eram outros que aqueles atribuídos quando de sua tradução em português. Aqui foram sinalizadas como [...].

Ora, contextualizemos: à época, Portugal, à exceção de certos expoentes como Pombal, Alexandre de Gusmão e Verney, os quais se tornaram adeptos das ideias novas⁵⁶ é um país beato que, comparado aos demais países ocidentais, foi possivelmente o último na reflexão das ideias iluministas que ora alteravam outros Estados. A máquina censória e o ambiente carola contribuíam para a formação de um público leitor, que se assemelha ao da colônia em sua preferência por obras de cunho religioso, com destaque para a hagiografia. Mais tarde, tendência e gênero cederão espaço ao romance; por hora, no entanto, a produção e venda de textos religiosos é de maioria incontestável. De fato, não há nada de absolutamente novo; são obras de *longa duração*: os mesmos textos que foram anteriormente editados nos séculos XVI, XVII e XVIII continuavam a ser vendidos no início do século XIX, com reedições sucessivas – *As horas marianas* de Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmiento era *best-seller*, pois em 1820 completou trinta edições!⁵⁷

Dentre estes sucessos de venda havia ainda outro tipo de obras – também de cunho religioso, que eram os chamados *diretórios*, tal qual o *Diretório cristão, que facilita a oração mental, o modo de ouvir a Santa Missa, visitar a Igreja, e Via-Sacra: preparar para confessar, e comungar; fazer a novena de N. Senhora, e das Almas; e que propõe ditames breves, e sólidos, para alcançar a perfeição cristã*, título de uma obra que apresenta meditações para cada dia da semana, além de um regulamento, do qual se podem extrair mandamentos tais: “Foge como a peste à leitura de livros maus e perigosos; tais são não só os que abertamente atacam a nossa Sagrada Religião revelada, e que ensinam erros contra o depósito da fé, mas todos os que contêm doutrinas novas, opostas à venerável tradição, ao sentimento dos padres, à doutrina comum dos teólogos católicos, e à disciplina da Santa Madre Igreja Romana. Tais os que abrem caminho à corrupção dos costumes, ao espírito de libertinagem e incredulidade, à perturbação da tranqüilidade dos Estados, ao desprezo do estado eclesiástico.”⁵⁸

⁵⁶ PASSOS, Gilberto P. Op. cit., p. 23. Veja página 20.

⁵⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 88.

⁵⁸ Idem, p. 94.

Há de se convir que colocado tal preceito Voltaire seja decididamente forte demais para a cristandade, mesmo para aquela que se estendia para aquém do Atlântico, o que nos leva aos jesuítas que, até Pombal, gozaram de absoluto e exclusivo domínio no ramo da educação.

3. Aspectos da presença de Voltaire no Brasil

Pode-se inferir que Candide não tenha facilmente esquecido os golpes de açoite que recebera na capital portuguesa, haja vista a seu itinerário pelo Novo Mundo, sempre a oeste; talvez porque a leste fosse tudo muito semelhante a Lisboa. Também possível manobra da crítica voltairiana às voltas com o contraste metrópole-colônia⁵⁹, relativizando o “metafísico” pensamento da metrópole ao primitivismo do selvagem, no sentido de que o lisboeta, por referência às ideias iluministas que deificam a Razão, estaria aquém, como exemplifica a punição da Universidade de Coimbra.

Voltaire, prova de espírito universal, em seus entevos com Rousseau e seu *bon sauvage*, não dispensara o contato com os povos selvagens; em 1725, em Fontainebleau, entrevista quatro selvagens do Mississipi e os inquirir sobre a prática do canibalismo, numa repetição do que fizera Montaigne, em 1562, com três índios brasileiros. Também não fora indiferente aos índios que habitavam o sul do continente; do peruano, comenta sua prática de adoração ao sol, do brasileiro, o estranho hábito de comer carne humana. É sempre ao canibalismo que associa o índio brasileiro, e, não escapando à coleção de parvoíces as quais inundam a imaginação do europeu a partir dos relatos de viagem daqueles que já haviam visitado o Novo Mundo, diz o que pensava dos brasileiros:

⁵⁹ Explica-se: em geral, a essa época, acreditava-se o homem europeu – civilizado e urbano, superior aos selvagens, já que *iluminados* e esclarecidos. Além do que, o canibalismo, sobretudo pela divulgação das aventuras de Hans Staden, no século XVI, figurou como bandeira para evidenciar a inferioridade moral e intelectual dos selvagens. Voltaire, contudo, ironiza os abusos cometidos pelos portugueses – em solo português e em nome da religião, donde a dúvida: quem seria os “mais” selvagens? Não seriam os portugueses que editavam um auto-de-fé, cujo teor determinava que algumas pessoas fossem queimadas vivas para aplacar um fenômeno da natureza (o terremoto)?

“...; mais le Brésilien est un animal qui n'a pas encore atteint le complément de son espèce. C'est un oiseau qui n'a ses plumes que fort tard, une chenille enfermée dans sa fève, qui ne sera un papillon que dans quelques siècles. Il aura peut-être un jour des Newton et des Locke, et alors il aura rempli toute l'étendue de la carrière humaine, supposé que les organes du Brésilien soient assez forts et assez souples pour arriver à ce terme : car tout dépend des organes. Mais que m'importent après tout le caractère d'un Brésilien et les sentiments d'un Topinambou ? Je ne suis ni l'un ni l'autre, je veux être heureux chez moi à ma façon. Il faut examiner l'état où l'on est, et non l'état où l'on ne peut être. »⁶⁰

Ora, este comentário, que autores classificam como parte do *bestiário*⁶¹ de Voltaire, longe de provar seu desconhecimento pelo país, vem acrescentar dados ao raciocínio que o pensador constrói para referenciá-lo; como já dito, a visão do índio brasileiro sempre ligado ao canibalismo e insuficiente para o exercício intelectual, enfim, para Voltaire um lugar “où la raison humaine n'était point perfectionnée”.⁶² Em seu *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*, Voltaire dedica o capítulo CL ao Brasil, no qual traça breve síntese histórica, que se estende do Descobrimento até 1756, quando do Terremoto de Lisboa. Entretanto, se em alguns instantes se deixa vencer pela natureza ao dizer que no país “... il y règne un printemps perpétuel”⁶³, logo, volta-se para a razão e em carta a M. de Formont⁶⁴ se pergunta: “Quand les Brésiliens auront-ils leur Louis XIV et leur siècle de génies?”.

Se leu Jean de Léry⁶⁵ ou não, ou se o fez via Montaigne, não se sabe; o que se pode dizer é que Voltaire, ao menos parcialmente, tinha conhecimento do estado natural dos habitantes da vasta extensão limítrofe ao leste do *Pays des Oreillons*,

⁶⁰ VOLTAIRE. *Oeuvres Complètes*. Tome Vingt et unième (L'A, B, C, ou dialogues entre A,B,C traduit de l'anglais de M. Huet, Septième entretien). Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1860. p. 116., também citado em VOLTAIRE, *Dialogues et anecdotes philosophiques*. Introductions, notes et rapprochements par Raymond Naves. Paris: Librairie Garnier Frères, 1939, p. 296-297.

⁶¹ Faço uso aqui do termo utilizado pelo professor François Moureau (Université Paris-Sorbonne, Paris IV) em seu estudo *Le Brésil des lumières françaises*, com tradução do Prof. Jean Briant e disponível em versão eletrônica: MOUREAU, François. *O Brasil das luzes francesas*. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 13, n.º 36, Aug. 1999. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-01411999000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40141999000200009.

⁶² VOLTAIRE. *Oeuvres Complètes*. Tome Huitième. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1859, p. 88.

⁶³ VOLTAIRE. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations*. Tome Troisième. Paris: Treuttelet Würtz, 1835, p. 303.

⁶⁴ DAGEN, Jean. *L'histoire de l'esprit humain dans la pensée française de Fontenelle à Condorcet*. Paris: Librairie Klincksieckpp, 1977, p 357.

⁶⁵ Afonso Arinos de Melo Franco em seu *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, p. 251, afirma ser certo de que Voltaire lia com assiduidade os viajantes, inclusive os que datam do Brasil, já que reproduz particularidades contidas em suas obras.

itinerário de Candide. O que talvez não contasse é com a velocidade de adaptação desses nativos àquilo que lhes traziam de longe os europeus e, talvez por isso mesmo, tenha subestimado que se produzia, naquele instante mesmo em que se teorizava a pureza e a absoluta ausência intelectual dos *selvagens*, um ritual antropofágico inteiramente diverso daquele à la Hans Staden, que tanto intrigava a Europa. É certo, porém, que jamais soube que fora iguaria provada e apreciada na mesa de Cláudio Manoel da Costa (1729-1789), advogado, magistrado e poeta inconfidente, que se inspirara em seu *Essai sur la poésie épique* (1727), para produzir *Vila Rica* (1773), poema épico à maneira de *La Henriade*.⁶⁶

É esse Voltaire deglutido e já ruminado pelos portugueses e seus órgãos de censura que o leitor brasileiro vai experimentar e, uma vez provado e apreciado, fará parte constante de sua dieta, numa prova de que a presa tinha carne rara e tenra. Mas quem era esse leitor que vai ‘mastigá-lo’, e, quais ‘partes’ preferia? Para responder a estas questões se pede voltar ao trânsito de livros Lisboa-Rio de Janeiro e a quem os encomendava.

De maneira generalizada se pode dizer que sobre o leitor colonial sempre pairou a sombra da censura, resultado da forte influência do governo e da igreja com toda a *paraphernalia prohibitorum* no mercado livreiro, no entanto, mesmos os diversos mecanismos de proibição não conseguiam frear o contrabando⁶⁷. Livros eram recebidos principalmente de Portugal, mas também da Itália e da França.

Os jesuítas que, em seus conventos, através das diversas ordens, possuíam escolas para a formação de frades, em muito contribuíram para a criação do público leitor. A ordem dos franciscanos, por exemplo, acompanhava os progressos pedagógicos e chegou mesmo a adotar teorias filosóficas iluministas. Em seu *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, Moraes⁶⁸ comenta a atenção dos jesuítas com o

⁶⁶ MUZZI, Eliana Scotti. Epopéia e Civilização no Vila Rica in *Épicos: Prosopopéia: O Uruguai: Caramuru: Vila Rica: A Confederação dos Tamoios: I-Juca Pirama*. Ivan Teixeira (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 663-683. Veja ainda: FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. São Paulo: Editora Itatiaia; Ed. Universidade de São Paulo, 1981, p. 29.

⁶⁷ Em *Livros e bibliotecas no Brasil colonial* Moraes, Op. cit., p. 33, informa: “A *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, proibida na França, foi vendida na própria França em quantidade tal que enriqueceu os impressores. Uma coleção chegou à Bahia, outra alcançou São João Del-Rei. Passaram incólumes pelas vistas da polícia da França, Portugal e Brasil.” Veja página 60.

⁶⁸ Idem, p. 5.

deslocamento de altos funcionários da corte de volta para Portugal; explica-se: quando retornavam, para evitar pagar alta tarifa de frete, vendiam as bibliotecas que possuíam.

Mesmo sob o rigor axiomático dos jesuítas, muito do que se lia escapava ao consentimento deles, resultado da opinião em voga de que o livro, enquanto objeto da cultura e da prática social, configurava símbolo de ascensão intelectual. O livro ia de encontro à censura centralizadora, pois trazia em si o estigma do livre arbítrio, da circulação de ideias e da disseminação do conhecimento, sobretudo se considerarmos que esse leitor, de formação burguesa, era em grande maioria de origem rural e habitava universo urbano ainda muito incipiente.

Assim, se no século XVII, Platão e Aristóteles eram interditos no original e só permitidos em versões latinas já devidamente estropiadas pela censura, a clandestinidade se encarregará de trazer a este leitor a versão integral e o livro passará a ser “peça de contrabando, sob as vistas complacentes de autoridades e membros da corte, estes também francos consumidores das novelas de cavalaria”.⁶⁹ Isto explica porque até mesmo nas bibliotecas dos jesuítas, Voltaire está presente: a biblioteca do Convento São Francisco em São Paulo possuía os volumes de teatro de Voltaire, *La Henriade* e uma obra que teve grande sucesso na época, em grande parte devido à publicidade que Voltaire lhe deu, atacando-a. Trata-se de *Erreurs de M. Voltaire*, de 1762, do jesuíta l'Abbé Claude-François Nonnotte, que entre seus pares, infere a leitura indireta de Voltaire.

Se as bibliotecas dessa ordem se apresentam como um dos principais meios pelos quais se pode rastrear aspectos da presença de Voltaire no Brasil, importante também são as particulares, fonte de primordial importância para traçar o perfil do leitor colonial. Nesse estudo, para melhor reflexão, serão pontuadas, em ordem, referências a Voltaire nas coleções dos jesuítas – em franca decadência após a reforma pombalina⁷⁰, nas bibliotecas particulares e públicas, nos dois mais

⁶⁹ ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999, p. 41.

⁷⁰ A decadência dos conventos e bibliotecas jesuítas, consequência direta da expulsão destes por Pombal em 1757, se inicia logo em 1759 com o confisco dos bens, a detenção de religiosos e a campanha empreendida pelo marquês contra da Companhia de Jesus. A livraria da ordem, no Rio de Janeiro, que apresentava perto de um mil títulos diferentes, com mais de quatro mil e quinhentos volumes, só teve seu livros incluídos como peças de

importantes movimentos políticos da colônia – a *Inconfidência mineira* e o *Movimento democrático baiano de 1798* e, no caso especial, da *Revista da Sociedade Philomathica*, de 1833.

Além da já mencionada biblioteca do Convento São Francisco em São Paulo, o teatro de Voltaire está nas estantes do Convento de Santo Antônio, em São Luís do Maranhão, um acervo de dois mil volumes que Gonçalves Dias dizia ter toda a literatura. Ora, talvez a mais notável delas foi mesmo a dos jesuítas que começa logo em 1549, quando da chegada dos primeiros missionários, e depois cresceu com Anchieta, Nóbrega, Luís de Grã, Vieira e outros. Essa importância se dá principalmente pela quantidade, variedade e interesse intelectual, particularmente dos livros postados nos conventos do Rio de Janeiro e da Bahia, o qual possuía perto de 15 mil volumes. Lamentavelmente muito do que havia nas estantes inacianas do Maranhão, Pará, Espírito Santo e São Paulo, se perdeu quando da expulsão dos jesuítas por Pombal em 1757.

Com a reforma pombalina em consórcio com a Congregação do Oratório, os oratorianos preferem o espírito prático iluminista ao reducionismo autoritário da máquina religiosa estatal, donde a recomendação para o segundo grau ou estudos avançados da obra *História de Carlos XII, rei da Suécia (Lisboa Occidental, Oficina da Congregação, 1739)*, de autoria do Padre Manuel Nascimento, que pertencia à Academia Real de História Portuguesa; de fato, uma tradução sob pseudônimo da obra de Voltaire, bastante comum no Brasil dos setecentos, em tempos em que o limite entre a tradução e o plágio se confunde.⁷¹ Coincidência ou não, essa obra fora uma das primeiras, senão a primeira, do autor francês a ser traduzida em Portugal - como já referenciado, um indício de que não cumpria as especificações daquelas as

seqüestro dos bens em 1775. O tempo, com a ajuda das traças, incêndios e desvios, se encarregou da destruição de parte do acervo de inúmeras delas.

⁷¹ *Méropé*, por exemplo, quando não identificada, pode tratar-se ora da obra de Voltaire (tradução de 1786), ora da de Scipione Maffei (1675-1755), dramaturgo italiano, que o primeiro conheceu, em Paris, no ano de 1733, cuja *Méropé* havia sido escrita em 1713 e traduzida para o português por Francisco José Freire, em 1751. A de Voltaire foi representada pela primeira vez em 20 de fevereiro de 1743. Não se deve esquecer, também, que Almeida Garrett fará a sua versão em 1841. Há ainda *La Sophonisba* (1560) – tragédia escrita em língua vulgar, do poeta italiano Giovan Giorgio Trifino (também grafado Triffin ou Trissino). Todos se inserem na tradição do teatro clássico, na qual os autores recebiam temas já tratados, os quais, uma vez assimilados, recebiam nova roupagem, nova expressão, muito embora os temas e as situações permanecessem.

quais mereciam censura, como indica a transcrição dos interditos da Mesa Censória pombalina. Eram, portanto, proibidos:

1. os livros de autores ateus,
2. os de autores protestantes que combatessem o poder espiritual do Papa e dos bispos ou atacassem os artigos da Fé Católica,
3. os que negassem a obediência ao Papa,
4. os livros de feitiçaria, quiromancia, magia e astrologia,
5. os que, apoiados num falso fervor religioso, levassem à superstição ou fanatismo,
6. os livros obscenos,
7. os infamatórios,
8. os que contivessem 'sugestões de que se siga perturbação do estado político e civil e desprezando os justos e prudentes dictames dos direitos divinos, natural e das gentes, ou permitem ao Soberano tudo contra o bem-comum do vassalo, ou vão na outra extremidade fomentar a abominável seita dos sacrílegos monarcomanos... que tudo concedem ao Povo contra as Sagradas e invioláveis pessoas dos Príncipes',
9. os livros que utilizam os textos das Sagradas Escrituras em sentido diferente do usado pela Igreja,
10. os autores que misturassem artigos de fé com os de mera disciplina,
11. os que impugnassem os Direitos, Leis, Costumes, privilégios etc. da Coroa e dos Vassalos,
12. as obras 'dos pervertidos filósofos destes últimos tempos'...
13. os livros publicados na Holanda e na Suíça atribuídos a advogados do parlamento da França e que tratam da separação entre o 'Sacerdócio e o Império',
14. todas as obras de autores jesuítas baseadas na 'autoridade extrínseca da razão particular',
15. os livros 'compostos para o Ensino das Escolas Menores que forem contrários ao sistema estabelecido por lei anterior.⁷²

Passada à vista tal lista, se esclarece Voltaire incluído no elenco de autores franceses censurados e ditos *pervertidos* pelo pombalismo militante, o que só acrescenta importância aos registros de sua obra as quais, por diferentes meios, circulava pelo Brasil. Esses meios se multiplicam e, em 1790, em Cuiabá, provavelmente dentro da escola vicentina, entre peças de Metastásio e de autores portugueses como a *Tragédia de Inez de Castro*⁷³, foram encenadas *Zaira* de Voltaire e um texto chamado *Esostría no Egito*, a primeira, versão de *Zaire*, freqüentemente citada quando se comenta a intensa vida cultural do sertão brasileiro que, surpreendentemente, em ambiente hostil, se mantém ligado ao que de mais recente aparece no cenário europeu, especialmente a França.⁷⁴ No entanto, o texto

⁷² Citado In: MORAES, Rubens Borba de. Op.cit., p. 33. Veja páginas 53 e 54.

⁷³ Provavelmente de autoria de António Ferreira, de 1587.

⁷⁴ ARAUJO, Jorge de Souza. Op. cit., p. 41. Veja página 113. Também citado in: MOURA, Carlos Francisco. *O teatro em Mato Grosso no século XVIII*. Cuiabá: UFMT, 1976.

Esostris no Egito, dada as imprecisões⁷⁵ e alterações a que eram submetidos os textos em processo de recepção, pode tratar-se de provável versão ou adaptação de *Sésostris*, de Voltaire, anteriormente traduzida por *Sezostris no Egypto*.

Eram ricas também as bibliotecas de Minas Gerais, conforme afirma Borba de Moraes; em Sabará, se destaca a do padre sabarense José Correia da Silva, em cujas estantes havia a *Encyclopédie française*, hoje parte do acervo raro da Biblioteca Pública da cidade, portanto, mais uma leitura indireta de Voltaire, presença que não se restringia às bibliotecas públicas e aos conventos, mas ocorria também nas particulares. Essas tiveram desenvolvimento progressivo no encalço das transformações ocorridas no país, tais quais o abrandamento da censura, a propagação das tipografias e o estabelecimento de livreiros estrangeiros no Rio de Janeiro durante o Império, o que resultou numa maior circulação de livros⁷⁶. Há então não só um significativo aumento quantitativo de livros e bibliotecas, mas também qualitativo, aliado ao crescimento horizontal de títulos e assuntos, que se orientam pelas tendências de leituras em voga, com a conseqüente circularidade de ideias e opiniões. Entretanto, conforme afirma J. Araujo, “o que não muda é o perfil sociológico desse leitor, em geral um homem abastado ou de classe média, entre conservador e liberal, ainda preso ao limite da devoção religiosa e ao profissionalismo, seguramente curioso e interessado numa maior gama de interpretações do mundo à sua volta”.⁷⁷

E esse mundo à volta sofre profunda alteração: da mais absoluta interdição a qualquer publicação na colônia, o leitor colonial verá nascer a Imprensa, em 1747, com a publicação por Antônio Isidoro da Fonseca do relato histórico de 24 páginas⁷⁸, e anos depois, com a chegada da corte ao Rio de Janeiro, a *Imprensa Régia* e os

⁷⁵ As alterações e imprecisões são de toda ordem, desde dados incompletos ou incorretos até, no caso de inventários e testamentos, anotações tais quais: “13 livros de diferentes autores muito uzados e antigos” ou “livros velhos e com falta de folhas”.

⁷⁶ Comenta MORAES, Op. cit., p. 33, sobre a fundação da Biblioteca Pública da Bahia: “O admirável é terem sido obtidos três mil volumes em doações. Prova que havia na Bahia mais livros em mãos de particulares do que se pode imaginar.” Veja página 146.

⁷⁷ ARAUJO, Jorge de Souza. Op. cit., p. 41.

⁷⁸ Trata-se da *Relação da entrada que fez o excellentissimo e reverendissimo senhor D.F. Antonio do Desterro Mallheyo, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747, havendo sido seis annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para essa diocese*, editado em 7 de fevereiro de 1747, conforme citado in: ARAUJO, Jorge de Souza, Op. cit., p. 41. Veja página 173.

periódicos *A Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e o *Correio Braziliense* (1808-1822), este, editado em Londres por Hipólito da Costa, de grande penetração no Brasil, e que apresentava constante juízo crítico sobre as ações do Príncipe Regente, depois D. João VI. Essa experiência de combate e o livre debate de ideias na imprensa se multiplicam e se faz em característica da quase totalidade dos periódicos posteriores, o que coloca a imprensa em íntima relação com a ideologia. Dessa estreita vizinhança resulta a repressão ideológica, materializada em muitas das proibições ao comércio ou à divulgação de ideias e de livros no Brasil Reino.

Não obstante o cerceamento, a evolução da imprensa periódica será de vital importância para a formação de um público leitor e crítico. As mudanças correm paralelas aos acontecimentos políticos. No início do século XIX, em 1813, aparece no Rio de Janeiro o jornal *Patriota*, de cunho mercantil, político e literário, saudado por Hipólito José da Costa Pereira, o fundador do *Correio Braziliense*, conforme cita Vale Cabral: “Há dez anos, escrevia êle no seu ‘Correio’, em 1813, estando a Côrte em Lisboa, que ninguém se atreveria a dar a um jornal o nome de ‘Patriota’, e a *Henriáda*, de Voltaire, estava no número dos livros que se não podiam ler sem correr o risco de passar por ateu, pelo menos por jacobino. E temos agora em tão curto espaço já se assenta que o povo do Brasil pode ler a *Henriáda*, de Voltaire, e pode ter um jornal com o título de ‘Patriota’, têrmo que estava proscrito como um dos que tinham o cunho revolucionário”.⁷⁹

Com a independência, aumenta o interesse e o consumo por leituras políticas e por aqui circulam obras como *La politique constitutionnelle* de Benjamin Constant, além do que, os anúncios de livros estampados nos periódicos faziam afluir à capital do Império as pessoas letradas do resto do país à procura das novidades recém chegadas nos vapores europeus e à disposição nas livrarias. Laurence Hallkwell em seu *O livro no Brasil – sua história* informa que, em 1823, havia cerca de 13 livrarias no Rio de Janeiro, além de um vendedor especializado em livros religiosos, localizado próximo ao convento da Ajuda.

⁷⁹ Vale Cabral, *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro*. Rio, 1881, in 4º., 98 e seg. Citado in: VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro, 1969, p. 121.

A essa época, Voltaire já aparece no catálogo de livreiros que comercializam no Rio de Janeiro. Pierre René François Plancher de la Noé, editor e jornalista francês, que atuou no mercado à época do Primeiro Reinado, edita em Paris a obra completa de Voltaire, num total de 42 volumes, que depois será revendida no Rio de Janeiro, quando aqui dá seguimento a sua empresa, resultado do fim da censura que, embora parcial, em 1821, facilita a tarefa dos livreiros em ampliar o acesso dos cidadãos a matérias antes proibidas.

Encabeçavam as listas dos livreiros obras como *A arte poética*, de Boileau e o *Ensaio sobre a crítica*, de Pope; estava em alta também, não só a poesia, com farta quantidade de títulos à disposição do leitor, mas principalmente as obras dramáticas, devido ao forte prestígio que as artes cênicas exerciam no momento. A preferência do leitor recaía sobre autores já consagrados como Metastásio, Goldoni, Molière e Voltaire, do qual circulavam, além de *Méropé*, na tradução de 1786, *Zaira*, *Alzire ou Os americanos*, *Mafoma*, *Os Citas*, *Orestes*, *Sofonisba*. *Mariane e Zadig ou o destino*.

Assim, a relativa liberdade de imprensa faz nascer um jornalismo apaixonado, sempre ligado à posições e facções momentâneas, o que coloca em cena o Voltaire pensador e contestador, a exemplo do jornal *O Tamoio*, de 1823⁸⁰, que o trazia como patrono de um racionalismo anti-despótico através das epígrafes, uma tradição adotada pelos periódicos oitocentistas. No caso de *O Tamoio*, temos um trecho de *Alzire*:

“Tu vois de ces tirans la fureur despotique; ils pensent que pour eux le Ciel fit l’Amérique. »

⁸⁰ *O Tamoio* teve vida curta, de 12 de agosto de 1823 a 11 de novembro de 1824, data da dissolução da Assembléia Constituinte. Foi editado pelos irmãos Andrada, insatisfeitos com D. Pedro I, com quem romperam e a quem combateram naquela folha, pelo desprestígio em que o príncipe os pôs (a eles que desde o início do processo da Independência mandavam como grupo, tanto social como culturalmente dominante). Tratava-se de um jornal de pequeno porte, mas com certo gosto gráfico. Citado in: SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das Idéias Políticas no Brasil*, 2001, que recomenda ver a edição da coleção do *Tamoio*, com excelente “Introdução” por Caio Prado Júnior (Rio, 1944), na Coleção Fac-Similar de Jornais Antigos dirigida por Rubens Borba de Moraes. – Para uma visão dos estilos e dos temas da imprensa política, ou “política-literária”, da época, v. o livro de Otávio Tarquino de Sousa sobre Evaristo da Veiga (Brasília, CEN, 1939), caps. III e seguintes.

Também do início do século XIX é a excepcional biblioteca do Conde da Barca.⁸¹ Trazia em suas estantes além da *Henriada* de Voltaire, traduzida por Tomás de Aquino Belo e Freitas (Rio de Janeiro, *Impressão Régia*, 1812), uma enormidade de ilustres autores que, segundo Nizza da Silva (Op. cit., p. 38 – Veja página 182), eram lidos em francês, italiano ou inglês, resultado do gosto que o Conde tinha pela leitura dos originais de Milton, Pope, Thomas Ward, John Gay, Petrarca, Ariosto, Aretino, Torquato Tasso, Poliziano e Klopstock, dentre outros.

À procura do leitor brasileiro do XIX e de seus gostos, Jorge de Souza Araujo realiza longa e metódica pesquisa por arquivos públicos, bibliotecas e instituições. À busca de Voltaire, dela extrai dados referenciais como o inventário do padre Joaquim Gonçalves Cardozo, de 5 de agosto de 1829, que indica haver o religioso possuído um livro de nome *A revolução de França*. Ora, nesse caso, se considerarmos todo um contexto histórico e social que se nos apresenta diante tal título, é possível, mesmo sem a comprovação factual, ir pelo domínio do ensaístico e presumir ter ele, em dado momento de sua leitura, se deparado com Voltaire. A explicação pode ser encontrada em Afonso Arinos⁸²: “Na Assembléia Constituinte de 1789 os representantes da esquerda, ou Terceiro Estado (deputados do povo), eram, em grande número, intelectuais da pequena burguesia, nutridos de Montesquieu, Voltaire e Rousseau.” Portanto, se aventar a discutir os acontecimentos de 1789 sem ao menos resvalar nesses três ícones, é de se supor haver aí uma evidente deficiência na análise do episódio.

A partir dos inventários, também se pode verificar que em meio a livros italianos, espanhóis e ingleses, há uma expressiva quantidade de títulos franceses. Em geral são os grandes clássicos. Assim, ao lado de Dante, Petrarca, Goldoni,

⁸¹ Antônio de Araújo e Azevedo, primeiro Conde da Barca (1754-1817), foi diplomata, cientista e político, que se distinguiu como fundador de diversas instituições artísticas e científicas, no período em que a corte portuguesa esteve instalada na cidade do Rio de Janeiro. Como ministro e secretário dos negócios do reino chefiou o governo, ocupando um cargo semelhante ao atualmente designado por primeiro-ministro. Desembarcou no Rio de Janeiro trazendo consigo sua biblioteca, cujo acervo, após sua morte, foi comprado pelo governo e alocado na Biblioteca Real, hoje Nacional.

⁸² MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *O Índio Brasileiro e a revolução Francesa – As origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Introdução de Alberto Venâncio Filho. Prefácio de Sérgio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2000, p. 304.

Metastásio, Ovídio, Milton, Cervantes, etc., há Voltaire, Montesquieu, Mably, Rousseau, Le Sage, Marmontel, Fénelon, Molière e muitos outros.

Entretanto, pede se lembrar de que essa presença recorrente de obras literárias ou filosóficas não significa necessariamente o predomínio das letras e literaturas, já que o público leitor é em grande parte formado por profissionais liberais como médicos e bacharéis, além de padres e militares; portanto, tanto ou mais importante que possuir o livro como objeto prazeroso, canal de fruição do prazer e divertimento, era possuí-lo como objeto de apreensão formal das realidades práticas, ou ainda, no caso dos eclesiásticos, como canal de obediência à mística católica, de forma que o livro aparece como instrumento de uso e serventia imediatos. Exemplo disto é o testamento do cirurgião do exército Antônio José Vieira de Carvalho, mineiro, falecido em 1818, que traz listados 28 títulos relacionados ao ramo da medicina, de um total de 69 que o médico possuía. Ali havia as obras *The English Hippocrates*, *Memória da Academia Real de Cirurgia*, *Observações sobre os partos*, *Compendio de ouvido*, *Traité des maladies vénériennes*, *Observations sur les maladies des nègres*, etc.

Outro médico mineiro, o Dr. José Teixeira de Souza, tinha preferência por história. Em sua biblioteca encontravam-se *Histoire generale* (sic), de Millot, *Histoire generale d'Angleterre* (sic), de Rynal, além de títulos como *Moeurs des Israelites*, *Histoire de France*, *Histoire de Angleterre* (sic), *Histoire sur l'Amerique* (sic) de Robertson (quatro volumes), *Histoire de Portugal* de Maugin. Junto a esses e outros há o *Siecle de Louis quatorze* (sic) (três volumes) e *Carlos Doze por Volter* (sic), título que também fazia parte da biblioteca do médico gaúcho José da Silva Falcão, e identificada em seu inventário como *Vida de Carlos 12 da Suécia* (sic); nos inventários de David Pamplona Corte Real, de Pelotas, em 1846, e Antônio Rodrigues Viana, de Porto Alegre, em 1831, a obra aparece com títulos correspondentes de *Historia de Carlos XII* e *Carlos 12* (dois volumes). A exemplo de *Merope* (sic), a *História de Carlos Doze, rei da Suécia* aparece no inventário de Manuel Dantas Barreto, em 1784, na Bahia, como obra de Supico de Moraes, muito provavelmente uma versão da obra de Voltaire.

É também um volume de história que chama a atenção na maior biblioteca do século XIX, na cidade do Rio Grande, de propriedade de Antonio Carneiro, inventariada em 1847 e também na de Inácio José Bernardes, em Pelotas, de 1838, e descrita em ambos os inventários como *Historia do Imperio da Rucia*, possivelmente *Histoire de l'Empire de Russie sous Pierre le Grand*, já traduzida em Portugal, em 1782, como *História do Império da Russia no tempo de Pedro o Grande*.

Outra importante biblioteca do início do século XIX é a do baiano José Barbosa de Oliveira, inventariada em 1824, com cerca de 465 títulos e mais de mil volumes, que parece ter escapado à censura, já que além da *Histoire de Henry quatri cima* e da *Historia de Carlos Doze*, possui 10 tomos de *Histoire philosophique*, a tão vigiada obra de Voltaire! Assim como em Portugal, por aqui a proibição de livros nem sempre foi vitoriosa. A *História de Gil Blas de Santillana*, de Le Sage, teve ampla circulação e se tornou um *best-seller* colonial. Em meio a títulos insuspeitos, obras de Rousseau, Descartes, Hobbes, Spinoza e Voltaire, condenadas à fogueira por Pombal em 1770, circulavam pelo país.

Assim, se pode inferir que, num primeiro momento, quando as ordens religiosas, associadas ao Estado, detinham o poder de controle da leitura através dos órgãos de censura, autorizando, ou não, esta ou aquela obra, há um predomínio asfixiante de obras devocionais, que entrará em declínio a partir do aparecimento das livrarias oitocentistas e a multiplicação dos meios de comercialização oferecidos pelo nascente mercado livreiro. Com isso, há uma diversificação de títulos e assuntos, a expansão de novas áreas de interesse e o aparecimento de novos autores.

Esse novo contexto possibilita facilidades na aquisição de livros, que podem ser importados mesmo através de lojas de roupas; com isso há a expansão de bibliotecas particulares, como as já mencionadas, além de iniciativas como a de Manuel Odorico Mendes, liberal em política e deputado geral pelo Maranhão que, em 1831, traduz *Mérove* e, em 1839, *Tancredo*, tragédias de Voltaire impressas no Rio de Janeiro, a exemplo do que fizera Basílio da Gama, em 1839, que traduziu *Mahomet* e tinha especial apreço por Voltaire.

Há ainda inventários de bibliotecas particularmente diversificadas como a de Genebra de Barros Leite, viúva, e herdeira dos bens e livros do Brigadeiro Luís Antonio de Souza (1838), que denuncia um gosto particular pela poesia e pelo teatro com obras de Milton, Racine, Corneille, Molière, Voltaire, além de clássicos como Montesquieu, Fénelon, Bossuet, La Rochefoucauld, Erasmo, Montaigne, Pascal, Rousseau, etc. A algumas dessas bibliotecas particulares, se agregou valor diverso ao das obras em si, pela exclusiva razão de pertencerem a cidadãos diretamente envolvidos em conspirações ou movimentos ditos revolucionários.

Nesse caso, melhor então não mais se ocupar de inventários, mas de autos de devassa, como os da *Inconfidência mineira* e os do *Movimento democrático baiano* e ainda da *Sociedade Literária do Rio de Janeiro*, cujos membros foram acusados de livres-pensadores e divulgadores das ideias francesas. O poeta Manuel da Silva Alvarenga, membro da *Sociedade Literária*, possuía em sua biblioteca, além de Ariosto, Cícero, Verney, Rousseau, Raynal, a proibidíssima obra de Le Sage - já citada, os *Romans et contes par Mr. Voltaire*, bibliografia que o denunciava como seguidor das ideias contrárias à ordem pública defendida pela Corte portuguesa. José Pereira da Fonseca, o Marquês de Maricá, também membro da *Sociedade*, exibia entre seus livros alguns volumes das obras completas de Voltaire, porém não detalhadas nos autos, além do já citado *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa.

Muito embora rebelião armada ou transformação violenta de uma forma de governo apareçam entre muitos de seus significados, parece haver consenso geral entre os estudiosos de que a palavra revolução soa forte para definir os movimentos revoltosos brasileiros. Melhor o uso de adjetivos que, menos sonoros, se adequam com mais precisão à extensão dos acontecimentos, como sublevação, agitação ou mesmo perturbação.

“No Brasil, o processo de emancipação não chegou em nenhum momento a ser um processo revolucionário, e (...) nenhum dos homens, mesmo os mais atrevidos, que forjaram o clima de sentimentos propício à nova ordem de coisas, pensou, então, em termos de autêntica revolução”, afirma Sérgio Buarque de Hollanda em introdução ao *Cultura e Sociedade* de Nizza da Silva (Op. cit., p. 38. Veja página xvi); entretanto, Hollanda afirma o caráter radical da agitação baiana,

apesar de considerá-la *natimorta*, resultado provocado por esperanças mentirosas e aspirações mal articuladas. Sobre a *Inconfidência mineira*, Wilson Martins⁸³, lembra que muitas das “racionalizações posteriores foram ideológicas (sobretudo por parte de historiadores imaginosos), mas cujas raízes e intenções eram limitadamente econômicas”, enquanto José Veríssimo a esses acontecimentos se refere como “pomposa e impròpriamente apelidados de revoltas e até de revoluções pelos historiadores indígenas, contra o governo colonial”.⁸⁴

Ora, se extensos, influentes e capazes de desorganizar a sociedade e a política da metrópole ou não, para o governo reinol o que importava era eliminar a origem. E na origem das ideias conspiratórias havia a filosofia e os teóricos iluministas, termos que à época em Portugal, sobretudo politicamente, tinham conotação pejorativa e evocavam a *Revolução Francesa*. Voltaire, Rousseau, Montesquieu, D’Alembert, Diderot eram considerados pensadores *notoriamente anticatólicos*; seus nomes, portanto, sinônimos de ateu e materialista. Assim, tê-los à mão significava atuar como elemento multiplicador de ideias que iam de encontro àquelas aceitas pelo Estado e a Igreja. O desterro e a pena capital foram punições comumente aplicadas aos envolvidos, a exemplo de Tomás Antônio Gonzaga, o criador de *Marília de Dirceu*, que no degredo, na África, quis a vontade romântica a morte do poeta em extrema miséria física e moral. Tais fatos, porém, foram revistos e corrigidos por Frieiro a partir do estudo do Professor M. Rodrigues Lapa (*Marília de Dirceu e mais poesias de Gonzaga*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1937).⁸⁵

Muito do que se sabe dos inconfidentes provém dos *Autos de devassa*, que Eduardo Frieiro esmiúça em seu *O Diabo na Livraria do Cônego*, estudo que aponta

⁸³ MARTINS, WILSON. *História da inteligência brasileira (1550-1794)*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, Ltda., 1992, Vol. I, p. 530.

⁸⁴ VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro, 1969, p. 86.

⁸⁵ FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Op. cit., p. 41. Eis os fatos segundo o autor: “Mas o que temos agora como certo, segundo as informações trazidas a lume pelo Professor M. Rodrigues Lapa, é que o poeta não perdeu o juízo; ao invés disso, ‘deitou muito boas contas à sua vida’, apenas chegado ao exílio. Um ano depois estava prosaicamente casado com Juliana, jovem, rica e sem letras – perfeito ideal doméstico. Advogou, tratou com bom tino os negócios do casal, teve um herdeira que Juliana lhe deu e, com os rendimentos provindos da advocacia, acrescentados aos vultosos bens da mulher, tornou-se uma das principais pessoas de Moçambique. Num documento coletivo de janeiro de 1800, é intitulado uma ‘das principais pessoas’ daquela cidade, onde exerceu, primeiro, a função de Procurador da Coroa e, depois, a de juiz da Alfândega, elevado cargo que desempenhou até sua morte, que teria ocorrido, segundo admite o ilustre gonzaguista acima citado, em princípios do ano de 1810, talvez em fevereiro.” Veja página 87.

as leituras dos perseguidos poetas, oradores, eruditos, juristas e homens de ciência. Das bibliotecas aí apontadas, sem sombra de dúvida, se destaca a do Cônego Luís Vieira da Silva, lente de filosofia no Seminário Episcopal de Mariana e considerado o mais instruído e eloquente dos conjurados. Dentre livros, os quais, hoje, só nos chamam a atenção como simples curiosidades da história literária, estão aqueles que, se há muito já não influenciam os espíritos como no tempo do Cônego, nos interessam por se tratar de veículos transmissores das ideias enciclopedistas e racionalistas, enfim, o espírito da Revolução.

A atração que desperta a biblioteca de Luís Vieira da Silva não é tanto pela quantidade, já que possuía cerca de oitocentos volumes, de um total de 270 obras, mas sim a qualidade das obras ali reunidas, capazes de satisfazer qualquer exigente leitor da época. Mais da metade delas era em latim – o idioma internacional de então; havia ainda originais em espanhol, inglês e italiano e cerca de noventa deles em francês. Como se vê, homem que, embora austero e desprovido materialmente - conforme a relação dos bens seqüestrados, conseguiu reunir uma biblioteca notável para o seu tempo e lugar.

A julgar pelos livros não se tem só a prova da falha dos mecanismos de censura, como também se pode atestar o adiantado e alto índice de ilustração em que viviam os inconfidentes. “Não é pois arriscado afirmar que os intelectuais de Vila Rica leram tudo o que quiseram ler.”⁸⁶ De Voltaire, Luís Vieira da Silva, possuía as *Oeuvres de M. Voltaire*, além da obra já citada do jesuíta l’Abbé Claude-François Nonnotte - *Erreurs de M. Voltaire*, de 1762. Em se considerando ser o cônego um intelectual, um ideólogo, as tais *Oeuvres de M. Voltaire*, provavelmente se tratavam de obras as quais o colocavam no rol dos indivíduos que ora tramavam contra os sustentáculos da ordem, suposição em parte devida às imprecisões das anotações registradas nos autos de seqüestros, na maioria das vezes generalizadas, cujas indicações não se estendem para além do nome do autor.

Em se tratando ainda da biblioteca de Luís Vieira da Silva, já não é sem tempo defini-lo como bibliófilo, tal a diversidade de autores presentes em suas

⁸⁶ FRIEIRO, Eduardo. Op. cit., p. 41. Veja página 20.

estantes. Nomes como Descartes, Montesquieu, Diderot, d'Alembert, Condillac, Mably, Corneille, Racine, Milton, Cícero, Suetônio, Quintiliano e Voltaire pululam entre dezenas de outros condenados ao ostracismo. Os instrumentos de censura eram claros em relação a Voltaire – baniam-no. Não por outra razão sua presença ganha destaque entre os livros do cônego. Além do que, sua leitura era conjugada a do “*Contrato Social*, que andava de mão em mão no Brasil, como em toda a América. [Assim] Voltaire fora o bota-fogo número um, o incendiário principal de uma época que o absolutismo dos governantes, a corrupção dos aristocratas, a depravação do clero e a licença geral dos costumes já haviam carcomido”,⁸⁷ razão pela qual o iluminista figura também entre os bens sequestrados de Alvarenga Peixoto, Coronel José Resende Costa e Cláudio Manuel da Costa, com o *Essai sur la poésie épique*, fonte de inspiração para *Vila Rica*, seu poema épico.

E é ao lado de textos revolucionários como a *Fala de Boissy d'Anglas*, de 30 de janeiro de 1795 e *Orador dos Estados Gerais de 1789*, em cujas páginas se pode encontrar a afirmativa de que *ce sont les Nations qui ont fait les Rois, et non les Rois qui ont fait les Nations*, uma heresia à época, que vamos encontrar o *Dictionnaire Philosophique* de Voltaire, na opinião de Borba de Moraes, o único texto que podia ser verdadeiramente taxado de ser contra ‘o Trono e o Altar’⁸⁸, encontrado na biblioteca do tenente Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja.

A segunda das bibliotecas existentes à época do levante de 1798 era pertencente ao cirurgião e lavrador de canas Cipriano José Barata de Almeida, totalizando vinte e dois títulos, entre os quais obras clássicas como *Elementos de Euclides*, além de Condillac, Bomare e Vertot com sua *Historia das revoluçoens acontecidas no Governo da Republica Romana*, de 1718. Há ainda, os *pasquins sediciosos* produzidos pelos revoltosos (um total de 10), nos quais não há qualquer citação ou referência a Voltaire ou qualquer outro autor iluminista, a não ser a assertiva de que “as nascoens do mundo todas tem seus olhos fixos na França, a liberdade he agradavel para todos”. Os *pasquins* se limitam a conclamar o povo a

⁸⁷ Idem, p. 47.

⁸⁸ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit., p. 33. Veja página 29.

participar do levante, através de um discurso ameaçador – destinado principalmente ao clero, nos seguintes moldes:

“5º. (aviso) Prelo

O Povo Bahiense republicano ordena manda e quer que para o futuro seja feita a digníssima revolução nesta cidade e seu termo; portanto manda que seja punido com pena de morte natural para sempre todo aquele e qualquer padre que no pulpito, conficionario, exortação por qualquer modo, forma maneira etc., persuadir aos ignorantes e fanáticos o contrario da Liberdade e bem do Povo; outrosim o Padre que concorrer para a fruição da dita revolução e liberdade será reputado condigno Concidadão; quer o Povo que cada soldado perseba 200 réis de soldo por cada dia; o exposto seja entendido alias... Os Deputados freqüentarão os actos da igreja para tomar conhecimento dos delinquentes.”⁸⁹

Discursos ditatoriais foram os pasquins que conclamavam à revolução e à liberdade, afastavam e puniam prováveis opositores, e soavam sindicalistas ao relativizarem as ideias e a luta de uma causa às reivindicações pontuais de uma classe: em quatro deles “quer o Povo que cada soldado perseba 200 réis de soldo por cada dia”, em outros três o valor é majorado e o povo quer agora que os soldados recebam por dia 2 tostões – isso num total de 10!

Pouco mais de três décadas e todos esses acontecimentos estarão envolvidos pela poeira do tempo. O cenário político-social sofre transformação radical. A guerra que agora se trava em outro extremo do país não mais é de estrito cunho ideológico, o que se persegue é a atualização, a promoção e o progresso da cultura nacional, resultado de iniciativa que se inicia logo após o governo regencial.

Em São Paulo, na esteira do que florescia na Europa pelos idos de 1830, aparece a *Sociedade Philomatica*. As chamadas sociedades filomáticas eram instituições amigas do aprender – como o próprio nome indica, que se encarregavam de propagar toda sorte de conhecimento, especialmente os úteis e de

⁸⁹ Os pasquins são parte do acervo do Arquivo Público da Bahia, seção histórica: vols. 578 e 581; Cartas do Governo a Sua Majestade, 1797-1787, v. 138: fols. 372-383. Citado in: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Ed. Itapuã, 1969, p. 151.

uso imediato – aqui, tão caros ao progresso da nação, aos sócios e a todos aqueles que estivessem sob seu raio de ação.

A *Sociedade Philomatica* surge em 1833, por ação de alunos e professores da Academia de Direito de São Paulo. De existência efêmera, é através da *Revista*, com edições de junho a dezembro de 1833, que a *Sociedade* toma expressão. Dispersos pelos seis números estão artigos que privilegiam a literatura, produção consentânea com a iniciativa da *Revista* em ter participação na formação dos princípios “de nossa literatura, então empenhada em encontrar seu caráter nacional e valores à altura dos valores de consagradas literaturas europeias”.⁹⁰

Vista d’olhos sobre a Poesia Portuguesa desde os últimos annos do seculo 18, e em particular sobre o Poema-Camões geralmente attribuido ao Sr. Garret, Ensaio crítico sobre a Colleção de Poesias do Sr. D.J.G. Magalhães, Ensaios sobre a tragedia e Jakaré-Uassu, ou os Tupinambas, Chronica Brasileira por D. Gavet, e P. Boucher (Prefácio dos Auctores) são os quatro importantes artigos que procuram formular com exatidão tais princípios, e Voltaire aparece em dois deles – o *Vista d’olhos* e *Ensaios sobre a tragedia*, este último dividido em dois capítulos publicados nas quatro últimas edições, à maneira do folhetim.

Embora busque atualizar seu leitor sobre tudo que há de novo, isto não será regra geral. Se no artigo que trata da *influencia das Prisões de Correção sobre a diminuição das reincidencias nos Crimes*, o autor dispõe sobre a administração das prisões e reformas do Código Penal colocadas em prática em outros países, como contraponto ao atraso da questão prisional nacional, fazendo uso de um discurso comparativo que sugere o estrangeiro como modelo mais recente e de resultados positivos, nos textos literários se pode verificar certo anacronismo que desdiz o objetivo da associação.

O movimento é o mesmo: mirar-se no exemplo europeu, no entanto, em se tratando de literatura a *Sociedade* opta pelo classicismo que na Europa já cedia

⁹⁰ *REVISTA DA SOCIEDADE PHILOMATICA*. São Paulo: Typographia do Novo Farol Paulistano. Edição facsimilar patrocinada pela Metal Leve S.A. São Paulo, 1977. Introdução de Antonio Soares Amora.

espaço ao romantismo, movimento este que, se por um lado vai contra o avanço da modernidade, no que concerne à intensa racionalização e mecanização, produtos da razão universal das *Luzes*, por outro, coloca em cena o lirismo e a subjetividade ao expressar a sensibilidade pessoal atormentada do ser, expressão que destrói a rigidez dos valores literários clássicos e permite a emoção. Enfim, em sentido contrário à cena literária que se coloca no mundo ocidental que ora produz Lamartine, Victor Hugo, George Sand, Chateaubriand, Musset, Dumas, Vigny, Byron, etc.

“Tam longe estaremos do ‘Romantismo’ frenético”, afirma a *Revista* ao final da introdução à primeira edição, para na segunda número reiterar a opção pelo passado ao afirmar que muito dos absurdos que se vêem “são resultado do cego ardor por inovações, e desse louco horror, que se professa por tudo quanto é usado, como se os thesoiros por velhos deixassem de ser preciosos” e finalizar o artigo *Vista d’olhos sobre a Poesia Portuguesa desde os últimos annos do seculo 18, e em particular sobre o Poema-Camões geralmente attribuido ao Sr. Garret*, com um trecho do *Essai sur la poésie épique*, de Voltaire:

“ Toutes vous diront qu’une action, une & simple, qui se développe aisément & par degrés, & qui ne coûte point une attention fatigante, leur plaira davantage qu’un amas confus d’aventures monstrueuses.

On souhaite généralement que cette unité si sage soit ornée d’une variété d’Episodes, qui foient comme les membres d’un corps robuste & proportionné.

Plus l’action sera grande, plus elle plaira à tous les hommes, dont la faiblesse est d’être séduits par tout ce qui est au-delà de la vie commune. Il faudra surtout que cette action soit intéressante ; car tous les coeurs veulent être remués, & un Poëme parfait d’ailleurs, s’il ne touchait point, ferait insipide en tout temps & en tout pays. Elle doit être entiere, parce qu’il n’y a point d’homme qui puisse être satisfait s’il ne reçoit qu’une partie du tout qu’il est promis d’avoir.”⁹¹

⁹¹ VOLTAIRE. *La Henriade, avec un Essai sur la Poésie Epique & les variantes*. Amsterdam: François L’Honoré, MDCCLXVII (1767), p. 8-9. Este trecho foi traduzido parcialmente na *Revista da Sociedade Philomatica* (p. 47), como segue: “*Todas as Nações vos dirão que uma acção unica e simples, que facil, e gradualmente se desenvolve, mais prazer lhes dará, do que um montão confuzo de aventuras monstruosas. Quer se tambem que esta unidade tão sabia seja adornada por episodios diversos, bem como membros de um corpo robusto, e proporcionado. Deseja-se que a acção seja grande, interessante, e inteira, porque homem algum pode ficar satisfeito, se apenas recebe parte do todo com que ja contava.*”

Muito embora RIBEIRO, F. Bernardino e J. J. da & QUEIROGA, A. A. de, autores do *Ensaio sobre a tragédia*, tenham se valido principalmente da obra de La Harpe (*Cours de Littérature*) para traçar o desenvolvimento do trágico ao longo de quase 20 séculos, desde os gregos até os idos de Corneille e Racine, nomes como Marmontel, Barthélmy, Boileau, Horácio, Sêneca, Pope, Madame de Staël e Voltaire fizeram parte do repertório evocado. Esse último aparece em caráter de louvação. Ao longo do artigo se pode observar que, na ordenação do discurso, são várias as referências ao grande autor, de maneira a fazer com que o elemento francês inserido ao texto opere como princípio de clara carpintaria textual, interligando informações para a construção do raciocínio e ordenando o desenvolvimento da argumentação.

Na análise a que submetem a *Fedra* de Eurípedes, interessante notar que o aval de Voltaire se faz através de sua correspondência, no caso as *Lettres a Mr. de la Motte sur l'Edipe* (*Revista*, p. 81), numa mostra de que não só o teatro de Voltaire estava disponível na biblioteca dos alunos e professores da Faculdade de Direito. Deste, porém, se pode apreender que era conhecido em profundidade: *Mélope*, *Zaire*, *Les Scythes*, *Tancredi*, *Mahomet*, *Sophonisbe*, *Oedipe*, *Alzire*, *La Mort de César*, além do já citado *Essai sur la poésie épique*, são textos referenciados no esforço de fundamentar os princípios da *Revista*, que nem mesmo ao expressar sua incredulidade irônica e repulsa ao romantismo, abandona o gênio francês: “Schiller? Ainda não vale Crebillon. Goethe?... E toda a vossa escolha romântica refundida para fazer um só homem produzirá uma Zaira, um Mahomet?”.⁹²

Da maciça presença francesa presente nas edições da *Revista*, ao leitor não passará despercebido a intensa referência a Voltaire e as suas obras em clima de louvação: aquele que “empunhava o cetro do bom gosto”, o que “possuía tudo quanto he necessario para a formação de um ente sem igual”, que “é o próprio genio que inspira os herois, e falla pela boca dos grandes homens” e, não obstante seu lado filosófico sequer ser mencionado, a *Revista* o coloca como o “primeiro dos seres pensantes”.

⁹² *REVISTA DA SOCIEDADE PHILOMATICA*. São Paulo: Typographia do Novo Farol Paulistano. Edição facsimilar patrocinada pela Metal Leve S.A. São Paulo, 1977. Introdução de Antonio Soares Amora, p. 175.

Enfim, no exercício de exemplificar a linguagem e a literatura que persegue, a Revista elege Voltaire como fonte protagonista, numa mostra do que o próprio Machado faria anos mais tarde ao buscar no domínio da tradição as fontes que lhe possibilitarão rearranjos para melhor acurar sua escrita. Convém lembrar ainda dado importante que não escapou aos autores: a universalidade de Voltaire, a quem RIBEIRO, F. Bernardino, dedica versos que evocam muito do espírito do gênio francês, em verdadeira ode:

“...
O genio immenso, qu’ainda o mundo espanta,
Que na Gallia troou accento altivo,
Que fez tremer os despotas nos thronos,
E baquear do solio o Fanatismo;
Que de electrica chama arrebatado
Fez soar da verdade a voz austera
Por paços, por cidades, por aldeias;
Erguendo-se de quedas descompostas,
Sobre ruinas, que hoje alaga o Lethes,
Alçou de gloria esse colosso immenso,
Que a França, a Europa, que o Universo admira,
Que a inveja esmagou Lernea cabeça,
As vozes da calumnia suffocando.”⁹³

Diante do já exposto se coloca então pergunta de vital importância: Qual a importância político-cultural da louvação de Voltaire? As respostas para esta e outras questões estão no estimulante estudo sobre a *Revista, A miragem gálica – Presença da França na Revista da Sociedade Filomática*⁹⁴. Antes, porém, e para melhor compreensão do Voltaire que se propagou pelos trópicos, se faz necessária uma análise das diversas reações que o gênio despertou em seu país de origem. Para tanto, nada mais útil que o não menos instigante estudo de Raymond Trousson, *Visages de Voltaire (XVIII^e–XIX^e siècles)*⁹⁵. O autor traz à luz opiniões de

⁹³ Idem, p. 87.

⁹⁴ PASSOS, Gilberto Pinheiro. *A miragem gálica – Presença da França na Revista da Sociedade Filomática*. São Paulo: Instituto de Cooperação Interinstitucional – Inter/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 1991.

⁹⁵ TROUSSON, Raymond. *Visages de Voltaire (XVIII^e – XIX^e siècles)*. Paris: H. Champion, 2001.

escritores, críticos, religiosos e políticos, oponentes e favoráveis ao grande escritor francês, traçando um painel que constitui verdadeira recepção de Voltaire na França.

Muito das críticas ali contidas não se restringem unicamente a Voltaire, mas alcançam também Rousseau - seu arquirrival, Montesquieu, Diderot e, de certa forma, toda a filosofia das *Luzes*, críticas, bom que se diga, vindas da pena de críticos como Auguste Comte, Louis Blanc, Taine, Veuillot, Barbey d'Aurevilly e Brunetière, nomes a partir dos quais se pode constituir um painel da recepção de Voltaire, tal a temperatura das numerosas polêmicas nas quais se enredaram. Independente do viés da crítica, Voltaire sempre figura como um *mythe-mobilisateur*.

Auguste Comte vê em Voltaire não só certa aridez, mas também a incapacidade de construir como uma de suas grandes características. Os Goncourt o execram, porque nele vêem “un certain esprit bourgeois”, além de só apresentar idéias simplistas. Brunetière, esse mais hostil e contrário às *Luzes*, torna-se um obstinado em seu combate a Voltaire, homem ao qual ele denigre as ações, além de considerá-lo um oportunista, arrivista, vaidoso, pusilânime e muito inferior ao que aparente ser. La Harpe, em princípio um crítico ferrenho, aos poucos se torna mais reservado e evita críticas cegas e entusiasmadas. Stendhal, exalta o militante, o adversário de *l'Infâme*, mas rejeita o que chama de suas “idées courtes”. Para Balzac, Voltaire representa o homem das letras que impôs à realeza o *esprit*.

Neste rol de opiniões há ainda Louis Blanc que embora considerasse ter Voltaire contribuído para o progresso, afirmava ser ele um homem da burguesia que “n’aimait pas le peuple”. Aqui vale lembrar o que diz Lepape ⁹⁶: “Mais ‘le peuple’, comme réalité sociale, lui demeure extérieur. Il est objet abstrait, ou source d’exotisme (...) Il n’existe que par comparaison et différence ou comme mythe.”

Os críticos mais próximos do século de Voltaire, tais quais o Prince de Ligne, Isabelle de Charrière, La Harpe e Madame de Staël, se interessam, sobretudo, por sua obra trágica e o admiram por isso, à exceção de Geoffroy. Delacroix a admira muito e Nerval nela destaca inovações dramáticas que vê como um caminho aberto

⁹⁶ LEPAPE, Pierre. Op. Cit., p. 30. Veja página 357.

ao drama romântico. Brunetière, como já vimos, crítico ferrenho ao homem, vê o conjunto da obra voltairiana como ultrapassado, entretanto, destaca de maneira positiva algumas tragédias. Stendhal, já distante dos gêneros tradicionais e de um estilo neoclássico entediante, se volta aos contos. De qualquer maneira, o que se vê em todos é a exaltação do Voltaire militante.

Enfim, a crítica do fim do século XIX acabará por reduzir a obra do grande autor francês à poesia fugaz, a algumas belas cenas de suas muitas tragédias, algumas cartas espirituosas de sua *Correspondance* e a contos como *Candide*, no qual muitos ainda criticam seu humor irônico e demolidor, a partir do que se pode concluir que embora a crítica o tenha acusado de escritor superficial e sem imaginação, ela não pôde deixar de exaltar sua luta pela liberdade de pensar e pela defesa dos oprimidos, além de sua incansável luta contra a perseguição religiosa - vejam-se o célebre *Affaire Callas*, e a barbárie das leis, razões suficientes para Gustave Lanson afirmar a necessidade de se continuar a ensinar a obra do grande gênio francês.

Mas voltemos ao estudo de PASSOS sobre a *Revista*, o qual nos orienta para a importância da louvação a Voltaire em nosso contexto tupiniquim. Antes, porém, vale ressaltar que longe da complexidade e da polêmica nas quais a crítica enredou o grande escritor francês em seu país de origem, no Brasil, se podem destacar três diferentes momentos do autor: no primeiro deles, que se estende até fins do século XVIII, desponta o grande autor político, razão pela qual – e já extensamente exposta, o autor teve suas obras banidas pelos diferentes instrumentos de censura, uma vez que era visto como um dos baluartes contra o fanatismo e o despotismo, visão que se prolonga até os idos de 1840, época conturbada pela qual passa o país recém saído da dominação portuguesa e em meio às crises da Regência e que não apagara de todo os arroubos anti-democráticos de D. Pedro I. Dessa fase ainda, desponta o Voltaire defensor do neoclassicismo e nada mais natural, portanto, que os idealizadores da *Revista*, partidários da Razão e do Bom Gosto, vissem em Voltaire um depositário do culto ao Belo do qual podiam se servir, uma vez que “o

Brasil, contudo, não possuía um centro sólido e bem alicerçado onde fosse buscar tradição, normas e apoio”⁹⁷.

A transição para um segundo momento do autor em nossas terras se dá por volta de 1840, ainda sob os ecos dos acontecimentos franceses – a *Restauration*, que o colocara como partidário dos ideais revolucionários, enfim, a *bête noire*, que provocava arrepios e medo. Aqui, no entanto, nesse período ganha fôlego o Voltaire literário, cuja obra completa, desde 1821, Pierre René Plancher de la Noé, editor, jornalista e comerciante de livros, já editara na França com o intuito de vendê-la no Rio de Janeiro, donde o destaque e a preferência para as tragédias do escritor, largamente referenciadas pelos idealizadores da *Revista*. Conforme afirma PASSOS⁹⁸, os “elementos básicos do neoclassicismo [eram] perfilhado[s] pelos estudantes de maneira consciente e programática” e os caminhos que viessem porventura a seguir “não podiam ser percorridos, segundo a ótica da *Revista*, sem a autoridade segura de grandes autores do passado, sobretudo os franceses do século XVII e XVIII, tomados por mestres”⁹⁹.

O terceiro e último momento, cuja predominância se dá a partir de meados do século XIX, se confunde sob muitos aspectos com a disseminação da cultura francesa no país. Voltaire será sempre lembrado, política e literariamente como um referencial, uma grande figura, entretanto, o modelo neoclássico será submergido, esquecido, para dele, emergir o contista que filtra para a narrativa o filósofo e o crítico, através de uma escrita irônica, concisa, porém não menos densa e introspectiva. Assim, através do chamado conto filosófico, o escritor convida o leitor a tomar consciência da imperfeição humana e da onipresença do mal sobre a terra, tal qual o célebre *Candide*, em que o mal se opõe à teoria de Leibniz, caricaturizada na figura de Pangloss, o que dá uma dimensão satírica à obra.

Contudo, não só a imagem do Voltaire contista será cultivada a partir de então, mas também a do epistológrafo – como se verá nas crônicas em análise, e, referenciar o escritor através de expressões como *a língua de Voltaire*, *a pátria de*

⁹⁷ PASSOS, Gilberto Pinheiro. Op.cit., p. 59. Veja página 26.

⁹⁸ Idem, p. 26.

⁹⁹ Idem, ibidem, p. 37.

Voltaire, o riso de Voltaire e ou *o espírito de Voltaire*, será, inelutavelmente, ligá-lo à cultura francesa de modo a fazer ressurgir todo um passado que nos prende culturalmente à nação gálica desde os tempos coloniais.

Assim, no périplo empreendido em busca de Voltaire pelo Brasil, chegou-se a um ponto em que a importação e a distribuição de livros tornaram-se negócio ordinário e a leitura de Voltaire – no original, já não trazia qualquer comprometimento.

Destarte, o público não só era composto de leitores bilíngües, conforme se nos apresenta a extensa lista de obras traduzidas para o português. O exercício da tradução aparece como fator importante no processo de circulação da literatura, e no caso especial do Brasil colonial e imperial, isto parece saltar aos olhos. Falo aqui das alterações impostas às obras por descuido de tradução. O que se coloca não é só a dilapidação proposital e recomendada pela censura no sentido de ajustá-la ao discurso do governo, mas a falha devido à escassez de conhecimento e recursos. Aos textos teatrais conjugava-se ainda a carência generalizada de técnicos e artistas, o que levou o prussiano Von Leithold, durante sua estada no Rio de Janeiro, em 1819, afirmar que embora tivesse optado por assistir óperas, em face de sua dificuldade com o português, ainda assim, tivera dificuldade, já que estas eram desfiguradas. Ao assistir *Tancredo* afirma: “eu mal a reconheci de tão mutilada e estropiada por uma péssima orquestra.”¹⁰⁰

HESSEL e RAEDERS em *O teatro no Brasil da Colônia à República* reproduzem comentário de Ferninand Denis, amigo de Taunay, que assistiu no Recife a representações teatrais de *Gabrielle de Vergy e Astúcias de Escapim (Les fourberies de Scapin)* de Molière, e constatou: “Realmente”, escreve ele, “não nos lamentamos da ‘maldita galera’ e apesar do ridículo que se cobre Escapim, reconhecemos nosso grande Molière”.¹⁰¹

¹⁰⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. cit., p. 38. Veja página 190.

¹⁰¹ HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O Teatro no Brasil da Colônia à Regência*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974, (Col. Teatro, 2), p. 130. O autor cita: TAUNAY, Hyppolite & DENIS, Ferdinand. *Le Brésil ou l'histoire, moeurs, usages et coùtumes des habitants de ce royaume*. Paris: Nepven, 1822. Vol.3, p. 71.

Molière resiste e atravessa o tempo. Machado, francófono, é certo que o encontrou no original. Sua época, de profundas transformações, começara a tomar gosto pela velocidade. Machado vive a colônia, o Império e a República. Proibitivos da censura deixaram de merecer importância na nova sociedade que se desenhava. O país, ainda que timidamente, toma a marcha do desenvolvimento e o leitor, curioso, pode espiar para além das fronteiras e com muito menos impedimento. Agora já se lê de tudo, principalmente os clássicos.

Que o gênio francês aportou em terras tupiniquins via *Candide* é o que afirma Afonso Arinos ao sustentar que “onde se pode encontrar, afinal, mais copioso material brasileiro é ainda no ‘*Candide*’, a obra-prima do gênio voltairiano”, embora admita que não haja qualquer referência ao Brasil na obra e que, portanto, prudentemente, não se pode fazer nenhuma afirmativa da passagem do herói pelo país, não obstante a probabilidade do trajeto devido a “aproximações e reminiscências de leituras”, que mostram “como o ambiente em que ocorrem várias cenas do livro foi, sem dúvida, fornecido a Voltaire por escritores que se referiam ao Brasil e ao nosso índio”.¹⁰² Também, mais uma assertiva que entra pelo domínio do ensaístico, já que dados não existem.

¹⁰² MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Op. cit., p. 48. Veja páginas 253 e 254.

III. Análise crítica – 1ª parte

1.1. Crônica originalmente publicada no jornal *Marmota Fluminense* em 8.5.1860, com o pseudônimo de M.A. e republicada no livro *Dispersos de Machado de Assis*, coligidos e anotados por Jean-Michel Massa. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1965, p. 152-153.

CARNICEIRA A VAPOR

O estabelecimento de M. Roviello¹⁰³, situado nas proximidades da cidade do Brooklyn, nos Estados Unidos, é um matadouro de porcos, onde se empregam os aparelhos mecânicos a vapor para o tríplice processo de - sangrar ou matar, esquartejar e salgar êsses animais.

M. Cometant, na obra que publicou em 1857 sôbre os Estados-Unidos, descreve êste singular estabelecimento em tôda a sua extensão; porém nós vamos dar aos leitores uma sucinta idéia dêle, não sômente para conhecerem esta carniceria a vapor, como para saberem até onde se tem levado o emprêgo destas máquinas.

O estabelecimento, de que vamos tratar, vasto, como deve o ser para estrangular diâriamente centenas de porcos, compõe-se de quatro extensas casas, que se comunicam entre si por pontes pênseis. Ao redor, e em todos os sentidos, se distinguem diversos cercados, fechados, onde formigam inumeráveis porcadas pertencentes a diferentes criadores.

Longe nos levaria a descrição do maquinismo, peça por peça, o que só interessaria a quem quisesse organizar uma Companhia de - *açougues monstros* - de carne de porco; assim, vamos ser simplesmente espectadores, para o que não basta sômente - presenciar - é preciso também ter ânimo sômente para - ver -.

A matança vai começar.

O engenheiro em chefe faz um sinal; abre-se logo a comunicação do exterior para o primeiro compartimento da máquina chamada degoladouro.

O ingresso para este compartimento é feito por um estreito corredor, que se afunila, e só podem (sic) chegar ao compartimento de que se trata um porco por sua vez. Ao têrmo deste corredor são os porcos obrigados a parar, e logo, com rapidez de raio, enormes facões manejados por um punho tão forte, como o do vapor os traspassem certamente a sangrar pelo coração.

Quanto pode a mecânica!

¹⁰³ Aqui vale atualizar certas imprecisões que ao cronista certamente se fizeram irrelevantes: o estabelecimento era de propriedade dos Srs. Borello e Hinglinton e situava-se em Cincinnati, cidade próxima ao rio Ohio, e não na cidade do Brooklyn, como citado.

Isto feito, sem demora, cada um porco é agarrado pelos quartos traseiros por grampos, e assim violentamente levantados e conduzidos em enfiada, como um rosário, para serem mergulhados em um vasto reservatório de água fervendo, donde saem para sofrerem o processo final de pelação entre grandes escôvas.

O vapor ainda não terminou aqui sua missão. O porco ou porca (que neste estado é sempre – *porco* - nos açougues) é ainda agarrado convenientemente pelos grampos, e em um movimento brutal é arremessado para um lugar apropriado, onde a máquina leva as suas afiadas facas, e de uma só vez abre desde o focinho até a cauda.

Neste estado, saltam logo alguns operários para arrancar os intestinos, ou quaisquer outras partes não aproveitáveis do porco, e os lançam em uma vala que atravessa o estabelecimento, que é constantemente lavada pelas águas do rio Ohio.

A máquina ainda continua a trabalhar, levando o porco ao horrível compartimento do talho; aí se espedaça o animal com aquela regularidade e simetria que lhe é devida, e passa por montões de sal.

Os encarregados do recebimento da carne reúnem os pedaços e os põem no fumeiro ou os embarrilam na salmoura.

Eis a carniceria feita, e com tão grande presteza, que perde-se de vista os múltiplos processos porque passam os pobres animais!

Os porcos sucedem aos porcos, como os cavalinhos de pau da *Maxambomba*¹⁰⁴, que mal são percebidos no rápido circular em tórno do mastro! E juntai a êste movimento o grunhido rouco e sinistro das vítimas que são degoladas ou sangradas, e dos que semi-vivos seguem em rosários para a terrível caldeira d'água em ebulição! Esta lúgubre e horrível música não tem fim, porque, enquanto alguns porcos morrem na água fervendo, já outros são esfaqueados, e assim não cessa de haver sempre um contingente de lamentações!!!

Terminemos a nossa missão de levar o leitor a visitar o estabelecimento de M. Roviello, nos Estados-Unidos.

Agora resta-nos entregá-lo à liberdade de seu pensar, para que julguem até onde se tem empregado as máquinas movidas a vapor.

A este respeito diz um mecânico francês:

“Où la mécanique va-t-elle se nicher!”.

M.A.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Denominação popular dada aos trens.

¹⁰⁵ Muito embora a crônica seja creditada a Machado de Assis no *Dispersos*, em *A Juventude de Machado de Assis*, Massa levanta o problema de identificação dos autores e seus textos, o qual se impõe em pesquisa dessa natureza. No caso, ao referir-se a essa crônica diz: “Devemos atribuir-lhe, como o faz José Galante de Souza, três breves notas, *Carniceira a vapor*, *Anedota*, *Termômetro Parlamentar*? Estão assinadas M.A. Novamente, encontramos no nosso caminho Machado de Assis e Moreira de Azevedo! [...] Assinalemos, mesmo assim, a favor de Moreira de Azevedo, que êstes três escritos foram publicados em maio de 1860, ou seja, dois meses

A origem da citação remonta ao ano de 1665, quando, logo após a célebre *Tartuffe*, Molière escreve *D. Juan, ou le festin de Pierre*, uma reflexão sobre a *libertinage* e seus excessos; no entanto, aos olhos dos religiosos contemporâneos a Molière, não ia além de uma apologia à incredulidade. Em suas comédias, o ícone francês não raro lançou mão do riso em sua crítica à hipocrisia religiosa. D. Juan, sedutor e *libertin*, em dado momento de suas peripécias, perdido a perambular pela floresta em companhia de seu fiel criado Sganarelle, confia a este sua descrença da medicina e acaba por indicar que ao compará-la a Deus, não saberia dizer em qual dos dois mais acreditaria.

Caminho à frente, deparam-se com um pobre e se informam sobre a rota a seguir até a cidade, este por sua vez, lhes pede uma esmola, ao que D. Juan lhe promete uma moeda de ouro à condição de um juramento, este, prontamente negado pelo pobre que acredita pecar caso jure em vão. Testado à exaustão a abandonar seus princípios, o pobre resiste e acaba por ganhar a moeda “pour l’amour de l’humanité”.¹⁰⁶

A arte imitando a vida ou não, o certo é que o germe da cena pode estar na anedota recontada por Voltaire em *Vie de Molière*, a curta biografia que escreveu sobre o autor em 1739. Certa vez, Molière dá esmola a um mendigo; em seguida, este corre atrás do comediante e lhe diz que provavelmente o autor não havia tido a intenção de lhe dar um *louis d’or* e que, portanto, queria devolvê-lo, ao que Molière responde: “Tiens, mon ami, en voilà un autre.” e exclamou: “Où la vertu va-t-elle se nicher!”¹⁰⁷

Para Voltaire, isto mostra que Molière, mesmo numa situação ordinária, refletia sobre a natureza da alma humana e de como esta se expressa. Para a crítica

após a estreia de Machado de Assis no *Diário*. Ora, depois de março de 1860 Machado de Assis não assinou mais textos na *Marmota*.” (MASSA, Op. cit., p. 25) Veja página 274.

¹⁰⁶ A cena faz parte do ato III de *D. Juan, ou le festin de Pierre*. A reação foi grande e a cena suprimida, para somente em 1884 ser reintegrada ao texto, restabelecendo assim a versão original. Sobre a questão ver: M. Le D’HOEFER (direction), *Nouvelle Biographie Générale depuis les temps les plus reculés jusqu’à nos jours*. Paris: Firmin Didot Frères, Fils ET C^{ie}, Éditeurs, MDCCLXVI (1866), p. 859-864.

¹⁰⁷ VOLTAIRE. *Oeuvres complètes de Voltaire; Vie de Molière*. Tome dix-septième. Paris: Librairie de L. Hachette et C^{ie}, 1860, p. 465.

uma mostra das qualidades morais de Molière, habituado à contemplação dos vícios e desvios da humanidade, a qual não odiava e nem desprezava.

Ao fustigar o leitor à reflexão ao final da crônica, Machado opta pela paródia ao retomar a expressão voltairiana, porém com seu sujeito alterado. Na falta de um ato nobre da alma humana, capaz do enlevo das virtudes e da vida, o cronista parte para a direção oposta, de onde emerge o sórdido. É o homem despido de suas virtudes a concorrer para o triunfo perene da morte, porque agora em escala industrial.

A crônica publicada no jornal *Marmota*¹⁰⁸ é uma adaptação, como parte do que Machado traduziu. Muito embora sua atividade de tradutor não seja um dos aspectos mais relevantes e destacados de sua obra, ela desempenhou importante papel em sua trajetória de escritor. Não obstante a qualidade e a técnica utilizadas por Machado ao longo dessa prática não sejam o foco do estudo em questão, nessa área, o autor vai além e não se limita à translação do código. Ele não só traduz como trabalha o conteúdo de forma a ajustar-se ao novo sistema de maneira natural e, nota-se neste processo não só a inserção de marcas locais¹⁰⁹, mas a impressão de seu fôlego, seu tempo frasal. A versão tem, então, ares de texto original e produzido sob novo código - o português.

“Atirei-me ao prazer de estudar todos os originais que encontrava, e não tenho dúvida em confessar que até então só tinha encontrado cópias.”¹¹⁰ À vista de tal comentário vê-se o autor a repudiar a transposição *tout-court* de um código para outro e optar por *trabalhar* a tradução de forma a torná-la hipertexto, possibilitando caminho para vários outros textos, ideia que vai ao encontro do mote intertextual de que *escrever é reescrever*, um exercício ao qual, de forma aleatória e impensada, se

¹⁰⁸ *Marmota*: jornal de modas e variedades editado por Paula Brito. O jornal inicia-se em 1849 e até 1852 recebe o nome de *Marmota na Corte*, de 1852 a 1857 é editado sob o nome de *Marmota Fluminense* e de 1857 a 1864, quando para de ser publicado, é chamado de *Marmota*. É na *Marmota Fluminense* que Machado publica seu primeiro poema em 6.1.1855: *A Palmeira*, dedicado a seu amigo Francisco Gonçalves Braga; é ali também que publica *Ella*, em 12.1.1855. Sabe-se, no entanto, que, em 1854, Machado publicara no *Periódico dos Pobres* o poema *Sonetos*, dedicado a uma misteriosa Ilma. Sra. D.P.J.A. Tem-se notícia dessa publicação, contudo nenhuma cópia é conhecida. A crônica em análise foi publicada nas páginas 1 e 2.

¹⁰⁹ Exemplo disto é *Os trabalhadores do mar*, de Victor Hugo que traz vários exemplos de brasileirismos, tais como: tutu, dinheirinho, barateza, quiprocó, etc.

¹¹⁰ *Decadência de dois grandes homens*, publicado no *Jornal das famílias* (1873).

recorre à memória. O aparecimento de Molière e Voltaire na crônica exemplifica essa questão.

Machado se apropria do texto estrangeiro e, em alguns casos, mostra talhe radical em seu conceito de traduzir: retalha-o, retira trechos, sintetiza outros, insere o olhar do cronista – também tradutor, incita o leitor a participar de sua lógica e realoca a ideia em contexto social diferenciado, em busca de respaldo para a construção de um novo discurso, o qual, por sua vez, passará a existir em situação autônoma e criativa.

Como indicado pelo cronista, o texto base para a crônica é o livro de Oscar Comettant. Trata-se de *Trois ans aux États-Unis*, capítulo VIII, p. 141-143. Um cotejo entre o original e a tradução, agora crônica, permite a verificação do novo discurso que se constrói a partir da tradução. São vários os pontos a serem observados nessa transposição. Observe-se o procedimento adotado: (o texto base inicia no quarto parágrafo da página 141: “*Nous avons parlé...*”)¹¹¹. Vejamos:

Comettant exclui qualquer referência de caráter sentimental; sua narrativa, a exemplo do que descreve, é centrada no texto informativo, o movimento mecânico próprio da máquina a vapor é deslocado para o relato, assim, sem desviar o foco do objeto, o francês começa por indicar a finalidade da máquina, relativizando os sentidos de *tuer* e *mécanique moderne à vapeur*, excluindo com isso qualquer referência à vida que se acaba, já que o grau máximo de expressão do envolvimento de emoção humana no processo de matança dos porcos é o incômodo causado aos ouvidos: “*Cette lugubre et horrible musique n’a pas de fin, car au fur et à mesure que les cris d’un cochon disparaissent étouffés dans les puits de vapeur, la mécanique sans cesse en mouvement égorge un autre cochon qui apporte son contingent de sourdes lamentations.*”

Ora, se no relato de Comettant essa frase é, digamos, o ápice do constrangimento que a morte e seu horror despertam na alma humana, em Machado, parodicamente, ao *espetáculo vai começar* se lerá “a matança vai

¹¹¹ Para evitar a transcrição de trecho bastante longo, anexou-se cópia das páginas do original digitalizadas ao final dos comentários sobre essa crônica.

começar”, frase que não só encerra o mesmo desconforto em sua essência, mas também soa irônica, uma vez que envolve o leitor como convidado de uma ópera de horrores a qual, na condição de espectador, assistirá ao lado do cronista, agora personagens de uma crônica ficcionalizada. Ambos presenciam, então, com espanto, o desenvolvimento de uma ciência que esconde sob as asas da técnica, a destruição, no que partilham cronista e leitor - espectadores, de uma decepção reinante quanto ao progresso que produz maravilhas, mas é incapaz de frear a miséria que se alastra.

Muito embora ao longo de sua carreira de cronista Machado vá ser um forte entusiasta do progresso, o que se pode apreender de sua juventude, é verdadeira perplexidade diante da indiferença à vida, além da inelutável incapacidade de sair em sua defesa face aos atropelos impostos pelo desenvolvimento que obriga mudança radical de modos e costumes, de certa maneira um eco pessoal dos ventos literários da Europa onde o classicismo cedia espaço ao romantismo, movimento este que, se por um lado vai contra o avanço da modernidade, no que concerne à intensa racionalização e mecanização, produtos da razão universal das *Luzes*; por outro, coloca em cena o lirismo e a subjetividade ao expressar a sensibilidade pessoal atormentada do ser, expressão que destrói a rigidez dos valores literários clássicos e permite a emoção.

Se não há saída outra que *simplesmente espectadores*, a crônica sugere ao leitor *ânimo para - ver*. O primeiro ato é anunciado por um *A matança vai começar*, ao que Comettant optara por descrição mais mecânica: *l'opération de destruction commence*. Num processo de readequação, o cronista desloca a dimensão em que se dá o fato real, introduz o leitor-espectador em jogo cênico, a ópera, mimeses do matadouro de Cincinnati, o que o obriga a trabalhar o texto esteticamente lançando mão de léxico que acentue a dramaticidade (sangrar, matar, esquartejar, esfaquear, violentamente, movimento brutal, etc.), sem, contudo, esquecer de reforçar as posições ocupadas pelo homem: a de propulsor da máquina, em início de linha de produção industrial e, a de finalizador do produto, em etapa prévia ao objetivo final, a aferição do lucro, subjacente desde a idealização do mecanismo.

Quanto pode a mecânica! A exclamação é dúbia: ao mesmo tempo em que sugere o espanto do cronista em face da eficiência da ciência e da razão humana, portanto, emitida no domínio do narrativo, no teatral, tem seu sentido justaposto às sensações do espectador o qual, nesse segundo ato, será exposto à vileza humana, sobretudo quando se destaca os muitos “semi-vivos [que] seguem em rosários para a terrível caldeira d’água em ebulição!”, acentuando, assim, o horror do cronista diante da frieza e da imparcialidade com que a técnica subjuga a vida, ironia machadiana à ciência, cuja razão de existir reside justamente no oposto, em facilitá-la e preservá-la.

Daí um cronista enternecido pelos “múltiplos processos porque passam os pobres animais”, a convidar o espectador à reflexão e ao julgamento. Em discussão a disseminação e o intrometimento atingido pelas máquinas a vapor; nas entrelinhas, o preço que a vida haverá de pagar para obter o progresso. Sob essa lógica há o cronista preocupado com o futuro, cioso da necessidade de esclarecer ao seu leitor a *origem* e o *custo* empregados no simétrico pedaço de carne que consome. Proteção à vida animal ou vegetariano *avant la lettre*? Muito provavelmente não, haja vista ser esta uma interpretação à luz de nossos dias que certamente passou ao largo do leitor oitocentista, embevecido a cada instante face os saltos do progresso, além do que a reflexão de Machado paira no plano das ideias, nada de concreto é proposto, nada se altera, cronista e leitor se mantêm na postura de origem, ou seja, *simplesmente espectadores*.

Por conseguinte, o diálogo que se estabelece com Voltaire também se dá no plano das ideias, só que então, para, através da paródia, destacar o caráter no mínimo duplo da natureza humana. Discretamente, *la vertu* cede lugar à *mécanique*, sai a poesia, entram a frialdade e a inexpressão da máquina. O mais importante sinal do diálogo com Voltaire se faz pela ausência. O nome do autor francês é apagado e substituído por um qualquer *mecânico francês*, numa adequação de referência incorporada que se aclimata, perde a asserção filosófica, para se inserir numa instância mais popular, na qual o nome do autor não mais é necessário, embora a ele sempre se volta por associação de ideias, uma vez que o que disse é agora adágio de domínio público. A rigidez clássica da forma que encerra as qualidades humanas inerentes à *vertu*, que na expressão do francês nos remete às

vicissitudes e às boas surpresas que a alma humana pode encerrar, ironicamente, nestes tempos de ares românticos, se mostra inadequada, o que faz com que o cronista lance mão de algo destituído de qualquer sentimento – *la mécanique*, indício e denúncia de ideias fora de lugar que despontam em época em que as emoções já podem se aflorar, contudo, sacolejam entre o que emociona e o que leva à indiferença, entre o terno e o prático, as emoções de um lado, o estático, porque destituído delas, de outro.

Entretanto é preciso atentar para o fato de que embora a crônica se constitua num espaço para o efêmero, a anedota e o cômico, em Machado, justamente por ela, em princípio ser vista como material produzido para a alegria e o divertimento dos leitores, pode encerrar armadilhas, já que a realidade é volatizada, se desvanece, e é transformada em ficção. De tal processo de escrita se desprende a ambiguidade, a relativização e a convivência de opostos. Assim, o lado prático - ciência e progresso, embora justapostos, necessariamente não se equivalem no sentido de que a primeira determinará o segundo, isto é, de que a técnica – *la mécanique*, seja porventura resultado da ciência. Machado intervém constantemente na narrativa por meio de uma polifonia, na qual vozes claramente identificáveis e perceptíveis – Molière e Voltaire - contribuem para a ideia de que sob um processo pretensamente científico jaz uma prática perversa e sádica.

Mas como se dá a aparição do intertexto na narrativa ficcional? O aforismo com o qual Machado encerra a crônica abre uma fissura que permite uma estrutura dialógica, tal qual aquela enunciada por Bakhtin de que “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva... toda compreensão é prenhe de resposta... o ouvinte se torna falante”¹¹², e uma vez que tal ideia pode ser plasmada para o literário, nota-se que o aforismo, a atitude responsiva do cronista, exerce a função de uma teia através da qual se demonstra, sobretudo, o diálogo e a compreensão ocorrida entre o cronista e as vozes as quais ele evoca de maneira a produzir novos sentidos, enfim, mais um veio para a continuidade da circulação das ideias literárias, agora sob a égide do leitor.

¹¹² BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fones, 2003, p. 271.

Ora, ao ser convidado a interlocutor do cronista, a primeira pista que esse leitor recebe é a de que deve enveredar-se pelo risível, pelo cômico. Afinal, é em Molière que nosso autor busca respaldo ao ironizar os benefícios da mecânica, tão demolidores quanto a comicidade do francês. O aforismo de Molière, no entanto, é de segunda mão, é dito pelo *mecânico francês* – Voltaire, indicação de que embora a reflexão deva começar pelo risível, para sua total realização - e também do diálogo que a precedeu, o leitor não deve ignorar a mordacidade e a ironia do trágico de Ferney. É a conjunção do sempre combativo e desconfiado Voltaire, sobretudo das leis e das ideias, com o caráter demolidor do cômico, que reforça a ideia veiculada pelo cronista, a do perigo existente em acreditar-se unilateralmente na ciência como a solução para muito dos problemas do mundo, ideia, a essa época, bastante em voga.

Assim, Machado alerta, a grosso modo, para o pensamento aí incluso, porém, elíptico, escondido - e invertido, de o que o fim justificaria os meios, ou seja, para a materialização do progresso, como resultado da ciência e do desenvolvimento da razão, são necessários meios que, embora contribuam para o bem estar humano, em algum momento, interrompem a cadeia natural da vida em benefício do progresso. Tal a justaposição do cosmopolita Voltaire, entusiasta da ciência e do progresso, e Molière, representante por excelência do gênero cuja característica principal é o engano, uma vez que em geral o cômico tem sua origem no fato de uma ou mais personagens serem enganadas ao longo de um enredo, um aviso ao leitor de que, embora necessária, a ciência esconde sob suas asas, caminhos tortuosos e nada admiráveis, antes de se converter em progresso. Entenda-se, porém, que o alerta do cronista não é um convite para que o leitor rejeite a chegada e as qualidades das máquinas a vapor, mas principalmente, que desconfie, com ele, da bondade unilateral e da unicidade de um pensamento, porque seja ele qual for, este só se constitui pela ambivalência e pela ambiguidade, isto é, há sempre os dois lados a considerar.

A estrutura intertextual se apresenta, portanto, pelo princípio da díade: Voltaire/Molière, Machado/Comettant, Voltaire/Molière, Machado/leitor. Vejamos: em princípio há Voltaire a produzir um texto calcado em personagem do mundo real e referenciado – Molière, movimento repetido num segundo momento por Machado, o

qual também produz crônica de segunda mão a partir do relato de Comettant, personagem do mundo real e ainda a partir de fatos verídicos e referenciados. Nesse texto – a crônica, o duplo recai sobre Voltaire/Molière, que justapostos, irão alimentar a ambiguidade que se instalará na última díade: cronista/leitor, dado que justifica o aforismo do teatrólogo na conclusão da crônica, um elemento cômico e representativo que risca a imagem voltairiana afeita ao jogo e ao protocolo social, portanto, mais uma máscara a ser demolida.

A assertiva voltairiana, transformada em adágio, há muito circula por diferentes literaturas, de Dostoiévski, a Sade, George Sand, Sainte-Beuve e muitos outros.¹¹³ Há ainda Rousseau, Delacroix, *La Revue des deux Mondes*, *La Revue Française* com *Où le drame va-t-il se nicher?*, Charcot com *Où l'hystérie va-t-elle se nicher?*, e uma infinidade de alterações em que *la vertu* é constantemente substituída *por sensibilité, scandale, juiverie, falsification, réaction, l'honnetété, vérité, betise humaine, l'orgueil*, etc.

¹¹³ Dostoiévski, *Crime e Castigo*, cap. IV, parte VI: *Où la vertu va-t-elle se nicher?*; Sade, *La nouvelle Justine*, cap. IV: *Ce qu'on nomme vertu est un être chimérique pour moi, ce mode insignifiant... donnait l'essor à un vif monstreux, qui n'attendait pour se nicher que de...*; Sainte-Beuve, *Port-Royal*, Paris: Librairie de L. Hachette et C^{ie}, 1848, p. 203; Camilo Castelo Branco, *Obras completas*, org. Justino Mendes de Almeida, Porto: Lello & Irmãos, 1982, p. 253; Almeida Garrett, *Obras de Almeida Garrett*, Porto: Lello & Irmãos, 1963, p. 1284; George Sand, *Molière: A drama in prose, with English notes and notice on George Sand*, Tribuner: London, 1868, p. 47; Walter Scott, *Periodical Criticism*, London: Robert Cadell; Edinburgh: Whittaker and Co., 1835, p. 199; Adèle Hugo, *Victor Hugo raconté par un témoin de sa vie*, Bruxelles & Leipzig: A. Lacroix, Verboeckhoven et C^{ie}, Éditeurs, 1843, p. 306; Dumas, *Théâtre Complet de Alexandre Dumas*, Paris: Michel Lévy Frères Librairies, Éditeurs, 1864, p. 305; Théophile Gautier, *Un trio de romans, Jean et Jeannette*, Paris: Victor Lécou, Éditeur, 1852, p. 225.

Quand le patient n'a plus rien dans l'estomac qui puisse servir de nourriture au parasite, et que le docteur suppose ce dernier suffisamment affamé, c'est le moment de tendre la ligne. On glisse adroitement le fil qui retient le piège à l'entrée de la gorge du malade, dont la bouche est tenue constamment ouverte au moyen d'un bouchon qu'on place entre ses dents. L'opérateur attentif, et toujours la ligne en main, doit saisir le moment où le bothriocephale, impatient de déjeuner, quitte enfin son obscure retraite pour venir dans le gosier jusqu'au fromage tentateur.

Il est des vers solitaires rétifs ou indécis, nous dit le docteur Alphens Myers, qui, avant de mordre à l'appât, laissent le malade la bouche ouverte pendant six heures, quelquefois dix heures, et même davantage, sans prendre une résolution satisfaisante. « Mais, ajoute le docteur Myers, il ne faut jamais se décourager. »

Et en effet, l'habile docteur finit toujours par contempler avec orgueil sa victime du bout de cette ligne d'un nouveau genre.

Nous avons parlé sommairement, dans un des chapitres précédents, d'une machine pour tuer des cochons. Cette étrange application de la mécanique moderne à vapeur mérite une mention détaillée. Les propriétaires de cette redoutable usine, où des milliers de cochons trouvent tous les jours une mort aussi prompte qu'extraordinaire, sont MM. Borello et Hinglinton de Cincinnati.

L'usine se compose de quatre grands corps de bâtiments rattachés tous par des ponts suspendus. Plus loin, comme des plaines vivantes que va bientôt faucher la dévorante machine, sont parqués d'innombrables troupeaux de pores

appartenant à différents propriétaires, qui les amènent à cette usine comme on apporte du blé au moulin pour le moudre.

A un signal du mécanicien en chef, on lève une balustrade qui communique à l'entrée du premier compartiment de la machine appelé l'égorgeoir, et l'opération de destruction commence. Les cochons, très-serrés l'un contre l'autre, voyant une issue, se précipitent dans ce corps de bâtiment jusqu'à un couloir étroit où ils ne peuvent passer qu'un à un. Arrêtés là un instant, ils ont le cou traversé par d'énormes couteaux mus par la vapeur comme tout le reste de la machine. Le cochon, égorgé en moins d'une seconde, se trouve pris par les pattes de derrière et traîné violemment par des crampons qui le hissent jusqu'à une certaine hauteur. Là, il reste suspendu un instant et passe plus loin sur un balancier mobile sans cesse en mouvement qui plonge l'animal dans un puits de vapeur et finit par l'étouffer en l'échaudant.

Le cochon, un moment plongé dans le gouffre, reparaît bientôt pour être saisi par de nouveaux crampons qui le traînent dans la broserie. Cette broserie cylindrique, munie de fortes brosses qui agissent en sens contraire, saisit le cochon et lui fait faire, en le brossant, de 10 à 15 révolutions dans une demi-minute. Ce laps de temps suffit pour épiler l'animal et lui rendre la peau blanche comme celle d'un jeune poulet. Après cette opération, il est encore saisi par des crampons qui le transportent, par un mouvement brutal et symétrique, dans un carré spécial, où il est fendu par le ventre depuis la queue jusqu'à l'extrémité du museau. Des ouvriers choisissent alors les bonnes parties,

¹¹⁴ COMETTANT, Oscar. *Trois ans aux États-Unis*. Paris: Pagnerre, Libraire-Éditeur, 1858, cap. VIII, p. 141-143.

qu'ils conservent, et jettent le reste dans une grande rigole qui, par les cours, traverse les bâtiments et va se perdre dans l'Ohio. Dans l'avant-dernière étape, où le cochon est transporté par un arbre de couche, un effroyable compartiment de la machine le taille en tout sens et symétriquement. Plus loin, enfin, on sale les membres épars, qu'on accroche aux fumoirs, pendant que les autres parties de l'animal sont mises dans la saumure et enfermées dans des barils.

Tout cela se fait avec une si étonnante promptitude qu'on a de la peine à suivre les cochons dans ce rude et multiple travail de tant d'opérations diverses. Les cochons succèdent aux cochons, comme les chevaux de bois succèdent aux chevaux de bois dans le jeu circulaire qui porte ce nom. Joignez à cela les cris rauques et sinistres des cochons égorgés, suspendus en guirlandes sonores partout autour de vous. Cette lugubre et horrible musique n'a pas de fin, car au fur et à mesure que les cris d'un cochon disparaissent étouffés dans le puits de vapeur, la mécanique sans cesse en mouvement égorge un autre cochon qui apporte son contingent de sourdes lamentations.

Ce curieux établissement est souvent visité par les étrangers qui passent à Cincinnati. Ils y sont parfaitement reçus par les propriétaires actuels, qui sont de véritables *gentlemen*. Un touriste français cite ce fait, qu'étant allé voir cette usine un jour de grande fête où le travail se trouvait suspendu, un des associés de la maison fit galamment tuer pour lui seul une trentaine de cochons.

On ne saurait être plus aimable.

L'électricité, employée comme principe moteur, précé-

1.2. Crônica originalmente publicada no jornal *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* em 25.11.1861, sob o pseudônimo de Gil, na coluna *Comentários da Semana*, reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 1º volume (1859-1863)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 75-82.

25 de novembro de 1861

Itália – Por que não foi um embaixador a Koenigsberg? - Uma heresia científica –
Dois livros – A companhia italiana - Uma carta.

Começo por uma raridade, não uma dessas raridades vulgares de que fala um personagem de teatro¹¹⁵, mas uma raridade vulgarmente rara: - o govêrno de acôrdo com a opinião.

Os complacentes e os otimistas hão de rir; não assim os julgadores severos; êsses dirão consigo: - é verdade! - A opinião havia acolhido com entusiasmo a unificação da Itália¹¹⁶; o govêrno acaba de reconhecer *com prazer* e sem delongas acintosas o novo reino italiano.¹¹⁷ Não é caso de milagre, mas também não é comum.

Afez-se o país por tal modo a ver no govêrno o seu primeiro contraditor, que não pôde reprimir uma exclamação quando o viu pressuroso concluir o ato diplomático a que aludo. E por que¹¹⁸ não havia de fazê-lo? perguntará o otimista. Eu sei! por descuido, por cortesia, por qualquer outro motivo, mas a regra é invariável: o govêrno sempre contrariou a opinião.

Mas a Itália, ouço eu dizer, assenta hoje a sua existência política nas mesmas bases da nossa; uniu-se para ser a Itália, e escolheu o govêrno que achou melhor, como o império se unira para ser império, e como escolheu por uma revolução o govêrno que achou mais compatível consigo e com os tempos. Quereria o govêrno brasileiro ser ilógico ou ridículo, não alcançaria êle a clareza e a firmeza dêstes princípios?

Tudo isso é verdade, mas não menos verdade é que êste absurdo, que por tamanho não parece entrar na cabeça de ninguém, existe na de muita gente. Não há

¹¹⁵ Em face da referência imprecisa, foi impossível rastrear de qual personagem se trata.

¹¹⁶ Machado sempre demonstrou interesse pela questão; publicou no *Correio Mercantil*, em 10.2.1859, o poema intitulado *À Itália*, cujo tema é a unificação. MASSA, Op. cit., p. 25. Veja páginas 76 a 78. - Em crônica de 8.3.1896 (*A Semana, Gazeta de Notícias*), Machado lembrará com nostalgia da Itália do tempo do romantismo e, recorda Álvares de Azevedo: “*A Itália! sempre a Itália delirante! E os ardentes saraus e as noites belas!*” Sobre o assunto ver ainda R. Magalhães Júnior, *Ao redor de Machado de Assis - Machado de Assis e a unidade italiana - 1958*, p. 45)

¹¹⁷ O governo do Império reconheceu o título de rei italiano conferido a Vítor Emanuel pelo parlamento italiano, conforme correspondência diplomática entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques e o representante do rei Vítor Emanuel no Rio de Janeiro, o conde Galateri, publicada no *Jornal do Comércio* em 19.11.1861, p. 1. - Em crônica de fevereiro de 1878 (*História de trinta dias*), Machado comenta sessão fúnebre realizada pela colônia italiana, na Corte, em honra a Vítor Manuel.

¹¹⁸ No jornal está grafado *porque*.

ainda quem espere pela volta do absolutismo a Nápoles?¹¹⁹ Quem conte, para confusão dos maus, com a destituição de Vítor Manuel, e do herói de Marsala?¹²⁰

Podem, é verdade, todas essas coisas acontecer: as vicissitudes humanas concluem muitas vezes pelo absurdo, e pelo aniquilamento dos mais sãos princípios, mas as idéias ficam de pé, e o espírito, abatido, embora, não abdica de si.

Não creio, ninguém pode crer, para honra nossa, que no espírito do governo imperial existisse nunca uma convicção contrária ao ato do reconhecimento. Mas nem por isso se pode contestar, que, por motivos fúteis embora, o govêrno poderia, como em outras vezes, comprometer a opinião do país com uma nação estrangeira.

E que nação, a Itália! Uma das que a providência das nações destina para ser um guia da raça latina, e conduzi-la através dos séculos ao aperfeiçoamento moral e intelectual de que ela é capaz. Seria lamentável, mas seria possível, e daqui vem que a imprensa e o país louvam todos os atos do governo.

Existirá nesse elogio, contra as intenções do país, que o fêz de coração, um amargo epigrama? De quem a culpa? Do govêrno e só do govêrno. Avezado a remar contra a opinião, êste mau timoneiro, se alguma vez volta o batel à feição da corrente dos espíritos, é logo objeto de mil cumprimentos, que lhe devem doer mais do que dobradas chufas¹²¹.

E êle anda agora em maré e epigramas; alguns bem bons nos lançaram os alemães, a propósito de não haver na coroação do rei Guilherme¹²² um embaixador brasileiro, bem que aquêle soberano não esperasse nem meio minuto à espera de que o Brasil tomasse parte na função.¹²³

Ora, o império foi realmente descortês e não praticou um ato de boa política. Abstraindo da importância da farsa de Koenigsberg,¹²⁴ tratava-se de uma potência de

¹¹⁹ Com a derrota de Napoleão, o Congresso de Viena - espécie de Conferência de Paz, realizada de outubro de 1814 a junho de 1815, que tinha como objetivo principal redesenhar o mapa da Europa, a península itálica é dividida e subjugada às forças vencedoras. Por toda a região o que se viu foi a reabilitação do absolutismo: o reino das Duas Sicílias ficou com os Bourbons, que o governaram até 1860, Nápoles, terra da Imperatriz brasileira D. Teresa Cristina, foi tomada pelas forças de Garibaldi.

¹²⁰ Trata-se de Giuseppe Garibaldi (1807-1882), conhecido como o *Herói de dois mundos*. Da Marinha Mercante, ingressa na Marinha do Estado e em 1836 aporta do Rio de Janeiro; estabelece contato com Bento Gonçalves, ingressa na revolução Farroupilha e depois rumo ao Uruguai antes de retornar a Itália em 1848. Lá, combate os franceses (1849), os austríacos (1859), prepara a insurreição das Marcas e da Úmbria (1859), expulsa os Bourbons de Nápoles e da Sicília (1860), combate as tropas pontifícias e entra para o exército francês em 1870. Eleito deputado por quatro departamentos franceses em 1871, se demite e finalmente é eleito deputado em Roma (1875). Escreve dois romances, dentro os quais *Il Milli di Marsala* (1874), que relata seu desembarque em Marsala com um exército popular de 1070 homens, conhecidos como *os mil camisas vermelhas*, marcando o início da conquista do reino das Duas Sicílias.

¹²¹ Troça, zombaria.

¹²² Guilherme I (1797-1888) reinou na Prússia de 1861 a 1888, a partir de 1871, tornou-se imperador germânico.

¹²³ O *Diário do Rio de Janeiro* destila, em suas páginas, ironias aos ministros da Agricultura, Manuel Felizardo, e dos Estrangeiros, Paranhos, por não terem enviado um representante à festa de coroação. Em matéria de 22.11.1861 (Noticiário), o *Diário* informa que os jornais alemães aproveitaram a gafe diplomática brasileira para fazer chacotas ao Império.

¹²⁴ Königsberg (no jornal grafado Kanisberg, na edição da Jackson, Koenigsberg) à época era a capital da Prússia, local da coroação de Guilherme I, hoje, Kaliningrado, é um pequeno enclave entre a Polônia e a

primeira ordem, de um soberano amigo, e de uma fonte onde vamos procurar colonos quando precisamos lavar nossas terras. Se não bastavam as duas primeiras considerações, a última devia de ser digna de reparo do govêrno. Por que não atendeu a ela?

Já ouvi, por suposição, que o govêrno não quis sem dúvida fazer gastos enormes, a bem de manter convenientemente um embaixador nosso naquela estrondosa cerimônia. Mas, se é preciso atender a essa tristíssima contingência, se o bom senso do govêrno imperial chega a descobrir estas dificuldades, por que¹²⁵ não o ilumina a providência, detendo-lhe a mão quando, com largueza, envia certas comissões à Europa, e dá ajudas de custas a presidências de províncias, despesas improdutivas, e diametralmente opostas ao programa do gabinete? Essas migalhas fariam um pecúlio para dar que gastar ao nosso embaixador, que demais, não precisava dar saraus estrondosos, nem ostentar a suntuosidade que a França se representou na pessoa do duque de Magenta.¹²⁶

A conclusão forçada de tudo isto é que o govêrno foi descortês.

Vale-lhe, porém, a inspiração com que se apressou a respeito da Itália, a negação que fêz das regras comezinhas de polidez internacional.

(2ª parte)¹²⁷

Outro tanto pudesse eu opor à negação da ciência em favor do empirismo, que no meio de uma corporação fêz o diretor da academia de medicina.¹²⁸ Ouvi bem, o vindouros, o diretor de uma academia de medicina! ***Où la direction d'une académie va-t-elle se nicher!***

Mas não pasmemos, leitor amigo. Negar a ciência é negar a espôsa, com que se contraiu, depois de longo estudo, o consórcio íntimo do espírito e dos princípios. Mas negar a publicidade, negar a discussão, que são a alma do sistema representativo, equivale a negar a liberdade, a negar a própria mãe.

Ora, se o leitor recorrer aos *Anais* da sessão legislativa dêste ou do ano passado, há de ler no discurso de um membro da câmara vitalícia a mais extravagante proposta, onde se suprimiam ou restringiam profundamente aquelas duas condições de um sistema livre. Depois disto há que admirar? Lembra-me aquê

Lituânia. Interessante notar que a expressão *farsa de Koenigsberg*, também evoca a fastuosa auto coroação de Frederico I, em 1701, como o primeiro rei da Prússia.

¹²⁵ No jornal está grafado *porque*.

¹²⁶ Edme Patrice Maurice Mac-Mahon, duque de Magenta (1808-1893), marechal de França e político francês. Ocupou a presidência da França de 1873 a 1879.

¹²⁷ Nossa identificação.

¹²⁸ Referência ao senador José Martins Cruz Jobim (1802-1878), que, de fato era diretor (de 1842 a 1872) da Faculdade, e não da Academia de Medicina. Esta informação será corrigida por Machado na crônica de 1.12.1861. O discurso do senador Jobim foi proferido na colação de grau dos alunos de medicina, conforme notícia o *Diário do Rio de Janeiro*, em 21.11.1861, p. 1.

quimérico de Jules Sandeau,¹²⁹ que vendo a causa da queda dos governos nos próprios governos, suprimia-os, para acabar com êste inconveniente, bem como suprimia as leis, a fim de se não atentar mais contra elas...

Felizmente o senso comum faz ouvidos de mercador, e o senador-diretor prega debalde aos peixinhos.

Os tipos dêste gênero são mais vulgares do que muita gente pensa: ___ espíritos medíocres, não podendo abraçar a amplidão do espaço em que a civilização os lançou, olham saudosos para os tempos e as coisas que já foram, e caluniam, menos por má vontade que por inépcia, os princípios em nome dos quais se elevaram.

Deixando de parte êsses entes passivos que não podem servir de tropêço à marcha das coisas, acho melhor voltarmos fôlha nas ocorrências da semana.

Representou-se, há tempos, um drama no teatro Ginásio¹³⁰ intitulado *Sete de Setembro*, em que o Sr. Dr. Valentim Lopes¹³¹ apareceu no nosso mundo das letras. Êsse drama acaba de ser publicado agora em volume. Postos de parte certos pontos de composição, contra os quais se oferecem muito boas razões, mas que não constituem defeitos capitais, contém essa peça beleza de estilo e de arte digna de menção. Mas fôra inútil repetir agora e discutir a composição de que a maioria de meus leitores sem dúvida terá velho conhecimento pela exibição cênica.

Também um outro trabalho, que só é novo na forma por que acaba de ser publicado, é o *Pequeno Panorama* do Sr. Dr. Moreira de Azevedo,¹³² coleção de pequenos artigos que vieram à luz pela primeira vez nas colunas do *Arquivo Municipal*.¹³³ É um volume precioso, onde a história de muitas cidades e monumentos

¹²⁹ Leonard Sylvain Julien Sandeau, conhecido por Jules Sandeau (1811-1883), romancista francês, conservador na Biblioteca Mazarine, entra para a Academia Francesa em 1858. É autor de dezenas de romances e peças de teatro. Muito embora hoje seja lembrado por seu romance com George Sand (1804-1876), escreveu *Rose et Blanche, ou la comédienne et la religieuse* (1831), à época de Machado o autor gozava de grande popularidade. Em sua obra teatral, dividiu a autoria com Émile Augier, importante autor do realismo teatral francês e bastante conhecido do público carioca.

¹³⁰ Teatro Ginásio Dramático, inaugurado em 1855, na cidade do Rio de Janeiro, privilegiava não só a dramaturgia realista francesa como também a busca de maior naturalidade na interpretação, evitando os exageros dos intérpretes românticos, dos quais João Caetano foi um dos grandes representantes.

¹³¹ Escritor português naturalizado brasileiro, Valentim José da Silveira Lopes (1830-?), teve duas peças levadas à cena pelo Teatro Ginásio: *Sete de Setembro* e *Amor e dinheiro*. Conforme afirma o Prof. João Roberto Faria em *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1993, p. 225-227, “a primeira estreou a 7 de setembro de 1861 e, sem ser propriamente uma comédia realista, é uma autêntica peça de idéias a favor do trabalho, do pensamento liberal, e contra a escravidão...[...] Pela defesa das virtudes burguesas e das idéias liberais, ‘Sete de setembro’ é uma peça afinada com o espírito do Ginásio, ainda que, no plano da forma, não represente nenhum avanço.”

¹³² *Pequeno Panorama, ou descrição dos principaes edificios da cidade do Rio de Janeiro*, autoria de Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903), editado pela Typographia de F. de Paula Brito, em 1861. A edição do *Diário do Rio de Janeiro* de 21.11.1861 (Noticiário, p. 1) noticia tratar-se de publicação que descreve os principais edificios da cidade do Rio de Janeiro. – Em crônica de 1.1.1877 (*História de quinze dias, Ilustração Brasileira*), refere-se ao livro *O Rio de Janeiro, sua história e monumentos*, também de Moreira de Azevedo, inclusive citando trechos.

¹³³ *Arquivo Municipal*, jornal fundado por Francisco de Paula Brito (1809-1861). Segundo afirma Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil*, 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 193-203, Paula Brito foi tipógrafo de importante presença no jornalismo do Rio de Janeiro e também fundador da *A Marmota*

nossos se acha escrita, sem pretensão, mais com visos de apontamentos que de brilhantes monografias.

Não é o primeiro serviço dêste gênero que o Sr. Dr. Moreira de Azevedo presta às letras pátrias.

Nisto cifra-se o movimento da literatura pròpriamente dita da semana anterior.

Tivemos no sábadò a *Norma*¹³⁴ pela companhia italiana. Foi a noite da despedida. Já se havia dado o *Ernani*¹³⁵ por última récita, mas como verdadeiras moças de visita, o público e a companhia quiseram trocar os últimos amplexos no tópo da escada. Também foram os mais ardentes e entusiásticos. Posso dizer, em minha consciência de comentarista sincero, que foi essa a melhor representação da companhia italiana. Em nenhuma das vêzes anteriores a Sra. Parodi¹³⁶ elevou-se a tanta altura no papel da sacerdotisa gaulesa.

O paquêto do Prata levou ontem êsses artistas que de passagem nos fizeram gozar algumas noites de verdadeiro e completo prazer. Ouço dizer que devem voltar em maio e passar aqui o inverno: Deus o queira.

Tenho em mão uma carta de um amigo a propósito dos meus penúltimos *Comentários*. Em dicção castigada, e com aquela energia dos observadores severos, fêz o meu correspondente algumas considerações, que, se devo penetrar no vago da carta, são applicados à situação em que se acha a nossa arte dramática.

Bem que a magnanimidade do mestre o levasse a dizer que de minhas migalhas se sustenta, declaro aqui, que não migalhas, mas sim escolhida e boa iguaria traz êle à mesa do pobre operário, sem prestígio, sem saber, e talvez sem talento.

Agradeço-lhe a carta e as atenções.

Termino anunciando a próxima publicação de uma revista semanal __ a *Grinalda*¹³⁷ __ onde cada um pode levar a sua flor e a sua folha a entrelaçar.

Fluminense (1849), onde Machado debuta na imprensa em 1855. Sua loja também abrigava a *Sociedade Petalógica*, uma espécie de clube onde, segundo Machado, *se discutia de tudo, desde a retirada de um ministro até a pirueta da dançarina da moda*. Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, eram alguns dos freqüentadores.

¹³⁴ *Norma* (1831) ópera em dois atos de Vincenzo Bellini (1801-1835), com libreto de Felice Romani, estreou no Teatro Scala, de Milão, em 1831. Segundo Vivaldo Coaracy (*Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, 1955, p. 191) “A primeira companhia regular italiana, a vir ao Brasil com grande e variado repertório, aqui chegou em 1844, estreando no mesmo teatro (Teatro São Pedro de Alcântara) a 17 de janeiro, com a *Norma*, de Bellini.”

¹³⁵ *Ernani*, de Giuseppe Verdi (1813-1901), com libreto de Francesco Maria Piave, a partir do *Hernani* de Victor Hugo, estreou no Teatro La Fenice, de Veneza, em 1844. *Ernani* foi representada no Teatro Lírico Fluminense em 10 de novembro de 1861, conforme jornais da época.

¹³⁶ Theresa Parodi, prima-dona da companhia italiana, no papel de *Norma*, quando das representações no Rio de Janeiro. Na crítica do *Jornal do Commercio* (*Gazetilha*, 19.11.1861, p. 2), fazem-se comentários a respeito da entusiástica reação da plateia ao talento da cantora. O mesmo, Machado reproduz em crônica de 21.11.1861 (*Diário do Rio de Janeiro, Comentários da Semana*).

¹³⁷ Editada por Constantino José Gomes de Souza e Paula Brito, segundo os anúncios distribuídos, esta seria mais um “órgão da *literatura pátria*” e deveria sair em 2.12.1861. No entanto, o tipógrafo faleceu em dezembro (em crônica de 24.12.1861, Machado lamenta a morte do amigo). Ainda assim, a revista teve dois números até a ocasião de sua morte. Aqui também uma mostra da agilidade do Machado jornalista, visto que a notícia do lançamento do jornal só aparece no *Diário do Rio de Janeiro* um dia após a publicação da crônica.

Redige-a o Sr. Dr. Constantino Gomes de Sousa¹³⁸, cujas aptidões se acham já reconhecidas pelo público, e que deve cumprir o programa a que se propõe.

Gil.

Em vista do intuito a que se propõe este estudo, fez-se necessário isolar as crônicas nas quais há citações e ou referências ao autor francês, mas, principalmente, perscrutar o contexto social e político nos quais estavam inseridas, afora o já mencionado diálogo que se coloca como matéria intertextual. Chegar, hoje, ao que se pretendeu dizer o cronista àquela época, demanda, antes de tudo, se inteirar de fatos, personagens e idéias que rondavam os coetâneos à produção da crônica. Neste trabalho, muito desse contexto pode ser encontrado nas notas de fim de página.

Das centenas¹³⁹ de crônicas escritas por Machado, incluindo-se aí aquelas não assinadas e a ele creditadas, serão analisadas separadamente 23 delas, entre as quais, à exceção da primeira anteriormente analisada¹⁴⁰ e da última, editada nas *Obras Completas* da Aguilar, as demais, foram editadas nas *Obras completas* da Editora Jackson¹⁴¹, com primeira edição em 1937, quatro volumes chamados de *Chronicas* e outros três dedicados à série *A Semana*.

Esta, de 25.11.1861, fez parte dos *Comentários da semana*, a primeira série escrita por Machado para o *Diário do Rio de Janeiro*¹⁴². Por alguma razão se inicia

¹³⁸ Constantino José Gomes da Souza (1825-1877), médico, natural de Sergipe, foi poeta, romancista, teatrólogo, e, desde 31.11.1862, membro do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, portanto, coetâneo de Machado de Assis, na instituição.

¹³⁹ Segundo levantamento feito por PAIVA DE LUCA (2004, p. 20 e 21), há registro de 711 crônicas atribuídas a Machado de Assis e publicadas na imprensa.

¹⁴⁰ A crônica 1, de 8.5.1860, publicada na *Marmota Fluminense* e reeditada por Jean-Michel Massa em *Os dispersos de Machado de Assis*.

¹⁴¹ Quanto à edição “completa” da Aguilar, não há qualquer menção a essas crônicas.

¹⁴² O *Diário do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal diário publicado no país, a partir de 1 de junho de 1821, inovando com a publicação de anúncios. O seu proprietário obteve licença do governo para abrir uma tipografia própria para a sua impressão: a *Tipografia do Diário*. Foram seus editores Zeferino Vitor de Meireles e Antônio Maria Jaurdan. Teve vários proprietários, o último, à época em que Machado ali estivera, foi Luís Antônio Navarro de Andrade. O *Diário* era um jornal aberto, que teve durante algum tempo José de Alencar como redator-chefe. Em 1859, o jornal não circulou. Após a interrupção, o jornal reaparece em 25 de março de 1860 e logo se torna popular; é chamado de “diário da manteiga”, “diário do vintém”. Embora fosse uma folha comercial, tinha linha editorial favorável à independência política do Brasil, tendo circulado até 1878. FONSECA (FONSECA, Gondin da. *Biografia do Jornalismo Carioca*. Rio de Janeiro: Quaresma Editora, 1941, p. 87) diz que o historiógrafo Max Fleiuss, o qual por sua vez fiou-se em Vieira Fazenda, afirma que o *Diário do Rio de Janeiro*, se chamava *Diário do Vintém*, ou da *Manteiga*, porque custava um vintém e dava todos os dias o

apenas na quarta crônica, faltando outras cinco, de um total de 21 que perfazem a série.

Convidado pelo amigo e jornalista Quintino Bocaiúva¹⁴³ a colaborar para o *Diário*, Machado goza de relativa liberdade ao produzir os *Comentários*. As crônicas davam a tendência do jornal e, ocasionalmente, chegaram a substituir o editorial. Nelas, Machado fala das novidades teatrais e literárias e, sobretudo, de política, assunto que vai absorver o essencial de sua atividade de jornalista a essa época, e, experiência possível devido ao perfil liberal do *Diário*,¹⁴⁴ jornal para o qual escreveria ainda a série *Ao Acaso*, entre 1864 e 1865, contudo, é nos *Comentários* que se podem indiciar as características liberais de Machado.

Embora já tivesse textos publicados em diversos órgãos de imprensa, tais quais *Jornal das Famílias*¹⁴⁵, *Marmota Fluminense*, *Correio Mercantil*, *O Espelho*, etc., o momento parece ter sido significativo para Machado, já que em seu exercício de memória é a ele que define como o *início* de sua entrada para a imprensa. Massa¹⁴⁶ especula o fato de que essas experiências anteriores à função de cronista tratava-se de colaborações “*gratuita[s], ou quase. Era ainda um diletante no jornalismo*”, portanto o ingresso para o *Diário do Rio de Janeiro* era uma “*elevação na escala social*”, afirma.

Ainda que os *Comentários da semana* se tratassem de variedades ou, como opta Massa, *atualidades*, o matiz é político. Ao contrário do Machado prudente, que a crítica aponta como um *de seus traços mais característicos*,¹⁴⁷ aqui há o jovem destemido, ousado, sem *medo de opinar*, ingredientes e características de *excesso de engajamento* que, para Massa, contribuíram para o fim da primeira série das

preço da manteiga. “Enganaram-no, mestre!”, brada Fonseca. “O *Diário do Rio de Janeiro* custava um pataco: 40 réis. A assinatura mensal era de 640 réis, não de 480, como diz. E nunca êsse papel, que eu visse, aludiu ao preço da manteiga... Aliás, ninguém cogitava de manteiga, no Rio de 1821.”

¹⁴³ Sobre sua entrada para o *Diário do Rio de Janeiro*, há o relato do próprio autor na crônica intitulada *O velho senado* e publicada *Revista Brasileira* em 1898.

¹⁴⁴ Sobre as características dos *Comentários* veja MASSA, Jean-Michel. Op. cit., p. 25. Veja página 292.

¹⁴⁵ O *Jornal das Famílias*, periódico dirigido ao público feminino circulou de 1863 a 1878 e foi uma iniciativa do editor francês Baptiste Louis Garnier, considerado um dos responsáveis pelo desenvolvimento editorial no Brasil.

¹⁴⁶ MASSA, Jean-Michel. Op. cit., p. 25. Veja página 271.

¹⁴⁷ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 77.

crônicas machadianas, uma vez que credita o espaçamento na periodicidade à censura que o cronista sofrera por parte do jornal. Explica-se:

“O diretor político do jornal, Joaquim Saldanha Marinho, verificara que Machado de Assis, tinha a pena demasiadamente afiada. Sem dúvida, não se julgou que comentasse ‘inocentemente as ocorrências notáveis de cada semana’. Tôdas as verdades da semana eram boas enquanto os liberais se encontravam na oposição. No decurso de 1862 desenhou-se para os liberais a oportunidade de participar do governo. Talvez fosse preciso mostrar que o grupo não era composto de exaltados, mas sim de homens capazes de assumir o poder.”¹⁴⁸

Por conseguinte, talvez aí resida possível explicação para a periodicidade dos *Comentários*; constantes ao longo de quatro meses, de outubro de 1861 a janeiro de 1862, período em que foram publicados 15 textos; bastante irregular, entre fevereiro e maio de 1862, com a publicação de mais cinco textos.

Acontece que por volta de 1861 se verificou a aproximação de liberais e conservadores moderados, com a formação da *Liga Progressista* e, em maio de 1862, o governo é posto em minoria de um voto. Talvez por isso o *Diário do Rio de Janeiro*, jornal liberal, em manobra tática, tenha decidido moderar os ataques. O Machado corajoso, idealista, engajado e ativo “se mostrou desgostoso da política, da qual se afastou ou da qual foi afastado”.¹⁴⁹

Manobras e intrigas políticas à parte, em se tratando dos *Comentários da semana*, deve-se considerar ainda a identificação das crônicas ao longo da publicação: nas nove primeiras, de 12 de outubro a 11 de dezembro de 1861, há o pseudônimo *Gil*, as restantes, de 16 de dezembro de 1861 à última, em 5 de maio de 1862, foram assinadas por *M.A.*. Impossível determinar a razão da alteração uma vez que a série não foi interrompida, assim como não houve qualquer modificação. Contudo, convém reiterar a autenticidade machadiana. Dentre inúmeros indícios que indicam *Gil e M.A.* tratar-se da mesma pessoa, há a manifestação de Salvador de

¹⁴⁸ MASSA, Jean-Michel. Op. cit., p. 25. Veja página 308.

¹⁴⁹ Idem.

Mendonça¹⁵⁰ em trabalho publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 9 de setembro de 1866 e intitulado *O Barbeiro de Sevilha*, em que se dirige a Machado nesses termos: “conhecia-te o engenho múltiplo que deu à luz os *Desencantos* e os *Comentários da semana*, as *Chrysalidas* e as *Semanas Literárias*”.

Considerados o contexto social e particular do jovem cronista, fica claro o perfil combativo do narrador-cronista nos *Comentários*. Ao leitor retórico cabe a interlocução e mesmo a construção crítica do fato ocorrido via crônica, a qual se constrói com base na escrita belicosa e irônica de Machado. Ironia que, num primeiro instante, se mostra na antítese de *raridades vulgares*, passa pelo pleonasma do *vulgarmente vulgar*, sem antes, contudo, deixar de perturbar os ouvidos desse leitor com a aliteração presente no jogo *raridade rara* e *vulgarmente vulgar*, ocorrida do fato de o governo ir ao encontro da opinião popular.

A crônica em questão pode ser dividida em duas partes: na primeira delas, o cronista trata, sobretudo, da questão italiana e o intertexto voltairiano, que aparece somente na segunda¹⁵¹, ali não opera qualquer sentido, embora em ambas as partes as garras do cronista sejam profundas, atinjam ministros; e mais, são extensas, vão além da política e arranham a ciência, a medicina, na figura do senador Jobim por meio de ironia contida no aclimatado adágio voltairiano *Où la direction d'une académie va-t-elle se nicher!* O sarcasmo endereçado a tão proeminente e experiente figura, para não ser esvaziado na origem, vale-se de lastro que, dada sua ascendência, reforça o discurso do cronista. Ao lançar mão da máxima voltairiana, a ironia que se engendra, embora adaptada e em contexto radicalmente diverso daquele em que foi produzida, resulta em figura de pensamento capaz de desacreditar a autoridade do diretor da Faculdade de Medicina, dada a ressonância que produz ao se ligar à verve da fonte francesa. É a perplexidade do cronista ao constatar o arauto da medicina a desdizê-la em favor do empirismo e da metafísica.¹⁵²

¹⁵⁰ Salvador de Menezes Drummond Furtado de Mendonça (1841-1913), advogado, jornalista, diplomata e escritor, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Colaborou para os Jornais *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*, desde cedo manteve amizade com Machado de Assis.

¹⁵¹ Aqui, na crônica, por nós identificada - (2ª parte).

¹⁵² Importante lembrar que os assuntos médicos pululam nas crônicas machadianas, sempre inspiradas na agenda do dia: ora são as farmácias e as mortes provocadas por remédios prescritos à revelia, ora é a loucura e a decadência que rebaixa e avilta o ser humano. Machado ironiza os dogmatismos, desdenha os remédios, duvida

A negação da ciência por um de seus representantes, entretanto, faz com que o cronista exerça mais uma vez sua ironia no sucessivo jogo de negativas: “negar a ciência é negar a espôsa, negar a publicidade e a discussão [...] equivale a negar a liberdade, a negar a própria mãe”, construindo assim ataque ao senado que, à moda do senador Jobim diretor da Faculdade de Medicina, atira no próprio pé com *extravagante proposta* que suprime *a alma do sistema representativo* – a publicidade e a discussão, *duas condições de um sistema livre*. A felicidade, no entanto, é que tanto senador-diretor quanto senador-senador – *espíritos medíocres*, pregam no deserto, já que o *senso comum faz ouvidos de mercador*. Vale lembrar, aqui, importante ponto de contato entre Machado e Voltaire, a *publicidade*, tema obsedante que, se para o brasileiro é a *alma do sistema representativo*, para o francês é a arma para erradicar o fanatismo, a intolerância e a ignorância, e disseminar o conhecimento.

Assim, ao retomar o aforismo voltairiano *Où la direction d'une académie va-t-elle se nicher!*, vê-se em Machado práticas da intertextualidade que concorrem para a originalidade do texto que se constrói. A referência – o olhar da literatura a si mesma, e a referencialidade, o olhar da literatura ao real, se justapõem; a primeira, aleatória ou consentida, remonta a uma genealogia literária, aparece através da citação e contribui para uma tessitura cuja trama retroage a Voltaire e, num passo mais atrás, a Molière, de forma que a fonte, modificada, se ajusta à referencialidade evocada pelo cronista, na ligação do literário com o real. Este entrelaçamento de ideias faz com que o clichê, alterado e de origem literária, se revigore e consiga ocupar espaço no texto, agora não mais traduzindo o espanto do cronista e seu leitor diante do progresso e da ciência, como na crônica de 8.5.1860, quando o aforismo perdeu a palavra *vertu* e ganhou *mécanique*, mas puro desencanto e perplexidade diante da “bobagem humana” que se recusa a morrer e se perpetua. O senador aparece como o referencial, ou seja, o elemento do mundo real ao qual a desilusão do cronista é mimetizada.

dos médicos, desconfia dos sãos e mostra tolerância para com a medicina popular. Em crônica de 2.07.1883 (*Balas de Estalo, Gazeta de Notícias*), a propósito da inauguração de um centro de dosimetria na Sociedade Portuguesa de Beneficência, ridiculariza a tecnologia. Com saboroso sarcasmo, fala de curandeiros e de poções milagrosas e cita Plínio, o Velho: “Cada um sentia que podia medicar-se a si próprio, ___ e o entusiasmo foi geral.”

Inspiração voluntária ou subscrição a um cânone, a citação presente no texto, embora mutilada, faz com que esse se inscreva em uma genealogia na qual poderá em maior ou menor escala, contribuir para a tessitura intertextual que evidencia um texto em outro texto ao longo de sua circulação. Do aforismo voltairiano, o cronista aproveita as extremidades, o núcleo gerador de sentidos é peça móvel, que se altera segundo o objetivo do discurso. De fato, tem-se aí a fonte cristalizada, pois no aforismo, permanentes são *Où le(a)* e *va-t-il(elle) se nicher!*; o núcleo, estendido ou não, ganha sentido ao penetrar no domínio da referencialidade, na ligação com o real, no caso, *la direction d'une académie*, referência direta ao Sr. Jobim e ao cargo que ocupa. Já as extremidades *Où le(a)* e *va-t-il(elle) se nicher!*, cristalizadas, operam como índice que se inscreve no domínio da memória, enfim, a relação que a literatura mantém consigo mesma.

1.3. Crônica originalmente publicada no jornal *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* em 1.12.1861, sob o pseudônimo de Gil, na coluna *Comentários da Semana*, reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 1º volume (1859-1863)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 82-88.

1 de dezembro de 1861

O que ficou provado a respeito da Itália? – Exposição nacional – Morte de um general – *A Resignação* – *La Dame Blanche* – Comissão para o teatro – Ainda o Sr. senador Jobim.

Está acabada a questão do reconhecimento da Itália. Evidenciou-se pela discussão da imprensa que o govêrno quis atenuar um pouco a coragem com que reconheceu a Itália, trazendo à imprensa considerações que não espiravam a dignidade nem estavam revestidas da lógica que deve assistir aos atos de um govêrno livre.¹⁵³

Em bom e leal português chama-se a isto __ acender uma vela a Deus e outra ao diabo. Ou, se se quiser ainda recorrer à filosofia popular __ desmanchar com os pés o que se fêz com as mãos.

Supunha-se que o gabinete tivesse olhado as coisas políticas da Europa de um ponto de vista justo, e portanto elevado. Era caluniá-lo; e para não haver dúvida veio êle próprio declarar que faz a sua apreciação do movimento do espírito humano do alto da varanda do palácio imperial.

Qualquer que seja o respeito que mereça aquêle ponto de vista, palpita-me que o mundo é alguma coisa mais largo, e que as idéias pairam um pouco acima dos augustos telhados da monarquia.

Se o govêrno é dos que, como o rei Guilherme I¹⁵⁴, ainda andam embebidos pela idéia de que Deus se ocupa em fazer coroas para constituir direitos que têm outra fonte real, bem pode renunciar a querer fazer do império uma coisa que preste, e desde já fica habilitado a tirar diploma de imbecilidade ou de especulação.

Para isso tem amplo e indisputável direito.

Será mais um episódio da sua biografia, já opulenta dêstes e quejandos.

A festa industrial¹⁵⁵ que se vai inaugurar amanhã é uma das coisas boas que hão de tirar a triste monotonia da história do gabinete de 2 de março.¹⁵⁶

¹⁵³ Em nota publicada nas *Publicações a Pedido*, do *Jornal do Commercio*, de 25.11.1861, o governo explica as reservas e considerações que fazia ao reconhecimento da Itália. Política, que para o *Diário do Rio de Janeiro*, era *essencialmente oposta ao sentimento nacional* (edição de 26.11.1861, p. 1).

¹⁵⁴ Ver crônica 1.2., nota 122.

¹⁵⁵ Já há algum tempo que se comentava a Exposição Nacional de produtos naturais e industriais, inaugurada em 2.12.1861, na escola central, no Largo São Francisco. Em crônica de 1.11.1861, Machado, irônico, tecia especulações sobre o evento.

Bem que ao governo não caiba o primeiro viço de originalidade desta idéia, que, como se devem lembrar todos, foi iniciada na assembléia provincial, há anos, pelo Sr. Macedo¹⁵⁷, todavia o mérito da execução é também um mérito, e eu, nos meus princípios de inteira justiça, não lho negarei.

A exposição não se abre completa, por falta de tempo¹⁵⁸; muitos objetos chegados e por chegar esperam ainda um lugar nessa primeira e grande *étalage* das nossas fôrças agrícolas, industriais e artísticas.

Do Pará temos ainda as belas madeiras e os magníficos produtos naturais, que fazem daquela província uma das primeiras do império. De Minas há ainda que expor, e, como desta, de outras.

O exemplo do governo, ao que parece, será fecundo. Já em Minas Gerais se havia feito em setembro uma exposição industrial, que apresentou os melhores resultados. O paquête do norte nos trouxe a notícia de que na Bahia se organizara uma sociedade, com os fins de promover cada ano uma exposição provincial.

Ainda bem que por tôda parte vai ganhando terreno esta bela usança, que é uma verdadeira fôrça de progresso e de civilização.

Mercê de Deus, não é capacidade que nos falta; talvez alguma indolência¹⁵⁹ e certamente a mania de preferir o estrangeiro, eis o que até hoje tem servido de obstáculo ao desenvolvimento do nosso gênio industrial. E, pode-se dizê-lo, não é uma simples falta, é um pecado ter um país tão opulento e desperdiçar os dons que êle nos oferece, sem nos prepararmos essa existência pacífica de trabalho que o futuro prepara às nações.

Poupo ao leitor uma dissertação que tinha muito lugar agora sôbre essa existência, que é o sonho dourado dos filósofos verdadeiramente amigos da humanidade.

¹⁵⁶ *Gabinete de 2 de março*, ministério conservador que subira ao poder em 2 de março de 1861, presidido por Luís Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias.

¹⁵⁷ Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) que, além de homem de letras, foi deputado provincial por várias legislaturas e teve seu nome indicado para o senado.

¹⁵⁸ O atraso deu-se principalmente devido ao curto prazo para que as instruções para a exposição fossem atendidas. Os avisos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, eram datados de 31 de julho e 29 de agosto de 1861.

¹⁵⁹ Aqui Machado resvala em assunto que vai perdurar subjacente na cultura brasileira como estigma ao longo do tempo, dada a opinião dos europeus que por aqui passavam. Brito Broca em seu *A vida literária no Brasil 1900*, comenta a campanha do governo republicano na Europa, através da qual se tornou ordinário convidar personalidades para visitar o país, as quais, de volta às origens, esperava-se que se pronunciassem favoravelmente ao Brasil. No entanto, não era o que comumente ocorria. Gina Lombroso Ferrero, esposa do aqui tão aclamado conferencista Guglielmo Ferrero, de regresso à Europa, publicou em 1908, em Milão, seu *Nell'America Meridionale (Brasile-Uruguay-Argentina)*, no qual afirma que a *mollezza* e a impontualidade do brasileiro não podem ser comparadas a de nenhum país por ela visitado. (BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil 1900*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 113.) O sofisma vira pecha e, colado ao espírito do brasileiro, tardiamente ganhará contornos psicológicos de um pessimismo obtuso em *Complexo de vira-latas*, de Nelson Rodrigues. (SANTOS, Joaquim Ferreira dos (Org.): *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 118)

Quero antes voltar, e convidar o leitor a acompanhar-me na dor que, à sua classe particularmente, e ao país em geral, acaba de causar a morte de um distinto militar, ___ o general Pereira Pinto.¹⁶⁰

Há uma coisa de particular e de tocante nos passamentos como êste; quando um companheiro de perigos, com quem se correu os azares da fortuna da guerra, deixa o campo para refugiar-se na morte, a dor dos membros dessa classe tem alguma coisa de mais profundo, e infunde maior emoção nos ânimos. É simples: a comunhão do perigo, a partilha dos reveses, ligam mais profundamente os homens, e afluem mais intimamente as almas.

A classe militar perdeu um membro valente; chora-o por isso; e, com ela, o país, de quem foi um honrado servidor.

.....
Esta linha de pontinhos indica que vou passar a assuntos de outro gênero, para os quais não achei uma transição capaz.

A fraqueza não será das minhas menores virtudes.

Fui ao Ginásio¹⁶¹ ver o drama do Dr. Varejão, *A Resignação*¹⁶². Bem escrito, contendo lances dramáticos de efeito, esta composição está no caso de merecer o aplauso dos que sinceramente apreciam o desenvolvimento literário do país, naquela especialidade.

Há incerteza e incorreção nos traços das suas personagens, pode-se mesmo dizer que elas pela maior parte estão apenas esboçadas; mas êste é o resultado legítimo das proporções acanhadas que o autor deu ao seu drama, e o descorado das partes ressentem-se do campo estreito em que aprouve ao poeta fechar-se.

Aconteceu com a *Resignação* o contrário do que seu deu com a *Época*. Nesta, a ação está rarefeita, diluída nos cinco atos em que o autor a dividiu; na *Resignação*, a ação aperta-se, acanha-se, concentra-se.

Mas, se há pontos vulneráveis na peça, há também belezas dignas de aprêço. Do autor da *Época*¹⁶³ e da *Resignação* podemos, portanto, esperar composições, em que, desaparecidos os senões de seus primeiros ensaios, se reproduzam e porventura centupliquem as qualidades superiores que lhe serviram de valioso diploma ao entrar na literatura dramática.

A companhia francesa deu-nos no Lírico a ópera de Boieldieu *La Dame Blanche*, com uma execução que excedeu à expectativa dos *diletanti*. Mme. Marti e

¹⁶⁰ O *Diário do Rio de Janeiro* do dia anterior (Noticiário, p.1), dá destaque à morte do militar: “Sepultou-se ontem à tarde no cemitério de São João Batista [...] o Marechal de Campo Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto, ajudante do exército./ O ilustre morto era um oficial valente que alcançara todos os seus postos à custa de relevantes serviços. [...]”

¹⁶¹ Ver crônica 1.2., nota 130.

¹⁶² Antônio Aquiles de Miranda Varejão (1834-1900). Autor de vários dramas, entre eles *A época*, comédia em cinco atos representada no Ginásio Dramático em janeiro de 1861, e *Resignação*, também um drama de cinco atos, representado no mesmo teatro em 21.11.1861, conforme *Jornal do Commercio* (Teatros), de 20.11.1861, p.

1.

¹⁶³ Embora Machado escreva *Época*, o nome da obra é *A Época*.

Mr. Emon foram os primeiros entre todos os artistas. Mme. Marti é sempre a artista elegante e gentil, cuja presença enche a cena de vida e de animação. Ainda desta vez obteve aplausos merecidos. Mr. Emon conseguiu, por seu talento reconhecido, dar-nos um tipo completo do rendeiro Dikson.¹⁶⁴ Na assinatura que vai começar daquela companhia temos de apreciar mais outras belas partituras do melhor repertório.

Estou no capítulo dos teatros; cabe mencionar aqui a nomeação de uma comissão que o govêrno acaba de fazer para examinar o contrato com o teatro subvencionado, e dar a sua opinião sôbre a celebração de um que encaminhe o teatro a melhoramentos mais reais.

Essa comissão¹⁶⁵, composta dos Srs. conselheiro José de Alencar e Drs. Macedo e João Cardoso de Meneses e Sousa, acha-se com a iniciativa de uma verdadeira organização teatral. Os seus membros dispõem de talento e conhecimentos próprios a bem de completar um trabalho desta ordem.

Fôra inútil apontar aqui os títulos do Dr. Macedo, a pena, já vigorosa, já facêta, que tanto tem enriquecido o teatro, e o escritor dos mais populares da literatura nacional; os do Sr. Conselheiro José de Alencar, romancista e dramaturgo elegante; e os do Sr. Dr. João Cardoso, poeta mavioso e prosador correto.¹⁶⁶

O teatro é uma coisa séria, carece de muito trabalho e de muita constância. Em uma terra onde tudo está por fazer, não seria o teatro, cópia continuada da sociedade, que estaria mais adiantado. A êste respeito não nos iludamos, é preciso trabalhar ainda muito, e trabalhar inteligente e conscienciosamente.

Aproveite-se dos esforços já tentados e construa-se um edifício sólido e duradouro.

Antes de pingar o ponto final, permita-me o leitor que eu retifique um êrro que me escapou nos *Comentários* últimos. Quando falei de um personagem que preferia a ciência dos selvagens à ciência das academias, o que prova bem que lhe assiste o direito de ser colocado entre os primeiros, disse ___ diretor da academia de medicina ___ em vez de ___ diretor da faculdade.¹⁶⁷

E, já que falo no diretor, lembra-me êsse trecho de um discurso de S. Ex., em que a palavra *cloaca* era repetida, sem embargo da presença das augustas personagens, em sessão pública e solene. Nem ao menos o sexo delicado, que ali tinha um régio representante, mereceu de S. Ex. uma consideração de deferência e atenção.

¹⁶⁴ Baseada na obra de Walter Scott, a ópera, com libreto de Scribe e música de François-Adrien Boieldieu (1775-1834), estreou no Ópera Comique de Paris em 1825 e, no Brasil, teve a primeira representação em 26.11.1861, no Teatro Lírico Fluminense, conforme *Diário do Rio de Janeiro* (Teatros), de 28.11.1861, p. 1.

¹⁶⁵ O *Diário do Rio de Janeiro* noticia a nomeação da comissão no mesmo dia dessa crônica. João Cardoso Menezes e Souza (1827-1915), depois barão de Paranapiacaba, ficou conhecido nas rodas literárias da Corte por diversas colaborações no *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio*. Quando ainda era estudante de direito na Faculdade de Direito de São Paulo, publicou, em 1849, *Harpa gemedora*, volume de poesias.

¹⁶⁶ No original, este trecho encontra-se ilegível; reprodução a partir da edição da Editora Jackson.

¹⁶⁷ Ver crônica 1.2., nota 128.

Se o bom do homem é retrógrado em ciência, em cortesia mostra uma simplicidade rústica, digna dos primeiros tempos da humanidade.

E é senador, e é diretor de uma faculdade!

Où la science et la pairie vont-elles se nicher !

Gil.

Ainda que, sob a pena de Machado, a crônica – sobretudo a série *A Semana*, de anos mais tarde, apresente autonomia artística tal, a ponto de o texto ganhar sentido e relevo e prescindir da intervenção biográfica do autor, nos *Comentários*, nota-se, subjacente, a presença de Machado - jovem, idealista e crítico, malgrado a tentativa de se camuflar sob a personalidade de *Gil*, o narrador.

A linha pontilhada abre espaço para essa segunda voz, o cronista crítico literário e de espetáculos. “Fui ao Ginásio ver o drama do Dr. Varejão, *A Resignação*.” Note-se que a partir de então, crítica e comentário serão construídos a partir da experiência empírica do homem Machado de Assis, portanto, uma enunciação referenciada no real resultada de um relato ligado a um hábito pessoal do autor, a essa época, espectador assíduo de ópera e espetáculos.

A voz do narrador acolhe o escritor, para, a partir dele, construir o diálogo que se vê no texto, a opinião do narrador em relação à obra literária, aos espetáculos, aos membros da comissão teatral ou ainda, à situação do teatro em si, só se constrói e ganha força a partir do homem, numa demonstração dos vínculos entre o cronista e o ficcionista. No cerne da narrativa e subjacente a ela, Machado, que recupera ainda outras vozes ao adentrar a questão do senador Jobim e fazer uso da citação. Ou seja, a crônica torna-se espaço dinâmico e de troca, no qual vozes se complementam e se dialogam.

Antes de pingar o ponto final, o cronista se permite corrigir e destitui do cargo de *diretor da academia* o senador Jobim¹⁶⁸, para realocá-lo à sua função de fato –

¹⁶⁸ O embate entre Machado e o senador Jobim uma vez estabelecido, continua e, nas crônicas, terá suas *batalhas* pontuais: em crônica de 14.8.1864 (*Ao Acaso, Diário do Rio de Janeiro*), Machado, que também era correspondente da *Imprensa Acadêmica*, jornal publicado por estudantes paulistas, no qual publicava sob o pseudônimo de *Silésio* (sátiro mitológico da Arcádia, bem aceito pelos moços e seguidor de Baco), ataca duramente o discurso proferido pelo senador Jobim contra a criação de uma escola de medicina na cidade. Em tal discurso o senador traça um *quadro lúgubre* dos costumes acadêmicos de São Paulo, ao que Machado rebate: “Esta provado que os discursos do Sr. senador Jobim são o melhor remédio contra o aborrecimento crônico ou

diretor da faculdade. A correção, ao senador afeito às honrarias, melhor seria não houvesse sido feita, pois é justamente aí que Machado concentra sua artilharia, desautorizando-o não só profissionalmente por preferir *a ciência dos selvagens*, mas também destacando seu caráter tosco e a grosseria de sua aparição social.

A perplexidade negativa do cronista se põe através da alteração no adágio voltairiano: *Où la science et la pairie vont-elles se nicher!*, que assim modificado, e a bem da palavra *personagem* ao se referir ao senador, desqualificam-no não só enquanto médico e diretor da faculdade – *la science*, mas também como uma farsa social, pois as idiossincrasias do parlamentar aniquilam toda e qualquer cortesia reclamada pelo cerimonial ao qual as honrarias – *la pairie*, uma vez concedidas, exigem. Um leitor experimentado poderia, ainda que forçosamente, especular o contraste entre a fonte francesa e o modelo brasileiro, o que os coloca em extremos contrários: Voltaire, exemplo de homem cosmopolita e requintado, e o senador, que embora tenha galgado altos postos, era, para o cronista, de uma *simplicidade rústica*. A fina ironia machadiana tem destino certo e se completa pelo atônito das exclamações: “E é senador, e é diretor de uma faculdade!” e “*Où la science et la pairie vont-elles se nicher!*”, numa prova de que a polifonia existente na escrita machadiana, não só sustenta os argumentos do jovem cronista em sua posição combativa frente ao experiente senador, como também redireciona o leitor para o ícone francês, que a partir de então estará inelutavelmente ligado ao parlamentar.

Ora, a recorrência ao intertexto permite conferir rigidez e força à crítica endereçada ao senador. Às observações reprovadoras do cronista, soma-se a voz tonitruante e devastadora, quando não – debochada, de Voltaire, cujo eco traz, ainda que de longe, o escárnio do cômico representado, na origem, pela ascendência de Molière, pai do aforismo imortalizado por Voltaire, homem de

agudo, não porque S. Excia. seja dotado de graça, mas por serem os discursos mais desenxabidos, mais incongruentes, mais extravagantes que ainda se ouviu.”, e completa: “Se a mocidade, nos lazeres dêsses trabalhos literários e científicos, mostra-se ardente e alegre, deixai-a, illustre ancião; é a mocidade, é a esperança, é o futuro; alegra-se o espírito em vê-la assim, consola-se da tristeza causada pelo – ‘Não caio nessa, -- de que tratei acima.’” Jobim ainda aparecerá nas crônicas de 28.8.1864 e 11.9.1864 (*Ao Acaso, Diário do Rio de Janeiro*), 2.3.1873 (*Badaladas do Dr. Semana, Semana Ilustrada*), analisada na seqüência, e 25.8.1878 (*Notas Semanais, O Cruzeiro*). Há ainda *O Alienista* (1881), antecipando na ficção o caso real da fuga dos alienados do Hospício D. Pedro II, também comentado na crônica de 31.5.1896 (*A Semana, Gazeta de Notícias*). Há quem acredite o conto tratar-se de uma sátira remissão crítica ao médico e senador, por muito tempo o único médico clínico do manicômio, monarquista conservador e proprietário de terras em Itaguaí, terra do célebre Simão Bacamarte. O senador Jobim faleceu em 1878.

biografia polêmica, porém, envolta por uma aura de admiração e respeito, em parte pela consistência das ideias que defendia e, em parte, pelo caráter mordaz, irônico e responsivo¹⁶⁹, que dizimava muitos de seus inimigos.

Note-se, porém, que embora Machado faça uso de uma citação oriunda da biografia de Molière, o Voltaire que se evoca, é bem posterior àquele de 1739, quando o texto foi redigido. Já à época de sua morte, 1778, Voltaire fora elevado à condição de mito, dono de invejada capacidade intelectual, enfim, uma voz temida por muitos e protagonista de polêmicas universais, tal qual a que tivera com Rousseau, o primitivista.

Ora, usar do aforismo voltairiano para puxar as orelhas do senador e, ainda, trazer no halo Molière, não se pode conjecturar uma escolha aleatória, mas sim uma escolha refletida que, sob a lógica do dialogismo. Ao popular senador, a quem se *lhe assiste o direito de ser colocado entre os selvagens*, o cronista toma atitude responsiva e o faz sob o reflexo da fonte, mostrando ao político o embate de Voltaire em favor da ciência, de forma a destacar não só o anacronismo das ideias do parlamentar, mas também sua estupidez. Seja como divulgador das ideias de Newton na França, seja na luta contra o fanatismo, considerado pelo gênio francês a mola propulsora da ignorância, Voltaire, como intertexto aparece como o correspondente do senador, este, dada a apresentação do cronista, o lado, retrógrado, inculto, enfim, negativo.

Ora, como se verá (crônica de 2.3.1873) o senador Jobim não desconhecia o importante papel de Voltaire dentro da história das ideias. O gênio de Ferney detestava toda especulação abstrata e acreditava que a sociedade deveria pensada e reformada a partir do progresso da razão e do incentivo à ciência e à tecnologia, o que o coloca como um dos principais paladinos iluministas e um renhido perseguidor de dogmas, sobretudo os da igreja católica.

¹⁶⁹ Marilena Chauí em introdução ao volume dedicado a Voltaire da coleção *Os Pensadores* (VOLTAIRE, *Cartas Inglesas; Tratado de Metafísica; Dicionário filosófico; O filósofo ignorante*; seleção e traduções de Chauí... (et al.), 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. IX) comenta o fato de que as obras de Voltaire “não contêm maior originalidade como reflexão analítica; limitam-se à exposição e defesa do pensamento de outros.”

O que vem à tona é uma crítica revestida e construída sob o molde do literário, um apelo a uma rede de enunciados e ideias que dormitam subjacentes ao diálogo cronista/senador, o qual ganha em complexidade no momento em que o parlamentar é justaposto ao gênio francês, cânone na defesa da ciência, justamente o que o senador renega, demonstração de um espírito obtuso.

1.4. Crônica originalmente publicada no jornal *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* em 10.10.1864, na coluna *Ao Acaso*, reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 2º volume (1864-1867)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 178-185.

10 de outubro de 1864

Dai-me boas semanas e eu vos darei bons folhetins¹⁷⁰.

Mas, que se pode fazer no fim de sete dias chochos, passados a ver chover, sem acontecimentos de natureza alguma, ao menos dêstes que tenham para o folhetim direito de cidade?

Gastou-se os primeiros dias da semana a esperar o paquete ___ e o paquete, como para punir tão legítima curiosidade, nada trouxe que estivesse na medida do desejo e da ansiedade. Veio apenas a notícia de um casamento real no norte da Europa¹⁷¹, que muita gente olha como um prenúncio da formação do reino escandinavo, mas que eu não sei se dará em resultado exatamente o contrário disso, isto é, a supressão de uma monarquia constitucional em favor de uma monarquia autocrática.

Aí vou eu entrando pelo terreno da política tôrva e sanhuda. Ponto final ao acidente.

Mas, ___ como dizia eu, ___ que se pode fazer depois de uma semana tão vazia como a cabeça de rival de André Roswein¹⁷²?

Diz Alphonse Karr¹⁷³ que depois de encerradas as câmaras e posta a política em férias, os jornais franceses começam a descobrir as virtudes e os milagres;

¹⁷⁰ A frase remete à máxima de Joseph Dominique, baron Louis (1755-1837), ministro de Napoleão e da Restauração francesa, conhecido por seu bom desempenho em assuntos financeiros: «Faites-moi de bonne politique, je vous ferai de bonnes finances.», extraída de *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*, Guizot, François. Paris: M. Lévy, 1858, vol. I, p. 44.

“As palavras atribuídas ao baron Louis não foram exatamente nesses termos; segundo Guizot, ele teria dito: ‘Gouvernez bien, me dit le baron Louis, vous ne dépenserez jamais autant d’argent que je pourrai vous en donner’. Essa fórmula, dirigida a Guizot durante um conselho de ministros em 1830, parece ser de fonte verídica. O aforismo torna-se chavão e é glosado por Machado numa das crônicas de *Bons Dias*, de 4.5.1888, com fins humorísticos, mas que no fundo traduz uma verdade quase proverbial, ou pelo menos muito corrente. Naquela ocasião ele escreve: ‘Daí-me boa educação, e eu vos darei boa política, dizia o Barão Louis.’” (LUCA, Heloísa Helena Paiva de. Tese de Mestrado. *Propósito e Fantasia – A presença francesa nas crônicas machadianas*. Orientador: Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos, USP, 1996.)

¹⁷¹ O *Diário do Rio de Janeiro* (6.10.1864, p. 1) traz em sua primeira página um balanço geral da movimentação no teatro político europeu e notícia o casamento: “Achava-se em Copenhague o príncipe e a princesa de Galles que tinham ido visitar o rei Christiano; estava naquella capital o grão-duque Nicoláo da Russia, herdeiro do throno, que vai casar com a princesa Marie Dagmar, filha do rei da Dinamarca e irmã da princesa de Galles.”

¹⁷² Personagem do drama *Dalila* de Octave Feuillet (1821-1890), o qual entrou para a Academia Francesa em 1862. Machado retoma Roswein em seu livro de poemas *Falenas*, ‘Prelúdio’, e nas crônicas *Bons dias*, em 5.4.1888). Em 13.4.1860 Machado já tratara em sua crítica teatral de *Dalila*, montagem de Antônio de Serpa, para o teatro de Variedades (*Obra Completa de Machado de Assis, Crítica teatral*, vol. 30, p. 153-162). Sofia, mulher do Palha, também lera Feuillet, na *Revue des Deux Mondes* (*Quincas Borba*, cap. LXXX).

aparecem os atos de coragem e abnegação, e as crianças de duas cabeças e quatro pés. A observação é verdadeira, talvez, mas para lá; o Rio de Janeiro, em **falta** de política, nem mesmo se socorre da virtude e dos fenômenos da natureza. Tudo volta a um silêncio desolador; rareiam os acontecimentos, acalma-se a curiosidade política.

Assim que, foi com profundo desgosto que eu fiz hoje subir à minha varanda a musa gentil e faceira do folhetim.

Casta filha do céu, que vês tu na planície? perguntei-lhe como no poema de Ossian¹⁷⁴.

A infeliz desceu com ar desconsolado e disse-me que nada vira, nem a sombra de um acontecimento, nem o reflexo de uma virtude.

Perdão, viu uma virtude.

Não sei em que lugarejo da Bahia reuniu-se o júri no prazo marcado e teve de dissolver-se logo, porque o promotor de justiça não apresentou um só processo.

Ó Éden baiano!¹⁷⁵ dar-se-á o caso que no intervalo que mediou entre a última sessão do júri e esta, nem um só crime fôsse cometido dentro dos vossos muros? Nem um furto, nem um roubo, nem uma morte, nem um adultério, nem um ferimento, nem uma falsificação? O pecado sacudiu as sandálias às vossas portas e jurou não voltar aos vossos lares?

O caso não é novo; lembra-me ter visto mais de uma vez notícias de fenômenos semelhantes.

O Éden, antes do pecado de Eva, não era mais feliz do que essas vilas brasileiras onde o código vai-se tornando letra morta, e os juizes verdadeiras inutilidades.

Onde está o segrêdo de tanta moralidade? Como é que se provê tão eficazmente à higiene da alma? Há nisto matéria para as averiguações dos sábios.

___ Mas, ___ *juste retour des choses d'ici-bas*¹⁷⁶, ___ talvez que na próxima sessão do júri, a vila que desta vez subiu tanto aos olhos da moralidade, apresente

¹⁷³ Alphonse Jean-Baptiste Karr (1808-1890), romancista e jornalista francês, escreveu para o *Figaro*, o *La Chronique de Paris* - fundado por Balzac, e finalmente fundou o *Le Journal*. Oponente de Napoleão III, se retira para a Côte d'Azur, onde se torna horticultor.

¹⁷⁴ Trata-se do bardo celta Oisín ou Ossian que teria vivido na Escócia no século III. Na verdade, constatou-se no final do século XIX tratar-se de uma fraude literária, embora exemplo precursor do romantismo. James Macpherson (1763-1796) teria coletado o original da obra em sua pesquisa de campo pelo noroeste da Escócia por volta do ano de 1760, na tentativa de recuperar um antigo poema épico escocês. Em 1762 publica *Temora* e *Fingal*, dois poemas épicos. No entanto, os poemas são criações do próprio Macpherson baseadas nas baladas gaélicas; verificou-se mais tarde que os habitantes daquelas paragens desconheciam as baladas cantadas por Macpherson e supostamente originadas ali.

¹⁷⁵ Pura ironia machadiana! O Éden parecia bem mais agitado. O *Diário do Rio de Janeiro* de 7.10.1864, p. 1, publica notícias vindas das províncias do nordeste entre outras: "... jazem dous infelizes, presos na villa de Taperia há 64 dias, sem que lhes tenha feito nem interrogatorio, nem processo, nem cousa alguma,...", "A polícia dorme, e apenas acorda para ir a missa estriptosamente na igreja da Piedade, sendo as patrulhas da cidade dadas sem necessidade pela tropa de linha!", "Agora para Itaparica foi nomeado um contrabandista..." (sobre nomeações e demissões de cargos policiais após a eleição).

¹⁷⁶ *Le Tartuffe* – Ato V, cena III: Mme Pernelle, mãe de Orgon, não acredita no caráter hipócrita de Tartuffe, como pensa seu filho. Este, acabara de presenciar a cena em que o impostor tenta seduzir sua esposa. Quando a mãe insiste em que é preciso provas para acusar alguém, Orgon não se contém e esbraveja todo seu rancor em

um quadro desconsolador de crimes e delitos, de modo a desvanecer a impressão deixada pelo estado anterior.

Tudo é possível neste mundo.

Em falta de acontecimentos há sempre um acontecimento que pode entrar em todos os folhetins, e ao qual já me tenho referido muitas vèzes, ___ até com risco de monotonia.

É um dever de que não me liberto abrir os olhos à câmara municipal a respeito de uma coisa que não é favor, mas dever de tão alta instituição.

Se a câmara municipal não tem por obrigação cuidar do município, tomo a liberdade de perguntar para que serve então, ___ e se é para continuar a viver do mesmo modo que os cidadãos de quatro em quatro anos vão deitar uma cédula à urna eleitoral.

Longe de mim negar o que a câmara tem feito, mas também longe de mim a idéia de ficar mudo diante do abandono em que certas necessidades municipais estão.

O caminho do Catete¹⁷⁷, que um homem de espírito chama - *caminho apoplético*, - é por assim dizer o resumo do estado geral da cidade. As fôlhas reclamam todos os dias contra o descuido da câmara e dos seus agentes, mas é como se pregasse no deserto.

Todos os sentidos de que aprouve à natureza dotar-nos andam perseguidos e em guerra aberta com a poeira, a imundície, os boqueirões, etc.

Ah! a imundície! - Como Lucrecia Bórgia aos convivas de Gennaro, a câmara municipal tomou a peito dizer aos fluminenses, depois que lhes alcança os votos:

___ *Messeigneurs, vous êtes tous empoisonnés.*¹⁷⁸

E fala verdade.

Quando se anunciou a chegada dos augustos noivos de Suas Altezas¹⁷⁹ disse eu que a câmara tratasse de fazer com que vestíssemos roupa lavada, de

uma cena de diálogo contundente, quando Dorine intervém: “Juste retour, monsieur, des choses d’ici bas: Vous ne voulez point croire, et l’on ne vous croit pas.”

¹⁷⁷ Segundo Francisca de Basto Cordeiro em *O Machado de Assis que eu conheci menina (Mensário do “Jornal do Commercio”, 1939, p. 980)*, Machado e sua mulher moraram em uma casa de um pavimento só na Rua do Catete. O caminho do Catete já existia antes da chegada dos portugueses e franceses ao Rio de Janeiro, pois relatos muito antigos, os quais descrevem batalhas entre Portugal e França (os franceses lutavam com o apoio dos índios Tamoios), já se referem ao local de maneira corriqueira, que à época era habitado pelos índios da aldeia Uruçumirim (uruçu: abelha; mirim: pequeno).

¹⁷⁸ Lucrecia Bórgia (1840-1519), filha ilegítima de Rodrigo Bórgia, importante personagem espanhol do Renascimento, que viria a se tornar o papa Alexandre VI. O irmão de Lucrecia foi o conhecido déspota César Bórgia. A família Bórgia acabou por representar na história a política maquiavélica e a corrupção sexual, características dos papados à época do Renascimento. A fonte da citação é *Lucrece Borgia* (HUGO, 1833, p. 165) Na cena II, do Ato III, Jeppo, Maffio, Olofermo, Apostolo, Ascanio, amigos de Gennaro, se divertem, brindam e riem em festa na casa de Lucrecia quando esta entra e os surpreende ao dizer: “Je viens de vous annoncer une nouvelle, c’est que vous êtes tous empoisonnés, messeigneurs, et qu’il n’y en a pas un de vous qui ait une heure à vivre.”, para em seguida lhes mostrar seus caixões, não sem antes deslindar a lista daqueles que já matara antes.

¹⁷⁹ Trata-se do Conde d’Eu que se casou em 15.10.1864 com a Princesa Isabel, e do Duque de Saxe que se casaria com a princesa Leopoldina Teresa em 15.12.1864. À época os jornais noticiavam diariamente atividades

algodão embora, mas coisa mais limpa do que os mulambos que nós temos a honra de receber das suas ilustríssimas mãos.

Sobreveio o período eleitoral, e manifestou-se a grande febre¹⁸⁰ no município. Então perderam-se as esperanças. A soberania popular, - frase que os tipógrafos de todos os países já estão cansados de compor, e os leitores de todos os livros e jornais cansados de ler, - a soberania popular abafou o grito da necessidade pública, e ninguém achou mau o caminho que ia da casa à paróquia.

A câmara, porém, mostrou-se compenetrada do alto papel que se lhe destinou, e lembrou-se de convidar os munícipes para solenizar o casamento de Sua Alteza Imperial que, como os leitores sabem, terá lugar no sábado.

Constroem-se arcos e coretos em vários pontos da cidade, desde o Aterrado até o largo do paço¹⁸¹, mas essas construções deviam ter sido precedidas de alguns melhoramentos, afim de não ter lugar a aplicação daquela cantiga popular:

*Por cima muita farofa, etc.*¹⁸²

Demorar-me neste assunto seria aborrecer os leitores. A primeira condição de quem escreve é não aborrecer:

*Tous les genres sont bons, hors le genre ennuyeux.*¹⁸³

relacionadas ao evento; restauração de prédios públicos, construção de monumentos e coretos na cidade, iniciativas de associações para os festejos do casamento, etc... Diz-se que o primeiro, Conde d'Eu, era destinado a Leopoldina Teresa e que o segundo, Luís Augusto, Duque de Saxe, destinava-se à herdeira. Com a convivência as princesas e os príncipes decidiram-se trocar o combinado: em 18 de setembro de 1864 o príncipe Gastão pediu a mão da Princesa Imperial do Brasil.

¹⁸⁰ Muito embora Machado não trate da febre física, o *Diário do Rio de Janeiro* noticia em 7.10.1864: "O calor é abrazador, e há muitos casos de febres, alguns dos quaes com mau caracter."

¹⁸¹ Atual Praça XV, no centro histórico do Rio de Janeiro.

¹⁸² O aforismo, parte do cancionero popular, era de uso abrangente. Não se localizou cantiga com tal verso em que se pudesse afirmar tratar-se de uma cançoneta nascida no Rio de Janeiro, porém, a ideia subjacente, a da aparência que soa enganosa e ludibria e leva a acreditar naquilo que não é, está presente, por exemplo, no *Cancioneiro capixaba de trovas populares* (1949) que traz: "As moças de Cariacica/ São feitas de pão-de-ló:/ Por fora muita farofa,/ Por dentro mulambo só... (cantiga n° 126). Esta quadrinha pode bem ter sua origem em uma das versões lusitanas: "As meninas do Outeiro/ São poucas, mas trajam bem: / Por riba tudo são rendas/ Por baixo nem fraldas têm! (LEITE DE VASCONCELOS, *Emografia portuguesa*, tomo II, 1936, p. 292); De Alagoas há a variante colhida por Théo Brandão (*Trovas Populares de Alagoas*, 1951, n° 224): "Certas mocinhas de hoje/ Não vestem senão filó:/ Por cima saias e bicos,/ Por baixo, mulambo só."; a fonte de todas estas cançonetas bem pode ser a antiqüíssima expressão proverbial: "Por isso disse o nosso rifão: por fora pão e viola, e por dentro pão bolorento." (*Apólogos dialogais de Francisco Manuel de Melo*, 1920, p. 157 e 347). Encontrou-se ainda a variante "Por fora bela viola, por dentro pão bolorento." Nesta esteira há ainda as expressões: Uma pele de leão sobre um asno., Rosário ao pescoço, o diabo no corpo., Unhas de gato e hábito de beato., Intus Nero, foris Cato.

¹⁸³ VOLTAIRE. *L'Enfant prodigue*. Avignon: Louis Chambeau, Imprimeur-Libraire, MDCCLXI (1761). A comédia *L'Enfant prodigue* foi representada pela primeira vez em 10 de Outubro de 1736, sem qualquer anúncio prévio. Haviam anunciado *Britannicus*, no entanto, à hora do espetáculo, um ator informou que uma das atrizes que desempenhava importante papel na peça, adoecera, portanto, a peça não seria representada naquele dia. Para não decepcionar os fãs, decidiram representar os primeiros resultados de uma nova comédia em cinco atos em verso. Entretanto, não se sabia o autor. Voltaire foi um dos primeiros suspeitos, mas a peça foi atribuída também a Piron, a Lachaussée, a Destouches. Vê-se em várias cartas para M^{elle} Quinault que Voltaire queria que a

E só agora vejo, na minha carteira da semana, o apontamento de uma notícia que eu estou certo de que há de alegrar os leitores, sejam escritores ou não.

Segundo me disseram, Sua Majestade o Imperador trata de mandar fazer uma edição das obras completas de Odorico Mendes¹⁸⁴. Os leitores conhecem, decerto, o nome e as obras do ilustre poeta, cuja morte em Londres¹⁸⁵ as fôlhas noticiaram não há muitos dias. O ato imperial honra a memória do ilustre poeta; essa memória e êsse ato são duas honras para o nome brasileiro.

Uma folha hebdomadária que se publica nesta côrte, denominada *Portugal*¹⁸⁶, deu ontem aos seus leitores uma notícia que os enche de júbilo, como a todos os que prezam as letras e a língua que falamos.

De há muito que o autor de *Eurico*¹⁸⁷, recolhido à vida privada, assiste silencioso ao movimento de tôdas as coisas, políticas ou literárias.

Êsse silêncio e êsse isolamento, por mais legítimas que sejam as suas causas, são altamente prejudiciais à literatura portuguesa.

Mas, o culto das musas é, além de um dever, uma necessidade. O espírito que uma vez se votou a êle, dêle vive e por êle morre. É uma lei eterna. No meio dos labôres pacíficos a que se votou, A. Herculano¹⁸⁸ não pôde escapar ao impulso íntimo. O historiador e poeta pode fazer-se agricultor, mas um dia lá se lhe converte o arado em pena, e as musas voltam a ocupar o lugar que se lhes deve. As musas são

comédia fosse atribuída a Gresset. Nela há certo *président de Cognac*, uma sátira que incomodou alguns políticos, donde subsequentes problemas com a polícia, que obrigou a algumas alterações. A peça não teve mais que vinte e duas apresentações, devido à doença de um ator. (dados extraídos do site oficial www.voltaire-integral.com, consulta em 29.12.2008). Em 1788, no entanto, tais problemas já parecem resolvidos, pois a edição publicada em Paris pela editora Prault Fils traz o selo *Avec Approbation & Privilège du Roi*. O adágio *tous les genres sont bons, hors le genre ennuyeux* será retomado à exaustão por inúmeros autores, entre eles: Afrânio Peixoto (*Noções de história da Literatura Brasileira*), d'Escragnole Taunay (*Philologia e crítica*), Antônio Feliciano de Castilho (*Camões, estudo histórico-poético...*), etc.

¹⁸⁴ Manuel Odorico Mendes (1799-1864), político, publicista e humanista brasileiro. Autor das primeiras traduções integrais para o português de Virgílio (*Eneida*) e Homero (*Ilíada, Odisséia*). Além de seu interesse pelos clássicos, interessou-se pela literatura francesa, publicou em verso português a tradução das obras *Mérope* (1841) e *Tancredo* (1839), ambas de Voltaire. Fundou o jornal *Argos da Lei*, de oposição, embora durante a Regência tenha exercido influência na escolha de seus membros e votado em favor da manutenção da Monarquia. Foi eleito deputado à primeira Assembléia Geral Legislativa do Brasil.

¹⁸⁵ Odorico Mendes morre em Londres em 17.8.1864.

¹⁸⁶ Na Biblioteca Nacional restam preservadas as edições de 1 a 8 de janeiro de 1865.

¹⁸⁷ *Eurico, o Presbítero*, romance histórico de Alexandre Herculano (1844), discorre sobre o fim do Império Godo na região que atualmente compreende a Espanha, diante da conquista dos muçulmanos que avançaram por grande parte da Península Ibérica. É considerado o maior romance histórico em Portugal no século XIX.

¹⁸⁸ O autor de *Eurico*, Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877) foi escritor da época do romantismo, historiador, jornalista e poeta português. Após intensa vida política e cultural, retira-se, em 1857, para a sua quinta de Vale de Lobos (Azóia, Santarém, Portugal), para dedicar-se quase que inteiramente à agricultura e a uma vida de recolhimento espiritual, embora de Vale de Lobos exerça verdadeiro magistério moral sobre o país. Em crônica de 1.10.1877 (*História de quinze dias*), Machado comenta a morte do autor e presta-lhe sincera e comovida homenagem.

a fortuna de César¹⁸⁹; acompanham o poeta através de tudo, na bonança, como na tempestade.

O que se anuncia agora, na correspondência de Lisboa do *Portugal*, é a publicação próxima de dois livros do mestre: *Contos do Vale de Lóbos*, é o primeiro; o segundo é uma tradução do poema de Ariosto¹⁹⁰.

Quando se trata de um escritor como Alexandre Herculano, não se encarece a obra anunciada; espera-se e aplaude-se.

Ler as obras dos poetas e dos escritores é hoje um dos poucos prazeres que se nos deixa ao espírito, em um tempo em que a prosa estéril e tediosa vai substituindo tôda a poesia da alma e do coração.

Quando os tempos nem dão para um folhetim, não sei que se possa fazer outra coisa melhor.

Eu por mim já fiz até aqui o que era humanamente possível; pouca diferença vai dêste folhetim ao milagre dos pães, e essa mesma é mais nos efeitos do fato que no próprio fato. Quando os leitores chegarem ao fim achar-se-ão vazios como no princípio, sentindo uma fome igual à que sentiam quando começaram a ler.

Só haverá uma satisfação: é a do preenchimento destas páginas inferiores que está a cuidado do mais indigno servo dos leitores preencher tôdas as semanas.

Vejam se não é assim.

E não cuidem que as seguintes linhas, transcritas do *Despertador*¹⁹¹, de Santa Catarina, entram aqui por enchimento. É uma remessa que julgo de meu dever fazer ao *Cruzeiro do Brasil*¹⁹². Leia o colega e admire:

« A estréia do jesuíta Razzini¹⁹³ como pregador, no domingo último, é aquela que se podia esperar de quem, ignorando o mais trivial de uma língua, se afoita a ir nela pregar para não ser entendido de quem quer que seja!

« Perguntem-se à maior parte dos que lá foram se entenderam - pitada, - apesar dos calafrios e suores que deviam custar ao pobre do revmo., que raras eram as palavras que não fôsse muito ruminadas ?

¹⁸⁹ Caio Júlio César (*Gaius Julius Caesar*) - (13.7.100 a.C. – 15.3.44 a.C.) foi líder militar e político da República romana.

¹⁹⁰ Ludovico Ariosto (1474-1533), poeta italiano. Machado provavelmente se refere à obra mais famosa de Ariosto - *Orlando furioso*, que seria a continuação de uma obra anterior de Matteo Maria Boiardo intitulada *Orlando enamorado*. O poema de Ariosto alcançou grande sucesso por ocasião de sua publicação, nele, o poeta ridiculariza a nobreza feudal em decadência enquanto denuncia o novo homem da Renascença.

¹⁹¹ Fundado em 1863 por José Joaquim Lopes, importante político e jornalista, o jornal catarinense *Despertador*, encerra suas atividades em 1885.

¹⁹² O *Cruzeiro do Brasil*, jornal carioca editado pela Typ. de Quirino e Irmão, aparece em 2.10.1864, era de periodicidade semanal e tratava de assuntos religiosos.

¹⁹³ Jacques Razzini, religioso italiano, veio para o Brasil em 1863 e é considerado o restaurador da Companhia de Jesus no Brasil. Fundador, com Emídio Pardocchi, do Colégio São Luiz em Itu, São Paulo. Fundou também os colégios de Desterro (atual Florianópolis), São Francisco de Assis, Recife e São Luís.

« É a estas coisas que jamais poderemos ser indiferentes: um padre que não conhece absolutamente nada de nossa língua, para que vai pregar nela?... Para fazer rir da mímica que emprega quem se acha nesses apertos?!...
« Porém ainda isso não é tudo, é naquela crisálida que está o futuro da ilustração da nossa *esperançosa mocidade!* Há de ser êsse um dos que vêm fazer parte do professorado no ensino de línguas em o novo estabelecimento; o mesmo que tem por obrigação fazer compreender aos seus discípulos comparativamente as belezas de uma língua com as da outra, que tem de descer aos seus modos mais particulares (idiotismos) para dar em equivalentes, se não iguais, ao menos os mais aproximados possíveis. Como serão preenchidas condições tão essenciais, e indispensáveis ao ensino? Veja o público que a maior parte do que importamos em tôdas as espécies são *objetos de carregaço*, como os chama o vulgo, dos mestres, por esta amostra, já podemos fazer juízo seguro. »

O cenário político se altera. Ao longo de 1862 os liberais vislumbram oportunidade de participar do governo e talvez o *Diário* tenha querido moderar seus ataques por motivos de ordem tática. Os *Comentários* não resistem. Em 5.5.1862 Machado redige o último deles. Em 22.2.1862, finalizara seu *Comentário* carregado de desgosto e decepção em parágrafo intitulado “Desgosto pela política”.¹⁹⁴ É como se tivesse perdido o púlpito, a tribuna a partir da qual lançava sua artilharia que visava sobretudo o governo, sua incapacidade, mediocridade e corporativismo. Continua a fazer parte da redação do *Diário*, porém, agora no anonimato das *notícias anódinas*.

O retorno às crônicas dá-se com a série *Ao Acaso*, publicada no mesmo *Diário*, entre os anos de 1864 e 1867, num total de 52 crônicas, no espaço reservado ao folhetim, sob aquele mesmo título e a rubrica entre parêntesis: *Chronica da Semana*. Não se sabe se foi afastado ou se afastou do terreno político, o que parece é que tal campo lhe fora “proibido”: “Aí vou eu entrando pelo terreno da política tôrva e sanhuda. Ponto final ao acidente.”

Os *Comentários*, as crônicas a partir das quais se desenha o perfil do cronista militante, idealista e engajado, agora sob novo rótulo, não mais o colocariam no vértice de posições nacionais, liberais e sociais, mas cediam lugar para a literatura e

¹⁹⁴ Este texto foi incluído na *Obra Completa de Machado de Assis*, editada pela Jackson, no volume de crítica literária.

as artes. O cronista não contém o ressentimento e confessa a possibilidade de que “quando os leitores chegarem ao fim achar-se-ão vazios como no princípio, sentindo uma fome igual à que sentiam quando começaram a ler.” Ora, o cronista belicoso responsável pela escrita ágil e vigorosa dos *Comentários*, alimentava-se da política, suas ideias, acertos e entreveros. Confiná-lo ao âmbito das letras era condená-lo à inanição.

As crônicas da série *Ao Acaso* se alteram. A política não é mais o *leitmotiv* e o cabeçalho, que trazia listado os temas em forma de título, é extinto. “Estas crônicas, bastante vivas, são excelentes; como se sentisse algum ressentimento em ser privado do licor político, dirigia sua violência aos escritores de quem comentava as obras.”¹⁹⁵ Não bastasse o relativo cerceamento a que fora submetido, em 10.10.1864, a ausência do que falar e a angústia face à folha em branco é o que dará o tom da crônica.

Na falta do que dizer, o cronista pinça de entre as notícias secundárias, ditas anódinas, fatos e comentários até mesmo esdrúxulos, tais quais *as crianças de duas cabeças e quatro pés*, para preencher a ausência que, como tema, é ridicularizada ao se justapor à máxima do baron de Louis. À monotonia e a modorra que imperavam na Corte em determinados períodos, no caso, acentuadas pelo atraso dos paquetes, somam-se dezenas de linhas de reclamos esparsos ao longo de sua vida de cronista.¹⁹⁶

O vazio e a apatia serão preenchidos à custa de comentários e referências à literatura, sendo a recorrência à francesa predominante. A escolha da personagem de Feuillet - Roswein, que da condição de pastor, torna-se compositor musical de

¹⁹⁵ MASSA, Jean-Michel. Op. cit., p. 25. Veja página 299.

¹⁹⁶ A morosidade da notícia não raro adquire papel preponderante, agravado pelos meios de transporte e de comunicação da época. Frente à ausência de fatos novos ou mesmo daqueles que chegam com relativo atraso, já perdidos no tempo, o autor é levado a confessar ao leitor parte de seu processo criativo, os instantes que antecedem à escrita, em que se vê perdido em meio à seleção dos assuntos, instante revelador de sua angústia diante da folha em branco: “Assim, mil fantasias de ordem poética atravessaram o meu espírito, e eu estava longe de pensar nas tiras de papel almaço que tenho agora diante de mim, e que espero enchê-las ao acaso – se Deus quiser.” (*Ao Acaso, Diário do Rio de Janeiro, 25.9.1864*) Diante da efemeridade do jornal e também de sua agilidade, nem sempre os fatos são animadores, isto é, há certa flutuação na chegada das notícias, o que faz com que Machado classifique as semanas em *pobres e ricas*. (*A Semana, Gazeta de Notícias, 16.9.1894*).

vida sensual e movimentada, para, em seguida, ter sua ascensão social interrompida, soa bastante apropriada e encontra eco no momento pessoal vivido pelo cronista.

Ao tédio do mundo real, o cronista lança mão da coisa miúda como já tantas vezes o fizera, porém, agora, ao lado da novidade esdrúxula produzida na Bahia, há o ordinário das notícias as quais, por mais provocadoras que se apresentem enquanto crítica às autoridades, figuram como discurso vazio de sentido porque excessivamente exploradas pela imprensa da época, donde o risco de o cronista incorrer em caminho contrário ao qual pretendia e alimentar o desinteresse e o tédio no leitor. A direção então é buscar caminhos que confirmem um sentido de verdade ao texto e agreguem uma importância maior aos fatos narrados.

A solução que se apresenta advém das interligações só possíveis porque indiciadas pelo uso do intertexto, o qual funciona como elemento orientador da leitura, quando não, o responsável por direcionar a compreensão e a interpretação, donde a exclusão de uma leitura linear. Assim, mais que narrar os fatos da semana, a crônica passa a constituir um fim em si mesmo, ainda que seja resultado da fusão do real e do ficcional: do real, as péssimas condições sanitárias da cidade, políticos que agem de maneiras antagônicas, antes e após as eleições, e a incompetência judiciária; do ficcional, uma rede subterrânea de sentidos e vozes, na qual dialogam personagens e autores de forma a fazer da crônica um espaço dinâmico, de troca de ideias e interpretações. Das associações criadas entre o real – os dados circunstanciais ocorridos ao longo da semana, e o ficcional – as figuras tutelares indiciadas e justapostas a esses fatos, emerge, na crônica, a evidência das fraquezas humanas, o descaso, a hipocrisia e degeneração moral do homem.

Com isso, destacam-se, na crônica, dois dados constitutivos em sua elaboração: o real, elemento básico e factual – a notícia, portanto, desprovida do verniz literário; e o ficcional, como elemento organizador, no caso, uma série de citações francesas, dentre as quais, a de Voltaire, atuando como instrumentos de valor operatório na medida em que funcionam como mecanismo de produção de sentidos, além de intimamente ligadas à memória literária do cronista.

Assim, o *juste retour des choses d'ici bas*¹⁹⁷ ilustra o cronista em descida vertiginosa: da crônica política, que figurava como a mais importante e onde podia exercitar plenamente sua opinião, à meramente informativa, instrumento prático de prestação de serviço público. A assertiva de Lucrecia Bórgia – *Messeigneurs, vous êtes tous empoisonnés*, entretanto, reitera e desperta seu leitor para o caráter dúbio e nada confiável do homem político.

Diante de uma realidade *sem graça* o cronista volta-se ao seu universo literário e num exercício de memória, retoma fórmulas já há muito em circulação, fixas no imaginário, de maneira que uma lembrança implica uma série de outras lembranças. É dessa dinâmica circular que emergem as citações e as referências, entre elas, a voltairiana, que se adequa à problemática do cronista em seu momento de criação - a redação da crônica. Uma vez exposto à ausência de notícias e à falta de encantos da vida, a possibilidades da produção de um texto *ennuyeux* são várias, daí o respaldo que a fonte francesa oferece, como se fosse uma balaustrada a impedir a incorrência em erro e causar aborrecimento aos seus leitores.

Vejamos: Voltaire, no prefácio à edição de 1738 da comédia *L'enfant prodigue* parece se desculpar por ter escrito uma comédia em tempos em que a tragédia, o gênero *nobre* por excelência - e na esteira de Aristóteles¹⁹⁸, se encarregava da imitação de uma ação completa e elevada, em uma linguagem ordenada pelo ritmo, a harmonia e o canto.

O autor já colhia os benefícios que o gênero trágico lhe conferia. Não obstante tenha escrito a curta comédia de um só ato *L'Indiscret* (1725), o Voltaire que se apresentava agora já trazia consigo o prestígio de *Oedipe* (1730), *Zaïre* (1732), *Alzire, ou les Américains* (1736), além das obras *Essai sur la poésie épique*

¹⁹⁷ O dicionário histórico da língua francesa, *Le Robert*, traz “juste retour des choses”, como expressão de 1669, assim como a locução adverbial “ici-bas” adquire o sentido de “sur la terre”, em oposição a “là-haut”, em 1668. Assim, como a primeira versão de *Tartuffe* data de 1664 e a segunda de 1667, acreditamos que a expressão completa, como aparece na peça, deva ser de autoria de Molière. [...] O fato é que a expressão surgiu nessa época, entrou para o vocabulário usual e foi até reformulada em outros textos compostos posteriormente. (DE LUCA, Heloísa Helena Paiva de. *Poética de um gênero – Molière nas crônicas machadianas*. São Paulo: USP, 2004.)

¹⁹⁸ Aristóteles, em sua *Arte Poética*, para diferenciar comédia de tragédia diz que enquanto esta última trata essencialmente de homens superiores (heróis), a comédia fala sobre os homens inferiores (pessoas comuns da pólis). Isso pode ser comprovado através da divisão dos júris que analisavam os espetáculos durante os antigos festivais de Teatro, na Grécia. Ser escolhido como jurado de tragédia era a comprovação de nobreza e de representatividade na sociedade. Já o júri da comédia era formado por cinco pessoas sorteadas da platéia.

(1726) e *Lettres Philosophiques* (1733), entre outras. *L'Enfant prodigue* aparece em época que já era temido e incomodava com sua voz tonitruante e mordaz.

À época, a comédia, muito embora sofresse certo desdém dos “trágicos”, era a possibilidade democrática de sátira a todo tipo de ideia, sobretudo política. Assim como hoje, ninguém estava a salvo de ser alvo de suas críticas (ou através dela). Voltaire não a desdenha e insiste, em seu prefácio a *L'Enfant prodigue*, na nobreza do gênero, colocando-o em grau de igualdade à tragédia, ao afirmar que tanto um quanto outro, devem trazer algo de *novum*, além do que, caso sua comédia não agrade, a razão cabe tão somente ao autor e não às dificuldades que o gênero possa apresentar.¹⁹⁹

Machado reconhece que o ordinário dos assuntos pode aborrecer seus leitores tanto quanto a ausência e o vazio aborrecem a ele e procura também se desculpar por isso; o escape ao tédio encontra ressonância no vulto francês, mestre de uma escrita não só provocadora e instigante, porém, ágil e capciosa, garantia de uma desenvoltura avessa ao *genre ennuyeux*. A fuga dos assuntos enfadonhos e da provável escrita fatigante opera-se por desvio em que o leitor é radicalmente redirecionado para o literário, campo de largo interesse do cronista. A evidente ironia ganha contornos humorísticos através de correspondentes também extraídos dos intertextos: ao mundo “d’ici bas”, de moralidade discutível, refletido nos caminhos mal cuidados, contrapõe-se o Éden baiano, uma mentira artificiosa, um embuste de uma sociedade esquiva que se firma no que aparenta ser e não no que realmente é.

¹⁹⁹ VOLTAIRE. *L'Enfant prodigue*. Avignon: Louis Chambeau, Imprimeur-Libraire, MDCCLXI (1761)K (Préface à l'Édition de 1738). Sobre a questão tergiversa Voltaire: “Je me bornerai simplement à insister encore un peu sur la nécessité où nous sommes d’avoir des choses nouvelles. Si l’on avait toujours mis sur le théâtre tragique la grandeur romaine, à la fin on s’en serait rebuté; si les héros ne parlaient jamais que de tendresse, on serait affadi. O imitatores, servum pecus! Les bons ouvrages que nous avons depuis les Corneille, les Molière, les Racine, les Quinault, les Lulli, les Le Brun, me paraissent tous avoir quelque chose de neuf et d’original qui les a sauvés du naufrage. Encore une fois, tous les genres sont bons, hors le genre ennuyeux. Ainsi il ne faut jamais dire si cette musique n’a pas réussi, si ce tableau ne plaît pas, si cette pièce est tombée, c’est que cela était d’une espèce nouvelle; il faut dire: C’est que cela ne vaut rien dans son espèce.”

1.5. Crônica originalmente publicada no jornal *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO* em 7.3.1865, na coluna *Ao Acaso*, reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 2ª volume (1864-1867)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 312-321.

7 de março de 1865

Os três últimos dias da semana passada foram de festa para a capital do império. Festejou-se a capitulação de Montevidéu²⁰⁰. O entusiasmo da população foi sincero e caloroso. Mas não nos iludimos sôbre o caráter da festa dêsses três dias: foi a festa da paz.

Uma notícia inexata, afixada na praça do comércio, e a presença do bravo comandante do *Recife*²⁰¹, Mariz e Barros²⁰², eram os primeiros impulsos. Tarde se reconheceu que o convênio de paz não atendera, nem para a honra, nem para os interesses do Brasil; mas a manifestação popular não cessou. É por isso que dizemos que o povo satisfez os seus instintos humanitários, aplaudindo a paz sem sangue, deixando a outros o cuidado de ventilar a questão de mais alcance.

Não cabe nos limites do folhetim a apreciação do convênio de 20 de fevereiro: é matéria exclusiva das colunas editoriais. A opinião do folhetim acêrca dêsse documento não pode ser duvidosa. Admira-nos mesmo que não haja a êste respeito uma só opinião, e que todos julguem, à uma, que o convênio de paz não atende nem para os direitos, nem para a dignidade do império. Êste documento seria,

²⁰⁰ À época da eclosão da guerra contra Aguirre havia um revezamento de poder político entre o Partido Blanco (representado pelos fazendeiros que residiam na fronteira entre o Rio Grande do Sul e Uruguai) e o Partido Colorado (que tinha como representantes os comerciantes estabelecidos nos centros citadinos urbanos de Montevidéu). A relação política do Uruguai com a Argentina proporcionou a união de Oribes, eleito pelo Partido Blanco no Uruguai, com Manuel Rosas, governante Argentino. Ambos pretendiam resgatar o Vice-reinado do Prata, e assim tornar-se-iam unos Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Para o império brasileiro essa aliança significava uma grave ameaça à supremacia brasileira na América do Sul. A Guerra de Aguirre foi uma agitação que aconteceu no ano de 1864, envolvendo o Brasil e o Uruguai, no momento em que o Brasil cortara relações com o Uruguai; tudo teve início quando Aguirre – administrador do Uruguai e chefe do Partido Blanco, comandou diversas incursões contra o território gaúcho, que se encontrava repleto de fazendeiros pecuaristas. Em 1864 o governo brasileiro, para defender o território gaúcho, interveio na política uruguiaia contra Aguirre, tomando a região deste e apoderando-se de alguns territórios como, Unión e Paysandú, dirigindo-se em seguida para Montevidéu, capital do Uruguai. Aguirre, não aceitando tal fato, ignorou os acordos entre os dois países e ocupou o território brasileiro, alvejando a bandeira brasileira com 21 tiros, em plena Montevidéu. A invasão, porém, durou pouco, pois no ano de 1865 o seu mandato chegou ao fim e seu sucessor, Venâncio Flores, do Partido Colorado, declarou encerrada a guerra. A 20 de fevereiro do mesmo ano assina-se a Convenção de Paz com a presença do Visconde do Rio Branco e do novo Presidente do Senado uruguaio, Tomás Villalba; as terras uruguaias, que se encontravam sob o domínio do Brasil, foram então devolvidas ao Uruguai. Este acordo foi amplamente questionado pela imprensa carioca.

²⁰¹ Corveta brasileira comandada por Mariz e Barros. O militar brasileiro interinamente ainda comandou o iate *Paraibano*, e efetivamente a canhoeira *Campista*, a corveta *Belmonte* e o encouraçado *Tamandaré*.

²⁰² Antônio Carlos de Mariz e Barros (1835-1866), militar brasileiro que combateu e morreu na Guerra do Paraguai.

além disso, uma sepultura política, se neste país houvesse uma rocha Tarpéia²⁰³ ao lado do Capitólio²⁰⁴. Quem quer que seja o culpado, essa devia ser a pena.

De tôdas as opiniões contrárias, uma apenas é digna de respeito: é a do protesto filial que ontem acudiu às colunas do *Jornal do Comércio*²⁰⁵. Qualquer que seja a energia e o azedume dêsse protesto, êle representa o justo respeito e a natural admiração do filho ao pai. Mas, sem privar a palavra filial da atenção que ela merece, fica livre a todos os homens a apreciação franca e sisuda do triste desenlace da questão oriental.

Dissemos que o movimento popular teve por causa primeira a notícia inexata da praça do comércio, de ter havido uma capitulação sem condições. Êste fato é grave. Quem foi o culpado dessa notícia? Como é que, em tão graves assuntos, empalma-se dêste modo a manifestação pública? Examine o caso quem tem o direito e o dever de fazê-lo, e previna-se dêste modo tão graves abusos para o futuro.

Uma das conseqüências do convênio de 20 de fevereiro seria esfriar o ardor e o entusiasmo com que o país está pagando o tributo de sangue, se fôsse necessário ao povo brasileiro outro incentivo mais do que o dever. E contudo, o povo deve entristecer-se, vendo que a diplomacia inutiliza os seus esforços, e que o papel e a pena, armas fáceis de brandir, desfazem a obra produzida com o fuzil e a espada.

Ainda no domingo lá se foi para o Sul um contingente de voluntários. Foi uma festa igual à de domingo anterior. Aquêles bravos marcham para o campo de batalha como para uma festa. Êles sentem que obedecem à lei da honra; não os inspira uma vaidade pueril ou uma ambição mal provada. É a imagem da pátria que os atrai e os move.

Já tivemos ocasião de fazer um reparo, nestas colunas, acêrca da ignorância e da má fé dos jornalistas europeus a respeito das nossas coisas. Não fomos dos primeiros: esta queixa é velha. Nem seremos dos últimos, porque muito tempo há de correr ainda, antes que a imprensa européia empregue nos negócios americanos o critério e a ilustração com que trata os negócios do velho continente.

²⁰³ Nome dado a um sítio na encosta do Capitólio - *Mons Tarpeius*, na cidade de Roma, que se tornou conhecido porque durante o período republicano serviu de local para a execução pública de criminosos que traíram o Estado e que foram considerados culpados de perjúrio.

²⁰⁴ Monte Capitólio ou Monte Capitolino, em italiano, *Campidoglio*, é uma das famosas sete colinas de Roma. Trata-se da colina mais baixa, com dois picos separados por uma depressão. No lado do pico sul, onde havia o Fórum Romano, o Campus Martius - *Campo Marzio*, erguia-se o templo da tríade Capitolina - Júpiter, Juno e Minerva. No lado do pico norte, o templo de Juno Moneta, no atual local da igreja de Santa Maria in Aracoeli. No pequeno vale entre ambos, hoje a Praça do *Campidoglio*, o Asylum, santuário que nos remete à época de Rômulo. Machado parece referir-se no Fórum Romano, a Cúria Hostília, a sede da instituição, o Senado romano que à época republicana era a mais alta autoridade do Estado. Nesse período, o Senado romano fiscalizava os cônsules (autoridades executivas máximas), controlava a justiça, as finanças públicas, as questões religiosas e, dirigia a política externa, incluindo o componente militar - vital num momento de conquistas expansionistas.

²⁰⁵ O *Jornal do Commercio*, fundado em 1824, é um importante jornal econômico brasileiro e o mais antigo diário em circulação ininterrupta na América Latina. Teve origem no *Diário Mercantil*, de propriedade de Francisco Manuel Ferreira & Cia e, adquirido por Pierre Plancher, em 1827, passa a se chamar *Jornal do Commercio*. Suas páginas, ao longo do tempo, receberam a contribuição de Rui Barbosa, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Júnior, Afonso Celso, Barão do Rio Branco e tantos outros. Veja também nota 434.

Os jornais trazidos pelo último paquete oferecem uma nova página de má fé e de ignorância. Dos poucos que lemos pode-se avaliar da maioria dêles, que é sempre antipática ao desenvolvimento do Brasil.

A *Presse*²⁰⁶, num artigo que traz a assinatura do Sr. E. Chatard²⁰⁷, acusa-nos de ter pretextado reclamações para conquistar a república do Uruguai; louva o Paraguai pelas suas tendências de equilíbrio; conta que êle apreendeu os *nossos navios*; que o Brasil, vendo que tinha ido muito longe, retirou as suas tropas do território oriental e limitou-se a bloquear dois pequenos portos; em Paissandu, segundo o Sr. Chatard, os nossos soldados saquearam as casas.

O Sr. Chatard conclui o seu artigo, que ocupa uma coluna da fôlha, com as seguintes memoráveis palavras:

« É estranho ver que, quando os Estados mais poderosos da Europa, a França e a Inglaterra, aderem a uma política de não-intervenção... »

Se o Sr. Chatard soubesse uma polegada dos negócios desta parte da América, queremos crer que outra seria a sua linguagem. Preferimos crê-lo ignorante, a crê-lo de má fé, pôsto que ambas as coisas se possam dar, e se dão em geral, quando se trata da política brasileira.

Aqui vai, por exemplo, um caso de má fé. É da *Indépendance Belge*²⁰⁸.

Para responder a alguns jornais do Rio de Janeiro e aos correspondentes de certos jornais europeus, que disseram ter o govêrno do Paraguai dificultado ao nosso ministro na Assunção os meios de sair da república, a fôlha belga publica dois documentos que, segundo ela, confirmam a asserção do seu correspondente em Buenos Aires, *que é perfeitamente exata*.

Que documentos são êsses? Uma nota do Sr. Washburn²⁰⁹, ministro americano na Assunção, e outra nota do Sr. José Bergés²¹⁰, ministro das relações exteriores. Na primeira o ministro americano agradece a resolução do govêrno paraguaio, que pôs à disposição do nosso ministro um vapor e os passaportes para a

²⁰⁶ *La Presse*, periódico francês fundado em 1836 por Émile de Girardin. Sua primeira edição aparece em 16 de junho de 1836 como *La Presse, Journal quotidien, politique, littéraire, agricole, industriel et commercial*. O *La Presse* ao lado do *Le Siècle* foram os dois primeiros grandes jornais populares franceses.

²⁰⁷ Em *Journaux et journalistes* (SIRVEN, Alfred. *Journaux et journalistes*. Paris: F, Cournil, Libraire-Éditeur, Vol. 2, 1866, p. 314), traça o perfil de Eugene Chatard: « Collaborateur régulier de la *Presse*. C'est lui qui traite les affaires d'Amérique et l'on peut dire qu'il s'acquitte de cette tâche en homme qui connaît la question américaine, c'est-à-dire qu'il la traite au point de vue des intérêts français. »

²⁰⁸ *L'Indépendance Belge*, periódico belga, com sede em Bruxelas, foi fundado em 1831. De tendência liberal, era conhecido por ser bem informado e com muitos correspondentes no estrangeiro. Encerrou suas atividades em 11 de maio de 1940.

²⁰⁹ Charles Ames Washburn (1882-1889) foi diplomata e escritor. Em 1861 foi designado pelo presidente Lincoln para o cargo de Ministro Residente para o Paraguai, quando participou das questões diplomáticas ligadas à Guerra do Paraguai. De volta aos Estados Unidos escreveu a história do Paraguai, além de duas outras obras: *Philip Thaxter and Gomery of Montgomery* e *Political Evolution*.

²¹⁰ Em agosto de 1864, José Bergés enviou nota de ameaça ao ministro Viana de Lima, representante do Governo Imperial, que ainda residia em Assunção. Meses depois, concretizar-se-iam as ameaças de Bergés com o apresamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, em 12.11.1864. (BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto de globalização: presença dos EUA no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 1997, p. 101-106).

legação, e pede um novo passaporte para o Sr. Muniz Fiúza²¹¹; na segunda, o ministro paraguaio, remete o passaporte pedido.

Mas, o que a *Indépendance Belge* empalmou, com evidente má fé, foi tôda a correspondência anteriormente trocada entre o ministro americano e o ministro paraguaio, correspondência que, longe de confirmar a asserção do exato correspondente de Buenos Aires, confirma a asserção da imprensa fluminense e dos correspondentes de certos jornais europeus. Como se sabe, as dificuldades encontradas pelo Sr. Viana de Lima²¹² levaram-no a pedir a intervenção graciosa do Sr. Washburn.²¹³ Foi só depois de uma longa correspondência, que ocupou uma página quase da *Tribuna* de Buenos Aires, que o Sr. José Bergés²¹⁴ resolveu-se facilitar a saída do ministro brasileiro.

As fôlhas européias que tanto nos são antipáticas, na ignorância dos negócios da América, são sempre induzidas em êrro pelas narrações infieis dos seus correspondentes.

O tal correspondente de Buenos Aires, a quem se refere a *Indépendance Belge*, é dos mais divertidos. A redação, apreciando o seu correspondente, diz que êle se ressentido do espírito hostil de Buenos Aires contra o Brasil, mas que, apesar de tudo, a política do Brasil, se não tem um pensamento de ambição pouco justificável, parece difícil de explicar-se. Só se compreende a *intervenção* do Brasil na guerra civil, pelo sonho de anexar o Uruguai, e nesse caso o presidente López obra com espírito político, energia e resolução.

Esta é a opinião da fôlha, já manifestada mais de uma vez. Na opinião do correspondente, a política do Brasil é ambiciosa, e o império despreza o direito das gentes. A narração dos atos de pirataria praticados pelo govêrno paraguaio, é feita com as côres próprias a tornar o tiranete²¹⁵ digno da admiração universal. Consta, por exemplo, a apreensão dos fundos que leva o vapor *Olinda*, mas não acrescenta o procedimento que em seguida teve o Sr. Francisco Solano. O presidente do Paraguai, pensa o correspondente, é a providência do Rio da Prata.

Mas, se tôdas estas inexatidões e apreciações falsas são condenáveis em jornais importantes com a *Presse* e a *Indépendance Belge*, muito mais o são num jornal que se decora com a denominação de *Jornal Internacional*, e que, por êste modo, se impõe um conhecimento perfeito dos negócios do mundo.

²¹¹ Luís Barbalho Muniz Fiúza Barreto de Meneses (1813-1866), magistrado e político brasileiro, foi agraciado com o título de barão em 14.3.1860.

²¹² César Sauvan Viana de Lima (1824-1897), primeiro e único barão de Jauru, foi diplomata brasileiro residente no Paraguai à época do conflito.

²¹³ Washburn, que representava o governo de Washington em Assunção, colocou-se desde o início do conflito ao lado de Solano Lopes, se envolvendo em várias questões diplomáticas consideradas provocadoras pelo governo do Império. Colocando-se como mediador, em 11.3.1867 se encontrou com Caxias e, em seguida, explorou oficialmente as opiniões do oficial brasileiro. Um ano mais tarde, envolve-se em escândalo – um complô para derrubar o ditador paraguaio, é acusado por Solano Lopes de conspirar a favor do Brasil. (BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 110). Veja páginas 101-106.

²¹⁴ Mais tarde, Bergés seria acusado de conspirar contra Solano Lopes e preso em 1868. (Idem)

²¹⁵ Trata-se de Francisco Solano López, ditador paraguaio.

Tal é o *Nord*²¹⁶. Os correspondentes desta fôlha são do mesmo gênero que os das outras. É inútil resumir as asserções e as opiniões dêle: são as mesmas. Mudam as palavras, é certo; ali é a *política invasora* do Brasil, aqui é o Brasil que *tira a máscara*. Lá como aqui, os soldados brasileiros saquearam Paissandu; aqui como lá, Leandro Gomes²¹⁷ é um herói. As barbaridades, as violências, os roubos, praticados pelos heróis daquela medida, tanto orientais como paraguaios, ficam no escuro²¹⁸. As nossas legítimas queixas, os justos motivos que nos levaram à guerra, são substituídos por um desejo de anexar o Uruguai, por uma política ambiciosa, por uma intervenção mal compreendida. ***Voilà comme on écrit l'histoire***²¹⁹.

Naturalmente os nossos leitores perguntarão o que fazem os nossos agentes na Europa, que não trazem à luz da imprensa a narração fiel dos acontecimentos, e não destroem a opinião acêrca dos honrosos e imprescindíveis motivos da guerra contra a república do Uruguai. Também nós fazemos essa pergunta, e tanto nós, como os leitores, ficamos sem resposta. Voltemos um pouco o rosto para as coisas literárias.

A imprensa do Maranhão deu-nos uma boa notícia, que aliás, devera ter sido conhecido antes nesta côrte, onde se deu o fato. É a de terem aparecido os manuscritos dos dramas de Gonçalves Dias, *Beatriz di Cenci* e *Boabdil*²²⁰. Êsses manuscritos aparecem de um modo singular. A viúva do poeta fizera um anúncio pedindo a entrega dos manuscritos que existissem nas mãos de alguns particulares. Logo no dia seguinte apareceu-lhe em casa um prêto que entregou os dramas de que já falamos e desapareceu.

Não se encontraram sòmente os dramas na caixa entregue pelo prêto; encontrou-se também várias poesias, e alguns trabalhos sôbre instrução pública²²¹.

Deus queira que atrás dêsses apareçam os outros. Não é de crer que, se alguém os possui, queira conservá-los, fazendo assim um profundo desfalque às

²¹⁶ *Le Nord*, periódico belga que circulou de 1855 a 1907.

²¹⁷ No cenário da guerra, na manhã de 31.12.1864, as tropas brasileiras lançaram o ataque final a Paissandu (Uruguai), cuja resistência foi pertinaz. Na manhã de 1.1.1865 a povoação capitulou, tendo o seu comandante, o coronel uruguaio Leandro Gomes, sido aprisionado e entregue aos uruguaiois e depois morto por seus compatriotas, em contradição às normas de conduta da guerra.

²¹⁸ Segundo Rio Branco, Leandro Gomes não deveria ter sido fuzilado daquela forma, mas poderia, então, ser submetido a um conselho de guerra e sentenciado à morte, mesmo pelo que fizera em Paissandu, tratando cruelmente prisioneiros e mostrando as cabeças degoladas de soldados brasileiros. (RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Com a palavra o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 307).

²¹⁹ VOLTAIRE. *Théâtre Complet de M. de Voltaire, Charlot ou la Comtesse de Givry*. Caen: G. Le Roy, Imprimeur du Roi, ancien Hôtel-des-Monnaies, MDCCLXXXVIII (1788), Tome VIII, p. 281.

²²⁰ O *Diário do Rio de Janeiro* noticiou em 5.3.1865, p. 1, o achado sob o título: “Manuscriptos de Gonçalves Dias – Lê-se no *Publicador Maranhense*”.

²²¹ Tal era a notícia no *Diário* de 5.3.1865: “[...] Aberto o caixãozinho, com grande surpresa e alvoroço de contentamento, encontrou dentro de uma pasta os dous dramas completos e mais manuscriptos dos trabalhos da inspeção dos archivos e instrução publica das províncias do norte, commissão de que esteve encarregado de 1839 a 1851, algumas poesias, e alguns manuscriptos desordenados sobre a commissão scientifica.”

letras brasileiras. E uma vez reunidos todos, ou perdidas as esperanças de encontrar o resto, faz-se necessária uma nova e completa edição das obras do grande poeta.

Temos dois fatos teatrais; a estréia do ator Furtado Coelho²²² no Ginásio²²³, e a 1ª representação da *Berta a flamenga*²²⁴, em S. Januário²²⁵. Só nos ocuparemos com o segundo; iremos depois ao Ginásio habilitar-nos para apreciar o primeiro, e verificar os progressos do artista que ali iniciou a sua carreira.

Berta a flamenga foi uma nova ocasião para que a Sra. Emília das Neves²²⁶ colhesse justos aplausos. Êsses aplausos só se fizeram ouvir no fim do 3º. e no 4º. e 5º. atos; nos dois primeiros não havia lugar para as brilhantes qualidades da artista; mas quando apareceu a ocasião, mostrou-se ela como nas suas boas noites.

O drama é interessante, mesmo apesar de algumas *ficelles* mal escondidas. Promete manter-se em cena. O resto do pessoal que acompanha a Sra. Emília das Neves não é de todo irrepreensível, mas tem em grande parte direito à menção dos seus conscienciosos esforços.

Guardamos para a última coluna a notícia de um livrinho de versos que acabamos de receber da Paraíba do Norte. Tem por título *Mosaico*²²⁷, e por autor Joaquim Serra²²⁸, jovem maranhense, de cujo talento já temos apresentado aos leitores irrecusáveis provas.

O livro de um poeta digno dêste nome, é sempre credor da nossa atenção; êste, porém, tem um duplo direito; além do nome do autor, tem o nosso nome, a quem o autor dedica a sua obra. Somos obrigados por um sentimento de gratidão a mencionar o fato nestas colunas. Cremos que êste caso faz exceção na poética dos leitores.

A lembrança do autor do *Mosaico* é para nós tanto mais honrosa e agradável ao coração, quanto que resulta de espontânea simpatia, sem que nunca trocássemos

²²² Luiz Cândido Furtado Coelho (1831-1900), ator português, desembarcou no Rio de Janeiro em 1856, foi encenador, tradutor e empresário de teatro. Homem culto, dirigiu a Cia. Dramática do Teatro Ginásio e lutou particularmente pela implantação do realismo no Brasil (MAGALDI, Sábato; VARGAS, Maria Thereza. *Cem anos de teatro em São Paulo, 1875-1974*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, 2ª ed., p. 16)

²²³ Ver crônica 1.2., nota 130.

²²⁴ Provável versão de *Bertha La flamande*, drama em cinco atos de Paul Henri Joseph Molé-Gentilhomme.

²²⁵ Theatro São Januário, inaugurado em 26.9.1838.

²²⁶ Emília das Neves de Sousa (1820-1883) atriz dramática portuguesa de grande destaque no século XIX, considerada a primeira grande vedete a surgir em Portugal. Conhecida por a *Linda Emília*, surgiu no teatro aos 18 anos, em 1838, e seria aplaudida até 1883. Foi uma das grandes figuras do meio teatral português da geração romântica; ficaram memoráveis os seus desempenhos, em particular sua atuação nas peças nas peças *Judith*, *Proezas de Richelieu*, *Joana a Doida*, *Gladiador de Ravena* e *Maria Stuart*. Em artigo intitulado *O Teatro Nacional (Obra Completa, Crítica teatral*, vol. 30, Ed. Jackson, p. 187) Machado comenta o teatro no Brasil e os trabalhos da comissão encarregada da criação do teatro de Comédia Brasileira, e faz elogios a Emília das Neves: "..., onde igualmente estava Emília das Neves, a talentosa artista, tão aplaudida nos nossos teatros.", finaliza o artigo transcrevendo dois poemas de Francisco Muniz Barreto em homenagem à atriz. Em outubro de 1864, Emília das Neves cumpriu temporada no Theatro Lyrico Fluminense, onde atuou no drama *Judith* e na comédia *As proezas de Richelieu*. *O Jornal do Commercio* publica em 6.10.1864 uma 'serie de artigos em homenagem à atriz, inclusive na seção "Publicações a pedido".

²²⁷ Editado em 1865 é um volume de poesia traduzida.

²²⁸ Joaquim Maria Serra Sobrinho (1838-1888), jornalista, professor, político e teatrólogo brasileiro. Fundou os periódicos *Semanário Maranhense*, *A Reforma* e *a Folha Nova*. É patrono da cadeira 21 na Academia de Letras.

um apêto de mão. É por isso que o poeta quis dar-me um apertado abraço, através do mar que nos separou sempre, e que não nos servirá de obstáculo um dia.

O *Mosaico* compõe-se de traduções de Vigny, Vitor Hugo, Musset, Laprade²²⁹, Mickiewicz²³⁰, Méry²³¹, e muitos outros poetas, que Joaquim Serra estudou com perfeita madureza e reproduziu com brilhante fidelidade. Transcreveremos em outra ocasião algumas peças deste interessante volume.

De novo agradecemos ao jovem colega e amigo a prova de simpatia que nos acaba de manifestar, e daqui lhe repetimos a palavra dos admiradores do seu talento: *avante!*

Embora Machado não mais se ocupe da crônica de tez marcadamente política à maneira dos *Comentários*, na série *Ao Acaso*, que pretere a política pela literatura, é como se encontrasse dificuldades em se abster do traço crítico-irônico que ali angariara. A crítica contundente endereçada às personalidades é difusa, o embate não mais é direto, frontal, mas se generaliza. A guerra é um assunto discutido à exaustão e presente diariamente na imprensa, que acompanhava os desdobramentos das ações do exército imperial no cenário do conflito. A paz, após a invasão do território uruguaio, preparativo que antecedeu a Guerra do Paraguai, é selada através de acordo entre Brasil e Uruguai em 20.2.1865. O acordo é dura e amplamente criticado pela imprensa e por especialistas que consideram ter o país saído em desvantagem. Machado não se abstém e engrossa o coro popular, não obstante reconheça não ser o folhetim o espaço mais indicado para tal assunto: “Não cabe nos limites do folhetim a apreciação do convênio de 20 de fevereiro: é matéria exclusiva das colunas editoriais.”²³²

A Guerra do Paraguai²³³ torna-se então assunto de domínio público, o que equivale avaliar a participação do cronista em tal celeuma. Entretanto, para

²²⁹ Pierre Martin Victor Richard de Laprade (1812-1883), poeta e crítico francês. Principais obras: *Poèmes évangéliques, Les voix du silence, Christianisme*.

²³⁰ Adam Bernard Mickiewicz de Poray (1798-1855), poeta e escritor polonês. Principais obras: *Les Aïeux, Messive Theddée, Conrad, Wallenrod*.

²³¹ Joseph Méry (1797-1866), poeta, jornalista, dramaturgo e libretista francês. *La Bataille de Toulouse*, libreto escrito por Méry foi adaptado por Verdi para a sua ópera *La Battaglia di Legnano*.

²³² Em 5.3.1865 o *Diário do Rio de Janeiro* não só faz duras críticas ao governo em editorial sobre a Guerra do Paraguai, como também noticia a demissão do conselheiro Sr. Paranhos, um dos envolvidos no acordo.

²³³ Para saber mais sobre a Guerra na obra machadiana: BROCA, Brito. “A Guerra do Paraguai”, em *Machado de Assis e a política*. São Paulo, Brasília: Polis/INL, Fundação Pró-Memória, 1983; MAGALHÃES JR., Raimundo. “Machado de Assis e a Guerra do Paraguai”, em *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955; PEREGRINO, Humberto, *A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis*. João Pessoa: Departamento Cultural da Universidade da Paraíba, 1969, Coleção Ensaios Contemporâneos.

dimensionar o posicionamento do cronista se põe necessário verificar, ainda que rapidamente, a extensão que a guerra ocupava no imaginário do brasileiro enquanto componente de sua “cultura”. Assim é importante sinalizar o histórico de tensões e diferenças que marcaram a relações do Brasil e seus vizinhos sul-americanos ao longo do século XIX e início do século XX. Afora os entreveros acirrados à medida que o país ia definindo suas fronteiras, no campo ideológico as diferenças se aprofundavam por ideias antagônicas: os brasileiros em defesa de sua *civilização* imperial e escravista de um lado, de outro, em oposição, a política republicana e antiescravista já formalmente praticada pelas outras nações americanas.

Machado dá respaldo às ideias do Império mesmo após o conflito, quando em crônica de 2.6.1878 (*Notas Semanais, O Cruzeiro*), ressalta a instabilidade das repúblicas vizinhas, reduzidas ao fracasso, mediante a estabilidade e a segurança proporcionadas pelo Império: “A Banda Oriental do Uruguai, apenas se sentou à mesa das nações, ingeriu no estômago um cartucho de pralinas constitucionais; abarrotou-se, e nem por isso teve ingestão; ao contrário, digeriu tôdas as pralinas em poucos anos; digeriu mais uns quinhentos quilos de governos *à la minute*; mais uns dez ou doze pires de congressos em calda; viveu, enfim, numa completa marmelada política. É verdade que o estômago lhe adoeceu, e que a puseram no regímen de uns caldos substanciais à Latorre, para combater a dispepsia republicana; mas é também verdade que, se não acabou bem, acabou depressa.”

Numa corte europeizada, cuja capital se vê símile de Paris, no campo das representações, o Paraguai desponta como um país bárbaro, autoritário e ainda não civilizado, o que nos apresenta a ideia de que combatendo a barbárie estaríamos fazendo bem ao inimigo²³⁴, uma justificativa civilizatória em tempos em que a guerra obrigaria o sistema imperial-escravista a enfrentar sua mais forte crise externa e interna. O debate se aprofunda e as interpretações sobre a Guerra são díspares, principalmente na imprensa internacional.

²³⁴ Em 8.5.1865, em espetáculo organizado em benefício da sociedade União e Perseverança, Furtado Coelho recitou o poema de Machado de Assis intitulado *A Cólera do Império*, no qual o Machado patriótico canta a nação que se levanta para vencer o pérfido inimigo, com vistas para a liberdade; o Império a libertar do jugo da opressão: “Se o império é fogo,/ Também é luz: abrasa, mas aclara./ Onde levar a flama da justiça,/ Deixa um raio de nova liberdade./ Não lhe basta escrever uma história,/ Lá, onde a tirania oprime um povo;/ Outra, tão grande, lhe desperta os brios;/ Vença uma vez no campo, outra nas almas;/ Quebre as duras algemas que roxeiam/ Pulsos de escravos. Faça-os homens...”

Na obra machadiana a Guerra aparece em diversos momentos: nos contos, nos romances (*Iaiá Garcia*, a personagem Jorge é obrigada pela mãe a se apresentar como voluntária para a guerra), nas poesias e, sobretudo, nas crônicas, atestado de que o cronista não só acompanhou, mas refletiu sobre as questões que envolviam o conflito a ponto de se colocar como ideólogo do Império. Em suas crônicas, principalmente as da juventude, há certo ar solene, de obrigação cívica e civilizatória ao tratar o embate com o país vizinho; a defesa da civilização contra a barbárie, o desejo da guerra e o exercício da honra somam-se ao grande otimismo do cronista.

De volta ao acordo de 20 de fevereiro, que marca a tônica da crônica em questão, o que há em princípio é um cronista dividido entre engrossar o coro popular arrebatado pelo fim do embate e festejar o feito nas linhas do folhetim, ou deixar *a outros o cuidado de ventilar a questão de mais alcance*. *A questão de mais alcance* requer outro patamar que não o folhetim, espaço literário que o impossibilita tratá-la como pretende, já que leviano e descompromissado. Ao afirmar *a opinião do folhetim acerca dêsse documento não pode ser duvidosa*, o cronista não se contém e arditosamente invade a pauta das colunas editoriais, justamente recorrendo à dúvida que pulula entre a população que, embora celebre a paz, comenta ter o Império ganhado, mas não levado a vitória que ora se comemora, e conclama pela punição do culpado. A justificativa para o trato de assunto tão sisudo no folhetim encontra respaldo não só no caráter universal que o litígio adquire com o eco popular que se propaga na *praça do mercado*, mas também na imprensa dita *oficial*, uma vez que o *Jornal do Commercio* era de tendência conservadora, o porta-voz do governo, daí o *protesto filial*.

As críticas ao governo e às suas responsabilidades no acordo inundavam a imprensa, o que volatiza o alcance dos golpes desferidos pelo cronista à diplomacia brasileira²³⁵, comportando sua crítica dentro do espaço do folhetim, o que em tese o distancia do problema na medida em que passa a figurar mais como uma voz popular que um formador de opinião, embora o seja; ademais, soma-se a isto sua

²³⁵ Em 5.3.1865 o *Diário do Rio de Janeiro*, p.1, traz em editorial sobre a guerra: “A diplomacia tem sido fatal ao Império. Nesta como nas outras ocasiões, em vez de uma Victoria, deve-lhe a honra nacional mais uma affronta dolorosa.” e acrescenta: “O Brasil deve cobrir-se de luto:...”

escrita no folhetim, mais flexível e permeada de termos literários. Machado, embora aponte a necessidade de se apurar as responsabilidades, suaviza a questão para insistir no dever cívico dada sua condição de ideólogo do Império já comentada anteriormente. Arauto, entra na guerra de opiniões que se propala na imprensa; de um lado, a imprensa nacional, em geral, favorável ao Império e às estratégias militares por ele adotadas, de outro, a imprensa europeia, que vendia a imagem do Brasil como um país opressor, invasor, ávido e expansionista.

No centro da guerra de opiniões – Solano López²³⁶; para o cronista que o desqualifica, um *tiranete*, para a imprensa europeia, *um presidente que obra com espírito político, energia e resolução, a providência do Rio da Prata*. Francisco Solano López representa o antiexemplo do ideal liberal-monárquico a seguir. O cronista não se contém e Solano López é duramente criticado ao longo de suas crônicas. Sua linguagem apela para os valores pátrios, é irônica e indignada, incita o leitor ao confronto, prepara-o para o combate, assim como a linguagem que credita a López²³⁷. Este passa a figurar como o opositor por excelência a enfrentar, não só aquele que ameaça as fronteiras geográficas, mas também o que balança as estruturas de uma *civilização* liberal e monárquica.

Muito embora o conflito, nas crônicas machadianas, vá transitar da temeridade, num primeiro instante, para um orgulho nacional, como parte do também inconsciente nacional que tomava forma, o cronista reflete, em meio à guerra da mídia, no registro das opiniões que vinham à luz pela imprensa opositora e que, suspeita, ficariam à posteridade como nódoa na *transparente* imagem da história imperial. A preocupação então é deixar claro ao leitor quem é o inimigo e qual é o seu objetivo no teatro da guerra. Ao mal-estar que essas notícias provocavam, somadas à constatação de que embora tenha sua opinião publicada, o alcance delas é relativamente reduzido, nada comparável aos ditos *jornais internacionais*, o cronista volta-se ao ferino Voltaire, de universalidade

²³⁶ Machado ironiza e provoca. Em crônica de 24.10.1864 (*Ao Acaso, Diário do Rio de Janeiro*) escreve: “Dizia-se há muito que o presidente Lopez nutria pretensões monárquicas e preparava o terreno para cingir um dia a coroa paraguaia; mas S. Excia. é, antes de tudo, democrata americano; ...”

²³⁷ Na mesma crônica (24.10.1864), adiante, Machado continua: “Para isso o cavaleiro paraguaio convoca as multidões, prepara as manifestações públicas, fala-lhes a linguagem da liberdade e do valor. Tudo se extasia, tudo aplaude; ...”

incomensurável, e faz emergir aforismo capaz de esclarecer ao leitor a confusão a qual a multiplicidade de opiniões podia induzi-lo.

Tem-se verificado que Machado, sobretudo em seus romances, recorria aos grandes símiles literários amplamente testados e avaliados pela tradição, contudo, nas crônicas, vemos algo mais em termo de empréstimos. O adágio *Où la vertu va-t-elle se nicher!*, por exemplo, foi extraído da curta biografia *Vie de Molière*; a obra em si não se insere entre aquelas consideradas obras-primas do autor. O mesmo se dá com *Voilà comme on écrit l'histoire!*²³⁸ Ocorre, porém, que em ambos os casos tais provérbios se deslocaram do contexto nos quais estavam inseridos originalmente e se ajustaram às inúmeras outras situações e contextos ao longo da circulação das ideias literárias, ganhando vida própria, tal a força e a flexibilidade que trazem em si, o que fez com que se ajustassem e se aclimassem a outros campos do conhecimento e culturas e ainda assim, guardassem em si a robustez de sentido com que foram concebidos.

Ora, *Voilà comme on écrit l'histoire!*, o célebre aforismo de Voltaire se desprende da peça dramática *Charlot ou la comtesse de Givry*, de 1767, que veio a público pela primeira vez às portas de Genebra, no teatro Châtelaine, que pertencia a Voltaire. No texto, que o autor classifica de comédia²³⁹, a comtesse de Givry, viúva ligada ao partido de Henri IV, aguarda ansiosamente a chegada do rei à região da Champagne. O clima é ruidoso e todos se movimentam em função dos preparativos para a chegada da personagem real. Ao fim do primeiro ato, cena VII, os vários empregados agrupados a representar a multidão, repicam a nova de que o rei acabara de chegar, verbalizada nos gritos da personagem Guillot: “*C’est le roi, c’est le roi*”. A euforia é rapidamente obscurecida pela notícia trazida pelo intendente²⁴⁰:

“... ”

Ils se sont tous trompés selon leur ordinaire.

Madame, un postillon que j’avais fait partir

²³⁸ Em 18.9.1767, Voltaire escreve ao baron d’Argental: “Vous aurez incessamment *Charlot, ou la comtesse de Givry*, dont je fais plus de cas que de *l’Ingénu*, mais qui n’aura pas le même succès.”

²³⁹ Em correspondência a Damilaville, datada de 12.9.1767, Voltaire escreve “Malgré mes maux, je m’égaye à voir embellir, par des acteurs qui valent mieux que moi, une comédie (tratava-se de *Charlot*) qui ne mérite pas leurs peines. » (dado extraído do site oficial www.voltaire-integral.com).

²⁴⁰ No texto de Voltaire: *L’Intendant*.

Pour s'informer au juste, et pour vous avertir,
Vous ramenait en hâte une troupe altérée,
Moitié déguenillée, et moitié surdorée,
D'excellents pâtissiers, d'acteurs italiens,
Et des danseurs de corde, et des musiciens,
Des flûtes, des hautbois, de cors, et des trompettes,
Des faiseurs d'acrostiche, et des marionnettes.
Tout le monde a crié *le roi* sur les chemins;
On le crie au village, et chez tous les voisins;
Dans votre basse-cour on s'obstine à le croire;
Et voilà justement comme on écrit l'histoire.
..."

A máxima, destituída do advérbio, o qual, mesmo no original, não tem função outra que enfatizar o óbvio, atua como um operador de sentidos, pois, ainda que deslocada para contexto diverso daquele em que foi produzida, guarda a síntese da ideia que traduz: a de que a verdade, não raro, sucumbe à inverdade, que reproduzida à exaustão, boca-a-boca, repetidas vezes, ocupa o lugar daquela, condenando-a ao descrédito. Depois de minuciosamente citar jornais e jornalistas que procuravam desacreditar o Império, o cronista saca da cartola aforismo tão mais forte e capaz de neutralizar a boataria, de modo que, ao concluir seu pensamento com a máxima voltairiana, agrega caráter mentiroso às notícias veiculadas na imprensa estrangeira, dada a ressonância que mantém com o intertexto, depósito de ironia ferina que, uma vez evocada, respalda os argumentos do cronista.

A circulação de ideias literárias nos remete ao aforismo enquanto elemento intertextual, a operar sentidos, uma vez que sua justaposição às digressões do cronista traz a ambiguidade que, no caso, não se trata de uma mera questão de estilo, mas um instrumento essencial para a construção de seu discurso, ou do objetivo nele implícito: a pulverização total das ideias opositoras.

A polifonia aparece ao longo da crônica: já no primeiro parágrafo figuram o cronista/narrador e seu leitor virtual (*Mas não nos iludamos...*), em seguida há a interferência de uma outra voz desconhecida (*É por isso que dizemos que o povo...*): ora, esse *dizemos*, é do cronista e de quem mais? O povo, evidente que não, pois a

ele se refere como objeto; seriam, logo, outros jornalistas, colegas de profissão ou uma voz literária etérea, hipotética e irreal, a dividir com ele reflexão? Impossível sabê-lo, embora, logo à frente, ao reclamar da imprensa estrangeira o cronista diga – *Não fomos dos primeiros: esta queixa é velha*. Logo após a inferência do intertexto voltairiano, a diversidade de vozes no discurso torna-se ambígua, o que impede a identificação de cada uma delas, porém, todas se fazem ouvir.

Assim, a voz plural do cronista (*dizemos que o povo, dissemos que o movimento popular, já tivemos ocasião, não fomos dos primeiros...*), é entrecortada pela presença dos *nossos leitores*: leitores do cronista evidentemente, mas qual voz prestaria contas a esses leitores sobre a incapacidade dos *nossos* agentes? Afinal, o cronista não era o responsável pelos agentes e também ele e sua outra voz anseiam por respostas, além do leitor, é claro. (Também *nós fazemos* essa pergunta, e tanto *nós*, como *os leitores*, ficamos sem resposta.)

A multiplicidade de vozes segue ainda ao longo das *coisas literárias*: ao comentar o livro de Joaquim Serra, o cronista o faz por ser grato ao autor pela inclusão do *nosso* nome. Ora, aqui aparece a figura do homem Machado de Assis. Muito embora seja ele o cronista (sujeito da enunciação), o narrador (sujeito do enunciado) não é ele, o que resulta em mais uma presença a contribuir para a tessitura do discurso, numa prova de *intertextualidade poética*, considerando-se que aqui, nesta superposição de vozes, o leitor aparece como elemento estrutural do enunciado poético, já que o *nosso* nome pode muito bem ser também o dele, leitor.

Enfim, a citação tira o cronista da relação de igualdade e lança-o a patamar superior. Ora, até então, ao longo de sua crítica ele já dera demonstrações de que pretendia escapar a essa regra. Ao relatar que o *Indépendance Belge* acreditava ser a asserção de seu correspondente *perfeitamente exata*, a dúvida vem pela forma, o itálico com que repicou a opinião do jornal. Porém, essa dúvida irônica não sou eficiente, donde a recorrência à citação. Esta o coloca na condição de detentor da dúvida, a sua dúvida, que procura compartilhar com seu leitor.

Não é preciso alarde, portanto; a citação já confere à dúvida do cronista credibilidade e respaldo, elementos suficientes para que sua opinião pretira aquelas

de seus adversários, fazendo com que seu argumento ganhe destaque e seu texto densidade e pluralidade semântica porque agora ligado ao gênio francês e ao clichê que, fortalecido, ao longo de sua circulação, torna-se um núcleo de sentidos capaz de envolver o leitor como elemento estrutural do texto, uma vez que o cronista vê-se na necessidade de envolvê-lo, de convencê-lo.

1.6. Crônica originalmente publicada na Revista *SEMANA ILUSTRADA* em 28.7.1872, sob o pseudônimo de Dr. Semana, na coluna *Badaladas do Dr. Semana*, reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 3º volume* (1871-1878). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 20-25.

28 de julho de 1872

Houve um jantar político no Pará. Comeu-se como é de uso nos jantares, e politicou-se, como é de praxe nos jantares políticos.

O leitor já está a adivinhar que, não sendo esta fôlha política, alguma coisa alegre me chama a atenção para os brindes²⁴¹ publicados no *Jornal do Comércio*²⁴² de quarta-feira²⁴³.

Adivinhou.

Um dos oradores encetou o seu brinde fazendo uma homenagem ao tipo do bom cidadão. Em seguida, disse que percebera desde o começo do jantar que tôdas as pessoas presentes rendiam homenagem a um bom cidadão.

Mas qual é o sintoma que dá a conhecer a homenagem prestada a um bom cidadão? Que pergunta! é o silêncio.

Disse o orador:

« O profundo silêncio que reinou durante a mastigação dêste banquete, tão suntuoso quanto concorrido de convivas respeitáveis, despertou no meu coração êste sentimento: *Todos que estão aqui rendem homenagem a um bom cidadão.* »

Eu peço humildemente ao leitor que acredite no assombro que me produziu a leitura do trecho citado. Ainda na véspera tinha eu jantado com alguns amigos; durante a sopa e a primeira entrada ninguém abriu o bico. Mal sabia eu que rendíamos homenagem a um bom cidadão.

Até aqui tinha eu uma boa suspeita de que o silêncio que se observa no começo dos jantares era uma simples homenagem ao estômago. Atrevamo-nos: uma homenagem à *bêsta*.

Geralmente, quando os grandes jantares começam, está o estômago a dar horas. Daí vem, pensava eu, a nudez com que os convidados se lançam aos primeiros pratos.

Vê o leitor que eu fazia uma triste idéia da espécie humana.

O autor do brinde foi buscar uma causa mais elevada; levantou o estômago à altura de uma virtude social; fez uma aliança entre a gratidão pública, e a couve-flor. Confraternizou enfim, para usar os seus próprios termos, a homenagem e a mastigação.

²⁴¹ Qualquer discurso de saudação.

²⁴² Veja crônica 1.5., nota 205.

²⁴³ Trata-se da edição de 24.7.1872.

E não pára aí.

Era o silêncio a única homenagem devida a um bom cidadão?

Decerto.

Porque:

“Segundo a sentença dos Árabes, o *silêncio é de ouro*; e só o silêncio, digno de tão numerosa e ilustre concorrência, devia ser a primeira saudação ao distinto cavalheiro a quem é ofertado este banquete, credor de todo o respeito”.

Isto, e uma cacetada na cabeça dos muitos oradores que precedentemente brindaram o dito cavalheiro, era tudo um.

Para mitigar o efeito do golpe não se demorou o orador em borrifar um cumprimento, para o qual peço agora tôda a atenção dos leitores:

“O entusiasmo delicado e discreto, que agora unissonamente aplaudimos, é a côr azul que veio firmar e fazer sobressair mais a eloquência do *silêncio de ouro*”.

Meditemos.

Aquela côr azul é um achado feliz.

Um entusiasmo que é a côr azul de um silêncio de ouro, merece toda a atenção dos estilistas. Eu que o não sou, nem pretendo ser, não deixo de ver no entusiasmo – côr azul um grande recurso para os prosadores.

Na poesia sabem todos a vantagem que há muitas vêzes em poder empregar uma palavra curta em lugar de uma palavra longa. Por que razão não se dará o mesmo na prosa?

Entusiasmo é uma palavra de légua e meia; às vezes cai bem, outras vêzes fica mal, não concentra, dilui o período.

Mas não acontece o mesmo com o *azul*. *Azul* é breve e eufônico. Indico portanto aos escritores esta substituição fácilima.

Dirá o jornal:

“Fundou-se ontem a *Associação para a pesca do marisco*. Estavam presentes cêrca de 45 membros. O *azul* produzido pelo discurso do iniciador da idéia é indescritível”.

Outro escreverá:

“O govêrno achará sempre frouxo o espírito público enquanto não entrar na via das reformas radicais. *Azula-se* o povo com grandes idéias, não com rebocos e mãos de cal”.

Enfim, o terceiro:

“O nosso amigo X chegou no dia 5 do passado a Nioac²⁴⁴. O povo ardente, jubiloso, *azulado*, correu em massa para recebê-lo”.

Outra vantagem que nos traz êste azul.

²⁴⁴ Hoje, Nioaque, município do Mato Grosso do Sul; a cidade, fundada, não se sabe exatamente se em 22 de abril ou maio de 1848, tivera seu nome popularizado na imprensa por ter sido invadida pelos paraguaios em 1865 e que ali permaneceram até agosto de 1866.

O entusiasmo tem graus. Há entusiasmo e entusiasmo. Um chega ao delírio, enquanto o outro não passa de animação. Qual será a maneira de os indicar com a simples palavra usada exclusivamente até hoje?

Já não é assim com o azul.

“No ato 3º., na ocasião em que o marquês tira o punhal para ameaçar o conde, estêve o ator X verdadeiramente sublime. O público, no seu *azul-ferrête*, atirou para a cena os chapéus”.

Suponhamos que falo de um ator medíocre:

“O ator N faz esforços para progredir, e alguma coisa vai alcançado. Nunca será igual ao ator X, mas não há dúvida que sabe despertar na platéia um certo *azul-claro*, já honroso para êle”.

Quem não diria com graça falando de um orador sagrado:

“O padre Z é a verdadeira glória do púlpito. O sermão pregado ontem na Cruz²⁴⁵ excitou no auditório um *azul*, que por uma verdadeira coincidência, era *azul-celeste*”.

Vi há dias anunciada uma casa para alugar. Dizia o anúncio que era uma casa nobre.

Cogitei largo tempo.

___ Casa nobre, dizia eu com os meus botões, é sinônimo de família nobre: mas uma família nobre não se aluga. E demais casa, indicando família, não designa só uma aglomeração de membros vivos, mas uma geração, e isso ainda menos se podia alugar.

Evidentemente o anúncio aludia a um prédio.

Indaguei se o prédio estava aliado com os Ossunas²⁴⁶, os Montmorency²⁴⁷ ou os Northumberland²⁴⁸; soube apenas que estava aliado com a cal e a pedra de que fora feito.

Donde vinha pois a nobreza do prédio?

Não me constava que seus avós tivessem ido à Terra Santa. Seus avós foram uns laboriosos pedreiros, que só talvez agora estejam na terra... da eternidade.

Não rezavam as crônicas nenhuma façanha daquele prédio. As mais esmerilhadas genealogias não acharam a mínima gôta do sangue dos barões

²⁴⁵ Provavelmente trata-se da Igreja Santa Cruz dos Militares, cuja origem remonta à primitiva capela construída entre os anos de 1623 e 1628, no local onde anteriormente havia sido erguido o Forte de Santa Cruz, em princípios do século XVIII. A partir de 1780 deu-se o início da atual igreja, inaugurada em 1811.

²⁴⁶ Família pertencente à nobreza espanhola, ligada ao Ducado de Osuna, título nobiliárquico espanhol, criado em 1562, pelo rei Filipe II de Espanha. A casa ducal foi crescendo em importância e riqueza e, no século XIX tornou-se uma das mais importantes da Espanha. Em crônica de 21.6.1878 (*Notas Semanais, O Cruzeiro*), Machado volta a mencionar os Ossunas.

²⁴⁷ Talvez a mais ilustre família francesa depois da família real, os Montmorency eram senhores da Ilê-de-France e próximos do rei desde o século X; à época, eram descendentes de Carlos Magno por parte das mulheres. A última dos descendentes dos Montmorency foi a viscondessa de Dufort-Civrac, morta em 1921.

²⁴⁸ Família da nobreza inglesa detentora do título de Duc de Northumberland, criado por John Dudley, em 1551, na Inglaterra, região de Huntingdon e Northampton.

normandos nas suas veias. O prédio datava de 1835, ano que só uma excessiva boa vontade poderá encravar na Idade Média.

Supondo eu, depois de muita meditação, que o anúncio quis indicar a condição e o aspecto da casa, tomo a liberdade de oferecer aos anunciantes uma série de vocábulos que poderão evitar o *calembour*.

Pode dizer-se:

Suntuosa,

Bela,

Elegante,

Magnífica,

Soberba.

E outros têrmos que não escrevo por falta de espaço.

Sur ce, lecteur, que Dieu vous aie dans sa sainte garde²⁴⁹.

Dr. Semana²⁵⁰

O cronista que desponta das páginas da *Semana Ilustrada*²⁵¹ na década de 70 já é um intelectual respeitado²⁵². Sua evolução ao longo das páginas do *Diário* é perceptível, porém, deixa o jornal no início de 1867 e opta por traduzir e preparar obras literárias²⁵³. O ano de 1869 é marcado pelo redirecionamento dos liberais à ideologia republicana. Aparecem os primeiros jornais republicanos, contudo Machado não colabora em nenhum deles, a exemplo de amigos como Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e vários outros. Enquanto seus colegas colaboraram ativamente para periódicos como a *Reforma*, *República* e *Ipiranga* de São Paulo, a evolução política de Machado parece ter guinado para sentido que o

²⁴⁹ VOLTAIRE. *Lettre au Docteur Jean-Jacques Pansophe; Oeuvres complètes*. Paris: Moland, éd. I, Tome XXVI, 1877-1885, p. 20-28.

²⁵⁰ Ao que tudo indica o Dr. Semana era uma adaptação do Dr. Sintaxe, tipo crítico criado pelo caricaturista inglês Thomas Rowlandson, em 1798. Já o Moleque, que o acompanha nas páginas da *Semana Ilustrada*, parece ter sido inspirado no personagem *Pedro*, o jovem escravo da comédia *O demônio familiar* de José de Alencar. O certo é que os dois se transformaram em símbolos da crítica de costumes, das fraquezas e dos cacoetes políticos da época. (Nota a partir de WERNECK SODRÉ, 1999, p. 206 e GUIMARÃES, L. M. Paschoal, *Henrique Fleiüss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882)*).

²⁵¹ Fundada pelo artista prussiano Henrique Fleiüss (1823-1882), que se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde fundou o Imperial Instituto Artístico e a *Semana Ilustrada*, revista de variedades publicada na Corte, entre 1859 e 1873, cujo lema se resumia na expressão latina *Ridendo castigat mores*, numa tradução livre – *rindo corrige os costumes*. Fleiüss – pintor, desenhista e caricaturista, com seu traço elegante, criou personagens irreverentes que criticavam os costumes e a vida política do Império e promoveu campanhas que mobilizaram a opinião pública. Na capa, trazia estampado o lema em latim, em seguida, em primeiro plano, as popularíssimas figuras do Dr. Semana e seu fiel companheiro, o Moleque.

²⁵² Em 18.2.1868, José de Alencar, em carta lhe apresenta o jovem poeta Castro Alves.

²⁵³ Em 1870, a 23 de abril, começa a publicar no *Jornal da Tarde*, uma tradução, logo interrompida, de *Oliver Twist*, de Dickens. No mesmo ano publica *Falenas* (versos) e *Contos Fluminenses*. Em 1871, é nomeado, a 4 de janeiro, membro do Conservatório Dramático, recentemente reorganizado. Em 1872, publica *Ressurreição* e faz parte da Comissão do Dicionário Marítimo Brasileiro.

distanciou de seus camaradas e do fronte que ocupara no início dos *Comentários*. Seu apelo à crítica política já não é tão forte, sua abstenção e seu silêncio denotam certo desinteresse, o que não o impede de freqüentar a redação da *Reforma*²⁵⁴. Prevalece a literatura.

Muito embora as crônicas em questão tenham sido produzidas nos anos de 1872 e 1873, Machado já havia mais de uma década que colaborava na *Semana Ilustrada*; sua primeira publicação na revista de caricatura e variedades deu-se na estreia do semanário, em 16.12.1860²⁵⁵ com a poesia intitulada *Perdição*²⁵⁶.

Em seu livro *A História da imprensa do Brasil*, Werneck Sodré leva a crer que à *Semana* faltava espírito crítico²⁵⁷ e que era subserviente ao governo face às deferências dispensadas à família real nas páginas da revista.²⁵⁸ Contudo, uma equipe de alta qualidade formada por jornalistas e escritores conhecidos como Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo, Pinheiro Guimarães, Pedro Luís, etc., garantia a qualidade das matérias publicadas.²⁵⁹

²⁵⁴ Mendonça, “O Imparcial”, 22.6.1861, in *Revista do Livro*, XX, p. 167 (MASSA, Op. cit., p. 25) Veja página 194.

²⁵⁵ Entretanto as primeiras edições saíram sem data.

²⁵⁶ O poema de oito versos, precedido pelo verso de Musset, extraído do poema *Rolla (Poesies Nouvelles (1836-1852))*: “*Oh! Fleur de l’Eden, pourquoi as-tu fannée/ Insouciant enfant, Belle Eve aux blonds cheveux...* », foi publicado na página 7 da *Semana Ilustrada*.

²⁵⁷ Diz Sodré: “Amigo da casa imperial, que sempre prestigiou, como aos governos em geral, Fleiüss, grande desenhista e litógrafo, não era humorista nem crítico.” (WERNECK SODRÉ, Op. cit., p. 125; Veja página 205), à frente, na página 206, reitera: “Excelente desenhista e litógrafo, Fleiüss tem mais importância artística que jornalística.”

²⁵⁸ Werneck Sodré diz que Fleiüss e a *Semana Ilustrada* “porque se avizinhavam do trono eram duramente atacados” e cita epitáfio que o periódico *O Mosquito* publicou quando a *Semana* encerrou suas atividades em 1876: “Avançada em anos, sem dentes e vendo pouco, era admirável o apetite da finada – comia tudo e tudo digeriu, como no verdor da mocidade. Era uma das melhores convivas da grande mesa do orçamento! [...]” (WERNECK SODRÉ, Op. cit., p. 125). Veja página 216.

²⁵⁹ O editorial do primeiro número de a *Semana* (16.12.1860) deixa claro seu objetivo: “Não vem ella contar aos seus leitores por que novas phases passou hontem a política, quaes forão as operações mais recentes da praça, quantos ratoneiros cahirão nas mãos da polícia, emfim porque motivo tateamos na sombra a tantos respeitos, apezar de vivermos no século das luzes, e é luz magnífica do gaz do Aterrado. Não; a missão do modesto athleta, que entra hoje no vasto areal da imprensa, é mais laboriosa, tambem mais transcendente. Extranho às mesquinhas lutas da política pessoal, ao exame e discussão de nihilidades, e ajudados por veniura do favor publico propomo-nos principalmente realisar a epigraphe que precede estas linhas *Ridendo castigat mores.*” E adiante adverte: “Censuraremos rindo, e comnosco rirá o leitor...”. De formato reduzido, a revista compreendia apenas oito páginas, sendo quatro delas preenchidas com ilustrações. Ali se privilegiava a literatura e se publicavam contos, poesias e crônicas, que tratavam dos principais acontecimentos da Corte. A publicação era semanal – saía aos domingos e a venda se dava por subscrição, a um custo anual de 16\$, semestral 9\$ e trimestral 5\$, o número avulso saía ao custo de \$500.

Ora, a *Semana* fora anunciada como um veículo de comunicação de perfil moderno, com inovações na forma e no conteúdo: as ilustrações garantiam o humor em páginas bem cuidadas; o conteúdo - conforme promessa em editorial, viria pelo viés do humor e do riso, através dos quais a notícia, o fato, seriam abordados. Machado rapidamente se integra ao ambiente e, logo, pouco se verá do cronista doutrinário e opinativo dos tempos de o *Diário*.

O cronista de agora não trata só da notícia, mas principalmente do que está por trás dela, isto é, o que a engendrou e fez com que ela se produzisse. À busca de respostas, invariavelmente se volta para questões internas, as quais, respondidas, desnudam a complexidade do caráter humano, colocando o homem, seus vícios e suas virtudes, em cena; revolvendo-os à exaustão, cogita a possibilidade de que há sob toda razão aparente, uma verdade escondida e não revelada. Assim, a crítica agora não mais será direta e contundente, mas, revestida de uma ironia provocadora, a qual, não raro, direciona o leitor para a esfera da dúvida, de maneira a refletir sobre o caráter dúbio do homem, de movimento oscilatório e ambíguo, cuja representação, como se verá, suporta a recorrência intertextual pascaliana – *l'ange e la bête*.

O fato em si, que marca o cotidiano na crônica, passa a funcionar como mero cenário, de valor secundário, em benefício de mostrar e refletir as contradições da moral e da realidade, além de intuir, através de um humor perspicaz e de uma exímia capacidade de observação da alma humana, as deformações morais escondidas nas camadas subjacentes ao que nos é visível e está colocado ali, nas linhas, diante de nossos olhos. Neste contexto, na grande maioria das vezes, a ironia pela dúvida imprime ao texto uma realidade refletida, cujo reflexo sempre responde pelo contrário nas vezes em que o cronista coloca à prova o caráter e as vicissitudes humanas, o que equivale a ver *não* refletir *sim*, quando posto frente ao espelho da ironia, ou vice-versa. Essa antinomia está presente ao longo da crônica e parece ser a tônica do relato, o que faz com que o acontecimento político-social lembrado pelos jornais, acabe reduzido em importância e relegado ao espaço literário da crônica.

A paródia de um discurso vigoroso, sólido, embora inexistente, encontra eco no discurso destituído de qualquer sentido, que aposta na ausência de um feito merecedor de homenagem e na valorização do não se ter feito coisa alguma, donde o silêncio, o qual, elevado à altura de virtude social, é ridiculamente mitigado à condição de homenagem à besta, ao estômago, este, órgão desprovido de qualquer inteligência, ao que parece, à maneira dos oradores do tal jantar.

E é na esteira da máxima *o silêncio é de ouro*, pérola no rosário dos oradores, que Machado satiriza ao içar da trama fio repleto de verborragia – o *entusiasmo que é a cor azul*, o qual desenreda em várias situações, na tentativa de convencer seu leitor da futilidade que se desprende da eloquência de tais discursos. Como se nota, a crítica continua, porém agora, sutil, difusa e bem humorada. Onde então procurar a reflexão profunda de ideias? À mesa, em tão *suntuoso* jantar, junto aos *convivas respeitáveis*, nobres, que fundam os princípios da nação? Não é o que parece; o cronista volta-se, então, ao literário que, a exemplo do fio de Ariadne, fará emergir das profundezas da dúvida seu leitor, ali submergido ao longo da crônica por ele próprio (o cronista), o qual não fez outra coisa além de acentuar a dualidade da alma humana e a simultaneidade dos sentimentos opostos que nela habitam.

À resolução do *calembour* proposto, os vocábulos sugeridos pelo cronista soam como pilhéria, assim como frivolidades, o que se disse ao longo da refeição. Então, como resgatar o leitor desse mundo de descrença, de interesses inconfessos e aparente proselitismo, repleto de jantares insignificantes e convivas não menos fúteis, para a verdade real, isto é, aquela que supostamente cronista e leitor compartilham? A verdade que traz em seu âmago a seriedade das ideias e o predomínio da razão sobre os impulsos físicos e sectários, tão ferinamente representados pelo silêncio dos convivas/bestas à mesa ao satisfazerem seus estômagos?

Ora, o convencimento do leitor de que se está diante de um problema insolúvel, uma vez que, metonimicamente, o jantar (leia-se a ação para satisfazer a fome, uma necessidade física) está para o homem, assim como o discurso, está para o silêncio, portanto, um caso de dualismo e simultaneidade (espírito/corpo, verbo/silêncio), vem através do intertexto que se reelabora no espaço narrativo da

crônica com a citação voltairiana - *Sur ce, lecteur, que Dieu vous aie dans sa sainte garde*, a qual não só garante respaldo evidente às elucubrações carregadas de humor e ridículo levantadas pelo cronista, como atinge o leitor à maneira de um aforismo filosófico, ainda que em instância menos rígida, mais popular, o que explica a adaptação do dito voltairiano, o qual sofre com a mutilação e a retirada de parte do que era na origem, ao ajustar-se ao discurso do cronista.

Explica-se: Voltaire finaliza a carta com « Sur ce, grande docteur Pansophe, je prie Dieu qu'il vous ait en sa sainte garde, et suis philosophiquement votre ami et votre serviteur». Machado ao fazer a adaptação minimiza a asserção filosófica de maneira que, sem perder sua identidade, possa ajustá-la às esferas da crônica: de um lado, o cronista legitima seus argumentos, de outro, o leitor, à mercê da proteção divina – ironicamente via Voltaire, acompanhado de sua dúvida, da qual nem mesmo Deus poderá livrá-lo. E tudo isto sem romper o elo com a notícia.

Mas qual a procedência do intertexto? Qual sua *historicidade* na circulação das idéias literárias e em que medida complementa e solidifica o pensamento do cronista? A *Lettre de M. de Voltaire au docteur Jean-Jacques Pansophe*²⁶⁰ é de 1766 e se insere na vasta obra de Voltaire produzida inicialmente sob a proteção do anonimato, muito embora seu estilo fosse de fácil reconhecimento. É sabido, entretanto, que quando qualquer escrito lhe era atribuído, seja um conto, uma carta, um libelo, e, não fosse ele seu autor, Voltaire não só o renegava com indignação, como também, não raras vezes, denunciava o autor às autoridades.

Em declaração pública vinda à luz em 27.12.1766, Voltaire nega a ter escrito a carta enquanto critica duramente o autor de *Notes sur la lettre de M. de Voltaire à M. Hume*, cuja autoria, à época, também lhe era atribuída por todos os editores. Seus contemporâneos foram unânimes em apontá-lo como autor da *Lettre au docteur Pansophe*, virulenta sátira a Rousseau: Marmontel, no *Mercure français*;

²⁶⁰ Provavelmente ironia de Voltaire a Rousseau inspirada na ideia de Comênio (Jan Amos Komensky (1592-1670), grande pedagogo e espírito universal, teólogo, filólogo, poeta, gramático e reformador da língua latina e da língua nacional bohemiana. A *ideia pansófica* presente em sua obra e a ideia de que há uma harmonia fundamental no ato divino de criação que se traduz numa origem e finalidade comum a todos os seres. Também definição de ciência universal (pan+sofia), todo o saber. É o mesmo que dizer *Jean-Jacques Sabichão*.

Grimm, que também o fez, na *Correspondance littéraire*,²⁶¹ e Rousseau, o principal interessado e protagonista, ao lado de Voltaire, da mais paradigmática querela ideológica do século XVIII.²⁶²

Ora, o intertexto, um anacronismo emerso por Machado da *Lettre au docteur Pansophe* é justamente a linha final do último parágrafo da carta e é também parte de um duelo que atingiu seu ápice depois do ataque de Rousseau nas *Lettres écrites de la Montagne*, nas quais denunciava o ateísmo de Voltaire, acusação da qual o mestre de Ferney se defendeu com a *Lettre au docteur Pansophe*, uma crítica às ideias de Rousseau sobre a religião, a educação, a admiração pelos selvagens, o progresso e as ciências. Tudo os separava violentamente, da metafísica e a maneira de compreender a religião à moral e as ideias. A desinteligência que os colocava em opostos vem à luz na magistral sátira a Rousseau que constitui a *Lettre au docteur Pansophe*, cujo conteúdo virulento soa difamatório²⁶³.

Machado usa da hilaridade para acentuar o fútil e o vazio de ideias nos discursos proferidos durante o jantar político e com isso desacredita os oradores e seus discursos. Mas será essa a real verdade ou o cronista brinca com o circunstancial? Eis plantada a dúvida. Cabe ao leitor elucidar o enigma proposto. O intertexto opera em benefício do cronista, conferindo-lhe credibilidade. O mesmo se dá com Voltaire: não eram só das ideias de Rousseau de que o leitor voltairiano deveria desconfiar, mas sobretudo da autoria do extremado libelo.

²⁶¹ “*Je n’ai pas encore pu vaincre (diz Grimm em novembro de 1766) la conviction qui me crie qu’elle (a carta) appartient à M. de Voltaire, malgré toutes les protestations.*» (nota a partir do site oficial www.voltaire-integral.com).

²⁶² « Dans le même temps à peu près, parut une lettre de M. de Voltaire à moi adressée (au docteur Pansophe) avec une traduction anglaise qui renchérit sur l’original. Le noble objet de ce spirituel ouvrage est de m’attirer le mépris et la haine de ceux chez qui je me suis réfugié. » , escreve Rousseau em correspondência para David Hume.

²⁶³ Assim se dirige Voltaire a Rousseau: “Judicieux admirateur de la bêtise et de la brutalité des sauvages, vous avez crié contre les sciences, et cultivé les sciences. Vous avez traité les auteurs et les philosophes de charlatans; et, pour prouver d’exemple, vous avez été auteur. Vous avez écrit contre la comédie avec la dévotion d’un capucin, et vous avez fait de méchantes comédies. Vous avez regardé comme une chose abominable qu’un satrape ou un duc eût du superflu, et vous avez copié de la musique pour des satrapes ou des ducs qui vous payaient avec ce superflu. Vous avez barbouillé un roman ennuyeux, où un pédagogue suborne honnêtement sa pupille en lui enseignant la vertu; et la fille modeste couche honnêtement avec le pédagogue; et elle souhaite de tout son coeur qu’il lui fasse un enfant; et elle parle toujours de sagesse avec son *doux* ami; et elle devient femme, mère, et la plus tendre amie d’un époux qu’elle n’aime pourtant pas; et elle vit et meurt en raisonnant, mais sans vouloir prier Dieu. Docteur Pansophe, vous vous êtes fait le précepteur d’un certain Émile, que vous formez insensiblement par des moyens impraticables; et pour faire un bon chrétien, vous détruisez la religion chrétienne.”

Vê-se, portanto, que embora a citação apareça isolada - o que não deixa de lhe conferir certo destaque na narrativa, uma vez ali inserida, ela provoca efeito retroativo e abrangente, contaminando com seus sentidos desde as primeiras intenções sugeridas pelo cronista.

Nessa lógica, a partir da ideia de uma multiplicidade de vozes e de consciências plenivalentes²⁶⁴ que se entrelaçam na superfície textual, é possível a reorganização do discurso voltairiano de modo a fundi-lo ao do cronista, ampliando, assim, a prática intertextual numa operação que permite, inclusive, a desorganização cronológica. Explica-se: num extremo, um novo discurso que se elabora a partir das intervenções do cronista e do uso da citação adaptada, portanto, uma interação que se produz (tempo presente/ato da escrita) e se produzirá (tempo futuro/ato de leitura), já que o intertexto é, ademais, como o quer Rifaterre²⁶⁵, um efeito de leitura. No outro extremo, o diálogo que se estabelece segue direção inversa (tempo passado), dada a sugestão anacrônica indiciada pelo narrador – a *besta*, o que nos remete a Pascal.

Ora, Machado, assim como Voltaire, compartilha do pensamento pascaliano da dicotomia humana, no qual o homem verá a si mesmo como um problema insolúvel, uma vez que traz em seu seio o imortal (porque sua essência perdura, morre o homem, mas não a espécie) e o corruptível, o espiritual e o carnal, o bem e o mal, o exterior e o interior, *l'ange et la bête*. Antinomias essas, que em Pascal, cogitam a ideia de que o homem é, em princípio, totalmente engajado no ato religioso, portanto, seu espírito e sua vontade devem ser edificados sobre a negação do corpo²⁶⁶. Notoriamente, Pascal vai ainda opor o homem ao animal, este, simples corpo governado pelo instinto, o primeiro, contestador, questionador de sua natureza e capaz de atos que, ora provam sua fragilidade e miséria, ora, sua grandeza, esta, afirmação da soberania de seu espírito, de maneira a perpetuar o antagonismo superior/inferior, homem/animal, corpo/espírito.”

²⁶⁴ BAKHTIN, Mikhail. Op. cit., p. 13. Veja página 3.

²⁶⁵ SAMOYAUULT, Tiphaine. Op. Cit., p. 12. Veja página 16.

²⁶⁶ HELLER, lane Murch ; RICHMOND, Ian M. *Pascal: thématique des pensées*. Ontário: Vrin, 1988, p. 45.

É nas *Pensées*²⁶⁷ onde Pascal expressa a ideia de dualidade que faz do homem um enigma: “L’homme n’est ni ange ni bête, et le malheur veut que qui veut faire l’ange fait la bête.”, ao que Voltaire, rebate: “Qui veut détruire les passions, au lieu de les régler, veut faire l’ange”²⁶⁸. Eis a prática intertextual, embora tortuosa, a demonstrar o caminho percorrido pelas ideias ao longo da circulação literária. Vejamos: Voltaire ao despedir-se do jansenista Rousseau, diz: “Sur ce, grande docteur Pansophe, je prie Dieu qu’il vous ait en sa sainte garde, et je suis philosophiquement votre ami et votre serviteur”, numa demonstração deísta na qual o Deus rousseauista/pascaliano, destituído de seus atributos morais e intelectuais, é relativizado por um filósofo, tal a ousadia do gênio de Ferney.

Machado, ao despedir-se de seu leitor, diz: “Sur ce, lecteur, que Dieu vous aie²⁶⁹ dans sa sainte garde”. Com isso reelabora o intertexto e ajusta-o ao seu novo contexto, o que na crônica equivale a recuperar a divindade e a moralidade guardadas na religiosidade do homem pascaliano e recolocá-las no aforismo de Voltaire numa demonstração da supremacia e ligação do deus anunciado por Pascal, anteriormente indiciado na crônica pela oposição criada pela palavra *besta*, como parte clara evidente dos opostos que habitam e dualizam no interior da alma humana e, também, um entrelaçamento de ideias que explicam a antinomia como a tônica da crônica.

No entanto, a exemplo de Voltaire, o cronista se mostra um agnóstico, no que concerne à vanidade da metafísica. E, em se tratando de um novo contexto, no qual o dualismo da alma humana não comporta relativização tal qual a feita por Voltaire - e endereçada a Rousseau, num meio social apequenado e reduzido, o aforismo tal como fora produzido pelo francês, já não soa mais necessário. Ademais, consideradas a importância e a universalidade da fonte, as relações entre o texto presente, o texto ausente e seu autor, se transformam e ultrapassam a simples ideia

²⁶⁷ PASCAL, Blaise. *Pensées*. Tours: Garnier; Flammarion, 1976, p. 151.

²⁶⁸ VOLTAIRE. *Oeuvres Complètes*, avec préfaces, avertissements, notes, etc. par M. Beuchot. Remarques (premières) sur les pensées de M. Pascal (1728). Tome I. Paris: Lefèvre, Libraire; Firmin Didot Frères, Libraire, 1834, p. 37. Voltaire expressa ainda sua opinião sobre o pensamento pascaliano: « Il me paraît qu’en général l’esprit dans lequel M. Pascal écrivit ces Pensées était de montrer l’homme dans un jour odieux; il s’acharne à nous peindre tous méchants et malheureux; il écrit contre la nature humaine à peu près comme il écrivait contre les jésuites. Il impute. à l’essence de notre nature ce qui n’appartient qu’à certains hommes; il dit éloquemment des injures au genre humain. »

²⁶⁹ Provável erro de Machado ao transcrever a citação.

de bricolagem, para, uma vez internalizada no novo discurso, ganhar e agregar sentidos. Enfim, o percurso do intertexto.

A voz do cronista reorganiza e reelabora sentidos fragmentados e dispersos, os quais, justapostos, através da prática intertextual, permitem a convivência de Voltaire, Rousseau e Pascal no espaço da crônica a concorrem para a construção de um novo texto que se inscreve na genealogia literária, construindo sua própria originalidade.

1.7. Crônica originalmente publicada na Revista *SEMANA ILUSTRADA* em 2.3.1873, na coluna *Badaladas do Dr. Semana*, reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 3º volume (1871-1878)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 53-59.

2 de março de 1873

la começar estas badaladas com algumas reflexões acêrca da batalha de Aquidabã, cujo aniversário foi ontem, quando recebi da Eternidade uma carta importante, assinada por um nome ainda mais importante do que ela: uma carta de Montesquieu.

A carta vinha acompanhada de um bilhete, que dizia assim:

“Dr. Semana. ___ Dê-me um cantinho de seu jornal e insira nele a carta junta, favor de que lhe será grato o seu constante leitor.

___ Montesquieu.”

Não hesitei um momento; mandei inserir a carta que o leitor verá com olhar de respeito e veneração; ei-la:

MONTESQUIEU AO SENADOR JOBIM

Eternidade, sem data.

Exmo. Sr. ___ Acabo de ler o discurso que V. Excia. Proferiu há dias no senado brasileiro, e conversando com os meus amigos, patrícios e co-imortais **Voltaire** e Rousseau, fomos de opinião que é um discurso digno de ser lido, meditado e comentado.

Verdade é que o nosso **Voltaire**, ___ sempre brincalhão e sarcástico, ___ ao passo que lhe teceu grandes louvores, fez um reparozinho de má língua. O exemplo foi contagioso, e o nosso Rousseau fez outro, o que me obrigou também a fazer um terceiro, sem que todos três valham um cominho.

Que quer, Exmo. Sr.? Em alguma coisa se há de ocupar a eternidade. Há lá nesse mundo quem se afadigue em matar o tempo. Oh! Se soubessem o que é matar a eternidade! O tempo, Sr. Senador, não é preciso matá-lo; ele morre por si mesmo. Não se lembrará V. Excia. daquele verso do nosso Racine, creio eu:

Le moment où je parle est déjà loin de moi.

Pois aí tem a imagem do tempo. Que necessidade há pois de matar um sujeito que nasce caduco e vive a morrer? A eternidade é outra coisa; é a presença constante e impassível de uma coisa que nunca mais acaba e isto é o que se deve entreter com palestras, leituras e reflexões.

Líamos, pois, o discurso de V. Excia., e refletíamos a respeito das suas várias doutrinas, quando o nosso **Voltaire**, entrando no ponto em que V. Excia. fala das relações entre os climas e os governos, exclamou:

___ Cite o autor!

E dizendo isto piscou o olho a mim e ao João Jacques, dando a entender que eu, primeiro, e ele depois tratáramos da teoria expendida anonimamente por V. Excia.

O João Jacques riu-se às bandeiras despregadas. Eu, porém, tomei a defesa de V. Excia. como mo pediam a verdade e a justiça.

___ O senador Jobim, disse eu, pode estar obrigado a não citar o autor; pode ser que fôsse tirar a idéia da algibeira de Aristóteles, e que Aristóteles lhe recomendasse o mais profundo silêncio. Aquêlo grego é um bom homem; socorre a muita gente nas suas precisões; eu mesmo (não é por me gabar), obedeço ao evangelho, não sabendo muita vez a minha esquerda o que a minha direita distribui.

Voltaire, ___ **le petit Arouet**, como lhe chamamos aqui, ___ ia abrindo a boca para falar, mas eu fiz-lhe um sinal e continuei assim:

___ Demais, a teoria dos climas na mão do Sr. Jobim apresentou-se com roupagens novas. A idéia de que a imaginação é incompatível com a eleição direta é absolutamente nova debaixo do sol. A afirmação de que “nos países do norte não há governo que se anime a praticar nenhum atentado contra razão e a justiça”, transtorna algumas idéias recebidas da história. Mas que é tudo isso senão o cunho da originalidade do orador?

Os dois filósofos calaram-se, vencidos pela minha demonstração. Mas não foi longo o silêncio. Rousseau, que lia para si o resumo do discurso, bateu com a mão no joelho e exclamou:

___ Cite o autor! Cá está mais uma: “... **Os homens bons assustam-se, e antes querem um leão que os devorem, que um milhão de ratinhos que os roam!**”

___ Isto é meu! Acudiu **Voltaire**, dando um pulo.

E depois de ler:

___ S. Excia. honra-me muito fazendo suas as minhas palavras, mas era justo citar o meu nome, e bem assim transcrever-me fielmente. O que eu disse foi:

___ “**J’aimerais mieux vivre sous la patte d’un lion, que d’être continuellement exposé aux dents d’un millier de rats** ». Foi sito o que eu disse ; e pode ser que no Brasil, quem não cita exatamente as palavras de outro, esteja dispensado de lhe citar o nome. Em todo o caso não tira o mérito do discurso...

Aqui, Exmo. Sr., meti-me eu também a censor, mais por brincar que por outra coisa, e sobretudo levado pelo mau exemplo dos dois filósofos. Lia o discurso e dei com isto: “Essa outra invenção, também imensamente ridícula, ___ o rei reina e não

governa. É um trocadilho insuportável, e que foi inventado em França pelo Sr. de Narbonne...”

___ Agora citou o Sr. Jobim, disse eu, mas creio que citou erradamente. O aforismo é do Sr. Duvergier de Hauranne, se não estou enganado...

___ Seja como for, não se pode negar o mérito do discurso.

___ Não se pode, repetimos nós!

E aqui tem V. Excia. Fielmente contada a nossa conversação a respeito do discurso de V. Excia. Sinto havê-lo lido em resumo, mas pelo resumo se admira a íntegra.

Nós aqui, Exmo sr., apreciamos e lemos tudo o que se diz nas câmaras brasileiras. Lá de longe em longe levamos uma estopara; mas se nesse mundo é de compensações, não menos o é esta eternidade em que vivemos, e onde me acho ao seu dispor, como quem é

De V. Excia.

Atento venerador e criado muito obrigado,

MONTESQUIEU

Ando há dias a perguntar a toda a gente se é certo que no teatro de Pedro II apareceu um dominó (imitação de outro que, a serem verídicos os jornais, apareceu este ano em Paris) com uma inscrição singular nas costas.

Ninguém me sabe responder. Seria pêta ou só encontro as pessoas que o não viram?

Dizem-me que era um dominó azul com fitas amarelas; nas costas trazia um letreiro assim:

P

A

Mais de um quis decifrar o enigma e nada. Afinal um bom velho, Champollion do Carnaval, deu com a chave do mistério, e leu: Allons souper (A long sous p).

E respondeu dando-lhe o braço.

___ Há na rua Uruguaiana um botequim francês com esta tabuleta em que se lê:

CAFFÉ

DE

ALSACIE

ET

LORAINE

Com este cotilhão termino o meu sarau. Até domingo.

Dr. SEMANA.

Finalizada a leitura da crônica, difícil é ignorar a associação de ideias que se põe; o que nos leva até as confissões de Brás Cubas, uma das célebres personagens de Machado no romance. Lá, Brás admite: “*Obra de finado. Escrevi-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio*”²⁷⁰. As assertivas do célebre narrador machadiano encerram jogo até então inusitado: a transmigração da personagem para além da vida, ultrapassando a barreira do real, sem, contudo, adentrar-se ao fantástico. Não fosse só o fato de tudo já estar findo – autor e a obra, aqui, em ordem cronológica inversa - morre o autor e escreve-se a obra, a personagem que, em vida, passara a rondar a periferia do poder sem realizar qualquer conquista efetiva central, na morte, de onde *fala sem temer nada*, recupera e perpetua com *a pena a galhofa*, o ar hipócrita e zombador do jovem estudante folião e dado às aventuras, de seu estado de outrora.²⁷¹ Na nostalgia deste e outros tempos, sob *a tinta da melancolia*, Brás Cubas, o narrador, constrói suas digressões em intimidade com a eternidade, seu espaço atual, à maneira dos vivos com o mundo à volta.

Ao dar de olhos com a frase extraída do prólogo que segue ao singular epitáfio do defunto-autor, o leitor machadiano pode, em princípio, admirar na singularidade da narrativa enredada no anacronismo uma inovação da obra que inaugura o realismo psicológico na Literatura Brasileira.

No entanto, um olhar mais atento revela que tal mecanismo já estivera antes em operação nas crônicas, em conformidade com a afirmativa de terem estas sido - para Machado, campo e objeto para seu manejo literário até atingir o refinamento de uma escrita que, em Brás Cubas, mostra sua desconfiança da articulação perfeita entre o texto e a realidade e procura adequar a forma ao conteúdo.²⁷²

Ao contrário do romance, cuja narrativa, em geral, implica um encadeamento de memória, portanto, um recordar marcado por impressões e imagens de um tempo

²⁷⁰ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: O estado de São Paulo/Klick Editora, 1997. p 16.

²⁷¹ Idem, Cap. XX, p. 62: “Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições escritas.”

²⁷² Bom exemplo é o capítulo CXXXIX – *De como não fui ministro de d’Estado*, no qual a solução para traduzir toda a frustração de Brás Cubas foi deixá-lo em branco.

passado, na crônica em questão, o passado é totalmente subvertido e não escapa à continuidade no presente que se perpetua na eternidade. Muitas das personagens referenciadas se movimentam simultaneamente em duas diferentes dimensões, deslocamento que desorganiza o tempo presente do cronista, desobrigando-o de qualquer linearidade temporal, no sentido de que passado recente e longínquo se misturam para constituírem o presente, à guisa da eternidade em que tudo é presente, nada passa.²⁷³

A exemplo da galhofa, na crônica a ironia fica por conta das badaladas que anunciam o aniversário de uma batalha que, embora terminada, teima em deixar de ser passado, haja vista as consequências desastrosas que o conflito legou ao país, pois embora tenha saído vencedor, o Brasil sustentou praticamente sozinho a guerra a Guerra do Paraguai, fato que aumentou a crise financeira e a dívida externa devido aos novos empréstimos contraídos com a Inglaterra, já que durante os cinco anos de lutas, as despesas do Império atingiram o dobro de sua receita.

Machado ao fazer referência à batalha de Aquidabã trazia à baila, de fato, a batalha de Cerro Corá, nome dado à peleja que marcou o fim da Guerra do Paraguai. O confronto deu-se logo após a batalha de Campo Grande ou Nhu-Guaçu, que se encerrou com a derrota paraguaia. O próximo passo foi então uma mera caçada a Solano López que se havia embrenhado na mata. No dia 1º de março de 1870, as tropas do general José Antônio Correia da Câmara (1824-1893), Visconde de Pelotas, surpreenderam o último acampamento paraguaio em Cerro Corá, onde Solano López foi ferido à lança pelo cabo Chico Diabo, e baleado nas barrancas do arroio de Aquidabanagui, após recusar-se à rendição.

Badaladas era o nome dado à coluna que o cronista manteve, de 1871 a 1873, na revista *Semana Ilustrada*²⁷⁴, uma publicação semanal; ao fazer alusão à batalha de Aquidabã o cronista conta com a dedução imediata do leitor: a de que

²⁷³ SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., Livro XI, *O homem e o tempo*, p. 321. Diz o autor: “Na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente”.

²⁷⁴ Fundada pelo artista prussiano Henrique Fleiüss (1823-1882), que se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde fundou o Imperial Instituto Artístico e a *Semana Ilustrada*, revista de variedades publicada na Corte, entre 1859 e 1873, cujo lema se resumia na expressão latina *Ridendo castigat mores*. Fleiüss – pintor, desenhista e caricaturista, com seu traço elegante, criou personagens irreverentes que criticavam os costumes e a vida política do Império e promoveu campanhas que mobilizaram a opinião pública.

ele, cronista, como costumeiramente, aludirá a fatos de um passado recente, mais exatamente a semana anterior à publicação da crônica. Entretanto, o que se pode apreender é que o cronista trabalha com o tempo como um mecanismo propulsor, que lançado à distância, inusitadamente, atingirá não um, mas vários alvos possíveis: explica-se; de pronto o cronista coloca sua opinião combativa ao desqualificar a batalha, reduzindo-a em importância superlativa, isto é, a campanha, de símbolo da vitória do país, é minimizada em grandeza a ponto de nem mesmo ofuscar o recebimento de uma carta inesperada; ato fugaz que, no entanto, não destrói outro alvo já traçado pelo cronista, atestar sua simplicidade e colocar-se ao lado do leitor, como se ambos partilhassem de uma mesma opinião; com isso, enreda o leitor como cúmplice, impedindo-o de virar a página do jornal, curioso que está em saber o conteúdo da carta que “receberam”.

Desabilitar a importância atribuída à batalha era partilhar da opinião pública²⁷⁵, mais precisamente, da opinião de *seu* leitor; fazê-lo compartilhar do momento da escritura, da feitura da crônica, era então já tê-lo à mão como a um igual. E é junto de seu leitor que o cronista vai abandonar as comemorações do aniversário da batalha para exultar com *uma carta importante*. Mas é bom que o leitor fique atento: muitas cartas são importantes, mas nem todas vêm da Eternidade! E não é que o nosso autor recebe uma carta de Montesquieu!

Ora, a simples menção do remetente não só desorganiza o tempo em sua ordem cronológica, como também coloca em ação a alusão como fenômeno intertextual, elemento que relativiza o grande vulto francês, pois além de colocá-lo como leitor assíduo do cronista, faz deste último veículo de comunicação entre a Eternidade e o presente, portanto, o único capaz de contato direto com o destinatário - no caso, o senador Jobim. A subversão alusiva completa-se com evidente inversão dos papéis: o cronista, por instantes, passa a ser a fonte da fonte,

²⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976, Vol. V, p. 171. “Em maio, deteriora-se de súbito a situação, que rapidamente começa a apresentar aspectos ainda mais alarmantes do que os de 64, por ocasião da ‘quebra do Souto’. Esta abalara a praça do Rio de Janeiro. Agora é o país inteiro que parece ameaçado pela avalanche. No dia 12 o Banco Nacional suspende os pagamentos e não há mais como conter o pânico.” É assim que o autor descreve *A crise bancária de 75*, resultado espetacular do ônus que a guerra legara à economia, o que era sentido em todos os aspectos da vida do país, embora se considerasse a luta terminada. O país entraria num longo período de mal-estar econômico, depois atenuado, para mergulhar em nova grande crise, a crise cafeeira de 1880-1886.

isto é, Montesquieu figura como o *constante leitor*, portanto, aquele que se apropria de informações e fatos geridos pelo cronista, em pé de igualdade com o leitor das *Badaladas*, o que em nada diminui a admiração de Machado pelo filósofo, numa mostra da eleição do autor francês como fonte, escolha que marca sua dileção pelas letras e a razão em detrimento da guerra que acabara de mencionar.

Não obstante reiterados estudos que evidenciam a predileção do cronista pela presença francesa, na referida crônica ela aparece condicionada ao discurso proferido pelo destinatário – o senador Jobim, o que só acrescenta mérito ao cronista, tal sua argúcia em aproveitar citações e argumentos densos da peça oratória do senador como elemento intertextual capaz de reorganizar a crônica, conferindo-lhe um caráter crítico-irônico. Destarte, nosso autor organiza a escritura da crônica a partir da leitura do discurso feita por Montesquieu.

Ora, antes de adentrar tal discurso, importante é observar o distanciamento adotado pelo cronista. Terceirizar a opinião, como se verá, não só ajuda a torná-la mais consistente, avalizando-a a partir do referente que mantém com autores e obras já testados do grande público, como também sugere ao cronista um campo maior para o exercício de sua crítica, sempre de tez irônica. Não muito raro as fontes fundamentam e afiançam o discurso crítico do cronista.

Entretanto, é lá da Eternidade, sem data, porque lá não há o tempo e tudo é presente, que Montesquieu se dirige ao senador Jobim, narrando as impressões que seu discurso despertara - a ele e a seus amigos. Seus amigos? Sim. Voltaire e Rousseau, numa roda de ideias a constituir uma tríade da mais alta ascendência intelectual. Também: reunião impossível. É nesse momento que o cronista não se contém e destila de sua mais fina ironia, tamanha a audácia do senador ao obrar tal comunhão. Na pele de Montesquieu ironiza o irrealizável encontro. Patrícios e co-imortais, sim. Amigos, nem tanto!

Na Eternidade, talvez; no entanto, no conjunto social que se constituiu a sociedade francesa do século XVIII, o ser compatriota não oferecia garantia de qualquer natureza, sobretudo entre o patriciado do qual Montesquieu fazia parte. Pierre Lepape, em longo e importante estudo sobre Voltaire, lembra que esses dois

amantes da monarquia à *l'anglaise*, jamais estenderam suas amizades para além da barreira de classe que os separava.²⁷⁶

Importante observar que tal detalhe não escapa à crítica capciosa de Machado, ao imprimir tom jocoso na construção do parágrafo. Embora Voltaire apareça como *sempre brincalhão*, em clara evidência de camaradagem, nosso autor não deixa passar em branco as rugas de Montesquieu, que não se esquece também de lembrar o sarcasmo e o *reparozinho de má língua*, como do caráter voltairiano. O terceiro elemento da tríade completa-se com Rousseau, sugestionado a opinar – assim como Montesquieu, compelidos que foram pela ascendência irônica de Voltaire. O cronista não perdoa a ousadia do senador, visto que da reunião dos notáveis, o resultado da análise, por ora, não chega a algo que valha um *cominho*, isto é, um mexerico, uma intriga.

Se a intriga que parece ter sido parte constitutiva do binômio Voltaire-Rousseau, campeou pelo pessoal quando Voltaire em crítica à *Émile* torna público o fim que Rousseau dispensava aos seus rebentos²⁷⁷, ela não o fora menos nos embates ideológicos que ambos patrocinaram. Esses enfrentamentos, pode-se dizer, servem de emblema a uma luta pré-revolucionária cuja ambiguidade nada surpreendente. Em 1755, Rousseau participa de um novo concurso da Academia de Dijon (*Quelle est l'origine de l'inégalité parmi les hommes?*) e envia seu discurso a Voltaire; este em resposta, dispara: « J'ai reçu, Monsieur, votre nouveau livre contre le genre humain. [...] On n'a jamais tant employé d'esprit à vouloir nous rendre bêtes. Il prend envie de marcher à quatre pattes quand on lit votre ouvrage. » Embora em

²⁷⁶ LEPAPE, Pierre. Op. Cit., p. 30. Diz o autor (p. 142) : « On se souvient de l'ironie méprisante manifestée par le noble parlementaire bordelais lors de l'affaire Rohan-Chabot. Pour le seigneur de La Brède, Voltaire ne pourra jamais masquer Arouet: un petit-bourgeois ambitieux et agité qui cherche à percer par le scandale. Amusant, intelligent et agaçant. Pour Voltaire, Montesquieu, dont il admire __ et jalouse __ [...], est et demeurera un amateur: un de ces aristocrates élégants, spirituels et fins qui ne touchent au métier des lettres que du bout des doigts:... »

A saber: 1. *L'affaire Rohan-Chabot*: Desavença entre Voltaire e o cavaleiro Guy Auguste de Rohan, que termina com Voltaire espancado pelos criados deste. Desse embate a origem do exílio de Voltaire na Inglaterra, acontecimento que terá vital importância na vida e na obra do filósofo. 2. Montesquieu: Charles-Louis de Secondat, baron de la Brède et de Montesquieu, pertencente à *noblesse de robe*.

²⁷⁷ Lettre 7193 (D 10515) à Jean le Rond d'Alembert, 17 juin 1762. Escreve Voltaire: “Ce monstre ose parler d'éducation! lui qui n'a voulu élever aucun de ses fils, et qui les a mis tous aux Enfants-Trouvés. [...] Je le plaindrai s'il est pendu, mais par humanité car je ne le regarde personnellement que comme le chien de Diogène, ou plutôt comme un chien descendu d'un bâtard de ce chien.”

sua resposta Rousseau demonstre sua clara admiração por Voltaire, este é o começo das francas hostilidades.

De fato, Voltaire – enciclopedista, filósofo iluminista, em sua guerra pela liberdade de expressão, contra o fanatismo e a ingerência da igreja na vida social e política, já sentira em suas narinas sensíveis o perfume da moral cristã e da austeridade que exalava do *Discours* de Rousseau. É possível então recuperar a imagem que tinha do genebrino – a de alguém que traíra a causa do grupo denominado *Les philosophes*.

No início da carta recebida pelo cronista e compartilhada com o leitor, se pode constatar então, que não mais é possível ser indiferente à presença de Voltaire, que *sempre brincalhão e sarcástico*, quando justaposto a Rousseau, é capaz de muito mais que um *reparozinho de má língua*. Ora, ao justapor os antitéticos Voltaire e Rousseau, unidos, na análise do discurso do senador, o cronista parodia na escritura da crônica a incoerência que vê como elemento constitutivo das reflexões do parlamentar. Voltaire atua como um eixo referencial que modifica o conteúdo aparente do discurso, alterando a fala senatorial, corrigindo-a, de modo a inverter completamente o sentido da referência a si e a outras fontes citadas constada no discurso.

Entretanto, a ironia só se constitui como elemento intertextual a partir do interlocutor-leitor e do conhecimento que ele e o cronista compartilham de Voltaire e da retórica do parlamentar. O senador em questão é José Martins da Cruz Jobim (1802-1878), senador pelo Espírito Santo, conservador, médico e professor que, quando jovem, estudara medicina na França, em Paris, e de volta ao Brasil é nomeado médico do paço imperial, depois, professor - mais tarde, diretor – da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na disciplina de medicina legal. Foi um dos fundadores da Academia Imperial de Medicina.

Em 1848, entrou na carreira política, sendo eleito deputado geral pelo Rio Grande do Sul e depois escolhido senador do Império pelo Espírito Santo de 1851 a 1878. O discurso? Deu-se na 37^a. Sessão da 15^a. Legislatura do Senado, no dia 21 de fevereiro de 1873. O leitor machadiano o conheceu na edição do *Diário do Rio de*

Janeiro de 1º. de março de 1873. Machado seguramente tomou conhecimento do texto na íntegra, haja vista a retomada integral na crônica das fontes citadas pelo parlamentar ao longo de sua argumentação desqualificando as reiteradas discussões que o senado promove sobre a eleição direta ou indireta.

O missivista Montesquieu, entretanto, antes de comentar a fala senatorial, trata da ociosa ocupação destinada àqueles que habitam a eternidade – preencher o tedioso e infinito presente eterno com *palestras, leituras e reflexões*. Dada a ironia machadiana não cabe exagero em sugerir como correspondente a esse procurar o que fazer no presente eterno, o matar o tempo terreno, numa clara referência à efetiva participação do senador no parlamento. Comparado a seus pares, o senador teve atuação pífia: de 66 sessões realizadas pelo senado no período de 27 de novembro de 1872 a 28 de fevereiro de 1873, comparece a pouco mais da metade delas com participação pouco atuante: duas pequenas intervenções e a produção de um único discurso.²⁷⁸

Ora, nessa falta de afazeres, assim no céu como na terra, o cronista, na estrutura da epístola que endereça ao parlamentar, deixa sensível o obsedante topos da efemeridade do tempo, não raro retomado por Machado em referências às *rosas de Malherbe* (crônicas: 7.2.64 [*Semana Ilustrada*], 10.7.83, 14.10.86, 18.6.87, 8.1.93, 6.8.93, 18.08.95, 12.7.96 [*Gazeta de Notícias*])²⁷⁹. Na crônica, a característica fugaz do tempo é marcada pela assertiva de Boileau²⁸⁰ – *Le moment où je parle est déjà loin de moi*, que o cronista erroneamente atribui a Racine. Importante lembrar também a proximidade da proposição do cronista – “A eternidade é outra coisa; é a presença constante do impassível de uma coisa que nunca mais acaba...” com aquela já citada, de Santo Agostinho, “Na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente.”

²⁷⁸ A primeira referência ao senador, no período, aparece nos *Annaes na sessão Expediente* e trata exatamente de suas ausências em ofício datado de 24/12/1872, ao presidente do senado: “*Officio datado de hoje, do Sr. senador José Martins da Cruz Jobim, participando não poder comparecer com assiduidade às sessões do senado por achar-se muito incomodado. – Ficou o senado inteirado.*” - Para tal afirmação comparei ainda, no período de uma legislação – um ano, a atuação do senador Jobim àquelas de seus pares, tais como os senadores visconde de Abaeté, Figueira de Mello, visconde de Jaguary, Pompeu, Zacarias, Nabuco, F. Octaviano, Sinimbú, entre outros.

²⁷⁹ Malherbe: “*Et, rose, elle a vécu ce qui vivent les roses, L’espace d’un matin.* »

²⁸⁰ Épitres III – À M. Arnauld, Docteur de Sorbonne (1673).

Na leitura do tal discurso, Voltaire, impávido, não se contém ao ouvir a primeira das teorias elencadas pelo senador, a da relação dos climas e os governos e brada: ___ *Cite o autor!* Seguido de uma surpreendente piscadela para Rousseau, agora já minimizado, tropicalizado, o *João Jacques*. Ora, Voltaire mais uma vez aparece como o elemento que redireciona e modifica o sentido da crônica. O cronista, travestido de Montesquieu, une a característica ironia voltairiana a sua para denunciar as confusões do senador, embora cite Aristóteles, na tentativa de se fazer defensor do parlamentar.

Aqui, vale reproduzir parte do discurso proferido pelo senador Jobim:²⁸¹

“Senhores, eu disse que os climas quentes fazem predominar nos homens a imaginação sobre a razão, excitando ao mesmo tempo o systema nervoso; e os climas frios ao contrário pelo recolhimento dos homens favorecem a reflexão e o domínio das faculdades intellectuales. Disto vemos nos exemplos bem manifestos nos povos do Norte da Europa comparados com os povos do Meio-Dia. No Norte da Europa, ainda que não haja o regimen liberal e legal escripto, é tal o respeito que se tem ao pudor publico, que o mesmo governo não se anima a praticar qualquer injustiça ou attentado, nem deixa de cumprir escrupulosamente tudo aquillo que se conforma com a razão e a justiça;...”

Ora, é possível notar uma inteira identificação do cronista com sua fonte de dileção, visto que num estalo atua como Voltaire, como um duplo, em mais uma mostra de estrangulamento da ordem temporal cronológica. Na Eternidade, Voltaire lembra o cronista de que o eleito missivista-fonte – Montesquieu - também já se embrenhara em reflexão similar àquela do senador. Não é à toa que o *João Jacques* riu-se às bandeiras despregadas. Ele estava a se divertir com a tirada irônica lançada a Montesquieu. Ao bradar:”___ *Cite o autor!*”, seguramente Voltaire repreendia Montesquieu por haver dito que o parlamentar *transtorna[va] algumas idéias recebidas da história*. A ironia da repreensão voltairiana vem da crítica ao determinismo presente na teoria dos climas professada por Montesquieu em *De L'esprit des lois*²⁸², dado que o coloca em conformidade ao parlamentar, pelo menos

²⁸¹ Annaes do Senado do Império do Brasil, 1ª. Sessão da 15ª. Legislatura de 27 de novembro de 1872 a 31 de janeiro de 1873. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1873.

²⁸² Montesquieu. *De l'esprit des lois*. Texte établi avec une introduction, des notes et des variantes par Gonzague Truc. Paris: Librairie Garnier Frères, 1944, p. 260. Livre XV, Chapitre VII. Diz o autor: « Il y a des pays où la chaleur énerve le corps, et affaiblit si fort le courage, que les hommes ne sont portés à un devoir pénible que par la crainte du châtiment : l'esclavage y choque moins la raison ; et... »

no que tange à utilização da mesma ideia histórica – a dos climas, portanto, perpetuando o sofisma.

O cronista, agora na pele do Baron de La Brède, não perde a oportunidade de alfinetar Voltaire, lembrando-o do *petit Arouet*, em clara referência à origem burguesa do filho do notário, que ele nobre, despreza; e, por associação, referência às bastonadas que Voltaire recebera a mando do cavaleiro Rohan, numa querela começada com este último a ironizar a nobreza que Voltaire não tinha – afinal, perguntou-lhe o cavaleiro: “*Arouet? Voltaire? Enfin, avez-vous un nom?*”²⁸³

Ademais, a presença de Voltaire como aquele capaz de *um reparozinho de má língua*, avaliza a crítica, na voz do nobre francês, que o cronista lança ao parlamentar, quando este afirma que *a idéia de que a imaginação é incompatível com a eleição direta é absolutamente nova debaixo do sol*.

Ora, o senador inova ao distender suas ideias e afirmar que *a força da imaginação faz com que se criem continuamente utopias e theorias vãs sem reflexão, e se inventem falsidades e intrigas, que trazem tudo revolto e turvado [...]* que resulta na *anarchia, sendo quasi sempre o fructo dessa força da imaginação*. Às distorções aventadas pelo parlamentar, o cronista assume duplo papel: ora, as compreende, alegando a *originalidade do orador*, ora o condena por estropiar uma ideia histórica, ainda que criticada e obsoleta. Diante da defesa de Montesquieu, e, de ver a si e aos amigos, referenciados como criadores de *utopias e theorias vãs*, anárquicas, Rousseau intervém e provoca Voltaire com outro trecho do discurso em que o senador conclui:

“os homens só conhecem os males que engendraram depois de feitos; então a maioria amedrontada, muitas vezes quer antes ser devorada por um leão do que roida por uma infinidade de ratinhos, como dizia Voltaire.

Voltaire se comprova mesmo versátil. Agora é o senador José da Cruz Martins Jobim, que demonstra o uso da intertextualidade em operação para a inversão de uma ideia, no sentido em que desloca a fonte do seu ponto de vista de origem para alocá-la em contexto diferenciado e em razão oposta, entretanto, sem

²⁸³ ORIEUX, Jean. *Voltaire*. Paris: Flammarion, 1966, p. 200.

abandonar o peso referencial e intelectual que esta ocupa. Remanejar a fonte para contexto adverso ao seu de origem é criar condições para a construção de um novo sentido, um desvio de ideia, que para se fazer vivo só dependerá da repetição.

Para melhor entender como parlamentar e cronista retrabalharam a fonte, o primeiro ao dissociá-la do sentido original, e o último ao denunciar a distorção ocorrida, se faz necessário retomar o raciocínio tortuoso do senador. Ao se apropriar da fala de Voltaire, Jobim promove a equivalência de poderes inteiramente díspares enquanto instituições, valendo-se apenas do fato de estas representarem forças de equilíbrio ou desequilíbrio frente ao poder central das sociedades francesa e brasileira. Explica-se: à época de Voltaire, Luís XV, absolutista, tem como força oponente e cooptativa principal – dependendo da causa em questão, o parlamento, que, leia-se, era o tribunal de Justiça, reduto da alta magistratura francesa. No Rio de Janeiro de Jobim, D. Pedro II, representante de uma monarquia constitucional, tem como força de equilíbrio ou opositora, o senado.

Assim, tem-se na fala do senador não só a equiparação dos poderes, mas a total alteração dos termos: parlamento e parlamentar, que na França designavam tribunal de justiça e magistrado, ao se aclimatarem, adquirem novos sentidos e ganham o significado de senado e senador, respectivamente. Desse modo é que temos Jobim, senador pelo partido conservador, monarquista, que não mostra qualquer apreço pela ideia de sociabilidade do poder, a condenar as discussões sobre eleições diretas e indiretas à baila no senado, classificando-as de *bulha inútil*. Portanto, dado o emprego pelo senador à citação francesa, seus pares – parlamentares-senadores atuam em correspondência à *infinidade de ratinhos* de Voltaire, os parlamentares-magistrados. Mas ratinhos afoitos à discussões liberais, de ares democráticos, não muito ao gosto do senador.

Para que tal raciocínio não soe inconclusivo é preciso resgatar o contexto histórico referencial do qual a citação voltairiana foi extraída: primeiro tem-se a reforma fiscal idealizada pelo controlador geral Machault d'Arnouville, com a criação de um novo imposto – o *le vingtième*, em 1749, tributo apoiado por Voltaire e condenado pelo parlamento que se recusa a pagá-lo. Depois, em dezembro de 1770, Luís XV, dissolve o então ministério do duque de Choiseul, o qual não conseguira desarmar a contínua oposição do parlamento, que revoltoso diante das

medidas financeiras propostas pelo novo controlador geral, o abade Terray, entra em greve em dezembro de 1770; obrigados a retomar seus serviços, a maioria dos parlamentares-magistrados se recusa e 130 são exilados.

Em 1771, Luís XV leva a público edito redigido pelo chanceler Maupeou que estabelece uma profunda e moderna reforma na justiça. Voltaire aprova tão vigorosamente tal medida que chega a chamá-la de “*coup de majesté*”, enquanto seus adversários classificam-na de “*coup d’État*”. Mais uma vez Voltaire se coloca contra o parlamento por considerar que uma vitória dos parlamentares-magistrados contra a autoridade real lhe parecia uma catástrofe histórica, um retorno a uma França obscura e dilacerada pelas guerras de religião e pelas ligas. Vejam-se as condenações perpetradas pelo parlamento; casos como o de Calas, do cavaleiro de La Barre, de Sirven, de Lally-Tollendal, todos de grande repercussão e que fizeram Voltaire clamar e litigar por justiça e humanidade.

Ora, tanto para Jobim quanto para Voltaire o *lion* era o mesmo: a monarquia, e no que se refere ao alvo das críticas também, nada de novo: em ambos os casos o *milhão de ratinhos* configura os componentes das forças de equilíbrio em ação nas duas monarquias: na França, os parlamentares-magistrados, no Brasil, os parlamentares-senadores. Entretanto é no sentido intrínseco onde ocorre a inversão de sentidos que não escapou a Machado. Enquanto em Jobim o parlamento-senado é criticado por gerir ideias liberais e modernizadoras, num avanço em conformidade com muito do que a filosofia iluminista produziu, sobretudo a partir de Montesquieu, Rousseau e Voltaire, para este último a crítica mordaz que destina ao parlamento-tribunal francês tem sentido magistralmente oposto, isto é, segundo Voltaire o magistrado, através de um forte corporativismo que busca o benefício próprio, fomenta a perpetuação de leis que abomina, portanto, um parlamento anacrônico às ideias iluministas, considerando que Voltaire coloca o poder real como garantia de justiça em meio ao caos que os interesses particulares instalaram no parlamento, diga-se, no tribunal de justiça francês.

Por condenar o procedimento do parlamento francês Voltaire sofre acintoso patrulhamento dos magistrados, o que o leva ao desabafo em carta endereçada a Richelieu em 20 de maio de 1771²⁸⁴:

“Si mon héros ne peut deviner comment cette pétaudière se terminera, il n’y a pas d’apparence qu’un vieil aveugle entrevoie ce que le vice-roi d’Aquitaine ne voit point. Je juge seulement, à vue de pays, que notre nation a été toujours légère, quelquefois très-cruelle ; qu’elle n’a jamais su se gouverner par elle-même et qu’elle n’est pas trop digne d’être libre. J’ajouterai encore que j’aimerais mieux, malgré mon goût extrême pour la liberté, vivre sous la patte d’un lion, que d’être continuellement exposé aux dents d’un millier de rats mes confrères. »

Ora, em seu discurso o senador Jobim desloca contextualmente Voltaire e o coloca em posição oposta, como crítico de si mesmo, quando intertextualmente o faz avalista de seu discurso. Machado, por sua vez, atualiza seu leitor mostrando as estripulias intertextuais do senador e bem à maneira deste, lança nova distorção na fala de Voltaire:

“Os homens bons assustam-se, e antes querem um leão que os devoram, que um milhão de ratinhos que os roam!”

Ao sair do particular – o caso Voltaire contra o parlamento francês, e ampliar o campo da assertiva para o geral, *os homens bons*, agora não mais diante *de rats [...] confrères*, mas de *ratinhos* quaisquer, Machado minimiza a abrangência da fala senatorial e mostra a seu leitor o embuste do senador ao fazer uso de citação alterada, tentando com isso afiançá-la na original, não obstante, subtraindo o nome do francês. Para isso, o cronista intervém na pele de Voltaire, que reclama por não haver sido seu nome citado, além, é claro, da modificação operada pelo senador:

“S. Excia. honra-me muito fazendo suas as minhas palavras, mas era justo citar o meu nome, e bem assim transcrever-me fielmente.”

Entretanto, na evidência de que o leitor machadiano não tinha obrigatoriamente o dever de saber Voltaire na íntegra, o cronista opta por subtrair o nome de Voltaire que consta sim no discurso do senador, conforme já citado. Ao surripiar a referência nominal, Machado insiste na alteração ocorrida na citação,

²⁸⁴ VOLTAIRE. *Oeuvres Complètes*. Tome Trente-troisième. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1861. p. 401. Carta MMMMMMCXLIX (6149) à M. le Maréchal Duc de Richelieu.

denunciando-a a seu leitor. Caso mantivesse o nome Voltaire seu leitor poderia perfeitamente comprar gato por lebre. É a citação, mecanismo intertextual em operação, a corrigir a fala do parlamentar. Voltaire operando para preservar Voltaire.

Alheio às grandes polêmicas, o Machado cronista apresenta os fatos, contemporiza sugerindo este ou aquele ponto de vista, lança a semente da dúvida e deixa o resto por conta do leitor. A este cabe a reflexão profunda, caso queira, da busca pela origem do fato e ou das pistas sugeridas. É por isso que o cronista não *tira o mérito do discurso* e nem fica indiferente ao fato de *que no Brasil, quem cita exatamente as palavras do outro, esteja dispensado de lhe citar o nome*. Mais uma ironia textual que fundamenta toda a crônica, já que esta é construída a partir de referências e citações, enfim, de um redizer.

A terceira e última teoria ventilada por Jobim também sofreu alteração por parte do cronista. Veja-se Jobim:

“Uma outra invenção também ridícula e que foi achada lá na França por um sugeito de Luiz XVIII, é esta: que o Rei reina e não governa. Diz o historiador Capefigue²⁸⁵ que este trocadilho ridículo foi inventado por um senhor chamado de Serre²⁸⁶, que declarou-se fortemente contra Luiz XVIII, emquanto nada pôde obter desse monarca.”

Machado escreve:

“Essa outra invenção, também imensamente ridícula. ___ o rei reina e não governa. É um trocadilho insuportável, e que foi inventado em França pelo Sr. de Narbonne...²⁸⁷”

___ Agora citou o Sr. Jobim, disse eu, mas creio que citou erradamente. O aforismo é do Sr. Duvergier de Hauranne²⁸⁸, se não estou enganado...

²⁸⁵ Jean-Baptiste Honoré Raymond Capefigue (1801-1872), historiador, biógrafo e jornalista francês do século XIX., que cita o aforismo em seu livro *Les Diplomates et Hommes d'État Européens*.

²⁸⁶ Pierre-François-Hercule de Serre (1776-1824), influente político francês durante o reinado de Luís XVIII, partidário da Restauração é eleito deputado por dois mandatos, se torna presidente da Câmara, depois, ministro de estado e finalmente ocupa o posto de embaixador em Nápoles, onde morre. É considerado um dos maiores oradores da Restauração.

²⁸⁷ Comte Louis-Marie de Narbonne Lara (1755-1813), filho de uma das damas de honra de Elisabeth de France, filha de Luís XV, recebe educação esmerada. Destaca-se na jurisprudência e na diplomacia; torna-se general, diplomata e ministro. *Royaliste*, solicita à *Convenção* salvo conduto para defender o monarca, escapa à Revolução e se exila na Suíça, depois na Alemanha. De volta à França é nomeado governador de Torgau, onde morre.

___ *Seja como for, não se pode negar o mérito do discurso.*”

Embora reitere *o mérito do discurso*, o cronista não deixa de pontuar a confusão do senador ao citar o autor da fonte da qual se apropriara, já que depois de desabilitá-lo frente a Voltaire, evita sequenciar seus seguintes tropeços culturais, talvez porque - como se sabe, preferia não polemizar, ou ainda por respeito à instituição. A razão, impossível saber. O fato é que Machado num movimento de escrita repete o erro de Jobim, como a apontar pela repetição aquilo que julgava conveniente dizer, porém, sem querer fazê-lo claramente em razão de não querer afrontar, assim, usa de gentileza didática e propositadamente se confunde para corrigir, daí aventar *de Narbonne* para dizer que, na verdade, não fora *de Serre* o criador do trocadilho e, sim, de *Hauranne*.

Embora o cronista afirme não haver lido mais que um resumo do discurso de Jobim, a impressão que se tem é de o lera quase na íntegra, pelo menos o trecho mais importante - o texto ocupa cinco páginas e meia dos anais do senado, Machado seleciona parágrafos que constam dispersos nas três primeiras páginas.

Feita a correção, o cronista, na pele de Montesquieu, se despede - mais uma vez sob tez irônica, lembrando sua predileção pelo *que se diz nas câmaras brasileiras*, passatempo preferido dos *eternais* e por que não, do cronista, que figura como o *atento venerador e criado*.

Radicalmente o cronista abandona o eterno para ocupar-se do terreno e num arremedo do folhetim, deixa para a parte inferior da crônica a leveza e a gratuidade do mundano, representado em sua essência - o jogo. E até esta imagem está repleta da tonalidade francófila: o dominó, dizem os jornais, apareceu em Paris e traz uma *devinette* em francês, que o leitor machadiano não terá dificuldade em decifrar, já que o nosso cronista *Champollion do Carnaval* mostra *a chave do mistério*.

Como para atestar de que ora está na terra e padece das mesmas sugestões e sintomas que seu leitor, inclusive os físicos, dá-lhe os braços e caminha a

²⁸⁸ Prosper Duvergier de Hauranne (1798-1881), jornalista e político francês, frequenta os meios literários e escreve várias comédias. Redige uma série de artigos sobre política. É dele a célebre máxima: “Le roi règne et ne gouverne pas.”, presente em seu livro *Des principes du gouvernement représentatif et de leurs applications*, publicado em 1838, em que criticava a onipotência real.

satisfazer o estômago, em direção a tabuleta escrita em francês que indica o botequim.

Conclui-se então que, embora as fontes tenham sido, a priori, selecionadas a partir do discurso de Jobim, o cronista terceiriza sua crítica aproveitando-se das mesmas fontes para redirecionar o argumento do parlamentar tal qual constava em seu discurso. Nesse contexto, Voltaire aparece como a fonte eletiva que, embora evocada via Montesquieu, ganha em ascendência, pois é a partir de seu caráter provocador que se organizará o texto, numa prova de que o cronista soube guardar o *esprit* do francês.

1.8. Crônica originalmente publicada no jornal *O CRUZEIRO*²⁸⁹ em 18.8.1878, na coluna *Notas Semanais*, reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 4º volume (1878-1888)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 136-150.

18 de agosto de 1878

I

A vida humana oferece singulares mutações à vista. Não há imaginação de dramaturgo nem arte de maquinista que as faça mais súbitas nem mais completas. O grande mestre é exímio nesses saltos violentos; passa de uma tenda na Síria à galera de Pompeu, e do jardim de Capuleto à cela do pio frade. Não é êle o asno ordeiro e regrado, que obedece às posturas e ao chicote; é o cavalo de Jó, impetuoso como o vento. Pois nem Shakespeare era capaz de imaginar coisa análoga ao caso Macaúbas²⁹⁰.

Com efeito, um homem, um capitão, o capitão Porfírio, era ali há meses delegado de polícia; hoje investe as fazendas à frente de um grupo de homens armados. Têm-se visto naufrágios de virtudes; mas o caso do capitão Porfírio é diferente de um naufrágio; é o pescador que passa a fazer ofício de tubarão. O relatório oficial, agora publicado, é positivo, claro, minucioso; conta as aventuras do capitão com a sêca singeleza de um relatório. Vê-se o ex-delegado opondo-se a ceder lugar ao sucessor, ajuntando gente, abrindo a cadeia, voltando a Macaúbas, sitiando as casas, travando combates, ferindo, ensangüentando, fugindo enfim para iniciar outra profissão, que é justamente o contrário da que exercera até há pouco.

O romantismo deu-nos alguns casos de homens que se desligavam da sociedade por motivo de amor; mas, por motivo de uma vara policial, só a realidade era capaz do invento. Defender o código em novembro e desfeiteá-lo em março, abraçar a lei na quinta-feira e mandá-la à tábua no domingo, e isto sem gradação, mas de um salto, como se muda de sobrecasaca, é um fenômeno curioso, digno de meditação do filósofo.

Porquanto, não consta que o capitão, durante o exercício da delegacia, deixasse de cumprir os seus deveres policiais, perseguindo os malfeitores; donde se poderia inferir que não era uma vocação subjugada. O ex-delegado aterrava os gatunos e faquistas, devassava as casas de jôgo, encarcera os criminosos, punia os

²⁸⁹ A revista, propriedade de G. Vianna & C. Começou a ser publicada em 1878 e tinha como redator principal Henrique Corrêa Moreira; circulou até 1883.

²⁹⁰ Região da Bahia anteriormente habitada pelos índios do grupo dos tupinaé (ramo dos tupinambás) até a chegada dos bandeirantes; com o desenvolvimento do povoado, o curato da primitiva capela passou a ser a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas em 19.5.1840.

maus, salvava os bons, tal qual um quinto ato de melodrama. Nunca jamais lhe descobriram tendência de talar os quintais alheios ou pôr em risco a vida do próximo. Comia os seus próprios cambucás. Pode ser que devastasse algum coração e matasse muitas saudades; mas fora êsses pecados veniais, não previstos no código, o capitão Porfírio foi sempre um modelo de virtudes policiais e humanas. Macaúbas vivia à sombra de uma administração pacífica; o seu nome era inteiramente desconhecido nos conselhos da Europa. Que importavam a Macaúbas as convulsões do século? Vivia como um rebanho, aos pés do seu pastor, único e bom, que, se jogava, era o gamão, com o padre vigário ou o farmacêutico da vila, para matar as horas e nada mais. Tal era o distrito; tal era o delegado.

Vai senão quando, chega a Macaúbas a notícia da mudança política de janeiro último. Naturalmente houve regozijo de um lado e consternação de outro; é a ordem das coisas humanas. O capitão Porfírio, que era somente delegado, não filósofo, e menos ainda político, não soube cair com sisudez e graça; sentiu morder-lhe no coração alguma coisa semelhante à cólera romana; e disse consigo que não entregaria o poder nem ao anjo Gabriel²⁹¹. Daí a complicação, a batalha e a recente vocação do capitão Porfírio.

Ora, o que não disse o relatório submetido ao govêrno, o que talvez escapou e escapará a mais de um leitor desatento ou incrédulo, é que a alma do capitão Porfírio é nem mais nem menos a alma de Coriolano²⁹², transmigrada; descoberta que explica o procedimento do herói de Macaúbas. Coteje o leitor o relatório com o livro de Plutarco²⁹³; verá as semelhanças dos dois capitães. Porfírio irrita-se com a ameaça de perder a delegacia, Coriolano por não ser eleito cônsul; ambos inflexíveis e ásperos, não podem suportar friamente a injúria. Um é demitido, outro banido; um e outro vão armar gente e invadem Roma e Macaúbas.

Isto pôsto, tudo se explica; e o que nos parecia absurdo, é simplesmente natural. Desde que Porfírio não é Porfírio, mas sim a alma do famoso herói, que transmigrou de corpo em corpo, até meter-se na pele do ex-delegado, cessa todo o motivo do ódio e tôda a causa do pasmo. Um delegado, que depois de ensangüentar o seu distrito, para não entregar a vara policial, vai entreter os ócios em talar as fazendas alheias, é tão absurdo, que passa de cruel a ridículo; mas se o delegado

²⁹¹ No *Antigo Testamento*, Gabriel, o mais famoso dos anjos, é o intermediário entre Deus e o profeta Daniel, no *Novo*, anuncia o nascimento de Jesus. No Islã é o mesmo anjo Gabriel que revela o *Alcorão* a Maomé. É considerado a mão esquerda de Deus.

²⁹² Caio Márcio Coriolanus, personagem extraída do livro *Vidas dos homens ilustres*, de Plutarco. Coriolano, hábil general romano, toma a cidade de Corioli, faz-se cônsul, é exilado, alia-se a seus inimigos, prepara-se para tomar Roma e acaba condenado à morte. Em 1608, Shakespeare escreveria a tragédia homônima inspirada na lenda do general.

²⁹³ Plutarco (45-125?), filósofo e prosador grego do período greco-romano, estudou na Academia de Atenas, fundada por Platão. Segundo a tradição, Plutarco escreveu mais de 200 livros. Chegaram até nós cerca de 50 biografias de gregos (entre elas a *Vida de Licurgo*) e romanos ilustres em que ambas são comparadas, conhecidas por *Vidas Paralelas*, além de dezenas de outros escritos sobre os mais variados temas, designadas por *Obras Morais (Moralia)*, sobre filosofia, religião, moral, crítica literária e pedagogia.

não faz mais do que repetir Plutarco, ___ acomodá-lo ao menos aos nossos costumes; se êle não é êle, mas outro, que já não é outro, então demos graças aos deuses, que nestes tempos de vida pacata nos consentem uma nesga do céu heróico, uma ressurreição do antigo brio.

A única diferença entre as duas formas do célebre herói é que a segunda acaba um pouco menos heróicamente do que a primeira, e, se fôr capturada, achará, em vez de um Plutarco, um escrivão. Coisas do tempo. O Coriolano de Macaúbas sabe que não achará prontamente um aliado estrangeiro, como o de Roma, e sabe mais que em um século industrial, atacar a fazenda é ferir o coração da sociedade; daí, essa diversão pelos estabelecimentos agrícolas, levado de um sentimento vingativo, romano e gastronômico.

II

Enquanto o capitão Porfírio lança o terror no sertão do alto S. Francisco, trata-se aqui na côrte e na província de organizar o escrutínio prévio para a escolha dos candidatos à deputação. Os eleitores vão eleger os elegíveis. Corre isto de bôca em bôca, escreve-se nos jornais, e pela minha parte, (se em tais coisas pode ter voto um mau cronista) acho a idéia útil. Nem sempre, nem em tôda parte, nem em tôdas as ocasiões poderá ser aplicado êsse meio de consulta prévia; mas onde e quando for possível, convém empregá-lo; é liberal, e resolve a dificuldade das competências; acresce que afeiçoa o eleitor ao seu papel e à sua responsabilidade.

Que as candidaturas possam ser excessivas, e haja mais de uma problemática, é a coisa mais natural do mundo; são os bilhetes brancos da loteria; com a diferença que antes de correr a roda, todos os bilhetes são suscetíveis de prêmio, ao passo que antes de correr a urna prévia, há já candidaturas duvidosas, enfêrmas, necessitadas de um forte caldo de consolação. Não importa; acho que devem concorrer todos. Muita coisa duvidosa, chega a ser certa, pelo único motivo de persistir. Canivetinho também corta; água mole em pedra dura; todos os adágios populares favorecem essa política de obstinação.

Abaixo das duvidosas, há ainda as candidaturas que absolutamente o não são, mas por um motivo contrário ao das candidaturas certas; quero dizer, há as inteiramente perdidas. São as que se inventaram para desenfadar os eleitores; aquelas a que um eleitor, se fôr compadre do candidato, pode dar francamente o seu voto, sem quebrar a unidade do partido, escapando assim à indisciplina e à amolação.

Último grau das candidaturas: as perdidas, que se sabem tais. São as que se contentam em ser candidaturas, sem nenhuma pretensão de vitória: basta-lhes a glória de penetrar na urna com alguns votos, reluzir nas colunas dos jornais e nas

palestras do Castellões²⁹⁴. Porque, em suma, há certo lustre em ser julgado apto por vinte dos meus concidadãos, e ninguém me pode impedir de crer que tôda a sabedoria política, senso prático, elevação de idéias e ânimo incorruptível, tôdas as virtudes públicas estão concentradas nesses vinte votos das Termópilas²⁹⁵: é uma convicção higiênica, saudável, confortativa.

Quanto às candidaturas sólidas e naturais, estão seguras de si, o que não obsta que trabalhem, porque o eleitor tem às vêzes singulares caprichos, semelhantes aos daquele vigário de Itambé²⁹⁶ que, zangado com a gente do seu partido, foi presidir uma duplicata do partido contrário. O precioso vigário é para mim um pasmoso fenômeno. De ordinário, quando um homem se aborrece dos correligionários, faz-se misantropo, retrai-se, vai curtir as desilusões; e se muda, é mais tarde, quando a reflexão já fez o seu trabalho íntimo. Outras vêzes, não são os homens que fazem rejeitar as idéias que se substituem, por um trabalho interior e fatal, que a paixão política não conhece. Nada disto aconteceu com ao precioso vigário. Acérrimo defensor dos princípios azuis às 10 horas da manhã, fêz-se às duas da tarde defensor implacável dos princípios amarelos. Explique quem quiser este fato; quanto a mim, é assombroso.

Já conjecturei se seria a camisa do vigário. Talvez o partido adverso peitasse o criado ou o sacristão, dando-lhe uma camisa impregnada dos princípios que o vigário execrara em tôda a sua vida. O infeliz transpirava, entrou para fazer um *petit bout de toilette*. O criado apresenta-lhe a camisa. __ Tibúrcio, disse o vigário, cheira-me a amarelo. __ Pode ser; talvez seja da casa do vizinho. __ Que pensas tu dos princípios azuis, Tibúrcio? __ Penso que são admiráveis. __ No superlativo, Tibúrcio, no superlativo! __ Vestiu a camisa e estremeceu; fêz-se um clarão na consciência do vigário. O azul apareceu-lhe como a côr do inferno; o céu mostrou-lhe um magnífico tom de laranja. Um minuto bastou para resgatá-lo do êrro de suas deploráveis convicções.

Sôbre o uso da duplicata, não quero outra opinião que não seja a de um correspondente do Norte que textualmente declara serem as duplicatas “um pronto alívio”; e “benfeitor da humanidade aquêle que a inventou”. Coincide esta opinião com o que me dizia há quatro anos um antigo cabalista de Pernambuco: “Lá no Norte, já

²⁹⁴ Confeitaria à rua do Ouvidor, famosa por suas empadinhas e ponto de encontro da intelectualidade à época. Em crônica de 2.6.1878 (*Notas Semanais, O Cruzeiro*), Machado já citara a confeitaria: “Embalde alguns fiéis cidadãos vão ao Castellões, às quatro horas da tarde, absorver duas ou três mães-bentas, excelente processo para abrir a vontade de jantar. Embalde um partido eclético se lança ao uso do pastel de carne com açúcar, conciliando assim, num só bocado, o jantar e a sobremesa.” Já em 1853 o *Almanack Laemmert* trazia anúncio da “Castellões, confeitaria de refinação”, cuja loja à época era à “Rua S. Pedro, 61, entre as do Ourives e Quitanda”.

²⁹⁵ O termo remete à batalha de Termópilas travada no verão de 480 a.C. no desfiladeiro de Termópilas, na Grécia Central. Ali, segundo a tradição veiculada por Heródoto, 300 espartanos, sob o comando do rei Leônidas, enfrentaram milhares de persas liderados por Xerxes, em resistência heróica. Machado evidentemente associa o termo à ideia de número reduzido, tais os míseros *vinte votos* que menciona.

²⁹⁶ Trata-se do município de Itambé no Estado de Pernambuco, fundado em 1789.

se vai perdendo o costume de ensangüentar as eleições, faz-se duplicata e está acabado”.

Não obstante algumas que se fizeram desta vez, houve eleições sangrentas, segundo as notícias que vão chegando do interior. Repito o que já disse: antes animação do que apatia; mas, enfim, sangue é sangue, quase tão precioso como as libras esterlinas; talvez tanto...

III

A prova é esta: __ quem é que diz que o contribuinte é um animal esquivo e noturno? Tivemos esta semana uma prova esplêndida do contrário.

Sabe o leitor, se leu os jornais, __ que a província argentina de Corrientes²⁹⁷, fêz uma revolução e aclamou um governador provisório, o cidadão Pampin²⁹⁸. Êste novo governador é um taumaturgo. Mal empunhou as rédeas da administração o povo correu em massa ao tesouro para pagar os impostos; alguns cidadãos chegaram a querer “pagá-los adiantadamente”. Assim dizem as últimas notícias; e, não podendo supor meios entusiasmos em situações daquelas, não me admirarei se nos disserem que têm havido rixas, cabeças partidas, contusões, à porta do tesouro provincial.

Ora, se por um lado é certo que o contribuinte é animal esquivo e bravo, por outro lado numerosas experiências têm verificado que o contribuinte voluntário equivale ao cisne preto e ao melro branco: *rari avis*. Para domesticar alguns tem-se reconhecido que só o pau meirinho, do gênero das *admoestacias*, árvore oriunda da praça da Constituição²⁹⁹, próximo ao hotel dos Príncipes³⁰⁰. Tal é o estado das ciências; tal era ao menos até o advento do cidadão Pampin, que veio transtornar tôdas as idéias recebidas acêrca do impôsto.

Porquanto, se a revolução fôsse um fenômeno desconhecido naquelas regiões, poder-se-ia supor que a mudança violenta operada em Corrientes excitara tal ou qual momentâneo entusiasmo, que produziu a confiança do dinheiro e a mansidão do contribuinte. Mas não; as revoluções ali são como as nossas trovoadas de outro tempo; têm quase período certo. Conseqüentemente, os cidadãos sabem que os governos novos são tão precários como antigos, e que o dia da vitória de um é a véspera da sua derrota. Não obstante que fazem os contribuintes do cidadão Pampin? Vão pagar-lhe os impostos; alguns instam para pagar adiantadamente; não

²⁹⁷ Capital da província argentina de Corrientes, fundada em 1588 por Juan Torres de Vera y Aragón.

²⁹⁸ José Pampín (1814-1878) foi governador de Corrientes.

²⁹⁹ Atual Praça Tiradentes no centro do Rio de Janeiro, antes, porém, foi chamada de Largo do Rossio Grande, depois Campos dos Giganos, em 1747 passou a ser o Campo da Lampadosa, em 1808, Campo do Polé, em 1822, Praça da Constituição até, em 1890, receber o nome atual.

³⁰⁰ Segundo a *Ilustração portugueza: semanario revista litteraria e artistica* (Lisboa, 1885, p. 10) era o “mais luxuoso da capital” carioca. Situava-se à Praça da Constituição e esteve presente na narrativa de muitos escritores da época, entre eles o próprio Machado e Aluísio Azevedo (*Condessa Vésper*).

faltarão quem se proponha a pagar dobrado. Conclusão: o que excita o contribuinte é o simples fato do transtorno político.

Generalizando o caso, indico a todos os governos do universo este meio eficaz de cobrar os impostos, diminuindo as despesas do fisco. Quando o contribuinte começa a mostrar-se remisso, o governo manda recolher as tropas a quartéis. No dia seguinte, antes do almoço, saem as tropas à rua e fazem um pronunciamento em favor de um amigo, ao qual são logo entregues as rédeas da administração. Entrados os impostos, as tropas restabelecem o governo anterior.

IV

Não sei se o que acabou foi o dia da Glória ou a minha mocidade. Talvez acabou a festa, como têm acabado muitas outras devoções populares, meio religiosas, meio recreativas. O elemento estrangeiro é aquele bife cru, de que falei numa destas crônicas; transforma os costumes. Hoje há muito sapato inglês, muita patinação, muita opereta, muita coisa peregrina, que tirou à nossa população a rusticidade e o encanto de outros tempos. Quanto a mim, creio que a última festa da Glória³⁰¹, a última genuína, foi a da Lucíola³⁰², que nos descreveu o Alencar³⁰³.

Também é certo que as coisas passam menos do que nós passamos, e que a velhice delas é muita vez o cansaço dos nossos olhos. Questão de óculos. A adolescência usa uns vidros claros ou azuis, que aumentam o viço e o lustre das coisas, vidros frágeis que nenhum Reis³⁰⁴ substitui nem conserta. Quebram-se e atiram-se fora. Os que vêm depois são mais tristes, e não sei se mais sinceros...

V

Se não ponho cõbro à pena, acabo falando em verso, a pior de todas as soluções em tempos eleitorais. Venhamos à prosa aguada, como a chuva que molhou a festa da Glória, a ponto de fazer transferir o fogo de artifício. Há umas festas só populares, outras só elegantes; a da Glória tem o dom de reunir os diversos

³⁰¹ Procissão em louvor a Nossa Senhora da Glória; a festa, até os dias de hoje, ocorre todo mês de agosto e dirige-se para o Outeiro da Glória, onde se encontra a igreja em homenagem à santa, construída no século XVIII.

³⁰² Personagem do romance homônimo de José de Alencar. Machado refere-se ao capítulo II, cena em que Paulo, rapaz do interior e recém chegado à Corte, conhece Lúcia, uma cortesã de luxo. Escreve Alencar: “A primeira vez que vim ao Rio de Janeiro foi em 1855. Poucos dias depois da minha chegada, um amigo e companheiro de infância, o Dr. Sá, levou-me à Festa da Glória, uma das poucas festas populares da corte. Conforme o costume, a grande romaria desfilando pela Rua da Lapa e ao longo do cais, serpejava nas fraldas do outeiro e apinhava-se em torno da poética ermida, cujo âmbito regurgitava com a multidão do povo.”

³⁰³ José Martiniano de Alencar (1829-1877), jornalista, político, orador, crítico, polemista, cronista, dramaturgo e romancista é considerado o grande nome da prosa romântica brasileira, autor do projeto de construção de uma literatura brasileira, o qual se aproveita do elemento indianista para forjar uma identidade nacional.

³⁰⁴ Trata-se de José Maria do Reis, proprietário da *Antiga Casa de Optica*, que funcionava à Rua do Hospício, 71. O *Almanack Laemmert* de 1853, já trazia anúncio do estabelecimento do Sr. Reis: “Tem sempre o maior e mais completo sortimento que é possível obter de todos os objetos pertencentes á óptica, como sejam olhos para nariz, teatro, alcance, telescopios, ...”

aspectos; trepam a ladeira, a roçar um por outro, o vestido de sêda e o de chita; lá se vê o toucado da moça *fashionable*, levando atrás de si a trunfa da preta baiana. Uns vão de cupê, outros de bonde, outros a pé; e sobe e desce o rio de gente variegada, salpicada, misturada; pequena imagem do vale de Josafá³⁰⁵.

O pior é que mais de uma moça tinha os olhos no baile da secretaria de estrangeiros, e fatigou-os em vão. Nem baile nem simples partida familiar. Para as moças é grave o assunto; é grave e tétrico. A vida, ao parecer dessa encantadora porção da humanidade, é um perpétuo *en avant deux*, com intervalos de valsa de Strauss,³⁰⁶ um cotilhão e chocolate no fim. Intervalem êsse trabalho com um pouco de ópera e outro pouco de passeio: eis resolvido o problema da existência humana, quer venhamos do barro de Moisés³⁰⁷, quer do macaco de Darwin³⁰⁸. E que outra coisa poderemos exigir das moças? Para as doutôras, tenho o horror de Proudhon³⁰⁹; a mãe dos Gracos³¹⁰ morreu; e a Teixeira Lopes³¹¹ ficou em Paris.

Posso falar assim, sem medo, agora que as mais belas da cidade estão no teatro lírico, a ouvir a *Aída*³¹², a ópera que mais caiu no coração fluminense. É a primeira exibição êste ano; estréiam dois cantores; casa cheia, *toilettes* únicas; uma festa de estrondo.

VI

Não é meu costume falar de livros nesta crônica; abro uma exceção, aliás três. A primeira é para mencionar uma publicação dos acadêmicos de S. Paulo,

³⁰⁵ O vale de Josafá, também chamado de Cedron, está entre Jerusalém e o Monte das Oliveiras. Para os cristãos é o vale onde ocorrerá o Julgamento Final. O terceiro capítulo, versículo 12, do livro bíblico de Joel, faz menção ao vale: “Movam-se as nações, e subam ao vale de Josafá; porque ali me assentarei, para julgar todas as nações em redor.” Machado evidentemente a ele se refere devido ao ajuntamento de pessoas.”

³⁰⁶ Johann Strauss (1825-1899), o compositor austríaco é considerado o melhor compositor de música ligeira do seu século, foi o autor de cerca de 500 peças de dança. Após 1872 dedicou-se sobretudo à composição de operetas.

³⁰⁷ Moisés, profeta israelita da Tribo de Levi. De acordo com a tradição judaico-cristã, Moisés foi o autor dos cinco primeiros livros do Antigo Testamento, o Pentateuco. É visto pelos judeus como o principal legislador e um dos principais líderes religiosos.

³⁰⁸ Charles Robert Darwin (1809-1882), naturalista britânico, que se notabilizou por convencer a comunidade científica da ocorrência da evolução e propor uma teoria para explicar como ela se dá por meio da seleção natural e sexual.

³⁰⁹ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), anarquista e de origem humilde, em 1840, publica *Qu'est-ce que c'est la propriété?*, livro que o tornará conhecido; afirma que “la propriété c'est le vol” e defende que “l'anarchie c'est l'ordre”, razão pela qual é levado à justiça, porém absolvido.

³¹⁰ Cornelia Scipionis Africana (190 a.C.-100 a.C.), matrona romana do século II a.C., mãe dos irmãos Gracos (Tibério e Caio Graco), conhecida pela sua virtude e força de caráter.

³¹¹ Impossível precisar quem seria Teixeira Lopes devido à grande disseminação do nome; entretanto, à época, a Sociedade de Beneficência D. Pedro V do Rio de Janeiro agraciou com bolsa de estudos para estudar escultura em Paris o escultor José Joaquim Teixeira Lopes, cuja esposa chamava-se Raquel Pereira Meireles Teixeira Lopes. A família, porém, era da cidade do Porto.

³¹² Ópera em quatro atos de Giuseppe Verdi (1813-1901) e libreto de Antonio Ghislazoni, cuja estréia mundial deu-se na Casa da Ópera, no Cairo, em 24.12.1871. Esta obra foi composta por encomenda do governo egípcio para a inauguração e em comemoração da abertura do Canal de Suez.

Direito e Letras, revista do Ateneu Jurídico e Literário³¹³, a cuja frente vejo dois nomes dos mais esperançosos. Tristão da Fonseca e Afonso Celso Júnior³¹⁴. O corpo da redação corresponde aos distintos diretores. O primeiro número revela talento e estudo; e parece ser um prenúncio de vida, de cuja falta aliás se queixa um dos colaboradores, lastimando a apatia acadêmica. Não há apatia onde se pode empreender um trabalho desta ordem.

Vem igualmente de S. Paulo o outro livro, o *Marido da Doida*³¹⁵, drama de um distinto escritor, o Dr. Carlos Ferreira³¹⁶, já representado nesta côrte, com aplauso do público e da imprensa. Não obstante as incertezas próprias de um talento, que não chegou ainda à inteira maturidade, é trabalho de merecimento e de esperanças... De esperanças, para quê? O Dr. Carlos Ferreira cultiva um gênero que pouco tem vivido, e ora parece morto. **Diz-se que o francês não tem *la tête épique***³¹⁷; pode dizer-se que o brasileiro não tem a cabeça dramática; nem a cabeça nem o coração. Tempo houve em que puderam aparecer e ser louvados alguns dramas e comédias; mas, a espaços, por motivos de ocasião. Por agora, a ocasião passou.

Resta dizer aos leitores que já temos um comêço de *Dicionário Universal*³¹⁸, em nossa língua pelo plano do de Larousse; é editado em Lisboa, pelo Sr. Francisco de Almeida³¹⁹, que o dirige e coordena, e atualmente se acha nesta côrte. A primeira caderneta pareceu-me revelar uma obra completa. Assim persevere o diretor da emprêsa e não o abandonem os estudiosos.

Pelos idos de 1878, o cronista combativo que bebericava na fonte da política e produzia crônicas contundentes à moda daquelas do *Diário*, já há muito se transformara. A mudança talvez date dos últimos tempos de sua estada no jornal, período que marcou a ascensão dos liberais ao governo e o afastamento de Machado das notícias políticas. Neste ano, acabara de publicar seu quarto romance,

³¹³ *Direito e Letras, Revista Acadêmica do Atheneu Jurídico e Litterario*, lançada em 1.8.1878. Tristão de Fonseca era responsável pela parte jurídica e Afonso Celso pela parte literária.

³¹⁴ Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior (1860-1939), fundador da cadeira 36 da Academia Brasileira de Letras.

³¹⁵ Em 1.12.1877, na *Ilustração Brasileira*, Machado tece rápida crítica ao texto dramático, que à época fora representado na Corte; no Teatro S. Luís. Não há qualquer referência ou depósito do livro na Biblioteca Nacional.

³¹⁶ Também sobre o dramaturgo, o que se pode afirmar é o que Machado cita na crônica de 1.12.1897: “Como poeta e jornalista era já conhecido do nosso público o nome do jovem rio-grandense.”

³¹⁷ VOLTAIRE. *Oeuvres Completes*. Poésies. Tome I. Paris: Chez, Thomine Et Fortic, Libraires, MCCCXXI (1821), p. 369. Diz Voltaire : « Je me souviens que lorsque je consultai, il y a plus de douze ans, sur ma *Henriade* feu M. Malézieux, homme qui joignait une grande imagination à une littérature immense, il me dit : ‘Vous entreprenez un ouvrage qui n’est pas fait pour notre nation; les Français n’ont pas la tête épique.’ »

³¹⁸ Trata-se do *Diccionario Universal portuguez ilustrado*, editado entre os anos de 1882 e 1887.

³¹⁹ Francisco de Almeida (1838-1918)

Iaiá Garcia, e, partiria para Nova Friburgo, onde conceberia aquele que seria um marco na literatura brasileira - *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A combatividade do cronista agora se exime do confronto direto³²⁰ e, por conseguinte, em sua escrita, o discurso é revestido de matiz puramente literário, não raro metafórico e de forte apelo intertextual dada à quantidade de empréstimos, evidenciados ou não. O real indiciado, na crônica, já não é apenas notícia, passa pelo filtro ficcional: a crônica preocupada em preservar o circunstancial, em Machado se distancia do relato do acontecimento e do fato *tout court*, para se inscrever em instância em que a notícia se desprende, se articula entre fato e tradição literária, donde a possibilidade de explorar aspectos sobretudo psicológicos, muitas vezes, por meio de clichês, alusões e referências, de modo a evidenciar um resultado técnico e objetivo da prática intertextual, enfim, um trabalho constante da memória da escritura, uma espécie de eco que traz sinais daqueles que nos precederam e presságios dos que estarão por vir.

A aridez da notícia se funde ao verniz literário, único recurso capaz de se sobrepor à crueldade do real que, em suas *singulares mutações*, supera em largo a imaginação. Tal qual a deliciosa crônica em questão. A conjugação com o literário é evidente: toca logo de cara na pendenga que por muito tempo afastou os franceses do gênio shakespeariano, na medida em que se recusavam a abandonar o conjunto de regras imposto pelo classicismo francês; segundo nosso cronista, opção que obriga o poeta ao papel do *asno ordeiro e regrado, que obedece às posturas e ao chicote*.

Embora Voltaire tenha em algum momento afirmado haver na obra do gênio inglês “tant de fautes grossières”, ou dito ainda que “on ne peut prononcer au Louvre ce que Shakespeare prononçait si familièrement devant la reine Elisabeth”, acabou por admitir que no bardo “il avait entrevu des beautés”³²¹. Ora, no *Essai sur la poésie*

³²⁰ De fato Machado experimenta agora o que previra em 15.9.1862, nas páginas de *O Futuro*, em conselho à sua pena: “Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras, de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretenciosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar.”

³²¹ LEPAPE, Pierre. Op. Cit., p. 30. Veja página 396.

épique, que o próprio autor afirmou tratar-se de uma introdução ao seu pretendido poema épico *La Henriade*, Voltaire discursa sobre a epopeia, elenca poemas e poetas épicos e se adentra para a circulação da literatura, no caso, o gênero – a epopeia, que em diferentes países adquire características múltiplas, advindas do matiz e da saga locais. Sua atenção se volta então para o rigor do classicismo francês em contraponto à liberdade reinante nas letras inglesas, e comenta as peças de Shakespeare: “Ces pièces sont des monstres en tragédie. Il y en a qui durent plusieurs années; on y baptise au premier acte le héros, qui meurt de vieillesse au cinquième; on y voit des sorciers, des paysans, des ivrognes, des bouffons, des fossoyeurs qui creusent une fosse, et qui chantent des airs à boire en jouant avec des têtes de mort. Enfin imaginez ce que vous pourrez de plus monstrueux et de plus absurde, vous le trouverez dans Shakespeare.”

Descoberto o conteúdo do *Essai*, se pode entrever no início da crônica a retomada do argumento voltairiano com Shakespeare a introduzir o rústico delegado Porfírio e sua absurda aventura, especulação que ganha força na aferição do intertexto, o aforismo *les Français n'ont pas la tête épique*, extraído do ensaio. Em tom paródico, Machado parte da Síria, singra os mares na galera de Pompeu (referência a *Antony and Cleopatra*³²² de Shakespeare), desembarca no jardim dos Capuletos, para em seguida, num roteiro tão rocambolésco quanto o de *Candide*, navegar rumo a Macaúbas a tempo de presenciar o naufrágio do capitão Porfírio. A viagem exemplifica a tese anteriormente proposta, a do real diluído pela ficção.

O relato do cronista, embora se escore no evento real do capitão Porfírio e suas ações ilegais na cidade de Macaúbas, na Bahia, se desprende da notícia e se insere no domínio do ficcional ao se aproximar do repertório shakespeariano, para em seguida, num exemplo de circulação literária, enredar com seus liames outro capitão - Coriolano, esse também, um rebelde que deixou a notícia para se eternizar nas páginas de Plutarco. Metaforicamente, a alma de Coriolano, *transmigra[da] de corpo em corpo, até meter-se na pele do ex-delegado*. Dessa forma o real é volatizado pela ficção em duas estâncias; a primeira, no fato de que a sequência de desdobramentos dos atos do ex-delegado se aproxima da habilidade

³²² Trata-se do Ato II, cena VII: *On board Pompey's galley, off Misenum*.

dramática de Shakespeare em deslocar personagens e ações em *saltos violentos* de modo a constituir um universo ficcional; a outra, porque a aventura do ex-delegado Porfírio é relativizada, destituída de sua ilicitude e, se antes parecia absurda, agora, acomodada à saga heroica do general romano, através do conluio da tradição literária com o circunstancial ocorrido no espaço da crônica, não só é plausível como ganha uma *nesga* de heroico.

A vertente poética do intertexto também aponta e se desenvolve a partir da ficção - a referência a Shakespeare, pois ao indiciar o teatro como o campo da representação, dá lugar para que a literatura atraia a literatura, numa flutuação entre gêneros: o dramático e o épico. Explica-se: é como se o cronista, por alguns instantes, aventasse para o simulacro do real na narrativa, o drama, gênero capaz de pontuar a degenerescência moral do ex-delegado Porfírio. Contudo, a mudança do delegado foi abrupta e, haja vista sua vida pregressa, sua rebeldia não foi *uma vocação subjugada*, isto é, não seguiu o curso natural do drama em que uma ação provoca e determina outra. Ademais, o drama não conseguiria dar conta da *nesga de heróico* entrevista nas ações do delegado, tal qual arrebanhar homens e invadir a cidade, ainda que a causa fosse, como parece ser, um princípio, uma razão individual, isto porque as consequências se estendem para além do espaço particular do drama, para o espaço ampliado e público do épico.

Ora, ao justapor Porfírio a Coriolano pela similitude de suas ações, o cronista destitui os feitos do primeiro de qualquer natureza policialesca ou marginal, para alçá-los parodicamente à condição de feitos heroicos, transformação possível graças ao efeito que a tradição literária confere ao real imediato, quando a ele associada.

Por meio de aportes teóricos aplicados à crônica, vê-se que nessa transposição do drama para o épico, atua a minimização³²³, de maneira a incorporar e ajustar a fonte à nossa sociedade fluminense, na esteira do que dissera Alencar. Tem-se então o apequenamento do épico na figura do capitão Porfírio. A grandiosidade histórica de Pompeu e Coriolano, alimentada pelo imaginário e solidificada pelas narrativas de Shakespeare e Plutarco, degenera-se e é reduzida a

³²³ Sobre isto ver PASSOS, Gilberto P. *A poética do legado: a presença francesa em Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Annablume, 1996.

melodrama quando transmigrada para a pessoa de Porfírio e suas peripécias, donde a recuperação do intertexto voltairiano ulterior - *les Français n'ont pas la tête épique*, o que equivale inferir que se o cronista, num primeiro momento, lança o ex-delegado à condição de herói para, logo em seguida, destituí-lo de seu posto, tal decisão deve-se também ao meio no qual ele está inserido, diga-se, meio que não privilegia a presença do épico. No entanto, *desde que Porfírio não é Porfírio, mas sim a alma do famoso herói*, terá o leitor o seu herói, ainda que em ponto diminuto e em correspondência com a fonte, que soa infinitamente e multiplica ecos em sua consciência literária.

Ora, o acréscimo de sentido pretendido pelo cronista através de sua escrita polifônica é amparado, como já visto, no domínio da tradição; uma vez o sentido agregado à narrativa, esta, no novo contexto em que foi inserida e no empenho em responder à intenção do cronista, se organiza de modo a fazer da crônica gênero fronteiro ao conto e ou mesmo à sátira, a exemplo do vigário indeciso entre as camisas azuis e as camisas amarelas. O jogo de antíteses iniciado com o capitão de Macaúbas que se bandeia para o crime, ganha respaldo com as Termópilas, anacronismo que nos remete ao relato de Heródoto e a traição de Elfiates³²⁴. O mesmo se dá com o vigário de Itambé pego em traição partidária e Pampín, o recém aclamado governador de Corrientes em revolução contra o poder central argentino.

A leveza da crônica ganha espaço com os acontecimentos mundanos não sem antes resvalar na seriedade das eleições, o que *afeiçoa o eleitor ao seu papel e à sua responsabilidade*; e, desdobramentos tal qual a festa da Glória, a diversidade de tipos e as mocinhas de olhos pregados no baile da secretaria dos estrangeiros são as futilidades que tecem a trama repleta de fios intertextuais: no novelo Proudhon, Darwin, Moisés, os Gracos e Voltaire.

O *Marido da Doida*, drama do Dr. Carlos Ferreira, hoje completamente esquecido, já fora comentado por Machado quando de sua representação na cidade

³²⁴ Soldado grego que nas Guerras Médicas, revelou a Xerxes o caminho pela montanha até a região das Termópilas, onde estavam entrincheirados os espartanos sob o comando do rei Leônidas I, que pereceu no combate.

do Rio de Janeiro, em crônica repleta de ironia³²⁵ que só completa o que diz nesta, agora sob análise. Lá, como aqui, Machado não encoraja muito o autor: em 1877 foi morno no entusiasmo, valeu-se das reservas publicadas na imprensa e ventiladas pelo público para afirmar que *a tese do drama é um pouco escabrosa*, porém, aconselha-o perseverar como autor, pois afinal *é ainda moço, tem talento*. Aqui, diante do texto publicado, reitera os conselhos a Carlos Ferreira, embora desconfie da esperança, tal qual Voltaire desconfiara do sucesso de sua *Henriade* ao ouvir o veredicto de M. de Malézieux.

Importante ainda lembrar outra crônica de Machado já mencionada no primeiro capítulo deste trabalho,³²⁶ na qual afirma: “O nosso teatro é um mito, uma quimera”. A constatação de que *o Dr. Carlos Ferreira cultiva um gênero que pouco tem vivido, e ora parece morto*, é um desestímulo que ganha sonoridade no intertexto de Voltaire: *diz-se que o francês não tem la tête épique*. Ora, aqui se vê um caso de honesta apropriação em que o elemento intertextual se acomoda a um idioma estranho e ainda assim mantém seu vigor e força. Machado não poderia citar Voltaire como o autor do aforismo, mesmo porque ele não o foi, no entanto, manteve *la tête épique*, o que nos remete diretamente ao gênio francês, ou ao menos, à *tête épique* que ele pretendia.

Voltaire seguramente conhecia os gregos, os italianos e os ingleses e recomendava a leitura destes, como não desconhecia que a ocorrência do épico exige, sobretudo, condições históricas as quais o gênio não pode superar por si mesmo, isto é, a verdadeira epopeia nasce de um trabalho onde a imaginação popular conta tal qual o talento do autor que a redigiu.

Embora pretendesse dar à França sua epopeia, Voltaire sabia da reserva de seus contemporâneos em relação a um gênero já em vias de desaparecimento. Ao concluir seu ensaio relata: « Je me souviens que lorsque je consultai, il y a plus de

³²⁵ Na crônica de 1.12.1877, na *Ilustração Brasileira*, escreve Machado: “Notou-se que na semana passada foram representadas três peças nacionais. Três peças! Já uma era de fazer pasmar. Em matéria teatral, orçamos pela alfaiataria, é de Paris que nos chegam as modas. Paris teatral é como os seus grandes é como os seus grandes depósitos de roupas; tem de tudo, para todos os paladares, desde o mimoso até o sangrento, passando pela tramóia.”

³²⁶ Veja nota 27.

douze ans, sur ma *Henriade* feu M. de Malezieux³²⁷, homme qui joignait une grande imagination à une littérature immense, il me dit: 'Vous entreprenez un ouvrage qui n'est pas fait pour notre nation; les Français n'ont pas la tête épique.' Ce furent ses propres paroles, et il ajouta: 'Quand vous écrieriez aussi bien que MM. Racine et Despréaux, ce sera beaucoup si on vous lit.' »

Ora, o conselho ao Dr. Carlos Ferreira segue na mesma direção; se o francês não tem *la tête épique*, o brasileiro não a tem sequer dramática; e mais, tampouco seu coração padece do mesmo mal, o que equivale dizer que sem emoção, inútil querer o drama, este reduzir-se-á ao real, ainda assim, capaz de surpreender, daí os fatos na crônica representados enquanto um simulacro do real. O diálogo intertextual, se deslocado para o histórico de Machado, adquire vigor extraordinário e desconcertante para um cronista ativo no cenário combalido das artes teatrais no país, seja como espectador, dramaturgo, censor ou, sobretudo, entusiasta, e se propaga, ainda, até a esfera do leitor, alertando-o de que não espere pelo épico, tampouco pelo drama, mas que interprete o real como se fosse, ainda que parodicamente, qualquer um deles.

³²⁷ Nicolas de Malézieux (1650-1727), homem de letras, helenista e matemático francês.

1.9. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 21.10.1894, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 2º volume* (1894-1895). Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 205-210.

21 de outubro de 1894

Tôda esta semana foi de amôres. A *Gazeta*³²⁸ deu-nos o capítulo esotérico do anel de Vênus³²⁹ desenhado a traço grosso na mão aberta do costume. Da Bahia veio a triste notícia de um assassinato por amor, um cadáver de moça que apareceu, sem cabeça nem vestidos. Aqui foi envenenada uma dama. Julgou-se o processo do bígamo Lousada³³⁰. Enfim, o intendente municipal Dr. Capelli³³¹ fundamentou uma lei regulando a prostituição pública, __ “a vaga Vênus”, dizia um finado amigo meu, velho dado a clássicos.

Outro amigo meu, que não gostava de romances, costumava excetuar tão-sòmente os de Júlio Verne³³², dizendo que neles a gente aprendia. O mesmo digo dos discursos do Dr. Capelli. Não são simples justificações rápidas e locais de um projeto de lei, mas verdadeiras monografias. Que se questione sôbre a oportunidade de alguns desenvolvimentos, é admissível, mas ninguém negará que tais desenvolvimentos são completos, e que o assunto fica esgotado. Quanto ao estilo, meio didático, meio imaginoso, está com o assunto. Na história há Macaulay³³³ e

³²⁸ *Gazeta de Notícias*, periódico que circulou de agosto de 1875 a 1942 na cidade do Rio de Janeiro. Fundado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, foi inovador em seu tempo, abriu espaço para a literatura com a publicação de folhetins e debatendo as grandes questões nacionais. O prospecto da edição inaugural de 2 de agosto de 1875 informava: “Além d’um folhetim romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores.” Anti-monarquista e abolicionista, nela colaboraram José do Patrocínio, sob o pseudônimo de *Prudhome*, Capistrano de Abreu, Machado de Assis e os portugueses Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, entre outros. Veja também nota 369.

³²⁹ Na quiromancia, linha que se origina entre os dedos de Júpiter e Saturno (indicador e médio), contorna o Monte de Saturno, e termina entre os dedos de Apolo e Mercúrio (anular e mínimo). Na leitura quiromântica, a existência de tal linha denota certa fragilidade da mente humana, porém, aquele que a possui em toque profundo, tem propensão a tornar-se escritor. Tê-la conjugada a um longo polegar é garantia e grandes chances de tornar-se poeta.

³³⁰ Em 23.10.1894, Machado volta a Lousada, quando comenta as complicações que o caso de bigamia apresentara. Em 19.2.1894, Machado tratara de um certo Sr. Lousada, de Blumenau, um caso polêmico da época que instigou o clamor popular. No entanto, o cronista não revela qual teria sido o crime cometido pelo réu, que acabou solto, dado que poderia revelar tratar-se da mesma pessoa - ou não.

³³¹ Trata-se do Dr. João Baptista Capelli, do 1º Conselho Municipal (1892-1895), que teve atuação parlamentar direcionada para as questões da instrução pública e da salubridade da cidade, incluindo-se aí o problema da habitação popular.

³³² Jules Verne (1828-1905), escritor francês, é considerado pela crítica o precursor do gênero de ficção científica, já que praticamente previu em seus livros o aparecimento de novos avanços científicos, como os submarinos, máquinas voadoras e a viagem à Lua. O autor já foi muito popular no Brasil.

³³³ Thomas Babington Macaulay, 1º Barão de Macaulay, (1800-1859), poeta, historiador e político *whig* britânico do século XIX, um dos dois membros do parlamento para Edimburgo. Escreveu extensivamente sobre a história britânica, produzindo ensaios e críticas.

Michelet³³⁴, e tudo é história. Nas nossas câmaras legislativas perde-se antes por sêco e desornado. Moços que brilharam nas associações acadêmicas e literárias entendem que, uma vez entrados na deliberação política, devem despir-se da clâmide e da metáfora, e falar chão e natural. Não pode ser; o natural e o chão têm cabida no parlamento, quando são as próprias armas do lutador; mas se êste as possui mais belas, com incrustações artísticas e ricas, é insensato deixá-las à porta e receber do porteiro um canivete ordinário.

Amor! assunto eterno e fecundo! Primeiro vagido da terra, último estertor da criação! Quem, falando de amor, não sentir agitar-se-lhe a alma e reverdecer a natureza, pode crer que desconhece a mais profunda sensação da vida e o mais belo espetáculo do universo. Mas, por isso mesmo que o amor é assim, cumpre que não seja de outro modo, não permitir que se corrompa, que se desvirtue, que se acanalhe. Onde e quando não fôr possível tolher o mal, é necessário acudir-lhe com a lei, e obstar à inundação pela canalização. Creio ser esta a tese do discurso do Sr. Capelli. Não a pode haver mais alta nem mais oportuna.

Direi de passagem que apareceram ontem alguns protestos contra dous ou três períodos do discurso, vinte e quatro horas depois dêste publicado, por parte de intendentes que declaram não os ter ouvido. Não conheço a acústica da sala das sessões municipais; não juro que seja má, visto que o texto impresso do discurso está cheio de aplausos, e houve um ponto em que os apartes foram muitos e calorosos. Um dos intendentes que ora protestam atribui as injustiças de tais trechos à revisão do manuscrito. Assim pode ser; em todo caso, as intenções estão salvas.

O que fica do discurso, excluídos êsses trechos, e mais um que não cito para não alongar a crônica, é digno de aprêço e consideração. Não há monografia no amor, digna de tal nome, que não comece pelo reino vegetal. O Sr. Capelli principia por aí, antes de passar ao animal; chegando a êste, explica a divisão dos sexos e o seu destino. Num período vibrante, mostra o nosso físico alcançando a divinização, isto é, vindo da promiscuidade até Epaminondas³³⁵, que defende Tebas³³⁶, até Coriolano³³⁷, que cede aos rōgos da mãe, até Sócrates, que bebe a cicuta. Todos os nomes simbólicos do amor espiritual são assim atados no ramilhete dos séculos, Colombo, Gutenberg, Joana D'Arc, Wether, Julieta, Romeu, Dante e Jesus Cristo. Feito isso, como o principal do discurso era a prostituição, o orador entra neste vasto capítulo.

³³⁴ Jules Michelet (1798-1874), historiador francês. Suas principais obras: *Introduction à l'Histoire universelle* (1831) e *Histoire de France* (1833-1841).

³³⁵ Epaminondas (418. a.C. – 362. a.C.), general e político grego do século IV a.C., foi responsável pela condução de mudanças na cidade-estado de Tebas transformando-a na nova potência hegemônica da Grécia, em substituição a Esparta.

³³⁶ Tebas foi uma cidade-estado grega, antiga aliada de Esparta. Aproveitando-se do enfraquecimento do exército espartano após a Guerra do Peloponeso, rebelou-se e expulsou os exércitos espartanos de seu território (batalha de Leutras, em 371 a.C.).

³³⁷ Veja crônica 1.8., nota 292.

O histórico da prostituição é naturalmente extenso, mas completo. Vem do mundo primitivo, Caldéia³³⁸, Egito, Pérsia, etc., com larga cópia de nomes e ações, mitos e costumes. Daí passa à Grécia e a Roma. As mulheres públicas da Grécia são estudadas e nomeadas com esmêro, os seus usos descritos minuciosamente, as anedotas lembradas ___ lembradas igualmente as comédias de Aristófanos, e todos quantos, homens ou mulheres, estão ligados a tal assunto. Roma oferece campo vasto, desde a lôba até Heliogábalo³³⁹. Não transcrevo os nomes; teria de contar a própria história romana. Nenhum escapou dos que valiam a pena, porém, de imperadores ou poetas, de deusas ou matronas, as instituições com os seus títulos, as depravações com as suas origens e conseqüências. Chegando a Heliogábalo, mostrou o orador que a degeneração humana tocara o zênite. “O momento histórico era solene, disse êle, foi então que apareceu Cristo.”

Cristo trouxe naturalmente à memória a Madalena, e depois dela algumas santas, cuja vida impura se regenerou pelo batismo e pela penitência. A apoteose cristã é brilhante; mas história é história, e fôrça foi dizer que a prostituição voltou ao mundo. Na descrição dessa recrudescência do mal, nada é poupado nem escondido, seja a hediondez dos vícios, seja a grandeza da consternação. Aqui ocorreu um incidente que perturbou a serenidade do discurso. O orador apelou para um novo Cristo, que viesse fazer a obra do primeiro, e disse que êsse Cristo novo era Augusto Comte...

Muitos intendentos interromperam com protestos, e estavam no seu direito, uma vez que têm opinião contrária; mas podiam ficar no protesto. Não sucedeu assim. O Sr. Maia de Lacerda³⁴⁰ bradou: *Oh! oh!* e retirou-se da sala. O Sr. Capelli insistiu, os protestos continuaram...

O Sr. Barcelos³⁴¹ afirmou que o positivismo era doutrina subversiva. Defendeu-se o orador, pedindo que lhe respeitassem a liberdade de pensamento. Travou-se diálogo. Cresceram os *não-apoiados*. O Sr. Capelli parodiou **Voltaire**³⁴², dizendo que, se Augusto Comte não tivesse existido, era preciso inventá-lo. O Sr.

³³⁸ A Caldeia era uma região no sul da Mesopotâmia, principalmente na margem oriental do rio Eufrates, no entanto, não raro o termo é usado para se referir a toda a planície mesopotâmica.

³³⁹ Heliogábalo (203-222), também conhecido como Elagábalo ou Marco Aurélio Antonino (*Marcus Aurelius Antoninus*), foi Imperador Romano da Dinastia Severa que reinou de 218 a 222. Nascido Sexto Vário Avito Bassiano, (*Sextus Varius Avitus Bassianus*), era sírio, e filho de Júlia Soémia e de Sexto Vário Marcelo. Durante a sua juventude, serviu como sacerdote do deus El-Gabal na sua cidade natal, Homs.

³⁴⁰ João Baptista Maia de Lacerda participou do 1º Conselho Municipal (1892-1895).

³⁴¹ Alfredo Augusto Vieira Barcellos (1853-1930), republicano, 1º Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro), na qualidade de Presidente do Conselho de Intendência Municipal, de 3 a 19.12.1892. Foi também vereador e presidente da Câmara Municipal.

³⁴² VOLTAIRE. *Oeuvres complètes, Nouvelle Édition revue par M. Léon Thiessé*. Paris: Pourrat Frères et C^{ie}, MDCCCXXXI (1831), p. 257. *Epître CIV à l'auteur du livre des Trois Imposteurs*.

Pinheiro³⁴³ bradou: “Chega de malucos!” Enfim, o orador, compreendendo que iria fugindo ao assunto, limitou-se a protestar em defesa das suas idéias e continuou.

Êsse lastimável incidente ocorreu na terceira coluna do discurso, e êle teve sete e meia. Vê-se que não posso acompanhá-lo, e, aliás, a parte que então começou não foi menos interessante. O discurso enumera as causas da prostituição. A primeira é a própria constituição da mulher. Segue-se o erotismo, e a êste propósito cita o célebre verso de Hugo: *Oh! n'insultez jamais une femme qui tombe!*³⁴⁴ Vem depois a educação, e explica que a educação é preferível à instrução. O luxo e a vaidade são as causas imediatas. A escravidão foi uma. Os internatos, a leitura de romances, os costumes, a mancebia, os casamentos contrariados e desproporcionados, a necessidade, a paixão e os D. Juans. De passagem, historiou a prostituição no Rio de Janeiro, desde D. João VI, passando pelos bailes do Rachado, do Pharoux, do Rocambole³⁴⁵ e outros. Nomeando muitas ruas degradadas pela vida airada, repetia naturalmente muitos nomes de santos, dando lugar a êste aparte do Sr. Duarte Teixeira³⁴⁶: “Arre! Quanto santo!”

Vieram finalmente os remédios, que são quatro: a educação da mulher, a proibição legal da mancebia, o divórcio e a regulamentação da prostituição pública. Tôda essa parte é serena. Há imagens tocantes. “No pórtico da humanidade a mulher aparece como a estrêla do amor.” Depois, vem o projeto, que contém cinco artigos. Será aprovado? Pode ser. Será cumprido?

Se as crônicas d'*A Semana* pertencem àquelas que - como bem o disse Corção³⁴⁷, “se servem dos fatos do tempo como pretextos para as divagações que escapam à ordem dos tempos”, esta figura como modelo exemplar. Os fatos da semana ali estão todos; porém, nenhum deles adquire relevância a ponto de obstruir as

³⁴³ Provavelmente trata-se de João da Silva Pinheiro Freire (1830-1904), médico que também foi delegado de polícia, delegado de higiene municipal de Governador e Paquetá, juiz de paz e intendente municipal. Dos que compunham o 1º Conselho Municipal (1892-1895), era o único cujo nome trazia *Pinheiro*.

³⁴⁴ Primeiro verso do poema homônimo de Victor Hugo, parte de uma compilação de poemas que o autor publicou em 1835 sob o nome de *Les Chants du Crépuscule*.

³⁴⁵ Em tese apresentada à Faculdade de Medicina (*Da prostituição em geral*. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1872), o Dr. Francisco Ferraz de Macedo cita toda série de “antros de prostituição” que se espalha pela parte central da cidade e seus arredores. Segundo Luís Carlos Soares que trata da prostituição na cidade do Rio de Janeiro em *Rameiras, Ilhoas e Polacas* (Ática, 1992, p. 46 e 47), tais “antros” “eram os bailes públicos, as sociedades de dança, os hotéis, as hospedarias e os teatros. Dos anos 1840 aos anos 1870, a organização de bailes em hotéis e outros estabelecimentos foi muito freqüente. Os bailes, segundo o médico, conjugado à venda de bebidas e ao jogo, funcionavam também como ‘receptáculos de rameiras e de quanto bagaxa e mariola havia nesta cidade’. Os bailes mais afamados foram os seguintes: do Hotel Pharoux; os bailes do Rachado, nas esquinas das ruas do Ourives e Assembléia, [...] Os hotéis e hospedarias que exploravam o meretrício eram inúmeros, mas o médico cita apenas o nome dos mais importantes: Bordeaux, Brazil, Etats-Unis, Provenceaux, Central, Phenix, Millan, Champs-Elysées, Capelle Rocambole e Andarahy.”

³⁴⁶ Parlamentar que também participou do 1º Conselho Municipal (1892-1895).

³⁴⁷ CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: *Machado de Assis – Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editôra, 1973, p. 328.

digressões do cronista, as quais embaralham fatos e literatura. A vanidade com que a notícia é apresentada - enquanto acontecimento e ação que se produziu, encaminha a narrativa para o literário; vã também soa a imoralidade e os vícios, presentes na origem delas, ao contrário do procedimento comumente adotado pelo cronista na maioria das crônicas d'*A Semana*, quando, a partir de uma notícia qualquer desbrava a essência de um comportamento ou de um pensamento e o comenta largamente.

A crônica em questão trata de temas perenes tais como a violência à mulher, a bigamia e a prostituição, os quais o cronista ilustra com fatos ocorridos à época. No entanto, tais acontecimentos confabulam para a construção de uma “narrativa” inteiramente direcionada à análise do discurso do Dr. Capelli. Não se trata exatamente de uma crítica; embora o autor o reconheça como meio didático e imaginoso, dele se serve para, de maneira enviesada, criticar a classe política, já a essa época destituída do amor às letras e praticante do *falar chão e natural*, ou seja, um expressar medíocre que só faz valorizar o discurso do intendente.

Alheio às notícias da semana, às quais é suposto que se referisse, o cronista envereda-se pelo desenvolvimento do discurso de modo a fazer dele o contraponto que sustenta sua crítica à classe política então em voga no parlamento. O resultado é a constatação de parlamentares presos a uma pseudomoralidade destituída de qualquer cunho científico, além do que privilegiam a discussão em âmbito metafísico a estendê-la para as questões práticas propostas pelo intendente Dr. Capelli.

A crônica machadiana é constituída de forma a valorizar o conhecimento literário transversal evidenciado por Capelli, do qual desponta uma enormidade de vultos históricos e escritores, dentre eles os franceses, Jeanne D'Arc, Auguste Comte, Jules Verne, Victor Hugo e Voltaire. O intertexto voltairiano, uma referência que adquire formas de uma *imple-citation*³⁴⁸, conforme termo forjado por alguns teóricos, no qual a citação, destituída das aspas que denunciam o discurso direto, é absorvida pelo texto receptor e a ele se integra de forma a perfazer a continuidade

³⁴⁸ SAMOYAUULT, Tiphaine. Op. cit., p. 12. Veja página 44. O autor trata do termo *imple-citation* ao referir-se à obra de Georges Perec, no qual a designa a *imple-citation* como a citação inteiramente fundida ao texto, diluída e então absolutamente enigmática. Aqui preferimos tratá-la simplesmente por referência.

da narrativa sem que o leitor se dê conta de que está frente a uma apropriação, aparece em forma de paródia nas elocuições do Dr. Capelli.

“Chega de malucos!” bradou o Sr. Pinheiro ao ouvir de Capelli que se Auguste Comte não tivesse existido era preciso inventá-lo. Ora, a interferência do intertexto dá-se nos moldes do que ocorrera a Voltaire tempos atrás. À época, Voltaire tido como o maior dos ímpios³⁴⁹ escreve uma carta na qual condena o autor do livro *Trois Imposteurs*³⁵⁰, numa mostra de que de fato não era ateu, mas um deísta. A paródia ao aforismo de Voltaire, no qual o Cristo é substituído por Auguste Comte, em muito denuncia, de um lado, a influência que o filósofo francês já exercia no meio cultural e político brasileiro, de outro, a resistência que provocava, principalmente entre os mais conservadores. Compará-lo ao Cristo soava como duplo sacrilégio.

Mas voltemos a Voltaire. Contextualizemos: no século XVIII considerava-se que a sociedade fundava-se em Deus. A questão que se colocava era a de saber se a ordem social seria possível sem Deus. Essa questão de certa forma levava a um questionamento mais geral: seria possível a moral sem Deus? Ou ainda: poder-se-ia usar da crença em Deus para introduzir as alterações que se acreditavam necessárias para a ordem social? Indo ainda mais longe: aquele que, de uma forma ou outra, acreditasse em Deus, poderia se valer dessa crença, para a salvaguarda da ordem política ou social, e destruir qualquer outra fé que não a sua? Inversamente, num outro extremo, poderia um ateu, com os mesmos fins, tentar inculcar em outros uma fé que ele nega em si mesma? Enfim, poderia a fé religiosa ser vista como uma forma de governo ou ser evocada para sustentar um meio qualquer de governo? Todas essas questões suscitavam discussões infinitas.

³⁴⁹ MIGNE, Jacques-Paul; VILLAUME, X. *Collection Intégrale et universelle des orateurs sacrés du premier et du second ordre*. Paris: M. L'Abbé Migne, 1854, p. 903-904. Diz o autor : « Écoutons les incrédules, les impies mêmes, tous ceux qui se piquent le moins de la religion, écoutez-les parler sur la Divinité : plus éloquentes souvent que les hommes les plus religieux, ils affectent de parler magnifiquement de Dieu : ‘Si Dieu n’existait pas, il faudrait l’inventer, a dit le plus fier impie de nos jours.’ »

³⁵⁰ A existência de blasfemadores que teriam acusado de impostura deliberada os dois profetas, judeu e muçulmano, Moisés e Maomé, assim como o messias cristão Jesus, parece ter estado sempre presente entre os eclesiásticos da Idade Média. No entanto, no século XVIII o tema entrou em voga com a publicação do livro *Trois Imposteurs* que circulou clandestinamente. O autor permanece desconhecido, no entanto, vários foram aqueles a quem se atribuiu a autoria, entre eles: Averroès, Frederico II, Boccacio, Pompanazzi, Maquiavel, Aretino, Bernardino Ochino, Michel Servet, Jérôme Cardan. Giordano Bruno, Marc-Antoine Muret, Vanini, Hobbes, Spinoza, Mathias Knutzen e o barão de Holbach entre os mais célebres.

Diante da negativa que se impunha a essas perguntas, a de que o homem não deveria se servir de Deus como um mero instrumento, Voltaire, tivesse sido ele um católico fervoroso, teria abusado da religião e colocado-a a serviço de fins terrenos, fossem eles a política, a moral ou o simples interesse particular? Impossível afirmar. Contudo, o célebre aforismo, que ganhou status de foro universal e foi infinitamente repetido³⁵¹, se para muitos de seus críticos soou como a afirmativa de que Deus é um ser fictício, criado para o conforto da raça humana, para outros, foi o reconhecimento pelo maior dos críticos da religião, da inegável existência de Deus.³⁵²

O fato é que a declaração apareceu pela primeira vez, em 1768, em um dos versos da epístola escrita pelo filósofo e dirigida ao anônimo autor do polêmico livro *Trois Imposteurs*, considerado um texto de virulento ateísmo. Voltaire parece ter engrossado o coro de que a obra figurava como um trabalho perigoso, pois colocava em cheque uma noção muito útil até então para as sociedades: a de que os criminosos seriam punidos em outra vida por um poder supremo, o que provocava forte dissuasão do crime, mesmo quando as forças policiais eram deficientes. Eis a estrofe em que o verso aparece na *Épître à l'auteur des Trois Imposteurs*:

“ ...

Consulte Zoroastre, et Minos, et Solon,
Et le martyr Socrate, et le grand Cicéron:
Ils ont adoré tous un maître, un juge, un père.
Ce système sublime à l'homme est nécessaire.
C'est le sacré lien de la société,
Le premier fondement de la sainte équité,
Le frein du scélérat, l'espérance du juste.
Si les cieux, dépouillés de son empreinte auguste,
Pouvaient cesser jamais de le manifester,

³⁵¹ Flaubert foi um dos autores que incluiu o aforismo em seu *Dictionnaire des idées reçues*.

³⁵² VOLTAIRE. *Oeuvres de Voltaire*. Introductions : BEUCHOT, Adrien Jean Quentin; LA HARPE, Jean-François de; MIGER, Pierre-Auguste-Marie. Paris : Firmin-Didot Frères, Libraires ; Léfèvre, vol. I, 1834, p. 85 (Éloge de Voltaire par M. de La Harpe de L'Académie Française), diz La Harpe : « Voltaire fut du moins un des plus constants adoreurs de la Divinité. 'Si Dieu n'existait pas, il faudrait l'inventer.' Ce beau vers fut une des pensées de sa vieillesse, et c'est le vers d'un philosophe. Quand on ira visiter le séjour qu'il a long-temps embelli et vivifié, on lira son nom sur le frontispice d'un temple simple et rustique, élevé, par son ordre et sous ses yeux, au Dieu qu'il avait chanté. » (Voltaire construira uma igreja em sua propriedade e pedira para nela gravar esta inscrição: **DEO EREXIT VOLTAIRE**).

Si Dieu n’existait pas, il faudrait l’inventer.

Que le sage l’annonce, et que les rois le craignent.

...³⁵³

No poema Voltaire desenvolve de uma forma geral a ideia de que a existência de Deus ou a crença nele ajuda a estabelecer a ordem social. Em seguida, Voltaire enumera sua contribuição para a eliminação de preconceitos e injustiças ao longo do século XVIII em versos tais como: “Je distinguai toujours de la religion/Les malheurs qu’apporta la superstition.” Ou ainda: “J’ai fait plus en mon temps que Luther et Calvin.” Ao final o poema ganha tons de sátira com os ataques de Voltaire aos seus inimigos. O texto em si revela muito das complexidades do autor, tanto de sua filosofia quanto de sua personalidade. Embora, ao longo de sua vida, sempre tenha atacado os abusos da Igreja, se posicionou quanto à liberdade de escolha de um credo e, não se pode esquecer, Voltaire foi educado por jesuítas no Colégio Louis-Le-Grand. Se ainda hoje é retratado como o opositor radical de qualquer sentimento religioso, isto se deveu em grande parte aos seus adversários.

Ora, mas qual é enfim a inferência do intertexto como um sistema operatório a alterar sentidos no interior da crônica? Em que a máxima voltariana se aproxima da elocução paródica de Capelli? Voltaire frente à impossibilidade de erradicar a inelutável presença divina disseminada entre os mais diferentes estratos sociais (e seguramente não objetivava isso) capitula e confirma a onipotência divina intervir na vida humana, ainda que isso vá de encontro à razão, ‘alma’ das *Luzes*. Como visto acima, uma assertiva móvel na boca de seus críticos, já que ora proclamam ter ele afirmado ser Deus um ser fictício, ora demonstram ter ele se

³⁵³ Voltaire trataria do assunto ainda outras vezes. Em correspondência ao Duc de Richelieu em 1.11.1770 afirma: “Au reste, je pense qu’il est toujours très bon de soutenir la doctrine de l’existence d’un Dieu rémunérateur et vengeur ; la société a besoin de cette opinion. Je ne sais pas si vous connaissez ce vers : ‘Si Dieu n’existait pas, il faudrait l’inventer.’” (VOLTAIRE, *Oeuvres complètes*. Correspondance générale. Tome VIII. Paris: Armand-Aubrée, Éditeur, 1830, p. 482). Ao Prince Royal de Prusse, em 28.11.1770, diz : “Ce qui révolte plus dans *Le Système de la nature* (après la façon de faire des anguilles avec la farine), c’est l’audace avec laquelle il décide qu’il n’y a point de Dieu, sans savoir seulement tenté d’en prouver l’impossibilité. Il y a quelque éloquence dans ce livre; mais beaucoup de déclamation, et nulle preuve. L’ouvrage est pernicieux pour les princes et pour les peuples. Si Dieu n’existait pas, il faudrait l’inventer. Mais toute la nature nous crie qu’il existe : qu’il y a une intelligence suprême, un pouvoir immense, un ordre admirable, et tout nous instruit de notre dépendance.” (VOLTAIRE, *Oeuvres complètes avec Préfaces, avertissements, notes, etc. par M. Beuchot*. Tome LXVI – Correspondance Tome XVI. Paris: Firmin Didot Frères, Libraires, MDCCCXXXIII (1833), p. 499-500. - *Le Système de la nature, ou Des loix du monde physique et du monde moral*, trata-se da obra filosófica de Paul Henri Thiry, o Barão d’Holbach, de 1770; segundo consta a obra foi escrita com a ajuda de Diderot e descreve o universo segundo as leis do materialismo filosófico.

rendido ao divino, o que equivale a denunciar certa falha nas ideias racionalistas das *Luzes*. No final das contas o que ficou é: Voltaire reconhece, ou, se vale de Deus.

Capelli, no entanto, se apropria da mesma essência contida na ideia de Voltaire e trabalha-a em sentido contrário. Afirmar a necessidade de um novo Cristo, embora também o reconheça, pois vê Comte como aquele capaz de realizar a obra do predecessor, sugere eliminá-lo (e substituí-lo por Comte), o que equivale a não precisá-lo mais, não se valer mais dele. Vejamos: Comte ao redigir seu *Sistema de política positiva*, destaca algumas das principais consequências de sua concepção não-teológica e não-metafísica do mundo, propõe uma interpretação pura e plenamente humana para a sociedade e sugere soluções para os problemas sociais. Esse compêndio de ideias de Comte, conhecido por filosofia positivista, nega que a explicação dos fenômenos naturais, assim como dos sociais, provenha de um só princípio. É uma visão positivista que erradica Deus ou a natureza como sua criação na origem das causas dos fenômenos e parte em direção à pesquisa de suas leis, que a partir de então serão vistas como relações abstratas e constantes entre fenômenos observáveis. A observação, a experimentação, a comparação e a classificação são elevadas à categoria de métodos para a compreensão da realidade social.

Em suma, se, na origem, o aforismo veicula a existência de Deus – ainda que fictício, como queriam alguns dos críticos de Voltaire, ao ser transposto para a crônica, na condição de paródia, o intertexto ganha sentido inverso. A dimensão no qual agora se insere é inteiramente destituída de qualquer aura religiosa. Não se discute mais a ingerência, ou não, da divindade nos atos humanos, mas sim, a transferência dessa ingerência, isto é, nos domínios do político e do social – como assinala Comte, o estágio positivo do espírito humano denota a transferência, a passagem, do poder espiritual para para a esfera e as mãos dos sábios e cientistas e, dando continuidade às ideias racionalistas de Voltaire, do poder material para o controle dos industriais, na ideia que ensaira em *Candide* de que “il faut cultiver notre jardin.”

Assim, o que desperta a ira dos parlamentares e, nas palavras do Sr. Barcelos, faz do positivismo uma doutrina subversiva é, na verdade, a modernidade implícita no discurso do Dr. Capelli, diga-se, modernidade que demonstra o lado

prático de se governar, cujos resultados não são pressupostos com a ajuda divina, mas sim, planejados, fundamentados e calculados. É o espírito positivo que instaura as ciências como investigação do real, do indubitável, do útil, do certo, enfim, do agir de maneira precisamente determinada.

À luz de nossos dias, a querela levantada pelos parlamentares a partir da afirmação de Capelli, assim como aquela que outrora envolvera Voltaire, se circunscreve no plano das ideias, contudo, na época em que vieram à baila, adquiriram tal força argumentativa que extrapolavam a retórica e interferiram na vida prática. Se na Europa a religiosidade ainda se mostrava robusta, malgrado as investidas das *Luzes*, no Brasil do século XIX, tal situação era mais acentuada. No país, o cenário que se apresentava era o de um ambiente extremamente místico. A Igreja intrometia-se nos negócios do Estado e nos afazeres dos cidadãos. As crenças, principalmente entre a população iletrada, tinham sua origem, sobretudo, em dogmas da Igreja. Mesmo entre a elite, hábitos e ritos religiosos faziam parte da vida cotidiana e marcavam momentos do desenvolvimento da vida pessoal. A literatura é pródiga em demonstrar isso: Brás Cubas e Bentinho são exemplos, em Machado, de personagens os quais, em algum momento, sofreram com a expectativa de se verem parte do clero. Em tal ambiente, nota-se a extensão e o rumor gerado pelas ideias positivistas que ora ganhavam terreno entre os intelectuais.

A Filosofia Positiva de Comte fundamenta-se na lei dos três estados: teológico, metafísico e positivo, através dos quais todas as ciências e o espírito humano se desenvolvem como um todo. Não por outra razão, tais ideias anunciavam uma mudança radical no ambiente místico do brasileiro do século XIX. Veja-se: no estado teológico (fetichista, politeísta e monoteísta) a imaginação desempenha papel relevante e o processo de observação dos fenômenos – como mencionado acima, reduz-se a poucos casos. A explicação da natureza, pelo homem, só é possível mediante a crença na intervenção de seres e forças sobrenaturais. O mundo se explica pelo divino e, para além de Deus – ou deuses e espíritos, o homem não coloca qualquer problema. Além de explicar a natureza, a mentalidade teológica, desempenha a função de coesão social e fundamenta a vida moral.

O problema não se coloca nem mesmo na transição para o estado metafísico, já que para os positivistas o país ainda vivia em um estado primitivo, ou seja, um misto de teológico e metafísico³⁵⁴. Nesse estado, a concepção de forças através das quais se podem explicar os diferentes grupos de fenômenos, em substituição aos deuses da fase teológica, são tímidas. Forças físicas e químicas, elementos vitais, sobretudo no estado positivo, o qual, em linhas gerais, propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica, embora as incorpore em uma filosofia da história, eram mínimas. Portanto, tal era a questão que se colocava: o abandono da religião em prol de uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento sob a ética humana.

Desconsiderando as questões políticas trazidas pelo Positivismo e, mesmo as religiosas, no universo literário da crônica, nosso autor se antecipa a todo o celeuma e destitui Deus de sua aura religiosa e onipotente para fazê-lo personagem literário. Ao retomar o aforismo voltairiano parodiado por Capelli, o cronista insere o Altíssimo em dimensão histórica. Deus e Voltaire se inscrevem como personagens de uma polêmica pontual ocorrida no universo literário francês. À época se equivaliam como personagens, tratava-se de Voltaire reconhecer, ou não, a existência de Deus. O reconhecimento implicava – como vimos, valer-se, ou não, da divindade para questões terrenas, ainda que tal divindade fosse irreal. O cronista não adentra questões religiosas, porém, apropria-se da polêmica e opta por aquilo que maneja com eficiência – o literário, e é a partir dele que constrói sua “narrativa”, de maneira a alimentar a circulação literária e trazer a seu leitor um pouco da memória que se perpetua ao longo desse trajeto.

³⁵⁴ MOTA, M. A. Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX Os que fazem a história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p. 56.

IV. Análise crítica – 2ª parte

Para uma melhor compreensão deste trabalho, achou-se por bem organizá-lo de maneira que a interpretação das crônicas se perfizesse em três diferentes partes: a primeira, composta pela análise individual de nove crônicas, nas quais a citação impera como prática intertextual, tratou-se de crônicas mais extensas, a maioria publicada em diferentes órgãos de imprensa entre os anos de 1860 e 1878, período, digamos, que se restringe à primeira fase do escritor, muito embora não tenha sido este o parâmetro de classificação e sim a diversidade das citações e dos meios de publicação; a segunda, compreende uma análise conjunta de seis crônicas, nas quais Machado fez uso de uma mesma referência – a obra *Candide* e, finalmente, a terceira, cujas referências estão estreitamente ligadas ao escritor francês e conjugadas a fatores os quais, uma vez associados ao seu nome, soam como atributos, donde o espírito de Voltaire, o riso de Voltaire, o conto de Voltaire, a língua de Voltaire.

Assim como se convencionou dividir a obra do romancista em duas fases distintas, o mesmo ousou fazê-lo ao referir-se ao cronista. Lúcia Miguel Pereira³⁵⁵ já destacara em sua biografia crítica as características do Machado *frondeur* da época do *Diário*, ousado e sem medo de opinar, e do homem maduro da *Gazeta*, prudente e que buscava salvaguardar sua intimidade, muito embora *resguardando sempre seu ponto de vista pessoal, liberal e livre-pensador*.

Se nas crônicas da primeira fase percebe-se que Machado, combativo, não só comenta os fatos, mas tem como intuito central, dar sua opinião a respeito deles – a qual, note-se, não deixa de aparecer de modo ficcionalizado, com a transmutação dos fatos em literatura, das crônicas da segunda fase, sobretudo nas de *A Semana*, emerge um homem sereno, ainda que a serenidade seja de superfície. Dessas páginas, nas quais o espírito humano é analisado, debatido e revirado à exaustão, surge o cronista irônico, relativista e duvidoso.

³⁵⁵ PEREIRA, Lúcia Miguel. Op. cit., p. 84. Veja páginas 82 e 83.

1.1. *Candide*

A *razão suficiente*, no sistema filosófico alemão, é o princípio segundo o qual nada acontece sem que haja uma causa ou ao menos uma razão determinante. Assim, para cada acontecimento, situação ou condição, há uma razão que os justifica como o que de melhor poderia haver, simplesmente porque Deus o quis, portanto, não poderia haver nada melhor. Tal assertiva equivale a afirmar que, malgrado o predomínio da miséria humana reinante no mundo, a qual condena o homem a situações degradantes, este, ainda assim, continua a ser o melhor dos mundos possíveis, enfim, um otimismo³⁵⁶ exacerbado ridicularizado por Voltaire. No conto filosófico *Candide*, o princípio preconizado por Pangloss, e uma das principais personagens, é o da *razão suficiente*, preceito vulgarizado por Voltaire através do aforismo *le meilleur des mondes*, na esteira da filosofia de Leibniz.

Tal otimismo conferiu a *Candide* o status de texto moderno e atual, uma vez que o otimismo e as teses providencialistas estavam então no centro das discussões. Por outro lado, os anos que precederam a redação do conto foram marcados por uma grande admiração pela ciência em geral e particularmente pelas teorias de Newton, as quais tiveram, na França, Voltaire como grande divulgador. Este, contrário à filosofia de Leibniz, cujas pesquisas lhe foram transmitidas por Frederico da Prússia, em 1736, sustenta que ideias, conceitos e a filosofia sejam ancorados no cotidiano e no material, ou seja, isentas de certo metafisicismo, a exemplo da filosofia leibniziana, que propõe o estudo do ser e da realidade vinculados às causas primeiras e aos primeiros princípios. Prova disso vem do próprio Voltaire que, em 1753, ao se instalar em Ferney, escreve para Mme Denis: “Il est bien doux d’être dans sa Maison, de la construire, de l’arranger.”³⁵⁷

³⁵⁶ LEIBNIZ, G. Wilhelm. *Essais de Théodicée sur la bonté de Dieu, la liberté de l’homme et l’origine du mal*. Tome Second. Lausanne: Marc-Mic. Bousquet & Comp., 1760. Sobre o otimismo providencial de Leibniz, vale a pena transcrever trecho (p. 12): “Cependant quand on dit que la *bonté seule* a déterminé Dieu à créer cet Univers, il est bon d’ajouter que sa bonté l’a porté antecederment à créer et à produire tout bien possible; mais que sa Sagesse en a fait le triage et a été cause qu’il a choisi le meilleur consequemment; et enfin que sa Puissance lui a donné le moyen d’exécuter actuellement le grand dessein qu’il a formé.” No parágrafo seguinte (p. 13), Leibniz acrescenta: “... que Dieu a fait le meilleur qui soit possible” e “qu’il est le seul dont l’exercice même soit absolument infini, rien ne pouvant empêcher Dieu de se déclarer pour le meilleur: et quelque vice se trouvant lié avec le meilleur plan possible, Dieu le permet.”

³⁵⁷ MICHA, Hugues. *Voltaire d’après sa correspondance avec Madame Denis: étude sur la sensibilité de Voltaire*. Paris: A. G. Nizet, 1972, p. 87.

Os acontecimentos de novembro de 1755³⁵⁸ fazem com que Voltaire se insurja contra a indiferença e a insensibilidade da filosofia aos fenômenos naturais que, de forma trágica, transtornam o espírito e a vida dos homens. O horror da Guerra dos Sete Anos, que eclode em 1756, também lhe perturba o espírito. Em correspondência à condessa de Saxe-Gotha (22.1.1757), não se contém e alfineta: “Que d’horreurs, madame, et que le meilleur des mondes possibles est affreux.”³⁵⁹

Nota-se, após os acontecimentos, Voltaire aterrorizado e pronto a reconsiderar toda a visão de mundo que recebera até então, razão pela qual se aflige, se indigna, questiona e se revolta. Não lhe concebe a ideia de que tragédias e crimes sejam necessários à busca da perfeição e à moral, porque delas resultariam um bem maior. *Candide* é fruto de um momento de rupturas e de desilusões. O ceticismo do gênio de Ferney, diante de um mundo pleno de ideias imobilistas, tal qual as de Leibniz, é direcionado para a literatura, donde *Candide*, um compêndio - ainda que paródico, contra todas as formas de opressão, obscurantismo, intolerância, barbárie e fanatismo.

1.2. Pangloss, uma obsessão machadiana

Machado, ao focalizar os tormentos do homem e os absurdos do mundo sob o enleio de um humor reflexivo, ora divertido, ora amargo, sempre com uma nota de debique e parecendo brincar com o leitor, recorre à figuras tutelares da literatura. Como discípulo dos moralistas franceses, acredita no egoísmo como invólucro dos bons sentimentos. Seus romances e contos são repletos de personagens movidas pelo interesse e pelo egoísmo; nas crônicas, essas características que movem os valores sociais, repousam nas conveniências e na mentira e são tratadas sob um misto de crítica, sobretudo quando direcionadas à classe política.³⁶⁰

³⁵⁸ O Terremoto de Lisboa ocorreu em 1.11.1755.

³⁵⁹ VOLTAIRE. *Voltaire à Ferney, sa correspondance avec la Duchesse de Saxe-Gotha*. Recueillies et publiées par MM. Évariste Bavoux et A. F.. Paris: Didier et C^{ie}. Libraires-Éditeurs, 1860, p. 167.

³⁶⁰ Sobre as considerações machadianas à política ver BOSI, Alfredo. *O teatro político nas crônicas de Machado de Assis*. IEA, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Texto disponível em versão eletrônica (www.iea.usp.br/artigos), consulta em 4.6.2009. Sobre a questão menciona o autor: “A classe mais numerosa, a que pertence quase todo o gênero humano, é aquela em que os homens, atentos unicamente a seus interesses, nunca lançaram os seus olhares para o interesse geral. Concentrados em seu bem-estar, esses homens

Assim, a exemplo dos grandes ironistas do século XVIII, tais como Sterne, Swift e, sobretudo, Voltaire, a técnica usada por Machado consiste em estabelecer um vínculo entre a normalidade dos fatos e sua aparência essencial através da crítica irônica, de maneira a sugerir o mais absurdo de modo cômico, induzindo o leitor ao contrário, o que faz com que o absurdo pareça o normal e, este, excepcional. Com isso, pode-se destacar uma destas figuras tutelares – Pangloss, uma obsessão machadiana, que frequenta não só as crônicas, mas dois de seus importantes romances da segunda fase: *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*.

Em *Memórias póstumas*, a *razão suficiente*, ou seja, o princípio das teorias finalistas aparece por meio das *digressões ‘filosofantes’ do narrador*, conforme lembra PASSOS.³⁶¹ Ali, o *bon-vivant, culto e requintado*, Brás Cubas, num jogo intertextual promovido pelo narrador, confere ao leitor o papel do fiel e ingênuo discípulo de Pangloss. Veja-se o cotejo entre o texto voltairiano

“Pangloss enseignait la métaphysico-théologo-cosmolonigologie. Il prouvait admirablement qu’il n’y a point d’effet sans cause, et que, dans ce meilleur des mondes possibles, le château de monseigneur le baron était le plus beau des châteaux, et madame la meilleure des baronnes possibles.

‘Il est démontré, disait-il, que les choses ne peuvent être autrement: car tout étant fait pour une fin, tout est nécessairement pour la meilleure fin. Remarquez bien que les nez ont été faits pour porter des lunettes; aussi avons-nous des lunettes. Les jambes sont visiblement instituées pour être chaussées, et nous avons des chausses. Les pierres ont été formées pour être taillées et pour en faire des châteaux; aussi monseigneur a un très beau château: le plus grand baron de la province doit être le mieux logé; et les cochons étant faits pour être mangés, nous mangeons du porc toute l’année. Par conséquent, ceux qui ont avancé que tout est bien ont dit une sottise: il fallait dire que tout est au mieux.’”³⁶²

dão o nome de honradas apenas às ações que lhes são pessoalmente úteis.” Adiante: “Se o universo físico se submete às leis do movimento, o universo moral não deixa de submeter-se às leis do interesse. O interesse é na terra o mago poderoso que modifica aos olhos de todas as criaturas as formas de todos os objetos.” (Helvetius, *Do espírito*, ed. de 1758, II, 2).

³⁶¹ Importante estudo sobre a presença de Voltaire em *Memórias póstumas de Brás Cubas* está em *A Poética do Legado*, de PASSOS (1996, p. 70-79) em capítulo denominado ‘Uma escala a mais nas viagens de Cômico’.

³⁶² VOLTAIRE. *Candide ou L’Optimisme et autres contes*. POCKET CLASSIQUES. Collection dirigée par Claude Aziza. Paris: Pocket, 2005, p. 20, 21.

e a criação machadiana:

“Nariz, consciência sem remorsos, tu me valeste muito na vida... Já meditaste alguma vez no destino do nariz, amado leitor? A explicação do Doutor Pangloss é que o nariz foi criado para uso dos óculos, — e tal explicação confesso que até certo tempo me pareceu definitiva; mas veio um dia, em que, estando a ruminar esse e outros pontos obscuros de filosofia, atinei com a única, verdadeira e definitiva explicação.”³⁶³

O diálogo intertextual prossegue inclusive intrometendo o leitor, como o interlocutor que pode refutar as ideias do ‘pensador’ Brás Cubas, como bem observa PASSOS. Destarte, ao justapor o duplo Brás Cubas-Pangloss, Machado insiste no *absurdo da generalização e no despropósito do caráter inútil das explicações monolíticas*, de modo que o saber totalizante torna-se produto do cômico, ainda nas observações de PASSOS. Com isso o romancista ao valer-se de Pangloss como testemunha ficcional ironiza justamente a pretensão do narrador em justificar as desgraças e a crueza da realidade por meio do pensamento finalista leibniziano, no qual tanto as vitórias, quanto as desgraças são fundadas no princípio superior do Ser.

O diálogo que envolve as teorias e muito do conhecimento do século XIX, tem seu lastro na ‘filosofia’ de Quincas Borba, outra personagem do livro, a qual se apresenta como o fundador do *Humanitismo*, uma caricatura da *religião da humanidade*³⁶⁴ preconizada pelos positivistas. Assim, para o símile Pangloss-Candide, há Quincas Borba-Brás Cubas, mais uma ironia do romancista ao justapor o ‘filósofo’-preceptor da fonte ao ‘filósofo’-narrador. Este fica estupefato com seu mestre, que demonstra sob o molde do *Humanitismo*, o funcionamento da engenhoca que se constituía a realidade sócio-econômica brasileira:

³⁶³ ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Klick Editora, 1997, p. 102.

³⁶⁴ COMTE, Auguste. *Catéchisme positiviste ou Sommaire Exposition de la Religion Universelle en onze entretiens systématiques entre une Femme et un Prêta de l’Humanité*. Paris: Chez l’Auteur, 1852. A *Religião da Humanidade*, criada por Comte em 1854 como coroamento da carreira filosófica, em que procurou estabelecer as bases de uma completa espiritualidade humana, sem elementos extra-humanos ou sobrenaturais está largamente fundamentada no *Catéchisme*. O autor chega mesmo a definir sete sacramentos para o novo credo: “la Présentation (nomination et parrainage); l’Admission (la fin de l’éducation; la Destination (le choix d’une carrière; le Mariage; la Retraite (à 63 ans); la Séparation (faisant office d’une extrême-onction sociale); l’Incorporation (trois ans après la mort, l’union avec les morts)”. A *Religião da Humanidade* também é conhecida como *Positivismo religioso*. Em Paris, no Marais, 5 de la rue Payenne, ainda existe uma Chapelle de l’Humanité.

“— Para entender bem o meu sistema, concluiu ele, importa não esquecer nunca o princípio universal, repartido e resumido em cada homem. Olha: a guerra, que parece uma calamidade, é uma operação conveniente, como se disséssemos o estalar dos dedos de Humanitas; a fome (e ele chupava filosoficamente a asa do frango), a fome é uma prova a que Humanitas submete a própria víscera. Mas eu não quero outro documento da sublimidade do meu sistema, senão este mesmo frango. Nutriu-se de milho, que foi plantado por um africano, suponhamos, importado de Angola. Nasceu esse africano, cresceu, foi vendido; um navio o trouxe, um navio construído de madeira cortada no mato por dez ou doze homens, levado por velas, que oito ou dez homens teceram, sem contar a cordoalha e outras partes do aparelho náutico. Assim, este frango, que eu almocei agora mesmo, é o resultado de uma multidão de esforços e lutas, executados com o único fim de dar mate ao meu apetite.”³⁶⁵

Diante de um cientificismo ainda ingênuo no Brasil da década de 1880, que acreditava mandar à cova a filosofia, Quincas Borba, assim como Pangloss, aparece como um otimista ridículo. Quincas, no entanto, reitera:

“Pangloss, dizia-me ele ao fechar o livro, não era tão tolo como o pintou Voltaire.”³⁶⁶

Ora, se em *Memórias póstumas de Sefarém* o *Humanitismo* soa como uma sátira às teorias finalistas, em *Quincas Borba* ele aparece sob o lema darwiniano de “ao vencedor as batatas”. Se em *Memórias póstumas* a justaposição Brás Cubas-Candide difere pelo fato de que o primeiro é culto e refinado e, o outro, de um caráter pleno de ingenuidade, em *Quincas Borba*, o duplo se ajusta, Rubião, ao ser relativizado a Candide, apresenta muito de seu caráter ingênuo e obtuso e, em seu périplo de Barbacena ao Rio de Janeiro, dará mostras de sua personalidade simples e *naïve*, evidentemente que em contextos e dimensões absurdamente diferentes.

Em *Quincas Borba*, o contato de Rubião com Pangloss dá-se através dos jornais da Corte, através dos quais constata o apreço e a consideração destinada ao falecido Quincas, *a quem se atribuía uma peleja filosófica*:

³⁶⁵ ASSIS, Machado de. Op. cit., p. 181. Veja página 191.

³⁶⁶ Idem. Veja página 192.

“No começo da semana seguinte, recebendo os jornais da Corte (ainda assinaturas do Quincas Borba) leu Rubião esta notícia em um deles: ‘Faleceu ontem o Sr. Joaquim Borba dos Santos, tendo suportado a moléstia com singular filosofia. Era homem de muito saber, e cansava-se em batalhar contra esse pessimismo amarelo e enfezado que ainda nos há de chegar aqui um dia; é a moléstia do século. A última palavra dele foi que a dor era uma ilusão, e que Pangloss não era tão tolo como o inculcou Voltaire... Já então delirava. Deixa muitos bens. O testamento está em Barbacena.’”³⁶⁷

Embora Pangloss seja nomeado apenas neste instante, Rubião já fora iniciado no dogma finalístico do *Humanitismo* por Quincas Borba quando este expusera ao ingênuo professor de Barbacena, o princípio de *Humanitas*, então sob o mote darwiniano:

“— Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é a condição da sobrevivência da outra, e a destruição não atinge o princípio universal e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.”³⁶⁸

Disto, conclui-se a abrangência intertextual do conto filosófico *Candide* e, sobretudo Pangloss, porta-voz a ridicularizar a teoria de Leibniz em universo tropical, como verdadeira obsessão machadiana.

³⁶⁷ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Klick Editora, 1997, p. 35.

³⁶⁸ *Idem*, p. 21.

Análises

Nesta série de seis crônicas em que o cronista fez uso de referências extraídas de *Candide*, ora o intertexto recai de maneira obsedante sobre Pangloss e o finalismo do uso dos óculos, ora sobre seu otimismo e, em uma delas, volta-se para a aventura de Candide quando, já distante do mestre e em companhia de Cacambo, chega à paradisíaca terra de Eldorado.

1.3. Crônica originalmente publicada na *GAZETA DE NOTÍCIAS*³⁶⁹ em 1.11.1886, na coluna *Gazeta de Holanda* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 4º volume (1878-1888)*. W. M. Jackson Inc. Editores: Rio de Janeiro, 1957, p. 281-285.

1 de novembro de 1886

*Voilà ce que l'on dit de moi
dans la « Gazette de Hollande »*

Um doutor da mula ruça,
Caolho, coxo e maneta,
É o homem que se embuça
No papel desta gazeta.

Gazeta que, se tivesse
Outra forma, outro formato,
Pode ser que merecesse

³⁶⁹ *Gazeta de Notícias*, periódico publicado no Rio de Janeiro, foi fundado por Manuel Carneiro, Ferreira Araújo e Elísio Mendes. WERNECK SODRÉ (1999, p. 224) afirma que a *Gazeta* foi o acontecimento jornalístico de 1874, um jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar e que tinha à frente Ferreira Araújo, um jornalista exemplar: “homem de iniciativas saneadoras, tendo reformado a imprensa do seu tempo, para dar espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pelas misérias e mesquinhas da política”. Em suas páginas figuraram nomes como José do Patrocínio, Capistrano de Abreu, Eça de Queiróz, Ramalho Ortigão, Raul Pompéia (*O Ateneu* foi ali publicado em 1888), Olavo Bilac, Pardal Mallet, Agripino Grieco, etc. O fim do jornal dá-se com a ascensão de Getúlio Vargas em fins de 1942. WERNECK SODRÉ transcreve relato de Hélio Silva (p. 375, nota 305) que dá o tom dos momentos finais do jornal: “Grupos populares começaram a depredar as redações dos jornais governistas. [...] Apareceram latas de gasolina que eram derramadas às portas dos edifícios, ateando-se os incêndios. O majestoso edifício de *O País*, construído com a própria Avenida Central, em sua esquina com a rua 7 de Setembro, converteu-se num imenso fogaréu. Magotes invadiam o prédio, arrancando os móveis, livros e coleções, espatifando tudo e jogando material para a fogueira. A Agência Americana, instalada em um dos andares superiores, *A Notícia*, mais além, na mesma avenida, a *Gazeta de Notícias*, na rua do Ouvidor, a *Crítica*, de Mário Rodrigues, a *Vanguarda*, de Oséias Mota, eram pilhadas e queimadas. [...] Pelas ruas, estendiam-se passadeiras brancas de bobinas de papel de jornal. A polícia, impotente, omitia-se.” Veja também nota 328.

Vir com melhor aparato.

Mas é modesta, não passa
De uma fôlha de parreira,
Que dá uva, que dá passa,
Que dá vinho e borracheira.

Traz programa definido,
Para entrar no grande prélio:
Nem bemol, nem sustenido,
Nem Caim³⁷⁰, nem Marco Aurélio³⁷¹.

Não traz idéias modernas,
Nem antigas: não traz nada.
Traz as suas duas pernas,
Uma sã, outra quebrada.

E vem, como é de ciência,
Entre muletas segura,
A muleta da inocência,
E a muleta da loucura.

Se uma não pega, outra pega,
E fica o corpo amparado;
Se para um lado escorrega,
Fica-lhe sempre outro lado.

De modo que, quando diga,
Seja ou não o que a lei manda,
Há de achar entrada amiga
Esta *Gazeta de Holanda*.

Que traga idéias a fôlha
Liberal que se anuncia,
Que as espalhe, que as escolha,
Como a *Reforma*³⁷² fazia.

Vá que seja ___ pôsto seja

³⁷⁰ Personagem bíblico do Antigo Testamento, filho de Adão e Eva. Era lavrador e segundo a Bíblia cometeu o primeiro homicídio da história da humanidade ao assassinar, por ciúmes, seu irmão Abel.

³⁷¹ Caesar Marcus Aurelius Antoninus Augustus (121-180), também conhecido como Marco Aurélio, foi imperador romano desde o ano de 161 até sua morte.

³⁷² A *Reforma*, dirigida por Joaquim Serra com a ajuda de Francisco Otaviano, apareceu na Corte em 12.5.1869; defendia o programa liberal: abolição da escravatura, reformas eleitoral e judiciária, e abolição do recrutamento militar e da Guarda Nacional. Era impreso na tipografia de Francisco Sabino de Freitas Reis e circulou até 1879.

Tarefa das mais reversas,
Fazer uma só igreja
De tantas seitas diversas.

A prova é que, ainda agora,
Já pronta a bagagem sua,
Sômente esperando a hora
De sair a fôlha à rua,

Feito um capítulo apenas
De tão diversos capítulos,
E, contando boas penas,
Já traz a fôlha dois títulos.

*Voz da Nação*³⁷³, ou ___ *Gazeta*
Nacional; só falta a escolha.
Já principia a marêta,
Antes de sair a fôlha.

Eu cá, perfeita unidade,
Ora aprovo, ora contesto,
Sem que haja necessidade
De ouvir protesto e protesto...

Exemplo: ao ler que se trata
De fazer um edifício
Para o júri: ___ colonata.
Vasto e grego frontispício.

E que esta idéia bizarra
Nasceu mesmo agora, agora,
Quando foi ali à barra
Uma distinta senhora;

Quando a afluência de gente
Era tal, que o magistrado
Teve de ir incontinenti
Pedir sabão emprestado;

Comigo disse: ___ Bem feito
Que a Joanhinha expirasse
De uma moléstia do peito,
E que a Eduarda cegasse.

³⁷³ Em 1858 já havia circulado no Rio de Janeiro um periódico intitulado *A Voz da Nação*.

Só assim tínhamos prédio
Para um tribunal sem nada;
Não foi morte, foi remédio;
Foi vida, não foi pancada.

**Pangloss, o doutor profundo,
Mostra que há grande harmonia
Entre as coisas dêste mundo,
Entre um dia e outro dia;**

**Que os narizes foram dados
Para os óculos; portanto,
Trazem óculos pousados...
Pangloss é o meu padre-santo.**

Logo, se uma e outra escrava
Brigaram sem sentimento,
A razão de ação tão brava
Foi têmos um monumento.

Neste ponto o ponto pingo,
E despeço-me no ponto
Em que cada novo pingo,
Já não é ponto, é posponto.

Entre 1.11.1886 e 24.2.1888, Machado publicou na *Gazeta de Notícias* quarenta e oito crônicas versificadas – as versiprosa. A crônica acima inaugura a série. Nelas, o cronista ao evocar o passado em consonância com os comentários da semana, demonstra não só sua habitual destreza no trato de temas variados, mas também prodigiosa habilidade formal e estrutural. Ao abordar criticamente assuntos de ordem política e econômica, imprime caráter marcadamente cômico, o que as caracteriza como um momento leve e de distração do cronista entre *Balas de Estalo* e *Bons Dias*. Contudo, a exemplo de outros blocos de crônicas, ali aparecem os problemas da sociedade de sua época, tal qual a queda das ações na bolsa, as mazelas financeiras características dos novos tempos da República e as falências que pululavam a essa época.³⁷⁴

³⁷⁴ Vejam-se as crônicas de 17.11.1886 e 10.2.1888 desta mesma série.

A *Gazeta de Holanda* tem viés acentuadamente satírico, não raro sarcástico. Ali se vê matiz da sátira menipeia, uma mistura do sério e do cômico, enfim, uma abordagem humorística das questões “sérias” que incomodavam o cronista e seus coetâneos no Rio de Janeiro do fim do século XIX. Essas crônicas, rimadas e em redondilhas maiores, foram escritas sob o pseudônimo de Malvólio, homônimo da personagem shakespeariana de *Twelfth Night*.

A série *Gazeta de Holanda*, publicada na *Gazeta de Notícias*, traz como epígrafe o estribilho da ópera bufa de Jacques Offenbach *La Grande Duchesse de Gérolstein*³⁷⁵: “*Voilà ce que l'on dit de moi dans la 'Gazette de Hollande'.*” Ora, o intertexto pode ter sua origem em Offenbach, mas posteriormente caminha para seu desenredo em Voltaire. Vejamos: na cena X, a Grande Duquesa, do país imaginário de Gérolstein, que há tempos protela seu casamento com príncipe Paul, toma conhecimento por meio deste de que se publicam na imprensa comentários sobre o casamento que é constantemente adiado. O príncipe, antes de ler a notícia, traça o perfil daqueles que produzem o jornal *Gazette de Hollande*, onde foram publicados os comentários: “...il a paru depuis quelque temps une race d'hommes qui s'est donné pour mission de parler de tout, d'écrire sur tout, afin d'amuser le public... on les appelle des gazetiers... ils osent entrer dans la vie privée, ce qui est monstrueux, et ce qui est plus monstrueux, c'est qu'ils osent entrer dans ma vie privée, à moi!”³⁷⁶

Ora, outro não é o objetivo da *Gazeta de Holanda*: ali, falar-se-á de tudo e se fará uso tanto da *muleta da inocência* quanto da *muleta da loucura*, até porque, segundo o cronista, *se uma não pega, outra pega*. A tendência é liberal e o que importa é espalhar as ideias, sejam quais forem. O mote *voilà ce que l'on dit de moi dans la "Gazette de Hollande"*, se confirma com o cronista enveredando pelo privado ao anunciar as moléstias de Joanhina e Eduarda.

A ligação intertextual com a ópera de Offenbach dá-se também pela forma. O príncipe Paul ao ler as notícias, o faz em versos e ao fim de cada estrofe repete o estribilho *voilà ce que l'on dit de moi dans la "Gazette de Hollande"*, que nosso

³⁷⁵ A ópera em quatro atos de Offenbach (1819-1880), com libreto de Henri Milhac e Ludovic Halévy, estreou em 12.4.1867 no Théâtre de Variétés, em Paris.

³⁷⁶ MEILHAC, Henri; HALÉVY, Ludovic; OFFENBACH, Jacques (musique). *La grand-duchesse de Gérolstein: opéra-bouffe en trois actes, quatre tableaux*. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires Éditeurs, 1867, p. 37.

cronista traz como epígrafe da coluna que *feito um capítulo apenas/ De tão diversos capítulos,/ E, contando boas penas,/ Já traz a folha dois títulos*. E dois também eram os títulos pelos quais era conhecido o jornal holandês.³⁷⁷

Na crônica, entretanto, a recorrência ao intertexto voltairiano, na qual Pangloss é evocado na condição de *doutor profundo*, com o intuito de justificar tanto a morte de Joanhina e Eduarda quanto a briga de escravas por sentimento nenhum, soa algo paródico já que Pangloss, dado seu próprio nome, cuja origem grega tem o significado de *qualquer língua*, reflete o vazio de suas construções verbais, ou seja, a superficialidade da filosofia dogmática e finalista. A harmonia aventada pelo cronista e creditada a Pangloss demonstra um dos mais fascinantes e admiráveis artifícios da escrita machadiana, o caráter da dissimulação e do subterfúgio dos significados ocultos os quais, apresentados ao leitor como desafios de forma amena, o obrigam a uma série de articulações dentro do texto e a partir do texto para, numa compreensão circular, entender o todo.

O diálogo textual se completa com o irônico e sarcástico atributo a Pangloss. Vejamos: em *Candide* o narrador afirma: “Le précepteur Pangloss était l’oracle de la Maison, et le petit Candide écoutait ses leçons avec toute la bonne foi de son âge et de son caractère.”³⁷⁸ Na crônica machadiana, *Pangloss é o meu padre-santo*, enfim, de modo satírico, mais uma estratégia de negação, via Voltaire, que, como se sabe, à sua época, talvez tenha sido o maior crítico da igreja.

Ainda através do caráter da dissimulação e do subterfúgio dos significados ocultos, os quais, parodicamente, conferem superficialidade ao finalismo dogmático, o cronista estabelece um contraponto com os fatos circunstanciais: de um lado,

³⁷⁷ Na Holanda, conhecida por *Gazette d’Amsterdam*, a folha liberal foi considerada em seu tempo o principal jornal político e de informação da Europa e era tida por estudiosos como o principal veículo de disseminação de ideias e notícias ao longo do século XVIII. Na França, conhecido por *Gazette de Hollande* ou *Gazette d’Hollande*, era lido por todos em Paris. O jornal manteve permanente a hostilidade entre Holanda e França durante os reinados de Louis XIV e Louis XV. Muitos franceses, aproveitando-se da liberdade de imprensa na Holanda fizeram dele seu veículo de expressão. Voltaire que, em 1722, através de seu La Haye, Charles Le Viers, ali anunciou projeto de divulgação de assinaturas de seu célebre poema *Henri IV ou la Ligue*, em 1738, publicaria o cruel panfleto denominado *Préservatif, ou critique des Observations sur les écrits modernes*, no qual atacava Desfontaines e afirmava que pretendia alertar os leitores da “mauvaise foi et de l’ignorance” do jornal de seu adversário. Desfontaines devolve o insulto com a publicação de *La Voltairomanie*. A querela entre os dois entrou para os anais da crítica dramática francesa.

³⁷⁸ VOLTAIRE. Op. cit., p. 180. Veja página 20.

resgata a grandiosidade das ideias de Pangloss e todo o contexto em que foram disseminadas, e aí se incluem as teses providencialistas, Leibniz e o próprio *Candide* como conto paródico por excelência a questionar tais ideias; de outro lado, porém, há a pequenez e a mediocridade dos fatos cotidianos tais quais as brigas das escravas, a construção do prédio do tribunal e até mesmo a morte a ceifar a gente do povo.

Ao mencionar os narizes feitos para que trouxessem os óculos pousados, já na condição de clichê, tal a frequência de sua circulação literária, o cronista não só atualiza - dada a repetição, o aforismo junto aos seus leitores, como também insiste na ridicularização das ideias de Pangloss via o finalismo estreito e menor dos óculos. Nota-se ainda a completa vulgarização da asserção filosófica em face da frivolidade e da futilidade, características da crônica, gênero no qual, a seriedade exigida pelas discussões teóricas é definitivamente afastada. Com isso, o ridículo se impõe e o aforismo ganha tom rasteiro e popular, de modo a fazer crer que o que se diz é de difícil ou nenhuma comprovação científica, ou seja, produto da ignorância. Talvez aí o cronista tenha completado o círculo iniciado com as teses providencialistas. Explica-se: nesse sistema, cujo eixo, a razão suficiente, explicaria o porquê das coisas a partir das causas primeiras – Deus, Leibniz populariza os finalismos através da *Théodicée*, uma tentativa retórica de se agregar credibilidade e fundamentação científica às ideias de origem puramente metafísicas; Voltaire lança mão de Pangloss para ridicularizá-las e destituí-las de qualquer *verdade*, tornando-as simples produto dessa retórica; Machado, que não adentra as discussões, as declara, nas crônicas, superficiais, ao serem reduzidas a máximas, prontas a serem repetidas pelo populacho.

1.4. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 6.11.1892, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 1º volume (1892-1893)*. W. M. Jackson Inc. Editores: Rio de Janeiro, 1957, p. 157-163.

Vou contar às pressas o que me acaba de acontecer.

Domingo passado, enquanto esperava a chamada dos eleitores, saí à praça do Duque de Caxias (vulgarmente largo do Machado³⁷⁹) e comecei a passear defronte da igreja matriz da Glória³⁸⁰. Quem não conhece esse templo grego, imitado da Madalena³⁸¹, com uma torre no meio, imitada de cousa nenhuma? A impressão que se tem diante daquele singular conúbio, não é cristã nem pagã; faz lembrar, como na comédia³⁸², “o casamento do Grão-Turco com a república de³⁸³ Veneza”. Quando ali passo, desvio sempre os olhos e o pensamento. Tenho medo de pecar duas vêzes, contra a torre e contra o templo, mandando-os ambos ao diabo, com escândalo da minha consciência e dos ouvidos das outras pessoas.

Daquela vez, porém, não foi assim. Olhei, parei e fiquei a olhar. Entrei a cogitar se aquêlo ajuntamento híbrido não será antes um símbolo. A irmandade que mandou fazer a torre pode ter escrito, sem o saber, um comentário. Supôs batizar uma sinagoga (devia crer que era uma sinagoga), e fêz mais, compôs uma obra representativa do meio e do século. Não há ali só um sino para repicar aos domingos e dias santos, com afronta dos pagãos de Atenas e dos cristãos de Paris, ___ há talvez uma página de psicologia social e política.

Sempre que entrevejo uma idéia, uma significação oculta em qualquer objeto, fico a tal ponto absorto, que sou capaz de passar uma semana sem comer. Aqui, há anos, estando sentado à porta de casa, a meditar no célebre axioma do **Dr. Pangloss ___ que os narizes fizeram-se para os óculos, e que é por isso que usamos óculos**³⁸⁴, sucedeu cair-me a vista ao chão, exatamente no lugar em que estava uma ferradura velha. Que haveria naquele sapato de cavalo, tão comido de dias e de ferrugem?

Pensei muito, ___ não posso dizer se uma ou duas horas, ___ até que um clarão súbito espancou as trevas do meu espírito. A figura é velha, mas não tenho tempo de procurar outra. **Cresci diante de Pangloss. O grande filósofo, achando a**

³⁷⁹ Primeiro chamou-se Campo das Pitangueiras, depois, Campo das Laranjeiras; a partir de 1843, levou o nome de Largo da Glória (por causa da igreja do mesmo nome) e em 1880, após a morte de Duque de Caxias, foi nomeado Praça Duque de Caxias. É frequentemente citado por Machado em suas crônicas.

³⁸⁰ Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória, localizada no Largo do Machado, foi construída de 1842 a 1872 – a torre foi concluída em 1875. O estilo é neoclássico, mas a torre prenuncia o estilo gótico; o interior, de estilo “barrochetto” ou rococó tardio, imita a igreja de St. Martin em Trafalgar Square, Londres, e teve projeto dos engenheiros Keller e Rivière.

³⁸¹ Machado refere-se à *L'église de la Madeleine*, situada em Paris e exemplo do estilo arquitetural neoclássico. Foi concebida por Napoleão, em 1806, para ser o templo da *Grande Armée*; só se tornou igreja em 1845.

³⁸² Trata-se de *L'Avare* de Molière, Ato II, cena V: “Il n'est point de partis au monde que je ne trouve en peu de temps le moyen d'accoupler, et je crois, si je me l'étais mis en tête, que je marierais le Grand Turc avec la République de Venise, il n'y avait pas sans doute de si grandes difficultés à cette affaire-ci.” Machado se vale da mesma fonte no conto *Trina e Una*, publicado na *Estação*, em 1884: “De si para si entendeu que devia casá-los, ainda que fosse tão difícil como casar o Grão-Turco e a república de Veneza; e uma vez que o entendia assim, jurou cumpri-lo.”

³⁸³ Na *Gazeta de Notícias* falta esta palavra; provavelmente erro de revisão. (Nota da Jackson).

³⁸⁴ VOLTAIRE. Op. cit., p. 180. Veja página 20.

razão dos narizes, não advertiu que, ainda sem êles, podíamos trazer óculos. Bastava um pequeno aparelho de barbantes, que fôsse por cima das orelhas até à nuca. Outro era o caso da ferradura. Só o duro casco do animal podia destinar-se à ferradura, uma vez que não há meio de fazê-la aderir sem pregos. Aqui a finalidade era evidente. De conclusão em conclusão, cheguei às ave-marias; tinham-me já chamado para jantar três vêzes; comi mal, digeri mal. E acordei doente. Mas tinha descoberto alguma cousa.

Fica assim explicada a minha longa meditação diante da tôrre e do templo, e o mais que me aconteceu. Cruzei os braços nas costas, com a bengala entre as mãos, apoiando-me nela. Algumas pessoas que iam passando, ao darem comigo, paravam também e buscavam descobrir por si o que é que chamava assim a atenção de um homem tão grave. Foram-se deixando estar; outras vieram também e foram ficando, até formarem um grupo numeroso, que observava tenazmente alguma cousa digníssima da atenção dos homens. É assim que eu admiro muita música; basta ver o Artur Napoleão³⁸⁵ parado.

Nem por isso interrompi as reflexões que ia fazendo. Sim, aquela junção da tôrre e do templo não era sòmente uma opinião da irmandade.

Não tenho aqui papel para notar todos os fenômenos históricos, políticos e sociais que me pareceram explicar o edificio do largo do Machado; mas, ainda que o tivesse de sobra, calar-me-ia pela incerteza em que ainda estou acêrca das minhas conclusões. Dous exemplos estremes bastam para justificação da dúvida. A nossa independência política, que os poetas e oradores, até 1864, chamavam *grito de Ipiranga*, não se pode negar que era um belo templo grego. O tratado que veio depois³⁸⁶, com algumas de suas cláusulas, e o seu imperador honorário, além do efetivo, poderá ser comparado à tôrre da matriz da Glória? Não ousou afirmá-lo. O mesmo digo do quiosque. O quiosque, apesar da origem chinesa, pode ser comparado a um templo grego, copiado de Paris; mas o charuto, o bom café barato e o bilhete de loteria que ali se vendem, serão acaso equivalentes daquela tôrre? Não sei; nem também sei se os foguetes que ali estouram, quando anda a roda e êles tiram prêmios, representam os repiques de sinos em dias de festa. Há hesitações grandes e nobres; minha pobre alma as conhece.

Pelo que respeita especialmente ao caso da matriz da Glória, concordo que ele exprima a reação do sentimento local contra uma inovação apenas elegante. Nós mamamos ao som dos sinos, e somos desmamados com êles; uma igreja sem sino é, por assim dizer, uma bôca sem fala. Daí nasceu a tôrre da Glória. A questão não é achar esta explicação, é completá-la.

³⁸⁵ Arthur Napoleão dos Santos, (1843-1925), foi pianista, compositor, editor de partituras musicais e comerciante. Nasceu na cidade do Porto, porém viveu a maior parte da vida no Brasil. Artur Napoleão acompanhou Carolina, esposa de Machado, quando esta viera ao Rio para cuidar do irmão.

³⁸⁶ A Constituição de 1824.

Não me tragam aqui o mestre Spencer³⁸⁷ com os seus aforismos sociológicos. Quando ele diz que “o estado social é o resultado de tôdas as ambições, de todos os interêsses pessoais, de todos os mêdos, venerações, indignações, simpatias, etc. tanto dos antepassados, como dos cidadãos existentes” ___ não serei eu que o conteste. O mesmo farei, se êle me disser, a propósito do templo grego: “Pôsto que as idéias adiantadas, uma vez estabelecidas, atuem sobre a sociedade e ajudem o seu progresso ulterior, ainda assim o estabelecimento de tais idéias depende da aptidão da sociedade para recebê-las. Na prática, é o caráter popular e o estado social que determinam as idéias que hão de ter curso; não são as idéias correntes que determinam o estado social e o caráter...”

Sim, concordo que o templo grego sejam as idéias novas, e o caráter e o estado social a tôrre, que há de sobrepor-se por muito tempo às belas colunas antigas, ainda que a gente se oponha com tôda a fôrça ao voto das irmandades...

Neste ponto das minhas reflexões, o sino da tôrre bateu uma pancada, logo depois outra... Estremeço, acordo, eram ave-marias. Sem saber o que fazia, corro à igreja para votar.

___ Para quê? Diz-me o sacristão.

___ para votar.

___ Mas eleição foi domingo passado.

___ Que dia é hoje?

___ Hoje é sábado.

___ Deus de misericórdia!

Senti-me fraco, fui comer alguma cousa. Sete dias para achar a explicação da tôrre da Glória, uma semana perdida. Escrevo êste artigo a trouxe-mouxe, em cima dos joelhos, servindo-me de mesa um exemplar da Bíblia, outro de Camões, outro de Gonçalves Dias, outro da Constituição de 1824 e outro da Constituição de 1889, ___dous templos gregos, com a tôrre do meu nariz em cima.

A díade de princípios coexistentes nas crônicas machadianas, diga-se, um traço característico de sua escrita, em que um conceito ou teoria, em geral, está vinculado ao seu contrário, numa estratégia de correspondência, através da qual o sentido se completa, aqui ganha força e se generaliza ao longo da crônica. A intensidade de tal artifício atinge seu ápice na união do primeiro e último parágrafo: o que acabara de acontecer e será contado às pressas, na verdade, tivera duração de nada menos que sete dias.

³⁸⁷ Herbert Spencer (1820-1903), filósofo inglês e um dos representantes do positivismo foi profundo admirador da obra de Charles Darwin e é considerado o pai do darwinismo social, embora jamais tenha utilizado o termo. É dele a expressão "*sobrevivência do mais apto*", e em sua obra procurou aplicar as leis da evolução a todos os nívés da atividade humana.

O aspecto híbrido aparece, de início, à menção da Praça Duque de Caxias, que também é o Largo do Machado. A igreja da Glória oscila entre imitação de um templo grego e uma sinagoga, assim como seus fiéis, que podem ser pagãos ou cristãos. Simbolicamente, a arquitetura, a qual traz a torre como elemento representativo da cristandade e o templo evocando o paganismo, tem seu correspondente no texto de Molière, com a Veneza cristã e o Grão-Turco, um estranho à fé que ali se professa, a exemplo da igreja da Glória, uma mescla em si mesma.

O estratagema colocado em prática pelo cronista, de fato encerra questões mais profundas, de significação oculta; em suas palavras: *uma página de psicologia social e política*. Longe ainda do que mais tarde Gilberto Freyre classificaria como uma sociedade mestiça, o cronista, antecipa a falta de rumo como característica desta sociedade, uma mestiçagem de conceitos, enfim, um *melting-pot* estético e de ideias, ao mencionar *o tratado que veio depois*. Antes, porém, em suas digressões rememora Pangloss e seu axioma finalista.

A explicação para essa mistura aparece em tom de paródia e, como característica comum de todo patrimônio parodiado, o intertexto, embora integrado ao novo texto em construção, é facilmente reconhecido pelo leitor. A dimensão lúdica é plena e chega mesmo à condição de uma variante satírica e popular. Vejamos: popular, porque tanto Pangloss, quanto o nariz como criação finalista para o uso dos óculos já é então uma “premissa evidente e universalmente verdadeira”, que dispensa qualquer outra demonstração ao se tentar ironizar a teoria de Leibniz, tal como fizera Voltaire; satírica, porque o cronista vai além, e afirma ser desnecessária a existência dos narizes, uma vez que um simples barbante amarrado acima das orelhas à nuca teria finalidade similar, dado que simplesmente destrói a teoria ridicularizada pelo francês. O elemento paródico, entretanto, é reiterado com o finalismo dos pregos necessários à fixação das ferraduras, o que lhe alimenta dúvida. Assim, como explicar a existência da torre encimada ao templo?

A sutileza do cronista em mascarar significados ocultos é admirável e mostra-se um constante desafio ao leitor; levada a extremos, une dados aparentemente

opostos, os quais, justapostos, completam sentidos anteriormente díspares em benefício da construção de um pensamento arquitetado desde o início da crônica. A construção dualística continua. Se num primeiro momento a torre e o templo remetem à cristandade e ao paganismo, ou ainda, a uma conjunção de ordem estética, após longa reflexão, diga-se, compartilhada pelo público, já que ocorrida defronte a igreja, torre e templo, ganham sentidos *históricos, políticos e sociais*.

Ora, ao templo agrega-se então a orientação e o sonho liberal-democrático que movia a maioria absoluta dos constituintes desejosos de uma monarquia que respeitasse os direitos individuais; à torre, o poder moderador, pairando sobre todos os demais e exercido pelo Imperador com *o tratado que veio depois*, a Constituição de 1824. A igreja fica por conta de que esta se torna a religião oficial e, também ela, submetida à torre.

O finalismo anunciado pela interação intertextual acaba por introduzir a dúvida e a hesitação na pobre alma do cronista, que perde o rumo e a data das eleições. Afinal, o foguetório e os sinos que repicam em dia de festa, conturbam as ideias do cronista, a ordem das coisas e a moral das ideias. Não deveriam eles, os sinos, em época de eleição repicar pelas liberdades individuais e pelos ideais liberais? No entanto, o sino da torre bate uma pancada, logo depois outra... e é preciso recorrer a Spencer e acreditar que *na prática, é o caráter popular e o estado social que determinam as idéias*.

Vale ainda destacar que em meio a uma série de questionamentos de cunho altaneiro – a conjunção de credos e símbolos (templo/igreja, paganismo/cristandade) e modelos políticos (ideias liberais democráticos/poder moderador), o aforismo de Pangloss exerce função outra que é a de manter o cronista às voltas com a dimensão do gênero, este, volúvel por natureza. A visão dos “óculos” de Pangloss padece de horizontes, é oblíqua e em direção ao chão, portanto, rasteira. Com isso, nosso autor se exime de qualquer partidarismo pelas ideias que comenta. As reflexões não ganham o foro das altas discussões, já que o cronista antecipa o fim de todas elas ao aproximá-las da ferradura velha, comida de dias e de ferrugem, interpretação confirmada pela crítica a Pangloss, o qual se esqueceu de advertir que

ainda sem os narizes é possível trazer os óculos por intermédio de um pequeno aparelho de barbantes.

1.5. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS* em 28.2.1897, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 3º volume (1895-1900)*. W. M. Jackson Inc. Editores: Rio de Janeiro, 1961, p. 424-429.

28 de fevereiro de 1897

“Domingo próximo é possível que te explique esta confusão da minha alma. Estou certo que me entenderás e aplaudirás.” Assim concluí eu a *Semana* passada. Venho cumprir aquela meia promessa.

É certo que a festa suntuosa de quarta-feira afrouxou em parte a sensação exposta naquelas palavras. A recepção do palácio do govêrno respondeu ao que se esperava do ato, e deixou impressão forte e profunda. Aquêlo edifício que eu vi, há trinta anos, logo depois de acabado, passou por várias mãos, viveu na obscuridade e na hipoteca, passou finalmente ao poder do govêrno, e o ilustre Sr. vice-presidente da república acaba de inaugurá-lo com raro esplendor. Foi o sucesso principal da semana; mas a semana já não é minha, como ides ver.

Leitor, Deus gastou seis dias em fazer êste mundo, e repousou o sétimo. Ora, Deus podia muito bem não repousar, mas quis deixar um exemplo aos homens. Daí o nosso velho descanso de um dia, que os cristãos chamaram do Senhor. Eu não sou Deus, leitor; não criei êste mundo, tanto que lhe acho algumas imperfeições, como a de nascerem as uvas verdes, para engano das rapôsas. Eu as faria nascer maduras e talvez já engarrafadas. Mas criticar obra feita não custa; Deus não podia prever que os homens não se limitassem a falsificar eleições e fizessem o mesmo ao vinho.

Vamos ao que importa. Se Deus descansou um dia, depois de seis dias de trabalho, fôrça é que eu descanse algum tempo depois de uma obra de anos. Há cêrca de cinco anos que vos digo aqui ao domingo o que me passa pela cabeça, a propósito da semana finda, e até sem nenhum propósito. Parece tempo de repousar o meu tanto. Que o repouso seja breve ou longo, é o que não sei dizer; vou estirar estes membros cansados e cochilar a minha sesta.

Antes de cochilar, podia fazer um exame de consciência e uma confissão pública, à maneira de Sarah Bernhardt³⁸⁸ ou de Santo Agostinho³⁸⁹. Oh! perdoa-me,

³⁸⁸ Sarah Bernhardt (1844-1923), atriz francesa, à época chamada por muitos de "a mais famosa atriz da história do mundo". Bernhardt fez sua reputação nos palcos da Europa na década de 1870, e logo passou a ser exigida

santo da minha devoção, perdoa esta união do teu nome com o da ilustre trágica; mas êste século acabou por deitar todos os nomes no mesmo cêsto, misturá-los, tirá-los sem ordem e cosê-los sem escolha. É um século fatigado. As fôrças que despendeu, desde princípio, em aplaudir e odiar, foram enormes. Junta a isso as revoluções, as anexações, as dissoluções e as invenções de tôda casta, políticas e filosóficas, artísticas e literárias, até as acrobáticas e farmacêuticas, e compreenderás que é um século esfalfado. Vive unicamente para não desmentir os almanaques. Todos os séculos têm cem anos; êste não quer sair da velha regra, nem ser menos constante que o nosso robusto Barbacena³⁹⁰, seu grande rival. Em lhe batendo a hora, irá com facilidade para onde foram os séculos de Péricles³⁹¹ e de Augusto³⁹².

O meu exame de consciência, se houvesse de fazê-lo, não imitaria Agostinho nem Sarah. Nem tanta humildade, nem tanta glória. O grande santo dividiu, é verdade, as confissões humanas em duas ordens, uma que é um louvor, outra que é um gemido, definido assim as suas e as da representante de Dona Sol³⁹³. Faz crer que não há terceira classe, em que a gente possa louvar-se com moderação e gemer baixinho; mas eu cuido que há de haver. A imitar uma das duas, acho que a mais difícil seria a de Sarah. Não li ainda as confissões desta senhora, mas pela nota que nos deu dela Eça de Queirós³⁹⁴, com aquela graça viva e cintilante dos seus três últimos *Bilhetes postais*, não sei como é que uma criatura possa dizer tanta coisa boa de si mesma. Em particular, vá. Há pessoas que, não receando indiscretos, escancaram os corações, e os amigos reconhecem que, por mais que se pense bem de outro, pensa-se menos bem que êle próprio. Mas, em público, em letra de fôrma, no *Fígaro*³⁹⁵, que é o *Diário Oficial* do universo, custa a crer, mas é verdade.

Antes gemer, com esta cláusula de gemer baixinho, e confessar os pecados, mas com discrição e cautela. Pecados são ações, intenções ou omissões graves; não se devem contar tôdas, nem integralmente, mas só a parte que menos pesa à alma e não faz desmerecer uma pessoa no conceito dos homens. Não específico, por não

pelos principais palcos do continente e dos Estados Unidos. Conquistou fama de atriz dramática, em papéis sérios, ganhando o epíteto de "A Divina Sarah". Seu papel mais marcante foi o da peça *A Dama das Camélias* de Alexandre Dumas. Visitou o Brasil quatro vezes, as duas primeiras ainda durante o reinado de D. Pedro II. Na última visita, durante uma encenação, sofreu um acidente que lhe causou sérios problemas em sua perna e que culminou, anos depois, em sua morte.

³⁸⁹ Aurélio Agostinho (*Aurelius Augustinus*), Agostinho de Hipona, São Agostinho ou Santo Agostinho (354-430), bispo católico, teólogo e filósofo, considerado santo pelos católicos.

³⁹⁰ Machado seguramente se refere a Felisberto Caldeira Brant Pontes (1802-1906), visconde de Barbacena.

³⁹¹ Péricles (495/492 a. C.-429 a.C.), estrategista e político grego, foi um dos líderes democráticos de Atenas e a maior personalidade política do século V a.C., que ficou conhecido como o *Século de Péricles*.

³⁹² Caio Júlio César Otaviano Augusto (*Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus*) - (63 a.C.-14 d.C.), primeiro imperador romano.

³⁹³ Doña Sol de Silva, personagem da peça teatral de Victor Hugo, *Hernani, ou l'honneur castillan*, interpretada por Sarah Bernhardt, em montagem da Comédie Française, em 1877.

³⁹⁴ José Maria de Eça de Queirós (1845-1900), considerado por muitos o maior escritor realista português do século XIX. Autor de obras como *Os Maias* e *O crime do Padre Amaro*.

³⁹⁵ *Le Fígaro*, fundado em 1826, ainda sob Charles X, é um influente e importante jornal francês, o mais antigo ainda hoje publicado. Recebeu o nome da personagem de Beaumarchais.

perder tempo, e quem se despede,³⁹⁶ mal pode dizer o essencial. O essencial aqui é dizer que não faço confissão alguma, nem do mal, nem do bem. Que mal me saiu da pena ou do coração? Fui antes pio e eqüitativo que rigoroso e injusto. Cheguei à elegia e à lágrima, e se não bebi todos os Cambarás e Jataís dêste mundo, é porque espero encontrá-los no outro, onde já nos aguardam os xaropes do Bosque e de outras partes. Lá irá ter o grande Kneipp³⁹⁷, e anos depois o Kneippismo, pela regra de que primeiro morrem os autores que as invenções. Há mais de um exemplo na filosofia e na farmácia.

Não tireis da última frase a conclusão de cepticismo. Não achareis linha céptica nestas minhas conversações dominicais. Se destes com alguma que se possa dizer pessimista, adverte que nada há mais oposto ao cepticismo. Achar que uma cousa é ruim, não é duvidar dela, mas afirmá-la. **O verdadeiro céptico não crê, como o Dr. Pangloss, que os narizes se fizeram para os óculos, nem, como eu, que os óculos é que se fizeram para os narizes**³⁹⁸; o céptico verdadeiro descrê de uns e de outros. Que economia de vidros e de defluxos, se eu pudesse ter esta opinião!

Adeus, leitor. Fôrça é deitar aqui o ponto final. A mim, se não fôra a conveniência de ir para a rêde, custar-me-ia muito pingar o dito ponto, pelas saudades que levo de ti. Não há nada como falar a uma pessoa que não interrompe. Diz-se-lhe tudo o que se quer, o que vale e o que não vale, repetem-se-lhe as cousas e os modos, as frases e as idéias, contradizem-se-lhe as opiniões, e a pessoa que lê, não interrompe. Pode lançar a fôlha para o lado ou acabar dormindo. Quem escreve não vê o gesto nem o sono, segue caminho e acaba. Verdade é que, neste momento, adivinho uma reflexão tua. Estás a pensar que o melhor modo de sair de uma obrigação destas não difere do de deixar um baile, que é descer ao vestiário, enfiar o sobretudo e sumir-se no carro ou na escuridão. Isto de empregar tanto discurso faz crer que se presumem saudades nos outros, além de ser fora de etiquêta. Tens razão, leitor; e, se fôsse tempo de rasgar esta papelada e escrever diversamente, crê que o faria; mas é tarde, muito tarde. Demais, a frase final da outra semana precisava de ser explicada e cumprida; daí todos êstes suspiros e curvaturas. Falei então na confusão da minha alma, e devia dizer em que é que ela consistia e consiste, e cuja era a causa. A causa está dita; é a natural melancolia da separação. Adeus, amigo, até à vista. Ou, se queres um jeito de falar mais nosso, até um dia. Creio que me entendeste, e creio também que me aplaudes, como te anunciei na semana passada. Adeus!

³⁹⁶ Na *Gazeta de Notícias*, certamente por êrro de revisão, não é esta palavra, e sim a seguinte, que vem seguida de vírgula. (Nota Ed. Jackson)

³⁹⁷ Sébastien Kneipp (1821-1897), padre católico alemão, médico e naturista, foi um dos precursores da hidroterapia e da medicina natural na época do Renascimento; sua doutrina ficou conhecida com a *Cura de Kneipp*.

³⁹⁸ VOLTAIRE. Op. cit., p. 180. Veja página 20.

A tinta da melancolia já estivera presente no prólogo de *Memórias póstumas*, lá, no entanto, era o narrador, Brás Cubas, que confessava ter metido algumas *rabugens de pessimismo* em meio à obra difusa inspirada em Sterne e Xavier de Maistre. Na crônica em questão, a melancolia vem por conta e consequência da natural separação. Explica-se: esta crônica trata-se da última delas escritas para a *Gazeta de Notícias* ao findo de longos cinco anos.³⁹⁹ Portanto, aqui, o que ganha destaque na narrativa é a persona do autor, razão pela qual a imprescindível e intensa presença do narrador é automaticamente direcionada para o homem Machado. Trata-se, enfim, da confusão da alma e das sensações do velho cronista, o qual, ao longo de meia década, aos domingos, submeteu sua pena às suas impressões.

Embora tente explicar ao seu leitor as razões da confusão pela qual passa sua alma e, certo de que este o entenderá e o aplaudirá, o cronista, em seu exame de consciência, deixa entrever um instante de pessimismo pessoal que o obriga a *gemer baixinho*. Certo está, porém, de suas qualidades e de seu talento, os quais o levam a *louvar-se com moderação*; contudo, confessa o pesar, malgrado o descanso merecido, ao se ausentar das conversas semanais que mantinha com aquele que nunca o interrompia, mesmo *contradizendo-se-lhe as opiniões* e a quem podia dizer *o que vale e o que não vale*.

Entretanto, ao sair de modo discreto e sem muito alarde, desculpando-se pelas muitas explicações e confessando já sentir saudades deste leitor que não esboça qualquer gesto de desagrado e nem o interrompe, o cronista reitera seu otimismo e o faz via Voltaire. E, como não poderia deixar de ser, Pangloss interfere para fazer valer o otimismo do cronista. Afinal, como ele próprio o diz: *achar uma coisa ruim, não é duvidar dela, mas afirmá-la!* Ora, eis aí Machado a desvendar seu estratagema como cronista: afirmar para negar! Nesta lógica e, também pelo desencanto do cronista a essa época, vale ilustrar com enxerto extraído de crônica já comentada neste trabalho, na qual afirma que *política não é assunto da crônica*. Ao afirmar isto, como vimos anteriormente, é dizer que seu lugar é lá sim!, e não é por acaso que se indigna com os golpes do Estado, com o contragolpe do

³⁹⁹ Machado escreveria anos depois, em 1900, duas outras crônicas esporádicas para o mesmo jornal, em 4 e 11 de novembro.

Encilhamento e suas consequências, com a dissimulação dos políticos, com a corrupção à solta nos primeiros anos da República que, parece-me, o cronista já previra como manifestações sociais e políticas endêmicas a se perpetuarem e se confirmarem nos séculos vindouros. O desalento e o tom amargo de muitas de suas crônicas trouxeram-lhe a pecha de pessimista.

Contudo há a intromissão do Dr. Pangloss ajudando-o a provar: ceticismo não é pessimismo, ainda que sua teoria aponte para o oposto, o desenfreado otimismo. O intertexto vem a calhar e sustenta o cronista em momento de pessimismo pessoal. Afinal, não é dizendo não, que se diz sim? Ser cético, para o cronista, é ironizar o aforismo otimista de Pangloss, ainda que em sentido inverso, uma vez que sejam os narizes responsáveis pelos óculos ou os óculos a razão de existir dos narizes, o que vale é a dúvida que se instala. O pessimista, no entanto, caminha pela doutrina da negação absoluta, em que vale mais não ser do que ser, com o triunfo perene do mal sobre o bem. Nestes termos, Machado não era um pessimista absoluto, mas desconfiava, duvidava, e, pode-se dizer, era um pessimista contingencial, isto é, eventual, incerto e ligado a aspectos precisos de sua existência e de seu meio social.

É evidente que muito de sua descrença veio de influências literárias e filosóficas. Como ele mesmo afirma: *o céptico verdadeiro descrê de uns e de outros. Que economia de vidros e de defluxos, seu eu pudesse ter essa opinião!* Ou seja, em algo acreditava, embora pudesse duvidar em algum instante, mas acreditava! No entanto, uma das primeiras coisas que se ouve dizer sobre Machado é que era um pessimista! Um pessimista universal, que descreia de uns e de outros. Tal assertiva, porém, provém do homem analisado sob o crivo de seus grandes romances, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*, e também sob a leitura de Schopenhauer, um de seus autores prediletos, em quem, muitos acreditam, Machado tenha encontrado consolo e abrigo. Afirma-se, ainda, que a ideia central que move suas principais obras é *a inexorabilidade do destino*.⁴⁰⁰

⁴⁰⁰ Sobre a inspiração schopenhauriana na obra de Machado ver: FAORO, Raymondo, *A Pirâmide e o Trapézio*, São Paulo: Editora Nacional, 1974; GOMES, Eugênio. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. Citados em: REALE, Miguel. *A filosofia na obra de Machado de Assis*. São Paulo: Pioneira, 1992, p. 37.

1.6. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 26.2.1893, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 1º volume (1892-1893)*. W. M. Jackson Inc. Editores: Rio de Janeiro, 1957, p. 239-244.

26 de fevereiro de 1893

O que mais me encanta na humanidade, é a perfeição. Há um imenso conflito de lealdade debaixo do sol. O concêrto de louvores entre os homens pode dizer-se que é já música clássica. A maledicência, que foi antigamente uma das pestes da terra, serve hoje de assunto a comédias fósseis, a romances arcaicos. A dedicação, a generosidade, a justiça, a fidelidade, a bondade, andam a rôdo, **como aquelas moedas de ouro com que a herói de Voltaire viu os meninos brincarem nas ruas de El-Dorado**⁴⁰¹.

A organização social podia ser dispensada. Entretanto, é prudente conservá-la por algum tempo, como um recreio útil. A invenção de crimes, para serem publicados à maneira de romances, vale bem o dinheiro que se gasta com a segurança e a justiça públicas. Algumas dessas narrativas são demasiado longas e enfadonhas, como a *Maria de Macedo*⁴⁰², cujo sétimo volume vai adiantado; mas isso mesmo é um benefício. Mostrando aos homens os efeitos de um grande enfado, prova-se-lhes que o tipo do maçante, ___ ou *cacête*, como se dizia outrora ___ é dos piores dêste mundo, e impede-se a volta de semelhante flagelo. Uma das boas instituições do século é a *falange das cousas perdidas*, composta dos antigos gatunos e incumbida de apanhar os relógios e carteiras que os descuidados deixam cair, e restituí-los a seus donos. Tudo efeito de discursos morais.

Pôsto que inútil, pela ausência de crimes, o júri é ainda uma excelente instituição. Em primeiro lugar, o sacrifício que fazem todos os meses alguns cidadãos em deixarem os seus ofícios e negócios para fingirem de réus, é já um grande exemplo de civismo. O mesmo direi dos jurados. Em segundo lugar, o torneio de palavras a que se dá lugar entre os advogados, constitui uma boa escola de eloquência. Os jurados aprendem a responder aos quesitos, para o caso de aparecer

⁴⁰¹ VOLTAIRE. Op. cit., p. 180. Veja página 84.

⁴⁰² Seguramente trata-se do célebre caso de Maria de Macedo. A notícia do crime macabro rendeu notícia de primeira página na *Gazeta de Notícias* de 21.9.1892, sob o título de *Singular crime!* Eis um trecho da notícia: “E enquanto eles (os médicos durante a autópsia) abriam o tórax daquele tronco, que pela manhã fora encontrado sem cabeça, com o braço esquerdo desarticulado pela cabeça do úmero, o antebraço direito com a mão decepada e em flexão sobre o braço, as pernas cortadas pelo terço inferior do fêmur, e as partes pudendas queimadas por ácido azótico, a polícia lançava os seus mais finos *limeiros* à cata do autor daquele crime sem igual nesta capital.” À época a notícia agitou a imprensa e deliciou os leitores do gênero e décadas mais tarde seria lembrada pela *Folha*, do Rio, de 9/9/1920, p. 4, que anuncia: “Amanhã os leitores terão aqui o célebre caso Maria de Macedo – a mulher que foi esquartejada nos açougues como carne fresca.” A *Revista Ilustrada* 650, de outubro de 1892, traz ilustração dos envolvidos, do corpo decapitado e recomposto.

algum crime. Às vezes, como sucedeu há dias, enganam-se nas respostas, e mandam um réu para as galés, em vez de o devolverem à família; mas, como são simples ensaios, esse mesmo erro é benefício, para tirar aos homens alguma pontinha de orgulho e sapiência que porventura lhes haja ficado.

Mas perfeição maior, a perfeição máxima, é a de que nos deu notícia esta semana o cabo submarino. O grão-turco⁴⁰³, por ocasião do jubileu do papa, escreveu-lhe uma carta autógrafa de felicitações, acompanhada de presentes de alta valia. Não se pode dizer que sejam cortesias temporais. O papa já não governa, como o sultão da Turquia. A fineza é ao chefe espiritual, tão espiritual como o jubileu. Já cismáticos e heréticos tinham feito a mesma cousa; faltava o grão turco, e já não falta. Alá cumprimentou o Senhor, Maomé a Cristo. Tudo o que era contraste, fêz-se harmonia, o oposto ajustou-se ao aposto. Ondas e ondas de sangue custou o conflito de dous livros. A cruz e o crescente levaram atrás de si milhares e milhares de homens. Houve cóleras grandes. Houve também grandes e pequenos poetas que cantaram os feitos e os sentimentos evangélicos, ora pela nota marcial, ora pela nota desdenhosa. Um dêles dedilhou no alaúde romântico a história daquele sultão que requestava uma cantarina de Granada, e lhe prometia tudo:

Je donnerais sans retour
Mon royaume pour Médine,
Médine pour ton amour.⁴⁰⁴

___ Rei sublime, faze-te primeiramente cristão, respondeu a bela Juana; danado é o prazer que uma mulher pode achar nos braços de um incrédulo.

Tempos de Granada! já não é preciso que os sultões se cristianizem. Agora é a Sublime Porta, com a sua chancelaria, as suas circulares diplomáticas, os seus gestos ocidentais, que desaprendeu o *crê ou morre* para celebrar a festa de um grande incrédulo do Corão. Onde vão as guerras de outrora? Onde param os alfanjes tintos de sangue cristão? Naturalmente estão com as espadas tintas de sangue muçulmano. Vivam os vivos!

Eu, se pudesse dar um conselho em tais casos, propunha a emenda do breviário, *Glória a Deus nas alturas*, deve ficar; mas para que acrescentar: *e na terra paz aos homens*? A paz aí está, completa, universal, perene. Vêde Ubá⁴⁰⁵. Vêde que magnífico espetáculo deu ela a todos os municípios do Estado mineiro, fazendo uma eleição tranqüila, sem as ruins paixões que corrompem os melhores sentimentos

⁴⁰³ Título atribuído ao sultão de Constantinopla (Império Otomano) desde os tempos de Solimão I (séc XVI), depois, ao sultão da Turquia.

⁴⁰⁴ Estrofe do poema Sultan Achmet (*Les Orientales*) de Victor Hugo: “A Juana la grenadine,/ Qui toujours chante et badine,/ Sultan Achmet dit un jour:/ - Je donnerais sans retour / Mon royaume pour Médine,/ Médine pour ton amour.” Voltaire, no capítulo XXVI, quando *Candide* se põe à mesa com seis reis estrangeiros que estavam em Veneza para passar o Carnaval, cita Achmet III (1673-1736), que fora deposto em 1730.

⁴⁰⁵ Município mineiro, cuja primeiro povoado é de 1815, porém foi elevado à categoria de cidade em 1857.

dêste mundo. O governador de S. Paulo achou-se em casa com cêrca de oitenta bombons de dinamite⁴⁰⁶, ___ excelente produto da indústria local, que conseguiu reduzir um explosivo tão violento a simples doce de confeitaria.

Não falo de Pernambuco, nem do Rio Grande do Sul, nem das amazonas de Daomé⁴⁰⁷, nem das danças de Madrid, a que chamam tumultos, por ignorância do espanhol, nem da Guaratiba⁴⁰⁸, nem de tantas outras partes e artes, que são consolações da nossa humanidade triunfante.⁴⁰⁹

Mas a paz não basta. Falta dizer da alegria. Oh! doce alegria dos corações! Um só exemplo, e dou fim a isto. Aqui está o parecer dos síndicos da Geral, publicado sexta-feira. Diz que entre os nomes da proposta de concordata há alguns jocosos e outros obscenos. O parecer censura esse gênero de literatura concordatária. Escrito com a melancolia que a natureza, para realçar a alegria do século, pôs na alma de todos os síndicos, o parecer não compreende a vida e as suas belas flores. Isto quanto aos nomes jocosos. Pelo que toca aos obscenos, é preciso admitir que, assim como há bôcas recatadas, também as há lúbricas. A alegria tem tôdas as formas, não se há de excluir uma, por não ser igual às outras. A monotonia é a morte. A vida está na variedade.

Demais, que se há de fazer com acionistas que ainda devem de entradas oitenta e cinco mil oitocentos e quarenta e seis contos cento e sessenta mil e duzentos réis (85.846:160\$200)? Rir um pouco, e bater-lhes na barriga. Ora, cada um ri com a bôca que tem. Mas a prova de que a obscenidade, com a jocosidade, formas de alegria, são de origem legítima e autêntica, é que tôdas as firmas foram legalmente reconhecidas. Quando a alegria entra nos cartórios, é que a tristeza fugiu inteiramente dêste mundo.

Ao correr das crônicas machadianas, são frequentes os momentos em que o cronista concentra seus esforços em reproduzir e esboçar situações, nas quais ressalta o aspecto e o caráter humano. Através dos mais variados exemplos, concentra forças e garimpa no universo literário figuras tutelares que o ajudam na avaliação das condutas morais do indivíduo. Essas figuras, muitas vezes, em

⁴⁰⁶ Segundo a *Gazeta de Notícias* de 21.2.1893, que noticiou a tentativa de derrubar o governador de São Paulo, Bernardino de Campos, as 80 bombas foram encontradas na casa de um dos revoltosos e não na casa do governador.

⁴⁰⁷ Exército feminino de Daomé, hoje, Benin, África Ocidental; em meados do século XIX, Gezo, rei do Daomé, ordenou a incorporação militar de todas as jovens do país. Submetidas a intenso treinamento, lutaram contra a tribo de Egba, em 1851. Embora o inimigo tenha tido uma baixa cinco vezes superior, no conflito, pereceram perto de 5000 amazonas, o que determinou o desaparecimento delas.

⁴⁰⁸ Extenso bairro da cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁰⁹ Machado elenca lugares de conflito à época: Pernambuco, sob ameaça de guerra civil, vê seu governador se preparar para fugir com sua família e protestar contra a intervenção do governo federal; a guerra federalista no Rio Grande do Sul era assunto diário nos jornais; na Espanha as eleições eram tumultuadas e rendiam notícia, Daomé é ocupada pelo exército francês sob o comando do general Dodds; em Guaratiba, quando da chegada do novo intendente, houve guerra entre grupos rivais.

exercício de repetição, tal qual Pangloss, não raro reforçam determinada característica ou aspecto do homem, ademais, é predominante seu uso e relativização com o intuito de ironizar e ridicularizar.

Ora, a fonte em questão trata-se de um texto construído sobre o alicerce da ironia, uma paródia à teoria finalista elaborada por Leibniz, que Voltaire insistiu em demolir não só em *Candide*, mas também em sua correspondência e em seus famosos libelos. Por outro lado, o hipertexto, a crônica machadiana, também se faz a partir do viés irônico - basta ver a primeira frase: *O que mais me encanta na humanidade, é a perfeição*. A partir disso, nota-se que a ironia, o elemento relacional entre os textos, surge na crônica como intenção e origem da narrativa, se solidifica e ganha força até atingir intensidade extrema.

A relação transformacional advém da significação que se agrega à fonte quando transplantada ao novo contexto, este também um exercício de construção dupla: superficialmente, na condição de referência, integra-se ao texto e nele sequencia a continuidade do sentido, ou seja, à eleição dos atributos humanos selecionados pelo cronista – dedicação, generosidade, justiça, fidelidade e bondade, as moedas avistadas por Candide e Cacambo à entrada de Eldorado, configuram um exemplo sublime do desprendimento material, da benevolência, da indulgência e da caridade do espírito humano. Contudo, no texto que se constrói nas entrelinhas, nas ranhuras do palimpsesto, as moedas de ouro configuram o ápice da ironia à perfeição anunciada pelo cronista desde o início da crônica. Se Voltaire já ironiza e enfraquece o dogma filosófico ao plantar Eldorado como a sociedade perfeita, uma espécie de Shangri-lá, um mundo perfeito e paradisíaco, no qual a vida caminha livre e tranquila, em paz e em sabedoria, o cronista destitui o princípio finalista de qualquer asserção filosófica e recrudesce a ironia, ainda que em segunda mão – via referência, para ressaltar a visão pessimista que traz do homem.

Vale reiterar que o pessimismo destacado pelo cronista está atrelado ao contingencial, às sociedades, razão pela qual pontua a narrativa com uma série de exemplos tais como crimes, a intolerância religiosa entre cristãos e muçulmanos, os erros dos tribunais, as eleições corrompidas e tumultuadas, os tumultos em Madri, o tráfico de armas em São Paulo e os calotes financeiros, para citar alguns. Evidente

que para cada um deles, há correspondentes do “lado bom”, tal qual a felicitação do Grão-Turco por ocasião do jubileu do Papa e mesmo as eleições em Ubá, uma retidão que desponta como exceção à regra no Brasil do século XIX. Há, sobretudo, a intenção de destacar a hipocrisia que reina entre os homens, em suas sociedades, daí o pessimismo do cronista e a ironia que se instala.

A maledicência, o ódio, a intolerância e o fanatismo, temas caros a Voltaire, transitam por *Candide* como um simulacro do mundo real, onde prosperam em abundância. Candide, desde que fora expulso do castelo do barão de Thunder-ten-Tronckh, sofrera toda sorte de violência e humilhações: fora açoitado na Bulgária, em Lisboa, além do açoite, provara do pânico e da impotência humana frente ao catastrófico terremoto; já na América, fugira do alcance dos jesuítas até chegar ao paradisíaco Eldorado, verdadeiro oásis na sucessão de tragédias que experimentara ao longo de sua viagem. Uma pausa no périplo da personagem, mas, sobretudo, a representação de um lugar ideal onde a vida soa algo satírico, dada a correspondência com a teoria leibniziana. Por um outro viés, uma leitura mais filosófica do ideal dos pré-românticos.

Veja-se o trecho voltairiano em questão

“Voilà pourtant, dit Candide, un pays qui vaut mieux que la Westphalie.’ Il mit pied à terre avec Cacambo auprès du premier village qu’il rencontra. Quelques enfants du village, couverts de brocarts d’or tout déchirés, jouaient au palet à l’entrée du bourg; nos deux hommes de l’autre monde s’amusèrent à les regarder: leurs palets étaient d’assez larges pièces rondes, jaunes, rouges, vertes, qui jetaient un éclat singulier. Il prit envie aux voyageurs d’en ramasser quelques-uns; c’était de l’or, c’était des émeraudes, des rubis, dont le moindre aurait été le plus grand ornement du trône du Mogol.”⁴¹⁰

e a apropriação em transformação no texto machadiano :

“A maledicência, que foi antigamente uma das pestes da terra, serve hoje de assunto a comédias fósseis, a romances arcaicos. A dedicação, a generosidade, a justiça, a

⁴¹⁰ VOLTAIRE. Op. Cit.: p. 180. Veja página 84.

fidelidade, a bondade, andam a rôdo, **como aquelas moedas de ouro com que a herói de Voltaire viu os meninos brincarem nas ruas de El-Dorado.**”

Note-se que o cronista caminha em direção inversa a de Voltaire no intuito de acentuar o tom irônico. A maldade e a perversidade humana, a intolerância e o fanatismo, enfim, o conflito entre a cruz e o crescente e o sangue de milhares de mortos estão, agora, erradicados do mundo real, portanto não figuram como o simulacro deste, como fizera Voltaire, mas são deslocados para as páginas literárias. A literatura vai nutrir-se então do pior do homem para produzir obras equivalentes: romances insossos e arcaicos e comédias fósseis. Ali florescem os crimes que, a exemplo da terrível história de Maria Macedo, ganham fôlego e preenchem de um matiz colorido as páginas dos livros, ao passo que a vida real é destituída de cores e se faz alva e plena de paz, tranqüilidade, justiça e bondade. Tudo, é claro, para se ler ao inverso na crônica machadiana.

Nas imbricações com a literatura francesa não se pode deixar de notar ainda, a presença de Victor Hugo, uma outra obsessão machadiana a cruzar a superfície textual. E para um leitor mais arguto, o eco intertextual de “Où sont les neiges d’antan?”⁴¹¹ de François Villon teima em ressoar em *Onde vão as guerras de outrora?*, de certa maneira o refrão de Villon, fundado sobre o tema bíblico, encabeçado pela questão *Où sont? (Ubi sunt?)*, traz em si certas ressonâncias trágicas que lembram a fascinação pela morte no fim da Idade Média, isto é, um olhar pessimista direcionado à existência humana. O estribilho inteiro daria, então, a medida do drama que se instala com o passar do tempo, ou seja, uma nova percepção do tempo em que a beleza, a glória, a juventude e, no caso do nosso cronista, os valores morais, não subsistem à voracidade dos anos. Insistindo ainda mais na leitura inversa, volta-se a Eldorado, este sim o lugar ideal, porém, utópico, restrito às páginas literárias.

1.7. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 9.6.1895, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A*

⁴¹¹ Verso do poema *Ballade des dames du temps jadis*, de 1461. O poema faz parte da obra *Le Testament*.

Semana – 2º volume (1894-1895). W. M. Jackson Inc. Editores: Rio de Janeiro, 1957, p. 371-375.

09 de junho de 1895

Não estudei Pangloss⁴¹²; não creio que tudo vá pelo melhor no melhor dos mundos possíveis. Por isso, quando acho que censurar na nossa terra, digo com os meus botões: Há de haver males nas terras alheias, olhemos para a França, para a Itália, para a Rússia, para a Inglaterra, e acharemos defeitos iguais, e alguma vez maiores. Não costumo dizer: “Olhemos para o Japão”, porque é o único país onde parece que **tudo se aproxima do otimismo de Pangloss.** Vêde êste pedacinho da proclamação do micado ao povo, depois de vencida a China: “Regozijemo-nos pelas nossas recentes vitórias, mas é ainda longo o caminho da civilização que temos que percorrer... Não nos deixemos guiar por sentimentos de amor-próprio excessivo, caminhemos modesta e esforçadamente para a perfeição das nossas defesas militares, sem cair no extremo... O govêrno opor-se-á a todos quantos, desvanecidos pelas nossas recentes vitórias, buscarem ofender as potências amigas do Japão, e principalmente a China...” Que diferença entre esta e as proclamações dos outros grandes Estados! Em verdade, essa linguagem prova que o Japão é alguém; mas, ainda assim, impossível que lá não haja tratantes. Notemos uma cousa: nós não lemos os jornais da oposição de Tóquio.

A que propósito isto? A propósito da eleição da Bahia. Li que na apuração dos votos apareceram agora centenas de eleitores inventados, contando várias paróquias três e quatro vêzes mais do que tinham há um ano. O espanto e a indignação que êste fato causou a algumas pessoas, foram grandes, mas a falta de memória dos nossos concidadãos não é menor⁴¹³. Quem pode ignorar que essa multiplicação de eleitores não é cousa nova, nem baiana? Sabe-se muito bem que a urna é um útero. Peço licença para recordar uma frase, não delicada, não cortês, mas vigorosa, que antigamente se aplicava aos casos em que era preciso aumentar as cédulas; dizia-se: empenhar a urna. Que admira, com tal fôrça de natalidade, que os eleitores cresçam e apareçam?

É um mal, concordo; mas não haverá males análogos em outras terras? Olhemos para a Itália. As urnas italianas não são fecundas; aí vai, porém, um extraordinário fenômeno eleitoral.

Sabemos telegráficamente o resultado total da eleição da câmara. Há uns deputados governistas, uns tantos radicais, uns tantos socialistas, finalmente, um pequeno número de *indecisos*. Leitor, imita o meu gesto, deixa cair o queixo.

⁴¹² VOLTAIRE. Op. cit., p. 180. Veja página 20.

⁴¹³ Inúmeras são as crônicas em que Machado trata dos meios fraudulentos praticados nas eleições.

Certamente a indecisão é um estado ou uma qualidade do espírito, mas o que me abalou êstes pobres nervos cansados, foi imaginar a intenção dos eleitores que os mandaram para a câmara. Compreendo que os eleitores governistas perguntassem aos candidatos se eram pelo governo, e votassem nêles, e assim os outros seus colegas. Não acabo de crer que inquirissem de alguns candidatos o que eram e, ouvindo-lhes que ainda não estavam certos disso, corressem a elegê-los deputados. Uma só cousa pode explicar o fenômeno, a indecisão dos próprios eleitores; daí a escolha de pessoas não mais decididas que êles. Pode ser; mas semelhante mal parece-me ainda maior que a simples fecundação das urnas ou a multiplicação dos algarismos. Onde não há opiniões, é útil inventá-las; mas não as ter e mandar para a câmara pessoas igualmente pobres, nem é útil, nem legítimo.

Vejamos. Qual será a situação de tais deputados, quando começarem os seus trabalhos? A indecisão, antes de fazer mal ao país, faz mal ao próprio indivíduo que a tem consigo. Como falar? Como votar? Podem falar contra e votar a favor, e vice-versa, mas isso mesmo é sair da indecisão. Já não serão indecisos, serão inconscientes. Hamlet⁴¹⁴, indeciso entre o ser e o não-ser, tem o único recurso de sair de cena; os deputados podem fazer a mesma cousa. Saiam do recinto, quando se votar. Enquanto se discutir, não falem, não dêem apartes, leiam uma página de Dante⁴¹⁵, pôsto que a leitura seja amarga, uma vez que o poeta põe justamente os indecisos logo no princípio do inferno, almas que não deixaram memória de si e são desprezadas tanto pela misericórdia como pela justiça:

Fama di loro Il mondo esser non lassa;

Misericordia e giustizia li sdega:

*Non ragioniam di lor, ma guarda e passa.*⁴¹⁶

Melhor que tudo, porém, será imitar aquêle personagem de uma velha comédia, que atravessa cinco atos sem saber com qual de duas moças há de casar, e acaba escolhendo uma delas, mas dizendo à parte (o que o deputado pode fazer em voz alta para que os eleitores ouçam): “Creio que teria feito melhor casando com a outra.”⁴¹⁷ Assim se podem fundir a indecisão e o voto.

⁴¹⁴ Hamlet, Príncipe da Dinamarca, protagonista da tragédia homônima de William Shakespeare, escrita entre 1599 e 1601.

⁴¹⁵ Dante Alighieri (1265-1321), poeta, político e escritor florentino, é considerado o primeiro grande poeta da língua italiana. Autor da célebre *A Divina Comédia*.

⁴¹⁶ *A Divina Comédia*, Inferno: Canto III.

⁴¹⁷ Muito próxima a narrativa da peça mencionada pelo cronista com o conto *Brincar com fogo*, que Machado publicou no *Jornal das Famílias* em 1875. No conto, que o autor também classifica por comédia, João dos Passos, às voltas pelo bairro dos Cajueiros, conhece Lúcia e Mariquinhas. Inicia correspondência com ambas, escrevendo a elas a mesma carta; logo, altera o teor da correspondência, individualizando-a, as moças, que antes trocavam informações sobre as cartas, deixam de fazê-lo; ambas, agora, tencionam casar-se com João dos Passos e este experimenta a dúvida, pois não sabe qual delas escolher. No entanto, ele se casa com uma prima.

Dei um exemplo de defeitos que achem análogos em outras terras, sem diminuí-los da grandeza, como nos não diminuem os nossos. Nem por isso deixamos de caminhar todos na estrada da civilização, uns mais acelerados, outros mais moderados. Não vamos crer que a civilização é só êste desenvolvimento da história, esta perfeição do espírito e dos costumes. Nem por ser uma galera magnífica, deixa de ter os seus mariscos no fundo, que é preciso limpar de tempos a tempos, e assim se explicam as guerras e outros fenômenos.

Um daqueles mariscos... Perdoem-me a comparação; é o mal de quem escreve com retóricas estafadas. O melhor estilo é o que narra as cousas com simpleza, sem atavios carregados e inúteis. Vá êste e seja o último. Um daqueles mariscos da galera é a desconfiança mútua dos homens e a convicção que alguns têm da patifaria dos outros. A confiança nasceu com a terra; a inocência e a ingenuidade foram os primeiros lírios. No fim do século passado dormia-se no Rio de Janeiro com as janelas abertas. Mais tarde, a polícia já apalpava as pessoas que eram encontradas, horas mortas, a ver se traziam navalha ou gazua. Afinal, começamos a ajudar a polícia; vendo que outros povos usam do revólver, para defesa própria e natural, pegamos o costume, e a maior parte da gente traz agora o seu.

Conquanto a necessidade seja triste, sai daí um melhoramento. Era costume nesta cidade, sempre que a polícia prendia alguém, entoar em volta do agente aquêlo belo cântico da liberdade: *Não pode! Não pode! Vai acabando o costume*. Há dias, tendo um sujeito ferido ou matado a outro, foi perseguido pelo clamor público; como arrancasse a espada ao agente de polícia e usasse dela correndo, muitas pessoas correram atrás e a tiros de revólver conseguiram detê-lo e prendê-lo. O assassino ficou em sangue, verificando-se assim a sentença da Escritura: "Quem com ferro fere, perecerá pelo ferro." Este processo de capturar à distância impedirá a fuga dos malfeitores.

Mais uma vez o otimismo de Pangloss é o fio da meada através do qual o cronista dá início à narrativa em questão, diga-se, recheada de certo pessimismo, embora vá afirmar, anos mais tarde, que ao longo das crônicas da semana jamais destilara qualquer nota negativa. Não obstante o cronista comece por dizer que nunca estudara Pangloss, como já notamos neste trabalho, ela já o chamara de *meu padre-santo*⁴¹⁸, afirmara ainda que *crecera diante de Pangloss, o grande filósofo*⁴¹⁹ e, discorrera mesmo sobre a jornada de Candide ao chegar a Eldorado⁴²⁰.

⁴¹⁸ Crônica de 1.11.1886.

⁴¹⁹ Crônica de 6.11.1892.

⁴²⁰ Crônica de 26.2.1893.

Afirmar que o mal é um produto ou uma característica endêmica do Brasil do XIX é relativizar-se a Pangloss e ao seu otimismo. Melhor então é afirmar não conhecê-lo muito bem e discordar dele *ipsis literis*: *não creio que tudo vá pelo melhor no melhor dos mundos possíveis*, tal a evidência com que o mal campeia pelo país. O *mal* em questão trata-se da fraude nas eleições, assunto retomado por Machado reiteradas vezes ao longo de sua vida de cronista. O intertexto, na forma de referência é questionado antes mesmo de integrar-se ao texto. Contudo, males há em outras terras e talvez maiores, mas, ainda assim o cronista busca um lugar para mirar-se (*Olhemos para o Japão.*), isto é, um exemplo através do qual pode desenvolver sua ideia, o valor que postula. Ainda assim, a dúvida persiste já que o verbo *parece* antecede o aforismo de Pangloss, inteiramente fundido à narrativa, cuja presença pode ser reconhecida pelo sentido do significante *otimismo* a exemplo de um atributo que precede o nome do célebre filósofo.

O descrédito à filosofia finalista acompanha o cronista pelo *tour* que faz pelo mundo até chegar à notícia exata que pretende comentar, a ponto de antes de mencioná-la, perguntar: *A que propósito isto?*. Ora, se a dúvida o acompanha por outras paragens, ao chegar à Bahia ela deixa de existir. Ali o cronista mostra seu espanto e indignação face às tramóias eleitorais e na busca por um correspondente em outro país, acha a Itália, mas o mal parece ali não florescer tal qual na Bahia. Ali o mal ganha outro matiz e é chamado por indecisão, ali indecisos indicam indecisos e a ausência de opinião se lhe figura um mal maior. A estrutura da crônica é totalmente elaborada através de uma anacronia literária: Pangloss e seu otimismo, Hamlet e sua indecisão e, por fim, Dante, que reserva aos indecisos o princípio do inferno.

Em se considerando que no Brasil do XIX, poucos eram os eleitores, uma vez que as leis excluía a opinião da grande massa composta de escravos e pobres, diga-se, iletrada, a qual, bem sabia o cronista, muito provavelmente seria incapaz de absorver e digerir a retórica através da qual, ele, não só expressava seu desencanto, mas, sobretudo, criticava a sociedade de seus dias. Com isso acaba por incluí-la (a retórica) como mais um dos males que assolava sua época.

Ao longo da crônica o intertexto como elemento integrante desta retórica, ainda que desde o início integrado ao discurso do novo enunciador, o cronista, é deixado de lado, assim como as intervenções literárias, sejam elas Hamlet e Dante, para direcionar-se para assunto mais geral: a violência e a crescente onda de assaltos no Rio de Janeiro. Embora, a priori, se trate de assunto raso, não o é para o cronista, que nele vê matéria para ressaltar as mudanças de seu tempo, sejam elas tecnológicas: a substituição da faca e da gazua pelo revólver e, sociológicas, em que os indivíduos antes contrários à polícia, agora, exercem a função que a ela caberia exercer. Por fim, embora o cronista tenha incluído a retórica entre os tantos males existentes, isto não o impede de continuar a exhibir seu repertório literário ao valer-se do aforismo bíblico *Quem com ferro fere, perecerá pelo ferro*, em mais uma mostra de que jornalista e romancista já se confundiam, uma vez que a escrita de ambos já está completamente impregnada pelo literário e exhibe intensas imbricações intertextuais, ainda que o intertexto trate-se de algo tão generalizante, sem necessidade de adaptação, quanto o adágio bíblico.

1.8. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 31.5.1896, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 3º volume (1895-1900)*. W. M. Jackson Inc. Editores: Rio de Janeiro, 1961, p. 187-193.

31 de maio de 1896

A fuga dos doudos do Hospício é mais grave do que pode parecer à primeira vista. Não me envergonho de confessar que aprendi algo com ela, assim como que perdi uma das escoras da minha alma. Êste resto de frase é obscuro, mas eu não estou agora para emendar frases nem palavras. O que fôr saindo saiu, e tanto melhor se entrar na cabeça do leitor.

Ou confiança nas leis, ou confiança nos homens, era convicção minha de que se podia viver tranqüilo fora do Hospício dos Alienados⁴²¹. No bonde, na sala, na rua,

⁴²¹ Originalmente chamado de *Hospício Pedro II*, inaugurado no Rio de Janeiro em 1852, foi o primeiro hospital psiquiátrico do Brasil e da América Latina. Com o advento da república passou a chamar-se *Hospício Nacional dos Alienados*. Segundo o "Projeto dos Estatutos do Hospício Pedro Segundo", o hospício se dividiria em três níveis: o econômico (administradores), o sanitário (facultativos auxiliados pelas irmãs de caridade) e o religioso (capelães). Os "alienados" admitidos no Hospício eram classificados sob quatro diferentes categorias: indigentes

onde quer que me deparasse pessoa disposta a dizer histórias extravagantes e opiniões extraordinárias, era meu costume ouvi-la quieto. Uma ou outra vez sucedia-me arregalar os olhos, involuntariamente, e o interlocutor, supondo que era admiração, arregalava também os seus, e aumentava o desconcerto do discurso. Nunca me passou pela cabeça que fôsse um demente. Tôdas as histórias são possíveis, tôdas as opiniões respeitáveis. Quando o interlocutor, para melhor incutir uma idéia ou um fato, me apertava muito o braço ou me puxava com fôrça pela gola, longe de atribuir o gesto a simples loucura transitória, acreditava que era um modo particular de orar ou expor. O mais que fazia, era persuadir-me depressa dos fatos e das opiniões, não só por ter os braços mui sensíveis, como porque não é com dous vinténs que um homem se veste neste tempo.

Assim vivia, e não vivia mal. A prova de que andava certo, é que não me sucedia o menor desastre, salvo a perda da paciência; mas a paciência elabora-se com facilidade; ___ perde-se de manhã, já de noite se pode sair com dose nova. O mais corria naturalmente. Agora, porém, que fugiram doudos do hospício e que outros tentaram fazê-lo (e sabe Deus se a esta hora já o terão conseguido), perdi aquela antiga confiança que me fazia ouvir tranqüilamente discursos e notícias. É o que acima chamei uma das escoras da minha alma. Caiu por terra o forte apoio. Uma vez que se fuge do hospício dos alienados (e não acuso por isso a administração) onde acharei método para distinguir um louco de um homem de juízo?⁴²² De ora avante, quando alguém vier dizer-me as cousas mais simples do mundo, ainda que me não arranque os botões, fico incerto se é pessoa que se governa, ou se apenas está num daqueles intervalos lúcidos, que se permitem ligar as pontas da demência às da razão. Não posso deixar de desconfiar de todos.

A própria pessoa, ___ ou para dar mais claro exemplo, ___ o próprio leitor deve desconfiar de si. Certo que o tenho em boa conta, sei que é ilustrado, benévolo e paciente, mas depois dos sucessos desta semana, quem lhe afirma que não saiu ontem do Hospício? A consciência de lá não haver entrado não prova nada; menos ainda a de ter vivido desde muitos anos, menos ainda sua mulher e seus filhos, como

(não pagantes) e pensionistas de 1^a, 2^a ou 3^a classe, os quais pagariam cotas diárias de acordo com a classe. Em sua inauguração o hospício tinha capacidade para 150 pacientes, com o fim das obras, em 1854, a capacidade sobe para 300 alienados (150 homens e 150 mulheres), na década de 70 este montante seria ampliado, resultado das novas obras no edifício, a partir de então, o número de pacientes homens salta para 240.

⁴²² Jean-Étienne Esquirol (1772-1840) foi quem elaborou a descrição médica da monomania (forma de insanidade mental em que o indivíduo dirige a atenção para um só assunto; ideia fixa), definindo-a como um delírio parcial do cérebro, momentos em que o indivíduo alterna estados de lucidez e de loucura. Assim, como definir cientificamente se determinada pessoa era louco ou não?

Bom lembrar que Pinel já havia classificado os alienados em dementes, idiotas, maníacos e melancólicos. (MACIEL, Laurinda Rosa. *Um lugar para aprisionar a loucura criminosa. Hist. cienc. saúde-Manguinhos* [online], 1999, vol. 6, n.2 [cited 2009-06-24], pp. 445-452. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000300013&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-5970. doi: 10.1590/S0104-59701999000300013. Consulta em 24.6.2009.)

diz Lulu Sênior⁴²³. É sabido que a demência dá ao enfêrmo a visão de um estado estranho e contrário à realidade. Que saiu esta madrugada de um baile? Mas os outros convidados, os próprios noivos que saberão de si? Podem ser seus companheiros da Praia Vermelha⁴²⁴. Este é o meu terror. O juízo passou a ser uma probabilidade, uma eventualidade, uma hipótese.

Isto, quanto à segunda parte da minha confissão. Quanto à primeira, o que aprendi com a fuga dos infelizes do Hospício, é ainda mais grave que a outra. O cálculo, o raciocínio, a arte com que procederam os conspiradores da fuga, foram de tal ordem, que diminuí em grande parte a vantagem de ter juízo. O ajuste foi perfeito. A manha de dar pontapés nas portas para abafar o rumor que fazia Serrão⁴²⁵ arrombando a janela do seu cubículo, é uma obra-prima; não apresenta só a combinação de ações para o fim comum, revela a consciência de que, estando ali por doudos, os guardas os deixariam bater à vontade, e a obra da fuga iria ao cabo, sem a menor suspeita. Francamente, tenho lido, ouvido e suportado cousas muito menos lúcidas.

Outro episódio interessante foi a insistência de Serrão em ser submetido ao tribunal do júri, provando assim tal amor da absolvição e conseqüente liberdade, que faz entrar em dúvida se se trata de um doudo ou um simples réu. Não repito o mais, que está no domínio público e terá produzido sensações iguais às minhas. Deixo vacilante a alma do leitor. Homens tais não parecem artífices de primeira qualidade, espíritos capazes de levar a cabo as questões mais complicadas dêste mundo?

Não quero tocar no caso de Paradedá Júnior, que lá vai mar em fora, por achá-lo tardio. Meio século antes, era um bom assunto de poema romântico. Quando, alto mar, o infeliz revelasse, por impulsão repentina, o seu verdadeiro estado mental, a cena seria terrível, e a inspiração germânica, mais que qualquer outra, acharia aí uma bela página. O poema devia chamar-se *Der nãrrische Schiff*⁴²⁶. Descrição do mar, do navio e do céu; a bordo, alegria e confiança. Uma noite, estando a lua em todo o esplendor, um dos passageiros contava a batalha de Leipzig⁴²⁷ ou recitava uns

⁴²³ Pseudônimo de José Ferreira de Sousa Araújo (1840-1900), jornalista, poeta, teatrólogo, tradutor, diplomado em Medicina e um dos colaboradores da coluna *Balas de Estalo*, na *Gazeta de Notícias*, no ano de 1887. Além de Lulu Sênior, escreveu com os pseudônimos de Ferreira de Araújo e José Telha.

⁴²⁴ Localizado no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, o *Hospício* foi ali instalado em 1852.

⁴²⁵ Trata-se de Custódio Alves Serrão que, em 1896, assassina seu tutor, o comendador Belarmino Brasiliense Pessoa de Melo. O episódio trouxe à tona a necessidade de uma instituição com características de manicômio judiciário, que resultou no *Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, criado no início da década de 1920, para pacientes que cometem crimes e são inimputáveis devido a seu estado mental.

⁴²⁶ *O barco tolo* (tradução literal).

⁴²⁷ Também conhecida como a Batalha das Nações, a Batalha de Leipzig, ocorreu na cidade alemã do mesmo nome em 1813. No conflito, de um lado o exército napoleônico, do outro, os exércitos da Rússia, Prússia, Áustria e Suécia. A batalha terminou com a derrota de Napoleão.

versos de Uhland⁴²⁸. De repente, um salto, um grito, tumulto, sangue: o resto seria o que Deus inspirasse ao poeta. Mas, repito, o assunto é tardio.

De resto, tôda esta semana foi de sangue, ___ ou por política, ou por desastre, ou por desfôrço pessoal. O acaso luta com o homem para fazer sangrar a gente pacata e temente a Deus. No caso de Santa Teresa⁴²⁹, o cocheiro evadiu-se e começou o inquérito. Como os feridos não pedem indenização à companhia, **tudo irá pelo melhor no melhor dos mundos possíveis**⁴³⁰. No caso da Copacabana⁴³¹, deu-se a mesma fuga, com a diferença que o autor do crime não é cocheiro; mas a fuga não é privilégio de ofício, e, ademais, o criminoso já está prêso. Em Manhauçu⁴³² continua a chover sangue, tanto que marchou para lá um batalhão daqui⁴³³. O comendador Ferreira Barbosa, (a esta hora assassinado) em carta que escreveu ao diretor da *Gazeta* e foi ontem publicada, conta minuciosamente o estado daquelas paragens. Os combates têm sido medonhos. Chegou a haver barricadas. Um anônimo declarou pelo *Jornal do Comércio*⁴³⁴ que, se a comarca de S. Francisco tornar à antiga província de Pernambuco, segundo propôs o Sr. Senador João Barbalho⁴³⁵, não irá sem sangue. Sangue não tarda a escorrer do jovem Estado (peruano) do Loreto⁴³⁶...

Enxuguemos a alma. Ouçamos, em vez de gemidos, notas de música. Um grupo de homens de boa vontade vai dar-nos música velha e nova, em concertos populares, a preço cômodo. Venham êles, venham continuar a obra do Clube

⁴²⁸ Johann Ludwig Uhland (1787-1862), poeta romântico alemão. Um de seus poemas mais conhecidos, *Der gute Kamerad*, de 1809, foi musicado em 1825 por Friedrich Silcher, e como parte integrante das cerimônias das forças armadas da Alemanha, é cantado pelos alemães a exemplo do hino nacional deles.

⁴²⁹ Bairro da cidade do Rio de Janeiro que surgiu a partir do convento no mesmo nome no século XVIII.

⁴³⁰ VOLTAIRE. Op. cit., p. 180. Veja página 20.

⁴³¹ Célebre bairro da zona sul carioca.

⁴³² Município do Estado de Minas Gerais, situado ao norte da Zona da Mata mineira e fundado em 1877.

⁴³³ Em 1896, houve a disputa pelo poder local entre dois coronéis, Serafim Tibúrcio da Costa e Frederico Antônio Dolabela. Após perder as eleições de modo considerado fraudulento, o Serafim Tibúrcio e seu companheiro Coronel Antônio de Miranda Sette pegaram em armas, proclamando a República de Manhauçu, inclusive emitindo títulos de crédito em nome da Fábrica de Pilação de Café e nomeando autoridades. A polícia estadual não conseguiu superar os coronéis Tibúrcio e Antônio de Miranda e seus homens. Com o apoio das forças federais, o levante foi derrubado e os revoltosos fugiram pelo vale do Manhauçu, fundando pequenos povoados.

⁴³⁴ O *Jornal do Commercio* é um importante jornal econômico brasileiro e o mais antigo diário em circulação ininterrupta na América Latina até aos nossos dias. Teve origem no *Diário Mercantil* (1824), de Francisco Manuel Ferreira & Cia., editado no Rio de Janeiro, voltado para o noticiário econômico. Adquirido por Pierre Plancher por 1:000\$000 (um conto de réis), teve o seu nome mudado para *Jornal do Commercio* (31 de Agosto de 1827). De 1890 a 1915, sob a direção de José Carlos Rodrigues, contou em suas páginas com os nomes de Rui Barbosa, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Júnior, Afonso Celso e outros. Era então editorialista José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912). Atualmente, o diário integra os Diários Associados. Veja também nota 205.

⁴³⁵ João Barbalho Uchôa Cavalcanti (1846-1909) foi advogado, senador e ministro do governo de Deodoro da Fonseca.

⁴³⁶ Com o declínio econômico deixado pela Guerra do Pacífico, ganharam força, no Peru, antigos e ignorados focos federalistas; em 2 de maio de 1896, o militar José Mariano Madueño lidera revolta contra o governo de Nicolas de Pierola. Após a rebelião, Madueño assume como chefe militar, nomea Ricardo Aramburu Seminário governador e proclama a formação do Estado Federal de Loreto. Os insurgentes alegavam reconhecer o Governo do Pierola, porém Loreto governa por conta própria até o Peru adotar o sistema federativo.

Beethoven⁴³⁷, que foi por tanto tempo o centro das harmonias clássicas e modernas. Tinha de acabar, acabou. Os *Concertos populares*⁴³⁸ também acabarão um dia, mas será tarde, muito tarde, se considerarmos a resolução dos fundadores, e mais a responsabilidade que há de arrancar a alma ao tumulto vulgar para a região serena e divina... Um abraço ao Dr. Luís de Castro⁴³⁹.

Pela minha parte, proponho que, nos dias de concerto, a Companhia do Jardim Botânico⁴⁴⁰, excepcionalmente, mêta dez pessoas por banco nos bondes elétricos, em vez das cinco atuais. Creio que não haverá representação à prefeitura, pois todos nós amamos a música; mas dado que haja, o mais que pode suceder, é que a prefeitura mande reduzir a lotação às quatro pessoas do contrato; em tal hipótese, a companhia pedirá, como agora, segundo acabo de ler, que a prefeitura reconsidere o despacho, ___ e as dez pessoas continuarão, como estão continuando as cinco. Há sempre erro em cumprir e requerer depois; o mais seguro é não cumprir e requerer. Quanto ao método, é muito melhor que tudo se passe assim, no silêncio do gabinete, que tumultuosamente na rua: *Não pode! não pode!*

Logo de início o cronista confessa residir no real, nos fatos, as escoras de sua alma. Alterá-los ou invertê-los repentinamente equivale a erradicar suas referências. A fuga dos doidos do Hospício, exaustivamente comentada na imprensa da época, o atormenta a ponto de ausentar-se propositadamente de seu estilo característico d’*A Semana*, no qual a escrita é marcada sobremaneira pelo matiz literário. Esta crônica,

⁴³⁷ Inaugurado em 4 de janeiro de 1882, o *Clube Beethoven* abrigava saraus com os principais nomes da música clássica em uma casa no Catete. Com a admissão de Machado de Assis no clube, é possível que o local tenha construído uma seção de jogos. O escritor era um apaixonado por xadrez e tinha posição destacada nos círculos enxadrísticos no tempo do Império. Apesar da fama que o clube conquistou na época, o próprio Machado justificou nas páginas de *A Semana*, de 5 de julho de 1896, que tudo que é bom tem seu fim. "Mas tudo acaba, e o Clube Beethoven, como outras instituições idênticas, acabou. A decadência e a dissolução puseram termo aos longos dias de delícias". (Nota a partir do site da ABL: www.machadodeassis.org.br/abl/)

⁴³⁸ O Clube Beethoven era “uma sociedade restrita” aos homens, promovendo “seus saraus íntimos”, os quais foram, por muito “tempo, o centro das harmonias clássicas e modernas” da cidade. Com seu sucesso, “o nome do clube cresceu, entrou pelos ouvidos do público” e como as senhoras não podiam “penetrar naquele templo”, resolveram “dar alguns concertos especiais no Cassino”, até que o Clube construiu no jardim outro edifício, onde se “deram concertos a todos...” A associação cresceu e “entrou a ser mau gosto não ir àquelas festas mensais.” Mas, já em 1896, esse Clube havia acabado e “um grupo de homens de boa vontade” reunia-se para dar à cidade música por meio de uma série de “Concertos Populares” (BORGES, Valdeci Rezende. *Em busca do mundo exterior: sociabilidade no Rio de Machado de Assis, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28, 2001*) A sociedade foi criada por Alberto Nepomuceno.

⁴³⁹ Crítico musical e ensaiador, bastante ativo no meio musical no Rio do XIX. A *Gazeta de Notícias* de 6.8.1897, publica notícia de primeira página em que anuncia a peça teatral de Coelho Netto – *Pelo amor!*, que seria representada no *Cassino Fluminense* com música de Leopoldo Miguez e direção musical de Luís de Castro.

⁴⁴⁰ Em 1859 circula o primeiro bonde na cidade do Rio de Janeiro, puxado a burro; em 1862, a tração animal é substituída por máquinas a vapor; em 1866, é organizada a Botanical Garden Rail Road Company. A empresa, que mais tarde se transformaria na Cia. de Carris do Jardim Botânico, foi organizada a partir da concessão obtida pelo engenheiro americano Charles Greenough ao Barão de Mauá. A concessão da Cia. Jardim Botânico só terminaria em 31.12.1960.

nota-se, pauta pelo sequenciamento dos acontecimentos, estes, na função de conectores responsáveis pelo encadeamento da narrativa.

“... onde acharei método para distinguir um louco de um homem de juízo?”

A dúvida do cronista, embora pareça pessoal, não o é; a questão que se colocava era motivo de preocupação por parte das autoridades e de longos estudos e reflexão por parte de estudiosos. Explica-se: a segunda metade do século XIX e o início do século XX foram marcados por discussões sistemáticas sobre o crime, os criminosos e as implicações com o estado mental destes, já que em muitos casos eram considerados inimputáveis por seus crimes, ou porque declarados efetivamente loucos, ou porque transitavam pela linha fronteira ténue e indecifrável entre a loucura e a sanidade. As questões que se colocavam e as explicações eram muitas: desde a dificuldade de a sociedade absorver a excessiva mão-de-obra escrava e o intenso êxodo rural que inchava as cidades e provocava seu crescimento desordenado, até o crescimento demográfico e a incapacidade das cidades de absorver todos esses indivíduos. Não evidentemente que todo criminoso fosse louco, alienado, mas a questão andava à solta, discutiam-se as razões que levavam um cidadão a cometer um crime e, entre elas, a insanidade mental aparecia como forte componente e ganhava reforços com os estudos que despontavam à época⁴⁴¹. Houve então o surgimento de um número crescente de instituições médicas e carcerárias e, até mesmo a vadiagem foi inserida no contexto como transgressão, configurando crime.

A célebre fuga dos doidos do Hospício ao qual o cronista credita abalar as escoras de sua alma, de fato era assunto espinhoso para a *intelligentzia* da época. O protagonista do evento, Custódio Alves Serrão, acusado de matar seu tutor, foi dado por louco e encarcerado no Hospício. Contudo, Serrão pleiteava ser julgado como criminoso e ir para uma prisão, pois, como afirmava, tinha consciência de seu

⁴⁴¹ Phillippe Pinel (1745-1826), considerado o pai da psiquiatria foi o primeiro a tentar descrever e classificar algumas das perturbações humanas. Notabilizou-se, ainda, por afirmar que os seres humanos que sofriam perturbações mentais eram doentes e deviam ser tratados como tal, e não de forma violenta, como se fazia à época. Seu trabalho foi continuado por Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), seu discípulo. A partir daí os estudos se proliferaram e ganham reforço importante com a publicação de *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades*, de Benedict Augustin Morel (1809-1873), em 1857.

crime, das razões que o levaram a tal⁴⁴² e não se achava louco. A estratégia, a combinação de ações e a organização da fuga surpreenderam o cronista, donde a satírica como elemento narrativo a provocar a dúvida. Afinal, quem seriam os loucos, os despossuídos de razão? Aqueles que lá estavam trancafiados, incapazes de responder aos estímulos da sociedade, ou esta, que mal sabia distinguir os movimentos e o encadeamento lógico daqueles? Gestos, cacoetes, ideias e histórias fantásticas de seus interlocutores são relativizadas às ações precisas e lógicas dos loucos encarcerados.

No jogo literário, a ação refratária dessa relativização reflete mais uma vez no mundo real, nos fatos. O cronista elenca então, uma série de acontecimentos, os quais sinalizam a *perda da razão* dos que se movem e atuam entre os seres ditos *normais*, cá fora, no mundo real. A lista inclui fugas, crimes, levantes, rebeliões, acidentes e o desrespeito à lei. O paralelo com as desventuras de Candide, em princípio poderia parecer forçoso, no entanto, à menção do aforismo voltairiano, o matiz irônico se instala e a crítica que há muito se perfazia persiste. O intertexto está inteiramente absorvido pelo texto. Ao leitor não é oferecido qualquer indício que o remeta a Pangloss ou a Voltaire. Cabe a ele somente, através de seu repertório literário, a elucidação e o entendimento do aforismo que eleva o grau da ironia presente na narrativa.

Se por um lado a ironia se constrói pela antítese entre a relação de falhas morais ou físicas do homem de sua época e a assertiva de que *tudo irá pelo melhor dos mundos possíveis*, por outro a referência funciona como elemento de completude da crônica, uma vez que o cronista, ainda que rapidamente, toca em assunto assaz discutido na época, o descumprimento pelas companhias de bonde da lei que determinava a quantidade de passageiros permitidos em cada vagão, uma das razões dos frequentes acidentes e atropelamentos, os quais eram logo absolutamente esquecidos por elas, as companhias, e pelo poder público. O intertexto não só funciona como elemento possível para instigar as autoridades e acentuar a crítica, como permite que o enunciador vá direto ao ponto de assunto tão

⁴⁴² Serrão afirmara que seu tutor, Belarmino Brasiliense Pessoa de Melo, o perseguia. Seu irmão já há quatro havia sido internado por ele em um hospício; a irmã mais nova, ainda menor de 18 anos, permanecia sob a tutela de Belarmino. Serrão afirmara que após uma discussão, “num acesso de loucura” disparara o revólver contra Belarmino. Logo após o crime procurou as autoridades e se entregou.

importante e minimizado pela grande manchete da semana, a fuga dos loucos. Nas palavras de Meyer⁴⁴³, um jogo de palavras que se assemelha a La Rochefoucauld e a La Bruyère, enfim, uma escrita que demonstra *o prazer do tiro certo, da flecha viva que ainda vibra, cravada no alvo*.

Com isso, mais uma vez, do conto voltairiano *Candide*, o cronista retira referências, que no jogo intertextual, trabalham como enxertos a construir sentidos e, sobretudo, destacam características do cronista/enunciador, dentre elas a ironia, a qual, aos poucos, ganha foro de vício de espírito e torna-se imperiosa, enfim, um hábito, uma mania que o acompanhará no jogo de palavras que perfaz sua escrita ao longo da vida.

⁴⁴³ MEYER, Augusto. *À sombra da estante - ensaios*. Rio de Janeiro: Editôra J. Olympio, 1947, p. 37.

V. Análise crítica – 3ª parte

Esta última série de crônicas compreende aquelas em que as referências têm relação direta com nosso autor: a língua, o conto, o espírito, o riso, embora dentre elas se destaque o conto, inserido entre a generalidade dos gêneros literários que aqui se particulariza e ganha predicados restritos, pois se trata do conto filosófico, cuja origem/criação está em Voltaire e foi a ele creditada por inúmeros teóricos. Ademais, as outras referências surgem como atributos do grande autor francês e, se evocadas por nosso cronista, só o foram porque consolidadas ao longo da circulação literária. Nas crônicas a seguir, tais referências - se comparadas às citações já vistas, têm sua dimensão intertextual relativamente restrita, ou seja, a configuração de sentidos que porventura produzam tem extensão reduzida, contudo, vale lembrá-las também pelo caráter universal e flexível de cada uma delas. Na sequência, será tratado cada aspecto em separado, seguido da crônica como exemplo de sua ocorrência.

1.1. A língua de Voltaire

A marca francesa como um dos constitutivos que contribuíram para a formação da cultura brasileira ao longo do século XIX já se tornou afirmação banal. A compreensão de muito do que pensávamos – e pensamos, deve-se à cultura francesa, um *misto de tradição e modernidade*⁴⁴⁴, para a qual nos voltamos em nossa tentativa de acesso ao grupo das nações ditas civilizadas. As contribuições foram muitas e em todos os campos: filosofia, medicina, geografia, literatura, tecnologia e, não menos, a moda, que fez da Rua do Ouvidor, no centro do Rio, o ponto de convergência da elite brasileira, tal a quantidade de lojas e produtos franceses ali disponíveis. Ali se falava francês, assim como na corte afrancesada acantonada nos trópicos, donde ter-se cunhado expressões tais como *Paris Tropical*, para se referir à capital federal e, *Belle Époque Tropical*⁴⁴⁵, para tratar da virada do século XIX para o XX, em que a sociedade e a cultura na cidade do Rio de Janeiro, focavam - e copiavam - o que se produzia na capital francesa.

⁴⁴⁴ PASSOS, Gilberto P. Op. cit., p. 23. Veja página 11.

⁴⁴⁵ NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Em um texto de grande importância para os estudos brasileiros – *O francês instrumento de desenvolvimento*⁴⁴⁶, Antônio Cândido traça o percurso do francês como língua que adquire caráter universal em fins do século XVIII e ao longo do século XIX, relativiza as línguas clássicas – o latim e o grego, na Europa, até chegar às nações sul-americanas numa época de transformação radical das visões de mundo, em que a era industrial toma forma e que, portanto, as línguas clássicas já não respondiam pela compreensão das novas fontes de cultura e desenvolvimento que se avizinhavam. O autor é enfático ao afirmar que foi “graças ao francês que pudemos ver o mundo, que adquirimos o senso da História, que lemos os clássicos de todos os países, inclusive gregos e romanos”⁴⁴⁷.

Em se tratando de literatura lemos Goethe, Byron, Schiller, Hegel, Poe, etc., em versões francesas, incluindo-se aí, as eventuais *lacunas francesas*, pois, como afirma Cândido, “as traduções e interpretações eram algumas vezes deformantes e até empobrecedoras”, além do que, descobrimos o romance russo a partir de 1880, ainda que em versões francesas sofríveis, fato que os próprios franceses se encarregaram de rever por volta de 1930.

A França como pólo irradiador de cultura e modelo ao qual nos voltamos em detrimento da cultura portuguesa – fato aqui já comentado, fez com que sua língua e cultura adquirissem certa “aura” de prestígio principalmente entre a elite brasileira. Evidente que diante de tal interesse os filhos dessa elite fossem desde muito cedo expostos ao aprendizado daquela que viria a ser conhecida como a língua de Voltaire. “A publicação de um livro didático, os *Princípios Geraes ou verdadeiro methodo para se aprender a ler e pronunciar a Lingua Francesa, devia fazer falta na praça, pois é o primeiro do gênero que se publicou no Brasil.*”, afirma Borba de Moraes⁴⁴⁸; Passos, em seu trabalho, *A Miragem Gálica*⁴⁴⁹, destaca o fato de que a língua de Voltaire era pré-requisito obrigatório para os estudantes do Largo São

⁴⁴⁶ SOUZA, Antônio Cândido de Mello et al. *O francês como instrumento de desenvolvimento*, in *O francês instrumental, a experiência na Universidade de São Paulo*. São Paulo: Hemus, 1977, p. 9-17.

⁴⁴⁷ Idem, p. 12.

⁴⁴⁸ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit., p. 33. Veja página 137.

⁴⁴⁹ PASSOS, Gilberto P. Op. cit., p. 59. Veja página 9.

Francisco ingressarem na Academia, isso em 1834. Não se pode esquecer, contudo, que também se exigia o inglês.

A universalidade da língua francesa e sua flexibilidade, já que também respondia aos anseios das classes inferiores, após o evento da Revolução, tornou-a elemento constitutivo de nosso desenvolvimento; no início do século XIX era ensino obrigatório na escola secundária brasileira. No Colégio D. Pedro II, fundado em 1837, “cujos currículos, enciclopédicos, apresentavam feição predominantemente literária”⁴⁵⁰, o francês, desde os primeiros programas de ensino, consta como uma das principais disciplinas. Needell⁴⁵¹ comenta a importância da língua francesa no ensino das diferentes disciplinas ministradas no Colégio; ali os alunos manuseavam o *Atlas* de Delamarche, a *Grammatica Franceza* de Sévene, as *Nouvelles narrations françaises* de Filon, a *História Romana* de De Rosoir et Dumont, o *Cours de Littérature française* de Charles André, o *Cours élémentaire de philosophie* de Barbe e o *Manuel d'études pour la préparation du baccalauréat en lettres: Histoire de temps modernes*, para citar alguns. Racine Fénelon, Massilon, Montesquieu, Bossuet e tantos outros faziam parte dos estudos no Colégio.

A língua francesa a qual, em seu ápice na Europa, fora elevada à condição de elemento capaz de fomentar a unidade europeia, pois, segundo o excessivo Rivarol (1784) era a única que dava conta da ordem *natural* do pensamento, aqui ganha certa obrigatoriedade entre a elite e, depois, com a disseminação das ideias libertárias oriundas da Revolução, encontra amparo também entre as classes populares, consolidando uma galomania que se estenderá por todos os campos do conhecimento e será vista como necessária ao nosso desenvolvimento e à nossa *emancipação literária*. Passos, em seu estudo *Panorama Cultural Franco Brasileiro*⁴⁵², cita trecho de *Elementos de Rhetorica Nacional*, de 1869, de Junqueira Freire I (p.50-51):

“Depois da gloriosa época da nossa emancipação política, têm surgido muitos gênios, mas ainda não temos completa a nossa emancipação literária.

⁴⁵⁰ PIETRARÓIA, Cristina Casadei. *A importância da língua francesa no Brasil: marcas e marcos dos primeiros períodos de ensino*. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 37 (2): 7-16, maio-ago, 2008, p. 8.

⁴⁵¹ NEEDELL, Jeffrey. Op. cit., p. 219. Veja página 78.

⁴⁵² PASSOS, Gilberto P. Op. cit., p. 23. Veja página 29.

Enquanto não a tivermos, e formos obrigados a seguir um norte, sigamos a França. Porque é ela o farol que ilumina todo o mundo civilizado.”

O fato é que autores como Rousseau, Montesquieu e Voltaire adquirem foros de *profetas* do novo mundo⁴⁵³, na esteira do que já ocorrera em Portugal, país que ostentava relativo atraso e prescindia das inovações técnicas, artísticas e científicas já em prática no ambiente europeu. Não por acaso Marmontel e Voltaire aparecem como mentores da Arcádia Lusitana.

Como já visto neste trabalho (capítulo 2), as bibliotecas particulares e públicas eram repletas de obras em francês, a despeito das interdições da Real Mesa Censória. Rousseau, Montesquieu, La Mettrie, Diderot, Descartes, Marmontel, Bitaubé, Corneille, Racine, Bossuet, Molière, Voltaire - e tantos outros, foram presenças constantes em inúmeros inventários, fossem eles particulares ou de bibliotecas como as jesuíticas. Casos como o da biblioteca da Academia dos Guardas-Marinha, composta essencialmente por obras técnicas, indicam a língua francesa como importante instrumento na aquisição de conhecimento, pois, conforme afirma Nizza da Silva, “se tratava de uma biblioteca predominantemente francesa, quer pelos autores, quer pelos tradutores.”⁴⁵⁴

O hábito de ler romances que atingira Portugal no início do século XIX, chega ao Brasil junto da família real e dá novo fôlego à língua francesa. Além das leituras técnicas e de cunho político, esta, mais tarde acrescida da contribuição do ecletismo de Coussin e do positivismo de Comte, a marca francesa se solidificará no país com poetas do calibre de Musset, Lamartine e Victor Hugo.

Ao longo do século XIX a França mantém-se como pólo irradiador de ideias filosóficas e literárias que só farão integrar a literatura brasileira à francesa. É de lá a origem do pré-romantismo brasileiro, assim como é de lá que virão Musset, Vigny, Victor Hugo, Chateaubriand, Lamartine, Zola, Balzac, Dumas, Stendhal, Beaudelaire e tantos outros a saciarem o desejo do leitor brasileiro, ávido pelo que se produzia

⁴⁵³ Idem, p. 19.

⁴⁵⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. cit., p. 38. Veja página 181.

na língua de Voltaire. Isto posto, cabe verificar a referência à língua de Voltaire nas crônicas machadianas.

1.2. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS* em 13.12.1896, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 3º volume (1895-1900)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1961, p. 352-358.

13 de dezembro de 1896

O senado deixou suspensa a questão do veto do prefeito acerca do impôsto sôbre companhias de teatro. Não falaria mais nisto se não se tratasse de arte em que a política não penetra, ___ ao menos que se veja. Se penetra, é pelos bastidores; ora, eu sou público, só me regulo pela sala.

Houve debate à última hora, esta semana, e debate, não direi encarniçado, para não gastar uma palavra que me pode servir em caso mais agudo... Não, eu não sou dêsses perdulários que, porque um homem diverge no corte do colête, chama-lhe logo bandido; eu poupo as palavras. Digamos que o debate foi vigoroso.

Não sei se conheceis o negócio. O que eu pude alcançar é que havia uma lei taxando fortemente as companhias estrangeiras; esta lei foi revogada por outra que manda igualar as taxas das estrangeiras e das nacionais; mas logo depois resolveu o conselho municipal que fôsse cumprida uma lei anterior à primeira... Aqui é que eu não sei bem se a lei restaurada apenas levanta as taxas sem desigualá-las, ou se as torna outra vez desiguais. Além de não estar claro no debate, succede que na publicação dos discursos há o uso de imprimir entre parêntesis a palavra *lê* quando o orador lê alguma cousa. Para as pessoas que estão na galeria, é inútil trazer o que o orador leu, porque essas ouviram tudo; mas como nem todos os contribuintes estão na galeria, (ao contrário!) a conseqüência é que a maior parte fica sem saber o que é que se leu, e portanto sem perceber a fôrça da argumentação, isto com prejuízo dos próprios oradores. Por exemplo, um orador, X..., refuta a outro, Y...:

“X... E pergunto eu, V. Ex. pode admitir que o documento de que se trata afirme o que o govêrno do Estado alega? Ouça V. Ex. Aqui está o primeiro trecho, o trecho célebre. (*Lê*) Não há aqui o menor vestígio de afirmação...

“Y... Perdão, leia o trecho seguinte.

“X... O seguinte? Ainda menos. (*Lê*) Não há nada mais vago. O governador expedira o decreto, cujo art. 4º não oferece a menor dúvida; basta lê-lo. (*Lê*) Depois disto, que concluir, senão que o governador tinha o plano feito? Querem argumentar,

Sr. presidente, com o § 7º do art. 6º ; mas essa disposição é um absurdo jurídico. Ouça a câmara. (Lê)

“Vozes: Oh! Oh!”

Não há dúvida que êste uso economiza papel de impressão e tempo de copiar; mas eu, contribuinte e eleitor, não gosto de economias na publicação dos debates. Uma vez que êstes se imprimem, é indispensável que saiam completos para que eu os entenda. Posso ser paralítico, preguiçoso, morar fora, e tenho o direito de saber o que é que se lê nas câmaras. Se algum membro ou ex-membro do congresso me lê, espero que providenciará de modo que, para o ano, eu possa ler o que se ler, sem ir passar os meus dias na galeria do congresso.

Como ia dizendo, não tenho certeza do que é lei municipal restaurada; mas para o que eu vou dizer é indiferente. O que deduzi do debate é que há duas opiniões: uma que entende deverem ser as companhias estrangeiras fortemente taxadas, ao contrário das nacionais, outra que quer a igualdade dos impostos. A primeira funda-se na conveniência de desenvolver a arte brasileira, animando os artistas nacionais que aqui labutam todo o ano, seja de inverno, seja de verão. A segunda, entendendo que a arte não tem pátria, alega que as companhias estrangeiras, além de nos dar o que as outras não dão, têm de fazer grandes despesas de transporte, pagar ordenados altos e não convém carregar mais as respectivas taxas. Tal é o conflito que ficou suspenso.

Eu de mim creio que ambas as opiniões erram. Não erram nos fundamentos teóricos; tanto se pode defender a universalidade da arte como a sua nacionalidade; erram no que toca aos fatos. Com efeito, é difícil, por mais que a alma se sinta levada pelo princípio da universalidade da arte, não hesitar quando nos falam da necessidade de defender a arte nacional; mas é justamente êste o ponto em que a visão do conselho municipal, do prefeito e do senado me parece algo perturbada.

Pôsto não freqüente teatros há muito tempo, sei que há aí uma arte especial, que eu já deixei em botão. Essa arte (salvo alguns esforços louváveis) não é propriamente brasileira, nem estritamente francesa; é o que podemos chamar, por um vocábulo composto, a arte franco-brasileira. A língua de que usa dizem-me que não se pode atribuir exclusivamente a **Voltaire**, nem inteiramente a Alencar; é uma língua feita com partes de ambas, formando um terceiro organismo, em que a polidez de uma e o mimo de outra produzem nova e não menos doce prosódia.

Êste fenômeno não é único. O teuto-brasileiro é um produto do sul, onde o alemão nascido no território nacional não fica bem alemão nem bem brasileiro, mas um misto, a que lá dão aquêlê nome. Ignoro se a língua daquele nosso meio patricio e inteiro colaborador é um organismo igual ao franco-brasileiro; mas se as escolas

das antigas colônias continuam a só ensinar alemão, é provável que domine esta língua. Nisto estou com La Palisse.⁴⁵⁵

Não é pelo nascimento dos artistas que a arte franco-brasileira existe, mas por uma combinação do Rio com Paris ou Bordéus. Essa arte, que as finadas Mmes. Doche⁴⁵⁶ e D. Estela⁴⁵⁷ não reconheceriam por não trazer a fisionomia particular de um ou de outro dos respectivos idiomas, tem a legitimidade do acôrdo e da fusão nos elementos de ambas as origens. Quando nasceu? É difícil dizer quando uma arte nasce; mas basta que haja nascido, tenha crescido e viva. Vive, não lhe peço outro certidão.

Acode-me, entretanto, uma idéia que pode combinar muito bem as duas correntes de opinião e satisfazer os intuitos de ambas as partes. Essa idéia é lançar uma taxa moderada às companhias estrangeiras e libertar de todo impôsto as nacionais. Dêste modo, aquelas virão trazer-nos todos os invernos algum regalo novo, e as nacionais poderão viver desabafadas de uma imposição onerosa, por mais leve que seja. Creio que assim se cumprirá o dever de animar as artes, sem distinção de origens, ao mesmo tempo que se protegerá a arte nacional. Que importa que, ao lado dela, seja protegida a arte franco-brasileira? Esta é um fruto local; se merece menos que a outra, não deixa de fazer algum jus à eqüidade. Aí fica a idéia; é exeqüível. Não a dou por dinheiro, mas de graça e a sério.

Não me arguam de prestar tanta atenção à língua de uma arte e à meia língua de outra. Grande cousa é a língua. Aquê diplomata venezolano que acaba de atordoar os espíritos dos seus compatriotas pela revelação de que o tratado celebrado com a Inglaterra, graças aos bons ofícios dos Estados Unidos, serve ao interêsse dêstes dous países com perda para Venezuela, pode não ter razão (e creio que não tenha), mas dá prova certa do que vale a língua. Os outros dous são inglêses, falam inglês; foi o pai que ensinou esta língua ao filho. Venezuela é uma das

⁴⁵⁵ Jacques II de Chabanes (1470-1525), também conhecido por Jacques de La Palice (ou de La Palisse), nobre e militar francês. Machado naturalmente se refere a ideia implícita que o nome de La Palisse evoca. Ao contrário do que leva a crer La Palisse não escreveu coisa alguma, no entanto, devido à sua grande popularidade, os soldados em homenagem a sua coragem na Batalha de Pavia, onde perdeu a vida, escreveram a canção *La mort de La Palice*, com a seguinte estrofe: “Hélas, La Palice est mort,/ Est mort devant Pavie;/ Hélas, s'il n'était pas mort,/ Il ferait encore envie.”; o último verso foi deformado e tornou-se: “Il serait encore en vie”. Com isso surge o termo palissada, dada a repetição nos dois últimos versos de uma afirmação que poderia ser deduzida sem qualquer ambiguidade a partir de uma afirmação contida no primeiro deles.

⁴⁵⁶ Marie, Charlotte Eugénie Doche (1821-1870), a primeira atriz a representar, em 1852, o papel da cortesã Marguerite Gautier na célebre peça de Dumas, *La dame aux camélias*, tendo interpretado este papel até o ano de 1862, cerca de 500 vezes.

⁴⁵⁷ Estela Sezefreda dos Santos (1810-1870), bailarina e atriz conhecida no Rio do século XIX, foi esposa do ator João Caetano. Machado, reiteradas vezes menciona a atriz em suas crônicas: em 19.6.1864, na *Semana Ilustrada* lamenta o abandono que o público reservou à atriz em sua velhice, após a morte de João Caetano: “Por falar em espetáculo ao ar livre, vem a pêlo falar de um espetáculo, representado sob a atmosfera pesada da pobreza. Refiro-me ao benefício, ou antes malefício, feito no Teatro Lírico, pela eminente atriz brasileira a Sra. D. Estela Sezefreda dos Santos. Por Deus! não é só o amor da arte que falece nesta terra, é também o amor do próximo! Uma artista, que tem tradição tão gloriosa em nosso palco, e que, no declínio da vida, luta quase com a miséria, para poder sustentar honradamente a suas filhas, tinha direito a esperar maior concorrência do público.”

muitas filhas e netas de Espanha que se deixaram ficar por êste mundo. A língua castelhana é rica; mas é menos falada. Se o diplomata tivesse razão, em Caracas, que é o Rio de Janeiro de Venezuela, as companhias nacionais é que agüentariam os maiores impostos, enquanto que as de Londres e New York representariam sem pagar nada. Mas é um desvario, decerto; esperemos outro telegrama.

Relevem o estilo e as idéias; a minha dor de cabeça não dá para mais.

Em se considerando a natureza da crônica, gênero meio jocoso, meio pé-de-chinelo - como já dissera Marlyse Meyer, é de se concordar com Agrippino Grieco, quando este afirma que Machado o tornara *demasiado cerebral* e que suas crônicas padeciam de certa *crepitação de alegria*, à maneira das de João do Rio.⁴⁵⁸ Tal é o caso da crônica em questão, na qual o cronista trata da questão tributária envolvendo as companhias de teatro. Evidente que o assusto destina-se a um público específico. Aliás, Grieco já se ressentira do fato de as crônicas da *Semana* serem destinadas *mais a intelectuais que a homens do povo*, contudo, há que se considerar o público leitor da época, na passagem do século XIX para o XX, composto em esmagadora maioria de analfabetos⁴⁵⁹, o que confirma a tese de Grieco.

O cronista, já distante dos tempos do *Diário do Rio de Janeiro*, época em que era assíduo frequentador dos teatros e colocava sua pena a serviço das artes cênicas, hoje, embora defenda incentivos ao teatro ao sugerir a extinção do imposto para as companhias nacionais, prefere não diferenciá-las das estrangeiras, pois esteticamente é adepto do princípio da universalidade da arte. As dificuldades, reconhece, existem para ambas e, fato que passa ao largo dos parlamentares, é a imbricação a que chegou as culturas francesa e brasileira, na qual o cronista vê a língua como elemento de destaque. É a partir da justaposição de culturas, do entrelaçamento das artes e da língua misturada que o cronista reitera o uso do vocábulo *arte franco-brasileira*, portanto, só possível dada a existência dessa arte miscigenada e amalgamada de forma a tornar irrealizável a separação das línguas

⁴⁵⁸ GRIECO, Agrippino. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959, p. 109-110.

⁴⁵⁹ Hélio de Seixas Guimarães em seu *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*, (p. 66), comenta o fato de que na virada do século XIX para o XX, apenas 18% da população brasileira seriam alfabetizados, e, capazes de livros seriam meros 2% desses 18%. À época, Sílvio Romero já se indignara do abismo existente entre os homens de letras e o público.

de Voltaire e Alencar, que surge *um terceiro organismo, em que a polidez de uma e o mimo de outra produzem nova e não menos doce prosódia.*

Evidente que a prosódia indiciada pelo cronista tem lá seus traços de zelo e atenção, porém, não deixa de ser curioso o texto abaixo, extraído do *Diário do Rio de Janeiro*, de 1.10.1876 (p. 3), uma prova do emaranhado e da dimensão que a língua de Voltaire alcançou no país.

(transcrição)

Jé vus é pri cavaquinho

Monsieur le redacteur do le vieu « Diario do le Fleuve de Janvier

Jé dei a le asar, une seconde decuvér que les anfan de la Candinhe on fét sur le moveze habitude de une de notre premier organe de publicité, que done de noticie que non le a partien pá.

An de ces anfan, a lu dansune illustracion francese nomé -, Les Ecóu de le Grand Operá do le Roaiume de la Lune » - la noticie de la operá de Monsieu Charles Gomes, que le grand organe á escamotié e á impingido ou publique fluminense come ouvre de la meson, sans oncune consideracion ni respeito que les journaliste conscieucieuse doave avoar pur le publique.

Pour mieu guidê la mechancetê de le publique, tujur ami de chose ridicule, jé vu demande, pour faveur, eiê la bontê de publiê cet núvelle decuvert, dans an cutê le article de la « Illustracion de le Roaiume de la Lune, e de lotre le article de Monsieur Douteur Lui, de façon que les curieuse puisse confrontê la geringonce que le ecriven á fét dan le papo de la once aveque la apreciaçon de la partiture du gran maestre.

Jé la honeur de vu reiterè me protesto de la plu houte consideracion e parfête estime com que jé sui votre devuè e tres humble admiracteur,

An des anfan de la Candinhe.

Diário

Jé vus ó pr.^o cavaquinho

Monsieur le redacteur do lo vieu « Diário do le Fleuve de Janvier.

Jé deá n le asar, une segundo decuvér que les anfan de la Candinho on fét sur lo movese habitudo de uno de notre primier organe de publicidê, que dono de noticio que non le n partien pâ.

An de ces anfan, o tta dansune Illustracion fran-
cese nomé —, Les Ecôu de lo Grand Operá do lo
Roiaume de la Lune — la noticie de la oporá de
Monsieu Charles Gomas, que lo grand organe á
escamotidô o á impingido ou publico fluminanso
como ouvre de la meson, sans oncuno consideracion
ni respeito que les jornaliste consciencioso doavo
avovar par lo publicquo.

Pour mieu guidô la mechancetâ de lo publicquo,
tujur amí de chose ridicule, jé vu demande, pour
faveúr, sib la bontê de publiê est nêvelle decuvert,
dans an entê le article de la « Illustracion de lo
Roiaume de la Lune, o de lotre lo article de Mon-
sieur Deuteur Lui, de façon que les curieuso puisse
confrontrê la geringonca que le scrivén á fét dan lo
pape de la onco aveque la apreclaçon de la partiture
du gran maestre.

Jé lo honneur de vu reiterê mo proteste de la plu
bonte consideracion e parfêto estime com que jé sui
votre devuê e tres humble admirateúr,

An des anfan de la Candinho.

O texto acima é a mostra de um provável falante da língua portuguesa tentando se expressar em francês. Entretanto, as dificuldades tinham trânsito de mão dupla. Explica-se: Machado no texto crítico *O passado, o presente e o futuro da literatura*⁴⁶⁰, de 1858, e já citado no capítulo 1 deste trabalho, trata da estreita ligação que sempre mantivemos com a literatura europeia, em especial, a francesa.

Nosso cronista, ora crítico, destaca que na época colonial, “a poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu”. Adiante, reconhece que “é mais fácil regenerar uma nação, que uma literatura”, de fato, uma justificativa que explicaria nossa independência política e nossa dependência literária. Contudo, o que mais parece incomodá-lo, além da constatação de que não se podia afirmar haver um romance brasileiro e, sequer um drama brasileiro, é a “conveniência perniciosa com os romances franceses” e “a inundação de peças francesas”. Ora, mas não era Machado um francófilo cuja obra está toda salpicada de citações e referências

⁴⁶⁰ ASSIS, Machado de. *O passado, o presente e o futuro da literatura. (A Marmota)*, Rio de Janeiro, 9 e 23/4/1858. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1973, p. 788.

francesas? A resposta não é exatamente uma aversão à cultura ou à literatura francesas, mas sim, às traduções *cheias de equívocos, sensaborões às vezes*.

Não que reiterasse a literatura dos originais - o que obrigaria a um bilinguismo, ou porque tivesse aversão às obras traduzidas, Machado reconhecia a importância da tradução como elemento dominante, porém, criticava duramente o *modus operandi* com que isto se processava: “transplantar uma composição dramática francesa para a nossa língua, é tarefa de que se incumbem qualquer bípode que entende de letra redonda”. Com isso, pode-se inferir que não só o cruzamento de culturas produziu a arte franco-brasileira, mas também a tradução ensaiou, por um tempo, a produção de uma língua franco-brasileira.

1.3. O conto de Voltaire

Em 1743, com a morte do Cardinal de Fleury, Madame de Pompadour torna-se a primeira em influência na corte de Louis XV. Velha amiga e confidente de Voltaire consegue-lhe o cargo de historiógrafo do rei; é a essa época que Voltaire inaugura um novo gênero literário: o conto filosófico. Muito dos dissabores, decepções e revezes que enfrentara até então – e viria a enfrentar, o autor inclui neste novo gênero. A fórmula do conto filosófico nasce e se afirma com *Zadig ou la Destinée* (1748), *Micromégas* (1752), *Candide ou l’Optimisme* (1759) e *L’Ingénu* (1767), além de tantos outros produzidos ao longo dos anos seguintes, os quais eram chamados pelo escritor de pequenos romances.

Starobinski, em seu relevante estudo *O fuzil de dois tiros de Voltaire*⁴⁶¹, percorre o estilo filosófico de seus contos, os quais classifica como simulacros de narrativas e, não só reitera o caráter díspar desses escritos, cujos acontecimentos desafiam, sobretudo pela maneira como se sucedem, toda verossimilhança, como ressalta o fato de que em nenhum momento fazem apelo à confiança do leitor, deixando-o livre.

⁴⁶¹ STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. O fuzil de dois canos de Voltaire. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 199-161.

Através do uso sistemático do escárnio e principalmente pela invencibilidade dos heróis, os quais escapam a toda sorte de perigo, a evocação à violência aparece como reiterada estratégia de denúncia. Starobinski destaca, por exemplo, o caso de *Candide* “onde nada do que é atroz é inventado: Voltaire apresenta um documentário, um pouco simplificado e estilizado, mas que constitui a antologia das atrocidades que as gazetas levavam ao conhecimento de todo europeu atento” (p. 121).

Os contos, talvez a parte mais viva de sua obra, apresentam uma escritura notável. Nada é supérfluo. A escrita se constrói por *cortes*, *elipses*, *litotes* e por todas as formas de subtração, eliminando qualquer expressão de emoção que poderia inflar a frase, alongando-a, o que faz com que a narrativa se atenha em expressar a *verdade*, fazendo-se curta e ágil.

A ironia, a sátira, a paródia, aliados à denúncia da violência e ancorados em uma investigação filosófica, são elementos que compõem a narrativa do conto filosófico e o insere como um *texto sem precedente*. Em se tratando especificamente de *Candide*, Starobinski afirma: “A literatura parece ter chegado a seu termo.” E o coloca como obra que faz o inventário do passado, enfim, o classifica como um livro *fora da literatura, fora da filosofia, que zomba da literatura e da filosofia* (p. 122).

Enfim, no conto filosófico, o procedimento da crítica voltairiana consiste em suprimir pelo uso frequente da ironia o encadeamento das causas alegadas; o emprego das palavras em sentido oposto objetiva o que se quer fazer entender e mais uma vez a ironia faz-se cúmplice da réplica do mundo o que, nas palavras de Starobinski, traduz-se pela agudeza e pelo tom cortante de como a dicção irônica age sobre a crueldade do real e lhe confere uma ferocidade hiperbólica.

O conto filosófico, cuja fama não sem razão é creditada a Voltaire, muito embora tenha inovado em sua abordagem crítica, em sua estrutura se avizinha do modelo tradicional: um herói, uma busca ou objetivo a ser alcançado e obstáculos a serem transpostos; no caso voltairiano esses obstáculos são recheados de elementos do maravilhoso e do exótico (muitos de seus contos são ambientados no oriente e em países distantes), um contraponto à razão filosófica. Entretanto, pode-

se afirmar nisto uma estratégia: o recurso aos encantos do maravilhoso, do fantástico, destinava-se a *iluminar* seus leitores, muitos dos quais, enfasiados da aridez dos *essais* e dos *traités*, além do que, em última análise pode-se inferir que objetivavam estimular a reflexão crítica sobre temas bastante oportunos à época (e por que não atuais?): a crítica à religião, o poder, a política, a moral, a tradição e a promoção da ciência e da razão.

O conto filosófico traz implícita uma argumentação indireta: é um “ouvrage qui dit plus qu’il ne semble dire”⁴⁶², além do que são obras curtas bem à maneira de Voltaire.⁴⁶³ De certo modo pode-se afirmar que o conto filosófico nasceu dos apólogos, historietas mais ou menos longas, que trazem uma lição de sabedoria e cuja moralidade é expressa como conclusão, além de as personagens serem mais simplificadas e encarnarem uma virtude ou um vício, além de narradas em tão leve. *Candide*, a exemplo das fábulas, começa com o *incipit*: “Il y avait en Westphalie, dans le château de monsieur le baron de Thunder-ten-tronckh...” e termina com o aforismo de sabedoria universal “Il faut cultiver notre jardin.” Evidente que Voltaire ultrapassou esta estrutura e introduziu realidades históricas no interior de seus contos, a exemplo da Inquisição e o Terremoto de Lisboa em *Candide*, além de seu conto filosófico se apresentar como uma tese que, ou se confirma ou é negada através de exemplos e contra-exemplos, tudo isso, recheado de inumeráveis peripécias. Enfim, o conto voltairiano é um exemplo representativo não só dos debates que tiveram como palco o século das *Luzes*, mas também do próprio autor, como representante eletivo dos combates que travou pelo respeito aos direitos individuais, pela tolerância, a justiça e a liberdade. Assim, cabe verificar a referência aos contos de Voltaire nas crônicas machadianas.

⁴⁶² Introdução ao conto *Zadig, ou la Destinée*: Épitre Dédicatoire de Zadig à la Sultane Sherra par Sadi, no qual Voltaire anuncia a tradução do livro de um antigo sábio cujo enredo trata-se da estória de Zadig.

⁴⁶³ Voltaire em correspondência a M. Moulton, afirma: “... il faut être très court, et un peu salé, sans quoi les ministres et Madame de Pompadour, les Commis et les femmes de Chambre, font des papillotes du livre” (D10885, à Paul Claude Moulton, le 5 janvier 1763). Dado extraído de: REVUE DES DEUX MONDES, XXXII^e Année. Seconde Période. Tome Trente-huitième. Paris: Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1862, p. 440.

1.4. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 31.3.1895⁴⁶⁴, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 2º volume (1894-1895)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 322-326.

31 de março de 1895

De quando em quando aparece-nos o conto do vigário. Tivemo-lo esta semana, bem contado, bem ouvido, bem vendido, porque os autores da composição puderam receber integralmente os lucros do editor.

O conto do vigário é o mais antigo gênero de ficção que se conhece. A rigor, pode crer-se que o discurso da serpente, induzindo Eva a comer o fruto proibido, foi o texto primitivo do conto. Mas, se há dúvida sobre isso, não a pode haver quanto ao caso de Jacó e seu sogro. Sabe-se que Jacó propôs a Labão que lhe desse todos os filhos das cabras que nascessem malhados. Labão concordou, certo de que muitos trariam uma só cor; mas Jacó, que tinha plano feito, pegou de umas varas de plátano, raspou-as em parte, deixando-as assim brancas e verdes a um tempo, e, havendo-as pôsto nos tanques, as cabras concebiam com os olhos nas varas, e os filhos saíam malhados. A boa fé de Labão foi assim embaçada pela finura do genro; mas não sei que há na alma humana que Labão é que faz sorrir, ao passo que Jacó passa por um varão arguto e hábil.

O nosso Labão desta semana foi um honesto fazendeiro do Chiador⁴⁶⁵, que, estando em uma rua desta cidade, viu aparecer um homem, que lhe perguntou por outra rua. Nem o fazendeiro, nem o outro desconhecido que ali apareceu também, tinha notícia da rua indicada. Grande aflição do primeiro homem recentemente chegado da Bahia, com vinte contos de réis de um tio dêle, já falecido, que deixara dezesseis para os naufragos da *Terceira*⁴⁶⁶ e quatro para a pessoa que se encarregasse da entrega.

Quem é que, nestes ou em quaisquer tempos, perderia tão boa ocasião de ganhar depressa e sem cansaço quatro contos de réis? eu não, nem o leitor, nem o fazendeiro do Chiador, que se ofereceu ao desconhecido para ir com êle depositar na

⁴⁶⁴ Na edição de *A Semana* preparada por Mário de Alencar esta crônica vem com o título “Conto do Vigário”. (Nota Editora Jackson).

⁴⁶⁵ Município brasileiro do Estado de Minas Gerais, situado na Zona da Mata, é banhado pelos rios Paraíba do Sul e Paraibuna.

⁴⁶⁶ Muita embora haja várias *ordens terceiras*, é provável que Machado trate da *Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula*, que na origem, 1756, foi uma confraria fundada pelo Frei Antônio do Desterro Malheiros Reimão que, naufrago, foi dar à praia na altura da atual Copacabana.

casa Leitão⁴⁶⁷, largo de Santa Rita⁴⁶⁸, os dezesseis contos, ficando-lhe os quatro de remuneração.

___ Não é preciso que o acompanhe, respondeu o desconhecido; basta que o senhor leve o dinheiro, mas primeiro é melhor juntar a êste o que traz aí consigo.

___ Sim, senhor, anuiu o fazendeiro. Sacou do bôlso o dinheiro que tinha (um conto e tanto), entregou-o ao desconhecido, e viu perfeitamente que êste o juntou ao maço dos vinte; ação análoga à das varas de Jacó. O fazendeiro pegou do maço todo, despediu-se e guiou para o largo de Santa Rita. Um homem de má fé teria ficado com o dinheiro, sem curar dos naufragos da *Terceira*, nem da palavra dada. Em vez disso, que seria mais que deslealdade, o portador chegou à casa do Leitão, e tratou de dar os dezesseis contos, ficando com os quatro de recompensa. Foi então que viu que tôdas as cabras eram malhadas. O seu próprio dinheiro, que era de uma só côr, como as ovelhas de Labão, tinha a pele variegada dos jornais velhos de costume.

A prova de que o primeiro movimento não é bom é que o fazendeiro do Chiador correu logo à polícia; é o que fazem todos. Mas a polícia, não podendo ir à cata de uma sombra, nem adivinhar a cara e o nome de pessoas hábeis em fugir, como os heróis dos melodramas, não fêz mais que distribuir o segundo milheiro do conto do vigário, mandando a notícia aos jornais. Eu, se algum dia os contistas me pegassem, trataria antes de recolher os exemplares da primeira edição.

Aos sapientes e pacientes recomendo a bela monografia que podem escrever estudando o conto do vigário pelos séculos atrás, as suas modificações segundo o tempo, a raça e o clima. A obra, para ser completa, deve ser imensa. É seguramente maior o número das tragédias, tanta é a gente que se tem estripado, esfaqueado, degolado, queimado, enforcado, debaixo dêste belo sol, desde as batalhas de Josué até aos combates das ruas de Lima⁴⁶⁹, onde as autoridades sanitárias, segundo telegramas de ontem, esforçam-se grandemente por sanear a cidade “empestada pelos cadáveres que ficaram apodrecidos ao ar livre”. Lembrai-vos que eram mais de mil, e imaginai que o detestável fedor de gente morta não custa a vitória de um príncípio. O conto é menos numeroso, e, seguramente, menos sublime; mas ainda assim ocupa lugar eminente nas obras de ficção. Nem é o tamanho que dá primazia à obra, é a feitura dela. O conto do vigário não é pròpriamente o de **Voltaire**, Boccaccio

⁴⁶⁷ Ainda em 1924 a Casa Leitão resistia: o periódico *Careta*, em 21.6.1924, trazia anúncio comercial da Casa, situada no Largo de Santa Rita, n° 2, que informava a “importação e exportação de fazendas, modas, armarinho, perfumaria, roupas feitas, tapeçaria, alfaiataria, etc.”

⁴⁶⁸ O Largo de Santa Rita, centro do Rio, antigo sítio do Valverde ou do Vila Verde, havia sido cemitério de escravos, conhecido pelo nome de Cemitério dos Pretos Novos. A Igreja de Santa Rita de Cássia foi construída no início do século XVIII.

⁴⁶⁹ Em 1895, no Peru, ante a tentativa do general Andrés Avelino Cáceres de assegurar a reeleição por métodos fraudulentos, irrompeu uma revolução popular que levou Nicolás de Piérola à presidência, no início de um período de 24 anos de governos civis. Foram muitos os mortos no conflito, logo chamado de *Revolução de 1895*.

ou Andersen, mas é conto, um conto especial, tão célebre como os outros, e mais lucrativo que nenhum.⁴⁷⁰

Pela minha parte não escrevo nada, limito-me a esta breve história da semana, em que tanta vez perco o fio, como agora, sem saber como passe do conto aos bichos. A proposta municipal para transformar o Jardim Jicológico em Jardim Zoológico, apresentada ante-ontem, até certo ponto ata-me as mãos; aguardando a votação do Conselho⁴⁷¹. Quando muito, visto que a proposta ainda não é lei, e ainda os bichos guardarão dinheiro, podia escrever uma petição em verso. Vi que esta semana a borboleta ganhou um dia. Juro-vos que não sabia da presença dela na coleção dos bichos recreativos, e não descrevo a pena que me ficou, porque a língua humana não tem palavra para tais lástimas.

Deus meu! a borboleta na mesma caixa do porco! O lindo inseto tão prezado de todos⁴⁷², e particularmente dos vitoriosos japoneses, agitando as asas naquele espaço em que costuma grunhir o animal detestado de Abraão, de Isaac e Jacó! Onde nos levareis, anarquia da ética e da estética? Poetas moços, juntai-vos e componde a melhor das poliantéias, um sonêto único, mas um sonêto-legião, em que se peça aos poderes da terra e do céu a exclusão da borboleta de semelhante orgia. Ganhe o pato, o porco, o peru, o diabo, que é também animal de lucro, mas fique a borboleta entre as flores, suas primas.

Temos diante de nós um fato circunstancial de origem fraudulenta destinado às páginas policiais e, como reza a crônica, a ser esquecido na manhã seguinte à publicação tal a frequência de sua ocorrência; contudo, o cronista destitui a notícia de sua crueldade, na qual se destaca principalmente a falha moral enquanto ato, para adentrar o literário, esfera em que esta mesma falha é vista sob outro ângulo, isto é, em suas imbricações quando justaposta a inúmeros outros exemplos oferecidos pela circulação literária. Assim esvai-se o que é efêmero na notícia para inserir-se na dimensão da tradição tal o entrelaçamento proposto pelo cronista com personagens bíblicas em situações que, pela similaridade, denunciam a falha moral do homem no ensejo de se beneficiar da inocência ou ingenuidade de seu próximo.

⁴⁷⁰ Aqui termina a crônica na edição de Mário de Alencar.

⁴⁷¹ A Câmara Municipal, à época, Conselho Municipal, sistema que legislava nas três esferas, legislativo, executivo e judiciário, já que até a revolução de 1930 não havia a figura do prefeito e prefeituras, tais quais as conhecemos hoje.

⁴⁷² Embora use *todos*, o cronista fala de si mesmo; em crônica de 19.2.1893 (*Semana*), Machado afirma: “É meu costume levantar-me cedo e ir ver as belas rosas, frescas murtas, e as borboletas que de todas as partes correm a amar no meu jardim. Tenho particular amor às borboletas. Acho nelas algo das minhas idéias, que vão com igual presteza, senão com a mesma graça.”

Nessa justaposição o cronista filtra o arдил (e a ambição) como um dos componentes das relações entre os homens desde os tempos bíblicos de forma dúbia: ao mesmo tempo em que eleva o conto do vigário a patamar literário, extrai de narrativas sagradas a mesma essência ardilosa e o mesmo artifício astuto para aproveitar-se da boa-fé da vítima, sempre induzida ao erro mediante falsa aparência lógica ou sentimental, já que a vítima se deixa levar por compaixão, emoção ou ainda por torpeza bilateral ou simultânea, pois, convenhamos, se o fazendeiro de Chiador compadeceu-se do homem que trouxera os vinte contos para serem entregues aos náufragos da *Terceira*, só o fez porque se interessara pelos outros quatro contos que lhe seriam destinados pelo serviço da entrega. O mesmo deu-se com Eva ao cair no conto da serpente e Labão ao cair no conto de Jacó.

Entretanto, mediante a acintosa violência que reina no mundo desde as *batalhas de Josué*, o cronista chega à conclusão de que o conto do vigário⁴⁷³ não passa de um lapso, um estigma moral a denunciar a imperfeição do espírito humano e, ironicamente, através do trocadilho, volta-se ao literário ao comentar a extensão do gênero conto e relembrar grandes contistas como Andersen, Boccaccio e Voltaire. A diferença está no fato de que, nos três autores, busca-se não só ensinar, mas, sobretudo, o encantamento do interlocutor, ao passo que o conto do vigário só vê no interlocutor a próxima vítima a ser enganada. Em ambos os casos, os meios para se atingir o objetivo são vários.

1.5. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS* em 27.12.1896, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 3º volume (1895-1900)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1961, p. 365-374.

17 de dezembro de 1896

⁴⁷³ Existem várias versões que explicam a origem do termo *conto do vigário*, todas guardam em comum a esperteza e um vigário. A mais conhecida das histórias teria origem na disputa entre dois vigários das paróquias de Pilar e da Conceição na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, que disputavam a posse de uma mesma imagem de Nossa Senhora. Um deles teria proposto que se amarrasse a santa num burro que estava solto na rua. Pelo plano, o animal seria solto entre as duas igrejas e a paróquia para a qual o burro tomasse a direção ficaria com a imagem. O animal dirigiu-se para a paróquia de Pilar, que ficou com a imagem. Mais tarde descobriu-se, porém, que o burro era do vigário dessa igreja.

Leitor, aproveitemos esta rara ocasião que os deuses nos deparam. Só dous fôlegos vivos não são candidatos ao govêrno da cidade, tu e eu. E ainda assim não respondo por ti; neste século de maravilhas pode dar-se que um candidato tenha alma bastante para ler, ao café, uma coluna de sensaborias, e ir depois pleitear a palma de combate. Tudo é possível. Já se vêem ossos através da carne; dizem que Édison⁴⁷⁴ medita dar vista aos cegos. É o que faz na Bahia, sem outro instrumento mais que a sugestão, o nosso grande taumaturgo Antônio Conselheiro⁴⁷⁵.

Mas em que é que aproveitaremos esta ocasião rara? Em dizer das letras e da poesia. Aqui temos Valentim Magalhães⁴⁷⁶ com o romance *Flor de sangue*; aqui temos Lúcio de Mendonça⁴⁷⁷, com as *Canções do Outono*. Iremos votar, decerto, tu e eu, mas há de ser depois de me haveres lido e bebido a chávena de café. O meu título de eleitor não é dos que ficaram devolutos para que um cidadão anônimo pegasse dêles e os oferecesse a outros. Francamente, como é que êsse cavalheiro não viu que não se fazem distribuições tais senão a pessoas seguras, já apalavradas, de ôlho fino? Em que estava pensando quando entregou os títulos a desconhecidos que o foram denunciar? Não é que eu condene o ato. Um dos eleitores defraudados confessou que não vota há muitos anos. Pois se não vota, como é que se admira de que lhe tirem o título? A verdadeira teoria política é que não há eleitores, há títulos. Um eleitor que é? Um simples homem, não diverso de outro homem que não seja eleitor; a mesma figura, os mesmos órgãos, as mesmas necessidades, a mesma origem, o mesmo destino; às vêzes, o mesmo alfaiate; outras, a mesma dama. Que é que os faz diferentes? Êsse pedaço de papel que leva em si um pedaço de soberania. O homem pode ser banqueiro, agricultor, operário, comerciante, advogado, médico, pode ser tudo; eleitoralmente é como se não existisse: sem título, não é eleitor.

Ora bem, dada a abstenção, descuido, esquecimento ou ignorância da parte dos donos dos títulos, devem ou podem estes papéis, êstes direitos incorporados ficar como terrenos baldios, sem a cultura do voto? É claro que não. Uma lei de

⁴⁷⁴ Provavelmente referência a Thomas Alva Edison (1847-1931), inventor da lâmpada elétrica, do gramofone e outros inventos.

⁴⁷⁵ Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897), conhecido como Antônio Conselheiro foi figura carismática que adquiriu dimensão messiânica em Canudos, sertão da Bahia; atraiu milhares de sertanejos, entre camponeses, índios e escravos recém-libertos, o lugar foi destruído pelo Exército da República na chamada Guerra de Canudos em 1897, quando morre Conselheiro. Era retratado pela imprensa, no início da República como um louco, fanático religioso e contra-revolucionário monarquista perigoso.

⁴⁷⁶ Antônio Valentim da Costa Magalhães (1859-1903), jornalista e escritor brasileiro, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Sua obra, considerada menor no contexto da literatura brasileira, registra, entretanto, uma curiosidade, por conta de uma errata; em 1896, concluído o romance, *Flor de Sangue*, foi publicado pela Laemmert com a mais inusitada das erratas "...à página 285, 4ª linha, em vez de "estourar os miolos", leia-se "cortar o pescoço".

⁴⁷⁷ Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça (1854-1909), advogado, jornalista, magistrado e escritor brasileiro, um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras. *Canções do Outono*, livro de poesias, teve sua 1ª edição impressa em Coimbra pela Tip. F. Amado, em 1896.

desapropriação com processo sumário que tirasse o título ao eleitor remisso, três dias antes da votação, e o desse a quem mais desse, seria a forma legal de restituir àquele papel os seus efeitos. Mas, porque não temos uma lei dessas, devemos tratar direitos políticos, direitos constitucionais, como se fôssem o lixo das praias, o capim das calçadas ou o palmo de pó que enche tôdas essas ruas, e que o vento, a carroça, o pé da bêsta levantam, que entra pelos nossos pulmões, cega-nos, suja-nos, irrita-nos, faz-nos mandar ao diabo o município e o seu gôverno? Não; seria quase um crime.

Portanto, o êrro da pessoa que andou a oferecer títulos alheios foi a inabilidade. Alguns querem que o cidadão induzido a votar por outro, esteja a meio caminho de furtar um par de botas. É um êrro; se o fato de votar por outro levasse alguém ao latrocínio, esta arte estaria em outro pé; ora, é sabido que não a pode haver mais rudimentária ou mais decadente. Já não há testamentos falsos. Salvo algum peculato, desfalque ou coisa assim, a maior parte dos roubos são verdadeiras misérias. Pouca audácia, nenhuma originalidade. Talvez por isso, mal os jornais dão notícia de um delito dêsses, o esquecimento absorve o criminoso. Não imprimam *absolve*; quem absolve é o júri, no caso de haver processo; eu digo que o esquecimento absorve o criminoso, no sentido de se não falar mais nisso.

Mas deixemos criminologias e venhamos aos dous livros da quinzena. *A Flor de sangue* pode dizer-se que é o sucesso do dia. Ninguém ignora que Valentim Magalhães é dos mais ativos espíritos da sua geração. Tem sido jornalista, cronista, contista, crítico, poeta, e, quando preciso, orador. Há vinte anos que escreve, dispersando-se por vários gêneros, com igual ardor e curiosidade. Quem sabe? Poder ser que a política o atraia também, e iremos vê-lo na tribuna, como no jornalismo, em atitude de combate, que é um dos característicos do seu estilo. Naturalmente nem tudo o que escreveu terá o mesmo valor. Quem compõe muito e sempre, deixa páginas somenas; mas é já grande vantagem dispor da facilidade de produção e do gôsto de produzir.

Pelo que confessa no prefácio, Valentim Magalhães escreveu êste romance para fazer uma obra de fôlego e satisfazer assim a crítica. No fim do prefácio, referindo-se ao romance e ao poema, como as duas principais formas literárias, conclui: “Tudo o mais, contos, odes, sonetos, peças teatrais são matizes, variações, gradações; motivos musicais, apenas, porque as óperas são só êles.” Êste juízo é por demais sumário e não é de todo verdadeiro. Parece-me êrro pôr assim tão embaixo *Otelo* e *Tartufo*. Os sonetos de Petrarca formam uma bonita ópera. E Musset? Quantas obras de fôlego se escreveram no seu tempo que não valem as *Noites*⁴⁷⁸ e tôda a juventude⁴⁷⁹ de seus versos, entre êles êste, que vem ao nosso caso:

⁴⁷⁸ Referência ao livro de Musset *Les Nuits & Poèmes divers*, escrito entre 1835 e 1837.

⁴⁷⁹ Na *Gazeta de Notícias* está “tôda juventude”, certamente êrro de revisão. (Nota Ed. Jackson)

*Mon verre n'est pas grand, mais je bois dans mon verre*⁴⁸⁰.

Taça pequena, mas de ouro fino, cheia de vinho puro, vinho de tôdas as uvas, gaulesa, espanhola, italiana e grega, com que êle se embriagou a si e ao seu século, e aí vai embriagar o século que desponta. Quanto às ficções em prosa, conto, novela, romance, não parece justo desterrar as de menores dimensões. *Clarisse Harlowe*⁴⁸¹ tem um fôlego de oito volumes. Taine⁴⁸² crê que poucos suportam hoje êsse romance. Poucos é muito: eu acho que raros. Mas o mesmo Taine prevê que no ano 2.000 ainda se lerá a *Partida de gamão*⁴⁸³, uma novelinha de trinta páginas; e, falando das outras narrativas do autor de *Cármén*, tôdas de escasso tomo, faz esta observação verdadeira: “É que são construídas com pedras escolhidas, não com estuque e outros materiais da moda.”

Êste é o ponto. Tudo é que as obras sejam feitas com o fôlego próprio e de cada um, e com materiais que resistam. Que Valentim Magalhães pode compor obras de maior fôlego, é certo. Na *Flor de sangue* o que o prejudicou foi querer fazer longo e depressa. A ação, aliás vulgar, não dava para tanto; mal chegaria a **(sic)** metade. Há muita cousa parasita, muita repetida, e muita que não valia a pena trazer da vida ao livro. Quanto à pressa, a que o autor nobremente atribui os defeitos de estilo e de linguagem, é causa ainda de outras imperfeições. A maior destas é a psicologia do Dr. Paulino. O autor espiritualiza à vontade um homem que, a não ser a sua palavra, dá apenas a impressão do lúbrico; e não há admitir que, depois da temporada de adultério, êle se mate por motivos de tanta elevação nem ainda por supor não ser amado. Não tenho espaço para outros⁴⁸⁴ lances inadmissíveis, como a ida de Corina à casa⁴⁸⁵ da rua de Santo Antônio (pág. 141). Os costumes não estão observados. Já Lúcio de Mendonça contestou que tal fôsse a da nossa sociedade. O erotismo domina mais do que se devera esperar, ainda dado o plano do livro.

Não insisto; aí fica o bastante para mostrar o aprêço em que tenho o talento de Valentim Magalhães, dizendo-lhe alguma cousa do que me parece bom e menos bom na *Flor de sangue*. Que há no livro certo movimento, é fora de dúvida; e esta qualidade em romancista vale muito. Verdadeiramente os defeitos principais dêste romance são dos que a vontade do autor pode corrigir nas outras obras que nos der,

⁴⁸⁰ Verso do poema *La coupe et les lèvres*, de Musset (MUSSET. *Oeuvres Complètes*. Paris: Aux Éditions du Seuil, Tome I, p. 99)

⁴⁸¹ *Clarisse Harlowe*, *Clarissa, or, the History of a Young Lady* é um romance epistolar de Samuel Richardson publicado em 1748, emblema do que na literatura inglesa é chamado de *roman sensible*, gênero que privilegia as situações patéticas.

⁴⁸² Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893), crítico e historiador francês, membro da Academia Francesa. O *Método de Taine* consistia em fazer história e compreender o homem à luz de três fatores: meio ambiente, raça e momento histórico. Estas teorias foram aplicadas no movimento artístico realista-naturalista.

⁴⁸³ Referência ao conto de Mérimée *La partie de trictrac* (1830).

⁴⁸⁴ Na *Gazeta de Notícias* está ‘êstes’, erro de revisão, como facilmente se vê pelo contexto. A correção já está feita na ed. de Mário de Alencar e nas anteriores ed. Jackson de *A Semana*. (Nota Ed. Jackson)

⁴⁸⁵ Certamente por lapso de revisão, na *Gazeta de Notícias* está ‘a casa’. O *a* já vem acentuado, como é de rigor neste caso, na ed. de *A Semana* organizada por Mário de Alencar e nas outras ed. Jackson da presente obra. (Nota Ed. Jackson)

e que lhe peço sejam feitas sem nenhuma idéia de grande fôlego. Cada concepção traz virtualmente as proporções devidas; não se porá *Mme. Bovary* nas cem páginas de *Adolfo*, nem um conto do **Voltaire**⁴⁸⁶ nos volumes compactados de George Elliot⁴⁸⁷.

Para que Valentim Magalhães veja bem a nota assaz aguda que deu a algumas partes da *Flor de sangue*, leia o prefácio de Araripe Júnior nas *Canções do Outono*, comparado com o livro de Lúcio de Mendonça. O valente crítico fala longamente do amor, e sem biocos, pela doutrina que vai além de Mantegazza⁴⁸⁸, segundo êle mesmo expõe; e definindo o poeta das *Canções do Outono*, fala de um ou outro toque de sensualidade que se possa achar nos seus versos. Entretanto, é bem difícil ver no livro de Lúcio de Mendonça coisa que se possa dizer sensual. O *Ideal* é o título da primeira composição; êle amará em outras páginas com o ardor próprio da juventude; mas as sensações são apenas indicadas. Basta lembrar que o livro (magnificamente impresso em Coimbra) é dedicado por êle à espôsa, então noiva.

Vários são os versos dêste volume, de vária data e vária inspiração. Não saem da pasta do poeta, para a luz do dia, como⁴⁸⁹ segredos guardados até agora; são recolhidos de jornais e revistas, por onde Lúcio de Mendonça os foi deixando. O mérito não é igual em todos; a *Flor do Ipê*, a *Tapera*, a *Ave-Maria*, para só citar três páginas, são melhor inspiradas e bem compostas que outras, ___ versos de ocasião. Há também traduções feitas com apuro. Por que fatalidade acho aqui vertido em nossa língua o soneto *Analyse*, de Richepin⁴⁹⁰? Nunca pude ir com esta página do autor de *Fleurs du Mal*⁴⁹¹. Essa análise da lágrima, que só deixa no crisol *água, sal, soda, muco e fosfato de cal*, em que é que diminui a intensidade ou altera a espiritualidade dos sentimentos que a produzem? É o próprio poeta que, na *Charogne*⁴⁹², anunciando à amante que será cadáver um dia, canta as suas emoções passadas:

*Alors, ô ma beauté! dites à la vermine
Qui vous mangera de baisers,*

⁴⁸⁶ É possível que, em vez de ‘do Voltaire’, como se lê na *Gazeta de Notícias*, o autor tenha escrito ‘de Voltaire’ como está na ed. de Mário de Alencar e nas ed. Jackson de *A Semana* anteriores a esta. (Nota Ed. Jackson)

⁴⁸⁷ George Elliot, pseudônimo de Mary Anne Evans (1819-1880), romancista britânica considerada uma das maiores escritoras da época vitoriana.

⁴⁸⁸ Paolo Mantegazza (1831-1910), neurologista, fisiologista e antropólogo italiano, notabilizou-se por ter isolado a cocaína da coca que utilizou em experimentos, investigando seu efeitos psicológicos em humanos. Também é conhecido como escritor de ficção: *Un Giomo a Madera* (1876), *L’Anno 3000* (1897).

⁴⁸⁹ Na *Gazeta de Notícias* está ‘com’, por evidente lapso de revisão. A emenda já vem não só na ed. de Mário de Alencar, mas ainda nas ed. Jackson de *A Semana* anteriores a esta. (Nota Ed. Jackson)

⁴⁹⁰ Jean Richepin (1849-1926), poeta, romancista e dramaturgo francês.

⁴⁹¹ V. retificação do Autor na crônica seguinte. (Nota Ed. Jackson) Em crônica de 3.1.1897, Machado corrige: “Pequeno lapso: domingo passado escrevi ‘autor de *Fleurs du Mal*’, onde deveria escrever ‘autor de *Blasphèmes*”, tudo porque uma estrofe de Baudelaire me cantava na memória para corrigir com ela o seu patricio Richepin.”

⁴⁹² *Une Charogne*, de Beaudelaire, faz parte de *Les Fleurs du Mal*, publicado em 1857.

*Que j'ai gardé la forme et l'essence divine
De mes amours décomposés !*

Pois a lágrima é isso, é a essência divina, seja da dor, seja do prazer, seja ainda da cólera das pobres criaturas humanas. Felizmente, no mesmo volume o poeta nos dá a tradução do famoso soneto de Arvers⁴⁹³ e de outras composições de mérito. Eu ainda não disse que tive o gosto de prefaciar o primeiro volume de Lúcio de Mendonça, e não o disse, não só para não falar de mim, __ que é mau costume, __ mas para não dar razão aos que me arguem de entrar pelo inverno da vida. Em verdade, êsse rapaz, que eu vi balbuciar os primeiros cantos, é hoje magistrado e alto magistrado, e o tempo não terá andado só para êle. Mas isso mesmo me faz lembrar aquela circunstância. Eis-nos aqui os dous, após tantos anos, sem haver descrido das letras, e achando nelas um pouco de descanso e um pouco de consôlo. Muita cousa passou depois das *Névoas Matutinas*⁴⁹⁴; não passou a fé nas musas, e basta.

Numa narrativa essencialmente literária, meio crônica, meio crítica, as referências intertextuais são inúmeras. O cronista deslinda um repertório literário que começa em Petrarca, passa pelos ingleses Shakespeare, Harlowe, Elliot e os franceses Molière, Musset, Taine, Mérimée, Flaubert, além de Benjamin Constant para esclarecer a confusão de Valentim Magalhães que acredita estar produzindo uma *obra de fôlego* ao condicioná-la à extensão.

O estilo de Voltaire, claro, preciso, através do qual tudo é dito por meio de poucas palavras, já se evidenciou neste trabalho, inclusive, buscando o respaldo de Meyer, que define sua escrita como aquela que demonstra *o prazer do tiro certo, da flecha viva que ainda vibra, cravada no alvo*⁴⁹⁵. Não por outra razão nosso autor concedeu certo privilégio à forma teatral. Sua escrita clássica e de brevidade mordaz, em nenhum momento descuida da profundidade, isto é, dela despertam sentidos múltiplos através dos quais o leitor se orienta e ordena seu raciocínio. Isto só é possível em razão da maneira pela qual Voltaire agencia frases e palavras com clareza tal de forma a abarcar as generalidades e as evidências do mundo. Um encontro, uma situação, uma menção qualquer a um fato histórico ou a

⁴⁹³ Alexis-Félix Arvers (1806-1850), poeta e dramaturgo francês que ficou mundialmente conhecido pelo *Sonnet d'Arvers* (1918), fonte de numerosas traduções e inspiração de peças de teatro e livros.

⁴⁹⁴ Obra poética de Lúcio de Mendonça de 1872.

⁴⁹⁵ MEYER, Augusto. Op. cit., p. 218. Veja página 37.

um autor, enfim, uma súbita inversão de papéis e o que era óbvio, no momento seguinte, deixa de ser com a mesma evidência. Para que tal feito venha à tona, na escrita, é preciso não só imaginação, mas a força e a habilidade da concisão.

A concisão como forma de expressão é o ponto principal da referência a Voltaire enunciada pelo cronista. Como dito acima, o repertório literário enunciado na crônica é extenso e, como em arte tudo é possível, para reiterar as qualidades advindas de uma escrita concisa, faz-se apelo não só a *Adolphe*, de Benjamin, como marca indelével de brevidade, mas também a *Madame Bovary*, na tentativa de se provar que nem só do laconismo se criam boas narrativas, mas também da prolixidade se produzem obras incomparáveis pelo seu valor literário. O que fica, de fato, é que o cronista, por vias tortuosas, questiona Valentim Magalhães pelo duplo erro no qual incorreu: optar por escrever uma obra extensa e prolixa, acreditando assim agradar a crítica, e, por generalizar e criticar as obras curtas, classificando-as, como passíveis de superficialidade. Dessa forma nosso cronista mostra que efetivamente não há uma regra, pois, *cada concepção traz virtualmente as proporções devidas*.

1.6. O espírito de Voltaire

Em se discutindo Literatura Francesa e sua circulação, de certa maneira tudo que se refere ao gosto francês proclama o nome de Voltaire como o que melhor soube imprimir seu talento à genialidade de uma nação e sua língua; evidente que aqueles que não têm predileção por sentimentos tão patrióticos, o veem de modo mais amplo, não datado e que não se limita a uma literatura específica, isto, em proveito de algo mais universal, como definitivamente ele o é, enfim, um autor que atravessou fronteiras, cujos tentáculos se estenderam pelos cantos mais distantes do planeta.

É certo que ao longo dos séculos, após sua morte, as opiniões sobre o autor sofreram flutuações frequentes: ora recebeu homenagens e foi considerado como o árbitro das letras, ora foi odiado e proscrito, acusado de corromper as mentes e os espíritos. A despeito do lado em que se coloca, o fato é que toda a sociedade

reconheceu seu talento como escritor, polemista e pensador, a ponto de fazê-lo, em alguns momentos, objeto de culto.

Talvez isto ocorra por uma das mais importantes características que se pode atribuir ao espírito de Voltaire: provocador. Como ninguém ele soube instigar a mente humana, provocando-a a se posicionar diante da intolerância, da tirania, do fanatismo e da justiça. Suas reflexões induziam a tomadas de posição, aceitar e aprovar ou negar e rejeitar. E, talvez por isso, tenha assegurado para si uma glória durável que extrapolou sua nação e tempo, sendo cultuado na posteridade, numa mostra de que não é suficiente a um escritor se ater às circunstâncias e aos modos de seu tempo e seu país, porém, é preciso ultrapassá-los e atingir não só o espírito, mas também o coração humano. Ao defender Calas, Voltaire, perto dos 70 anos, sonda os abismos da mente humana e de uma constituição física frágil, enfrenta com espírito desafiador a intolerância e, nesse momento, ganha o coração de todo um continente numa mostra de raro talento.

Frédéric II, rei da Prússia, grande admirador de Voltaire em elogio⁴⁹⁶ ao escritor afirma: “son goût acquit ce tact fin, cette politesse, et cette urbanité à laquelle n’atteignent jamais ces savants érudits et solitaires [...], ce vernis a répandu dans les ouvrages de M. de Voltaire” (p. 9) e acrescenta: “Quoique M. de Voltaire fût sensible à des marques d’approbation aussi éclatantes, il était portant davantage à l’amitié.” (p. 13). O monarca destaca ainda sua imaginação brilhante e variada, seu espírito ágil e a efervescência de seu talento.

Esta efervescência da qual fala o rei da Prússia sugere a criatividade do autor e sua suscetibilidade a todas as formas de escrita: poemas, tragédias, epístolas, comédias, libelos, contos, ensaios, tratados; enfim, Voltaire movimentou-se por todos os gêneros deixando em seu rastro larga contribuição. Assunto espinhoso para a época, Voltaire transitou com relativa tranquilidade pelos mistérios dos cristãos e pelas imagens agradáveis e pitorescas da mitologia e dos cultos orientais de maneira imparcial.

⁴⁹⁶ *Oeuvres de Voltaire*. Préfaces, avertissements, notes, etc. par M. Beuchot. Paris: Firmin Didot Frères, Libraires, 1834, p. 5-32. Éloge de Voltaire lu à l’Académie Royale des Sciences et Belles-Lettres de Berlin, dans une assemblée publique extraordinaire convoquée pour cet objet le 26 novembre 1778.

A combatividade é certamente a característica mais contundente do espírito voltairiano. Não foram raros os momentos em que se levantou contra as perseguições da Igreja e os desmandos dos tribunais; Calas, de La Barre e Sirven foram casos pontuais, porém, a luta era diária e Voltaire se servia das gazetas para divulgar suas ideias libertárias, de forma a esclarecer o mundo e e inspirar através de suas obras o amor às letras e, principalmente, incutir nos leitores, humanidade. Referindo-se a Voltaire, Frédéric expressa o sentimento geral à época de sua morte, em 1778: “Quelque précieux que soient les dons de l’esprit, de l’imagination, l’élévation du génie, et les vastes connaissances, ces présents, que la nature ne prodigue que rarement, ne l’emportent cependant jamais sur les actes de l’humanité et de la bienfaisance; on admire les premiers, et l’on bénit et vénère les seconds.” (p. 29).

Enfim, o espírito de Voltaire compreende a memória fascinante de um homem que empregou toda imaginação e sagacidade de seu talento para celebrar as letras, a língua e a cultura de seu país, e, isso ele o fez com o entusiasmo e a combatividade de um soldado, cuja missão era promover o espírito das *Luzes* em uma época em que grande parte da humanidade vivia cega sob os auspícios do fanatismo, seu grande inimigo que, não por acaso, nomeou de *L’infâme*. Assim, cabe verificar, nas crônicas, as referências ao espírito de Voltaire ou tão somente, a Voltaire.

1.7. Crônica originalmente “publicada” na Revista *ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA*⁴⁹⁷ em 15.11.1876, sob o pseudônimo de Manassés, na coluna *História de quinze dias* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Crônicas – 3º volume* (1871-1878). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 147-154.

15 de novembro de 1876

I

⁴⁹⁷ A *Ilustração Brasileira* surgiu em 1854, ano em que circularam apenas nove números – oito em 1854 e um em 1855; anos mais tarde Fleiüss, depois de suspender a publicação da *Semana Ilustrada*, tentou lançar a *Ilustração Brasileira*, com excelente apresentação gráfica, mas arruinou-se (1878). Machado escreveu para a Revista de 1876 a 1878. A Revista foi lançada em 1854, em 1878 e pela terceira e última vez em 1909 (WERNECK SODRÉ, Op. cit., p. 125. Veja páginas 203, 206, 326).

*Nous l'avons échappé belle!*⁴⁹⁸ Digo isto em francês porque as revoluções são produtos essencialmente franceses, e nós escapamos de uma revolução.

Um dia de manhã abro o *Diário do Rio*⁴⁹⁹ e leio, com pasmo e sem óculos, a notícia de que havia boatos de uma revolução nesta cidade, boatos que a fôlha declarava mentirosos de fio a pavio. Se bem entendi o ilustrado colega, o que êle quis dizer foi isto: ___ Fala-se de barulho; se há quem tenha idéias de perturbar a paz pública, fique desde já sabendo que está descoberta a intenção, e conseqüentemente reprimida.

Revolução não houve, ou ficou adiada para quando todos os bilhetes estiverem passados. O beneficiado pede desculpa aos seus amigos. Mas se não houve revolução, houve tropa aquartelada, sabendo-se depois que não era por causa da revolução, mas de um *meeting*. De revolução a *meeting* já há grande distância. O tal *meeting* também se não efetuou. De maneira que voltamos ao *statu quo ante boatum*.

Foi muito melhor assim.

II

Depois da revolução, o assunto de que mais se ocupou êste bom povo, sem falar nas eleições, foi o testamento do Sr. José dos Santos Almeida⁵⁰⁰.

Santos Almeida deixou dois legados, um dos quais passou sem que ninguém reparasse nêle, e o outro deu muito que falar; foi êste o legado de 300\$000 a cada uma de quatro mulheres brancas das mais mundanas que se encontrarem. Comentase de diferentes modos esta idéia de Santos Almeida; uns querem que fôsse piedade, outros que não passasse de uma intenção grotesca, uma maneira de rir da morte e desmoralizar os testamentos.

Estou que uns e outros estão no êrro. Santos Almeida nem quis ser pio (podia sê-lo em vida e com mais segurança de execução) nem quis rir da morte. O que êle quis foi isto mesmo: foi que se falasse, comentasse, interpretasse, louvasse ou condenasse. Se não mete a cláusula no testamento, ninguém falava do testador; assim fala-se e êle não se despede às escondidas. Era catraeiro; devo crer que laborioso, porque deixou uma fortuna menos má; foi honrado; deu bons exemplos. Não obstante isso, ninguém falava nêle.

⁴⁹⁸ *L'échapper belle*, expressão francesa datada de 1466, quando então se dizia *qui belle l'eschappa* e cuja forma atual data do século XVII; a palavra *belle* toma o sentido de *bon* ou *bien*, o que dá à expressão o significado de escapar de um perigo ou sair de uma situação delicada. Em 22.10.1871 (*Semana Ilustrada, Badaladas*), Machado inicia a crônica com a expressão, em português: “Escapamos de boa!”.

⁴⁹⁹ Trata-se do *Diário do Rio de Janeiro*.

⁵⁰⁰ O *Diário do Rio de Janeiro* de 7.11.1873, p. 2, noticiou o que segue: “Hontem pela manhã José dos Santos Almeida, dono de botes na praia dos Mineiros e morador à rua Theophilo Ottoni, ingerio uma porção de verde-paris e, apesar dos socorros medicos que lhe foram ministrados, succumbio poucas horas depois. O facto foi levado ao conhecimento da autoridade local. Ignora-se o motivo que levou Almeida á pratica de semelhante acto de loucura.”

___ Ah! Pensou o finado. Eu arranjarei meio de ocupar tôda esta cidade durante oito dias.

E inventou o legado das mulheres mundanas. E tôda a cidade não falou em outra coisa; a curiosidade pública pôs os óculos, abriu os ouvidos, ouviu, leu, comentou; Santos Almeida é célebre, é o leão do dia; seu nome ecoa nas lojas, nas ruas, nas salas. Santos Almeida *for ever!*

Além dêsse legado, outro houve que me deu muito que pensar: é o de 500\$000 ao seu empregado José Silveira, por apelido Jeitoso. Nunca uma alcunha foi menos cabida do que esta. Desastrado Silveira! Pois Vmc. é fino, tem modos, sabe viver, adquire à custa de muita habilidade uma alcunha que lhe dá direito a entrar na diplomacia, e ao cabo de tudo caem-lhe apenas uns 500\$000? Que jeito é o seu, Sr. Jeitoso? Diga-me: que faria Vmc. se fôsse simplesmente desastrado, sêco, estafador do próximo?

III

Pela minha parte, se alguma vez morrer, espero ocupar também a atenção dos meus sobreviventes com muitos legados singulares, dos quais posso desde já dar uma pequena amostra. Espero deixar as seguintes coisas:

- 1º As tripas ao sol.
- 2º A calva à mostra.
- 3º A cara à banda.
- 4º O coração à larga.
- 5º Os cabelos à Luís XV.
- 6º Os colarinhos ao alto.

Isto é só uma pequena amostra do pano; o resto é simplesmente espantoso. O caso é que eu morra, do que duvido. Quando muito, morrerei tarde, tão tarde como aquela senhora que expirou no mês passado, em Cachoeira, na Bahia.

Tinha a referida senhora nada menos de 128 anos, isto é cinco quartos de século e mais uns de quebra. Se isto é vida, não sei o que se deve chamar uma indigestão. Que os cedros do Líbano, os carvalhos e outros indivíduos da mesma gente vivam tanto ou mais, compreende-se; nenhum desgôsto os consome; os filhos, se os têm, não lhes dão cuidados; não se atiram a comezainas, não se constipam, não apanham corrente de ar; não trabalham; não perdem dinheiro na loteria; não assistem aos espetáculos da companhia francesa; não lêem os anúncios da coagulina. Numa palavra, gozam tôdas as fortunas juntas.

Muda o caso de figura, tratando-se de uma senhora que, tendo nascido em 1747, é nada menos que contemporânea do terremoto de Lisboa⁵⁰¹; alcançou

⁵⁰¹ O *Terremoto de 1755*, também conhecido por *Terremoto de Lisboa*, ocorreu em 1º de novembro de 1755 e provocou a destruição quase completa de Lisboa, atingiu ainda grande parte do litoral de Algarve. O ano de 1755

Voltaire e os enciclopedistas; viu morrer Tiradentes tendo já passado aos quarenta anos; era velha de setenta quando rompeu o grito do Ipiranga. O *Centenário*, que o Ginásio vai representar daqui a dias, é uma bagatela, à vista de tal prodígio de decrepitude.

Ninguém me tira a suspeita que tenho de que a gente não morre de moléstia ou de desastre, mas que o desastre ou a moléstia vem quando é preciso morrer. Eu me explico. Há lá em cima uma repartição especial da morte. Suponhamos que se chama Diretoria geral dos Óbitos, ou Recebedoria das Almas, ou enfim Comissão de Repatriação. Essa repartição está organizada como deve ser; há chefes, subchefes, oficiais, amanuenses, praticantes. Os quadros estatísticos são infinitos; uns dos vivos, outros dos mortos. Um chefe ou a sorte designa o vivo que há de morrer; passa a ordem ao oficial competente, que procede a duas operações: risca o nome do quadro vivo e lança-o no quadro morto. É o que cá em baixo se chamam tubérculos pulmonares, febre amarela ou amolecimento cerebral.

Que acontece às vêzes? O empregado recebe o nome que deve eliminar; mas tem um calo que lhe dói, tira o sapato, despega a meia, separa os dedos, afaga o calo.

Quando calça o sapato, sente que está calor; espairece; fecha-se o expediente; êle guarda o nome para o dia seguinte e nunca mais se lembra dele.

Um dia, porém, cinqüenta ou sessenta anos depois, procurando uma mortalha de cigarro, dá com o nome esquecido. Bate na testa e corrige imediatamente o descuido. É a origem dos macróbios. Só me admira que, com o trabalho que há lá por cima, os macróbios não sejam em maior número.

IV

O que nos vale é a tourada que está a bater-nos à porta. Nos bons tempos do teatro lírico, havia também uma praça de touros, e tanto um como outro recreio faziam as delícias desta cidade.

Os tempos mudaram; foram-se cantores e touradas. Ficou a cidade triste, noturna, vazia. A gente não sabia como levantar a alma acima do pó das ruas. Por fortuna, havia em Buenos Aires um empresário inteligente que nos trouxe uma companhia lírica, lardeada de alguns anúncios mais ou menos pomposos. Havia não sei onde outro empresário que possuía uns touros; e aí vem com estes debaixo do braço.

insere-se numa era de grande transformação social: a Revolução Industrial, o Iluminismo e o Capitalismo lançam as bases de uma sociedade moderna em alguns países da Europa Ocidental. O sismo influenciou de forma determinante muitos pensadores europeus do Iluminismo. Foram muitos os filósofos que fizeram menção ou aludiram ao terremoto nos seus escritos, dos quais se destaca Voltaire, no seu *Candide* e no *Poème sur le désastre de Lisbonne*.

Ora bem, se depois disso, ainda me disserem que não vamos caminhando para a Espanha, dou a cabeça e dois ou três mil-réis mais. Estamos na Espanha! Venha a manola⁵⁰², o fandango, o bolero, a mantilha, o leque, Fígaro⁵⁰³, Dom Bartolo⁵⁰⁴, Gil Blas⁵⁰⁵, Lazarillo de Tormes⁵⁰⁶. Temos o principal, que é o Touro.

Deus dê ao empresário dos touros melhor sorte que ao do jogo das corridas, divertimento que a polícia achou algo duvidoso, e suprimiu.

A terra lhe seja leve!

MANASSÉS⁵⁰⁷

Dentre as tipologias das práticas intertextuais, a referência aparece como um elemento capaz de orientar a leitura do autor. Este efeito de leitura não raro provoca um desvio e redireciona o leitor para dados que extrapolam o universo do texto que se lê. A recorrência ao nome de Voltaire se inscreve, na crônica, como pálido intertexto, uma vez que provoca o leitor a um olhar para a memória da literatura.

Ao mencionar o autor francês, precedido da menção ao Terremoto de Lisboa, evento histórico de grande repercussão, e aliado à palavra *enciclopedistas*, definição universal para aqueles que contribuíram com artigos para a não menos célebre *Encyclopédie*, o cronista revela muito de seu repertório literário e, das entrelinhas, brota certa nostalgia ao indiciar cronologicamente fatos históricos, anúncios e eventos recreativos que marcaram a vida da cidade, além, é claro, da imaginosa e virtual empreitada através da qual são eleitos aqueles que devem ser *repatriados*, ou seja, que passarão pela experiência da morte.

⁵⁰² Moça espanhola do povo.

⁵⁰³ Trata-se de *Le nozze di Fígaro* (*As bodas de Fígaro*) é uma ópera bufa em quatro atos composta por Wolfgang Amadeus Mozart e libreto de Lorenzo da Ponte, com base na peça homônima de Augustin Caron de Beaumarchais (*Le mariage de Fígaro*). Composta entre 1785 e 1786, estreou em Viena, em 1.3.1786. A ação desenrola-se no Castelo do Conde de Almaviva, perto de Sevilha, no ano de 1785.

⁵⁰⁴ Personagem da ópera cômica *Il Barbieri di Siviglia* (*O Barbeiro de Sevilha*), Dom Bartolo é um médico charlatão, velho e ciumento. A ópera em dois atos, baseada na peça homônima de Pierre-Augustin Caron de Beaumarchais, teve música de Gioachino Rossini e libreto do italiano Cesare Sterbini. Estreou no Teatro Argentina, em Roma, em 20.2.1816.

⁵⁰⁵ *A Histoire de Gil Blas de Santillane* é um romance picaresco publicado por Lesage de 1715 a 1735; também é considerada a última obra prima deste gênero. A personagem Gil Blas, nasce na região das Astúrias, é educado por um tio em Oviedo e entra para a Universidade de Salamanca. A obra, como já referido no capítulo 2 deste trabalho, foi duramente censurada pela Igreja e pelos mecanismos de censura da Coroa portuguesa, o que não impediu que o livro fosse largamente conhecido na colônia, tal a atividade do contrabando de livros.

⁵⁰⁶ *La vie de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades* é um relato anônimo publicado em língua espanhola em 1554, na cidade de Burgos, norte da Espanha. É considerado como o primeiro romance picaresco e a identidade do autor continua controversa até nossos dias; foi censurado pela Inquisição e apareceu em versão expurgada pela igreja em 1573. A obra obteve grande sucesso e foi traduzida em vários idiomas.

⁵⁰⁷ Um dos vários pseudônimos utilizados por Machado em crônicas e contos, assim como *Job*, *Gil*, *M. A.*, *Dr. Semana*, *Sileno*, *Malvólio*, *Lélio*, *Glaucus*, *Lara*, *Eleazar*, *João das Regras*, *Victor de Paula*; conforme indica o biógrafo Raymundo Magalhães Júnior.

No texto machadiano, a relação com Voltaire faz lembrar *Candide* e a verdadeira sarabanda de acontecimentos da obra, os quais marcam a passagem do tempo, sobretudo se atentarmos à personagem Cunégonde, a qual, no início da obra é descrita como *extrêmement belle* para, no final, aparecer “rembrunie, les yeux éraillés, la gorge sèche [les seins tombant], les joues ridées, les bras rouges et écaillés”, numa visão apavorante que faz Candide “recula trois pas, saisi d’horreur”.⁵⁰⁸ À sucessão dos acontecimentos soma-se então a decrepitude física como sinal principal do tempo que se esvai à medida que os anos e os eventos se sucedem.

Com isso, a ideia da passagem do tempo e da finitude da vida, adquire completude na obra francesa, pelo fato de que também o Terremoto de Lisboa, ali presente, foi a causa da morte de milhares. *Nous l’avons échappé belle!*, ganha sentido é e como se fosse um alento, uma válvula por onde escapou a velha de 128 anos e ora serve de caminho ao cronista e seu leitor, não, evidentemente, para que pleiteiem a eternidade, mas para que, através do recontar, ou seja, da circulação literária, possam aprisionar o tempo e viver dias melhores, a exemplo do que ocorre no conto de Voltaire *Les deux consolés*⁵⁰⁹: na narrativa, o filósofo Citiophile tenta consolar uma dama que chora amargamente seus próprios infortúnios ao enumerar a crueldade sofrida por grandes personagens tal qual Marie Stuart, Hecubé, Nyobé e outras. Espera, com isso, que a dama se console. Entretanto, no dia seguinte o filósofo perde seu único filho e a dama, também para consolá-lo, enumera uma lista de reis que perderam seus filhos. Três meses depois, os dois se encontram e surpresos, ao se verem, decidem erigir uma estátua ao tempo com a seguinte inscrição: *A celui qui console*. Assim, nota-se o cronista, no jogo literário, trabalhar a ideia do tempo que se desvanece e se dissipa, não só através da velhice e dos fatos históricos, mas também através da circulação literária, por meio da qual é possível *échapper belle*.

1.8. Crônica originalmente publicada na *GAZETA DE NOTÍCIAS* em 3.4.1885, na coluna chamada *Balas de Estalo* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado*

⁵⁰⁸ VOLTAIRE. Op. Cit., p. 180. Veja páginas 21, 155, 156.

⁵⁰⁹ Versão disponível no site oficial www.voltaire-integral.com, consulta em 6.9.2009.

de Assis – Crônicas – 4º volume (1878-1888). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 225-228.

3 de abril de 1885

“Há alguém, disse o Sr. senador João Alfredo⁵¹⁰, citando um velho dito conhecido, há alguém que tem mais espírito que **Voltaire**, é todo o mundo.”

Não sei se já alguma vez disse ao leitor que as idéias, para mim, são como as nozes, e que até hoje não descobri melhor processo para saber o que está dentro de umas e de outras, - senão quebrá-las.

Aos vinte anos, começando a minha jornada por esta vida pública que Deus me deu, recebi uma porção de idéias feitas para o caminho. Se o leitor tem algum filho prestes a sair, faça-lhe a mesma coisa. Encha uma pequena mala com idéias e frases feitas, se puder, abençoe o rapaz e deixe-o ir.

Não conheço nada mais cômodo. Chega-se a uma hospedaria, abre-se a mala, tira-se uma daquelas coisas, e os olhos dos viajantes faíscam logo, porque todos êles as conhecem desde muito, e crêem nelas, às vêzes mais do que em si mesmos. É um modo breve e econômico de fazer amizade.

Foi o que me aconteceu. Trazia comigo na mala e nas algibeiras uma porção dessas idéias definitivas, e vivi assim, até o dia em que, ou por irreverência do espírito, ou por não ter mais nada que fazer, peguei de um quebra-nozes e comecei a ver o que havia dentro delas. Em algumas, quando não achei nada, achei um bicho feio e visguento.

Não escapou a êste processo a idéia de que todo o mundo tem mais espírito do que **Voltaire**, inventada por um homem ilustre, o que foi bastante para lhe dar circulação. E, palavra, no caso desta, senti profundamente o que me aconteceu.

Com efeito, a idéia de que todo o mundo tem mais espírito do que **Voltaire**, é consoladora, compensadora e remuneradora. Em primeiro lugar, consola a cada um de nós de não ser **Voltaire**. Em segundo lugar, permite-nos ser mais que **Voltaire**, um **Voltaire** coletivo, superior ao **Voltaire** pessoal. Às vêzes éramos vinte ou trinta amigos; não era ainda todo o mundo, mas podíamos fazer um oitavo de **Voltaire**, ou um décimo. Vamos ser um décimo de **Voltaire**? Juntávamo-nos; cada um punha na panela comum o espírito que Deus lhe deu, e divertíamos-nos muito. Saíamos dali para a cama, e o sono era um regalo.

Perdi tudo isto. Peguei desta compensação tão cômoda e barata, e deitei-a fora. Funesta curiosidade! O que achei dentro, foi que todo o mundo não tem mais

⁵¹⁰ João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1915), senador, abolicionista e monarquista brasileiro.

espírito que **Voltaire**, nem mais gênio que Napoleão. Cito êstes dois grandes homens, porque o segundo lá está citado na frase do eminente senador.

Sim, meus amigos. Choro lágrimas de sangue com a minha descoberta; mas que lhes hei de fazer? Consolemo-nos com o ser simplesmente Macário⁵¹¹ ou Pantaleão⁵¹².

Multipliquemo-nos para vários efeitos, para fazer um banco, uma câmara legislativa, uma sociedade de dança, de música, de beneficência, de carnaval, e outras muitas em que o óbulo de cada um perfaz o milhão de todos; mas contentemo-nos com isto.

Nem me retruque o leitor com o fato de ter de um lado a opinião do autor da idéia, e as gerações que a têm repetido e acreditado, enquanto do outro estou apenas eu. Faça de conta que sou aquêlê menino que, quanto tôda a gente admirava o manto invisível do rei, quebrou o encanto geral, exclamando: ___ *El-rei vai nu!*⁵¹³ Não se dirá que, ao menos nesse caso, tôda a gente tinha mais espírito que **Voltaire**. Está-me parecendo que fiz agora um elogio a mim mesmo. Tanto melhor; é minha doutrina.

As crônicas da *Semana* ora apresentam perfis de crítica literária ou teatral, despontam como artigos de cunho filosófico ou surgem com traços autobiográficos. Nesta, o cronista volta-se para sua juventude e trajetória até então percorrida, relembra sua saída de casa e destaca, sobretudo, seu percurso intelectual. Entretanto, o que superficialmente aparece de maneira um tanto nostálgica esconde uma discordância do senador João Alfredo.

O cronista não entra em detalhes do porquê de discordar do parlamentar, assim como não contextualiza ao seu leitor as condições em que foi proferido o velho dito ao qual recorre para fundamentar sua opinião; eis o dito: “há alguém que tem mais espírito que Voltaire, é todo o mundo”.

⁵¹¹ Personagem da peça teatral homônima escrita por Álvares de Azevedo (1831-1852) pouco antes de sua morte por tuberculose e logo depois de ter sonhado um encontro seu com satã. O livro, que denuncia questões sociais, foi publicado em 1852.

⁵¹² Pantaleone, personagem celebrizada na *Commedia dell'arte*. Era o velho fidalgo, avarento e eternamente enganado.

⁵¹³ Referência ao conto do escritor dinamarquês de histórias infantis Hans Christian Andersen (1805-1875). Trata-se do conto *A roupa nova do rei*, também chamado de *As roupas novas do Imperador* de 1837. O aforismo é usado para situações aparentemente elogiosas e exemplares, mas que no fundo não se sustentam, pois são inteiramente superficiais.

A referência ao autor francês mais uma vez segue um processo intertextual que circula através da chamada figura de linguagem *mise en abîme*⁵¹⁴, no caso, a referência a Voltaire provém não de uma citação direta e emitida por ele próprio, mas seu nome surge de uma citação retomada pelo senador e enunciada pelo cronista, num claro exemplo de constante repetição do intertexto ao longo da circulação literária.

A citação provém de Talleyrand⁵¹⁵ que, em 24.7.1821, na Assembleia Nacional, em discurso célebre, expressa suas opiniões em favor da liberdade de imprensa, afirmando ser esta uma necessidade dos tempos, pois o espírito humano nunca foi completamente acomodado, além do que, no mesmo discurso, reitera o século XVIII, o século de Voltaire, como um dos mais afortunados da história face a seu desenvolvimento intelectual. O diplomata reforça a ideia de que a sociedade, em sua marcha progressiva, está destinada à novas necessidades, que os governos não devem impedir e coloca em campos opostos governos e opiniões: “De nos jours, il n’est pas facile de tromper longtemps. Il y a quelqu’un qui a plus d’esprit que Voltaire, plus d’esprit que Bonaparte, plus d’esprit que chacun des directeurs, que chacun des ministres passés, présents, à venir, c’est tout le monde. S’engager, ou du moins persister dans une lutte ou tout le monde se croit intéressé, c’est une faute, et aujourd’hui toutes les fautes politiques sont dangereuses.”⁵¹⁶

O cronista, entretanto, desconfia das ideias prontas que são distribuídas aleatoriamente, desprendidas dos contextos nos quais foram concebidas. Para tanto, julga necessário descobrir o que *está dentro de umas e de outras*. Embora acredite no aforismo de que todo mundo tem mais espírito que Voltaire e, leia-se *todo mundo*, como o conceito opinião – opinião coletiva, acaba por concluir ser esta uma ideia simplista, pois afinal, *não se chega nunca a ser todo mundo* malgrado as possibilidades de multiplicação. Discordar do aforismo, portanto, equivale a reforçar as ideias pessoais e, a representação dessas ideias pessoais aparece na figura do

⁵¹⁴ Aqui, a referência dentro de uma citação, numa adaptação livre da figura de linguagem que remete a uma obra dentro de outra.

⁵¹⁵ Charles-Maurice de Talleyrand Périgord, mais conhecido por Talleyrand (1754-1838) foi político e diplomata francês; ocupou importantes cargos durante o governo revolucionário, passou por Napoleão, pela monarquia dos Bourbons e por Luís Filipe.

⁵¹⁶ BULWER, Sir Henry Lylton. *Historical Characters: Talleyrand, Cobbett, Mackintosh, Canning*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz, 1868, Vol. I, p. 295.

autor de *Zaire*. E aí, vale retomar Talleyrand: “S’engager, ou du moins persister dans une lutte ou tout le monde se croit intéressé, c’est une faute...”.

O conceito de que uma opinião pelo simples fato de ser coletiva possa figurar como a melhor ou a mais acertada das opiniões, como aquela que verdadeiramente traz a *verdade*, pode, às vezes, encerrar uma armadilha. O cronista acertadamente conclui seu pensamento ao se colocar no lugar do menino – o único, a vislumbrar a nudez do rei, algo que a coletividade, por interesse e razões diversas, preferia não ver.

O cronista, enfim, apropria-se de Voltaire para expressar sua opinião pessoal conferindo ao autor francês uma segunda função: na primeira, na assertiva de Talleyrand, Voltaire é minimizado em prol do espírito coletivo, em Machado, opera em sentido contrário, eleva-se, e surge como modelo da opinião pessoal.

Enfim, vê-se o cronista buscar respaldo no próprio Voltaire para ir de encontro a um aforismo cuja construção tem como mote seu próprio nome, prova de sua valorização. Mas por que tamanha valorização? A resposta advém daquilo que chamamos de *irradiação francesa*⁵¹⁷, processo que toma forma mesmo antes do nascimento de nosso autor, quando a França, sob o reinado de Louis XV, desponta como um Estado unificado, centralizado e forte, ingredientes que possibilitaram o país viver grandes momentos de sua história, não só pelo brilhantismo de uma corte suntuosa, mas também porque soube congregar ao redor de si grandes expoentes da literatura e das artes.

A exportação das artes e da cultura francesa ganha força, num primeiro momento, com os conflitos internos, as guerras de religião, período durante o qual houve forte emigração dos protestantes franceses, o que possibilitou o afrancesamento de outras regiões da Europa. Passado o auge do absolutismo, as ideias iluministas se popularizam e aparecem como a base teórica dos ideais daqueles que vislumbram uma sociedade moderna. Conforme comenta Passos, *autores como Voltaire e Diderot relatavam em suas cartas o fato de não terem de*

⁵¹⁷ PASSOS, Gilberto P. Op. cit., p. 59. Veja páginas 5 a 12.

falar outro língua senão a própria em cortes estrangeiras (p. 5). Com isso, há certa glorificação da língua de Voltaire e a Revolução Francesa dá fôlego novo ao idioma pela força das ideias que veiculava. Voltaire e outros iluministas ganham status de apóstolos no novo mundo.

A censura aos livros impera no Brasil colônia, sobretudo os de cunho filosófico, leiam-se, iluministas. Voltaire é proibido. Contudo, como já vimos neste trabalho, está presente em bibliotecas de revoltosos, de jesuítas e de altas figuras na Corte, tal qual o Conde da Barca. No campo literário, o rigor às restrições não é o mesmo e Voltaire – ao lado de Molière, figura entre os autores que mais merecem destaque entre o público e as companhias teatrais brasileiras. No século XIX, quando, a partir dos românticos, a literatura brasileira entra em franco período de constituição, o influxo francês é avassalador. O intercâmbio França-Brasil é robusto durante o Segundo Império e ganha ares de modernidade com o Rio de Janeiro *Belle Époque*. Voltaire, ao longo de todas essas transformações resiste e ora ou outra é requisitado como referência cultural ou como arma para combater ânimos totalitários que emergiam intermitentemente na jovem nação.

1.9. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 12.7.1896, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 3º volume* (1895-1900). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1961, p. 221-226.

12 de julho de 1896

A bomba do Eldorado durou o espaço de uma manhã, tal qual a rosa de Malherbe⁵¹⁸. Esta velha rosa é que parece querer durar a eternidade. E aqui faço uma pequena crítica ao Sr. Conselheiro Ângelo do Amaral⁵¹⁹. S. Ex. escreveu no *Jornal do Comércio*⁵²⁰ um artigo contra o remédio que o Sr. senador Leite e Oiticica⁵²¹ publicou

⁵¹⁸ François de Malherbe (1555-1628), poeta francês. Assim como em inúmeras outras crônicas, Machado, ao tratar da efemeridade do tempo, retoma o verso do poema *Consolation à Cléophon*, de 1592: “Et, rose, elle a vécu ce que vivent les roses,/ L’espace d’un matin.” Veja crônica 7, de 2.3.1873.

⁵¹⁹ Ângelo Tomás do Amaral (1822-1911), conselheiro e oficial-maior da secretaria do Senado, foi presidente de várias províncias do Império.

⁵²⁰ Veja notas 205 e 434.

na *Revista Brasileira*⁵²² para extirpar o mal das nossas finanças. A revisão deixou passar esta frase: “a rosa do Sr. senador pelas Alagoas teria a sorte da de Malherbe”. O Sr. Ângelo corrigiu-a no dia seguinte, restaurando o que escrevera: “o projeto do Sr. senador pelas Alagoas teria a sorte da rosa de Malherbe”. Ah! por que não imitou o próprio poeta Malherbe, a quem a revisão atribuiu o verso que ficou? Francamente, a primeira forma era melhor; completava o seu pensamento dando ao projeto o nome da cousa perecível, uma vez que o acha perecível. Não me diga desdenhosamente que seria poético; poesia não deve entrar só por citação nas matérias áridas; pode muito bem tratar do próprio chão duro em que se pisa.

A rosa do Eldorado... Veja como eu dou execução ao meu conselho, sem que aliás uma bomba se pareça com flor. A rosa do Eldorado viveu tão pouco que nem se chegou a saber se foi dinamite, se pólvora; mas parece que foi pólvora. A incredulidade, que não morreu com **Voltaire**, abanou as orelhas à dinamite, o que diminuiu muito o horror à bomba. Mas fôsse isto ou aquilo, o que é certo é que houve faca e revólver, um morto (Deus lhe fale n'alma!) e alguns feridos; entrando-se em dúvida tão-somente se o ataque veio de fora ou de dentro, ou se de ambos os lados. Fez-se autópsia; e enterrou-se o cadáver. *Quia pulvis es.*⁵²³ Segundo li ontem, vai aparecer um incidente extraordinário neste negócio que lhe dará nova face. Não há de ser a ressurreição do defunto.

Houve denúncia, dias depois daquele, que iam cair algumas bombas de dinamite, não já no Eldorado; mas no próprio Jardim Zoológico⁵²⁴. A polícia mandou fôrça; mas, ou porque a denúncia não tivesse fundamento, ou porque as providências da autoridade fizessem suspender a ação, não caiu nada, nem dinamite nem pólvora. Em compensação apareceu acônito, não no Jardim Zoológico, mas em uma farmácia da rua Frei Caneca⁵²⁵, donde foi dado a um doente, que ia morrendo à quarta dose, envenenado. Já disse o que penso destes envenenamentos. Uma vez que nenhuma intenção os produz, mas simples enganos, não são criminosos; ao contrário, podendo

⁵²¹ Francisco de Paula Leite e Oiticica (1853-1927), advogado, foi deputado e senador por Alagoas.

⁵²² A *Revista Brasileira* teve três diferentes fases: em 1855 aparece com o título de *Revista Brasileira – Jornal de literatura, teatros e indústria*, redigida por Francisco de Paula Menezes e impressa na Tip. Braziliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, e circula até o ano de 1857; em 1879 reaparece e, até 1871, é dirigida por Nicolau Midosi e Franklin Távora, é desta fase a colaboração de Machado de Assis (*Braz Cubas*), Franklin Távora (*Lourenço*), Sílvio Romero (*História da Literatura Brasileira – parcial*), Araripe Júnior (*José de Alencar*); a terceira e última fase, vai de 1895 a 1898, sob a direção de José Veríssimo (WERNECK SODRÉ, Op. cit., p. 125. Veja páginas 195, 244, 246, 247, 267).

⁵²³ Parte da fórmula religiosa citada nas comemorações da Quarta-feira de Cinzas: “Memento, homo, quia pulvis es, et in pulverem reverteris.” (Lembra-te homem que és pó e ao pó tornarás.) Na origem, referência ao livro bíblico do *Gênesis* 3:19: “No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado: porquanto és pó, e em pó tornarás.”

⁵²⁴ O Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, teve sua origem no conhecido Jardim Zoológico do barão de Drummond, criado pelo empresário João Batista Viana Drummond. Após uma viagem a Paris, à época, Drummond ficou impressionado com o urbanismo daquela capital e, na qualidade de amigo do Imperador D. Pedro II, adquiriu a antiga “Fazenda dos Macacos” à Princesa Isabel por 120 contos de réis (1872), onde implantou um grande projeto de urbanização e inaugurou-o em 16.1.1888.

⁵²⁵ A rua em homenagem a Joaquim da Silva Rabelo (1779-1825), depois, Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, fica no centro da cidade do Rio de Janeiro.

auxiliar o conhecimento da verdade, são necessários. No presente caso, por um soldado que se perdeu, salvou-se o exército. É assim na guerra, é assim na vida. O ato do farmacêutico é que foi outra rosa de Malherbe.

Quanto ao jôgo dos bichos, trava-se contra êle uma rude campanha. Começada na imprensa, vai sendo continuada pela polícia. As ordens expedidas por esta são positivas, e a execução por parte dos seus agentes vai sendo pontual. O quinhão da luta na imprensa é copioso. Medidas há (fôrça é dizê-lo) que se não expedem logo pelo receio de que a imprensa as condene ou critique, o serviço fique malvisto, e a ação afrouxe. Mas uma vez que os jornais, como os parlamentos, votem uma moção de confiança nestes têrmos: "A opinião, certa de que o jôgo será morto, passa à ordem do dia", a autoridade assim apoiada e reforçada emprega todos os seus recursos.

A minha dúvida única é se o bicho morto não ressuscitará com a diversa forma. Agora mesmo nem tudo são bichos; há prêmios de bebidas, distribuição de gravuras e outras convenções de azar. Convém ter em vista que os jogos são muitos. A loteria, um dos mais velhos, que tem desmoralizado a sociedade, serve com os seus números às várias especulações; mas não é a culpada única desta perversão de costumes. Única não pode ser; ela corrompe, ela deve ser extirpada, como outras instituições de *dar fortuna*; mas não esqueçamos que ela é também efeito. Contaram-me que por ocasião do encilhamento, ___ essa enorme bicharia, em que todos os carneiros perderam, ___ ocorria um fato assaz característico. Sabe-se que na rua da Alfândega o ajuntamento era grande e o tumulto freqüente. Alguma vez foi preciso empregar fôrça para aquietar os ânimos e dar passagem a outra gente. Sucedia então que, saindo a correr duas praças de cavalaria através da multidão, eram os próprios animais objeto de apostas, dizendo uns que o primeiro cavalo que chegava à esquina era o de cá, e outros que era o de lá, e os que acertavam recebiam um ou dous contos de réis.

Meditai bem. Uma paixão do azar tão grande, que o próprio cavalo (era já o bicho!) do agente da ordem servia de dado aos jogadores, não sai assim com duas razões. Não tenho remédio senão citar as estrebarias de Augias⁵²⁶ para poder invocar Hércules. É preciso ser Hércules. Quem sabe se êste número e esta nota que acabo de ler nos jornais: "19.915 foi o número de vidros de xarope de alcatrão e jataí vendidos no mês passado", não é já uma forma nova para substituir os bichos? Tudo pode ser bicho; os próprios jornais, os mesmos artigos que combatem o mal, expõem-se a servir de pasto ao jôgo, se os empresários dêste se lembrarem de vender sôbre a primeira letra do artigo de amanhã. Uns compram nas letras A até M,

⁵²⁶ Conta a mitologia grega que um dos Doze Trabalhos de Hércules era limpar a sujeira de anos de excrementos de animais deixados nas estrebarias reais de Augias, rei de Élis, no Peloponeso, que continham três mil bois e que há trinta anos não eram limpas. Estavam tão mal cheirosas que exalavam um gás mortal provocando a morte dos moradores. Para isso, Hércules desviou dois rios.

outros nas letras N até Z; e, ao contrário da lança de Télefo⁵²⁷, que curava as feridas que fazia, aqui os remédios levam em si o veneno, como nas farmácias.

A paixão do azar é tal que, quando acabou a guerra franco-prussiana, Paris, não obstante os desastres de tão dura campanha e a dôr patriótica da nação, chegou a jogar em plena rua. Rompeu, entretanto, a Comuna⁵²⁸. Um dos comunistas, o famoso Raul Rigault⁵²⁹, encarregado da polícia da idade, expediu decreto, que podeis ler nas *Memórias de Rochefort*⁵³⁰, tomo II, pág. 366. Êsse decreto, depois de dous considerandos, tinha êste único artigo: “O jôgo de azar é formalmente proibido.”. Pois assim tão pequeno, sem taxação de pena nem indicação de processo, foi cumprido sem hesitação. A razão creio estar no poder da Comuna, que não se contentava com prender as pessoas, ia-as logo mandando para um mundo melhor. Daí a minha dúvida, por mais pura vontade que tenha a intendência municipal rejeitando a nova concessão ao jôgo da pelota, e a polícia caçando os bichos. Creio que o mal está muito fundo.

Não digo que, por estar ferido, seja impossível curá-lo; digo que é preciso mais tempo que a manhã da rosa de Malherbe ou o dia inteiro da *Batracomiomaquia*⁵³¹. Neste poema, em que os ratos lutam com as rãs, Júpiter, rindo de gôsto, diz a Minerva: “Filha minha, vai ajudar os ratos, que sempre andam no teu templo, à cata da gordura e dos restos dos sacrifícios.” Já então os bichos davam de comer aos ratos! Minerva recusa; acha que é melhor ver as batalhas de cima, ou, como se diz moderna e vulgarmente, ver os touros de palanque... Não, não basta

⁵²⁷ Na mitologia grega, Télefo, filho de Heracles e Auge. Conta-se que os gregos, a caminho de Tróia e ignorando a rota, desembarcaram em Mísia, acreditando que se encontravam na Frígia. Télefo fez frente aos invasores matando muitos destes, no entanto, quando Aquiles se apresentou, Télefo, assustado, fugiu. Na perseguição, prendeu o pé num cepo de vinha, caiu e Aquiles feriu-o com a lança na perna. Télefo, cuja ferida não cicatrizava e a quem Apolo predissera que “o que tinha ferido o curaria”, ofereceu-se aos gregos para indicar o caminho até Tróia, na condição de que Aquiles consentisse em curá-lo. Aquiles colocou um pouco da ferrugem que se encontrava na sua lança sobre a ferida de Télefo e curou-o. O episódio é retomado por Eurípedes na sua tragédia *Télefo*. (GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. 2ª ed. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1993, p. 432, 433) De fato, quando Machado se refere à *lança de Télefo*, ele trata da lança que feriu Télefo, uma vez que a lança pertencia a Aquiles.

⁵²⁸ Machado se refere à Comuna de Paris de 1871, levante considerado o primeiro governo operário da história, fundado na capital francesa por ocasião da resistência popular ante a invasão alemã e não durou mais que cerca de 40 dias, quando foi esmagado pelas forças de Thiers, presidente eleito do Governo Provisório de Defesa Nacional, que substituiu Napoleão III.

⁵²⁹ Raoul Rigault (1846-1871), personalidade da Comuna de Paris de 1871, nomeado chefe de polícia e eleito para o Conselho da Comuna, morreu durante o conflito.

⁵³⁰ Henri de Rochefort-Luçay (1831-1913), jornalista de oposição sob todos os regimes, de personalidade forte e combativa, suscitou paixões extremas e julgamentos violentos em razão de sua evolução política. Oponente do Segundo Império, foi sucessivamente detestado por bonapartistas, pela direita monarquista, pelos republicanos e pela esquerda socialista. Fora de Paris, não retornou a tempo de ver os acontecimentos da Comuna, que em princípio não condenou. No entanto, seu apoio a Comuna se transformaria, a cada dia mais, em crítica. Escreve *Le mot d'ordre* no qual, nem Thiers e nem seus antigos amigos da Comuna são poupados. Condenado pelos *communards*, recebe o apoio de Victor Hugo, que intercede por ele junto a Thiers. Machado ao se referir às *Memórias de Rochefort*, se referiu a *Les aventures de ma vie*, escritas por Rochefort, num compêndio de 5 volumes e publicadas entre 1896 e 1898. Machado seguramente as leu em francês, já que cita a página 366 do volume II, exatamente as indicações do original que traz: “Les jeux de hasard sont formellement interdits.”

⁵³¹ A *Batracomiomaquia*, literalmente “a batalha das rãs e dos ratos” é uma epopeia cômica que parodia a *Iliada*, segundo Plutarco, obra de Pigres de Halicarnaso.

aquêle dia todo, nem os vinte dias da *Ilíada*; é preciso mais tempo e muita saúde orgânica.

O arcebispo de Auch, ao traçar o perfil de Voltaire o inicia assim : “Quel ennemi de la Religion la France a-t-elle élevé et nourri dans son sein dans la personne du Poète de nos jours! Combien d’aveugles disciples se sont mis à la suite de ce trop fameux maître de l’incrédulité ? (...) Ingrat envers son bienfaiteur et envers sa Patrie, Philosophe orgueilleux, Apostat méprisable, né pour le malheur de son siècle et pour la perte d’une infinité d’âmes,...”⁵³². A opinião do arcebispo, divulgada pela Igreja, é a exemplificação do que pensavam de Voltaire aqueles que não partilhavam das ideias das *Luzes*, sobretudo, no que tange à religião.

Numa metáfora livre, ao longo dos séculos, para muitos, os dois lados da moeda foram representados pela religião e pela filosofia. Como consequência, o saber sempre apareceu como produto da incredulidade. A filosofia de Voltaire, empenhada em abrir os olhos à luz da razão e ao bom senso, não só solapou aos montes uma infinidade de superstições como, de certa maneira, atuou para balançar os pilares da religião e desarraigar as ideias pré-concebidas de Deus de entre muitos crentes.

Voltaire, grande admirador de Newton, destrói a filosofia cartesiana em um artigo de *O filósofo ignorante*⁵³³; ali trata da incredulidade na filosofia: “Aristóteles começa dizendo que a incredulidade é a fonte da sabedoria; Descartes dilui esse pensamento, e ambos me ensinaram a não acreditar no que dizem. Esse Descartes, principalmente, depois de haver fingido duvidar, fala num tom tão afirmativo...”. Não por outra razão, Voltaire recebeu atributos de *maître*, *apôtre* e de *le plus ardent propagateur de l’incrédulité*.

Machado, como já fizera tanta outras vezes, é indiferente aos fatos mais importantes e atém-se às *coisas miúdas*, deixa passar ao largo o atentado a bomba no Rio de Janeiro e coloca em discussão a revisão de um artigo, o qual, em sua

⁵³² HAREL, Marie Maximilien. *Voltaire, recueil des particularités curieuses de sa vie et de sa mort*. Paris: Jean Joseph Goetschy, imprimeur de son Altesse, 1781, p. 60.

⁵³³ VOLTAIRE. *O filósofo Ignorante*. Seleção e tradução de textos de Marilena de Souza Chauí (et al.). São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os pensadores, 2ª ed., 1978, p. 300-301.

opinião não merecia tal correção. Explica-se: a frase usada pelo senador Leite e Oiticica, no referido artigo, fora “a rosa do Sr. senador pelas Alagoas teria a sorte da de Malherbe”. Para o cronista a alteração providenciada pelo conselheiro Ângelo do Amaral, destituía o artigo de seu intuito principal: a incredulidade. Para tanto, a recorrência à tutela de Voltaire não faz outra coisa senão restituir a incredulidade ao projeto de saneamento das finanças criticado pelo senador Leite e Oiticica.

Assim, o verso de Malherbe, intertexto proposto pelo senador, em cuja essência destaca-se a efemeridade e, Voltaire, como modelo representativo da incredulidade, proposto pelo cronista, uma vez justapostos, não só reiteram a ideia de que o projeto realmente oferece motivos para ser desacreditado como também, traz à baila a descrença de nosso autor na dita empreitada.

Assim, mais uma vez, no universo da circulação literária, vêm à luz Malherbe e Voltaire, já agora na condição de clichês. É certo que o clichê é uma faca de dois gumes: muitas vezes, isolado, ou como parte de um agrupamento de expressões lugares-comuns, vazias de sentido, acaba por empobrecer o texto; no entanto, malgrado a repetição abusiva que pode fazê-lo se desgastar e se afastar da ideia original em que foi concebido, o clichê literário pode enriquecer e dar expressividade ao texto, além, é claro, de contribuir para sua compreensão. E, felizmente, é esse o caso de nosso cronista ao longo de quatro décadas em que lançou mão de fórmulas criadas, sobretudo, pelos escritores franceses.

Nota-se ainda, ao longo da circulação literária, que a presença de determinados clichês, revelam o apreço de um autor por determinado estilo, época ou movimento literário, enfim, é a denúncia, senão da contaminação de alguns escritores por outros, mas de uma memória literária latente que teima em ser repertoriada. Em Machado são vários os clichês que emergem ao longo das crônicas. Dentre tantos, podem-se destacar La Palisse com seu “un quart d’heure avant sa mort,/ Il était encore en vie”; Pascal, com “Plaisante justice qu’une rivière borne! Vérité au deçà des Pyrénées, erreur au delà”; Malherbe, com “Et, rose, ele a vécu ce qui vivent les roses,/ L’espace d’un matin.”; Voltaire, com o célebre aforismo de Pangloss em que “os narizes foram feitos para os óculos”, além, é claro, de inúmeras outras locuções correlatas ao nome do autor, como o conto, o riso, o

espírito e a língua – aqui tratados. Vale lembrar ainda que nosso cronista, ao longo do tempo, submete tais clichês as suas necessidades, num verdadeiro exercício de adaptação, ou seja, se no início de carreira os aforismos eram transplantados na íntegra, tal qual haviam sido produzidos, com o passar do tempo, a colagem torna-se dispensável e uma simples referência é capaz de remeter à ideia originalmente concebida. Com isso a máxima de Pascal, por exemplo, aparece como “verdade em Sorocaba, erro em Limeira” (crônica de 26.6.1895), assim como nesta crônica do verso de Malherbe só resta a palavra *rosa - a rosa de Malherbe*.

1.10. O riso de Voltaire

Nas reiteradas vezes em que Machado voltou-se para Voltaire, não só buscou no autor principalmente trechos de obras, princípios teóricos de suas ideias e de seu caráter expressos em seus escritos e demonstrados em sua atuação, mas também o riso. Mas por que então o riso? Teria Voltaire um riso filosófico e incrédulo? Antes, porém, veja-se, brevemente, a trajetória do riso⁵³⁴: essa característica humana despertou, no mundo ocidental, não só um prestígio de ordem terapêutica como certa cautela no trato social desde os clássicos.

Os primeiros registros, contudo, parecem vir da Bíblia. No *Antigo Testamento*, há certa hesitação sobre qual caminho tomar: em *Provérbios* (17:22), Salomão admite o bem da alegria: “O coração alegre serve de bom remédio, mas o espírito abatido virá a secar os ossos”; já em *Eclesiastes* (7:3) o pregador aconselha: “Melhor é a tristeza do que o riso, porque com a tristeza do rosto se faz melhor o coração.”

Aristóteles (284-322 a.C.), em sua *Ética a Nicômaco*⁵³⁵, recorre a um meio-termo e diz que após atividades costumeiras a recreação deveria pautar-se pelo bom gosto, pois não é nada “difícil descobrir o lado ridículo das coisas, e a maioria das pessoas deleita-se mais do que devem com gracejos e caçoadas”. Todavia

⁵³⁴ As informações sobre o percurso do riso aqui retomadas foram extraídas do estudo de Vera Cecília Machline: *Concepções sobre o riso segundo a fisiologia do riso do século XVI*, in *Revista da Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo*, São Paulo, 1997, Vol. 6, p. 97-112.

⁵³⁵ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, Vol. II, p. 5-196.

reitera ser próprio a “um homem de tato dizer e escutar aquilo que fica bem a uma pessoa digna e educada” e que normalmente seus gracejos “diferem dos de um homem vulgar, assim como os de uma pessoa instruída diferem dos de um ignorante” (p. 75-76). Aristóteles ainda contribui para a ideia de que o riso pressupunha pesar. Em sua *Poética*⁵³⁶, redescoberta no século XVI após séculos de esquecimento, trazia informações sobre o risível em seu capítulo 5; lá o filósofo argumenta ao comparar tragédia e comédia, que esta última seria a “imitação de homens inferiores (...) mas só quanto àquela parte do torpe que é o ridículo”, o qual, por sua vez, é definido como “certo defeito, torpeza anódina e inocente; que bem o demonstra, por exemplo, a máscara cômica, que sendo feia e disforme, não tem [expressão de] dor (p. 205)”

A retórica romana clássica, entretanto, retoma o assunto com Cícero (106-43 a.C.), em seu livro *De oratore*⁵³⁷ (Livro 2), onde afirma: “convém a um orador provocar o riso, e isso por vários motivos”. Dentre esses motivos afirma que um dito divertido amiúde angaria a simpatia e a benevolência para seu autor, aniquila e desconcerta seu oponente, revela que o orador é um homem erudito e urbano, além do que, alivia o tédio, abrandando a austeridade e freqüentemente, desvanece situações desagradáveis, dificilmente dissipadas por argumentos”.

Nesta esteira, tratam ainda do riso Petrarca (1304-1373), Plínio, o Velho (23-79 a.C.), Vincenzo Maggi (c. 1500-1564), Laurent Joubert (1529-1582), que em 1579, publica o *Traité du ris*⁵³⁸, no qual destila pérola tais como: “as jovens são aconselhadas a evitar rir tolamente, e avisadas de que podem envelhecer mais cedo” (p. 116).

O riso voltairiano, entretanto, era o riso da razão, filosófico, que muitos viam como incrédulo e demolidor, que espantava a ignorância e o fanatismo incrustados no seio dos homens; enfim, era o riso que os convidava às *Luzes*, à prosperidade e ao progresso das ideias. Em 30.5.1878, Victor Hugo, por ocasião do centenário de

⁵³⁶ ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, Vol. II, p. 197-229.

⁵³⁷ CÍCERO. *De oratore*. Cambridge: Harvard University Press; William Heinemann, 1988, Vol. I.

⁵³⁸ JOUBERT, Laurent. *Traité du ris, contenant son essence, ses causes, et merveilleux effets, curieusement recherchés, raisonnés & observés [...]*. Paris : Nicolas Cheneav, 1579. Reimpressão fac-similar de *Traité du ris, suivi d'un dialogue sur la Cacographie française*. Genebra : Slatkine Reprints, 1973.

Voltaire, discursa no Théâtre de La Gaîté⁵³⁹. Eis a parte do célebre discurso em que Victor Hugo menciona o riso⁵⁴⁰ de Voltaire:

“ ...

Il a vaincu le vieux code et le vieux dogme. Il a vaincu le seigneur féodal, le juge gothique, le prêtre romain. Il a élevé la populace à la dignité de peuple. Il a enseigné, pacifié et civilisé. Il a combattu pour Sirven et Montbailly comme pour Calas et La Barre ; il a accepté toutes les menaces, tous les outrages, toutes les persécutions, la calomnie, l'exil. Il a été infatigable et inébranlable. Il a vaincu la violence par le sourire, le despotisme par le sarcasme, l'infailibilité par l'ironie, l'opiniâtreté par la persévérance, l'ignorance par la vérité.

Je viens de prononcer ce mot, le sourire, je m'y arrête. Le sourire, c'est Voltaire.

Disons-le, messieurs, car l'apaisement est le grand côté du philosophe, dans Voltaire l'équilibre finit toujours par se rétablir. Quelle que soit sa juste colère, elle passe, et le Voltaire irrité fait toujours place au Voltaire calmé. Alors, dans cet oeil profond, le sourire apparaît.

Ce sourire, c'est la sagesse. Ce sourire, je le répète, c'est Voltaire. Ce sourire va parfois jusqu'au rire, mais la tristesse philosophique le tempère. Du côté des forts, il est moqueur ; du côté des faibles, il est caressant. Il inquiète l'opresseur et rassure l'opprimé. Contre les grands, la raillerie ; pour les petits, la pitié. Ah! soyons émus de ce sourire. Il a eu des clartés d'aurore. Il a illuminé le vrai, le juste, le bon, et ce qu'il y a d'honnête dans l'utile ; il a éclairé l'intérieur des superstitions ; ces laideurs sont bonnes à voir, il les a montrées. Étant lumineux, il a été fécond. La société nouvelle, le désir d'égalité et de concession et ce commencement de fraternité qui s'appelle la tolérance, la bonne volonté réciproque, la mise en proportion des hommes et des droits, la raison reconnue loi suprême, l'effacement des préjugés et des partis pris, la sérénité des âmes, l'esprit d'indulgence et de pardon, l'harmonie, la paix, voilà ce qui est sorti de ce grand sourire.

Le jour, prochain sans nul doute, où sera reconnue l'indentité de la sagesse et de la clémence, le jour où l'amnistie sera proclamée, je l'affirme, là-haut, dans les étoiles, Voltaire sourira. (Triple salve d'applaudissements. Cris: Vive l'amnistie!)

Messieurs, Il y a entre deux serviteurs de l'humanité qui ont apparu à dix-huit cents ans d'intervalle un rapport mystérieux.

⁵³⁹ Discurso intitulado *Le Centenaire de Voltaire*. Disponível no site: www.voltaire-integral.com/Html/01/17Hugo.html. Acesso em 28.7.2009.

⁵⁴⁰ Embora muitos autores estabeleçam nuances de significado entre as palavras *rire* e *sourire*, aqui serão entendidas como sinônimos. O riso é normalmente visto como a principal característica do ser humano a exprimir o prazer e a alegria, enquanto o sorriso, de gradação menos intensa, psicologicamente, envolveria ainda outras emoções e denunciaria também a intensidade gradual de nossa dimensão espiritual.

Combattre le pharisaïsme, démasquer l'imposture, terrasser les tyrannies, les usurpations, les préjugés, les mensonges, les superstitions, démolir le temple, quitte à le rebâtir, c'est à dire à remplacer le faux par le vrai, attaquer la magistrature féroce, attaquer le sacerdoce sanguinaire, prendre un fouet et chasser les vendeurs du sanctuaire, réclamer l'héritage des déshérités, protéger les faibles, les pauvres, les souffrants, les accablés, lutter pour les persécutés et les opprimés ; c'est la guerre de Jésus-Christ ; et quel est l'homme qui fait cette guerre ? c'est Voltaire. (Bravos)

L'oeuvre évangélique a pour complément l'oeuvre philosophique ; l'esprit de mansuétude a commencé, l'esprit de tolérance a continué ; disons-le avec un sentiment de respect profond, Jésus a pleuré, Voltaire a souri ; c'est de cette larme divine et de ce sourire humain qu'est faite la douceur de la civilisation actuelle. (Applaudissements prolongés.)

Voltaire a-t-il souri toujours? Non. Il s'est indigné souvent. Vous l'avez vu dans mes premières paroles. ... ”

Muito embora Victor Hugo⁵⁴¹ traduza o sorriso de Voltaire por sabedoria, uma sabedoria que reside e emana do próprio autor, já que *ce sourire, c'est la sagesse e ce sourire, c'est Voltaire*, talvez o mais surpreendente – e o autor é cuidadoso ao afirmar isto porque o faz *avec un sentiment de respect profond*, é relativizar Jesus Cristo. A afirmação não só vem demolir completamente a querela patrocinada pela Igreja contra a filosofia, como as une em comum intenção: a busca da tolerância, do respeito, da justiça e da liberdade para o bem estar do homem. Os meios pelos quais tais objetivos foram perseguidos é que diferem: Jesus chorou pela paz, pelo perdão e pela indulgência dos pecados do homem, Voltaire fez o mesmo, porém o fez sorrindo. Em outras palavras, o homem anteriormente visto como o mais célebre

⁵⁴¹ Victor Hugo criou ainda, em *Les Misérables*, a personagem Gavroche; pouco presente durante a maior parte da narrativa, ganha destaque no final. Gavroche morre em 6.6.1832 em uma barricada na rue de la Chanvrière durante a insurreição republicana, em Paris, em junho de 1832. Durante a batalha Gavroche recolhia projéteis que não haviam explodido, quando é atingido e morre. Enquanto recolhia os projéteis Gavroche cantava uma canção que não foi terminada:

*On est laid à Nanterre,
C'est la faute à Voltaire,
Et bête à Palaiseau,
C'est la faute à Rousseau.*

*Joie est mon caractère,
C'est la faute à Voltaire,
Misère est mon trousseau,
C'est la faute à Rousseau.*

*Je ne suis pas notaire,
C'est la faute à Voltaire,
Je suis petit oiseau,
C'est la faute à Rousseau.*

*Je suis tombé par terre,
C'est la faute à Voltaire,
Le nez dans le ruisseau,
C'est la faute à Rousseau [...]*

O verso *C'est la faute à Voltaire* tornou-se célebre.

dos ímpios e chamado de o profeta da incredulidade é alçado por Victor Hugo à condição de divindade.⁵⁴²

Entretanto, nem mesmo o riso de Voltaire recebeu tratamento unânime. Musset, poeta romântico o considerou responsável pela Revolução Francesa e pelo que se seguiu, isto é, a irreligiosidade, o desespero, o desregramento, os crimes e o tédio que sobreveio à geração seguinte. Numa impressionante imagem, a de um Voltaire morto no túmulo, com o mesmo “sorriso repugnante” que ostentava quando vivo, Musset o censura por ter destruído a religião que ora desabava como um edifício enorme sobre as gerações posteriores. Trata-se do poema *Rolla*⁵⁴³, de 1833, no qual a personagem homônima do poema sofre as consequências das alegres destruições provocadas pelas *Luzes*, de modo a indiciar que a razão voltairiana não só era destruidora, mas também sorridente:

“ ...

IV

Dors-tu content, Voltaire, et ton hideux sourire
Voltige-t-il encor sur tes os décharnés?
Ton siècle était, dit-on, trop jeune pour te lire;
Le nôtre doit te plaire, et tes hommes sont nés.
Il est tombé sur nous, cet édifice immense
Que de tes larges mains tu sapais nuit et jour.
La Mort devait t'attendre avec impatience,
... ”

A razão voltairiana que, Musset trata por sorridente e destruidora, também é acusada pelo excesso de análise, uma vez que dissecava minuciosamente objetos e sentimentos:

Et que nous reste-t-il, à nous, les déicides?
Pour qui travailliez-vous, démolisseurs stupides,
Lorsque vous disséquiez le Christ sur son autel?

⁵⁴² No dia seguinte ao discurso os jornais clericais publicaram carta do M. Dupanloup, L'Évêque d'Orléans, que o criticou duramente. Victor Hugo devolveu-lhe uma réplica.

⁵⁴³ MUSSET. *Oeuvres Complètes*. Paris: Aux Éditions du Seuil, Tome I, p. 143-144.

Nota-se ainda, no mesmo poema, que Musset antecipa o que faria Victor Hugo, anos depois, quando identifica e une os dois opostos: Cristo e Voltaire. Veja-se: se no parte IV do poema temos um Voltaire morto, sorrindo e com os ossos descarnados, no início do mesmo poema (parte I), há um outro cadáver, o cadáver do Cristo dissecado, de forma a agregar duplo sentido a uma mesma imagem: ora refere-se a Cristo, ora a Voltaire.

Ta gloire est morte, ô Christ! Et sur nos croix d'ébène
Ton cadavre céleste en poussière est tombé !

O que há de fato é uma troca de cadáveres. Inacreditavelmente, embora Musset condene Voltaire, quem morre é Cristo, transformado em poeira, Voltaire, ele, permanece, demolindo sobre nós o edifício imenso. A despeito da questão religiosa envolvendo Voltaire, seu riso, Hugo e Musset, o que resta é a insistência de Voltaire e seu riso ou sorriso a irradiar-se como intertexto através da circulação literária até os dias atuais. Machado, grande observador e leitor de Hugo e Musset não ficou indiferente a esta característica voltairiana. Dessa forma, chegamos às crônicas que trazem a referência ao riso de Voltaire.

1.11. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS*, em 30.10.1892, na coluna *A Semana* e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – A Semana – 1º volume (1892-1873)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1957, p. 153-157.

30 de outubro de 1892

Tempos do papa! Tempos dos cardeais! Não falo do papa católico, nem dos cardeais da santa igreja romana, mas do nosso papa e dos nossos cardeais. F. Otaviano⁵⁴⁴,

⁵⁴⁴ Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), advogado, jornalista, poeta, diplomata e político brasileiro. Foi deputado e senador do Império e patrono da cadeira nº13 na Academia Brasileira de Letras. À época da eleição de 1860 foi chefe dos saquaremas, como então eram conhecidos os conservadores.

então jornalista, foi quem achou aquelas designações para o senador Eusébio⁵⁴⁵ e o estado-maior do partido conservador. Era eu pouco mais que menino...

Fica entendido que, quando eu tratar de fatos ou pessoas antigas, estava sempre na infância, se é que seria nascido. Não me façam mais idoso do que sou. E depois, o que é idade? Há dias, um distinto nonagenário apertava-me a mão com fôrça e contava-me as vivas impressões que lhe deixara a obra de Bryce⁵⁴⁶ acêrca dos Estados Unidos; acabava de lê-la, ___ dous grossos volumes, como sabem. E despediu-se de mim, e lá se foi a andar seguro e lépido. Realmente, os anos nada valem por si mesmos. A questão é saber agüentá-los, escová-los bem, todos os dias, para tirar a poeira da estrada, trazê-los lavados com água de higiene e sabão de filosofia.

Repito, era pouco mais que menino, mas já admirava aquêlê escritor fino e sóbrio, destro no seu ofício. A atual mocidade não conheceu Otaviano; viu apenas um homem avelhantado e enfraquecido pela doença, com um resto pálido daquele riso que **Voltaire** lhe mandou do outro mundo. Nem resto, uma sombra de resto, talvez uma simples reminiscência deixada no cérebro das pessoas que o conheceram entre trinta e quarenta anos.

Um dia, um domingo, havia eleições, como hoje⁵⁴⁷. Papa e cardeais tinham o poder nas mãos, e, sendo o regímen de dous graus, entraram êles próprios nas chapas de eleitores, que eram escolhidos pelos votantes. Os liberais resolveram lutar com os conservadores, apresentaram chapas suas e os desbarataram. O pontífice, com todos os membros do consistório, mal puderam sair suplentes. E Otaviano, fértil em metáforas, chamou-lhes esquifes. *Mais um esquife*, dizia êle no *Correio Mercantil*⁵⁴⁸, durante a apuração dos votos. Luta de energias, luta de motejos. Rocha⁵⁴⁹, jornalista conservador, ria càusticamente do *lencinho branco* de Teófilo Ottoni⁵⁵⁰, o célebre lenço com que êste conduzia a multidão, de paróquia, aclamando e aclamado. A multidão seguia, alegre, tumultuosa, levada por sedução, por um instinto vago, por efeito da palavra, ___ um pouquinho por ofício. Não me lembra bem

⁵⁴⁵ Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara (1812-1868), senador de 1854 a 1868, foi o autor da Lei Eusébio de Queiroz, que reprimia o tráfico negreiro e estabelecia sua posterior extinção.

⁵⁴⁶ Trata-se de James Bryce (1838-1922), jurista, historiador e político britânico. Fez a primeira de suas muitas visitas aos Estados Unidos em 1870, em 1888, escreve *The American Commonwealth*, clássico estudo histórico sobre a vida americana e suas relações com o processo governamental. Parece ter sido referência, pois Rui Barbosa, Gilberto Freyre e outros o citam sempre que se referem aos Estados Unidos.

⁵⁴⁷ Trata-se da eleição para a nova intendência que Machado menciona no fim da crônica de 25.9.1892 (*A Semana, Gazeta de Notícias*).

⁵⁴⁸ *Correio Mercantil* (1848-1868). Este jornal teve propriamente sua gênese no *Farol Constitucional* de 1842, o qual foi sucedido pelo *Farol* em 1843. Ao *Farol* sucedeu em 1844 o *Mercantil*, que durou até 1847; e ao *Mercantil* sucedeu em 1848 o *Correio Mercantil*. Nos últimos tempos passou a ser órgão do partido conservador. Machado de Assis foi revisor no *Correio Mercantil* de 1858 a 1860. (FONSECA, Gondin da. Op. cit., p. 83. Veja página 312.)

⁵⁴⁹ Justiniano José da Rocha (1812-1863), jornalista conservador; dirigiu o *Brasil*, periódico do partido conservador, cuja primeira edição data de 1840. Foi objeto da primeira charge política publicada no país; caricatura que mostrava o jornalista no momento em que recebia dinheiro do Partido Conservador.

⁵⁵⁰ Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869), jornalista, político e empresário brasileiro. Foi deputado e senador do Império.

se houve alguma urna quebrada; é possível que sim. Hoje mesmo as urnas não são de bronze. Não vou ao ponto de afirmar que não as houve peçadas. Que é a política senão obra de homens? Crescei e multiplicai-vos.

Hoje, domingo, não há a mesma multidão, o eleitorado é restrito; mas podia e devia haver mais calor. Trata-se não menos que de eleger o primeiro conselho municipal do Distrito Federal, que é ainda e será a capital verdadeira e histórica do Brasil. Não é eleição que apaixone, concordo; não há paixões puramente políticas. Nem paixões são cousas que se encomendem, como partidos não são cousas que se evoquem. Mas (permitam-me esta velha banalidade) há sempre a paixão do bem e do interesse público. Eia, animai-vos um pouco, se não é tarde; mas, se é tarde, guardai-vos para a primeira eleição que vier. Contanto que não quebreis urnas, nem as fecundeis ___ a conselho meu, ___ agitai-vos, meus caros eleitores, agitai-vos um tanto mais.

Por hoje, leitor amigo, vai tranquilamente dar o teu voto. Vai, anda, vai escolher os intendentes que devem representar-nos e defender os interesses comuns da nossa cidade. Eu, se não estiver meio adoentado, como estou, não deixarei de levar a minha cédula. Não leias mais nada, porque é bem possível que eu nada mais escreva, ou pouco. Vai votar; o teu futuro está nos joelhos dos deuses, e assim também o da tua cidade; mas por que não os ajudarás com as mãos?

Outra cousa que está nos joelhos dos deuses é saber se a terceira prorrogação que o Congresso Nacional resolveu decretar, é a última e definitiva⁵⁵¹. Pode haver quarta e quinta. Daqui a censurar o Congresso é um passo, e passo curto; mas eu prefiro ir à Constituinte, que é o mesmo Congresso *avant la lettre*. Por que diabo fixou a Constituinte em quatro meses a sessão anual legislativa, isto é, o mesmo prazo da Constituição de 1824? Devia atender que outro é o tempo e outro o regímen.

Felizmente, li esta semana que vai haver uma revisão de Constituição no ano próximo. Boa ocasião para emendar êsse ponto, e ainda outros, se os há, e creio que há. Nem faltarão quem proponha o governo parlamentar. Dado que esta última idéia passe, é preciso ter já de encomenda uma casaca, um par de colarinhos, uma gravata branca, uma pequena mala com alocações brilhantes e anódinas, para as grandes festas oficiais, ___ e um Carnot⁵⁵², mas um Carnot autêntico, que vista e profira todas aquelas cousas sem significação política. Salvo se arranjarmos um meio de combinar os presidentes e os ministros responsáveis, um Congresso que mande

⁵⁵¹ Com o intuito de discutir a crise financeira, a sessão do Congresso seria prorrogada até 12 de novembro. A sessão finalmente terminaria em 22 de novembro sob protestos.

⁵⁵² Marie François Sadi Carnot (1837-1894), político francês, cuja carreira culmina com a presidência da França de 1887 a 1894, quando foi apunhalado e morto pelo anarquista Sante Geronimo Caserio. Na sua época era homem bastante respeitado e considerado.

um ministério seu ao presidente, para cumprir e não cumprir as ordens opostas de ambos. Enfim, esperemos. O futuro está nos joelhos dos deuses⁵⁵³.

Mas não me faças ir adiante, leitor amado. Adeus, vai votar. Escolhe a tua intendência e ficarás com o direito de gritar contra ela. Adeus.

Nesta crônica cujo assunto gira em torno das eleições para o primeiro conselho municipal do Distrito Federal, o cronista mostra-se saudosista, nostálgico, e rememora eleições idas e as forças políticas que ora se enfrentavam. Com as lembranças traz à luz o talento de Francisco Otaviano, que nosso autor apresenta como desconhecido das novas gerações. A alta conta em que tem o jornalista e escritor leva-o a compará-lo a Voltaire. A comparação se faz pela intrusão do intertexto, o célebre riso de Voltaire.

Malgrado a afirmação possa se mostrar simples especulação é de se supor que pela mente do narrador cruzavam lembranças literárias tal como o poema de Musset, já discutido na introdução deste tópico. O léxico escolhido pelo cronista se orienta nesta direção, veja-se: primeiro, têm-se o papa e os cardeais, que nos remetem à religião, muito embora, como reiterado, trata-se de políticos e, também como evidenciado, políticos conservadores; depois, nosso autor revela como condição *sine qua non*, o uso diário do sabão da filosofia, para que o homem possa suportar o passar dos anos; e, por fim, um resto de riso pálido de Voltaire a estampar no rosto de Otaviano.

A interpretação de que o intertexto é introduzido na crônica via Musset se reforça a partir da descrição que o cronista faz do jornalista: "... apenas um homem avelhantado e enfraquecido pela doença, com um resto pálido daquele riso que Voltaire lhe mandou de outro mundo", ou seja, a dúvida que se colocara ao poeta quando se dirigiu ao Voltaire além túmulo: "Dors-tu content, Voltaire, et ton hideux

⁵⁵³ A expressão *joelho dos deuses* tem sua origem na *Ilíada* de Homero. No auge da Guerra de Tróia, após anos de cerco à cidade de sólidas muralhas, Aquiles, já imortalizado por várias façanhas, depois de abater Mêmnon, sobrinho de Príamo, e tomado de grande cólera, diz a Agamenon, chefe dos aqueus, que não mais suportava tanta arrogância por parte dos troianos e que ansiava por derrubar de uma vez as portas que impediam o acesso à cidadela, assim como almejava pela volta para casa com os navios repletos das riquezas de Ílion. Neste instante, Tétis, deusa marinha e mãe de Aquiles, diz ao grego: "Aquiles, audaz e implacável filho de Peleu, lembre-se do funesto presságio que paira sobre sua cabeça: desde sempre foi predito que você jamais viria transpor as portas Céias, que resguardam as mulheres e os tesouros da sagrada Tróia.", ao que Aquiles, cuja paciência chegara ao limite, replica: "O que tiver de ser repousa sobre os joelhos dos deuses." O diálogo prenuncia a morte de Aquiles.

sourire/ Voltige-t-til encor sur tes os décharnés?”, parece ser respondida pelo cronista ao ver no rosto pálido do jornalista a imposição da força e da lucidez do riso voltairiano. Ademais a palidez de Otaviano tem origem na de Voltaire, conforme sinaliza Musset: “Pour t'en aller tout seul promener ton front pâle...”.

A escolha lexical que nos remete a Musset como o condutor do intertexto vem, por extensão, recuperar na crônica o mote do poema de Musset, isto é, a censura do poeta ao filósofo, acusando-o de destruidor da religião e demolidor das crenças que sustentavam os homens, os quais passaram a padecer com os males criados pelas *Luzes*, sobretudo, pela razão voltairiana, sorridente e destruidora, que contribuiu para deixar o homem solto, à mercê de sua razão, sem o amparo divino. Daí “papa” e outros.

Portanto, tem-se aí o embate religião/razão; não por outra razão o cronista trabalha com o mesmo binômio, porém, como este não suportava o mesmo nível de discussão no contexto da reduzida sociedade carioca, desloca o conservadorismo religioso para a política que sustenta na prática muitas das armas combatidas por Voltaire, entre elas a opressão e o totalitarismo. Otaviano como crítico desta política fisiologista e nada transparente surge como a reencarnação de Voltaire na corte tropical, num jogo de manobra intertextual.

1.12. Crônica originalmente publicada no jornal *GAZETA DE NOTÍCIAS* em 5.1.1888, por ocasião da morte do jornalista Joaquim Serra e reunida na coleção *Obra Completa de Machado de Assis – Miscelânea – 3º volume*, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, p. 1014-1016.

Joaquim Serra⁵⁵⁴

⁵⁵⁴ Joaquim Serra (1838-1888), jornalista, professor, político e teatrólogo brasileiro. Aos 24 anos de idade redigiu o hebdomadário *Ordem e Progresso*, em 1867, fundou *O Semanário Maranhense*, revista literária que tem sua circulação interrompida no ano seguinte. Em 1868, Serra mudou-se para a Corte, onde prosseguiu em suas atividades jornalísticas, colaborando com os periódicos ali existentes. Chegou a dirigir o *Diário Oficial* e foi deputado pela Província do Maranhão. Abolicionista, fundou e dirigiu os periódicos *A Reforma* e *A Folha Nova*. Sobre a sua atuação no *A Reforma*, Joaquim Nabuco afirmou: “Joaquim Serra é, na *Reforma*, a vida do jornalismo liberal. Foi ele o criador da moderna imprensa política, figura resplandecente na história da Abolição, pela seriedade, constância, sacrifício e heroísmo do seu incomparável combate de dez anos, dia a dia, até à vitória final de 13 de maio.” Assinou, também durante anos, a coluna “Tópicos do Dia” no jornal *O Paiz*. Assumiu o periódico *O Abolicionista*, órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que conheceu apenas quatro números entre 1880 e 1881. De formato pequeno, não declarava os nomes de seu corpo editorial (para não

Quando há dias fui enterrar o meu querido Serra, vi que naquele féretro ia também uma parte da minha juventude. Logo de manhã lembrei-a toda. Enquanto a vida chamava ao combate diurno todas as suas legiões infinitas, tão alegre e indiferente, como se não acabasse de perder na véspera um dos mais robustos legionários, recolhi-me às memórias de outro tempo, fui reler algumas cartas do meu amado amigo.

Cartas íntimas e familiares, mais letras que política. As primeiras, embora velhas, eram ainda moças, daquela mocidade que ele sabia comunicar às coisas que tratava. Relê-las era conversar com o morto, cuja alma ali estava derramada no papel, tão viçosa como no primeiro dia. A cintilação do espírito era a mesma; a frase brotava e corria pela folha abaixo, como a água de um córrego, rumorosa e fresca.

Os dedos que tinham lavrado aquelas folhas de outro tempo, quando os vi depois cruzados sobre o cadáver, lívidos e hirtos, não pude deixar de os contemplar longamente, recordando as páginas públicas que trabalharam, e que ele soltou ao vento, ora com o desperdício de um engenho fértil, ora com a tenacidade de apóstolo. Versos sobre versos, prosa e mais prosa, artigos de toda casta, políticos, literários, o epigrama fino, o epíteto certo ou jovial, e, durante os últimos anos, a luta pela abolição, tudo caiu daqueles dedos infatigáveis, prestadios, tão cheios de força como de desinteresse.

A morte trouxe ao espírito de todos o contraste singular entre os méritos de Joaquim Serra e os seus destinos políticos. Se a vida política é, como a demais vida universal, uma luta em que a vitória há de caber ao mais aparelhado, aí deve estar a explicação do fenômeno. Podemos concluir então, que não bastam o talento e a dedicação, se não é que o próprio talento pode faltar, às vezes, sem dano algum para a carreira do homem. A posse de outras qualidades pode ser também negativa para os efeitos do combate. Serra possuía a virtude do sacrifício pessoal, e muito cedo a aprendeu e cumpriu, segundo o que ele próprio mandou me dizer um dia da Paraíba do Norte, em 10 de março de 1867:

Já te escrevi algumas linhas acerca da minha *adiada* viagem em maio. Foi mister... Não sei mesmo como se exigem sacrifícios da ordem daqueles que ultimamente se me têm exigido. Se eu contasse tudo, talvez não o acreditarias. Enfim, não te verei *em maio*, mas hei de ir ao Rio este ano.

Não me referiu, nem então, nem depois, outras particularidades, porque também possuía o dom de esquecer, — negativo e impróprio da vida política.

Era modesto até à reclusão absoluta. Suas idéias saíam todas endossadas por pseudônimos. Eram como moedas de ouro, sem efígie, com o próprio e único valor do metal. Daí o fenômeno

expô-los) e nem trazia anúncios, uma vez que nem comerciantes e nem industriais desejavam associar seus nomes, à época, a este tipo de mídia. É o patrono da cadeira 21 da Academia Brasileira de Letras.

observado ainda este ano. Quando chegou o dia da vitória abolicionista, todos os seus valentes companheiros de batalha citaram gloriosamente o nome de Joaquim Serra entre os discípulos da primeira hora, entre os mais estrênuos, fortes e devotados; mas a multidão não o repetiu não o conhecia. Ela, que nunca desaprendeu de aclamar e agradecer os benefícios, não sabia nada do homem que, no momento em que a nação inteira celebrava o grande ato, recolhia-se satisfeito ao seio da família. Tendo ajudado a soletrar a liberdade, Joaquim Serra ia continuar a ler o amor aos que lhe ensinavam todos os dias a consolação.

Mas eu vou além. Creio que Joaquim Serra era principalmente um artista. Amava a justiça e a liberdade, pela razão de amar também o arquitrave e a coluna, por uma necessidade de estética social. Onde outros podiam ver artigos de programa, intuídos partidários, revolução econômica, Joaquim Serra via uma retificação e um complemento; e, porque era bom e punha em tudo a sua alma inteira, pugnou pela correção da ordem pública, cheio daquela tenacidade silenciosa, se assim se pode dizer, de um escritor de todos os dias, intrépido e generoso, sem pavor e sem reproche.

Não importa, pois, que os destinos políticos de Joaquim Serra hajam desmentido dos seus méritos pessoais. A história destes últimos anos lhe dará um coto luminoso. Outrossim, recolherá mais de uma amostra daquele estilo tão dele, feito de simplicidade, e sagacidade, correntio, franco, fácil, jovial, sem afetação nem reticências. Não era o *humour* de Swift, que não sorri, sequer. Ao contrário, o nosso querido morto ria largamente, ria como **Voltaire**, com a mesma graça transparente e fina, e sem o fel de umas frases nem a vingança cruel de outras, que compõem a ironia do velho filósofo.

Ainda sob forte impressão da perda do amigo jornalista, Machado reforça, na crônica, características do espírito combativo de Joaquim Serra. Nas observações do cronista destaca-se, através de imagens, a vivacidade do jornalista, cuja escrita nosso autor compara à *água de um córrego, rumorosa e fresca* e as idéias, estas, semelhantes às *moedas de ouro, sem efígie, com o próprio e único valor do metal*.

O espírito combativo de Joaquim Serra, seu amor à justiça e à liberdade, sua tenacidade de apóstolo e a multiplicidade de gêneros aos quais se dedicou durante sua vida de jornalista, ganham nova dimensão à menção de Voltaire no parágrafo, o último, com o qual o cronista finaliza a crônica. Impossível, então, não associá-lo ao grande gênio francês, dada a enormidade de correspondências entre as duas figuras.

Entretanto, Joaquim Serra não atinge a estatura de Voltaire e isso o cronista esclarece em dois momentos: o primeiro, ao afirmar ser a tenacidade de Serra

silenciosa, malgrado ter sido ele *um escritor de todos os dias, intrépido e generoso, sem pavor e sem reproche*. Ora, é sabido que os escritos de Voltaire produziam verdadeiras explosões; uma vez publicada uma crítica, um artigo, um libelo, em qualquer Gazeta, se seguia uma enormidade de réplicas de seus adversários. Foi assim com o *Épître à l'auteur du livre des Trois Imposteurs*, foi assim com a *Lettre au Docteur Jean-Jacques Pansophe* – exemplos tratados neste trabalho. O segundo momento fica por conta do riso de Voltaire. *O nosso querido morto ria largamente, ria como Voltaire*. Impossível aqui não ouvir os ecos de Musset com seu “Dors-tu content, Voltaire, et ton hideux sourire/ Voltige-t-il encor sur tes os décharnés?” Entretanto, o riso lembrado de Serra, embora *com a mesma graça transparente e fina*, padecia *do fel, da vingança cruel e da ironia do velho filósofo*.

Essas características que o cronista sinaliza ausentes no riso gracioso de Serra são exatamente aquelas evocadas por Musset ao longo do poema e reunidas na expressão *hideux sourire* (de Voltaire), portanto, indiciadas como as marcas indeléveis do escritor francês. Não por outra razão, por essas mesmas características foi Voltaire temido enquanto vivo e, na voz de Musset, odiado *post mortem*. Machado, por sua vez, recorre à figura tutelar de Voltaire para destacar as qualidades humanitárias de Joaquim Serra, este, também sorridente, porém, dono de um sorriso manso e nada repugnante.

Conclusão

Como se afirmou no início deste trabalho, o jornal, veículo de circulação de ideias, pode figurar como objeto de caráter representativo de uma sociedade em determinado momento histórico e social, pois a partir das informações e dos relatos de acontecimentos de um período é possível traçar o recorte de uma época e reconstituir um grupo social. A crônica, exatamente por se tratar de um gênero por natureza descomprometido, oferece certa liberdade estrutural que permite repertoriar as cenas diárias - o circunstancial, uma vez que retrata essencialmente a vida da *urbis*.

Machado, ao longo de sua contribuição jornalística, não só fez a reconstituição desses acontecimentos como também relatou as transformações dos costumes na sociedade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Contudo, nosso cronista foi além ao ultrapassar os limites do jornalismo factual, criando “narrativas” em que as notícias são relegadas a um segundo plano e atuam tão somente como “desculpas”, para que delas surjam reflexões mais profundas de modo a distender o gênero e submeter a crônica a uma intensa ampliação temática por meio da associação de registros históricos pontuais a questionamentos filosóficos e volteios literários.

A exposição às crônicas machadianas obriga o leitor a um passeio para além dos limites do texto, não só porque traz um registro denso da época em que foram escritas, mas também porque, através delas, tem-se uma amostra do patrimônio cultural do autor. Portanto, elas não só oferecem o desenrolar dos acontecimentos, mas, sobretudo, a interpretação pessoal do cronista, cujo olhar escapa ao consenso geral e, a todo instante, instiga em seu leitor a dúvida. Daí, um processo de escrita fortemente calcado na ironia, na paródia e no relativismo.

De forte matiz literário, a escrita jornalística machadiana relata mais que as transformações do cotidiano e expõe o que de novo acontece no mundo das letras e nos entremeios da veiculação cultural. Como já largamente se comentou, a inclusão de referências estrangeiras em sua obra é extensa, sejam oriundas dos clássicos ou inglesas, italianas, espanholas e francesas. As francesas, seguramente, são

predominantes. Nas crônicas, ora são evidentes por meio de citações e referências explícitas ora estão incorporadas à estrutura textual. Em ambos os casos são suscetíveis à manipulação do cronista, que delas se beneficia para dar respaldo as suas elucubrações, em geral, recheadas de dúvida e provocação.

Machado comumente recorria ao domínio da tradição na busca de símiles que, já avalizados ao longo da história literária, pudessem atuar como operadores de sentidos em seus escritos, ora completando-os, alterando-os ou ainda modificando-os inteiramente, em processo que, se por um lado demonstra a extensão das leituras do cronista, por outro, redireciona o leitor, descortinando-lhe um novo horizonte intelectual e cultural ao tomar conhecimento da obra citada ou referenciada, ou, para aquele leitor com ela familiarizado, reescrevendo-a.

A assertiva de recorrer à tradição, como dito acima, continua valendo. Entretanto, em face da imensa obra voltairiana, Machado se vê frente a verdadeiro *embarras de richesse* e vai além das obras principais, habitualmente lembradas pela tradição. *Vie de Molière*, de 1739, hoje sequer poderia ser associada ao nome de Voltaire, e é de se crer que também não o fora à época de Machado, já que não há qualquer registro de tradução, um possível indicador de popularidade da obra. Portanto, a escolha não obedeceu ao binômio obra-prima/autor, a exemplo do que ocorre com *Carmen* de Mérimée, ou ainda, *La dame aux camélias* de Dumas, mas recaiu sobre uma obra de valor menor, isto é, aquelas obras raramente lembradas quando se refere a este ou aquele autor e sua fortuna crítica.

Presentes nas crônicas machadianas estão o teatro com *Vie de Molière*, *Charlot ou la Comtesse de Givry* e *L'enfant prodigue*; a história com *Le siècle de Louis XIV*; a filosofia com *Dictionnaire Philosophique*; a crítica poética com *Essai sur la poésie épique*; a correspondência com *Lettre au docteur Pansophe* e *Lettre à Louis-François du Plessis, Duc de Richelieu*, além do romance *Candide*, a mais popular das obras.

A constante presença nas crônicas faz de *Candide ou L'Optimisme*, obra voltairiana de eleição machadiana. Sempre irônico, satírico, Voltaire enfatiza o ridículo da ignorância e da hipocrisia neste que é reconhecidamente o mais

conhecido de seus contos - uma sátira contundente ao pensamento finalista, o qual estabelecia que "tout est au mieux dans le meilleur des mondes possibles", sistema em que o melhor possível se encontra sempre naquilo que é e acontece, de modo que mesmo os crimes são necessários à perfeição e à beleza do mundo moral, porque disso resulta todo o bem. Voltaire evidentemente põe em ridículo esse otimismo exagerado, que Pangloss - personagem de *Candide ou l'Optimisme*, personificará. Princípios deterministas como a "razão suficiente" e a "harmonia preestabelecida", serão levados, na boca do preceptor de Candide, às mais estranhas consequências.

Enfim, vale ainda reiterar de que o jornal foi um universo comum aos dois autores no combate à ignorância e na disseminação do conhecimento. As crônicas machadianas tiveram, no jornal, seu veículo de publicidade. Nelas, nosso cronista contou histórias, relatou fatos e opiniões e, nas entrelinhas dessas mesmas crônicas, desconfiou, duvidou, revelou o que se escondia e publicou sua opinião. Voltaire, já à sua época, foi inovador e num lance moderno preconizou a publicidade⁵⁵⁵ como arma capaz de aniquilar o obscurantismo, a superstição, o fanatismo e a intolerância. Muito do que escreveu foi publicado em jornal, levando-o a manipular já naquela época elemento ainda de central importância na imprensa moderna: a informação, que como ingrediente de sua produção literária, impulsionou-o à condição de jornalista⁵⁵⁶ evidente em seu tempo. Porém, à época de Machado, as polêmicas religiosas já não eram tão ruidosas e as ideias iluministas também já haviam sido discutidas e interpretadas à exaustão, razão pela qual Voltaire resistiu, sobretudo, como referência cultural.

Portanto, dois séculos – e seus problemas - dialogam, em países diferentes, mas irmanados pela cultura literária. O Brasil e a França se encontram na lembrança voltairiana presente na crônica de um autor atento não só ao fato bruto, mas à possibilidade de expressão do mesmo por meio do recurso ao maior polemista do século anterior.

⁵⁵⁵ Carta de Voltaire data de 15 de abril de 1762, a um destinatário desconhecido e citada por LEPAPE, Pierre. Op. cit., p. 30. Veja página 326 e referência página 343. Lá diz Voltaire: "Si quelque chose peut arrêter chez les hommes la rage du fanatisme, c'est la publicité."

⁵⁵⁶ MAUROIS, André. *Voltaire*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle – Les Cahiers Rouge, 1935, p. 89. Diz o autor: "Mais la plus grande partie de cette production se compose de pamphlets, brochures et dialogues qui ont fait de Voltaire (avec Addison) le plus grand journaliste que les hommes aient connu."

Voltaire, sob a forma de clichê ou por meio de textos relativamente esquecidos, ajuda a compreender nossa realidade e a lhe dar um caráter mais abrangente, graças ao trabalho incansável de um cronista que busca sincronizar as sugestões do autor francês ao nosso Brasil.

Bibliografia

I. Teoria e crítica literária/Literatura Comparada

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fones, 2003.

BARTHES, Roland. *Le degré zéro de l'écriture*. Paris: Seuil;Points, 1972.

COSTA LIMA, Luiz. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção – Hans Robert Jauss (et al.)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

JENNY, Laurent. La stratégie de la forme. In: *Poétique*. Paris: Seuil, 1979.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates; - 84)

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. (Acadêmica; 16)

SAMOYAUULT, Tiphaine. *L'intertextualité – Mémoires de la littérature*. Paris: Armand Colin, 2005. (Littérature 128)

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

II. Literatura e cultura francesas

COMETTANT, Oscar. *Trois ans aux États-Unis*. Paris: Pagnerre, Libraire-Éditeur, 1858.

COMTE, Auguste. *Catéchisme positiviste ou Sommaire Exposition de la Religion Universelle en onze entretiens systématiques entre une Femme et un Prête de l'Humanité*. Paris: Chez l'Auteur, 1852.

DAGEN, Jean. *L'histoire de l'esprit humain dans la pensée française de Fontenelle à Condorcet*. Paris: Librairie Klincksieckpp, 1977.

D'HOEFER, M. Le (direction), *Nouvelle Biographie Générale depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours*. Paris: Firmin Didot Frères, Fils et C^{ie}, Éditeurs, MDCCLXVI (1866).

DUBY, Georges. *Histoire de la France: de 1348 à 1852*. Paris: Larousse, 1987.

GUIZOT, François. *Mémoires pour servir à l'histoire de mon temps*. Paris: M. Lévy, 1858.

HELLER, lane Murch ; RICHMOND, Ian M. *Pascal: thématique des pensées*. Ontário: Vrin, 1988.

HUGO, Victor. *Drames*. Quatrième Édition. Paris: Eugène Renduel, 1833.

JOUBERT, Laurent. *Traité du ris, contenant son essence, ses causes, et merveilleus effeis, curieusement recherchés, raisonnés & observés [...]*. Paris : Nicolas Cheneav, 1579. Reimpressão fac-similar de *Traité du ris, suivi d'un dialogue sur la Cacographie française*. Genebra: Slatkine Reprints, 1973.

LAMARTINE, M. de Alphonse. *Cours familier de littérature – Revue Mensuelle II*. Paris: Typographie de Firmin Didot Frères (On s'abonne chez l'auteur), 1856.

- LEIBNIZ, G. Wilhelm. *Essais de Théodicée sur la bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal*. Tome Second. Lausanne: Marc-Mic. Bousquet & Comp., 1760.
- MEILHAC, Henri; HALÉVY, Ludovic; OFFENBACH, Jacques (musique). *La grand-duchesse de Gérolstein: opéra-bouffe en trois actes, quatre tableaux*. Paris: Michel Lévy Frères, Libraires Éditeurs, 1867.
- MIGNE, Jacques-Paul; VILLAUME, X. *Collection intégrale et universelle des orateurs sacrés du premier et du second ordre*. Paris: M. L'Abbé Migne, 1854.
- MONTESQUIEU. *De l'esprit des lois*. Texte établi avec une introduction, des notes et des variantes par Gonzague Truc. Paris: Librairie Garnier Frères, 1944.
- MOUREAU, François. *O Brasil das luzes francesas*. Estudos Avançados - USP, São Paulo, vol. 13, n°. 36, Agosto 1999.
- MUSSET. *Oeuvres Complètes*. Paris: Aux Éditions du Seuil, Tome I, 1963.
- NETTEMENT, M. Alfred. *Études critiques sur le feuilleton-roman*. Paris: Librairie du Perrodil, Éditeur, 1845.
- PASCAL, Blaise. *Pensées*. Tours: Garnier; Flammarion, 1976.
- POMEAU, René. *L'Europe des Lumières*. Paris: Stock, 1966
- REVUE DES DEUX MONDES. XXXII^e Année, Seconde Période. Tome Trente-huitième. Paris: Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1862.
- REVUE DES DEUX MONDES. Tome Dix-huitième. Quatrième Série. Paris: Au Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1839.
- RIVIÈRE, Daniel. *Histoire de la France*. Paris: Hachette, 1995.
- SIRVEN, Alfred. *Journaux et journalistes*. Paris: F, Cournil, Libraire-Éditeur, Vol. 2, 1866.

III. Machadiana

- ASSIS, Machado de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1973.
- _____. *Obras Completas. Crônicas Machadianas*. Volumes 22 ao 28. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editôres, 1957.
- _____. *Obras Completas. Crítica teatral*. Vol. 30. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editôres, 1955.
- _____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- _____. *Quincas Borba*. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- BOSI, Alfredo... [et al.] – *Machado de Assis; participação especial de Antonio Candido*. – São Paulo: Ática, 1982.
- BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política*. São Paulo, Brasília: Polis/INL, Fundação Pró-Memória, 1983.
- CORÇÃO, Gustavo. Machado de Assis cronista. In: *Machado de Assis – Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editôra, 1973.
- CORDEIRO, Francisca de Basto. *O Machado de Assis que eu conheci menina (Mensário do "Jornal do Commercio")*, 1939.
- GRIECO, Agrippino. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin; Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- JOBIM, José Luís [et al.]. *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2001.
- LUCA, Heloísa Helena Paiva. Tese de Mestrado. *Propósito e Fantasia – A presença francesa nas crônicas machadianas*. Orientador: Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos, USP, 1996.
- _____. *A Poética de um gênero – Molière nas crônicas machadianas*. São Paulo: USP, 2004.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Ao redor de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958.
- _____. *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971.
- _____. *Dispersos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1965.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- MONTELLO, Josué. *Memórias Póstumas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- PASSOS, Gilberto Pinheiro. *A poética do legado: a presença francesa em Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. *As sugestões do Conselheiro – A França em Machado de Assis – Esaú e Jacó e Memorial de Aires*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1996.
- _____. *Cintilações Francesas: Revista da Sociedade Filomática, José de Alencar e Machado de Assis*. São Paulo: Nankin, 2006.
- _____. *Capitu e a mulher fatal: análise da presença francesa em Dom Casmurro*. São Paulo: Nankin Editorial, 2003.
- _____. *O Napoleão de Botafogo: presença francesa em Quincas Borba de Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 2000. (Parcours, 11)
- PEREGRINO, Humberto. *A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis*. João Pessoa: Departamento Cultural da Universidade da Paraíba, 1969. (Coleção Ensaios Contemporâneos)
- REALE, Miguel. *A filosofia na obra de Machado de Assis*. São Paulo: Pioneira, 1992.

IV. Voltaire

- GOUDHIER, Henri. *Rousseau et Voltaire – Portraits dans deux miroirs*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1983.
- HAREL, Marie Maximilien. *Voltaire, recueil des particularités curieuses de sa vie et de sa mort*. Paris: Jean Joseph Goetschy, imprimeur de son Altesse, 1781.
- LEPAPE, Pierre. *Voltaire le conquérant*. Paris: Éditions du Seuil, septembre 1994.

- MARTIN-HAAG, Éliane. *Voltaire – du cartésianisme aux lumières*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002.
- MAUROIS, André. *Voltaire*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle – Les Cahiers Rouge, 1935.
- MICHA, Hugues. *Voltaire d'après sa correspondance avec Madame Denis: étude sur la sensibilité de Voltaire*. Paris: A. G. Nizet, 1972.
- MOUREAUX, José-Michel; CRONK, Nicholas. *Voltaire Éditeur*. Paris: Presse Paris Sorbonne, 2005.
- PROD'HOMME, J.-G. *Voltaire raconté par ceux qui l'on vu (de Paris à Genève)*. Préface de Édouard Herriot. Paris: Librairie Stock – Delamain et Boutelleau, 1929.
- ORIEUX, Jean. *Voltaire*. Paris: Flammarion, 1966.
- TROUSSON, Raymond. *Visages de Voltaire (XVIII^e – XIX^e siècles)*. Paris: H. Champion, 2001.
- VÉNIZET, F. *Autour de Voltaire*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1925.
- VOLTAIRE. *Oeuvres Complètes*. Tome Trente-troisième. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1861.
- _____. *Candide ou L'Optimisme et autres contes*. POCKET CLASSIQUES. Collection dirigée par Claude Aziza. Paris: Pocket, 2005.
- _____. *Contos: Zadig ou O Destino, O mundo como está, Memnon ou a Sabedoria Humana, Micrômegas, Os dois consolados, História das viagens de Scarmiento, História de um Brâmane, O branco e o preto, Jeannot e Colin, Pot-pourri, O ingênuo, O homem dos quarenta escudos*. Trad. de Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. *Essai sur le moeurs et l'esprit des nations. Tome Troisième*. Paris: Treuttelet Würtz, 1835.
- _____. *Dialogues et anecdotes philosophiques*. Introductions, notes et rapprochements par Raymond Naves. Paris: Librairie Garnier Frères, MDCCCXXXIII (1833).
- _____. *Oeuvres Complètes, avec préfaces, avertissements, notes, etc. par M. Beuchot. Tome LXVI, Correspondance Tome XVI*. Paris: Lefèvre, Libraire; Firmin Didot Frères, Libraire, 1834.
- _____. *Correspondance I (décembre 1704 – décembre 1738) – Bibliothèque de la Pléiade*. Paris: Éditions Gallimard, 1977.
- _____. *Oeuvres Complètes. Tome Vingt et unième (L'A, B, C, ou dialogues entre A,B,C traduit de l'anglais de M. Huet, Setième entretien)*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1860.
- _____. *Oeuvres Complètes. Tome Huitième*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1859.
- _____. *La Henriade, avec un Essai sur la Poésie Epique & les variantes*. Amsterdam: François L'Honoré, MDCCLXVII (1767).
- _____. *Oeuvres complètes de Voltaire; Vie de Molière. Tome dix-septième*. Paris: Librairie de L. Hachette et C^{ie}, 1860.
- _____. *Cartas Inglesas; Tratado de Metafísica; Dicionário filosófico; O filósofo ignorante; seleção e traduções de Chauí... (et al.), 2^a ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978.*
- _____. *L'Enfant prodigue*. Avignon: Louis Chambeau, Imprimeur-Libraire, MDCCLXI (1761).
- _____. *Théâtre Complet de M. de Voltaire, Charlot ou la Comtesse de Givry*. Caen: G. Le Roy, Imprimeur du Roi, ancien Hôtel-des-Monnaies, Tome VIII, MDCCCLXXXVIII (1788).
- _____. *Lettre au Docteur Jean-Jacques Pansophe; Oeuvres complètes*. Paris: Moland, éd. I, Tome XXVI, 1877-1885.

_____ *Oeuvres Complètes, Essai sur la poésie épique*. Paris: Chez Antoine-Augustin Renouard, MDCCCXIX (1819).

_____ *Oeuvres de Voltaire*. Introductions: BEUCHOT, Adrien Jean Quentin; LA HARPE, Jean-François de; MIGER, Pierre-Auguste-Marie. Paris: Firmin-Didot Frères, Libraires; Lefèvre, 1834.

_____ *Oeuvres complètes. Correspondance générale*. Tome VIII. Paris: Armand-Aubrée, Éditeur, 1830.

_____ *Oeuvres complètes. Correspondance avec le Roi de Prusse*. Tome III. Paris: Chez Antoine-Augustin Remouard, MDCCXXI (1821).

_____ *Voltaire à Ferney, sa correspondance avec la Duchesse de Saxe-Gotha*. Recueillies et publiées par MM. Évariste Bavoux et A. F.. Paris: Didier et C^{ie}. Libraires-Éditeurs, 1860.

_____ *Oeuvres complètes. Poésies*. Tome I. Paris: Chez, Thomie et Fortic, Libraires, MDCCCXXI (1821).

_____ *Oeuvres complètes. Revue par M. Léon Thiessé. Épîtres et poésies mêlées*. Paris: Pourrat Frères et C^{ie}, MDCCCXXXI (1831).

_____ *Oeuvres Complètes, avec préfaces, avertissements, notes, etc. par M. Beuchot. Remarques (premières) sur les pensées de M. Pascal (1728)*. Tome I. Paris: Lefèvre, Libraire; Firmin Didot Frères, Libraire, 1834.

IV. Literatura e cultura brasileiras

ALENCAR, José de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, Vol. 4, 1960.

ANDRADE, Mário de. *Paulicéia Desvairada*. São Paulo: Casa Mayença, 1922. Edição fac-símile integrante de *1922 - Caixa Modernista 2002*.

ANTELO, Raúl. João do Rio - Salomé. In *A Crônica – O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

ARRIGUCCI JR, Davi. *Enigma e Comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura brasileira*. 4^a. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. (Coleção Biblioteca Brasileira)

BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto de globalização: presença dos EUA no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil 1900*. 5^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2005.

CANDIDO, Antonio. Uma dimensão entre outras. In *Observador Literário*. 3^a. ed. revista e ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____ *A vida ao rés-do-chão* In *A Crônica – O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros)

FARIA, João Roberto. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1993.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do Jornalismo Carioca*. Rio de Janeiro: Quaresma Editora, 1941.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Com a palavra o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. São Paulo: Editora Itatiaia; Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

GUIMARÃES, L. M. Paschoal, *Henrique Fleiüss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859-1882)*. Rio de Janeiro: Revista ArtCultura, Vol. 8, N° 12, 2006. (ISSN: 1516-8603)

HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O Teatro no Brasil da Colônia à Regência*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. (Col. Teatro, 2)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. (Tomo II – Vols. III e V). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

MAGALDI, Sábato; VARGAS, Maria Thereza. *Cem anos de teatro em São Paulo, 1875-1974*. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MARTINS, WILSON. *História da inteligência brasileira (1550-1794)*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, Ltda. Vol. I, 1992.

_____. *História da inteligência brasileira (1855-1877)*. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, Vol. III, p. 28-43; pp. 528-533.

_____. *História da inteligência brasileira (1877-1896)*. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, Vol. IV, 1977-78.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798*. Salvador: Ed. Itapuã, 1969.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *O Índio Brasileiro e a revolução Francesa – As origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Introdução de Alberto Venâncio Filho. Prefácio de Sérgio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2000.

MEYER, Augusto. *À sombra da estante - ensaios*. Rio de Janeiro: Editôra J. Olympio, 1947.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a crônica. In *A Crônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MOTA, M. A. Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX Os que fazem a história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

MUZZI, Eliana Scotti. *Epopéia e Civilização no Vila Rica*. In *Épicos: Prosopopéia: O Uruguai: Caramuru: Vila Rica: A Confederação dos Tamoios: I-Juca Pirama*. Ivan Teixeira (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

NEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. *A miragem gálica – Presença da França na Revista da Sociedade Filomática*. São Paulo: Instituto de Cooperação Interinstitucional – Inter/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 1991.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Galofilia e galofobia na cultura brasileira*. Revista Gragoatá. Niterói, N.º.11, p. 41-59, 2.º. Semestre 2001.

PIETRARÓIA, Cristina Casadei. *A importância da língua francesa no Brasil: marcas e marcos dos primeiros períodos de ensino*. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 37 (2): 7-16, maio-ago, 2008.

REVISTA DA SOCIEDADE PHILOMATICA. São Paulo: Typographia do Novo Farol Paulistano. Edição facsimilar patrocinada pela Metal Leve S.A. Introdução de Antonio Soares Amora. São Paulo, 1977.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 2005.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das Idéias Políticas no Brasil*, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos (Org.:) *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SOARES, Luís Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas*. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello et al. O francês como instrumento de desenvolvimento. In *O francês instrumental, a experiência na Universidade de São Paulo*. São Paulo: Hemus, 1977.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro, 1969.

V. Outros.

ANNAES do Senado do Império do Brasil, 1ª. Sessão da 15ª. Legislatura de 27 de novembro de 1872 a 31 de janeiro de 1873. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1873.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, Vol. II, 1987.

_____. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, Vol. II, 1987.

BULWER, Sir Henry Lytton. *Historical Characters: Talleyrand, Cobbett, Mackintosh, Canning*. Leipzig: Bernhard Tauchnitz, Vol. I, 1868.

CABRAL DE MONCADA, L. *Um 'iluminista' português do séc. XVIII: Luiz António Verney*. São Paulo: Livraria Académica Saraiva & Cia. – Editôra, 1941.

CÍCERO. *De oratore*. Cambridge: Harvard University Press; William Heinemann, Vol. I, 1988.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*, São Paulo: Perspectiva, 1998.

GONÇALVES RODRIGUES, A. A. *A Tradução em Portugal. Volume Primeiro (1495-1834)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, MCMXCII (1992).

_____. *Tradução em Portugal (1835-1850)*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

_____. *Tradução em Portugal. 3º Volume (1851-1870)*. Lisboa: ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração, S.A., Centro de Estudos de Literatura Geral e Comparada, 1993.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. 2ª ed. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1993.

MACIEL, Laurinda Rosa. *Um lugar para aprisionar a loucura criminosa. Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online], 1999, vol. 6, n.2 [cited 2009-06-24], pp. 445-452. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000300013&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-5970. doi: 10.1590/S0104-59701999000300013. Consulta em 24.6.2009.)

MACHILINE, Vera Cecília. *Concepções sobre o riso segundo a fisiologia do riso do século XVI*. In *Revista da Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo*, São Paulo, Vol. 6, p. 97-112, 1997.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. João Bosco Medeiros. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999. (Os Pensadores)

SARAIVA, Antônio José de. *Para a história da cultura de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, Vol. II, 1961.

_____. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2005.

V. Periódicos.

Diário do Rio de Janeiro

Gazeta de Notícias

Marmota Fluminense

O Cruzeiro

Revista Ilustração Brasileira

Revista Semana Ilustrada

Almanack Laemmert

V. ‘Sites’ visitados.

<http://www.academia.org.br/abl/>

<http://www.freepages.history.rootsweb.com/~dav4is/people/index.html>

www.voltaire-integral.com

www.iea.usp.br/artigos

www.machadodeassis.org.br/abl/

ANEXO :

ÉTUDES CRITIQUES

SUR LE

FEUILLETON-ROMAN

PAR

M. ALFRED NETTEMENT.

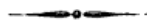
LE JUIF-ERRANT. — LES MYSTÈRES DE PARIS.
LES MÉMOIRES DU DIABLE.

PARIS.

LIBRAIRIE DE PERRODIL, ÉDITEUR,
RUE DE CHARTRES, 12.

1845

INTRODUCTION.



DE L'ORIGINE ET DE L'ÉTENDUE DU DÉSORDRE LITTÉRAIRE.

Voltaire a écrit quelque part qu'Henri IV fut assassiné, parce qu'un fakir de l'Inde commença sa promenade du pied droit au lieu de la commencer du pied gauche; sans prendre à la lettre cette spirituelle exagération de l'enchaînement des causes et des conséquences, il faut, avant de parler du désordre littéraire; chercher s'il n'a pas sa source plus haut. Sans doute il importe d'être sévère pour les écarts de la littérature, mais la sévérité ne doit pas aller jusqu'à l'injustice, qui est à la fois une mauvaise action et un mauvais calcul, car elle ôte toute autorité à la critique. C'est donc une chose équitable et utile que de chercher autour et au-dessus de la littérature, non la justification du désordre littéraire, ou même des circonstances atténuantes aux torts des écrivains, mais des indices précieux qui, en faisant connaître l'origine du mal, peuvent mettre sur la route du remède. Les lettres sont coupables; mais il faut voir si elles sont les seules et les premières coupables.

1

bles ; pour être juste, il faut que l'accusation embrasse tous les torts.

Peut-être trouvera-t-on ces recherches un peu ambitieuses pour inaugurer des études critiques sur le feuilleton-roman. Nous aurions pu, il est vrai, adopter un plan plus facile, et nous renfermer dans les limites du désordre littéraire, et même du désordre littéraire que nous attaquons d'une manière plus spéciale dans les études dont se compose ce livre. Alors il nous aurait suffi de raconter la naissance de la presse à 40 francs, à l'existence de laquelle l'existence du feuilleton-roman est intimement liée, comme il est facile de l'apercevoir quand on étudie de près la constitution du journalisme.

Dans l'ancien état de choses, un journal était soutenu par ceux dont il exprimait les convictions politiques ; c'était un drapeau. Il vivait de l'abonnement, c'est-à-dire de la marque d'adhésion donnée à ses doctrines par ceux qui les partageaient ; les annonces industrielles n'étaient qu'un accessoire. Dans l'état de choses nouveau, un journal vit par l'annonce ; les 40 ou 48 francs que paient ses abonnés suffisent à peine aux frais matériels, et les frais de rédaction, de direction, d'administration doivent être couverts d'une autre manière ; il faut nécessairement les demander à l'annonce. Or, pour avoir la quantité d'annonces indispensable au paiement de ces frais, il faut pouvoir offrir à l'industrie une publicité plus étendue que celle que peut assurer, dans les conditions de la presse actuelle, chacune des opinions politiques en particulier. Pour donner un

ŒUVRES COMPLÈTES
DE VOLTAIRE

TOME VINGT ET UNIÈME

—
ÉDITION DE CH. LAHURE ET C^o
Imprimeurs à Paris
—

AA 2179

PARIS
LIBRAIRIE DE L. HACHETTE ET C^o
RUE PIERRE-SARRAZIN, N^o 14

—
1860

loi naturelle aura été en effet observée. Donc, lorsque nous convenons de payer trois schellings en commun par livre sterling, pour jouir plus sûrement de dix-sept autres schellings; quand nous convenons de choisir un Allemand pour être, sous le nom de roi, le conservateur de notre liberté, l'arbitre entre les lords et les communes, le chef de la république; quand nous n'épousons qu'une seule femme par économie, et pour avoir la paix dans la maison; quand nous tolérons (parce que nous sommes riches) qu'un archevêque de Cantorbéry ait douze mille pièces de revenu pour soulager les pauvres, pour prêcher la vertu, s'il sait prêcher, pour entretenir la paix dans le clergé, etc., etc., nous faisons plus que de perfectionner la loi naturelle, nous allons au delà du but : mais le sauvage isolé et brut (s'il y a de tels animaux sur la terre, ce dont je doute fort), que fait-il du matin au soir, que de pervertir la loi naturelle, en étant inutile à lui-même et à tous les hommes?

Une abeille qui ne ferait ni miel ni cire, une hirondelle qui ne ferait pas son nid, une poule qui ne pondrait jamais, corrompraient leur loi naturelle, qui est leur instinct : les hommes insociables corrompent l'instinct de la nature humaine.

C. — Ainsi l'homme déguisé sous la laine des moutons, ou sous l'excrément des vers à soie, inventant la poudre à canon pour se détruire, et allant chercher la vérole à deux mille lieues de chez lui, c'est là l'homme naturel, et le Brésilien tout nu est l'homme artificiel?

A. — Non; mais le Brésilien est un animal qui n'a pas encore atteint le complément de son espèce. C'est un oiseau qui n'a ses plumes que fort tard, une chenille enfermée dans sa fève, qui ne sera en papillon que dans quelques siècles. Il aura peut-être un jour des Newton et des Locke, et alors il aura rempli toute l'étendue de la carrière humaine, supposé que les organes du Brésilien soient assez forts et assez souples pour arriver à ce terme; car tout dépend des organes. Mais que m'importent après tout le caractère d'un Brésilien et les sentiments d'un Topinambou? Je ne suis ni l'un ni l'autre, je veux être heureux chez moi à ma façon. Il faut examiner l'état où l'on est, et non l'état où l'on ne peut être.

HUITIÈME ENTRETEN.

DES SERFS DE CORPS.

B. — Il me paraît que l'Europe est aujourd'hui comme une grande foire. On y trouve tout ce qu'on croit nécessaire à la vie; il y a des corps de garde pour veiller à la sûreté des magasins; des fripons qui gagnent aux trois dès l'argent que perdent les dupes; des fainéants qui demandent l'aumône, et des marionnettes dans le préau¹.

A. — Tout cela est de convention, comme vous voyez; et ces conventions de la foire sont fondées sur les besoins de l'homme, sur sa nature, sur le développement de son intelligence, sur la cause première qui pousse le ressort des causes secondes. Je suis persuadé qu'il

1. Nom du lieu où se tenait la foire Saint-Germain. (Éd.)

ŒUVRES COMPLÈTES
DE VOLTAIRE

TOME HUITIÈME

ÉDITION DE CH. LAHURE ET C^o
Imprimeurs à Paris

PARIS
LIBRAIRIE DE L. HACHETTE ET C^o
RUE PIERRE-SARRAZIN, N^o 14

1859

bouche. Ainsi Garcilasso pouvait être instruit de quelques principaux événements. C'est sur ces objets seuls qu'on peut l'en croire. Il assure que dans tout le Pérou on adorait le soleil, culte plus raisonnable qu'aucun autre dans un monde où la raison humaine n'était point perfectionnée. Pline chez les Romains, dans les temps les plus éclairés, n'admet point d'autre dieu. Platon, plus éclairé que Pline, avait appelé le soleil le fils de Dieu, la splendeur du Père; et cet astre longtemps auparavant fut révérendé par les mages et par les anciens Égyptiens. La même vraisemblance et la même erreur régnèrent également dans les deux hémisphères.

Les Péruviens avaient des obélisques, des gnomons réguliers, pour marquer les points des équinoxes et des solstices. Leur année était de trois cent soixante et cinq jours; peut-être la science de l'antique Égypte ne s'étendit pas au delà. Ils avaient élevé des prodiges d'architecture et taillé des statues avec un art surprenant. C'était la nation la plus policée et la plus industrieuse du nouveau monde.

L'inca Huescar, père d'Atabalipa, dernier inca, sous qui ce vaste empire fut détruit, l'avait beaucoup augmenté et embelli. Cet inca, qui conquiert tout le pays de Quito, aujourd'hui la capitale du Pérou, avait fait, par les mains de ses soldats et des peuples vaincus, un grand chemin de cinq cents lieues de Cusco jusqu'à Quito, à travers des précipices comblés et des montagnes aplanies. Ce monument de l'obéissance et de l'industrie humaine n'a pas été depuis entretenu par les Espagnols. Des relais d'hommes établis de demi-lieue en demi-lieue portaient les ordres du monarque dans tout son empire. Telle était la police; et si on veut juger de la magnificence, il suffit de savoir que le roi était porté dans ses voyages sur un trône d'or, qu'on trouva peser vingt-cinq mille ducats, et que la litière de lames d'or sur laquelle était le trône, était soutenue par les premiers de l'État.

Dans les cérémonies pacifiques et religieuses à l'honneur du soleil, on formait des danses : rien n'est plus naturel; c'est un des plus anciens usages de notre hémisphère. Huescar, pour rendre les danses plus graves, fit porter par les danseurs une chaîne d'or longue de sept cents de nos pas géométriques, et grosse comme le poignet; chacun en soulevait un chaînon. Il faut conclure de ce fait que l'or était plus commun au Pérou que ne l'est parmi nous le cuivre.

François Pizarro attaqua cet empire avec deux cent cinquante fantassins, soixante cavaliers, et une douzaine de petits canons que traînaient souvent les esclaves des pays déjà domptés. Il arriva par la mer du Sud à la hauteur de Quito par delà l'équateur. Atabalipa, fils d'Huescar, régnait alors; il était vers Quito avec environ quarante mille soldats armés de flèches et de piques d'or et d'argent. Pizarro commença, comme Cortès, par une ambassade, et offrit à l'inca l'amitié de Charles-Quint. L'inca répond qu'il ne recevra pour amis les déprédateurs de son empire, que quand ils auront rendu tout ce qu'ils ont ravi sur leur route; et après cette réponse il marche aux Espagnols. Quand l'armée de l'inca et la petite troupe castillane furent en présence, les Espagnols voulurent encore mettre de leur côté jusqu'aux

ESSAI
SUR
LES MOEURS ET L'ESPRIT
DES NATIONS,
PAR
VOLTAIRE.
—
TOME TROISIÈME.



PARIS,
CHEZ TREUTTET ET WÜRTZ, RUE DE LILLE, N° 17;
A STRASBOURG, MÊME RAISON DE COMMERCE, GRAND'RUE, N° 15.
1835.

réciproquement détruit leurs colonies naissantes. Les premiers voyages ont eu pour objet d'unir toutes les nations; les derniers ont été entrepris pour nous détruire au bout du monde.

C'est un grand problème de savoir si l'Europe a gagné en se portant en Amérique. Il est certain que les Espagnols en retirèrent d'abord des richesses immenses : mais l'Espagne a été dépeuplée; et ces trésors, partagés à la fin par tant d'autres nations, ont remis l'égalité qu'ils avaient d'abord ôtée; le prix des denrées a augmenté partout : ainsi personne n'a réellement gagné. Il reste à savoir si la cochenille et le quinquina sont d'un assez grand prix pour compenser la perte de tant d'hommes.

CHAPITRE CL.

Du Brésil.

QUAND les Espagnols envahissaient la plus riche partie du nouveau Monde, les Portugais, surchargés des trésors de l'ancien, négligeaient le Brésil, qu'ils découvrirent en 1500, mais qu'ils ne cherchaient pas.

Leur amiral Cabral, après avoir passé les îles du cap Vert pour aller par la mer australe d'Afrique aux côtes du Malabar, prit tellement le large à l'occident, qu'il vit cette terre du Brésil, qui de tout le continent américain est le plus voisin de l'Afrique : il n'y

a que trente degrés en longitude de cette terre au mont Atlas; c'était celle qu'on devait découvrir la première. On la trouva fertile; il y règne un printemps perpétuel. Tous les habitants, grands, bien faits, vigoureux, d'une couleur rougeâtre, marchaient nus, à la réserve d'une large ceinture qui leur servait de poche.

C'étaient des peuples chasseurs, par conséquent n'ayant pas toujours une subsistance assurée; de là nécessairement féroces, se faisant la guerre avec leurs flèches et leurs massues pour quelques pièces de gibier, comme les barbares policés de l'ancien continent se la font pour quelques villages; la colère, le ressentiment d'une injure les armait souvent, comme on le raconte des premiers Grecs et des Asiatiques. Ils ne sacrifiaient point d'hommes, parce que n'ayant aucun culte religieux ils n'avaient point de sacrifices à faire, ainsi que les Mexicains : mais ils mangeaient leurs prisonniers de guerre; et Améric Vespuce rapporte, dans une de ses lettres, qu'ils furent fort étonnés quand il leur fit entendre que les Européens ne mangeaient pas leurs prisonniers.

Au reste nulles lois chez les Brasiiliens que celles qui s'établissaient au hasard pour le moment présent par la peuplade assemblée : l'instinct seul les gouvernait; cet instinct les portait à chasser quand ils avaient faim, à se joindre à des femmes quand le besoin le demandait, et à satisfaire ce besoin passager avec des jeunes gens.

Ces peuples sont une preuve assez forte que l'Amé-

Mais informações sobre o livro

Título L'histoire de l'esprit humain dans la pensée française de Fontenelle à Condorcet
Volume 60 de Bibliothèque française et romane : Série C, Études littéraires
Volume 60 de Bibliothèque française et romane
L'histoire de l'esprit humain dans la pensée française de Fontenelle à Condorcet, Jean Dagen

Autor Jean Dagen
Editora Klincksieck, 1977
Original de Universidade da Califórnia
Digitalizado 14 mai. 2008
ISBN 2252019344, 9782252019344
Num. págs. 717 páginas

incompatibilités apparues entre géométrie et poésie sont sûrement provisoires. Comme Voltaire l'écrivit à **Formont** :

*« Heureux le philosophe épris de l'art des vers ;
Mais heureux le poète épris de la science »³³⁸.*

lien » ce qu'il est : « un animal qui n'a pas encore atteint le complément de son espèce »³⁴⁰. Cet homme inachevé « aura peut-être un jour des Newton et des Locke, et alors il aura rempli toute l'étendue de la carrière humaine »³⁴¹. Il est vrai que l'on ne peut prévoir cette époque, que l'on peut à peine la préparer. Quand

et partout indépendante »³³⁸, dont le siècle de **Louis XIV** a donné un exemple illustre. Ce qui est vrai des arts et des sciences, l'est des siècles et des grands hommes. A travers le temps ils se rejoignent et se complètent, collaborant à une entreprise commune, élaborant les éléments complémentaires d'un même idéal³³⁷. Et

LA
HENRIADE,

PAR MONSIEUR

DE VOLTAIRE,

*Avec un Essai sur la Poësie Epique
& les Variantes.*

NOUVELLE EDITION.



A AMSTERDAM;

Chez FRANÇOIS L'HONORÉ.

M. DCC. LXVII.

8 *Essai sur la Poësie Epique.*

La carrière des Arts a plus d'étendue qu'on ne pense , un homme qui n'a lu que les Auteurs classiques , méprise tout ce qui est écrit dans les langues vivantes , & celui qui ne fait que la langue de son pays , est comme ceux qui n'étant jamais sortis de la Cour de France , prétendent que le reste du monde est peu de chose , & que qui a vu Versailles a tout vu.

Mais le point de la question & de la difficulté est de savoir sur quoi les Nations polies se réunissent , & sur quoi elles diffèrent. Un Poëme Epique doit par-tout être fondé sur le jugement , & embelli par l'imagination : ce qui appartient au bon sens , appartient également à toutes les Nations du monde. Toutes vous diront qu'une action , *une & simple* , qui se développe aisément & par degrés , & qui ne coûte point une attention fatigante , leur plaira davantage qu'un amas confus d'aventures monstrueuses.

On souhaite généralement que cette Unité si sage soit ornée d'une variété d'Episodes , qui soient comme les membres d'un corps robuste & proportionné.

Plus l'action sera *grande* , plus elle plaira à tous les hommes , dont la faiblesse est d'être séduits par tout ce qui est au-delà de la vie commune. Il faudra sur-tout que cette action soit *intéressante* ; car tous les cœurs veulent être remués , & un Poëme parfait d'ailleurs , s'il ne touchait point , serait in-

Essai sur la Poësie Epique.

stipide en tout temps & en tout pays. Elle doit être entiere , parce qu'il n'y a point d'homme qui puisse être satisfait s'il ne reçoit qu'une partie du tout qu'il s'est promis d'avoir.

Telles sont à peu près les principales règles que la nature dicte à toutes les Nations qui cultivent les Lettres ; mais la machine du merveilleux , l'intervention d'un pouvoir céleste , la nature des Episodes , tout ce qui dépend de la tyrannie de la coutume , & de cet instinct qu'on nomme goût ; voilà sur quoi il y a mille opinions , & point de règles générales.

Mais , me direz-vous , n'y a-t-il point des beautés de goût qui plaisent également à toutes les Nations ?

Il y en a sans doute en très-grand nombre. Depuis le temps de la renaissance des Lettres , qu'on a pris les Anciens pour modèles , Homere , Démosthène , Virgile , Cicéron , ont en quelque maniere réuni sous leurs loix tous les peuples de l'Europe , & fait de tant de Nations différentes une seule république de Lettres ; mais au milieu de cet accord général , les coutumes de chaque peuple introduisent dans chaque pays un goût particulier.

Vous sentez dans les meilleurs Ecrivains modernes , le caractère de leur pays à travers l'imitation de l'antique : leurs fleurs & leurs fruits sont échauffés & mûris par le même Soleil : mais ils reçoivent du ter-

a §

NOUVELLE
BIOGRAPHIE GÉNÉRALE

DEPUIS

LES TEMPS LES PLUS REÇULÉS
JUSQU'A NOS JOURS,

AVEC LES RENSEIGNEMENTS BIBLIOGRAPHIQUES
ET L'INDICATION DES SOURCES A CONSULTER ;

PUBLIÉE PAR

MM. FIRMIN DIDOT FRÈRES,

SOUS LA DIRECTION

DE M. LE D^r HOEFER.

Tome Trente-Septième.

PARIS,

FIRMIN DIDOT FRÈRES, FILS ET C^{ie}, ÉDITEURS,
IMPRIMEURS-LIBRAIRES DE L'INSTITUT DE FRANCE,
RUE JACOB, 56.

M DCCC LXVI.

Les éditeurs se réservent le droit de traduction et de reproduction à l'étranger.

procédé à l'égard d'une de ses meilleures actrices, M^{lle} du Parc. Molière se montra fort sensible à cette ingratitude. Cependant, il faut bien se garder d'exagérer cette faute au delà de toute mesure, comme l'ont fait beaucoup d'écrivains, se fondant surtout sur la prétendue décection de Louis fait par Molière : les torts de Racine furent ceux d'un auteur qui tient plus à être bien joué qu'à ménager la juste susceptibilité d'un ami. Ce qui doit être blâmé sévèrement, c'est moins son acte en lui-même que la façon brusque et impétive dont il l'accomplit, sans que rien eût fait soupçonner son projet. Mais Racine ne cessa pourtant de professer une haute estime pour Molière, et de rendre toujours hautement justice à ses œuvres.

L'auteur de *L'École des Femmes* semble vouloir rétrograder vers la larve avec *Le Mariage forcé*, joué au Louvre le 29 janvier 1664, et sur le théâtre du Palais-Royal le 15 février suivant. La scène XVI offre quelque ressemblance avec une aventure du chevalier de Grammont, qui, comme on sait, avait quitté Londres en oubliant d'épouser M^{lle} Hamilton, et que deux frères de la belle abandonnée rattrapèrent en chemin pour lui rappeler ses promesses : cette vague ressemblance a suffi pour indiquer, comme origine de la scène, cette anecdote qui lui est probablement postérieure. Il est beaucoup plus certain que Molière s'inspira de Rabelais, un de ses auteurs de prédilection, dans ce petit ouvrage, où l'on trouve des types extrêmement plaisants, et trois ou quatre scènes empreintes du comique le plus franc et le plus sain. Ce fut encore pour amuser Louis XIV qu'il composa *La Princesse d'Élide*, destinée à former un des principaux ornements d'une fête magnifique donnée à Versailles pendant toute une semaine (mai 1664), et dont on nous a laissé la description sous le titre caractéristique des *Plaisirs de l'île Enchantée*. Pressé par le temps, il ne put versifier qu'une partie de *La Princesse d'Élide*, et l'acheva en prose. Cette pièce fut jouée le 6 mai ; le 11, on représenta *Les Fâcheux* ; le 13, *Le Mariage forcé*. On voit que Molière fournissait à lui seul une large part aux divertissements de la cour. Mais ce n'est pas tout, et voici la particularité la plus remarquable : le 12 on eut le spectacle des trois premiers actes du *Tartufo*, qu'on désignait aussi dès lors sous le nom de *L'Hypocrite*. Cette comédie n'était pas encore terminée, mais on était impatient de la voir, et sans doute Molière lui-même sentait le besoin d'essayer l'effet d'une œuvre si hardie et si nouvelle, avant d'aller plus loin. Dès le 24 mai. Lorez nous apprend que « maint censeur dauboit nuit et jour » sur cette pièce, bien qu'elle eût beaucoup plu à la cour. La relation de la fête nous dit plus expressément encore que « le roi connut tant de conformité entre ceux qu'une véritable dévotion met dans le chemin du ciel, et ceux qu'une vaine ostentation des bonnes œuvres n'empêche

pas d'en commettre de mauvaises, que son extrême délicatesse pour les choses de la religion eut de la peine à souffrir cette ressemblance de vice avec la vertu ; et, quoiqu'on ne doutât point des bonnes intentions de l'auteur, il défendit cette comédie pour le public, jusqu'à ce qu'elle fût entièrement achevée, et examinée par des gens capables d'en juger, pour n'en pas laisser abuser à d'autres, moins capables d'en faire un juste discernement ». Cette prohibition ne fit, comme on peut croire, qu'aiguïser la curiosité universelle, et Molière se vit invité de toutes parts à aller en donner lecture chez des auditeurs privilégiés. On connaît le vers de Boileau, dans sa troisième satire, en 1665 :

Molière, avec *Tartufo*, y doit jouer son rôle.

dît l'amphitryon du repas ridicule, pour séduire son convié. Il parut même que le poète lutin-pâle devant le légat, en 1664, et il se vanta d'avoir obtenu son approbation. Les trois premiers actes furent joués une seconde fois, le 25 septembre, à Villers-Cotterets, chez Monsieur, et devant le roi ; et la pièce entière, le 29 novembre, au Raincy, chez le prince de Condé, ami et protecteur de Molière. Il n'est pas inutile de se reporter aux persécutions, ou du moins au mauvais vouloir, que rencontra dès lors notre auteur à propos du *Tartufo*, pour bien comprendre dans quelle disposition d'esprit il écrivit *Don Juan*, ou *Le Festin de pierre*, joué le 15 février 1665. Tous les documents contemporains tendent à établir que le caractère de Molière, profondément haïssé, n'en était pas moins des plus irritables, et il avait dû garder des obstacles dressés contre le *Tartufo* un ressentiment qui se traduisit dans cette nouvelle œuvre, notamment dans une tirade contre l'hypocrisie (V, sc. 2), où il semble vouloir se dédommager en passant de n'avoir pu encore traduire complètement sur la scène ce vice odieux, qu'il haïssait d'une aversion toute spéciale. « On l'avait traité, ces derniers mois, de libertin, d'impie et d'athée, dit M. Basile. Il allait montrer sur son théâtre un libertin paillard, un impie foudroyé, un athée plongé dans l'abîme. Malheureusement il y a au fond même de ce sujet, quelques hommes fâchés qu'on y apporte, quelque sérieuse intention qu'on ait de le faire servir à l'édification du prochain, un inconvénient contre lequel son talent ne savait prévoir. C'est que le libertin amuse, qu'il met le spectateur de son parti, tant que dure son péché en action, et que le châtement surnaturel, qui arrive à la fin pour terminer la pièce, n'épouvante et ne corrige personne. Eh, dans le fait, on ne voit pas que Molière, qui pouvait assurément beaucoup, se soit donné trop de peine pour éviter ce mauvais résultat. Son don Juan incrédule, moqueur, brave, mettant toujours l'honneur à part dans sa mauvaise conduite, toujours heureux, jusqu'à ce qu'un miracle s'opère, n'était pas fait certainement pour rendre odieux le libertinage, surtout quand l'auteur n'avait songé

à lui opposer qu'un valet poltron, gourmand et cupide, dont il eut encore le tort de se donner le rôle sous le nom de Sganarelle. Aussi personne n'y fut-il trompé, et *Le Festin de pierre* aggravait ce qu'il semblait vouloir réparer. On doit permettre aux partis, même à ceux dont on se tient le plus éloigné, d'être clairvoyants sur leurs intérêts. Les dévots sentirent bien qu'on leur faisait un nouvel outrage, et ils s'en plainquirent. ... S'il était possible de croire que Molière eût conçu le dessein candide d'écrire un drame contre l'impiété, il faudrait reconnaître qu'il n'y avait pas réussi. » On trouve l'expression de ce sentiment éprouvé par les personnes pieuses, dans le *Traité des Spectacles*, du prince de Conti. Le sieur de Rochemont écrivit contre cette pièce un libelle animé de la haine la plus ardente : *Observations sur une comédie de Molière intitulée Le Festin de pierre* (1665, in-12). Aussi notre auteur ne put-il ou n'osa-t-il imprimer son ouvrage. Dès la deuxième représentation il fallut même retrancher quelques scènes plus hardies que les autres, spécialement celle du pauvre, restituée seulement de nos jours. Peut-être faut-il voir le germe premier et lointain de cette scène dans une anecdote que racontent ses biographes : un jour, qu'il revenait d'Auteuil à Paris, en voiture, il jeta une pièce de monnaie à un pauvre, et s'aperçut bientôt que celui-ci courrait après lui de toutes ses forces : « Monsieur, lui dit le mendiant quand il l'eut rejoint, vous n'avez probablement pas l'intention de me donner un louis d'or. Je viens vous le rendre. — Tiens, mon ami, répondit Molière, en voilà un autre pour ta bonneté. » Et il s'écria : « Oh la vertu va-t-elle se nicher ? » La scène épisodique du *Festin de pierre* est déjà toute indiquée par cette exclamation. Pour un observateur philosophe comme lui, un pareil trait ne devait pas s'effacer de son esprit sans avoir porté ses fruits. Du reste, le sujet de la pièce n'était pas neuf, et ce n'est pas à Molière qu'on doit en attribuer l'invention. Emprunté originairement à l'Espagne, où Tirso de Molina l'avait mis sur le théâtre, la province, puis la troupe de Mademoiselle, la troupe italienne, l'Hôtel de Bourgogne, l'avaient déjà traité depuis assez longtemps, et le Marais devait le reprendre encore plus tard. C'était un engouement universel. Mais, tout en se faisant imitateur, Molière mit de très-hautes qualités personnelles et une originalité fière et libre dans cette œuvre profonde, rejetée presque toujours autrefois parmi ses pièces secondaires, et qu'on place aujourd'hui, avec plus de raison, dans les premiers rangs, ne fût-ce qu'à cause des scènes du pauvre, de don Loula (1), de dona Elvire, de M. Dimanche, des développements hardis du caractère de don Juan, enfin du souffle presque

cornélien qui règne dans un assez grand nombre de passages. *Le Festin de pierre* est tout à fait conçu d'après les principes du drame moderne ; aussi les romantiques n'ont-ils pas manqué de ranger Molière parmi leurs aïeux. Mais cette pauvre pièce devait avoir contre elle jusqu'au bout le mauvais sort qui l'avait atteinte dès sa naissance : elle était écrite en prose, malgré ses cinq actes, ce qui lui aliéna si bien l'esprit des comédiens, qu'après la mort de l'auteur elle disparut de l'affiche, et qu'il fallut la faire traduire en vers par Thomas Corneille pour la conserver au répertoire.

Louis XIV sembla vouloir encore dédommager Molière de toutes ces hostilités, en attachant à sa personne, avec une pension de 7,000 livres (août 1665), la troupe du Palais-Royal, qui prit dès lors le titre de *Troupe du Roi*. Au commencement du même mois, Molière était devenu père d'une fille, le seul enfant qui lui ait survécu, et le comte de Modène en fut parrain (4 août). Le 15 septembre suivant, on joua à la cour, et le 22 à la ville, *L'Amour médecin*, qu'on peut regarder comme sa déclaration de guerre contre la Faculté. Les médecins méritaient alors ces railleries piquantes, auxquelles ils sont plus qu'ils ne croient redevables des progrès de leur art. Pour voir à quel degré de ridicule et d'ineptie ils étaient descendus pour la plupart, il suffit d'ouvrir la correspondance de Guy-Patin, médecin pourtant lui-même, mais qui n'épargne pas ses confrères, et les révélations de cette correspondance sont confirmées et dépassées par bien d'autres témoignages contemporains. Ce n'était pas, comme on l'a dit, pour la satisfaction mesquine d'une haine personnelle, mais par suite d'une conviction bien enracinée dans son esprit, que Molière entreprit cette grande guerre. Toujours malade et vivant de régime, il semble qu'il ait voulu se venger d'un art si impuissant à le soulager. On sait qu'il était tourmenté d'une toux continue, qui, compliquée d'une volubilité naturelle de prononciation, se changeait en hoquet sur la scène, à cause des efforts qu'il faisait pour la dominer. Il éprouvait, en outre, par intervalles, des accès de maladie aiguë, qui, au commencement de 1666, et l'année suivante, mirent même ses jours en danger. (*Gazette de Robinet*). Ce fut Boileau qui forgea pour lui les noms expressifs sous lesquels il mit en scène quatre des plus fameux médecins du temps : Daquin, Desfougerais, Guenaut et Esprit : nul ne s'y trompa. Guy-Patin rapporte même qu'ils étaient représentés « avec des masques faits tout exprès » ; mais les erreurs évidentes qu'il a commises à propos de cette représentation permettent de ne pas croire à cette particularité si peu vraisemblable. Il en est très-probablement de ces masques comme du chapeau que, suivant Grimaud, Molière aurait voulu emprunter au physicien Bohault, pour le jouer dans la maîtresse de philosophie du *Bourgeois gentilhomme*, ou

(1) On peut comparer cette scène à celle du *Venteur*. « Êtes-vous gentilhomme ? » (V. sc. 3). Des deux parts, le style est comédien, le sentiment aussi noble, aussi élevé. Corneille et Molière s'y sont élevés au ton de la tragédie.

suivant d'autres, dans Marphurius du *Mariage forcé*.

Ce fut le 4 juin 1666 que notre auteur, s'élevant enfin à la dernière limite de son art, donna *Le Misanthrope*, le plus correct de ses ouvrages et peut être le chef-d'œuvre de la scène comique : *Le peut-être* serait de trop, si le *Tartufe* n'existait pas : Molière a du moins cette gloire incontestable de n'avoir pour rival que lui-même. Il est faux que cette pièce ait subi un échec : deux contemporains, de Visé et Subligny, nous ont laissé d'incontestables témoignages de son succès, et le registre de la Comédie prouve qu'elle fut représentée vingt et une fois de suite, chiffre assez élevé pour le temps. On a dit aussi qu'elle ne se soutint qu'à la faveur du *Médecin malgré lui*, dont Molière se hâta de l'accompagner ; mais *Le Médecin malgré lui* ne fut donné avec *Le Misanthrope* que cinq fois, à partir de la douzième représentation. Sans doute, la masse des spectateurs, habituée à une intrigue plus vive et plus plaisante, put éprouver un moment d'hésitation ; mais elle se laissa bientôt entraîner dans le concert d'admiration des esprits intelligents.

Dans cette pièce, conçue au milieu des embarras, des tracasseries, des inimitiés de toutes sortes, Molière épancha sa propre bile sous le couvert d'Alceste. Jamais il n'a plus complètement réalisé l'idéal de la pure comédie de mœurs. *Le Misanthrope* n'offre pas plus d'action qu'il n'en faut rigoureusement pour la peinture des caractères, qui, par leur seul développement naturel, créent l'intrigue tout entière. Là, rien qui s'éloigne de la plus vraie et de la plus haute observation de la nature, pas de ces plaisanteries appartenant à l'auteur, pas de ces moyens de convention qui sont la ressource des habiles et auxquels les meilleurs poètes comiques se laissent si facilement aller à demander secours ; pas même d'effets de scène, rien, en un mot, qui fasse déchoir l'auteur des sphères où il plane. Tout l'intérêt porte sur les mœurs ; tout le comique tient aux caractères. Du reste, Molière a dans cette pièce non-seulement élevé, mais élargi le domaine de la comédie, et la société presque entière tient à l'aise dans son cadre. Alceste gourmande les vices ; Célimène raille les ridicules, se partageant à eux deux la tâche du poète, l'un satirique par vertu, l'autre par vice et méchanceté, tous deux enfin se donnant en spectacle en même temps qu'ils traduisent l'humanité à leur barre, et nous offrant, en action, le spectacle de deux excès presque semblables dans leurs résultats, quoique partant de deux principes opposés. J.-J. Rousseau, à propos d'Alceste, a accusé Molière d'avoir ridiculisé la vertu sur le théâtre (1), et avant lui Fénelon avait dit

(1) Le misanthrope Rousseau devait se scandaliser de voir la misanthropie exposée à la raillerie publique ; c'est là probablement le vrai motif de son indignation. Et puis, peut-être, était-ce instinctivement la défense de sa propre misanthropie qu'il prenait, en affectant de

la même chose avec plus de ménagement, dans sa *Lettre à l'Académie*. Cette accusation n'est pas fondée, et tous deux ont mal saisi l'intention de l'auteur. L'usage de Molière n'est pas (sauf dans quelques scènes de *Raisonieurs* où il est impossible de se méprendre) d'opposer un homme parfait à un homme vicieux, et de combattre un vice par la vertu contraire ; il met en présence les deux vices ou les deux ridicules opposés, et les corrige ainsi l'un par l'autre, ce qui est à la fois plus comique et plus saisissant. C'est pour n'avoir pas fait attention à ce procédé si simple qu'on a cru voir parfois dans le bon sens étroit du bon homme Chrysale les idées de Molière sur le rôle et l'éducation des femmes, tandis que Chrysale n'est pas moins exagéré dans son sens que Philaminte et Bérise dans le leur. De même, la rudeesse excessive d'Alceste fait mieux ressortir par le contraste l'excessive complaisance de Philinte. Et puis la perfection ne peut être mise sur la scène d'une manière suivie, surtout dans la comédie : elle n'intéresserait pas, et le public accuserait l'auteur de manquer aux lois de la vérité et de l'observation. Alceste est vertueux : ce n'est point par là qu'il est ridicule, mais par le vice qu'il joint à sa vertu, c'est-à-dire par la fougue et l'emportement continuel de ses paroles comme de ses actes. Molière a voulu nous montrer comment la vertu même avait ses bien-séances à garder, sa mesure exacte à conserver en tout, pour ne point devenir un objet de risée. Et il est si vrai que malgré ses défauts, dont on s'amuse, la vertu d'Alceste n'est point exposée à la raillerie publique, qu'il n'est personne parmi les spectateurs qui n'ait une profonde estime pour lui, et qui ne voudrât lui ressembler, de préférence à tous les autres personnages de la pièce. Quant à son amour pour une coquette méprisable, qui oserait reprocher à Molière ce trait de génie par lequel il a prétendu montrer comment les cœurs les plus fermes ont toujours leur côté faible, par où ils tiennent au reste de l'humanité ?

Le Misanthrope a largement exercé l'esprit trop ingénieux des faiseurs de *clefs* : on a, en général, regardé M. de Montausier comme l'originaux d'Alceste, et cette opinion a quelquefois

confondu celle d'Alceste avec la vertu, comme pour bénéficier lui-même de cette confusion commode. Malheureusement, il y a une grande différence entre la misanthropie d'Alceste et celle de Rousseau. Chez ce dernier, elle ne venait que d'un orgueil extrême, de dépit plus ou moins fondé de ne pas se voir apprécié à sa valeur et traité selon ses mérites, comme chez le Timon de Lucien et de Shakespeare elle ne vient que d'avoir été trahi par ceux qu'il avait comblés de ses marques d'affection. Ces deux espèces de misanthropie ont donc leur point de départ dans un sentiment de personnalité et d'égoïsme, mais d'une nature plus respectable dans le dernier cas. La misanthropie d'Alceste est autrement noble, car elle part de l'indignation excessive causée en une âme généreuse par le spectacle des vices et des bassesses du monde, en sorte que, bien qu'il n'ait voulu faire qu'une comédie, c'est Molière qui a peint la misanthropie par son côté le plus élevé.

ŒUVRES COMPLÈTES
DE VOLTAIRE

TOME DIX-SEPTIÈME

ÉDITION DE CH. LAHURE ET C^{ie}
Imprimeurs à Paris

PARIS
LIBRAIRIE DE L. HACHETTE ET C^{ie}
RUE PIERRE-SARRAZIN, N° 14
1860

Numérisé par Google

bon mot; et quand même la raillerie serait fine, elle ne conviendrait point dans un livre où il ne faut que chercher la vérité, et serait très-mal appliquée à un homme comme Newton, et aux illustres géomètres qui l'étudient. D'ailleurs nous félicitons le sage auteur du *Spectacle de la Nature* et de *l'Histoire du Ciel* de tomber moins qu'un autre dans le défaut de vouloir être plaisant; cette affectation trop répandue de traiter des matières sérieuses d'un style gai et familier rendrait à la longue la philosophie ridicule sans la rendre plus facile.

On reproche encore à Newton qu'il admet des qualités immatérielles dans la matière. Mais que ceux qui font un tel reproche consultent leurs propres principes, ils verront que beaucoup d'attributs primordiaux de cet être si peu connu qu'on nomme matière sont tous immatériels, c'est-à-dire que ces attributs sont des effets de la volonté libre de l'Être suprême : si la matière a du mouvement, si elle peut le communiquer, si elle gravite, si les astres tournent sur eux-mêmes d'occident en orient plutôt qu'autrement, tout cela est un don de Dieu, aussi bien que la faculté que ma volonté a reçue de remuer mon bras. Toute matière qui agit nous montre un être immatériel qui agit sur elle. Rien n'est plus certain que ce sont les vrais sentiments de Newton.

Ces réflexions que l'on donne au public ont déjà fait impression sur quelques esprits, et on espère qu'enfin les préjugés de quelques autres céderont à des choses si sublimes et si raisonnables, dont l'auteur des *Éléments* n'a été que le faible interprète.

VIE DE MOLIÈRE,

AVEC

DE PETITS SOMMAIRES DE SES PIÈCES¹.

(1739.)

Le goût de bien des lecteurs pour les choses frivoles, et l'envie de faire un volume de ce qui ne devrait remplir que peu de pages, sont cause que l'histoire des hommes célèbres est presque toujours gâtée par des détails inutiles et des contes populaires aussi faux qu'insipides. On y ajoute souvent des critiques injustes de leurs ouvrages. C'est ce qui est arrivé dans l'édition de Racine faite à Paris en 1728. On tâchera d'éviter cet écueil dans cette courte histoire de la vie de

1. *Avertissement.* — Cet ouvrage était destiné à être imprimé à la tête du Molière in-4°, 1734, édition de Paris. On pria un homme très-connu de faire cette Vie et ces courtes analyses destinées à être placées au-devant de chaque pièce. M. Rouillé, chargé alors du département de la librairie, donna la préférence à un nommé La Serre : c'est de quoi on a plus d'un exemple. L'ouvrage de l'infortuné rival de La Serre fut imprimé très-mal à propos, puisqu'il ne convenait qu'à l'édition du Molière. On nous a dit que quelques curieux désiraient une nouvelle édition de cette bagatelle; nous la donnons, malgré la réputation de l'auteur écrasé par La Serre.

OSCAR COMETTANT

TROIS ANS

AUX ÉTATS-UNIS

ÉTUDE DES MŒURS ET COUTUMES AMÉRICAINES

SECONDE ÉDITION, REVUE ET CORRIGÉE



PARIS

PAGNERRE, LIBRAIRE-ÉDITEUR

RUE DE SEINE, 18

—
1858

Droits de traduction et de reproduction réservés.

Numérisé par Google

marine. Quelques-unes de ces machines ont atteint des proportions vraiment effrayantes. On peut citer des bateaux à vapeur de la force de douze cents chevaux. Sans parler des grands steamers qui font les longs voyages de l'Europe et de la Californie, combien ne doit-on pas admirer les steamboats ou plutôt les palais flottants, à deux, trois et quatre étages au-dessus de l'eau, qui sillonnent l'Ohio, le Mississippi et la rivière de l'Hudson ! Ces vastes bateaux à vapeur inconnus en Europe sont de véritables villes qui emportent jusqu'à deux mille voyageurs, des marchandises considérables et de nombreux troupeaux.

Mais aussi que sont, à côté de l'Ohio, du Mississippi, de l'Hudson, véritables mers d'eau douce, les *grands* lacs si vantés de la Suisse et de l'Italie ? le lac de Genève et le lac Majeur paraîtraient de petites flaques d'eau en comparaison des fleuves, des rivières et des lacs américains. Pendant que sur les lacs d'Europe on admire les bateaux à vapeur qui atteignent la force de quarante chevaux, en Amérique on compte comme ordinaires les steamboats de six cents chevaux de vapeur. Ces bateaux, d'une coupe parfaite, admirables à l'extérieur, ne sont pas moins remarquables à l'intérieur. Ils sont dorés partout, recouverts de beaux tapis, tendus de soie et de velours, ornés de belles glaces et meublés avec luxe. On y trouve des pianos, des jeux de toutes sortes et des bibliothèques. Malheureusement on n'y est pas toujours en sûreté. Gare aux voyageurs qui naviguent sous le commandement d'un capitaine zélé qui rencontre un concurrent ! Il veut le dépasser à toute force, chauffe la machine au delà de toute proportion, non-seulement avec du charbon et du bois, mais aussi avec de la

résine. Si le concurrent ne cède pas, l'équipage entier du bateau en fait une question d'honneur. Bientôt l'enthousiasme se propage et finit par gagner les passagers eux-mêmes, qui forment la chaîne depuis le pont jusqu'aux fourneaux, et se passent de main en main, avec des hurras d'encouragement, le combustible qui doit assurer le succès ou faire sauter le navire.

Les steamboats américains sont construits de manière à recevoir toute la charge sur le pont. L'intérieur est entièrement rempli par l'énorme machine. On n'aperçoit de cette machine, au milieu du bâtiment, que le gigantesque balancier, comme une pompe sans cesse en mouvement. A côté du balancier, mais plus haut et par-dessus tous les étages du steamboat, s'élève un petit pavillon où se tiennent en observation le capitaine qui commande la manœuvre, et le timonnier, qui de là dirige le gouvernail.

Il n'y a pas de petits bateaux à vapeur en Amérique. Les plus petits steamboats à New-York sont les *ferry boats* de Brooklin, qui traversent jusqu'à New-York la rivière de l'Est, 160 mètres environ. Les *ferry boats* n'ont pas moins de quatre-vingts chevaux de force. Ce sont des bateaux de ce genre qui traversent toutes les rivières, les ponts étant pour ainsi dire inconnus aux États-Unis.

Les machines, en Amérique, sont généralement bien faites et solides, mais elles sont exécutées sans luxe aucun. Rien n'est poli dans les pièces de forge qui ne sont pas soumises aux frictions. L'utile remplace partout l'agréable dans les engins. Il faut toutefois en excepter les pompes à incendie, que les Américains enrichiraient volontiers de diamants.

Nous avons déjà parlé, à propos des amusements en Amérique, des pompes et des pompiers ; nous n'y reviendrons pas. Ajoutons seulement que les Américains tiennent leurs pompes à incendie pour les meilleures et les plus élégantes qu'il y ait au monde. Ils sourient de pitié en pensant à la simplicité des nôtres. « Pauvres incendies et pauvres pompes ! » disent-ils avec dédain. Le fait est qu'un pompier américain, à bout de ressources, n'hésiterait pas à vendre jusqu'à ses vêtements pour décorer sa pompe. Un amant n'est pas plus jaloux des charmes de sa maîtresse qu'un pompier ne l'est en Amérique des attraits de sa pompe. Dites à un pompier américain (et tout le monde est un peu pompier en Amérique) qu'il est laid, stupide ; peut-être dédaignera-t-il ces insultes et ne vous répondra-t-il même pas. Mais n'allez pas médire de sa pompe... il vous tuerait sans scrupule. Entre la pompe et le pompier, il ne faut jamais mettre le doigt.

A côté des pompes à incendie richement incrustées, ciselées avec art, décorées de fleurs et bariolées des couleurs les plus vives, les locomotives des chemins de fer forment un contraste frappant. Les locomotives, surmontées d'une cheminée étrange, courte et évasée du haut comme un entonnoir de l'enfer, sont noires et mates comme une pensée lugubre ; on dirait qu'elles portent à l'avance le deuil des voyageurs que, peut-être, elles précipiteront dans les profondeurs de quelque ravin, ou qu'elles plongeront dans l'eau sous un pont écroulé. Ces sortes d'accidents sont assez fréquents aux États-Unis, mais on n'y apporte qu'une attention légère. L'important, pour l'Américain, c'est que, avec ou sans danger, bien ou

MÉMOIRES

POUR SERVIR A

L'HISTOIRE DE MON TEMPS

PAR

M. GUIZOT

—
Deuxième édition
—

TOME PREMIER



PARIS

MICHEL LÉVY FRÈRES, LIBRAIRES-ÉDITEURS
RUE VIVIENNE, 2 BIS.

—
1858

Droits de reproduction et traduction réservés.

9
(20)
<< 18 >>
C 94



Numérisé par Google

des dettes que l'Empire léguait à la Restauration, et le plan du ministre pour faire face soit à cet arriéré, soit au service des années 1814 et 1815. De tous les hommes de gouvernement de mon temps, je n'en ai connu aucun qui fût plus véritablement que le baron Louis un homme public, passionné pour l'intérêt public, ferme à écarter toute autre considération et à s'imposer à lui-même tous les risques comme tous les efforts pour faire réussir ce que l'intérêt public commandait. Et ce n'était pas seulement le succès de ses mesures financières qu'il poursuivait avec ardeur; c'était celui de la politique générale dont elles faisaient partie et à laquelle il savait les subordonner. En 1830, au milieu de la perturbation qu'avait causée la Révolution de juillet, je vins un jour, comme ministre de l'intérieur, demander au Conseil, où le baron Louis siégeait aussi comme ministre des finances, de fortes allocations; quelques-uns de nos collègues faisaient des objections à cause des embarras du trésor: «Gouvernez bien, me dit le baron Louis, vous ne dépenserez jamais autant d'argent que je pourrai vous en donner.» Judicieuse parole, digne d'un caractère franc et rude, au service d'un esprit ferme et conséquent. Le plan de finances du baron Louis reposait sur deux bases, l'ordre constitutionnel dans l'État et la probité dans le gouvernement: à ces deux conditions, il comptait sur la prospérité publique et sur le crédit public, et ne s'effrayait ni des dettes à payer, ni des dépenses à faire. Quelques-unes de ses assertions sur le dernier état des finances

OEUVRES
DE
VICTOR HUGO.

—
DRAMES.
—

V.

LUCRÈCE BORGIA.

quatrième édition.



PARIS,
EUGÈNE RENDUEL,

LIBRAIRE ÉDITEUR,
RUE DES GRANDS-AUGUSTINS, N° 22.
1833.

Numérisé par Google

SCÈNE DEUXIÈME.

LES MÊMES, DONA LUCREZIA.

DONA LUCREZIA, paraissant tout à coup, vêtue de noir, au seuil de la porte.

Vous êtes chez moi!

TOUS, excepté Gennaro qui observe tout dans un coin du théâtre où dona Lucrezia ne le voit pas.

Lucrèce Borgia!

DONA LUCREZIA.

Il y a quelques jours, tous, les mêmes qui êtes ici, vous disiez ce nom avec triomphe. Vous le dites aujourd'hui avec épouvante. Oui, vous pouvez me regarder avec vos yeux fixes de terreur. C'est bien moi, messieurs. Je viens vous annoncer une nouvelle, c'est que vous êtes tous empoisonnés, messeigneurs, et qu'il n'y en a pas un de vous qui ait encore une heure à vivre. Ne bougez pas. La salle d'à côté est pleine de piques. A mon tour mainte-

L'ENFANT
PRODIGE,
COMÉDIE

Par Mr. de *VOLTAIRE*,
EN VERS DISSYLLABES,

Représentée sur le Théâtre de la Comédie Française,
le 10. Octobre 1736.



A AVIGNON,

Chez *LOUIS CHAMBEAU*, Imprimeur-Libraire,
près les R. R. P. P. Jéfuites,

M. DCC. LXI.



L'ENFANT
PRODIGE,
COMÉDIE.

ACTE PREMIER.

SCÈNE PREMIÈRE.

EUPHEMON, RONDON.

RONDON.

MON triste Ami, mon cher & vieux voisin,
Que de bon cœur j'oublierai ton chagrin !
Que je rirai ! quel plaisir, que ma fille,
Va ranimer ta dolente famille !
Mais, Monsieur ton fils, le fleur de Fierrenfat,
Me semble avoir un procédé bien plat.

EUPHEMON.

Quoi donc !

RONDON.

Tout fier des Magistratures,
Il fait l'amour avec poids & mesure.
Adolescent, qui s'érige en barbon,
Jeune écolier, qui vous parle en Caton,
Est, à mon sens, un animal bernable,
Et j'aime mieux l'air fou, que l'air capable ;
Il est trop fat.

EUPHEMON,

Et vous êtes aussi

Un peu trop brusque.

A 2

18

L'ENFANT
PRODIGE,
COMEDIE
EN VERS DISSILLABES,

Représentée sur le Théâtre de la Comédie Française le 10 Octobre 1736.

Le prix est de trente sols.



A PARIS,
Chez PRAULT fils, Quay de Conty, vis-à-vis la descente du Pont-neuf, à la Charité.

M. DCC. XXXVIII.

Avec Approbation & Privilège du Roi.

V3.E4.1738

DE L'ÉDITEUR.

ce font eux qui les font jouer. Mais ils font plus occupés de remuer les passions que de les examiner : ils font persuadés qu'un sentiment vaut mieux qu'une définition ; je suis trop de leur avis pour mettre un Traité de Philosophie au devant d'une Piece de Théâtre.

Je me bornerai simplement à insister encore un peu sur la nécessité où nous sommes d'avoir des choses nouvelles.

Si on avoit toujours mis sur le Théâtre tragique la Grandeur Romaine, à la fin on en seroit rebuté. Si les Héros ne parloient jamais que tendresse, on seroit affadi :

O Imitatores fervum pecus !

Les bons Ouvrages que nous avons depuis les Corneilles, les Molières, les Racines, les Quinauts, les Le Bruns, me paroissent tous avoir quelque chose de neuf & d'original qui les a sauvés du naufrage. Encore une fois tous, les genres font bons, hors le genre ennuyeux.

Ainsi il ne faut jamais dire, si cette musique n'a pas réussi, si ce tableau ne plait pas, si cette piece est tombée, c'est que cela étoit d'une espece nouvelle ; il faut dire, c'est que cela ne vaut rien dans son espece.

5^e miss. Vain

48

JOURNAUX

ET

JOURNALISTES

PAR

ALFRED SIRVEN

LE SIÈCLE

AVEC LES PORTRAITS DES RÉDACTEURS

PHOTHOGRAPHIÉS PAR PIERRE PETIT

PARIS

F. CURNOL, LIBRAIRE-ÉDITEUR

20, RUE DE SEINE, 20

—

1866

science et de leurs applications à l'économie sociale, agricole, industrielle et domestique.

M. EUGÈNE CHATARD

Collaborateur régulier de la *Presse*. C'est lui qui traite les affaires d'Amérique et l'on peut dire qu'il s'acquitte de cette tâche en homme qui connaît la question américaine, c'est-à-dire qu'il la traite au point de vue des intérêts français.

M. Chatard est avocat.

Ancien collaborateur de l'ancien *Journal du Commerce* et de l'ancien *Courrier Français*, fondateur en 1830 du *Sténographe des Chambres*, plus tard rédacteur en chef du *Messenger*, puis rédacteur à l'*Estafette*.

Voilà déjà bien des étapes.

Ce n'est pas tout encore.

M. Eugène Chatard a rédigé la *République*.

Il a encore acheté la *Réforme*, avec MM. Brives, Schœlcher, Savoye, Michel de Bourges, feuille qui devint dès lors le *Vote universel*. M. Eugène Chatard a jeté dans ce journal une partie de son œuvre.

Signataire de la protestation des journalistes qui suivit l'incarcération arbitraire de M. de Girardin,

THÉÂTRE

COMPLÉT

DE M. DE VOLTAIRE,

Conforme à la dernière Édition.

TOME HUITIÈME,

Contenant L'ÉCOSSAISE, LE DROIT DU SEIGNEUR, CHARLOT, LE DÉPOSITAIRE, & SOCRATE.



A C A E N,

CHEZ G. LE ROY, Imprimeur du Roi, ancien
Hôtel-des-Monnaies.

M. DCC LXXXVIII.
A V E C P E R M I S S I O N.

Madame, un postillon que j'avais fait-partir
 Pour s'informer au juste, & pour vous avertir ;
 Vous ramenait en hâte une troupe altérée,
 Moitié déguenillée, & moitié furdorée,
 D'excellens pâtissiers, d'acteurs italiens,
 Et des danseurs de corde, & des musiciens ;
 Des flûtes, des hautbois, des cors & des trompettes ;
 Des feseurs d'acrostiche, & des marionnettes.
 Tout le monde a crié *le Roi sur les chemins* ;
 On le crie au village & chez tous les voisins ;
 Dans votre basse-cour on s'obstine à le croire ;
 Et voilà justement comme on écrit l'histoire.

G U I L L O T.

Nous voilà tous bien fots !

L A C O M T E S S E.

Mais quand vient-il ?

L' I N T E N D A N T.

Ce soir.

L A C O M T E S S E.

Nous aurons tout le tems de le bien recevoir.
 Mon fils, donnez la main à la belle Julie.
 Bon soir, Charlot.

L E M A R Q U I S.

Mon Dieu ! que ce Charlot m'ennuie !

(ils sortent ; la Comtesse reste avec la Nourrice.)

L A C O M T E S S E.

Viens, ma chère nourrice, & ne soupire plus.

OEUVRES COMPLÈTES DE VOLTAIRE THÉÂTRE V

| [Index Voltaire](#) | [Commande CDROM](#) | [Théâtre](#) |

CHARLOT OU LA COMTESSE DE GIVRY, PIÈCE DRAMATIQUE REPRÉSENTÉE SUR LE THÉÂTRE DE F*** AU MOIS DE SEPTEMBRE 1767, ET, A LA COMÉDIE ITALIENNE DE PARIS, LE 4 JUIN 1782.

- [Avertissement de Moland.](#)
- [Avertissement de Beuchot.](#)
- [Notice bibliographique.](#)
- [Préface](#)
- [Personnages](#)

[Acte I](#)

[Acte II](#)

[Acte III](#)

Variantes

AVERTISSEMENT DE MOLAND.

Le 12 septembre 1767, Voltaire écrit à Damilaville: « Malgré mes maux, je m'égaye à voir embellir, par des acteurs qui valent mieux que moi, une comédie (c'était *Charlot, ou la comtesse de Givry*) qui ne mérite pas leurs peines. » Le 18, il écrit à d'Argental: « Vous aurez incessamment *Charlot, ou la comtesse de Givry* dont je fais plus de cas que de *l'Ingénu*, mais qui n'aura pas le même succès. Je ne la destine pas aux comédiens, à qui je ne donnerai jamais rien après la manière barbare dont ils m'ont défiguré, et l'insolence qu'ils ont eue de mettre dans mes pièces des vers dont l'abbé Pellegrin et Danchet auraient rougi. D'ailleurs les caprices du parterre sont intolérables, et les Welches sont trop Welches. »

C'était la chute des *Scythes* que Voltaire avait sur le coeur.

Il envoie sa comédie au libraire Merlin, à « l'enchanteur Merlin », comme il l'appelle, à titre de gratification: « Je crois que Merlin peut tirer, sans rien risquer, sept cent cinquante exemplaires, qu'il vendra bien. » (19 septembre, à Damilaville.)

Et dès lors les lettres de Ferney apportent corrections sur corrections et variantes sur variantes.

Les premières représentations véritablement publiques de *Charlot* eurent lieu aux portes de Genève, au théâtre de Châtelaine qui appartenait à Voltaire: « Ceux qu'envoyait Genève, dit M. Desnoiresterres(1), venaient bien plus pour faire du tapage que pour applaudir à l'ouvrage ou au jeu des acteurs. Un soir on représentait *Charlot*... La pièce fut reçue par des sifflets. On a prétendu que le patriarche, fou de rage, sortant son grand corps hors de la loge et brandissant sa canne avec fureur, aurait crié à ce parterre insolent: « Magnifiques et très honorés seigneurs! je suis chez moi, et si vous ne vous tenez pas tranquilles, je vous fais administrer la plus robuste volée que votre république ait jamais reçue! » Cette verte algarade est mise par d'autres dans la bouche du chevalier de Beauteville, qui était plus autorisé à s'exprimer de cette façon catégorique, bien que nous ne voyions point quand il aurait eu l'occasion d'adresser à ces auditeurs remuants cette énergique semonce. »

AVERTISSEMENT DE BEUCHOT.

Wagnière, dans son *Examen des Mémoires de Bachaumont* (qui fait partie des *Mémoires de Longchamp et Wagnière*, publiés en 1826), dit, tome Ier, page 264, que *Charlot* fut composé en moins de trois jours. Voltaire parle de cinq dans sa lettre à Damilaville, du 28 septembre 1767. La pièce fut jouée à Ferney, comme le titre l'annonce. Elle n'avait encore paru sur aucun théâtre public, lorsque le succès qu'elle obtint, dans l'hiver de 1781-

82, sur le théâtre du comte d'Argental, engagea les comédiens italiens à la mettre à l'étude. La première représentation eut lieu le 4 juin; mais on n'en donna que trois.

PRÉFACE

(2) Cette pièce de société n'a été faite que pour exercer les talents de plusieurs personnes d'un rare mérite. Il y a un peu de chant et de danse, du comique, du tragique, de la morale, et de la plaisanterie. Cette nouveauté n'a point du tout été destinée aux théâtres publics. C'est ainsi qu'aujourd'hui, en Italie, plusieurs académiciens s'amuse à réciter des pièces qui ne sont jamais jouées par des comédiens. Ce noble exercice s'est établi depuis longtemps en France, et même chez quelques-uns de nos princes.

Rien n'anime plus la société; rien ne donne plus de grâce au corps et à l'esprit, ne forme plus le goût, ne rend les moeurs plus honnêtes, ne détourne plus de la fatale passion du jeu, et ne resserre plus les noeuds de l'amitié.

Cette pièce a eu l'avantage d'être représentée par des gens de lettres, qui, sachant en faire de meilleures, se sont prêtés à ce genre médiocre avec toute la bonté et tout le zèle dont cette médiocrité même avait besoin.

Henri IV est véritablement le héros de la pièce: mais il avait déjà paru dans *la Partie de Chasse*(3), représentée sur le même théâtre; et on n'a pas voulu imiter ce qu'on ne pouvait égaler(4).

PERSONNAGES

LA COMTESSE DE GIVRY, veuve attachée au parti de Henri IV.
HENRI IV
LE MARQUIS, élevé dans le château.
JULIE, parente de la maison, élevée avec le marquis.
MADAME AUBONNE, nourrice.
CHARLOT, fils de la nourrice.
L'INTENDANT de la maison.
BABET, élevée pour être à la chambre auprès de la comtesse.
GUILLOT, fils d'un fermier de la terre.
DOMESTIQUES, COURRIERS, GARDES.
SUITE DE HENRI IV.

La scène est dans le château de la comtesse de Givry, en Champagne.

Il est appelé Monsieur Rente dans la scène iii de l'acte Ier.

CHARLOT

OU

LA COMTESSE DE GIVRY

PIÈCE DRAMATIQUE

ACTE PREMIER.

SCÈNE I.

OEUVRES COMPLÈTES DE VOLTAIRE MÉLANGES V
| [Index Voltaire](#) | [Oeuvres complètes](#) | [Mélanges V \(1766-1768\)](#) |

LETTRE DE M. DE VOLTAIRE AU DOCTEUR JEAN-JACQUES PANSOPHE. (1766) Notice bibliographique.

Notice: Le parti que nous avons pris d'introduire la *Lettre au docteur Pansophe* parmi les oeuvres de Voltaire, malgré les dénégations réitérées du patriarche de Ferney, se justifiera auprès de tous ceux qui ont examiné attentivement la question. D'abord les dénégations de Voltaire n'ont pas grand poids: il n'hésitait jamais à les prodiguer quand il ne lui plaisait pas d'avouer un ouvrage comme sien. « Je suis à l'égard des ouvrages qu'on m'attribue, disait Montesquieu, comme la Fontaine-Martel⁽²⁹⁾ était pour les ridicules: on me les donne, mais je ne les prends point. » Non seulement Voltaire ne les prenait point, fussent-ils de lui, mais il les repoussait avec indignation, et quelquefois les dénonçait aux puissances. Ce procédé voltairien est assez connu pour que nous n'ayons pas besoin d'insister. Dans la déclaration publique ci-après du 29 décembre 1766, remarquons que Voltaire, après avoir désavoué la *Lettre au docteur Pansophe*, blâme gravement l'auteur des *Notes sur la lettre de M. de Voltaire à M. Hume*, que tous les éditeurs lui adjugent sans difficulté. Le second paragraphe permet d'apprécier l'autorité du premier.

Lorsque Voltaire, dans sa lettre à Damilaville du 23 juin 1766, dit: « Je vous envoie, en attendant, la lettre sur Jean-Jacques que vous me demandiez, et que j'ai enfin retrouvée; » il semble bien qu'il s'agisse de la *Lettre au docteur Pansophe*. Beuchot l'entend de la Lettre à M. Tronchin-Calendrin, du 13 novembre 1765, où il est, en effet, question de J.-J. Rousseau, mais qui n'est pas une « lettre sur J.-J. » Tous les contemporains furent unanimes à attribuer à Voltaire la *Lettre au docteur Pansophe*. Marmontel, dans le *Mercure français*; Grimm, dans la *Correspondance littéraire*⁽³⁰⁾, sont aussi affirmatifs que Fréron⁽³¹⁾. Pour Jean-Jacques Rousseau, le principal intéressé, cela ne fit jamais de doute: « Dans le même temps à peu près...., dit-il, parut une lettre de M. de Voltaire à moi adressée (au docteur Pansophe) avec une traduction anglaise qui renchérit sur l'original. Le noble objet de ce spirituel ouvrage est de m'attirer le mépris et la haine de ceux chez qui je me suis réfugié. » (Lettre à David Hume.) Il s'exprime de même dans ses lettres à ses amis d'Ivernois et du Peyrou, du 10 mai et du 31 mai 1766.

Ce fut Voltaire qui chercha à rejeter la paternité de la *Lettre au docteur Pansophe* sur l'abbé Coyer d'abord, et sur Borde ensuite. Le premier protesta. Il écrit le 2 janvier 1767 à Guy, libraire de J.-J. Rousseau: « Monsieur Guy, quoique je vous aie parlé hier de l'imputation que M. de Voltaire m'a faite de la *Lettre au docteur Pansophe*, je crains de ne vous l'avoir pas assez dit: quand vous écrirez à M. Rousseau, dites-lui que M. de Voltaire est l'unique source de ce bruit; que c'est lui qui l'a répandu par ses lettres à Paris et à Londres, et qu'il a reconnu lui-même son erreur dans la lettre que je vous ai communiquée: « Après avoir été informé, dit-il, que la Lettre « au docteur Pansophe est de M. de Bordes, de l'Académie de Lyon, etc. » Effectivement, cet académicien était à Londres lorsque la lettre a été imprimée en anglais. Vous savez l'admiration que j'ai toujours eue pour les grands talents de M. Rousseau, votre ami, et que j'ai toujours désapprouvé les persécutions qu'on lui suscite dans son malheur. Je serais très fâché qu'on me mît au nombre de ses persécuteurs, et, d'ailleurs, je n'ai jamais emprunté le

nom de personne. Je me sers du mien, ou je garde l'anonyme(32). » Reste donc le Lyonnais Borde (Voltaire écrit toujours Bordes, mais à tort). On peut voir dans la *Correspondance*(33) que Borde, comme l'abbé Coyer, niait être l'auteur de la Lettre que Voltaire tenait à lui faire endosser, et tout porte à penser que son désaveu était parfaitement sincère. Charles Borde a fait contre Rousseau des satires qui sont bien authentiquement de lui: la Prédiction tirée d'un vieux manuscrit, *la Profession de foi philosophique*(34); et quand on les compare à la *Lettre au docteur Pansophe*, il est impossible de conserver d'illusion et de croire que l'auteur des unes soit celui de l'autre, tant est grande la différence de la manière et du style.

Ces recherches nous ramènent donc à Voltaire, quoi qu'il dise. Lorsqu'il écrit à Borde(35): « L'abbé Coyer me jure qu'il n'est pas l'auteur de la *Lettre à Pansophe*; c'est donc vous qui l'êtes? Vous dites que ce n'est pas vous; c'est donc l'abbé Coyer. Il n'y a certainement que l'un de vous deux qui puisse l'avoir écrite. Le troisième n'existe pas, » il sait bien que ce troisième existe: c'est lui-même.

On verra, dans l'Avertissement de Beuchot, placé on tête des *Notes sur la lettre de M. de Voltaire à M. Hume*, que Decroix, le collaborateur de Condorcet à l'édition de Kehl, croyait à la paternité de Voltaire, et Beuchot lui-même n'ose se prononcer contre. Après avoir admis dans l'oeuvre voltairienne la *Vie de J.-J. Rousseau* et d'autres ouvrages, sur de simples présomptions, il aurait été illogique d'écarter la *Lettre au docteur Pansophe*.(L.Moland)

LETTRE AU DOCTEUR PANSOPHE ...

Quoi que vous en disiez, docteur Pansophe, je ne suis certainement pas la cause de vos malheurs: j'en suis affligé, et vos livres ne méritent pas de faire tant de scandale et tant de bruit; mais cependant ne devenez pas calomniateur, ce serait là le plus grand mal. J'ai lu, dans le dernier ouvrage que vous avez mis en lumière, une belle prosopopée où vous faites entendre, en plaisantant mal à propos, que je ne crois pas en Dieu. Le reproche est aussi étonnant que votre génie. Le jésuite Garasse, le jésuite Hardouin, et d'autres menteurs publics, trouvaient partout des athées; mais le jésuite Garasse, le jésuite Hardouin, ne sont pas bons à imiter. Docteur Pansophe, je ne suis athée ni dans mon coeur, ni dans mes livres; les honnêtes gens qui nous connaissent l'un et l'autre disent, en voyant votre article: *Hélas! le docteur Pansophe est méchant comme les autres hommes; c'est bien dommage.*

Judicieux admirateur de la bêtise et de la brutalité des sauvages, vous avez crié contre les sciences, et cultivé les sciences. Vous avez traité les auteurs et les philosophes de charlatans; et, pour prouver d'exemple, vous avez été auteur. Vous avez écrit contre la comédie avec la dévotion d'un capucin, et vous avez fait de méchantes comédies. Vous avez regardé comme une chose abominable qu'un satrape ou un duc eût du superflu, et vous avez copié de la musique pour des satrapes ou des ducs qui vous payaient avec ce superflu. Vous avez barbouillé un roman ennuyeux, où un pédagogue suborne honnêtement sa pupille en lui enseignant la vertu; et la fille modeste couche honnêtement avec le pédagogue; et elle souhaite de tout son coeur qu'il lui fasse un enfant; et elle parle toujours de sagesse avec son *doux* ami; et elle devient femme, mère, et la plus tendre amie d'un époux qu'elle n'aime pourtant pas; et elle vit et meurt en

raisonnant, mais sans vouloir prier Dieu. Docteur Pansophe, vous vous êtes fait le précepteur d'un certain Émile, que vous formez insensiblement par des moyens impraticables; et pour faire un bon chrétien, vous détruisez la religion chrétienne. Vous professez partout un sincère attachement à la révélation, en prêchant le déisme, ce qui n'empêche pas que chez vous les déistes et les philosophes conséquents ne soient des athées. J'admire, comme je le dois, tant de candeur et de justesse d'esprit; mais permettez-moi, de grâce, de croire en Dieu. Vous pouvez être un sophiste, un mauvais raisonneur, et par conséquent un écrivain pour le moins inutile, sans que je sois un athée. L'Être souverain nous jugera tous deux; attendons humblement son arrêt. Il me semble que j'ai fait de mon mieux pour soutenir la cause de Dieu et de la vertu, mais avec moins de bile et d'emportement que vous. Ne craignez-vous pas que vos inutiles calomnies contre les philosophes et contre moi ne vous rendent désagréable aux yeux de l'Être suprême, comme vous l'êtes déjà aux yeux des hommes?

Vos *Lettres de la montagne* sont pleines de fiel; cela n'est pas bien, Jean-Jacques. Si votre patrie vous a proscrit injustement, il ne faut pas la maudire ni la troubler. Vous avez certes raison de dire que vous n'êtes point philosophe. Le sage philosophe Socrate but la ciguë en silence: il ne fit pas de libelles contre l'aréopage ni même contre le prêtre Anitus, son ennemi déclaré; sa bouche vertueuse ne se souilla pas par des imprécations: il mourut avec toute sa gloire et sa patience; mais vous n'êtes pas un Socrate ni un philosophe.

Docteur Pansophe, permettez qu'on vous donne ici trois leçons, que la philosophie vous aurait apprises: une leçon de bonne foi, une leçon de bon sens, et une leçon de modestie.

Pourquoi dites-vous que le bonhomme si mal nommé *Grégoire le Grand*, quoiqu'il soit un saint, était un pape illustre, parce qu'il était bête et intrigant? J'ai vu constamment dans l'histoire que la bêtise et l'ignorance n'ont jamais fait de bien, mais au contraire toujours beaucoup de mal. Grégoire même bénit et loua les crimes de Phocas, qui avait assassiné et détrôné son maître, l'infortuné Maurice. Il bénit et loua les crimes de Brunehaut, qui est la honte de l'histoire de France. Si les arts et les sciences n'ont pas absolument rendu les hommes meilleurs, du moins ils sont méchants avec plus de discrétion; et quand ils font le mal, ils cherchent des prétextes, ils temporisent, ils se contiennent: on peut les prévenir, et les grands crimes sont rares. Il y a dix siècles, vous auriez été non seulement excommunié avec les chenilles, les sauterelles et les sorciers, mais brûlé ou pendu, ainsi que quantité d'honnêtes gens qui cultivent aujourd'hui les lettres en paix, et avouez que le temps présent vaut mieux. C'est à la philosophie que vous devez votre salut, et vous l'assassinez: mettez-vous à genoux, ingrat, et pleurez sur votre folie. Nous ne sommes plus esclaves de ces tyrans spirituels et temporels qui désolaient toute l'Europe; la vie est plus douce, les mœurs plus humaines, et les États plus tranquilles.

Vous parlez, docteur Pansophe, de la vertu des sauvages: il me semble pourtant qu'ils sont *magis extra vitia quam cum virtutibus*. Leur vertu est négative, elle consiste à n'avoir ni bons cuisiniers, ni bons musiciens, ni beaux meubles, ni luxe, etc. La vertu, voyez-vous, suppose des lumières, des réflexions, de la philosophie, quoique, selon vous, *tout homme qui réfléchît soit un animal dépravé*; d'où il s'ensuivrait en bonne logique que la vertu est impossible. Un ignorant, un sot complet n'est pas plus susceptible de vertu qu'un cheval ou qu'un singe; vous n'avez certes jamais vu cheval vertueux, ni singe vertueux. Quoique maître Aliboron tienne que votre prose est une prose *brûlante*, le public se plaint que vous n'avez jamais fait un bon syllogisme. Écoutez, docteur Pansophe: la bonne Xantippe grondait sans cesse, et vigoureusement, contre la philosophie et la raison de Socrate; mais la bonne Xantippe était une folle, comme tout le monde sait. Corrigez-vous.

Illustre Pansophe! la rage de blâmer vos contemporains vous fait louer à leurs dépens

des sauvages anciens et modernes sur des choses qui ne sont point du tout louables.

Pourquoi, s'il vous plaît, faites-vous dire à Fabricius que *le seul talent digne de Rome est de conquérir la terre*, puisque les conquêtes des Romains, et les conquêtes en général, sont des crimes, et que vous blâmez si fortement ces crimes dans votre plan ridicule d'une paix perpétuelle. Il n'y a certainement pas de vertu à *conquérir la terre*. Pourquoi, s'il vous plaît, faites-vous dire à Curius, comme une maxime respectable, *qu'il aimait mieux commander à ceux qui avaient de l'or que d'avoir de l'or*? C'est une chose en elle-même indifférente d'avoir de l'or; mais c'est un crime de vouloir, comme Curius, commander injustement à ceux qui en ont. Vous n'avez pas senti tout cela, docteur Pansophe, parce que vous aimez mieux faire de bonne prose que de bons raisonnements. Repentez-vous de cette mauvaise morale, et apprenez la logique.

Mon ami Jean-Jacques, ayez de la bonne foi. Vous qui attaquez ma religion, dites-moi, je vous prie, quelle est la vôtre? Vous vous donnez, avec votre modestie ordinaire, pour le restaurateur du christianisme en Europe; vous dites que *la religion, décréditée en tout lieu, avait perdu son ascendant jusque sur le peuple, etc.* Vous avez en effet décrié les miracles de Jésus, comme l'abbé de Prades, pour relever le crédit de la religion. Vous avez dit que l'on ne pouvait s'empêcher de croire l'Évangile de Jésus, parce qu'il était incroyable! ainsi Tertullien disait hardiment qu'il était sûr que le Fils de Dieu était mort, parce que cela était impossible: *Mortuus est Dei Filius; hoc certum est quia impossibile.* Ainsi, par un raisonnement similaire, un géomètre pourrait dire qu'il est évident que les trois angles d'un triangle ne sont pas égaux à deux droits, parce qu'il est évident qu'ils le sont. Mon ami Jean-Jacques, apprenez la logique, et ne prenez pas, comme Alcibiade, les hommes pour autant de têtes de choux.

C'est sans contredit un fort grand malheur de ne pas croire à la religion chrétienne, qui est la seule vraie entre mille autres qui prétendent aussi l'être: toutefois, celui qui a ce malheur peut et doit croire en Dieu. Les fanatiques, les bonnes femmes, les enfants et le docteur Pansophe, ne mettent point de distinction entre l'athée et le déiste. O Jean-Jacques! vous avez tant promis à Dieu et à la vérité de ne pas mentir; pourquoi mentez-vous contre votre conscience? Vous êtes, à ce que vous dites, *le seul auteur de votre siècle et de plusieurs autres, qui ait écrit de bonne foi.* Vous avez écrit sans doute de bonne foi que *la loi chrétienne est, au fond, plus nuisible qu'utile à la forte constitution d'un État; que les vrais chrétiens sont faits pour être esclaves, et sont lâches;* qu'il ne faut pas apprendre le catéchisme aux enfants, parce qu'ils n'ont pas l'esprit de croire en Dieu, etc. Demandez à tout le monde si ce n'est pas le déisme tout pur: donc vous êtes athée ou chrétien comme les déistes, ainsi qu'il vous plaira, car vous êtes un homme inexplicable. Mais, encore une fois, apprenez la logique, et ne vous faites plus brûler mal à propos. Respectez, comme vous le devez, des honnêtes gens qui n'ont pas du tout envie d'être athées, ni mauvais raisonneurs, ni calomnieux. Si tout citoyen oisif est un fripon, voyez quel titre mérite un citoyen faussaire qui est arrogant avec tout le monde, et qui veut être possesseur exclusif de toute la religion, la vertu et la raison qu'il y a en Europe. *Vae misero! lilia nigra videntur, pallentesque rosae.* Soyez chrétien, Jean-Jacques, puisque vous vous vantez de l'être à toute force; mais, au nom du bon sens et de la vérité, ne vous croyez le seul *maître en Israël.*

Docteur Pansophe, soyez modeste, s'il vous plaît. Autre leçon importante: pourquoi dire à l'archevêque de Paris que vous êtes *né avec quelques talents*? Vous n'êtes sûrement pas né avec le talent de l'humilité ni de la justesse d'esprit. Pourquoi dire au public que vous avez refusé l'éducation d'un prince, et avertir fièrement qu'il appartiendra de ne pas vous faire dorénavant de pareilles propositions? Je crois que cet avis au public est plus vain qu'utile: quand même Diogène, une fois connu, dirait aux passants: *Achetez votre maître*, on le laisserait dans son tonneau avec tout son orgueil et toute sa folie. Pourquoi dire que la mauvaise *profession de foi* du Vicaire allobroge *est le meilleur écrit qui ait paru dans ce siècle*? Vous mentez fièrement, Jean-Jacques: un bon écrit est celui qui éclaire les hommes et les confirme dans le bien; et un mauvais écrit est celui qui

épaissit le nuage qui leur cache la vérité, qui les plonge dans de nouveaux doutes, et les laisse sans principes. Pourquoi répéter continuellement, avec une arrogance sans exemple, que vous bravez vos *sots lecteurs* et le *sot public*? Le public n'est pas sot: il brave à son tour la démenche qui vit et médit à ses dépens. Pourquoi, ô docteur Pansophe! dites-vous bonnement *qu'un État sensé aurait élevé des statues à l'auteur d'Émile*? C'est que l'auteur d'Émile est comme un enfant, qui, après avoir soufflé des boules de savon, ou fait des ronds en crachant dans un puits, se regarde comme un être très important. Au reste, docteur, si on ne vous a pas élevé de statues, on vous a gravé; tout le monde peut contempler votre visage et votre gloire au coin des rues. Il me semble que c'en est bien assez pour un homme qui ne veut pas être philosophe, et qui en effet ne l'est pas. *Quam pulchrum est digito monstrari, et dici: Hic est!* Pourquoi mon ami Jean-Jacques vante-t-il à tout propos sa vertu, son mérite et ses talents? C'est que l'orgueil de l'homme peut devenir aussi fort que la bosse des chameaux de l'Idumée, ou que la peau des onagres du désert. Jésus disait qu'il était *doux et humble de coeur*; Jean-Jacques, qui prétend être son écolier, mais un écolier mutin qui chicane souvent avec son maître, n'est ni doux ni humble de coeur. Mais ce ne sont pas là mes affaires. Il pourrait cependant apprendre que le vrai mérite ne consiste pas à être singulier, mais à être raisonnable. L'Allemand Corneille Agrippa a aboyé longtemps avant lui contre les sciences et les savants; malgré cela il n'était point du tout un grand homme.

Docteur Pansophe, on m'a dit que vous vouliez aller en Angleterre. C'est le pays des belles femmes et des bons philosophes. Ces belles femmes et ces bons philosophes seront peut-être curieux de vous voir, et vous vous ferez voir. Les gazetiers tiendront un registre exact de tous vos faits et gestes, et parleront du grand Jean-Jacques comme de l'éléphant du roi et du zèbre de la reine: car les Anglais s'amuse des productions rares de toutes espèces, quoiqu'il soit rare qu'ils estiment. On vous montrera au doigt à la comédie, si vous y allez; et on dira: Le voilà cet éminent génie qui nous reproche de n'avoir pas un bon naturel, et qui dit que les sujets de Sa Majesté ne sont pas libres! C'est là ce prophète du lac de Genève, qui a prédit au verset 45e de son apocalypse nos malheurs et notre ruine parce que nous sommes riches. On vous examinera avec surprise depuis les pieds jusqu'à la tête, en réfléchissant sur la folie humaine. Les Anglaises, qui sont, vous dis-je, très belles, riront lorsqu'on leur dira que vous voulez que les femmes ne soient que des femmes, des femelles d'animaux; qu'elles s'occupent uniquement du soin de faire la cuisine pour leurs maris, de raccommoier leurs chemises et leur donner, dans le sein d'une vertueuse ignorance, du plaisir et des enfants. La belle et spirituelle duchesse d'A... r, milady de..., de..., de..., lèveront les épaules, et les hommes vous oublieront en admirant leur visage et leur esprit. L'ingénieur lord W... e, le savant lord L... n, les philosophes milord C... d, le duc de G... n, sir F... x, sir C... d, et tant d'autres, jetteront un coup d'oeil sur vous, et iront de là travailler au bien public ou cultiver les belles-lettres, loin du bruit et du peuple, sans être pour cela des animaux dépravés. Voilà, mon ami Jean-Jacques, ce que j'ai lu dans le grand livre du destin; mais vous en serez quitte pour mépriser souverainement les Anglais, comme vous avez méprisé les Français, et votre mauvaise humeur les fera rire. Il y aurait cependant un parti à prendre pour soutenir votre crédit et vous faire peut-être, à la longue, élever des statues: ce serait de fonder une église de votre religion, que personne ne comprend; mais ce n'est pas là une affaire. Au lieu de prouver votre mission par des miracles, qui vous déplaisent, ou par la raison, que vous ne connaissez pas, vous en appellerez au sentiment intérieur, à cette voix divine qui parle si haut dans le coeur des illuminés, et que personne n'entend. Vous deviendrez puissant en oeuvres et en paroles, comme George Fox, le révérend Whitfield, etc., sans avoir à craindre l'animadversion de la police, car les Anglais ne punissent point ces folies-là. Après avoir prêché et exhorté vos disciples, dans votre style apocalyptique, vous les mènerez brouter l'herbe dans Hyde-Park, ou manger du gland dans la forêt de Windsor, en leur recommandant toutefois de ne pas se battre comme les autres sauvages, pour une pomme ou une racine, parce que la police *corrompue* des Européens ne vous permet pas de suivre votre système dans toute son étendue. Enfin lorsque vous aurez consommé ce grand ouvrage, et que vous sentirez les approches de la mort, vous vous traînerez à quatre pattes dans l'assemblée des bêtes, et vous leur

tiendrez, ô Jean-Jacques, le langage suivant:

« Au nom de la sainte vertu, *Amen*. Comme ainsi soit, mes frères, que j'ai travaillé sans relâche à vous rendre sots et ignorants, je meurs avec la consolation d'avoir réussi, et de n'avoir point jeté mes paroles en l'air. Vous savez que j'ai établi des cabarets pour y noyer votre raison, mais point d'académie pour la cultiver: car, encore une fois, un ivrogne vaut mieux que tous les philosophes de l'Europe. N'oubliez jamais mon histoire du régiment de Saint-Gervais, dont tous les officiers et les soldats ivres dansaient avec édification dans la place publique de Genève, comme un saint roi juif dansa autrefois devant l'arche. Voilà les honnêtes gens. Le vin et l'ignorance sont le sommaire de toute la sagesse. *Les hommes sobres sont fous*; les ivrognes sont francs et vertueux. Mais je crains ce qui peut arriver, c'est-à-dire que la science, cette mère de tous les crimes et de tous les vices, ne se glisse parmi vous. L'ennemi rôde autour de vous; il a la subtilité du serpent et la force du lion; il vous menace. Peut-être, hélas! bientôt le luxe, les arts, la philosophie, la bonne chère, les auteurs, les perruquiers, les prêtres et les marchandes de mode, vous empoisonneront et ruineront mon ouvrage. O sainte vertu! détourne tous ces maux! Mes petits enfants, obstinez-vous dans votre ignorance et votre simplicité; c'est-à-dire, soyez toujours vertueux, car c'est la même chose. Soyez attentifs à mes paroles; que ceux qui ont des oreilles entendent. Les mondains vous ont dit: *Nos institutions sont bonnes; elles nous rendent heureux*; et moi, je vous dis que leurs institutions sont abominables et les rendent malheureux. Le vrai bonheur de l'homme est de vivre seul, de manger des fruits sauvages, de dormir sur la terre nue ou dans le creux d'un arbre, et de ne jamais penser. Les mondains vous ont dit: *Nous ne sommes pas des bêtes féroces, nous faisons du bien à nos semblables; nous punissons les vices, et nous nous aimons les uns et les autres*; et moi, je vous dis que tous les Européens sont des bêtes féroces ou des fripons; que toute l'Europe ne sera bientôt qu'un affreux désert; que les mondains ne font du bien que pour faire du mal; qu'ils se haïssent tous et qu'ils récompensent le vice. O sainte vertu! Les mondains vous ont dit: *Vous êtes des fous; l'homme est fait pour vivre en société, et non pour manger du gland dans les bois*; et moi, je vous dis que vous êtes les seuls sages, et qu'ils sont fous et méchants: l'homme n'est pas plus fait pour la société, qui est nécessairement l'école du crime, que pour aller voler sur les grands chemins. O mes petits enfants, restez dans les bois, c'est la place de l'homme. O sainte vertu! Émile, mon premier disciple, est selon mon coeur; il me succédera. Je lui ai appris à lire, et à écrire, et à parler beaucoup; c'en est assez pour vous gouverner. Il vous lira quelquefois la Bible, l'excellente histoire de Robinson Crusoé, et mes ouvrages; il n'y a que cela de bon. La religion que je vous ai donnée est fort simple: adorez un Dieu; mais ne parlez pas de lui à vos enfants; attendez qu'ils devinent d'eux-mêmes qu'il y en a un. Fuyez les médecins des âmes comme ceux des corps; ce sont des charlatans: quand l'âme est malade, il n'y a point de guérison à espérer, parce que j'ai dit clairement que le retour à la vertu est impossible; cependant les homélies éloquentes ne sont pas inutiles; il est bon de désespérer les méchants et de les faire sécher de honte ou de douleur, en leur montrant la beauté de la vertu, qu'ils ne peuvent plus aimer. J'ai cependant dit le contraire dans d'autres endroits; mais cela n'est rien. Mes petits enfants, je vous répète encore mn grande leçon, bannissez d'entre vous la raison et la philosophie, comme elles sont bannies de mes livres. Soyez machinalement vertueux; ne pensez jamais, ou que très rarement; rapprochez-vous sans cesse de l'état des bêtes, qui est votre état naturel. A ces causes, je vous recommande la *sainte vertu*. Adieu, mes petits enfants; je meurs. Que Dieu vous soit en aide! *Amen*. »

Docteur Pansophe, écoutez à présent ma profession de foi; vous l'avez rendue nécessaire. La voici telle que je l'offrirai hardiment au public, qui est mon juge et le vôtre:

J'adore un Dieu créateur, intelligent, vengeur et rémunérateur; je l'aime et le sers le mieux que je puis dans les hommes mes semblables. O Dieu! qui vois mon coeur et ma raison, pardonne-moi mes offenses, comme je pardonne celles de Jean-Jacques

Pansophe, et fais que je t'honore toujours dans mes semblables.

Pour le reste, je crois qu'il fait jour en plein midi, et que les aveugles ne s'en aperçoivent point. Sur ce, grand docteur Pansophe, je prie Dieu qu'il vous ait en sa sainte garde, et suis philosophiquement votre ami et votre serviteur.

V***

(Avril 1766.)

FIN DE LA LETTRE AU DOCTEUR PANSOPHE.

Note_29 La comtesse de Fontaine-Martel, née vers 1662, morte à Paris, entre les bras de Voltaire, le 22 janvier 1733. Voyez *Oeuvres complètes de Montesquieu*, édition Laboulaye, tome VII, page 240.

Note_30 « Je n'ai pas encore pu vaincre, dit Grimm (novembre 1766), la conviction intérieure qui me crie qu'elle (la *Lettre*) appartient à M. de Voltaire, malgré toutes ses protestations. »

Note_31 Voyez l'*Année littéraire*, 1766, tome vii, pages 19 et 56, et surtout page 175.

Note_32 *Oeuvres diverses de J.-J. Rousseau*, citoyen de Genève, Neufchâtel, 1768. 8 volumes, tome vii. — *Oeuvres complètes de l'abbé Coyer*, 7 volumes in-12, t. vii, pages 463-464.

Note_33 Lettre à Borde, du 15 décembre 1766.

Note_34 *Oeuvres diverses*, 2 volumes, in-8° en deux parties chacun; Lyon, Faucheux, 1783.

Note_35 Lettre à Borde, du 15 décembre 1766.

OEUVRES
DE
VOLTAIRE

AVEC
PRÉFACES, AVERTISSEMENTS,
NOTES, ETC.

PAR M. BEUCHOT.

TOME I.
MÉLANGES. — TOME ~~XXIV~~ I



A PARIS,
CHEZ LEFÈVRE, LIBRAIRE,
RUE DE L'ÉPERON, N° 6.
FIRMIN DIDOT FRÈRES, LIBRAIRES,
RUE JACOB, N° 24.
M DCCC XXXIV.

respecte, plus je suis persuadé qu'il aurait lui-même corrigé beaucoup de ces Pensées, qu'il avait jetées au hasard sur le papier pour les examiner ensuite : et c'est en admirant son génie que je combats quelques unes de ses idées.

Il me paraît qu'en général l'esprit dans lequel M. Pascal écrivit ces Pensées, était de montrer l'homme dans un jour odieux ; il s'acharne à nous peindre tous méchants et malheureux ; il écrit contre la nature humaine à peu près comme il écrivait contre les jésuites. Il impute à l'essence de notre nature ce qui n'appartient qu'à certains hommes : il dit éloquentement des injures au genre humain.

J'ose prendre le parti de l'humanité contre ce misanthrope sublime ; j'ose assurer que nous ne sommes ni si méchants ni si malheureux qu'il le dit. Je suis de plus très persuadé que s'il avait suivi, dans le livre qu'il méditait, le dessein qui paraît dans ses Pensées, il aurait fait un livre plein de paralogismes éloquentes, et de faussetés admirablement déduites. On dit même ¹

¹ 1741, dans le tome II des *Lettres sur les vrais principes de la religion* (par mademoiselle Hubert) ; elle a été réimprimée dans le volume intitulé : *Lettres critiques sur les Lettres philosophiques* (Saint-Omer), 1753, in-12, dont il existe des exemplaires avec l'adresse de Paris, Duchesne, 1754 ; et encore (sous le titre de *Sentiments de M^{me} sur la critique des Pensées de Pascal*) dans le volume intitulé : *Apologie de la métaphysique, à l'occasion du Discours préliminaire de l'Encyclopédie*, Amsterdam, 1753, petit in-8°. Les *Pièces philosophiques et littéraires, par M. B.* (Boullier), 1759, in-12, contiennent des corrections, additions et supplément aux *Lettres* publiées en 1753.

C'est de Boullier que sont extraites les observations qu'on trouve dans le *Dictionnaire de Chauffepié*, à l'article PASCAL. B.

¹ Les éditions antérieures à 1748 portent : *Je crois même. B.*

OEUVRES
COMPLÈTES
DE VOLTAIRE.

NOUVELLE ÉDITION.

POÉSIES. — TOME I.



À PARIS,
CHEZ, THOMINE ET FORTIC, LIBRAIRES,
RUE ST.-ANDRÉ-DES-ARCS, N^o. 59.

M. DCCC. XXI.

Les Italiens s'accoutument assez des saints, et les Anglais ont donné beaucoup de réputation au diable; mais bien des idées qui seraient sublimes pour eux, ne nous paraîtraient qu'extravagantes. Je me souviens que lorsque je consultai, il y a plus de douze ans, sur ma *Henriade*, feu M. Malezieux, homme qui joignait une grande imagination à une littérature immense, il me dit : « Vous entre-
 » prenez un ouvrage qui n'est pas fait pour notre nation ;
 » les Français n'ont pas la tête épique. » Ce furent ses propres paroles, et il ajouta : « Quand vous écririez aussi
 » bien que MM. Racine et Despréaux, ce sera beaucoup
 » si on vous lit. »

C'est pour me conformer à ce génie sage et exacte, qui règne dans le siècle où je vis, que j'ai choisi un héros véritable au lieu d'un héros fabuleux; que j'ai décrit des guerres réelles, et non des batailles chimériques; que je n'ai employé aucune fiction qui ne soit une image sensible de la vérité. Quelque chose que je dise de plus sur cet ouvrage, je ne dirai rien que les critiques éclairés ne sachent; c'est à la *Henriade* seule à parler en sa défense, et au temps seul de désarmer l'envie.

FIN DE L'ESSAI SUR LA POÉSIE ÉPIQUE.

OEUVRES
COMPLÈTES
DE
VOLTAIRE
NOUVELLE ÉDITION

REVUE
PAR M. LÉON THIESSÉ.

ÉPITRES ET POÉSIES MÊLÉES.



PARIS.
POURRAT FRÈRES ET C^{ie},
RUE DES PETITS-AUGUSTINS, N^o 5.
M DCCC XXXI.

Cette fille resta pourvue
De doux appas que sa pudeur
Ne déroba point à la vue ;
Même elle fut plus dissolue
Que son père et son créateur.
Que cet exemple si flatteur
Par vos beaux soins se perpétue !

XCVII.

A L'AUTEUR

DU LIVRE DES *TROIS IMPOSTEURS*.*.

1771.

Inspide écrivain, qui crois à tes lecteurs
Crayonner les portraits de tes *Trois Imposteurs*,
D'où vient que, sans esprit, tu fais le quatrième ?
Pourquoi, pauvre ennemi de l'Essence suprême,
Confonds-tu Mahomet avec le Créateur,
Et les œuvres de l'homme avec Dieu, son auteur ?...
Corrige le valet, mais respecte le maître ;
Dieu ne doit point pâtir des sottises du prêtre :
Reconnaissons ce Dieu, quoique très mal servi.

De lézards et de rats mon logis est rempli :
Mais l'architecte existe ; et quiconque le nie,
Sous le manteau du sage est atteint de manie.

ÉPÎTRES ET POÉSIES MÉLÉES.

17

OEUVRES
DE
VOLTAIRE

AVEC
PRÉFACES, AVERTISSEMENTS,
NOTES, ETC.

PAR M. BEUCHOT.

TOME I.
MÉLANGES. — TOME ~~II~~ **I**



A PARIS,
CHEZ LEFÈVRE, LIBRAIRE,
RUE DE L'ÉPERON, N° 6.
FIRMIN DIDOT FRÈRES, LIBRAIRES,
RUE JACOB, N° 24.
M DCCC XXXIV.

les passions humaines ont pu mêler à son ouvrage. Le mal que vous craignez est passager, et le bien sera durable.

Voltaire fut du moins un des plus constants adorateurs de la Divinité :

Si Dieu n'existait pas, il faudrait l'inventer.

Ce beau vers fut une des pensées de sa vieillesse¹, et c'est le vers d'un philosophe. Quand on ira visiter le séjour qu'il a long-temps embelli et vivifié, on lira son nom sur le frontispice d'un temple simple et rustique, élevé, par son ordre et sous ses yeux, au Dieu qu'il avait chanté². Ses vassaux, qui l'ont perdu, leurs enfants, héritiers de ses bienfaits, diront au voyageur qui se sera détourné pour voir Ferney : « Voilà les « maisons qu'il a bâties, les retraites qu'il a données « aux arts utiles, les terres qu'il a rendues à la cul- « ture, et dérobées à l'avidité des exacteurs. Cette « colonie nombreuse et florissante est née sous ses « auspices, et a remplacé un désert. Voilà les bois, « les avenues, les sentiers où nous l'avons vu tant de « fois. C'est ici que s'arrêta le chariot qui portait la « famille désolée de Calas ; c'est là que tous ces infor- « tunés l'environnèrent en embrassant ses genoux. Re- « gardez cet arbre consacré par la reconnaissance, et « que le fer n'abattra point ; c'est celui sous lequel « il était assis quand des laboureurs ruinés vinrent

¹ Voltaire avait soixante-quatorze ou soixante-quinze ans quand il fit ce vers, qui est dans l'*Épître à l'auteur du livre Des trois Imposteurs* ; voyez tome XIII, page 265. B.

² Il avait fait mettre cette inscription : DEO EREXIT VOLTAIRE ; voyez tome XLVIII, page 373. B.

OEUVRES
COMPLÈTES
DE VOLTAIRE

UNIVERSITY
NOTES, PRÉFACES, AVERTISSEMENS, REMARQUES
HISTORIQUES ET LITTÉRAIRES.

CORRESPONDANCE GÉNÉRALE.

TOME VIII.



PARIS.
ARMAND-AUBRÉE, ÉDITEUR,
RUE TARANNE, n° 14.

M DCCC XXX.

que celle de brigadier, d'autant plus qu'ils ont des brigadiers à leur service. Il n'y a pas long-temps que M. le brigadier Courtmichon se fit annoncer chez moi ; c'était un employé au bureau de la douane.

Madame Denis, qui est véritablement votre cousine, vous fait les plus tendres complimens ; je présente mes très humbles obéissances à madame la brigadière.

451. — A M. LE MARÉCHAL DUC DE RICHELIEU.

1^{er} novembre.

Ah, ah ! mon héros est aussi philosophe ! il a mis le doigt dessus, il a découvert tout d'un coup le pot aux roses. Je ne suis pas étonné qu'il juge si bien de Cicéron, mais je suis surpris qu'au milieu de tant d'affaires et de plaisirs qui ont partagé sa vie, il ait eu le temps de le lire. Il l'a lu avec fruit, il le définit très bien. L'auteur du *Système de la Nature* est encore plus bavard ; et le système fondé sur des anguilles faites avec de la farine est digne de notre pauvre siècle.

Cette fausse expérience n'avait point été faite du temps de Mirabaud ; et Mirabaud, notre secrétaire perpétuel, était incapable d'écrire une page de philosophie.

Quel que soit l'auteur, il faut l'ignorer ; mais il était pour moi de la plus grande importance, dans les circonstances présentes, qu'on sût que je n'approuve pas ses principes. Je suis persuadé d'ailleurs que mon héros n'est pas mécontent de la modestie de ma petite *drôlerie*. Je lui aurais bien de l'obligation, et il ferait une action fort méritoire, si, dans ses goguettes avec le roi, il avait la bonté de glisser gaiement, à son ordinaire, que j'ai réfuté ce livre qui fait tant de bruit, et que le roi lui-même a donné à M. Séguier pour le faire ardre.

Au reste, je pense qu'il est toujours très bon de soutenir la doctrine de l'existence d'un Dieu rémunérateur et vengeur ; la société a besoin de cette opinion. Je ne sais si vous connaissez ce vers :

Si Dieu n'existait pas, il faudrait l'inventer.

Le saut est grand de Dieu à la comédie : je sais bien que ce tripot est plus difficile à conduire qu'une armée ; les gens tenant la comédie, et les gens tenant le parlement sont un peu difficiles ; mais, en tout cas, je vous envoie une pièce qui m'est tombée entre les mains, et dans laquelle j'ai cor-

OEUVRES

DE

[VOLTAIRE. Works.]
1829-1834

AVEC

PRÉFACES, AVERTISSEMENTS,
NOTES, ETC.

PAR M. BEUCHOT.

TOME LXVI.

CORRESPONDANCE. — TOME XVI.



A PARIS,

CHEZ LEFÈVRE, LIBRAIRE,
RUE DE L'ÉPERON, N° 6.

FIRMIN DIDOT FRÈRES, LIBRAIRES,
RUE JACOB, N° 24.

M DCCC XXXIII.

tage. Il se peut, sans doute, que Dieu ait accordé la pensée à une monade, qu'il fera penser après nous; rien n'est contradictoire dans cette idée.

Au milieu de tous les doutes qu'on tourne depuis quatre mille ans en quatre mille manières, le plus sûr est de ne jamais rien faire contre sa conscience. Avec ce secret, on jouit de la vie, et on ne craint rien à la mort.

Il n'y a que des charlatans qui soient certains. Nous ne savons rien des premiers principes. Il est bien extravagant de définir Dieu, les anges, les esprits, et de savoir précisément pourquoi Dieu a formé le monde, quand on ne sait pas pourquoi on remue son bras à sa volonté.

Le doute n'est pas un état bien agréable, mais l'assurance est un état ridicule.

Ce qui révolte le plus dans le *Système de la Nature* (après la façon de faire des anguilles avec de la farine), c'est l'audace avec laquelle il décide qu'il n'y a point de Dieu, sans avoir seulement tenté d'en prouver l'impossibilité. Il y a quelque éloquence dans ce livre; mais beaucoup plus de déclamation, et nulle preuve. L'ouvrage est pernicieux pour les princes et pour les peuples:

Si Dieu n'existait pas, il faudrait l'inventer.

Mais toute la nature nous crie qu'il existe; qu'il y a une intelligence suprême, un pouvoir immense, un

* Vers 22 de l'Épître à l'auteur du livre des Trois Imposteurs; voyez tome XIII, page 265, B.

ordre admirable, et tout nous instruit de notre dépendance.

Dans notre ignorance profonde faisons de notre mieux ; voilà ce que je pense, et ce que j'ai toujours pensé, parmi toutes les misères et toutes les sottises attachées à soixante-dix-sept ans de vie.

Votre altesse royale a devant elle la plus belle carrière. Je lui souhaite et j'ose lui prédire un bonheur digne d'elle et de ses sentiments. Je vous ai vu enfant, monseigneur ; je vins dans votre chambre quand vous aviez la petite-vérole : je tremblais pour votre vie. Monseigneur votre père m'honorait de ses bontés ; vous daignez me combler de la même grace, c'est l'honneur de ma vieillesse, et la consolation des maux sous lesquels elle est prête à succomber. Je suis avec un profond respect, monseigneur, de votre altesse royale, etc.

6005. A M. VERNES.

30 novembre.

Le vieux malade à qui M. Vernes a fait la faveur d'écrire est actuellement dans un état déplorable. Dès qu'il sera un peu mieux, il suppliera M. Vernes de vouloir bien ne pas oublier de le venir voir avec son ami M. Palissot. Il présente ses respects à l'un et à l'autre. V.

6006. A CHRISTIAN VII.

Novembre.

Sire, M. Dalember m'a instruit des bontés de votre majesté pour moi¹. Tant de générosité de votre

¹ La lettre de Dalember manque ; mais voyez lettres 5986 et 6009. B.

ESSAIS
DE
THEODICÉE

Sur la BONTÉ DE DIEU, la LIBERTÉ DE L'HOMME, & L'ORIGINE DU MAL.

PAR MONSIEUR
GOD. GUIL. LEIBNITZ.

*Nouvelle Edition, augmentée de l'Histoire
de la VIE & des OUVRAGES
de l'Auteur, par M. le Chevalier DE
JAUCOURT.*

TOME SECOND.



A LAUSANNE.

Chez MARC-MIC. BOUSQUET & Comp.

M D C C L X.

Numérisé par Google

Cette Maxime est très-bonne : les louanges de Dieu ne lui servent de rien, mais elles servent aux hommes qui le louent, & il a voulu leur bien. Cependant quand on dit que la *bonté seule* a déterminé Dieu à créer cet Univers, il est bon d'ajouter que la *BONTE* l'a porté *antecedemment* à créer & à produire tout bien possible ; mais que la *SAGESSE* en a fait le triage, & a été cause qu'il a choisi le meilleur *consequemment* ; & enfin que la *PUISANCE* lui a donné le moyen d'exécuter *actuellement* le grand dessein qu'il a formé.

117. II. *La bonté de l'Être infiniment parfait est infinie, & ne seroit pas infinie si l'on pouvoit concevoir une bonté plus grande que la sienne. Ce caractère d'infinité convient à toutes ses autres perfections, à l'amour de la vertu, à la haine du vice, &c : elles doivent être les plus grandes que l'on puisse concevoir. [Voyez M. Jurieu dans les trois premières sections du Jugement sur les Methodes, où il raisonne continuellement sur ce principe ; comme sur une première notion. Voyez aussi dans M. Wittichius de Providentia Dei n. 12. ces paroles de S. Augustin lib. 1. de doctrina christ. c. 7. Cum cogitatur Deus, ita cogitatur, ut aliquid, quo nihil melius sit*

fit atque sublimius. *Et paulò post* : Nec quisquam inveniri potest , qui hoc Deum credat esse , quo melius aliquid est]

Cette Maxime est parfaitement à mon gré , & j'en tire cette conséquence , que Dieu fait le meilleur qui soit possible : autrement ce seroit borner l'exercice de sa bonté , ce qui seroit borner sa bonté elle-même , si elle ne l'y portoit pas , s'il manquoit de bonne volonté ; ou bien ce seroit borner sa sagesse & sa puissance , s'il manquoit de la connoissance nécessaire pour discerner le meilleur & pour trouver les moyens de l'obtenir ; ou s'il manquoit des forces nécessaires pour employer ces moyens. Cependant il y a de l'ambiguïté à dire que l'amour de la vertu & la haine du vice sont infinies en Dieu : si cela étoit vrai absolument & sans restriction , dans l'exercice même , il n'y auroit point de vice dans le monde. Mais quoique chaque perfection de Dieu soit infinie en elle-même , elle n'est exercée qu'à proportion de l'objet , & comme la nature des choses le porte : ainsi l'amour du meilleur dans le tout , l'emporte sur toutes les autres inclinations ou haines particulières : il est le seul dont l'exercice même soit absolument infini , rien ne pouvant empêcher Dieu de

VOLTAIRE

A

FERNEY

SA CORRESPONDANCE
AVEC LA DUCHESSE DE SAXE-GOTHA

SUIVIE
DE LETTRES ET DE NOTES HISTORIQUES
entièrement inédites

RECUEILLIES ET PUBLIÉES

PAR MM. ÉVARISTE BAVOUX ET A. F.



PARIS

LIBRAIRIE ACADEMIQUE
DIDIER ET C^e, LIBRAIRES-ÉDITEURS
35, QUAI DES AUGUSTINS

1860

Réserve de tous droits

avoir entendu des discours atroces, qui ont fait germer dans son cœur la résolution du parricide. Pierre Damiens n'était qu'un vil fanatique de la populace, comme l'ont été les assassins des princes d'Orange, du grand roi Henri IV et tant d'autres. Son crime n'a été que le fruit de quelques discours séditieux et emportés, sans but et sans dessein ; du moins on n'a pas, jusqu'à présent, découvert la moindre apparence de complot. C'est un chien qui a gagné la rage de quelques chiens convulsionnaires et jansénistes qui aboyaient au hasard. Les jésuites triomphent de voir les rois assassinés par d'autres que par eux et par les jacobins. C'est à présent le tour des jansénistes. Que d'horreurs, madame, et que le meilleur des mondes possibles est affreux !

Quatre cent mille soldats vont donc inonder le nord de l'Allemagne ! Il faudra toute la prudence de Votre Altesse Sérénissime pour que le contre-coup d'un choc si terrible ne se fasse pas sentir jusque dans vos États. Vous êtes au milieu des parties belligérantes : puissiez-vous leur inspirer l'esprit de paix et de justice qui anime votre cœur ! Je fais, du fond de ma retraite, mille vœux pour toute votre auguste maison et pour Votre Altesse Sérénissime, qui connaît mon profond respect et mon tendre attachement.

ENVOI DE M. D'ARGENSON A VOLTAIRE.

6 janvier, à Versailles.

Hier au soir, sur les six heures un quart, le roi quitte M. le dauphin et madame la dauphine pour monter en carrosse et

REPUBLIQUE OCCIDENTALE.

Ordre et Progrès. — Vivre pour autrui.

CATÉCHISME POSITIVISTE,

OU

SOMMAIRE EXPOSITION DE LA RELIGION UNIVERSELLE,

EN ONZE ENTRETIENS SYSTÉMATIQUES

entre une Femme et un Prêtre de l'**HUMANITÉ**;

PAR AUGUSTE COMTE,

Auteur du *Système de philosophie positive*,
et du *Système de politique positive*.

L'amour pour principe;
L'Ordre pour base.
Et le Progrès pour but.

PRIX DE CE VOLUME : TROIS FRANCS.

PARIS.

CHEZ L'AUTEUR, 40, RUE MONSIEUR-LE-PRINCE;

ET CHEZ CARILIAN-GOËURY ET V^{OR} DALMONT,

LIBRAIRES DES CORPS DES PONTS ET CHAUSSÉES ET DES MINES,

quai des Augustins, n^o 49.

Octobre 1852

Soixante-quatrième année de la grande révolution.



Numérisé par Google

LA
GRANDE-DUCHESSE

DE GÉROLSTEIN

OPÉRA-BOUFFE EN TROIS ACTES, QUATRE TABLEAUX

PAR

HENRI MEILHAC & LUDOVIC HALÉVY

MUSIQUE DE

J. OFFENBACH



PARIS

MICHEL LÉVY FRÈRES, LIBRAIRES ÉDITEURS
RUE VIVIENNE, 2 BIS, ET BOULEVARD DES ITALIENS, 15
A LA LIBRAIRIE NOUVELLE

MDCCCLXVII

ACTE PREMIER

37

LE PRINCE PAUL.

Vous me dites toujours ça... Mon mariage a été annoncé à toutes les cours de l'univers... Il a les yeux sur moi, l'univers... et il doit commencer à trouver que je fais une drôle de figure...

LA GRANDE-DUCHESSE, le regardant en riant.

Le fait est que si l'univers vous regarde dans ce moment-ci...

LE PRINCE PAUL. •

Et puis, il y a encore quelque chose qui m'est plus sensible que tout...

LA GRANDE-DUCHESSE.

Et quoi donc, mon Dieu?...

LE PRINCE PAUL, tirant de sa poche un petit journal (les *Petites-Affiches* comme dimension.)

Voyez, Altesse...

LA GRANDE-DUCHESSE.

Qu'est-ce que c'est que ça ?

LE PRINCE PAUL.

C'est une gazette imprimée en Hollande... on parle de moi là-dedans.

LA GRANDE-DUCHESSE.

Allons donc...

LE PRINCE PAUL.

Mon Dieu, oui... on ose parler de moi... Il a paru depuis quelque temps une race d'hommes qui s'est donné pour mission de parler de tout, d'écrire sur tout, afin d'amuser le public... On les appelle des gazetiers... Ils osent entrer dans la vie privée, ce qui est monstrueux, et, ce qui est plus monstrueux encore, c'est qu'ils osent entrer dans ma vie privée à moi! Écoutez un peu.

Il lit dans le journal.

3

Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.6 no.2 Rio de Janeiro July/Oct. 1999

doi: 10.1590/S0104-59701999000300013

Um lugar para aprisionar a loucura criminosa

A place to imprison criminal madness

Laurinda Rosa Maciel

Historiadora, trabalha na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Av. Brasil, 4365, Prédio do Relógio, 21045-900 Rio de Janeiro — RJ Brasil

O trabalho de pesquisa desenvolvido por Sérgio Carrara, sob a orientação do prof. Peter Fry, é resultado de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. O livro vem suprir a falta de estudos e análises sobre questões bastante complexas e inerentes ao universo da loucura e do crime.

Por opção do autor, o livro segue não só a forma e divisão originais dados à dissertação como também seu texto é o mesmo, pois atualizá-lo seria o mesmo que reescrevê-lo, o que poderia alterar profundamente sua estrutura, além de a obra estar inserida num determinado contexto de meados da década de 1980. Assim, a edição vem enriquecida de um valioso posfácio, onde Carrara elabora um balanço bibliográfico bastante minucioso do que se produziu durante os últimos dez anos acerca das temáticas afins. Nele menciona-se a importância de estudos, alguns já familiares a nós hoje, como o trabalho de Maria Clementina Pereira Cunha (*O espelho do mundo: Juquery — a história de um asilo*), Ruth Harris (*Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*), Pierre Darmon (*Médicos e assassinos na Belle Époque*), além dos trabalhos de Roberto Nye (*Crime, madness & politics in modern France: the medical concept of national decline*) e Daniel Pick (*Faces of degeneration: an European disorder*), ambos inéditos no Brasil.

O livro de Carrara é dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado 'O objeto da investigação e sua construção', o autor apresenta seu objeto de pesquisa, descreve como se deu o processo de construção do tema, o contato com a instituição pesquisada e as primeiras impressões da mesma, além das 'armadilhas' nas quais caiu ou das quais conseguiu escapar durante a trajetória do trabalho.

No segundo capítulo, 'Loucos e criminosos', o objetivo central é tratar das relações da construção da loucura e do crime como enquadramentos patológicos a partir da tese de criminoso nato elaborada pelo psiquiatra italiano Cesare Lombroso, em fins do século XIX, principalmente. A tese da monomania, da degeneração e do criminoso nato e suas contradições inerentes terão imensa importância no corpo médico e jurídico da época, apontando para um novo e necessário diálogo entre estas duas áreas: a medicina e o direito.

No terceiro capítulo, 'Hércules e o comendador, o caso de um certo Custódio', trata de como surgiu a

necessidade, num determinado momento histórico específico, da construção de uma instituição com as características de um manicômio judiciário. A discussão tem seu início no final do século XIX, 1896 para ser mais exata, quando Custódio Alves Serrão assassina seu tutor, o comendador Belarmino Brasiliense Pessoa de Melo, e vai até o início da década de 1920, quando é criado o Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, o primeiro da América Latina.

O leitor poderá estar se perguntando: mas, afinal, o que levou um antropólogo a se interessar pela criação de uma instituição que tem, como internos, duas categorias tão complexas em nossa sociedade como loucos e criminosos, ao mesmo tempo? Poderíamos tentar responder ao curioso leitor que o interesse de Carrara pelo tema surgiu a partir de uma pesquisa empreendida por Peter Fry no início da década de 1980, mas que tomou forma como objeto seu a partir de uma opção emocional, segundo ele, em detrimento de um trabalho com dados mais etnográficos, como seria esperado de um antropólogo. Explicaremos já o que isso significa.

A pesquisa de Peter Fry objetivava uma análise a respeito da constituição de vários saberes sobre homossexualidade e miscigenação a partir de um estudo de caso. O caso era a condenação de Febrônio Índio do Brasil por ter assassinado vários jovens nos subúrbios do Rio de Janeiro, após atraí-los para lugares ermos e com promessas vãs de que lhes poderia proporcionar grandes oportunidades profissionais e, algumas vezes, deixando claro sua preferência sexual. Sua prisão e posterior julgamento sob o argumento de se tratar de um louco moral e irresponsável por seus atos o levou à internação no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro.

Em dado momento, Peter Fry soube que Febrônio ainda estava vivo e era interno do Manicômio Judiciário: não teve dúvidas quando surgiu a oportunidade de conhecê-lo. Entretanto, algum tempo depois teve que abandonar a pesquisa, mas deixando como seu assistente nosso autor. A partir daí, temos o início da incursão de Sérgio Carrara, 'um aprendiz de antropólogo em apuros', na tentativa de iniciar sozinho a construção de seu objeto de pesquisa: a observação do cotidiano na década de 1980 do Manicômio Judiciário e procurar compreender o porquê de sua criação.

A primeira descoberta de Carrara foi o valioso acervo bibliográfico existente na instituição, constituído por exemplares do que de mais recente e moderno poderia haver acerca das temáticas crime e loucura, a existência de vários exemplares do periódico *Archivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, símbolo de uma época em que se produzia verdadeiro conhecimento científico segundo Heitor Carrilho (criador do Manicômio Judiciário e seu diretor até sua morte em 1954) e Juliano Moreira (diretor na época da criação do Manicômio Judiciário da Assistência Geral aos Alienados no Brasil e do Hospital Nacional de Alienados), além de outras importantes obras de referência no assunto em diferentes idiomas.

Ele começa a perceber certa contradição existente desde a criação da instituição, pois esta não consegue cumprir seu caráter terapêutico proposto. Assim, o conceito tecida por Erving Goffman de 'instituição total' não consegue explicar satisfatoriamente as complexidades existentes num lugar onde se pode reunir características tão peculiares: é um espaço prisional e asilar, penitenciário e hospitalar e para onde se enviam os culpados e inocentes, ao mesmo tempo, pois a prisão recebe os primeiros e o hospício, os inocentes. A partir dessa contradição, Carrara procura compreender como se constrói esse processo de diferentes transgressões realizadas pelos considerados 'alienados' (sem controle nem consciência de suas ações) e os considerados 'normais' (que possuem consciência e controle de suas ações desviantes).

Carrara procura assim descobrir como a legislação vigente à época (e é bom que se ratifique, não houve grandes alterações nesse sentido) pode levar o sujeito a fazer parte da estatística de pacientes do Manicômio Judiciário. Essas situações são basicamente duas: uma se refere ao condenado preso, e a outra ao acusado no decorrer do processo penal. Assim, pode-se perceber que são duas as posições em que se encontram os psiquiatras e os juízes: o juiz por não ser psiquiatra é obrigado a pedir uma perícia médico-psiquiátrica nos casos onde há dúvidas em relação à existência ou não de loucura no indivíduo envolvido, mas também por ser juiz ele pode recusar ou contestar os resultados desta mesma perícia, integralmente ou em parte.

Outro aspecto observado pelo autor é o que se refere ao tempo de internação, existindo clara diferença entre os prazos legais das penas impostas ao indivíduo ‘sadio’ e ao ‘louco’: no papel de paciente, o delinqüente deveria ser retirado das malhas da lei para se tornar objeto do saber especializado do psiquiatra. No entanto, um internamento com prazo definido por lei é para o autor excelente exemplo da complexidade da interpenetração dos dois saberes: o modelo médico e o jurídico. Assim, sob esta ambigüidade é construído o estatuto médico-legal dos loucos criminosos, deixando antever de alguma forma a confusão desempenhada pelos papéis dos juizes e peritos psiquiatras, podendo-se perceber uma clara relação de concorrência entre saberes e campos científicos de saberes especializados. Carrara traça uma analogia entre o sistema brasileiro e o norte-americano a partir da análise elaborada por Thomas Szasz, na qual são percebidas as mesmas indefinições destes papéis.

As ambigüidades e peculiaridades do Manicômio Judiciário e seu duplo papel de hospital/prisão podem ser percebidas no que se refere ao perfil dos profissionais que lá atuam: os guardas e os terapeutas. Como é de se supor, há problemas no momento de atuação de cada uma destas categorias profissionais, com instantes de tensão entre a tênue linha divisória que separa a autoridade de um ou de outro frente ao paciente.

A auto-identidade inconsciente que o paciente delinqüente tece para si é observada por Carrara no sentido de que todos se vêem como presos e não como doentes, divididos entre ‘doidinhos’ e ‘pepezões’, segundo denominação dos próprios internos. No que se diferencia um grupo do outro? Os primeiros são os classificados como efetivamente doentes e projetam para os demais a imagem de estar num hospital em busca de um tratamento que nunca se sabe quando chegará ao fim. O segundo grupo é caracterizado por não apresentar qualquer distúrbio que pudesse ser caracterizado como da inteligência.

O autor encerra este capítulo apoiando sua hipótese na ambigüidade da instituição e procura encontrar um lugar para os internos que estão, via de regra, colocados numa estranha encruzilhada: inocentes mas tutelados e sem direitos, de um lado; culpados mas sujeitos a certos direitos e deveres, por outro.

Apoiado em Szasz, Carrara sugere que neste espaço paradoxal ocupado pelo Manicômio Judiciário não há ganhadores nem perdedores, mas duas versões: a jurídico-racionalista (que vê o sujeito acusado possuindo deveres e direitos) e a psicológico-determinista (que vê o alienado não como um sujeito, e sim como objeto de suas paixões e desejos descontrolados). O autor propõe-se a pensar como surgiu historicamente a figura do louco criminoso e de como o nascimento dessa nova figura ‘obrigou’ as autoridades médicas e jurídicas a buscar uma instituição com estrutura voltada para esse tipo específico de paciente.

A partir daí, ele expõe suas apreensões metodológicas sempre pensando em como uma instituição assim pôde ter se tornado algo pensável e defensável e compreender quais seriam os condicionantes históricos para seu surgimento: a produção erudita em torno da questão do crime e da loucura e a prática judicial concreta. Para isso abdica de alguns conceitos caros à antropologia, como totalidade, sistema, estrutura ou organização social, trabalhados por autores como Malinowski, que propõe um estudo de totalidade social, algo como se pensar num objeto como uma inserção total à realidade vivida naquela determinada ‘aldeia’. Contraopondo-se a tais conceitos, Carrara apóia-se em Geertz para justificar um estudo ‘nas aldeias’ e não ‘das aldeias’.

Assim, mergulha no que ele classifica de ‘aldeias arquivos’: os mais diferentes tipos de fontes, tais como artigos de periódicos especializados que se ocuparam das questões médico-legais, psiquiátricas, criminais etc., coletadas em diversas instituições, além de bibliografia também especializada e a utilização de vários casos médico-legais entre 1890 e 1920 com processos colididos com a imprensa. Enfim, um exaustivo e original trabalho de pesquisa que reuniu algo em torno de 14 dossiês com documentos oficiais e comentários da imprensa. Ao trabalhar com o segundo ponto a que se refere à discussão mais teórica do assunto, o autor defrontou-se com diversas categorias, como monomania, degeneração e criminalidade nata, que irão perpassar o discurso médico-jurídico do período, e para compreender o uso que o autor faz destas categorias é que passamos agora ao segundo capítulo, intitulado ‘Loucos e criminosos’.

O final do século XIX e o início do XX foi marcado por discussões sistemáticas acerca do crime e dos criminosos. Várias foram as explicações encontradas para a existência de ambos: crescimento arquitetural desordenado das cidades, um grande êxodo rural que causou certo desequilíbrio demográfico ou até mesmo a incapacidade de uma sociedade absorver o expressivo número de mão-de-obra ex-escrava, e agora livre, e, ainda, os estrangeiros imigrantes, no caso brasileiro. Nesse período, temos o surgimento de várias instituições médicas e carcerárias e seus objetivos, de maneira abrangente, seriam a exclusão de alguns tipos que não se enquadrassem em uma nova ordem burguesa de trabalho, de ordem e progresso, onde até mesmo a vadiagem será devidamente inserida num patamar de transgressão, configurando crime passível de inserção no Código Penal.

Essas instituições carcerárias, como já apontou Michel Foucault em *Vigiar e punir*, têm seu processo de construção acompanhando um dispositivo de disciplinarização dos desviantes em corpos dóceis através de vigilância constante e observação duradoura. No entanto, esse modelo para disciplinar sujeitos tidos como perigosos em corpos dóceis não é privilégio do campo policial, que cria técnicas cada vez mais sofisticadas de controle das perícias médicas e antropométricas e se estenderam por todo o tecido social que necessitava de cuidados para a construção, vigilância e disciplina de uma sociedade saudável. Assim, o autor aponta para a importância do diálogo exercido pela psiquiatria e antropologia criminal, sendo esta última também uma espécie de provedora de algumas das bases teóricas necessárias para a doutrina da Escola Positiva de Direito Penal.

Esta escola rejeitava a noção de livre-arbítrio que se encontrava presente no direito clássico e sobre cujas bases foi elaborado o Código Penal de 1890 do Brasil que vigorou até 1940, quando foi promulgado um novo código fortemente influenciado pelo direito positivo. Esta Escola Positiva rejeitava a noção quase metafísica de livre-arbítrio, concentrando sua ação no criminoso e não no crime, não na punição mas em tratar e regenerar o criminoso. O importante era investigar o caráter e a personalidade dos criminosos e uma maneira adequada de tratá-los, tornar seus corpos dóceis e sujeitos disciplinados. Entretanto, este processo não é simples. Pelo contrário, como já apontou Robert Castel, será bastante complexo, pois a psiquiatria ao olhar para fora da sua 'instituição totalitária', o hospício, direciona seu olhar para a questão do crime e assim desenvolve uma reflexão bastante significativa para o crime e a loucura, que acompanharão a lógica da criação dos manicômios judiciários.

É nesse contexto que Carrara inicia sua discussão acerca de como era vista a questão do crime e do criminoso no início do século. Vários são os conceitos médicos que irão ratificar o pensamento médico sobre tais categorias, e o autor trabalhará com três delas: o conceito da monomania, a tese da degeneração e a tese dos criminosos natos.

O psiquiatra Pinel (1745-1826) foi quem criou, em princípios do século XIX, a primeira nosologia da loucura, dividindo os alienados irresponsáveis em dementes, idiotas, maníacos e melancólicos. Algum tempo depois, Esquirol (1772-1840), discípulo e continuador de seu trabalho, foi quem teceu a nosografia da monomania, definindo-a como um delírio parcial que afeta uma parte do campo cerebral. Ou seja, o sujeito poderia ter intervalos de lucidez e loucura paralelamente e, dessa forma, como definir com a certeza verdadeiramente científica se determinado sujeito era louco ou não? Partindo da premissa de que todo sujeito poderia guardar intervalos entre a razão e a loucura, o campo médico de intervenção da psiquiatria se torna bastante abrangente. A partir do momento em que o sujeito não apresentasse os sinais de sua loucura visíveis a qualquer olhar, somente um olhar médico, especializado, treinado para tal, seria capaz de identificá-los num sujeito aparentemente normal.

A obra desses dois psiquiatras irá representar, de modo geral, a síntese do pensamento psiquiátrico do século XIX e a noção de 'loucura racional' só será questionada a partir da segunda metade do século, quando recebeu um reforço da hereditariedade patológica, da biologia e da antropologia a partir da publicação de um livro. Trata-se de *Traté des dégénérescences*, de Morel, publicado em 1857, onde ele busca uma resposta para o diagnóstico da loucura como sendo um conjunto de causas que uniam hereditariedade, ambiente social e declínio racial, ou seja, o louco racional existe mas é produto da hereditariedade mórbida. A tese da degeneração encontrou

calorosa recepção junto à comunidade científica especializada e a partir daí os monomaníacos serão classificados como degenerados ou loucos hereditários, a partir de suas características físicas.

Carrara tece valiosos comentários acerca dessa teoria e podemos perceber o quanto ela é importante para o contexto médico do século XIX, onde a loucura e as doenças tornam-se aparentes e visíveis, graças à teoria de Morel. O sujeito traria em si e em sua hereditariedade traços, marcas que o poderiam levar não só à perda da razão mas também ao crime, pois ele teria essa predisposição de 'tendência precoce para o mal' a partir das manifestações degenerativas da espécie humana. Segundo Carrara, os criminosos degenerados estavam numa espécie de vazio legal e institucional, logo a distinção entre loucura e sanidade continuava sendo tão tênue quanto indecifrável, não havendo um consenso nem mesmo na área da psiquiatria sobre seu estatuto jurídico. Eram os 'fronteiriços' ou 'semiloucos' (*demi-fou*) que transitavam numa linha entre a inocência e a culpa, a responsabilidade e a irresponsabilidade moral, não havendo um terreno sólido que os pudesse amparar.

Segundo o autor, a partir da antropologia criminal que teve na figura de Cesare Lombroso (1835-1909) e seus estudos de craniologia e frenologia, o que se pretendia buscar era a tese do criminoso nato. Esta consistia na 'descoberta' de que os criminosos traziam inscritos em seu crânio a tendência para o crime, atentando-se a partir daí mais para o criminoso do que para o crime. Nesse sentido, era uma versão parecida com o que Morel fez com a degeneração: o sujeito já traria em si as marcas da transgressão. Para Lombroso, o crime seria uma espécie de barbárie, de volta aos tempos pré-históricos; o crime não faria parte da natureza humana saudável. Carrara enumera quais seriam esses sinais aparentes do criminoso nato: ausência de pêlos no corpo, comprimento exagerado dos braços, maxilares superdesenvolvidos etc., além da insensibilidade à dor, capacidade de rápida recuperação de ferimentos e, geralmente, apresentando tendências homossexuais.

A partir da enumeração desta série de características para o criminoso nato, Carrara mergulha na discussão de como esta tese angariou simpatizantes na Escola Positiva de Direito Penal, onde se discutia a questão do livre-arbítrio presente no direito clássico, como já falamos. Outra questão que vale ressaltar é de como esta escola irá lutar pela implantação de asilos para a exclusão completa de menores que apresentassem tendências criminosas desde cedo e para a construção de manicômios judiciários e de como se deu esta discussão no âmbito da psiquiatria e do direito. A idéia da existência do criminoso nato, assim como o foi com a degeneração, cria uma série de debates nos campos específicos de cada área. A ambigüidade presente no sujeito que apresenta as mesmas características de degenerado e criminoso nato formulará uma pergunta de difícil resposta: Para onde enviar figuras tão complicadas e obscuras? Procurando responder a esta questão é que Carrara passa ao último capítulo.

Inicia sua resposta a partir da narrativa da fuga de um paciente do Hospício Nacional de Alienados em 1896. Seu nome era Custódio Alves Serrão e foi internado naquela instituição após cometer um assassinato. A vítima era o testamenteiro e tutor de seus irmãos, Belarmino Brasileiro Pessoa de Melo, que gozava de verdadeira confiança dos pais já falecidos. Seu irmão mais velho, Augusto, encontrava-se há cerca de quatro anos internado naquele mesmo hospício, vítima da "mania das perseguições"; a irmã mais nova, Irene, por não ter 18 anos também estava sob sua tutela. O único que gozava de total liberdade era Custódio, que cometeu o assassinato por achar que Belarmino o perseguia com a ameaça de interná-lo no hospício. Custódio queixou-se de que, após a morte do pai, Belarmino o queria "dar por louco" e sua reação foi de conversar e saber o porquê do desejo do tutor, mas que, após uma discussão, "num acesso de loucura" Custódio o matou, disparando o revólver nele, e logo após se entregou ao primeiro praça da polícia que o conduziu às autoridades competentes. A partir daí, Custódio não se desvencilhará de seu destino: será removido para o Hospício Nacional de Alienados e lá ficará internado.

Este caso, embora pareça tolo ou sem um interesse maior para a história foi importante por deflagrar uma discussão que há muito já se queria encaminhar no universo médico da época: o que fazer com os loucos criminosos e criminosos loucos? Onde abrigá-los? Como cuidá-los? Qual a maneira mais adequada de 'encarcerá-los' para o bem da sociedade? O caso Custódio é bastante significativo, e não é sem motivo que Carrara o usa para ilustrar como se deu a necessidade da construção do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro em 1921, ou seja, cerca de 25 anos depois.

Custódio Serrão foi internado no Hospício Nacional de Alienados contra a vontade de seu diretor à época, o dr. João Carlos Teixeira Brandão, por achar que estes 'novos habitantes', não sendo somente loucos, não deveriam usufruir da estrutura do Hospício Nacional de Alienados, causando, assim, problemas de superlotação. Se eles eram também criminosos, era necessário lhes dar um novo lugar que não haveria de ser o Hospício Nacional, por ser um local de cura para doentes e não abrigo de criminosos. Críticas à parte, o problema da superlotação do hospício era uma questão antiga e que o regime republicano acentuava demasiadamente. O hospício passou a internar muito mais devido, entre outros fatores, à abrangência do diagnóstico amparado na tese da monomania, o que nos leva a acreditar que os casos de superlotação já existissem e continuariam a existir.

Carrara narra detalhadamente a fuga de Custódio Serrão e o porquê: na verdade, Custódio queria ir para uma prisão e ser julgado como criminoso, pois tinha consciência de seu crime e não se achava louco. A partir de sua fuga, amplamente divulgada pela imprensa da época, os debates em torno do que fazer com tais pacientes se tornou uma questão que necessitava de solução urgente. Custódio foi julgado, inocentado e, no entanto, voltou para o hospício, visto que ficou medicamente comprovado que ele sofria de imbecilidade moral, caráter peculiar aos degenerados e criminosos natos. A rede complexa de relações estava formada: Como e por que internar num hospital para loucos um assassino já absolvido de seu crime? Por que ele não era mandado para uma instituição que pudesse abrigá-lo? Por que foi parar novamente no Hospício Nacional de Alienados contra a vontade de seu diretor?

A todas estas perguntas, Carrara responde afirmando que o que estava em jogo eram as razões de ordem disciplinar, moral e científica, acrescidas de um problema de ordem jurídico-política. Para Teixeira Brandão, acatar o resultado do processo de Custódio e mantê-lo no hospício seria aceitar uma perigosa submissão dos peritos aos juízes, dos asilos aos tribunais. Carrara fala-nos com precisão dos debates travados entre Teixeira Brandão e Nina Rodrigues devido a suas posições antagônicas não só em relação ao caso Custódio, mas também em torno de que área seria mais competente para tratar tão delicada questão: a medicina legal ou a psiquiatria? Como estabelecer sua avaliação de responsabilidade criminal? Existia, de fato, uma diferença fundamental em como tratar o paciente criminoso, pois Teixeira Brandão acreditava que eles deveriam ser responsabilizados e não admitia que recebessem o mesmo estatuto médico-legal dos alienados, que eram inimputáveis. Nina Rodrigues admite que Custódio era um degenerado, mas que cometeu o crime num momento de delírio e, portanto, se tratava de um louco moral, ele possuía a loucura racionante.

Carrara não consegue descobrir o paradeiro final de Custódio, mas a partir deste caso temos o início de um debate necessário e a solução, ainda que temporária, foi a criação de uma seção especial dentro do Hospício Nacional de Alienados, assim como já existia seção de crianças, de homens (pensionistas ou não), de mulheres (pensionistas ou não). Esta seção chamou-se 'Lombroso', evidentemente em homenagem ao psiquiatra italiano, e tinha como objetivo abrigar os loucos que cometessem crimes e os criminosos que enlouquecessem nas prisões, realçando sua diferença em relação aos demais pacientes.

Com a aprovação do decreto nº 1132, de 22 de dezembro de 1903, que reorganiza a Assistência aos Alienados já com Juliano Moreira na direção do Hospício Nacional de Alienados é que podemos perceber, de certa forma, a importância dos debates acerca dos loucos criminosos e criminosos loucos. Nos seus artigos 11 e 12 ele é claro: não se pode manter alienados em cadeias públicas ou entre criminosos e, enquanto os estados não possuírem manicômios judiciários, os alienados delinquentes e os condenados alienados somente poderão permanecer em asilos públicos, nos pavilhões especialmente a eles reservados. A lei é cumprida em parte, pois somente alguns anos depois é que se inaugura a Seção Lombroso, tendo como primeiro responsável o jovem médico psiquiatra Heitor Pereira Carrilho. Esta seção será a célula inicial do Manicômio Judiciário que se inaugurou em 1921.

Parece que agora tudo se encaixa para o leitor, não? No entanto, as coisas não são tão simples assim: Carrara cita como fundamentais dois fatos que foram a gota d'água para que se cumprisse o decreto de 1903. Estes seriam o assassinato de Clarice Índio do Brasil e uma fuga ocorrida entre os internos da Seção Lombroso em 1920. Daí o porquê de somente tanto tempo depois de aprovado o decreto, cerca de 17 anos, é que se inaugura o Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, cujo primeiro diretor é exatamente o dr. Heitor Carrilho, que ficou à

frente de sua direção até a sua morte. Portanto, falar em Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro é falar também de Heitor Carrilho. Os dois, criador e criatura, estão inexoravelmente ligados. Mas não nos alonguemos excessivamente: se o leitor quiser saber mais sobre estes dois fatos muito significativos para a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, faço um convite para que mergulhe na leitura do livro de Sérgio Carrara. Com toda certeza, a submersão será bastante gratificante para entendermos a criação de uma instituição tão peculiar.

REVUE
DES
DEUX MONDES



XXXII^e ANNÉE. — SECONDE PÉRIODE

TOME TRENTE-HUITIÈME

PARIS

BUREAU DE LA REVUE DES DEUX MONDES
RUE SAINT-BENOIT, 20

—
1862

c'est un livre où je dirais qu'il y a de fort bonnes choses, si je ne m'étais pas rencontré avec lui dans quelques endroits où il parle de la tolérance. Il y a, ce me semble, un grand défaut dans ce livre, et qui peut nuire à votre cause : c'est qu'il dit continuellement que les catholiques ont toujours eu tort et les protestans toujours raison, que tous les chefs des catholiques étaient des monstres et les chefs des protestans des saints. C'est trop donner d'armes contre soi-même. Il est permis d'injurier le genre humain, parce que personne ne prend les injures pour lui; mais quand on attaque violemment une secte en demandant grâce, on obtient la haine et point de grâce. Je vous répète qu'il est infiniment à désirer qu'un homme comme vous veuille écrire. Vous seriez lu, et *l'Accord parfait* ne le sera point. Il est beaucoup trop long et trop déclamateur, comme tous les livres de cette espèce. Il faut être très court et un peu salé, sans quoi les ministres et M^{me} de Pompadour, les commis et les femmes de chambre font des papillotes du livre.

« Sous un autre gouvernement, je n'aurais pas osé hasarder quelques petites notes dont il est très aisé de tirer d'étranges conséquences; mais je connais assez ceux qui gouvernent pour être sûr que ces conséquences ne leur déplairaient pas. Je pense même qu'il n'y a d'autre moyen d'obtenir la tolérance que d'inspirer beaucoup d'indifférence pour les préjugés, en montrant pourtant pour ces préjugés mêmes un respect qu'ils ne méritent pas. Je pense enfin que l'aventure des Calas peut servir à relâcher beaucoup les chaînes de vos frères qui prient Dieu en fort mauvais vers... »

« Ferney, 9 janvier 1763.

« Voici, monsieur, un mémoire qu'on m'envoie; il avait été fait à Toulouse il y a très longtemps. Je suis bien fâché que les avocats de Paris ne l'aient pas connu. Il y a des choses bien essentielles dont ils auraient fait usage. Votre indignation et votre pitié redoubleront, s'il se peut, à la lecture de ce mémoire. On est tenté de se faire débaptiser quand on lit les Saint-Barthélemy, les massacres d'Irlande et l'histoire des Calas. On aurait du moins grande raison de se décatholiciser.

« Je vous supplie, monsieur, de vouloir bien envoyer le mémoire Calas à M. Bruce, quand vous l'aurez lu. — Vous savez que l'affaire ne sera rapportée que le 8 février. Je ne dormirai point la nuit du 7 au 8.

« Mon Dieu, que d'abominations! »

« Ferney, février 1763.

« J'ai l'honneur de renvoyer à M. Moulton ce très bon discours contre la persécution, dont je le remercie. Je le supplie de vouloir bien faire remettre chez M. Souchay la pièce sacerdotale cachetée.

« L'affaire des Calas a été rapportée et très bien rapportée par M. de Crosne.

« Si M. Moulton a quelques nouvelles, je le prie d'avoir la bonté de m'en faire part. Je suis toujours aveugle. Je ne sais pas quand cela finira. »

« Ferney, 25 février 1763.

« Je suis en peine, monsieur, d'*Olympie* et de *la Tolérance*. Je trouve qu'il y a beaucoup à faire au premier ouvrage, et que le second est bien

OEUVRES
COMPLÈTES
DE VOLTAIRE.

CORRESPONDANCE
AVEC LE ROI DE PRUSSE. — TOME III.



A PARIS,
CHEZ ANTOINE-AUGUSTIN RENOUARD.

M. DCCC. XXI.

ÉLOGE

DE VOLTAIRE,

PAR LE ROI DE PRUSSE, FRÉDÉRIC-LE-GRAND.*

MESSIEURS,

DANS tous les siècles, surtout chez les nations les plus ingénieuses et les plus polies, les hommes d'un génie élevé et rare ont été honorés pendant leur vie, et encore plus après leur mort. On les considérait comme des phénomènes qui répandaient leur éclat sur leur patrie. Les premiers législateurs qui apprirent aux hommes à vivre en société; les premiers héros qui défendirent leurs concitoyens; les philosophes qui pénétrèrent dans les abîmes de la nature, et qui découvrirent quelques vérités; les poètes qui transmirent les belles actions de leurs contemporains aux races futures: tous ces hommes furent regardés comme des êtres supérieurs à l'espèce humaine. On les croyait favorisés d'une inspiration particulière de la Divinité. De là vint qu'on éleva des autels à Socrate, qu'Hercule passa pour un Dieu, que la Grèce honorait Orphée, et que sept villes se disputèrent la gloire d'avoir vu naître Homère. Le peuple d'Athènes, dont l'éducation était la plus perfec-

* Écrit au camp de Schatzar, lu à l'Académie royale des Sciences et Belles-Lettres de Berlin, dans une assemblée publique extraordinairement convoquée pour cet objet, le 26 novembre 1778.

M. de Voltaire, vous voudrez bien, messieurs, vous contenter de l'esquisse légère que je vous en tracerai, me bornant d'ailleurs à n'effleurer qu'en passant les événemens principaux de sa vie. Ce serait donc déshonorer M. de Voltaire, que de s'appesantir sur des recherches qui ne concernent que sa famille. A l'opposé de ceux qui doivent tout à leurs ancêtres, et rien à eux-mêmes, il devait tout à la nature : il fut seul l'instrument de sa fortune et de sa réputation. On doit se contenter de savoir que ses parens, qui avaient des emplois dans la robe, lui donnèrent une éducation honnête; il étudia au collège de Louis-le-Grand, sous les pères Porée et Tournemine, qui furent les premiers à découvrir les étincelles de ce feu brillant dont ses ouvrages sont remplis.

Quoique jeune, M. de Voltaire n'était pas regardé comme un enfant ordinaire; sa verve s'était déjà fait connaître. C'est ce qui l'introduisit dans la maison de madame de Rupelmonde: cette dame, charmée de la vivacité d'esprit et des talens du jeune poète, le produisit dans les meilleures sociétés de Paris. Le grand monde devint pour lui l'école où son goût acquit ce tact fin, cette politesse et cette urbanité à laquelle n'atteignent jamais ces savans érudits et solitaires qui jugent mal de ce qui peut plaire à la société raffinée, trop éloignée de leur vue pour qu'ils puissent la connaître. C'est principalement au ton de la bonne compagnie, à ce vernis répandu dans les ouvrages de M. de Voltaire, que ceux-ci doivent la vogue dont ils jouissent.

Déjà sa tragédie d'*OEdipe* et quelques vers agréables de société avaient paru dans le public, lorsqu'il se débita à Paris une satire en vers indécens contre le duc d'Or-

France qu'il avait, pour ainsi dire, déjà remplie, en écrivant l'*Histoire de Louis XIV.*

Quoique M. de Voltaire fût sensible à des marques d'approbation aussi éclatantes, il l'était pourtant davantage à l'amitié. Inséparablement lié avec madame du Châtelet, le brillant d'une grande cour n'offusqua pas ses yeux, au point de lui faire préférer la splendeur de Versailles au séjour de Lunéville, bien moins à la retraite champêtre de Cirey. Ces deux amis y jouissaient paisiblement de la portion de bonheur dont l'humanité est susceptible, quand la mort de la marquise du Châtelet mit fin à cette belle union. Ce fut un coup assommant pour la sensibilité de M. de Voltaire, qui eut besoin de toute sa philosophie pour y résister.

Précisément dans le temps qu'il faisait usage de toutes ses forces pour apaiser sa douleur, il fut appelé à la cour de Prusse. Le roi, qui l'avait vu en l'année 1740, désirait de posséder ce génie aussi rare qu'éminent; ce fut en 1752 qu'il vint à Berlin. Rien n'échappait à ses connaissances; sa conversation était aussi instructive qu'agréable, son imagination aussi brillante que variée, son esprit aussi prompt que présent: il suppléait, par les grâces de la fiction, à la stérilité des matières; en un mot, il faisait les délices de toutes les sociétés. Une malheureuse dispute qui s'éleva entre lui et M. de Mauteruis, brouilla ces deux savans qui étaient faits pour s'aimer et non pour se haïr; et la guerre qui survint en 1756 inspira à M. de Voltaire le désir de fixer son séjour en Suisse. Il se rendit à Genève, à Lausanne; ensuite il fit l'acquisition des Délices, et enfin il s'établit à Ferney. Son loisir se partageait entre l'étude et l'ouvrage; il lisait et composait. Il occupait ainsi, par

LES DEUX CONSOLÉS (1756)

Notes bibliographiques.

Le grand philosophe Citophile disait un jour à une femme désolée, et qui avait juste sujet de l'être: « Madame, la reine d'Angleterre, fille du grand Henri IV, a été aussi malheureuse que vous: on la chassa de ses royaumes; elle fut près de périr sur l'océan par les tempêtes; elle vit mourir son royal époux sur l'échafaud. — J'en suis fâchée pour elle, » dit la dame, et elle se mit à pleurer ses propres infortunes.

« Mais, dit Citophile, souvenez-vous de Marie Stuart elle aimait fort honnêtement un brave musicien qui avait une très belle basse-taille. Son mari tua son musicien à ses yeux; et ensuite, sa bonne amie et sa bonne parente, la reine Élisabeth, qui se disait pucelle, lui fit couper le cou sur un échafaud tendu de noir, après l'avoir tenue en prison dix-huit années. — Cela est fort cruel, dit la dame, » et elle se replongea dans sa mélancolie.

« Vous avez peut-être entendu parler, dit le consolateur, de la belle Jeanne de Naples, qui fut prise et étranglée? — Je m'en souviens confusément, dit l'affligée.

— Il faut que je vous conte, ajouta l'autre, l'aventure d'une souveraine qui fut détrônée de mon temps, après souper, et qui est morte dans une île déserte. — Je sais toute cette histoire, répondit la dame.

— Eh bien! donc, je vais vous apprendre ce qui est arrivé à une autre grande princesse à qui j'ai montré la philosophie. Elle avait un amant, comme en ont toutes les grandes et belles princesses. Son père entra dans sa chambre et surprit l'amant, qui avait le visage tout en feu et l'oeil étincelant comme une escarboucle; la dame aussi avait le teint fort animé. Le visage du jeune homme déplut tellement au père, qu'il lui appliqua le plus énorme soufflet qu'on eût jamais donné dans sa province. L'amant prit une paire de pincettes et cassa la tête au beau-père, qui guérit à peine, et qui porte encore la cicatrice de cette blessure. L'amante, éperdue, sauta par la fenêtre et se démit le pied, de manière qu'aujourd'hui elle boîte visiblement, quoique d'ailleurs elle ait la taille admirable. L'amant fut condamné à la mort pour avoir cassé la tête à un très grand prince. Vous pouvez juger de l'état où était la princesse, quand on menait pendre l'amant. Je l'ai vue longtemps, lorsqu'elle était en prison; elle ne me parlait jamais que de ses malheurs.

— Pourquoi ne voulez-vous donc pas que je songe aux miens? dit la dame. — C'est, dit le philosophe, parce qu'il n'y faut pas songer, et que, tant de grandes dames ayant été si infortunées, il vous sied mal de vous désespérer. Songez à Hécube, songez à Niobé. — Ah! dit la dame, si j'avais vécu de leur temps ou de celui de tant de belles princesses, et si, pour les consoler, vous leur aviez conté mes malheurs, pensez-vous qu'elles vous eussent écouté? »

Le lendemain, le philosophe perdit son fils unique, et fut sur le point d'en mourir de douleur. La dame fit dresser une liste de tous les rois qui avaient perdu leurs enfants, et la porta au philosophe; il la lut, la trouva fort exacte, et n'en pleura pas moins. Trois mois après, ils se revirent, et furent étonnés de se retrouver d'une humeur très gaie. Ils firent ériger une belle statue au Temps, avec cette inscription:

A CELUI QUI CONSOLE.

REVUE
DES
DEUX MONDES

TOME DIX-HUITIÈME

—
QUATRIÈME SÉRIE
—

PARIS
AU BUREAU DE LA REVUE DES DEUX MONDES
RUE DES BEAUX-ARTS, 10

—
1839

LIBRARY
UNIVERSITY OF CALIFORNIA
DAVIS

Numérisé par Google

dehors; il le quitta parce qu'au lieu d'une extension des libertés publiques, il y avait un débordement d'excès révolutionnaires, parce qu'au lieu de l'intégrité et de la délivrance du territoire, on opérait son démembrement et l'on y établissait une garnison européenne. Il le quitta pour ne pas assister aux violences du parti dominant, et ne pas signer l'humiliation de la France. Il le quitta le 24 septembre, deux mois avant le désastreux traité qui coûta deux milliards à la France, et lui enleva plus que les annexes dont son territoire avait été agrandi en 1814.

Dès ce jour M. de Talleyrand ne fut plus pour rien dans les conseils et dans les affaires de la restauration. Il se sépara d'elle politiquement, dix-huit mois après l'avoir fondée, et quatre mois après l'avoir rétablie. Il resta quatorze ans avec une dignité de cour, mais sans aucun pouvoir et sans aucune influence. Il fit partie de l'opposition libérale. Il mit à son service, dans les salons, tout son esprit, et, dans la chambre des pairs, toute l'autorité qui s'attachait à son nom et à son expérience. Il ne ménagea point les entreprises du parti dont la domination, un moment renversée par l'ordonnance du 5 septembre, s'était rétablie en 1821, et qui conduisit la restauration à sa perte. Il défendit la liberté de la presse contre la censure, et, la regardant comme l'instrument principal du gouvernement représentatif, il dit que, désirée par tous les grands esprits du siècle précédent, établie par la constituante, promise par la charte, elle avait le caractère d'une nécessité, et que la retirer, c'était compromettre la bonne foi royale. Il ajoutait à ce propos la phrase qui est restée dans tous les souvenirs : « De nos jours il n'est pas facile de tromper longtemps. Il y a quelqu'un qui a plus d'esprit que Voltaire, plus d'esprit que Bonaparte, plus d'esprit que chacun des directeurs, que chacun des ministres passés, présents et à venir : c'est tout le monde. » Il se prononça pour le maintien du jury dans les délits de la presse, et, s'autorisant de ce que son opinion avait été celle de Malesherbes, il dit : « Je vote, avec M. de Malesherbes, le rejet de la loi. » Mais il fit entendre des paroles plus solennelles et plus sévères lorsque, rappelant son âge, son expérience, les services qu'il avait rendus à la maison de Bourbon, il condamna l'invasion contre-révolutionnaire de l'Espagne en 1823, déclara que le renouvellement d'alliance accompli par ses soins, entre cette maison et la France, était compromis par les passions folles et téméraires d'un parti, et qu'il sembla annoncer au monde la fin prochaine de la restauration.

Ce moment arriva pour achever l'œuvre de la grande révolution

VOLTAIRE

RECUEIL

DES

particularités curieuses de sa vie
& de sa mort

Qualis vita, talis mors.

Le Pere. Elie Hurel

Marie Maximilien

Hurel



A P O R R E N T R U Y ,

Chez J. J. GOETSCHY, Imprimeur de la Cour, & chez
TREUTTEL, Libraire à Strasbourg. 1781

Avec Approbation.

C. H.

Numérisé par Google

instruction pour préserver ses ouailles du poison de l'impieété : il fait connoître, comme il le doit, le caractère & les mœurs du plus ardent propagateur de l'incrédulité. (a) Voltaire traite ce digne Prélat *d'imbécille, d'homme qui ne fait ni lire ni écrire*. Il le met au rang des hommes les plus vils ; il pousse sa brutalité jusqu'à le tutoyer, l'appeler J. F. ; il lui reproche

(a) Le Portrait de Voltaire, qu'a tracé Mgr l'Archevêque d'Auch, est trop bien, pour ne pas l'inférer ici. „ Quel ennemi de la Religion la France a-t-elle
 „ élevé & nourri dans son sein dans la personne du
 „ Poète de nos jours ! Combien d'aveugles disciples
 „ se sont mis à la fuite de ce trop fameux maître de
 „ l'incrédulité ? Ingrat envers son
 „ bienfaiteur & envers sa Patrie, Philosophe orgueil-
 „ leux, Apostat méprisable, né pour le malheur de
 „ son siècle & pour la perte d'une infinité d'ames,
 „ qu'est-il devenu dans l'estime des gens sensés par
 „ l'abus qu'il a fait des dons de Dieu & de la nature ?
 „ Il se flatte de vivre dans les siècles futurs, mais
 „ si l'histoire en conserve la mémoire, qu'apprendra-
 „ t-elle à nos neveux ? Qu'il fut un Auteur merce-
 „ naire, qui varia ses talens & qui multiplia ses pro-
 „ ductions par le bas motif d'un vil intérêt, un va-
 „ gabond chassé de sa Patrie, & fugitif de Royaume
 „ en Royaume : un Philosophe sans
 „ prin-

A contra capa do livro *Traité du ris* de Laurent Joubert não estava disponível para visualização e impressão.



I
PREMIER LIVRE
DU RIS, CONTENANT SES
causes, & de tous les accidans.

PROLOGVE.



ESIODE ^a auteur ^a Hesiode
des fabuleuses inu- ^a ha écrit la
cions, & diuin Philo- ^a race des
sophe, voulant signi- ^a Dieux, in-
fier que l'admiraciõ ^a terpretant
des effets de nature, ^a par fables
sa Theolo-
gie.
angeãdre inquisicion, & an fin co- ^b Hesiode
gnoissance des causes, ha feint ^b inge- ^b au 265. vers
nieusement, que Iris ^c estoit la filhe de ^c de la Theo-
Thaumas: pour demontrer, que qui ^c gonie.
ne seroit epris d'un ebahissement & cu- ^c Iris signi-
rieux desir, iamais ne s'anqueroit, & ^c fic contem-
par consequant il n'inuenteroit rien: ^c placion, &
vũ que de la perplexité & frequante ^c Thaumas
meditacion, nous paruenons à l'intel- ^c admiraciõ.
ligeance & facilité, moyennãt l'indu-
strieus, continuël & excessif labeur.

A

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)